

JORGE FERNANDES ALVES

OS “BRASILEIROS”

EMIGRAÇÃO E RETORNO

NO

PORTO OITOCENTISTA

PORTO
Faculdade de Letras da UP
1993

SUMÁRIO

Abstract. Résumé

Apresentação

1 – Emigração e Retorno – uma problemática

- 1.1 – Ponto de partida
- 1.2 – Sentidos da teoria
- 1.3 – Construção da evidência

2 – Porto - Brasil – uma teia de relações

- 2.1 – A corrente humana setecentista
- 2.2 – Comerciantes e comércio colonial
- 2.3 – Comércio e emigração – mercado, navegação, remessas

3 – Migrações e trama social

- 3.1 – Sazonalidade e circulação juvenil
- 3.2 – Êxodo rural
 - 3.2.1 – Pendularidade artesanal
 - 3.2.2 – Caixeiros
 - 3.2.3 – Trabalhadores braçais e mendigos
- 3.3 – Património familiar e exclusão
- 3.4 – Recomposição do mercado de trabalho
 - 3.4.1 – Os criados
 - 3.4.2 – Imigração. Os galegos.

4 – Normas, problemas e desvios

- 4.1 – Administrar a mobilidade
 - 4.1.1 – No Antigo Regime
 - 4.1.2 – No Período Constitucional
- 4.2 – Problemas e desvios
 - 4.2.1 – Os colonos
 - 4.2.2 – Recrutas
 - 4.2.3 – Clandestinos

5 – Emigração – Configurações

- 5.1 – A corrente migratória do Porto
- 5.2 – O Brasil como destino
- 5.3 – Homens e mulheres
- 5.4 – Solteiros e casados
- 5.5 – Os tempos individuais
- 5.6 – Saber fazer e condição social
- 5.7 – Saber ler e escrever
- 5.8 – Contratados
- 5.9 – Mobilização inter e intra-distrital
- 5.10 – Viagens e destinos brasileiros

6 – Retorno e outros reflexos

- 6.1 – Imagens e alguns números
 - 6.1.1 – Opiniões consulares

- 6.1.2 – Estimar o retorno
- 6.1.3 – Reemigração
- 6.2 – Brasileiros e abasileirados – em torno de um inquérito
 - 6.2.1 – Dispersão
 - 6.2.2 – Perfil
- 6.3 – Papel Social
 - 6.3.1 – Remessas monetárias
 - 6.3.2 – Reintegração – a dinâmica económico-social
 - 6.3.3 – Filantropia
- 6.4 – Biografias
 - 6.4.1 – Conde de Ferreira
 - 6.4.2 – O comendador de Mantelões
 - 6.4.3 – O tio brasileiro
- 7 – Conclusões**
- 8 – Fontes e Bibliografia**
- 9 – Anexos (mapas)**

Abstract

The "brasileiros"
Emigration and return in Oporto (19th century)

Jorge Fernandes Alves

An important migratory stream flows from Oporto to Brasil in the 19th century and it never has been object of an historical and social analysis. The purpose of this dissertation is to examine the stream in its persistence and characteristics, on the one hand, and to study the impact on the return, on the other, paying attention in the sending society, at the regional level. In this way, we try to describe the regional relations with Brasil, in a historical perspective, and to interpret the effects of migration on family structure, discussing the role of social reproduction in this context. We confront the familiar and individual decision-making with the formulation and the application of emigration policy. We define the statical configurations of the legal migratory flow (1836-1879), drawing the evolution of the the most important characteristics (rates, sex, marital status, age, occupation, regional distribution, illiteracy), according to passport registers (about 120.000). Finally we discuss the role of the "brasileiro" and characterize his profile, acordding a statical and limited source. We try calculate the level of reemigration. Using qualitative methods versus a biography file, we describe the meaning, modalities and consequences of the return migration and

Résumé

Les "Brasileiros"
Émigration et retour au Porto (XIXe siècle)

Jorge Fernandes Alves

Un important mouvement d'émigration se dirigeait du Porto vers le Brésil au XIXe siècle, lequel encore n'a pas été sujet d'une analyse historique et sociale. L'objectif de cette dissertation est d'examiner ce flux dans sa persistance et caractéristiques et étudier l'impact du retour, à la société d'origine, au niveau régional. Dans ce sens, nous avons essayé la description des relations régionales avec le Brésil, dans une perspective historique, et interprété l'effet de l'émigration dans les structures de la famille, en discutant le rôle de la reproduction sociale dans ce contexte. Nous avons examiné la situation des décisions individuelles face à la formulation et à l'application des politiques émigratoires. Nous avons déterminé les configurations de l'émigration légale (1836-1879), en dessinant l'évolution des plus importantes caractéristiques (taux, sexe, état civil, âge, occupation, distribution régionale, alphabétisation), en exploitant les registres de passeport (vers les 120.000). Enfin, nous avons discuté le rôle du "brasileiro" et caractérisé son profil, basé sur des informations statistiques limitées. Nous avons essayé de calculer le niveau de la réémigration. En appliquant des méthodes qualitatives, basées sur un fichier biographique, nous avons abordé le sens, les modalités et les conséquences de la migration de retour et les problèmes auxquels se confrontent les "brasileiros" dans sa réintégration.

APRESENTAÇÃO

O presente texto constitui a versão do primeiro volume da dissertação de doutoramento em História Moderna e Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto e defendida em 4 de Outubro de 1993. Da versão original, conservaram-se os mapas, quadros e gráficos (embora com alguns problemas de conversão dado o original reportar a um velho Macintosh), mas eliminou-se o volume de anexos que condensavam a informação quantitativa extraída de uma série de cerca de 122 mil registos de passaportes, levantados em ficheiro nominal dos respectivos livros do Governo Civil do Porto, além de uma série de dados nominativos sobre o retorno, como forma de tornar viável esta edição electrónica. O leitor mais interessado poderá consultar esses dados na obra original nas bibliotecas com depósito legal.

A investigação teve como objecto a corrente migratória que fluía do distrito do Porto para o Brasil no século XIX e que não tinha sido ainda analisada numa perspectiva histórica e social. Procurámos examinar a sua persistência e características, bem como estudar o impacto do retorno na sociedade de origem, a este nível regional. Neste sentido, tentámos perspectivar as relações regionais com o Brasil e interpretar os efeitos da emigração na estrutura familiar, discutindo o papel da reprodução social neste contexto. Confrontámos o campo das decisões familiares e individuais com a formulação e a aplicação das políticas de emigração. Definimos as configurações estatísticas do fluxo migratório legal (1836-1879), desenhando a evolução das características mais importantes, de acordo com a exploração dos registos de passaportes. Discutimos o papel do *brasileiro*, enquanto emigrante de retorno, e esboçamos o seu perfil com base numa fonte estatística limitada. Usando métodos qualitativos, com base num ficheiro biográfico, descrevemos o sentido, as modalidades e as consequências da migração de retorno e os problemas com que se confrontavam os *brasileiros* na sua reintegração.

Mas nenhuma obra nasce do nada e esta não é excepção. Para os autores que, mesmo sem quererem, nos ajudaram, seguimos a opinião de Umberto Eco, para quem a citação é uma forma de reconhecimento. O tipo de trabalho a que procedemos, exigindo uma procura muito grande de documentos particulares, levou-nos a importunar as mais variadas pessoas. Muitas receberam-nos com a maior benevolência, confiaram-nos documentos para fotocopiar ou para registar em ficheiro informático. No final do trabalho os resultados surgem diluídos, não sendo possível personalizar todos os intervenientes nestes contactos. Para todos os que desta forma colaboraram connosco, o nosso obrigado. Houve ainda informação valiosa que acabou por não ser utilizada, mas um projecto de investigação é um campo que se abre, num processo de renovação contínua, e este tema da emigração será em breve objecto de uma nova leitura, mais sucinta e retocada.

Desde a já longínqua data da sua apresentação pública, esta dissertação teve uma edição limitada de autor (1994), de circulação restrita, e alguns temas mais circunscritos foram já objecto de maior aprofundamento em artigos de revistas académicas. Dada a disponibilidade da Biblioteca da Faculdade de Letras do Porto para divulgar a versão inicial em edição electrónica, coloca-se agora à disposição de um público mais vasto.

A meu pai,
com saudade
das conversas sobre o Brasil.

"A emigração é ainda o único recurso de que dispomos para affirmar a nossa existencia como nação independente.

Cae no tumulto um portuguez que viveu para engrandecer com o seu trabalho e com o seu talento o seu paiz natal; mas não cae no olvido, porque a colonia dos que fugiram ergue altivo monumento. Tremulam ainda no mar e nos portos, bandeiras azues e brancas sobre o velame de barcos de longo curso, porque a colonia dos que fugiram, a estes dá carregamento e tripulação. Proclama um imperador a separação de duas nações; prende-as, estreita-as, confunde-as a colónia dos que partiram!

Desenvolve-se o commercio das nossas praças, affirma-se o credito nacional, levantam-se cidades nas planícies ajardinadas da província do norte, augmentam as casas bancarias, erguem-se luxuosos hoteis nas principais cidades, porque os emigrados passam uma vida inteira a roubar ao solo do Brazil tudo o que podem para dar á sua patria tudo que tem.

Há muito que por ahí andam os sabios a interrogar as estatisticas para descobrir onde está a séde da vida d'este desgraçado paiz! É a industria? É a agricultura? São as artes? É o commercio?

Não: é a emigração! apesar das febres que fulminam? Apesar d'ellas, porque é difficil distinguir entre o clima que mata e o clima que atrophia. - O mao que atrae não pode ser inferior ao bom que repelle."

GOMES DA SILVA,
"Emigração",
Commercio e Industria,
1º vol, nº6, 1880

ABREVIATURAS

A.A.C.P. - Arquivo da Associação Comercial do Porto
A.C.P. - Associação Comercial do Porto
A.D.P. - Arquivo Distrital do Porto
A.G.C.P. - Arquivo do Governo Civil do Porto
A.H.G.S.A. - Arquivo do Hospital Geral de S. António
A.H.M.P. - Arquivo Histórico Municipal do Porto
A.H.S.C.M.P. - Arquivo da S. Casa da Misericórdia do Porto
A.M.S.T. - Arquivo Municipal de Santo Tirso
A.M.V.C. - Arquivo Municipal de Vila do Conde
C.I.- *Comércio e Indústria*
C.P. - *O Comércio do Porto*
P.P.P. - *Periódico dos Pobres no Porto*

1 - EMIGRAÇÃO E RETORNO

- uma problemática

... estes indivíduos que no Brazil são chamados portugueses e entre nós brasileiros.

J. Tabner de Moraes¹

1.1 - Ponto de partida

Todos os anos, ao longo do século passado, alguns milhares de emigrantes do Norte de Portugal largavam da barra do Douro, atravessavam em lentos e incómodos veleiros o Oceano e desembarcavam nas terras do Brasil.

Era um movimento de pessoas cuja importância numérica ganhou significado ao longo do século XVIII e se sedimentou na barra portuense à medida que o Porto polarizou o dinamismo económico do Norte. Polarização, em grande parte, encorajada pelas medidas administrativas que, desde o pombalismo, contribuíram para despojar os outros portos provinciais do seu tradicional papel de plataformas no diálogo luso-brasileiro.

Vencedora nesta "guerra" regional que lhe assegura o controlo dos veleiros que interferiam na economia atlântica, a barra do Douro vai tornar-se o principal porto de escoamento da emigração oitocentista com origem no vasto "hinterland" de entre Minho e Vouga, mas aonde o lugar prioritário cabia, sem dúvida, ao distrito do Porto. Esta actividade de transporte de emigrantes torna-se tanto mais importante quanto decaem, após as vicissitudes da independência do Brasil, as relações comerciais de origem colonial que animavam um tráfico intenso entre os dois lados do Atlântico. Então, no dizer (reducionista) de Ricardo Jorge, *"esta oficina de exportação funcionava em cheio e numa simplicidade pitoresca. O rapaz, que vinha descalço da sua aldeia, vestia a roupa nova de cotim, de jaqueta ao ombro, calçava chinelas de carnaz e cobria-se com o chapéu braguês. A bagagem era a caixa de pinho, comprada na chamada Feira das Caixas, de tamanha que era ali a provisão. No surgidoiro estreito do Doiro, cavado entre ribanceiras empinadas, ancorava a frota de barcas, brigues, escunas e hiates, numa rede de mastros, vergas e cordame,*

¹ In *Primeiro Inquérito Parlamentar sobre a Emigração Portuguesa pela Comissão da Camara dos Senhores Deputados*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1873, p.177.

*tão cerrada que um bom marinheiro podia atravessar pelos ares este dédalo sem esforço - marinha veleira, mantida pelo tráfico da emigração e pelo comércio reinante com os portos do Brasil"*².

Só pelo último quartel do século XIX, incapaz de tornear os obstáculos naturais da sua barra para com os navios de forte calado, o porto do Douro se rende ante a concorrência do vapor, sendo quase esvaziado pelo de Lisboa, e tentando, depois, a recuperação com o porto artificial de Leixões. A emigração, essa, prossegue, em crescendo, até que a conjuntura internacional lhe seja hostil, o que só se verificará a partir da primeira guerra mundial.

No refluxo deste movimento, muitos emigrantes voltam, episódica ou definitivamente. Este mais discreto, procurando fazer passar despercebido o seu infortúnio ou evidenciando a doença que lhe corroeu o corpo e o ânimo. Aquele marcado pelo sucesso, "*com o sutaque da fala, indumentado de calças brancas, casaco de ganga, chapéu do Chili, adereçado de cadeia de ouro e anel de brilhantes*"³, num exotismo de modos que o romantismo fixará para sempre, recriando o estereótipo do "brasileiro". Mas, sobretudo no sentido da volta, circularão as "mesadas", os invisíveis correntes, as ansiadas remessas...

Naturalmente que este movimento migratório se insere no processo mais vasto das grandes migrações europeias que alimentaram o povoamento e a apropriação dos grandes espaços do Novo Mundo. No entanto, assumiu configurações específicas, dado surgir na continuidade de um projecto colonial que Portugal acalentava, agora em ruptura devido à independência do Brasil, bem como ao posicionamento de periferia que o País ocupava na economia-mundo.

Sobre a emigração portuguesa estão avaliados, numa extensa bibliografia,⁴ os contornos dos seus fluxos, os destinos, as políticas adoptadas, o seu papel no quadro da dependência externa, o seu enraizamento estrutural, as suas implicações no

²JORGE, Ricardo, *Brasil! Brasil!*, Lisboa, Empresa Literária Fluminense, 1930, pp. 19-20.

³ Idem, *ibidem*, p.22.

⁴ Remetendo embora o leitor para a bibliografia final, citem-se alguns estudos "clássicos": ALMEIDA, Carlos e BARRETO, António, *Capitalismo e Emigração em Portugal*, Lisboa, Prelo, 1976. COSTA, Afonso, *Estudos de Economia nacional, I- O Problema da Emigração*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1911. GODINHO, Vitorino Magalhães, "L'émigration Portugaise (XVe-XXe siècles)-une constante structurale et les réponses aux changements du monde", *Revista de História Económica e Social*, nº 1, 1978, pp. 5-32. MARTINS, Oliveira, *O Brasil e as Colónias Portuguesas*, Lisboa, Guimarães & C^a Editores, 7^a edição, 1978. Idem, *Fomento Rural e Emigração*, Lisboa, Guimarães & C^a Editores, 1956. PEREIRA, Miriam Halpern, *A Política Portuguesa de emigração, 1850-1930*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1981. SERRÃO, Joel, *A Emigração Portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1977. SILVA, Fernando Emygdio da Silva, *Emigração Portuguesa*, Coimbra, França & Arménio, 1917. SIMÕES, Nuno, *O Brasil e a Emigração Portuguesa*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1934. Para uma abordagem mais pormenorizada, cf. ARROTEIA, Jorge, e ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz, *Bibliografia da Emigração Portuguesa*, Lisboa, Instituto Português de Ensino à Distância, 1984.

processo de desenvolvimento nacional, para já não falarmos de uma literatura⁵ aonde os temas da aventura, da emigração e da saudade constituem uma tríade frequente ou dos testemunhos de um debate que ainda perdura e de que os jornais se fizeram eco. Mais recentemente, tem surgido estudos que colocam em confronto, sob prismas diversos, os dois pólos em relação - espaços de partida e de chegada⁶. Finalmente, o fenómeno migratório tem também sido observado numa perspectiva de micro-análise, integrado em abordagens mais totalizantes de comunidades rurais de origem⁷ ou de comunidades de emigrantes no estrangeiro⁸, focalizando os processos sociais e/ou as experiências vividas. Reconhece-se, assim, que a análise agregada, suportando "leis", tipologias ou modelos, está longe de esgotar a explicação do fenómeno, a qual passa pela observação contextualizada do meio social de partida do emigrante, do grupo familiar e do próprio indivíduo, nela convergindo factores estruturais e históricos: *"numa área geográfica coerente e rigorosamente delimitada, como é o Norte de Portugal, existem formas de adaptação societal à migração tão diversificadas localmente que nenhuma teoria geral de migração as pode cabalmente explicar"*⁹.

Neste contexto, o presente trabalho resulta de um projecto de investigação histórica, numa perspectiva económico-social, e propõe-se analisar os fenómenos da emigração e do retorno oitocentistas na sua articulação com a região de origem, tendo como espaço privilegiado de observação esta área de forte incidência migratória no Noroeste português - o Porto, enquanto distrito administrativo. Em termos diacrónicos, a análise incide, particularmente, no período 1836 a 1879, isto é, o período pré-estatístico¹⁰, sobre o qual recaem, por isso, mais apressadas

⁵ Em resumo, cf. CABRAL, A.M. Pires, *A Emigração na Literatura Portuguesa: uma colectânea de textos*, Porto, Secretaria de Estado da Emigração - Centro de Estudos, 1985.

⁶ PESCATELLO, Ann Marie, *Both Ends of Journey: an historical study of migration and change in Brazil and Portugal, 1889-1914*, Los Angeles, Universidade da Califórnia, dissertação de doutoramento, 1970. ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz, "Comunidades Migrantes em Situação Dipolar: análise de três casos de emigração especializada para os E.U.A, para o Brasil e Para França", *Análise Social*, nº 48, Lisboa, 1976, pp. 983-997. BAGANHA, Maria Ioannis Benis, *Portuguese Emigration to the United States, 1820-1930*, New York & London, Garland Publishing Inc., 1990.

⁷ Por exemplo, ARROTEIA, Jorge, *Os Ílhavos e Murtoseiros na Emigração Portuguesa*, Aveiro, Governo Civil, 1984. BRETTEL, Caroline B., *Homens que Partem, Mulheres que Esperam - consequências da emigração numa freguesia minhota*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1991. BRANDÃO, Maria de Fátima da Silva, *Land, Inheritance and Family in Northwestern Portugal : the case of Mosteiro in the Nineteenth Century*, Universidade de East Anglia, dissertação de doutoramento, 1988.

⁸ Cf. NETO, Félix, *A Migração Portuguesa Viva e Representada - Contribuição para o Estudo dos Projectos Migratórios*, Porto, Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas - Centro de Estudos, 1986. Numa perspectiva histórica, cf. MONTEIRO, Tania Penido, *Portugueses na Bahia na segunda metade do século XIX - Emigração e Comércio*, Porto, Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas - Centro de Estudos, 1985.

⁹ GOLDEY, Patrícia, "Emigrantes e camponeses: uma análise da literatura sociológica", *Análise Social*, nº 71, 1982, pp. 533-553 (p.537).

¹⁰ As primeiras estatísticas sistemáticas e oficiais sobre a emigração datam de 1885, se atentarmos no *Anuario Estatístico de Portugal*, a que se segue o *Movimento da População*, ambos editados pela Imprensa Nacional. Os números para anos anteriores são avançados em obras não-oficiais e relatórios sobre a emigração, ou parcelarmente em alguns relatórios de governadores-civis.

generalizações sobre o fenómeno migratório. Esta é, porém, uma época de mutações decisivas, em que se fazem sentir profundamente as repercussões da independência brasileira com as consequentes alterações institucionais, mormente ao nível da corrente humana, ao mesmo tempo que se verifica o envolvimento do País pela onda de industrialização e de liberalismo que avassala a Europa, a exigir respostas de recolocação de Portugal na nova ordem económica e de reorientação interna. A emigração, na sua permanência e crescente empolamento, surge aqui como sintoma da debilidade das transformações sociais¹¹ operadas (ou por operar), como resultado do jogo entre as indecisões colectivas e a urgência das decisões individuais.

A pluridimensionalidade do fenómeno migratório, a multiplicidade das abordagens teóricas que lhe são consagradas e a profundidade histórica de que se reveste implicam que se ultrapasse a antinomia tradicional entre história e ciências sociais apontada por Wallerstein¹² e se caminhe para um campo de convergência aonde seja possível conjugar generalizações e particularismos, praticando o que este autor designa como *"historical social science"*.

Trata-se, pois, de um processo de reconhecimento, com o objectivo de discernir fluxos, ciclos, lógicas e modalidades no movimento migratório e seus refluxos, bem como os efeitos produzidos e induzidos, tudo a partir das evidências históricas (sempre fragmentárias e indiciárias) que restam desse volumoso "lastro humano" dos veleiros oitocentistas, saídos da barra do Douro e, em parte, pelos vapores de Lisboa rumo ao Brasil. Reconhece-se, naturalmente, o efeito de objectivação na apreensão do real, o sentido de (re)construção do fenómeno, desde logo presente na selecção do campo teórico de base e na escolha do material empírico que o torna substantivo¹³.

Aceder à configuração multifacetada da emigração exige, como já referimos, multiplicar as escalas ou patamares de observação. Neste sentido, e dentro das limitações inerentes à natureza da investigação histórica, importa rastrear a corrente migratória enquanto volume de massas e correlacioná-la com indicadores pertinentes da sociedade de partida de modo a estabelecer redes de conexões; penetrar na família enquanto espaço de decisão ao nível de grupo económico, social e afectivo; seguir trajectórias individuais, tacteando comportamentos, tensões e projectos do emigrante

¹¹ Recordem-se as três grandes "impossibilidades" do século XIX português apontadas por Godinho : uma industrialização falhada, uma sociedade burguesa irrealizada, uma cultura sem eficácia social (GODINHO, Vitorino Magalhães, *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, Lisboa, Arcádia, 1971, pp.141-163).

¹² WALLERSTEIN, Immanuel, "World-Systems Analysis", in GIDDENS,A. e TURNER,J (orgs.), *Social Theory Today* , Cambridge, Polity Press, 1987, pp. 309-324. Diz o autor *"History is the study of, the explanation of, the particular as it really happened in the past. Social science is the statement of the universal set of rules by which human/social behaviour is explained"* (p.313). A este propósito, cf. BRAUDEL, Fernand, *História e Ciências Sociais*, Lisboa, Presença, 1982

¹³ Cf. BRUYNE, Paul de, HERMAN, Jacques, SCHOUTHEETE, Marc, *Dinâmica de Pesquisa em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Francisco Alves Editora, 1991, pp. 41-61.

enquanto sujeito. Ao nível dos modos e técnicas de investigação, procura-se, assim, fazer convergir o quantitativo e o qualitativo, numa perspectiva integrada de investigação, cerzindo cientificamente uma realidade histórica que será sempre dos domínios do "impreciso" ¹⁴.

1.2 - Sentidos da teoria

Toda a investigação decorre no interior de quadros de referência, em que as teorias funcionam como "redes sistemáticas" que nos ajudam a perceber o real, a racionalizá-lo, a explicá-lo, permitindo-nos construir "evidências" factuais que nos levem além do senso comum ou do empirismo absoluto. Produzir um objecto científico é, nesta linha, arrancá-lo ao vivido, pensar a sua especificidade, validá-lo em confronto com a pesquisa empírica, num processo dinâmico de interacção. Toda a metodologia está, assim, intrinsecamente ligada à teoria, que acompanha a investigação desde o início, permitindo os ajustamentos necessários através de exercícios de pertinência, de coerência e de verificabilidade. Deste modo, a teoria guia a investigação, permitindo questionar, seleccionar, discutir¹⁵.

Importa, pois, explicitar o enquadramento teórico da problemática ligada à emigração e ao retorno, como forma de evitar amontados de dados que suscitem interrogações descontroladas, no sentido de ultrapassar pressupostos, preconceitos e juízos de valor.

No campo das migrações, apesar de algumas tentativas, é importante dizer-se, desde já, que não existem as "grandes teorias" de validade universal, já porque os esforços teóricos se confinam a disciplinas específicas, já porque não existem abordagens dotadas de elasticidade suficiente para conglomerarem a natureza "total" do fenómeno. Não admira, pois, que a problemática das migrações surja, frequentemente, como um tema marginal, uma espécie de subproduto ou excedente teórico, algo de fugidio ou residual, que escapa aos complexos de relações estáveis e visíveis que a ciência costuma privilegiar. Assim acontece na economia, na sociologia, na antropologia e até na demografia, pelas dificuldades de mensuração e avaliação que apresenta, mas também pelo carácter de "irracionalidade" do sistema que evidencia. Este sentido de "marginalidade" da emigração é tão intenso que até surge conotado socialmente, sendo, ao nível do senso comum, reservado aos grupos sociais inferiores, pois nem toda a deslocação de residência se apelida de migração : por exemplo, falamos da imigração cabo-verdiana, mas não utilizamos a mesma

¹⁴ Cf. MOLES, Abraham A., *Les sciences de l'imprécis*, Paris, Seuil, 1990.

¹⁵ Cf. BRUYNE *et al.*, ob. cit., pp. 101-130.

linguagem para os técnicos alemães ou americanos que superintendem em empresas de capital estrangeiro, pois, hoje como ontem, a conotação deriva de elementos como a massificação e baixa condição social¹⁶.

Por outro lado, a teorização existente raramente se debruça de forma exclusiva sobre a emigração ou o retorno (embora abundem os estudos empíricos sobre estes temas) para se centrar preferencialmente nos processos migratórios, já que o conceito de emigração agrega apenas uma conotação político-administrativa, apresentando a mesma lógica das migrações interiores. Como dizem Cardelus *et al.*, " *que a migração se realize para um lugar da mesma formação social ou para o estrangeiro não é uma questão central. As migrações interiores ou exteriores são originadas por mecanismos similares, é um determinado funcionamento da sociedade que provoca a deslocação*".¹⁷

No caso português, esta similaridade, embora contestada por diversos autores¹⁸, é tanto mais importante quanto põe em relevo a dimensão histórica do fenómeno, ou, na expressão de Godinho, a sua natureza estrutural¹⁹. No Noroeste português, especificamente, as migrações sempre foram intensas, desde há séculos, o que obriga a sublinhar o seu carácter de resposta às condições internas e a relativizar o papel da atracção externa, esta fundamentalmente responsável pela variação de destino. No passado, em paralelo com movimentos internos de sentido Norte-Sul e de êxodo rural, a emigração sintoniza-se com a economia de plantações e os processos de urbanização do Brasil, torna-se "latente" nas décadas de 30 e 40 deste século e, recentemente, liga-se ao fenómeno de recuperação industrial da Europa do pós-guerra²⁰.

A similaridade apontada não pode ocultar a diversidade das migrações, tudo dependendo da perspectiva de análise. Essencialmente dependente de critérios burocráticos, a demografia estabelece distinções muito nítidas entre migrações internacionais, sazonais, pendulares, de retorno, temporárias ou definitivas, o movimento de refugiados, o êxodo rural ou as migrações transatlânticas oitocentistas, tudo dependendo de pressupostos baseados na distância e no tempo de migração²¹.

¹⁶ Cf., a este respeito, CARDELÚS, Jordi, OROVAL, Josep M. e PASCUAL, Angels, "Organizacion Social y Movimientos Migratorios", in PEREZ, Jose Cazorla, *Emigracion y Retorno : una perspectiva europea*, Madrid, Instituto Español de Emigracion, 1981, p. 32.

¹⁷ Idem, *ibidem*, p.36

¹⁸ Não podemos esquecer que, nas migrações internacionais, os obstáculos administrativos, derivados das políticas de imigração ou de emigração, podem assumir um papel determinante sobre o potencial migratório.

¹⁹ GODINHO, V.M., ob. cit. Cf., ainda do mesmo autor, o texto " Para uma política de emigração", in *As Ciências Humanas: Ensino Superior e Investigação Científica em Portugal. Algumas achegas preliminares*, Lisboa, Sociedade Portuguesa de Ciências Humanas e Sociais, 1982, pp. 87-96.

²⁰ Fenómeno este que caracteriza, em geral, a emigração maciça da Europa meridional (Cf. CARDELUS *et al.*, ob. cit., pp. 32-36)

²¹ TAPINOS, Georges, *Éléments de Démographie*, Paris, Armand Colin, 1985, pp. 153-170. Cf. POUSSOU, Jean-Pierre, "Les Mouvements Migratoires en France et a Partir de la France de la Fin du

Mas nesta área disciplinar é evidente a não existência de uma unidade conceptual relativamente às migrações, em confronto com as restantes variáveis microdemográficas. Tal facto explica que em demografia²² e, sobretudo, na demografia histórica²³ as migrações sejam uma variável subavaliada e subvalorizada, já que a reversibilidade e a renovação, como suas características intrínsecas e teoricamente repetíveis até ao infinito, banalizam a migração (lembramos os rituais que envolvem os outros acontecimentos demográficos - nascimento, casamento e óbito), ao mesmo tempo que dificultam os cálculos estatísticos, pondo em causa o conceito de "população estável" e exigindo a conceptualização de sistemas abertos.

Por isso, como reconhece Tapinos²⁴, não existem neste domínio modelos associáveis de forma inequívoca a um regime demográfico, como acontece com a fecundidade ou a mortalidade, e mesmo o modelo paradigmático da "transição demográfica" apresenta uma grande dificuldade para integrar a variável migrações, não obstante os efeitos de distorção que estas provocam quer sobre os "processos demográficos básicos", quer sobre as estruturas etárias²⁵. No entanto, tem sido desenvolvidas tentativas de aproximação dos movimentos migratórios ao processo de transição demográfica, partindo, sobretudo, dos modelos de análise espacial. Assim, a chamada "teoria da reacção por fases", desenvolvida por J. Davis e depois por S. Friedlander nos anos 60, liga o declínio da fecundidade às migrações do campo para as cidades e à emigração para o estrangeiro, revelando um paralelismo entre a transição demográfica, a industrialização e a variação espacial da população. Outro exemplo nesta linha é o de W. Zelinski que, partindo da teoria anterior, coloca a hipótese de uma transição da mobilidade humana paralela à transição demográfica: numa fase pré-transição, quando a mortalidade e a natalidade se apresentam em equilíbrio, com base em taxas elevadas e, conseqüentemente, de crescimento populacional nulo ou muito fraco, a migração teria pouco significado e as deslocções

XVe. Siècle au Début du XIXe. Siècle: approches pour une synthèse", *Annales de Démographie Historique*, Paris, Mouyon, 1970.

²² Em Portugal, há, contudo, alguns estudos de consulta indispensável. Cf. ALARCÃO, Alberto de, *Mobilidade Geográfica da População de Portugal (Continente e Ilhas Adjacentes) - Migrações Internas, 1921-1960*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1969. E ainda NAZARETH, J. Manuel, "Os efeitos da emigração na estrutura de idades da população portuguesa", *Análise Social*, nº 46, 1976, pp. 315 -362.

²³ Citem-se, no entanto, alguns trabalhos de referência em demografia histórica, nomeadamente POUSSOU, Jean-Pierre, "Introduction à l'étude des migrations anciennes" in MARCÍLIO, Maria Luiza e CHARBONNEAU, Hubert, *Démographie Historique*, Paris, P.U.F., 1970, pp. 153-188. Cf., ainda do mesmo autor, "Réflexions sur l'apport démographique des études consacrés aux migrations anciennes", in *Migrations Intérieures - Méthodes d'observation et d'analyse*, Paris, Actes du IV Colloque National de Démographie du C.N.R.S., 1975, pp.137-156. Em Portugal, cf.. AMORIM, Maria Norberta, "Emigração - uma variável demográfica influente", *Ler História*, nº 22, 1991, pp. 3-14.

²⁴ Ob. cit., pp. 267-268. Diz o autor: "Les tentatives de théorisation ne sont ici rien d'autre que des descriptions mises dans une perspective historique".

²⁵ Cf. NAZARETH, ob.cit., p.315.

seriam cíclicas e temporárias; à medida que a mortalidade começa a decair e a natalidade não a acompanha de imediato resulta um excedente de população nas zonas rurais que se dirige para as cidades industriais ou para o estrangeiro, verificando-se um salto na mobilidade geográfica de vários tipos; com a progressiva reposição do equilíbrio mortalidade/natalidade, agora a níveis baixos, e a diminuição do crescimento populacional, verifica-se uma diminuição da mobilidade geográfica anterior (rural-urbano, e internacional), emergindo, porém, novas formas migratórias de mobilidade intra ou inter-urbanas, respondendo às necessidades internas do mercado industrial de mão-de-obra²⁶, e surgindo as migrações internacionais como controladas. Com aplicabilidade na Europa e América do Norte, estas explicações estão longe de responder às inúmeras situações (demasiadas para serem exceções) vindas, sobretudo, dos países em vias de desenvolvimento, mas também de alterações recentes verificadas em países europeus que vivem alguma recuperação em zonas rurais, pelo que se tem de reconhecer a limitação destes desenvolvimentos teóricos.

As dificuldades de teorização no campo dos fenómenos migratórios não pode, porém, ser confundida com indigência na investigação, devendo apenas conexionar-se com a natureza do fenómeno, que ultrapassa os domínios do demográfico e do económico para se plasmar no psicológico, no sociológico e no cultural, sendo estes de difícil quantificação e limitando por isso, de forma decisiva, a metodologia quantitativa.

De facto, desde 1885 que há um esforço continuado para estabelecer regularidades ou "leis" migratórias. É nessa altura que Ernest Ravenstein, no seguimento de pesquisas empíricas sobre a mobilidade em Inglaterra, apresenta um conjunto de proposições que estabelecem a teoria da "migração por passos sucessivos", as quais tiveram uma aceitação duradoura entre os estudiosos da vida urbana. Em suma, as linhas de força das "leis de Ravenstein" enunciam os seguintes princípios:

- a maioria dos migrantes deslocam-se segundo pequenas distâncias, preferindo os grandes centros industriais e comerciais;
- os movimentos de centripetação podem ser configurados como esquemas concêntricos, com atracção prioritária dos habitantes das zonas periféricas, criando-se aqui vazios que são preenchidos por indivíduos das zonas seguintes, em alargamentos sucessivos, pelo que o número de migrantes numa cidade surge como uma função decrescente da distância e proporcional à população da zona de origem;

²⁶ Cf. COURGEAU, Daniel, *Analyse Quantitative des Migrations Humaines*, Paris, Masson, 1980, pp. 217-220.

- os processos de dispersão da população das zonas de emigração são inversos dos das zonas de imigração, segundo um modelo simétrico;
- cada corrente migratória produz uma contra-corrente compensatória;
- os cidadãos emigram mais que os rurais;
- os homens emigram mais que as mulheres²⁷.

Essencialmente aplicadas às migrações internas, já que a conceptualização de distância aqui desenvolvida não se aplica às migrações internacionais, as leis de Ravenstein tiveram grande influência no desenvolvimento de modelos espaciais aplicados, por exemplo, na previsão do número de migrantes numa dada zona²⁸. Algumas proposições aplicam-se em numerosas situações, outras carecem de validade, já que esquecem a diferença social subjacente à mobilidade, a qual se torna particularmente visível em regiões com múltiplas etnias, como é o caso, evidenciado por Duchac, das cidades norte-americanas, em que os modelos de mobilidade dos negros são profundamente diferentes dos das diferentes populações brancas. De qualquer modo, *"o modelo de Ravenstein, sob forma modificada, constitui ainda hoje a contribuição teórica mais significativa dentro das teorias baseadas no modelo de atracção-repulsão. Assume um conjunto de factores associados à área de origem e um outro conjunto de factores associados à área de destino, a que se vão juntar as variáveis intervenientes que afectam, num dado momento, o equilíbrio desses interesses"* ²⁹.

Mas, daí para cá, torna-se impossível recensear todos as tentativas para encontrar "regularidades" migratórias e obter a sua tradução através da análise quantitativa. Numa perspectiva prática, Daniel Corgeau³⁰ mostra-nos a imensa bateria de técnicas hoje disponíveis, quer na perspectiva demográfica (métodos directos e indirectos, análise transversal e longitudinal), quer na análise espacial (diferenciação e interacção espacial), bem como os esforços de modelisação que lhes estão associados, normalmente com base no *push or pull* (factores de atracção/repulsão). Técnicas e modelos que são, porém, especialmente dedicados às migrações internas, estreitamente ligadas à sociologia e à geografia urbanas dos países desenvolvidos, baseadas em sólidos aparelhos estatísticos, com grande aplicação nas formações "duais", mas raramente se adequando à especificidade das

²⁷ Cf. JANSEN, Clifford J., "Migration: a Sociological Problem", in JANSEN, Clifford J., *Readings in the Sociology of Migration*, New York, Pergamon Press, 1966. Citadas também em DUCHAC, René, *La Sociologie des Migrations aux États Unis*, Paris, Mouton, 1974, pp. 63-65. Cf. ainda COURGEAU, Daniel, ob. cit., pp. 162-163. Segundo Duchac, embora, em 1940, Stoufer ainda procure "leis" para os movimentos migratórios, estas tendem, a partir daí, a ser substituídas pelo conceito de "modelo", compreendido como um esquema geral e não como um feixe de determinações de valor previsível (p.65).

²⁸ Cf. COURGEAU, ob.cit., pp. 162-178.

²⁹ JACKSON, John A., *Migrações*, Lisboa, Escher, 1991, p. 21.

³⁰ Ob. cit., a qual remete para bibliografia específica.

migrações internacionais. De qualquer forma, a insistência na análise demográfica e quantitativa, é fundamental, pois, como diz Duchac, se exceptuarmos a monografia baseada na observação de pequenos grupos, ela constitui a trama subjacente e permanente de toda a análise das migrações³¹. Esta importância, todavia, não impede as críticas à simplicidade e reducionismo, em geral, das suas interpretações, ao apresentar os movimentos migratórios "*como derivados de uma tendência para um equilíbrio da população entre diferentes zonas*" ³² , pois mesmo quando fazem interferir variáveis demo-económicas (densidade, recursos) resta sempre a impossível neutralidade na definição do "óptimo demográfico" em cada situação.

De notar, porém, que este tipo de análise se centra nas migrações e não no emigrante, facto que também acontece noutras propostas de análise, incluindo as qualitativas, como é o caso da célebre tipologia de Petersen, que apresenta a migração em quatro situações de interacção (com a natureza, o Estado, normas humanas e comportamentos colectivos) classificando-a, dicotomicamente, em conservadora ou inovadora³³, embora não seja esclarecido em relação a quem (sociedade de partida ou de recepção ?) se pode aplicar a classificação proposta.

Se nos debruçarmos sobre o papel das migrações no campo da análise económica, teremos de reconhecer, como o faz Tapinos, que estamos em face de "uma longa história de mal-entendidos", na medida em que, desenvolvendo-se em simultâneo, em pleno século XIX, a economia política e as grandes migrações internacionais, estas estão sempre fora da análise central³⁴.

Assim se, para a escola clássica, a emigração era um falso problema dado que o princípio da livre troca tendia para a igualdade internacional do preço dos factores, capital e trabalho, em especial do último, já para os neo-clássicos, baseados na raridade dos factores de produção como garantia de lucro no equilíbrio entre custos e receitas marginais, a emigração "*nasce de uma situação de oferta ilimitada de trabalho diferenciado*" ³⁵, pelo que as deslocações tenderão a efectuar-se entre zonas com salários diferenciados, num equilíbrio a atingir com o "óptimo" de população em cada local. Assim se explica a utilização do quadro teórico neo-clássico, ainda que matizado, na elaboração de modelos que fazem intervir a demografia ou a distribuição espacial com variáveis económicas.

³¹ Ob. cit., p.316.

³² Cf. CARDELÚS, *et al*, ob. cit., p.49.

³³ Para o desenvolvimento da tipologia, cf. PETERSEN, W. , "A general Typology of Migration", in JANSEN, C. J., ob. cit., pp. 49-68. Para uma crítica e proposta de desenvolvimento alternativo, cf. KRISHNAN P. e ODYNAK, D., "A Generalization of Petersen's Typology of Migration", *International Migration*, vol. XXV, nº 4, 1987, pp.385-397. Para uma utilização da tipologia, cf. COURGEAU, D. ob.cit., pp. 2-8.

³⁴ TAPINOS. Georges Photios, *L' Economie des Migrations Internacionales*, Paris, Armand Colin/ P.F.N.S.P, 1974, pp. 5-7.

³⁵ Idem, *ibidem*, p. 6

Nas interpretações de raiz neo-marxista, a emigração surge como um movimento da força de trabalho, com origem em formações sociais periféricas em direcção às formações centrais³⁶, num processo de estreita união com o "exército de reserva" de mão-de-obra industrial e a internacionalização das relações de produção³⁷.

Estes enquadramentos macro-teóricos, que tendem a considerar o migrante "*como um agente passivo perante as circunstâncias, empurrado e aspirado por forças económicas ou sociostóricas, que não controla*"³⁸, raramente nos dão conta da condição social do migrante, "naturalizando" mesmo essas condições de vida, marcadas pela transitoriedade e pela precariedade, pelo isolamento, pela desvalorização e desqualificação profissionais, pelo facto de ser um "*homem dividido entre dois mundos*". Muito menos explicam, como sublinha Goldey, o papel desempenhado pela "escolha", desde o modo de emigrar aos processos de decisão, ao destino, à avaliação das oportunidades, às expectativas que possui³⁹. Por isso, merecem relevo as micro-análises sobre indivíduos, grupos de emigrantes ou comunidades de origem e de destino, quer no campo da psicologia e da sociologia⁴⁰ (representações, integração, conflitos, minorias), quer no campo da antropologia⁴¹, muitos destes integrando a migração na abordagem global das comunidades camponesas e sua especificidade⁴², na linha teórica de Tchayanov⁴³ e seus desenvolvimentos. Inserida neste tipo de estudos ou autonomamente, tem vindo a ganhar importância a problemática da família na migração, quer como foco de atenção na região de origem, quer nos processos de adaptação e consolidação nas áreas de recepção, bem como nos seus processos de reorganização face à condição migrante.⁴⁴

Um aspecto durante muito tempo foi negligenciado nas análises migratórias - a migração de retorno, pois, normalmente, era assumido como de fraca expressão

³⁶ Para um aprofundamento das noções de *centro*, *periferia* e *semi-periferia*, cf. WALLERSTEIN, Immanuel, *The Modern World-System - capitalist agriculture and the origins of the european world-economy in the sixteenth century*, New York, Academic Press, 1974.

³⁷ Cf. RODRIGUEZ, Manuel Montalvo, "Imperialismo y Emigracion", in PEREZ, Jose Cazorla, ob. cit., pp.53-63.

³⁸ GOLDEY, P., ob.cit., p. 534.

³⁹ Idem, *ibidem*, p. 537.

⁴⁰ Cf., por exemplo, ROCHA-TRINDADE, M. Beatriz, *Immigrés Portugais*, Lisboa, ISCSPU, 1973; ou NETO, Félix, ob.cit.

⁴¹ Para o caso português, cf., por exemplo, BRETTELL, ob.cit.; BRANDÃO, M.F., ob.cit.; GOLDEY, Patrícia, "Migração e relações de produção : a terra e o trabalho numa aldeia do Minho,1876-1976", *Análise Social*, nºs 77-79, 1983, p.995-1021.

⁴² Cf. MENDRAS, Henri, *Sociedades Camponesas*, Rio de Janeiro, Zahar, 1978. Do mesmo autor, *La Fin des Paysans*, Paris, Babel, 1992.

⁴³ Cf. TCHAYANOV, A.V., "Teoria dos sistemas económicos não capitalistas (1924)" (com apresentação de M. Villaverde Cabral), *Análise Social*, nº 46, 1976, pp. 477-502.

⁴⁴ Para uma recensão deste tipo de estudos, cf. DUMON, W.A., "Family and Migration", *Internacional Migration*, vol. XXVII, nº 2, 1989, pp. 251-270.

quantitativa, ou, pelo menos, considerava-se fraco o seu impacto, dado acontecer em fases finais do ciclo activo da vida do homem. A recessão económica com o choque petrolífero de 1973 veio, porém, dar acuidade ao fenómeno do retorno no âmbito das migrações internacionais, pelo significado dos seus volumes, por acontecer após períodos curtos de emigração (portanto, com idades baixas, em plena fase activa) e pelas políticas de incentivo por parte dos países receptores⁴⁵. Hoje reconhece-se que, para períodos históricos anteriores, o problema foi subvalorizado, para o que muito terá contribuído a ausência de estatísticas neste domínio. De qualquer modo, o levantamento deste problema veio, também ele, sublinhar a necessidade de uma visão integrada do problema da emigração, não só no sentido bipolar (entre países de origem e de recepção) mas também numa perspectiva global, dada a interdependência dos processos económicos e políticos em termos transnacionais⁴⁶.

Se surgem, entretanto, muitos estudos sobre o retorno, deve referir-se, porém, a sua natureza empírica ou mesmo exclusivamente política, verificando-se uma total ausência de teoria, a não ser a elaboração de algumas tipologias sobre o perfil etário, sócio-profissional e educativo do retornado, motivações, etc. Richmond chama-nos a atenção para o modelo de E.S. Lee⁴⁷, em que este examina os conceitos de "corrente" e "contra-corrente", numa comparação entre factores negativos e positivos, quer na origem, quer no destino, e a intervenção de alguns obstáculos. Esta contra-corrente corresponderia, essencialmente, ao retorno, provocado por uma mudança no equilíbrio daqueles factores, em qualquer dos pólos, tal como situações de expansão ou depressão económica, melhor informação e conhecimento de oportunidades, sempre no pressuposto da natureza voluntária da migração e dependendo da responsabilidade pessoal e familiar do emigrante nos dois espaços geográficos. No campo empírico, surgem algumas evidências, como o facto de o migrante retornado ocupar no país de recepção uma posição intermédia em termos de sucesso, pois tanto as posições superiores como as inferiores surgem como inibitórias do retorno; o problema da dificuldade de reintegração na sociedade de origem constitui outro problema generalizado.

No campo teórico, porém, Richmond adverte-nos para as dificuldades de integrar o problema do retorno nos tradicionais modelos estáticos que apresentam o equilíbrio dos sistemas sociais como um processo homeostático, numa analogia

⁴⁵ Veja-se, a este respeito, a numerosa bibliografia sobre o retorno, inserta no volume dedicado ao 7º seminário sobre adaptação e integração dos imigrantes. Cf. *International Migration*, vol. XXIV, nº 1, 1986. Cf. ainda KUBAT, Daniel (ed.), *The Politics of Return - International Return Migration in Europe*, New York/ Roma, Center for Migration Studies, 1984.

⁴⁶ Para uma análise do retorno e suas implicações nas relações de interdependência "centro/periferia", cf. CHEPULIS, Rita L., "Return Migration: an analytical framework", in KUBAT, D., ob. cit., pp. 239-245.

⁴⁷ LEE, E.S., "A theory of migration", *Demography*, 3(1), 1966, p. 47-57., cit. por RICHMOND, Anthony H., "Explaining Return Migration", in KUBAT, D., ob. cit., pp. 269-275.

biológica. Encarando a migração de retorno como uma componente apenas dum processo mais vasto de "troca", propõe, por seu turno, para a análise migratória, o desenvolvimento de sistemas abertos, que tenham mais em conta o "feedback" da comunicação e da informação, que encarem o processo de adaptação como uma gestão de conflitos e tensões estruturais conducentes a várias saídas ⁴⁸.

Geralmente, porém, o debate circunscreve-se à elaboração de listagens sobre as vantagens e os inconvenientes das migrações para os países de origem, numa espécie de balanço que, de alguma forma, contribui para "branquear" ou justificar um movimento que radica profundamente nas estruturas do sistema social. Nesta linha, como nos diz E. Reyneri, é normal fazer sobressair do lado das vantagens, argumentos deste tipo :

- a emigração reduz a pressão demográfica, o desemprego e o subemprego, sobretudo na agricultura;
- os emigrantes que retornam fazem-no com qualificações profissionais acrescidas, representando ganhos sob o ponto de vista do "capital humano";
- a maioria dos emigrantes remetem uma elevada percentagem dos seus salários para a terra de origem, sob a forma de remessas para os familiares ou com vista ao momento do regresso;
- os emigrantes de retorno constituem um factor de inovação, já que o seu contacto com outras visões do mundo pode contribuir para estimular a mudança e o desenvolvimento social e económico das áreas de partida.

Estes argumentos contrabalançariam aspectos negativos derivados da emigração, tais como a desestruturação da população em sexo e idade, o que pode constituir um obstáculo à expansão económica, ou o facto de ser normalmente a componente populacional de maior nível educacional e de maior qualificação profissional a que emigra em primeiro lugar⁴⁹. O caso da Sicília, com uma emigração massiva no pós-guerra, estudado por Reyneri, evidencia como a emigração falha enquanto "*dispositivo endógeno para a transmissão internacional do progresso económico*", pois, ao contrário do que a teoria neo-clássica deixava supor, não se tornam operativos os efeitos de autocorreção, favoráveis ao arranque económico. O despovoamento, o envelhecimento e a forte feminização da área de emissão, conjugados com grandes influxos de capital derivados essencialmente de remessas dos emigrantes e de pensões, promovem um "*sistema económico de subsídio*", com

⁴⁸ Ob. cit., p. 272-273.

⁴⁹ Sobre as questões do "capital humano" e da análise "custos-benefícios" na emigração, cf. CAPORALE, Charles, "Custos e Lucros das Migrações Internacionais", *Análise Social*, nº 11, 1965, pp. 295-312. Cf., ainda, ANTUNES, Maria da Graça Marques, "Benefícios e Custos da Emigração - Introdução ao seu Estudo", *Estudos Sociais e Corporativos*, nº 17, 1966, pp. 82-109. Cf., também, MURTEIRA, Mário, "Emigração e Política de Emprego em Portugal", *Análise Social*, nº 11, 1965, pp. 258-294. Para uma crítica, cf. TAPINOS, G.P., ob.cit., pp. 20-25.

mudanças ao nível do consumo, do estilo de vida e dos valores dominantes, mas sem inovação e racionalização correspondente nos mecanismos produtivos, ou seja, emerge um processo de "*modernização sem desenvolvimento*"⁵⁰. Daí decorre a necessidade, por parte dos países de emissão, de adoptar políticas devidamente planificadas e adequadas às diferentes situações, no sentido de promover tanto a reinserção profissional dos retornados, como a criação de instrumentos eficazes que canalizem as poupanças dos emigrantes para o tecido produtivo⁵¹.

Neste contexto, a tipologia de F. P. Cerase, relativa às migrações de retorno, ajuda-nos a balizar os limites estreitos por onde passa a eventualidade da modernização, tendo em conta a predisposição emergente das várias situações de retorno:

- **retorno de fracasso**, especialmente constituído por emigrantes de origem rural, que só conseguiram postos de trabalho de condição inferior, nunca se tendo integrado nas sociedades de acolhimento, pelo que voltam em condições idênticas às de partida;

- **retorno de conservantismo**, por parte daqueles que, apesar de terem tido algum sucesso, conservam os seus comportamentos tradicionais de origem e vivem na obsessão do retorno para um estabelecimento próprio, em pequenos negócios ou serviços.

- **retorno de jubilação**, por parte dos que tiveram êxito, conseguiram avultadas economias e a idade não lhes permite novas adaptações, pelo que voltam apenas para viver das economias ou das eventuais pensões de reforma.

- **retorno de inovação**, em referência aos emigrantes que aproveitaram a sua experiência para melhorar os seus conhecimentos e qualificação profissional, adquiriram novas atitudes e comportamentos, e voltam ao país de origem para aproveitar os seus conhecimentos numa reinserção mais eficaz na sociedade⁵².

Processo de relação, mais do que simples transferência geográfica de indivíduos, a emigração insere-se numa trama de dependências, onde coexistem tanto

⁵⁰ Cf. REYNERI, Emilio, "Emigracion y area emissora: el caso de Sicilia", in PEREZ, Jose Cazorla, ob. cit, pp. 67-94.

⁵¹ Sobre este aspecto, cf. alguns importantes artigos in KUBAT, Daniel (ed.), ob. cit.. Por exemplo: GOLDEY, Patrícia, "Migration, Cooperation and Development: an examination of a pilot project in Portugal", pp.45-53; SERRA-SANTANA, Ema, "Return of Portuguese: economic goals or retention of one's identity", pp. 55-56; SARACENO, Elena, "Return Migration in Friuli - Venezia Giulia", pp. 67-71; KING, Russel e outros, "Return Migration and the Development of the Italian Mezzogiorno", pp. 79-87. Mas para o caso português, cf., essencialmente, SILVA, Manuela, e outros, *Retorno, Emigração e Desenvolvimento Regional em Portugal*, Lisboa, I.E.D., 1984. E ainda POINARD, Michel, "Emigrantes Portugueses: o Regresso", *Análise Social*, nº 75, 1983, pp. 29-56; Idem, "Emigrantes Retornados de França: a Reinserção na Sociedade Portuguesa", *Análise Social*, nº 76, 1983, 261-296.

⁵² Citado por GONZÁLEZ, Luis Borreguero, "El Retorno em la Emigración: Problemas y Possibles Soluciones", in PEREZ, José Cazorla, ob. cit., pp. 225-242. Cf. também BOHNING, W.R., *Studies in International Labour Migration*, Londres, Macmillan, 1984, pp. 165-190

as continuidades como as rupturas entre os dois espaços de referência, articulados entre si, numa "funcionalidade dependente", para utilizarmos a expressão de Carlos C. Almeida⁵³. As rupturas operam-se a um nível individual, nomeadamente através de uma nova percepção do espaço por parte do emigrante, admitindo a existência de outros espaços para além do local e do quotidiano, num processo de extensão e de diversificação, para o que muito contribuem as notícias e outros elementos de comunicação vindos de familiares ou conhecidos já instalados.

Pressupondo o campo da decisão pessoal, a emigração, no entanto, ultrapassa-o e limita-o, na medida em que a afirmação crescente das nacionalidades e dos proteccionismos diversos (económicos, sociais, culturais) criou quadros específicos, organizados, planificados, frequentemente negociados entre os países de acolhimento e os de emissão, num processo de adequação à conjuntura, surgindo as fronteiras como limites à mobilidade. Às políticas de apelo generalizado, promovidas pelos países do Novo Mundo no século passado, sucederam-se mecanismos de selecção e de contingentação neste século. Às políticas de dificuldade burocrática de antigamente, por parte dos países emissores, sucederam-se tentativas de negociação e de apoio aos emigrantes, pelo menos simbolicamente. No caso português, Miriam Halpern Pereira demonstrou o carácter restritivo e repressivo das políticas de emigração, evidenciando a ambiguidade e o sentido contraditório da legislação respectiva, perante a política brasileira de incentivo à imigração, dada a necessidade de prover o mercado de mão-de-obra assalariada e o objectivo de alargar as áreas de cultivo ⁵⁴.

Mais do que movimento espontâneo, enquadrado nos princípios de liberdade de circulação, a emigração foi crescentemente enquadrada na visão economicista da mobilidade dos factores de produção: assim, à antiga discussão oitocentista emergente da mentalidade malthusiana *versus* mentalidade populacionista, sucederam-se as políticas empenhadas numa mobilização racional da mão-de-obra, procurando resolver problemas conjunturais de emprego com os imigrantes, os quais

⁵³ ALMEIDA, Carlos C., "Movimentos migratórios, espaços socioculturais e processos de aculturação", *Análise Social*, 1975, n.ºs 42-43, pp. 203-212. Cf., ainda, do mesmo autor, "Sobre a problemática da emigração portuguesa: notas para um projecto de investigação interdisciplinar", *Análise Social*, n.º 40, 1974, 778-788.

⁵⁴ Cf. PEREIRA, Miriam Halpern, ob. cit., pp. 9-21. Da mesma autora, cf., ainda, "Algumas observações complementares sobre a política de emigração portuguesa", *Análise Social*, n.ºs 108-109, 1990, pp. 735-739. Sobre a política de imigração norte-americana e seus reflexos na emigração portuguesa, cf. BAGANHA, Maria Ioannis Benis, ob. cit. Para a política brasileira de imigração, cf. diversos artigos in ROSOLI; Gianfausto (org.), *Emigrazioni Europee e Popolo Brasiliano*, Roma/S. Paulo, Centro Studi Emigrazione, 1987. E ainda WESTEPHALEN, Cecília Maria e BALHANA, Altiva Pilatti, *Política e Legislação Imigratórias Brasileiras e a Imigração Portuguesa*, comunicação ao "Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração Portuguesa -séculos XIX e XX", Lisboa, 12-13 de Novembro de 1992. Mas para uma leitura de pormenor da problemática brasileira dos meados do século passado, continua a ser de indispensável leitura a obra de Augusto de CARVALHO, *O Brasil - Colonização e Emigração*, 2ª edição, Porto, 1876.

se transformam em "carga social" em épocas de recessão. A emigração tende, nesta linha, a ser perspectivada sob um prisma macroeconómico, associada à problemática do crescimento.

No caso das migrações atlânticas, encontramos exemplos desse tipo de análise macroeconómica em estudos como os de Brinley Thomas, o qual estabelece um modelo no mecanismo de relação das economias de vanguarda para o período anterior à Grande Guerra, no que se refere aos movimentos de população e de capital no crescimento económico. Assim, Thomas encontra, para o período de 1869-1913, uma sincronização muito estreita entre os picos de investimento inglês no continente americano e os fluxos emigratórios com o mesmo sentido, sugerindo a simultaneidade da exportação de capital e de mão-de-obra, a que se seguia, com atraso de um a dois anos, uma intensificação no ritmo de construção civil, nomeadamente, no caminho-de-ferro e na habitação. O inverso também se verificava, isto é, acréscimos de investimento na Grã-Bretanha concatenavam-se com diminuição de emigração. Em termos de modelo, o mecanismo funcionava deste modo : um país C industrializado, com excedentes de mão-de-obra e rico em capitais e um país D, rico em recursos naturais, mas com falta de mão-de-obra e de capitais, ambos com um sector de construção e um sector de exportação; a exportação de capital e de mão-de-obra de C para D, provoca um rápido crescimento na construção em D, mas diminui o investimento na construção em C, o que diminui a atracção urbana, sendo que a emigração surge como substituto das migrações internas; com o crescimento do investimento em C, o ciclo inverte-se, diminuindo a emigração, a exportação de capitais e caindo a construção em D. Modelo este que se esgota com as alterações estruturais verificadas após a guerra de 1914-1918, e mesmo depois de 1945 deixa de se verificar, em termos simétricos, pois os investimentos americanos na Europa e resto do mundo, apesar de volumosos não são acompanhados de qualquer movimento populacional, já que se dirigem a zonas onde a mão-de-obra é abundante⁵⁵.

Mais recentemente, Georges Tapinos ⁵⁶, no contexto das migrações intra-europeias do pós-guerra, produziu uma síntese sobre a economia das migrações internacionais, passando em revista as abordagens mais usuais (estatística descritiva e analítica, análise custos-benefícios e econometria) e propondo aproximações teóricas a vários níveis. É importante reter algumas linhas de força da sua análise,

⁵⁵ Cf. THOMAS, Brinley, " Migration and International Investment", in THOMAS, B. (ed.), *Economics of International Migration*, London, Macmillan, 1958, pp. 3 -16. Recentemente, Sacuntala de Miranda procedeu a exercício idêntico, correlacionando fluxos de capital britânico para a América do Sul com o movimento da emigração portuguesa para igual período, embora encontre alguma autonomia entre as duas variáveis. Cf. MIRANDA, Sacuntala, "Emigração e Fluxos de Capital, 1870-1914", comunicação ao "Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração Portuguesa -séculos XIX e XX", Lisboa, 12-13 de Novembro de 1992.

⁵⁶ TAPINOS, Georges Photios, *L' Économie des Migrations Internationales*, Paris, Armand Colin/PFNSP, 1974.

sobretudo as que mais directamente se ligam ao fenómeno da emigração oitocentista na perspectiva desenvolvida neste trabalho.

No âmbito da análise económica e demográfica, face ao esquecimento (ou secundarização) das migrações, Tapinos revela os esforços da teoria do óptimo demográfico, embora reconheça a sua incapacidade para explicar satisfatoriamente os movimentos migratórios. Enquanto aproximação demo-económica aos problemas do equilíbrio entre população e recursos, o "óptimo demográfico" (que o autor considera como uma aplicação estrita da teoria dos rendimentos decrescentes), apresenta dificuldades em ir além do óbvio, resultando num impasse: coloca a atenção nos problemas da migração, mas não permite avaliar o volume ou a estrutura óptima dos migrantes, não estabelece "instrumentos" para realizar ajustamentos ou resolver os problemas de fundo⁵⁷.

Nesta linha, o autor concede um lugar de relevo aos estudos teóricos sobre as grandes migrações transoceânicas oitocentistas, em que estas surgem correlacionadas com as transformações estruturais ligadas à industrialização, aparecendo as diferenças entre os diversos países europeus (nórdicos ou meridionais) associadas à extensão do desenvolvimento económico através da Europa. No debate sobre factores de atracção/factores de repulsão, emerge a preponderância dos primeiros, tendo a disponibilidade de emprego, no curto prazo, assumido o papel de "principal variável explicativa", enquanto o diferencial de rendimento e os factores de repulsão só se revelam importantes nas flutuações de longo prazo. Mas nesta confrontação dos ritmos de emigração com as variáveis económicas surgem desfasamentos inevitáveis, porque a emigração não pode ser analisada apenas sob o ponto de vista funcional, sendo necessário integrá-la nos esquemas de interdependência se pretendermos, mais do que explicar o fluxo num dado momento, detectar a sua emergência. Neste aspecto é preciso introduzir outro tipo de indicadores, como o grau de informação à partida, o qual passa, por exemplo, pela existência de experiências anteriores de indivíduos próximos do candidato à emigração. Outra linha de força que o autor retém no estudo das migrações transoceânicas é o reconhecimento de uma "economia atlântica", na linha do modelo de Brinley Thomas anteriormente citado. O sentido de complementaridade nos fluxos de produtos e factores e o fenómeno da transmissão internacional dos ciclos (observando-se um paralelismo nos movimentos de mão-de-obra, capitais e mercadorias, a substituição entre migrações internas e externas e a divergência nos movimentos cíclicos entre os países de atracção/emissão), indicam-

⁵⁷ Idem, *ibidem*, pp. 8-9. Citando R. Courtin e para mostrar a limitação da explicação demo-económica, Tapinos alude à questão estrutural, mostrando que, por mais excedentária que fosse a população da Tunísia, a imigração europeia tinha elevado o rendimento médio, não só dos dois grupos em conjunto, mas também o dos indígenas considerados isoladamente, tendo-se verificado uma redução drástica desse rendimento com a saída dos franceses.

nos a existência de uma economia integrada, onde os movimentos podem ser interpretados como interregionais. Finalmente, Tapinos considera os efeitos económicos no país de imigração, nomeadamente sobre o emprego, salários e nível de vida, factores que contribuem para determinar a definição das políticas de imigração⁵⁸.

Procurando ir mais além, Tapinos desenvolve uma análise em três momentos: um nível microeconómico, onde se relaciona a migração com o equilíbrio do mercado de trabalho, procurando uma teoria para a decisão de emigrar; um nível macroeconómico, relacionando migrações com crescimento e incidências respectivas nos países de recepção e de emissão; um nível mais alargado, questionando o papel das migrações no equilíbrio internacional, conjugando a mobilidade dos factores com o domínio das trocas e dominação internacionais.

Ao procurar fundamentar a "decisão de emigrar", Tapinos insere-se numa perspectiva genética, procurando as razões da emigração e não apenas a mensuração de uma dada corrente, como é vulgar encontrar-se nos modelos mais usuais. Neste sentido, a emigração surge-nos com um carácter sequencial, implicando uma série de encadeamentos, não se resumindo à decisão de partir, mas implicando o futuro do emigrante, tendo em conta um conjunto de antecipações.

Embora o campo empírico apresente uma diversidade muito grande de "causas e motivações", é possível recensar um conjunto reduzido, mas geral, de "variáveis estratégicas": mutações estruturais, custos de deslocação e selectividade demográfica. Assim, a emigração coincide, geralmente, com processos de ruptura, de origem diversa, nem sempre observáveis, pois podem resultar de apreciações subjectivas do emigrante. É o caso das transformações económicas, que podem ou não ser acompanhadas de transformações institucionais, em que o camponês, por exemplo, pode emigrar por achar que já não tem condições para continuar a sua actividade e procura a ascensão social fora do seu nível de origem, como pode fazê-lo por entender que, com uma migração temporária, conseguirá manter essa actividade, resolvendo, através de uma poupança intensiva, problemas pontuais mas de resolução indispensável. Outra situação frequente radica no desenvolvimento exógeno do sistema de ensino em relação ao crescimento económico, na medida em que a difusão de informação alarga o fosso entre as aspirações individuais e a capacidade de absorção do sistema económico. Assim, segundo o autor, na emigração parecem ser mais importantes as *mudanças* do que as *situações*⁵⁹, pois muitas vezes a explosão emigratória até coincide com processos de arranque e crescimento, os quais provocando instabilidade e difundindo informação contribuem para modificar os

⁵⁸ Idem, *ibidem*, pp. 10-16.

⁵⁹ Segundo Tapinos, a maioria dos estudos revela que não há correlação significativa entre pressão demográfica e emigração ou entre taxa de desemprego e emigração. (p.52)

sistemas de preferência dos trabalhadores. Os custos de deslocação, englobando aqui tanto os financeiros como os de oportunidade ligados à deslocação, condições de estadia e de actividade, constituem outra variável a ter em conta. Neste caso, as migrações transatlânticas, são um bom exemplo, pois para além do custo financeiro elevado do transporte, a sua duração e os problemas de afastamento e inserção, fizeram com que grande parte da emigração só fosse possível com o recurso aos programas dos países de acolhimento ou às redes familiares. Por outro lado, não se pode esquecer a selectividade demográfica, desde a preponderância do sexo masculino a determinados padrões etários (jovens e activos) e de estado civil, permanecendo ainda bastante obscuras as relações entre a emigração e a família. Assim, a emigração não surge como fruto da rotina, supõe uma decisão, embora exija um certo limiar para que se torne efectiva⁶⁰.

Nesta linha, Tapinos esquematiza, do modo seguinte, as determinantes/obstáculos à mobilidade:

- 1- possibilidade de um cálculo racional (informação, custo, incerteza)⁶¹;
- 2- natureza das variáveis (meio, população, comportamento);
- 3- ponto de impacto das variáveis (factores de ruptura ou de explicação cumulativa)⁶².

Naturalmente que a decisão de emigrar se conjuga com políticas imigratórias nos países de recepção, particularmente em momentos de crescimento e conjunturas de "sobre-emprego", com desafecção dos nacionais em relação aos lugares sazonais, precários ou de baixa qualificação, permitindo que a imigração se substitua à necessidade de políticas deflacionistas. Neste contexto, o recurso à mão-de-obra estrangeira, mais flexível e dotada de maior elasticidade, pode surgir ainda como estratégia empresarial, quer a empresa esteja em fase de envelhecimento e, portanto, não suportando salários elevados, quer em fase de renovação e, por isso, exigindo utilização mais intensiva do equipamento, com agravamento das condições de trabalho. Esta situação implica, obviamente, uma prática de discriminação em relação

⁶⁰ "... il y a un degré de misère qui interdit tout déplacement." Em sentido oposto, se pode dizer que a partir de um determinado nível social, a atracção pela emigração é muito débil, qualquer que seja o diferencial de rendimento entre os países de partida e de recepção, pois a decisão de emigrar acarretaria uma desqualificação na hierarquia social, já que representaria uma preferência pelo estatuto económico, em detrimento do estatuto social, pondo em causa o sistema de valores prevalecente. Este aspecto, de menor importância nas migrações definitivas, é decisivo nas migrações que se encaram, pelo menos à partida, como temporárias, já que estas representam uma tentativa de afirmação dentro dos valores sociais do local. Embora a prática do "brain drain" pareça infirmar esta perspectiva, recorde-se que os "altamente qualificados" são uma ínfima parte da população potencialmente migrante (idem, *ibidem*, p. 59-60).

⁶¹ Quer individual, quer colectiva, já que por vezes os custos de deslocação não se apresentam elevados face aos ganhos futuros, mas são muito altos face às condições de origem, o que implica que a emigração de um membro da família não seja possível senão com o acordo do grupo e a concentração das economias familiares (idem, *ibidem*, p. 59).

⁶² Idem, *ibidem*, pp. 41-67.

ao imigrante, embora a imigração, quando, cumulativamente, atinge um certo volume possa adquirir uma dinâmica própria, provocando a desagregação do mercado de trabalho e a sua "balcanização", isto é, a proliferação de vários "mercados de trabalho fechados", adstritos a determinados grupos étnicos da imigração, numa auto-organização das "profissões medíocres" que lhes permite controlar determinados segmentos do espectro profissional⁶³.

Que implicações assume a emigração nos países de recepção e de emissão, na sua relação com o crescimento económico? Afectando todas as variáveis e relações do circuito económico, a incidência da imigração nas zonas de recepção tem dado lugar a um grande debate, mas como se trata de um processo que se desenrola durante muito tempo, não é possível apresentar uma versão única dos seus efeitos, pois verificam-se alterações e inversões (com o retorno ou o reagrupamento familiar, por exemplo). Esse debate tem-se centrado em questões como a influência da imigração no modo e ritmo de crescimento, as suas implicações na acumulação de capital e sua repartição, na balança de pagamentos e inevitáveis transferências para o país de origem⁶⁴, nos mecanismos de inflação/deflação, no progresso técnico, dada a oferta ilimitada de trabalho que a imigração representa e a elasticidade que confere ao sistema económico (pela flexibilidade e vulnerabilidade que os migrantes representam no mercado de trabalho). Mas o debate também se debruça sobre as questões de mobilidade (social, profissional, categorial e geográfica). No que se refere à mobilidade social, sublinhe-se que, contrariamente à ideia geral de que os imigrantes ocupam o escalão mais baixo da hierarquia, Tapinos sugere um modelo diferente, em que os imigrantes ocupam um escalão inferior, mas não necessariamente o mais baixo, pelo que, por um lado, favorecem a ascensão dos nacionais que lhe são superiores mas, simultaneamente, bloqueiam a mobilidade dos nacionais que à partida são desfavorecidos⁶⁵. No campo da mobilidade geográfica, alguns estudos apontam para a contenção do êxodo rural nos países de imigração, já que os rurais sem qualificações especiais, face à concorrência dos estrangeiros, optam, em grande parte, por permanecer no campo. Outras investigações, porém, revelam que a imigração permite um maior salto dos rurais nacionais, que passam directamente do sector primário para os serviços, sem cumprirem a etapa do secundário, reservado em grande parte para os imigrantes⁶⁶.

⁶³ Idem, *ibidem*, pp. 68-87.

⁶⁴ Tapinos sublinha que mesmo a imigração temporária pode não significar um processo de transferência integral das economias dos imigrantes, já que por questões de rentabilidade ou de segurança política, este pode preferir "entesourar" ou mesmo "colocar" as suas poupanças no país em que desenvolve a sua actividade (p.144).

⁶⁵ Idem, *ibidem*, p.166.

⁶⁶ Idem, *ibidem*, pp.137-171.

No que se refere aos países de emissão, considerou-se, durante muito tempo, que a emigração era uma forma de substituir o "desenvolvimento impossível", e só, recentemente, face às acusações de responsabilização dos países receptores pelo subdesenvolvimento daqueles países, se vem fazendo investigações no sentido de procurar relações possíveis entre emigração e crescimento económico nas áreas emissoras. Naturalmente, que as migrações internacionais de trabalho da actualidade apresentam características bastante diferentes das do século passado, não obstante, tentemos, resumidamente, apreender os principais sentidos desta problemática. Tapinos divide a sua análise em dois tópicos, que, elucidativamente, intitula : "*a preferência pelo presente*", a "*hipoteca do futuro*" . Assim, no curto período, os efeitos da emigração podem ser visíveis no equilíbrio de emprego, sobretudo, se a emigração for protagonizada por desempregados ou por indivíduos em situação de subemprego, podendo induzir uma maior produtividade marginal e uma elevação local de salários para os que permanecem. A emigração, normalmente, permite a manutenção dos níveis de produção, excepto se for muito acentuada, embora muitas regiões hoje subpovoadas tenham uma longa história de emigração massiva, em que a tradição de emigrar (que se objectiva em "redes", hábitos, grande informação), só por si, constitui um incentivo à partida. O nível de vida das famílias dos emigrantes, motivação essencial da partida, apresenta uma melhoria nítida, com propensão a acréscimos de consumo de bens essenciais, dado o baixo nível de origem, embora uma parte essencial das economias remetidas se destinem à construção imobiliária : "*a posse duma casa, em simultâneo com a preferência por profissões independentes, traduz o desejo de ascensão social do migrante, ascensão que, nas estruturas sociais existentes, se exprime fundamentalmente pela dupla independência profissional (não salarial) e pessoal (propriedade)*" ⁶⁷. Em casos de emigração por parte de pequenos proprietários agrícolas verifica-se o reequilíbrio de explorações deficitárias, antes condenadas ao desaparecimento. Finalmente, observa-se o fenómeno das poupanças, cujo papel no arranque económico está dependente da dinâmica das estruturas de enquadramento (rede bancária, empresas, Estado). Mas o traço dominante será a melhoria de rendimentos dos familiares dos emigrantes⁶⁸, em resultado apenas das remessas e quase nunca por acréscimos de salários induzidos pela emigração. Por outro lado, as remessas produzem um efeito duplo, pois, se a nova prosperidade de algumas famílias enraíza localmente as pessoas a ela afectas, evitando a emigração ou êxodo rural, também essa mesma prosperidade induz outros a partir, sobretudo jovens e activos, provocando distorções graves na estrutura populacional, a que alguns autores chamam "efeito de fossilização". A este relativo bem-estar geral,

⁶⁷ Idem, *ibidem*, p. 175.

⁶⁸ Para o caso português, cf. LEEDS, Anthony, "Agricultura, política nacional, subdesenvolvimento e migração em três regiões de Portugal", *Análise Social*, n.ºs 77-78-79, 1983, pp. 1023-1043.

acrescentam-se os efeitos nos circuitos económicos, nomeadamente contributos para o equilíbrio da balança de pagamentos, fenómeno bem conhecido dos portugueses, embora o contributo das remessas se relacione estreitamente com o ciclo migratório, isto, é cresce apenas até à decisão do emigrante em tornar definitiva a sua expatriação (juntando a si a família) ou em retornar, em qualquer dos casos parando ou diminuindo sensivelmente. A remessa de divisas e o efeito multiplicador dos depósitos promovem a criação monetária e a capacidade de crédito da banca, embora a sua utilização eficiente no sentido do investimento esteja dependente da dinâmica empresarial e da política estatal, mas a propensão para o consumo das famílias agora com maiores rendimentos provoca efeitos inflacionistas, particularmente sentidos pelos que permanecem em sectores económicos que não beneficiam directamente deste processo, os quais podem ver diminuído o seu poder de compra. Também o orçamento do Estado mostra alguns efeitos da emigração, sobretudo, no domínio da fiscalidade, tornando-se, juntamente com a balança de pagamentos num dos indicadores mais evidentes das suas vantagens/desvantagens, sendo, normalmente, evidentes os benefícios financeiros, facto que incita a uma política de "laissez passer" em relação ao movimento migratório. Assim, a emigração permite ao Estado uma maior capacidade de intervenção, embora os seus efeitos favoráveis não sejam determinantes sobre as variáveis estratégicas de desenvolvimento, ou, por outras palavras, *"não existe uma relação endógena que, numa economia de mercado, ligue a emigração e o desenvolvimento"* ⁶⁹.

Se isto acontece no curto prazo, já no longo prazo, segundo Tapinos, a situação se apresenta bastante mais sombria. A "hipoteca do futuro" passa, desde logo, pelo efeito cumulativo da emigração, isto é, pelo desenrolar do processo por si mesmo, por inércia, independentemente das causas que a originaram, mesmo que esta situação de origem se tenha alterado posteriormente, escapando ao controlo do país emissor. No domínio demográfico são conhecidas as suas consequências, desde a diminuição da fecundidade e da natalidade (quer por razões imediatas provocadas pelo afastamento, quer por razões psicológicas ligadas a novos comportamentos adquiridos nos países de recepção) e à diminuição da taxa de crescimento natural, num processo de estabilização da população, que não sendo de todo negativo, o é quando se traduz no envelhecimento da população, na degradação das taxas de actividade e na sobrecarga dos activos⁷⁰. No domínio do emprego, o equilíbrio inicial, que a emigração pode trazer ao mercado, desaparece quando aquela se desenvolve por si, passando a pesar mais a determinante do apelo do que a da expulsão, verificando-se, frequentemente, situações de falta de mão-de-obra em simultâneo com

⁶⁹ TAPINOS, G.P., ob. cit., p.182

⁷⁰ Cf. NAZARETH, J. Manuel, *O Envelhecimento da População Portuguesa*, Lisboa, Presença, 1979.

a permanência da emigração, facto que se torna negativo quando o investimento no progresso técnico não surge a operar a substituição⁷¹. No domínio das remessas, há que contar com o efeito conservador por elas induzido, facilitando a manutenção do *statu quo*, permitindo o adiamento das modificações necessárias ao desenvolvimento. O acréscimo da mobilidade inter-fronteiras dos emigrantes é outro aspecto com algumas consequências, quer pelo incentivo a compras de objectos de consumo no estrangeiro, como prova de prestígio social, quer pelo efeito de "informação" de que se reveste, induzindo outros à emigração. Por fim, todos os estudos apontam para o retorno como uma ilusão em termos de desenvolvimento, pois este tipo de refluxo é sempre muito selectivo, já que o país de imigração exerce uma atracção muito grande sobre os melhores elementos, em termos categoriais. O retorno é, com alguma frequência, o reconhecimento de um insucesso, ainda que em termos subjectivos, e faz-se muito rapidamente quando não se concretizam as expectativas do emigrante (logo, sem ganhos monetários ou de qualificação profissional), ou ocorre ao fim de alguns anos, para aqueles que mantinham um determinado projecto, muito preciso, de retornar numa situação de independência, os quais só muito raramente revelam vontade de se reintegrarem no tecido produtivo existente na área de partida.

Assim, a emigração, se por uma lado pode constituir uma condição necessária ao desenvolvimento (pela injeção monetária, pelo equilíbrio relativo do mercado de trabalho e pelo aumento de procura interna), por outro lado, ao provocar uma elevação do nível de vida sem correspondência no aumento do produto interno, pode criar (normalmente cria) uma situação de agravamento dos desequilíbrios⁷² e acabar por constituir um bloqueio, a longo prazo, desse mesmo desenvolvimento⁷³.

1.3 - Construção da Evidência

Os sentidos dos diversos campos teóricos sobre a emigração e o retorno apontam-nos para uma intensa conflitualidade, ou, pelo menos, para uma grande descoincidência, entre interesses privados e interesses colectivos, num jogo permanente entre o indivíduo, a família e o Estado. Daí que um estudo de natureza histórica sobre aquela temática não possa deixar de considerar estes três patamares de observação e perscrutar as suas formas de articulação no domínio empírico.

⁷¹ Veja-se o caso português na década de 1960. Cf. LEEDS, Elizabeth, "Industrialização e emigração em Portugal: sintomas inevitáveis de uma doença estrutural", *Análise Social*, n.ºs 77-78-79, 1983, pp. 1045-1081.

⁷² Cf. NUNES, A. Sedas, "Portugal, sociedade dualista em evolução", *Análise Social*, n.º 7-8, 1964, pp. 407-462.

⁷³ TAPINOS, G.P., ob.cit., pp.172-191.

A prossecução destes objectivos defronta-se, naturalmente, com as limitações e a fragmentaridade do testemunho histórico, ora quantitativamente imenso, de natureza serial, mas com informação restrita, ora apenas indiciário e descontínuo. Nesta situação, a interacção entre a teoria e a prática, a interrogação/problematização em confronto com a pesquisa das fontes conduziram a um processo de ajustamento, que em termos metodológicos, se traduz pelo recurso cruzado a técnicas extensivas e intensivas, onde a análise de longas séries temporais se conjuga com a utilização de estudos de casos, nomeadamente a biografia. Assumimos, assim, que no processo decisório em que os contextos económico-sociais aparecem como dominantes, há lugar para a desocultação do emigrante enquanto sujeito, para a sua focalização como protagonista, recuperando a sua *margem de liberdade irreduzível*, susceptível de ser interpretada numa procura de estratégias ⁷⁴.

Ao longo deste percurso metodológico e em contacto com os arquivos, foi possível seleccionar uma informação variada, embora a sua origem, quase sempre burocrática, faça incidir mais luz nuns aspectos do que noutros, pressentindo-se rapidamente aquilo que podemos designar por "efeito icebergue", ou seja, a fracção visível do fenómeno é bastante mais pequena do que a parte mergulhada na escuridão. Daí o esforço para conjugar uma grande diversidade de fontes históricas, susceptíveis de nos fornecerem vários enquadramentos sobre a emigração e o retorno, a qual passa pela documentação administrativa, por papéis particulares, por relatórios e representações de associações, por textos de jornais e pela produção bibliográfica. Multiplicar os ângulos de visão, definir contornos, avançando degrau a degrau, eis a estratégia, certos de que nunca chegaremos ao cimo da montanha para a visão global. De resto, haverá algum "jogo de espelhos" metodológico que nos permita o acesso à totalidade ?

Com base nestes pressupostos, desenvolvemos uma análise de âmbito regional, convictos de poder trazer novos contributos para a compreensão do problema migratório português no estágio actual de conhecimentos. Enquanto nível intermédio nas escalas de observação mais usuais, a análise regional permite, em relação aos estudos locais, um maior nível de generalização e, em relação aos estudos de âmbito nacional, um maior grau de especificação. Sem cair na generalização de particularismos, procura-se, deste modo, evitar que a visão global da emigração portuguesa continue a ser encarada como uma espécie de "média aritmética" entre os diversos fenómenos regionais, tão díspares entre si como o das regiões insulares e o do Noroeste português, contribuindo, com este trabalho, para traçar a especificidade

⁷⁴ CROZIER, Michel e FRIEDBERG, Erhard, *L'Acteur et le Système*, Paris, Seuil, 1977, pp. 46-56.

própria do existente na zona do Douro Litoral, ou seja, do distrito administrativo do Porto⁷⁵.

Deste modo, questionando/seleccionando, se construiu a "evidência histórica", tendo em conta que "*os factos não falam por si sós*" ⁷⁶. Articulando a problemática teórica das migrações em geral com a historiografia portuguesa sobre a emigração e seus refluxos, levantaram-se algumas questões prévias, que serviram de fio condutor à elaboração deste trabalho:

- Considerando que a "informação" é condição necessária às migrações em cadeia, e que, normalmente, assenta numa longa "história de migrações", como se configuram no tempo as relações entre os dois espaços (Porto-Brasil)?

- Tendo em conta que o indivíduo reage "*às condições do meio não tais como elas são, mas tais como ele as sente*" ⁷⁷, como se insere a emigração na trama familiar, que estratégias regulam a distribuição profissional dos seus membros, que expectativas se acalentam e seus resultados?

- Como se conjugam estas representações e práticas individuais e familiares com os interesses globais da sociedade? Qual o quadro normativo que se gera neste contexto e os seus tópicos de focalização?

- Como se caracteriza (quantitativa/qualitativamente) o fluxo emigratório do Porto, qual a ondulação cíclica, o seu enquadramento conjuntural? Qual o perfil do emigrante e a sua evolução no tempo?

- Como se processa o retorno, como se articula o mito com a realidade? Será possível uma aproximação quantitativa e/ou qualitativa? Como se colocam os problemas e as formas de reintegração na sociedade de partida, como interpretar a figura do "brasileiro"?

Cada questão (ou conjunto de questões) transformou-se numa problemática, suscitando um capítulo específico para a(s) resposta(s) encontradas, e levando à pesquisa da informação mais adequada, dentro das possibilidades existentes, desde materiais arquivísticos (oficiais e particulares) à bibliografia da época, esta num espectro amplo (incluindo almanaques, relatórios, estatísticas). O suporte documental, constituindo a trama empírica de todo o trabalho, foi organizado em alguns ficheiros informatizados (no programa *Filemaker*) e diversos "dossiers" (estes organizados em fichas de transcrição e fotocópias) :

⁷⁵ A análise regional da emigração é uma via de pesquisa muito seguida actualmente em Espanha, onde a diversidade regional tem um peso evidente. Cf., por exemplo, ROEL, Antonio Eiras (edit.), *La Emigración Española a Ultramar, 1492-1914*, Madrid, Ed. Tabapress, 1991.

⁷⁶ CASTELLS, Manuel, "As novas fronteiras da metodologia sociológica", *Análise Social*, n.ºs 35-36, 1972, p. 497 (citando H.M. Blalock).

⁷⁷ VICTOROFF, David, "A psicologia social", in GAZENEUVE, Jean e VICTOROFF, David (dir.), *Dicionário de Sociologia* , Lisboa, Verbo, 1982, p. 185.

- **Ficheiro de emigrantes**, incorporando todos os registos de passaporte emitidos pelo Governo Civil do Porto, conforme os respectivos livros de registo, entre 1836 a 1879 (e ainda os anos de 1889 e 1899, como meio de controle), num total de 122081 registos. Em relação a cada emigrante, regista-se, além do número e data de passaporte, a sua identificação (nome, naturalidade, estado civil, ocupação, idade) o destino, a embarcação, os eventuais acompanhantes, além de observações várias, como as de alfabetização, situação de colono ou de emigrante livre e outras mais fugazes⁷⁸.

- **Ficheiro de retornados**, elaborado com base nas respostas dos administradores do concelho do distrito (com excepção do Porto, Vila Nova de Gaia e Valongo), com indicação de nome, idade, naturalidade, residência, estado de saúde, nação estrangeira de onde retornaram, ocupação exercida no estrangeiro, anos de saída e de regresso, subsídios enviados à família, aquisições de propriedades e benfeitorias, riqueza presumida. São 777 casos, cujos dados existentes foram confrontados e corrigidos com o ficheiro de emigrantes⁷⁹.

- **Ficheiro e "dossier" de biografias**, recolhidas a partir de jornais, revistas, monografias locais e documentação particular, em confronto com os dados anteriores (passaportes, retornos) testamentos e bibliografia. Elaborados para situações cuja informação suplanta os registos dos ficheiros anteriores. Contempla actualmente cerca de 300 indivíduos, para os quais se elaborou um ficheiro informatizado, com os dados de identificação, pontos sumários de informação e notas sobre a documentação respectiva existente e organizada em "dossiers". Procura-se, desta forma, conciliar a necessidade de manipular rapidamente os dados e aceder depois à informação mais detalhada (fotocópias de testamentos, cartas, de livros de contas, de agendas particulares, de notícias de jornais, artigos de enciclopédia ou nobiliários, fichas de transcrição, etc.) conforme as necessidades de momento.

- **"Dossier" de testamentos e doações** envolvendo situações de emigração (famílias com pessoas em situação de emigração presente ou passada, bem como testamentos de "brasileiros"). Levantados nos Arquivos Municipais de Vila do Conde e S. Tirso, Santa Casa da Misericórdia do Porto e Arquivo Distrital do Porto, num total de cerca de 800 exemplares⁸⁰.

- **"Dossier de listas nominativas"**, quer das listas de ordenanças existentes no Arquivo Histórico Municipal do Porto (Casa do Infante), quer de alguns róis de

⁷⁸ A.G.C.P., *Livro de registo de passaportes*, n.ºs 3245-3315 e ainda 3330-3332 e 3361-3363.

⁷⁹ A.G.C.P., *Correspondência avulsa*, maços n.ºs M678-M681.

⁸⁰ A.M.V.C., *Livro de registo de testamentos*, n.ºs 3180-3235; A.M.S.T., *Livro de registo de testamentos*, n.ºs 2556-2566, A.S.C.M.P., *Testamentos*, Livros n.ºs 29-100. A.D.P., Secção notarial, *Livros de Notas* (S. Tirso, série Guimarães), n.ºs 700-815; Idem, Maia, 2ª série, n.ºs 112-116; Idem, 4ª série, n.ºs 38-178.

confessados (7 paróquias), susceptíveis de nos permitirem identificar situações de emigração no quadro familiar, em conjugação com os outros ficheiros⁸¹.

- **"Dossier" noticioso**, constituído por cerca de 4000 artigos/notícias (fotocopiados ou recenseados em fichas) relacionadas directa ou indirectamente com a emigração e o retorno, recolhidas, essencialmente, dos jornais *Periódico dos Pobres no Porto* (1834-1854), *Comércio* (1854-1855) e *O Comércio do Porto* (1856-1896), além de outras publicações. Seguiram-se aquelas publicações pela continuidade que apresentam entre si, como forma de acompanhar o dia-a-dia visto do Porto, durante mais de meio século (1836-1899). Para este dossier foi também organizado um pequeno ficheiro informatizado, como forma de aceder rapidamente aos temas e identificação do documento respectivo.

- **"Dossier" de correspondência**, com base no levantamento da correspondência recebida e expedida relacionada com a temática existente no Governo Civil do Porto e na Associação Comercial do Porto⁸².

- **"Dossier" de legislação** referente a emigração, mobilidade interna e imigração⁸³.

Os três ficheiros informatizados, comportando a informação indivíduo a indivíduo, acabam por constituir o núcleo duro desta investigação, funcionando os restantes "dossiers" como complementos que ajudaram a esclarecer pontualmente determinadas questões, embora não tenham sido objecto de tratamento tão sistemático como o daqueles.

O ficheiro de emigrantes possibilita a estimativa directa do acontecimento demográfico, por outro lado permite múltiplas possibilidades de utilização, pela sua duração no tempo e extensão de volume. Assim, pode ser utilizado numa perspectiva agregativa, permitindo a reconstituição estatística e a observação dos fluxos anuais, ou ser exercitado ao nível da via desagregativa, quer para análise detalhada de períodos curtos, observação local de fluxos, análise cruzada de variáveis ou fornecendo dados individuais. É este ficheiro que nos permite o verdadeiro rastreio da emigração, pois apenas apresenta a lacuna da eventual emigração clandestina⁸⁴.

⁸¹ Os róis de confessados foram fotocopiados ou trasladados de arquivos paroquiais por gentileza de alguns párocos. As "listas de ordenanças" estão depositadas no A.H.M.P.-Casa do Infante.

⁸² A.G.C.P., *Livro de registo de correspondência expedida*, n.ºs 881-985 (em especial) e *Documentação avulsa - Correspondência recebida*, maços n.ºs M556-M787. A.A.C.P., *Livros copiadores de correspondência expedida e Correspondência avulsa recebida (1834-1899)*.

⁸³ De acordo com as *Colecções de Legislação e Diário de Lisboa/Diário do Governo*.

⁸⁴ Sobre a emigração clandestina e suas estimativas, cf. LEITE, Joaquim Costa, "Emigração portuguesa: a lei e os números (1855-1914)", *Análise Social*, n.º 97, 1987, pp. 463-480; BAGANHA, Maria Ioannis B., "Uma imagem desfocada - a emigração portuguesa e as fontes sobre emigração", *Análise Social*, n.º 112-113, 1991, pp. 723-739. Baganha, cotejando fontes portuguesas e estrangeiras, assume que a clandestinidade, a nível nacional, para o período 1855-1878, em grande parte coincidente com o estudado neste trabalho, seria de apenas 5%.

O ficheiro de retornados é mais limitativo, pois, não obstante permitir o mesmo tipo de exercícios, cobre um período mais curto (pouco mais de uma década) e apresenta uma cobertura geográfica mais limitada, assim como controla um menor número de variáveis, embora a sua importância releve pela raridade e pela possibilidade de contribuir para as biografias de origem rural.

As biografias constituem a via para o acesso aos percursos individuais, acompanhando as principais etapas do projecto migratório, as vivências e representações, os processos de decisão, as vicissitudes da assumpção das características pessoais no jogo complexo das imposições colectivas. Neste domínio temos vindo a ter a colaboração inestimável de pessoas particulares que nos têm facultado elementos existentes em sua posse, com origem em antigos emigrantes, colaboração sem a qual esta componente teria de ser esquecida.

Os testamentos, sendo embora uma fonte de conteúdo muito heterogéneo, permite-nos penetrar no grupo familiar de uma forma dinâmica, já que normalmente o testador revela a sua descendência, a composição do núcleo residente, com indicações sobre a distribuição social/profissional dos filhos, e deixa perceber as estratégias seguidas no mundo da economia doméstica, constituindo um testemunho insubstituível para nos dar a conhecer a racionalidade e as visões do mundo dos núcleos familiares ligados à emigração. De sublinhar a recolha de testamentos de "brasileiros" que remetemos para as biografias e testamentos de famílias com elementos na emigração, os considerados aqui.

As listas nominativas, fornecem-nos "instantâneos" sobre a composição dos fogos, permitindo também incursões locais pelos grupos familiares, neste caso em busca das suas conexões com a emigração.

Se as notícias nos permitem acompanhar o quotidiano da cidade e da região, descobrindo factos que as outras fontes não deixam entrever, essa imagem é-nos fornecida de permeio com as suas imbricações na trama nacional e internacional, especialmente nas ligações ao Brasil. O jornal "O Comércio do Porto", em particular, para além das notícias genéricas sobre os eventos conexos às relações luso-brasileiras, acompanha a par e passo o que se passa na corte do Rio de Janeiro, assegurando uma correspondência semanal que quase sempre ocupa grande parte da primeira página, com continuidade nas restantes, e que inclui desde notícias económicas a debates legislativos ou acontecimentos singulares.

A correspondência e a legislação remetem-nos para o mundo institucional, para o debate político-económico, para a acção dos grupos de pressão organizados ou informais.

Assumimos a selecção destas fontes históricas, uma pequena parte do universo de testemunhos possíveis para a compreensão do fenómeno em estudo, pois

a "evidência" da emigração está omnipresente no Noroeste português, bastando accionar o ofício de fazer perguntas. Nem se pretende, sequer, esgotar a capacidade de "falar" desta documentação, capacidade inesgotável, já que dependerá dos pontos de vista do investigador e dos objectivos precisos que tem em vista. De igual modo, nos colocamos perante a heterogeneidade da base documental, que privilegia claramente as componentes da partida e do retorno, na procura de uma convergência: uma visão autónoma do fenómeno migratório oitocentista e suas incidências na sociedade de origem.

No mesmo sentido, a designação de "brasileiros", que encima o título do presente trabalho, surge com uma conotação muito ampla e abrangente. Empenhados na análise social da emigração, o vocábulo terá de significar, para nós, todo o emigrante que vai para o Brasil, retornando ou não, rico ou pobre, longe, portanto, da acepção restrita que lhe dava Alexandre Herculano, quando dizia:

"A designação de "brasileiro" adquiriu para nós uma significação singular e desconhecida para o resto do mundo. Em Portugal, a primeira ideia, talvez, que suscita este vocábulo é a de um indivíduo cujas características principais e quase exclusivas são viver com maior ou menor largueza e não ter nascido no Brasil; ser um homem que saiu de Portugal na puerícia ou na mocidade mais ou menos pobre e que, anos depois, voltou mais ou menos rico." ⁸⁵

⁸⁵ HERCULANO, Alexandre, *Opúsculos - II*, (organização, introdução e notas de Jorge Custódio e José Manuel Garcia), Lisboa, Presença, p. 68.

2. PORTO - BRASIL

Uma teia de relações

*E aa quarta feira segujnte pola manhaam topamos aves a que chamam fura buchos. E neeste dia a oras de bespera ouuemos vista de tera. scilicet primeiramente d huum grande monte muy alto. E Redomdo e d outras serras mais baixas ao sul dele E de terra chaam com grandes aruoredos, ao qual monte alto o capitam pos nome o monte pascoal E aa tera. a tera de vera cruz.*¹

Pero Vaz de Caminha

Num dos momentos mais decisivos para a abertura do Mundo, um portuense estava lá para deixar a notícia e revelar o deslumbramento colectivo. Corria o ano de 1500 e, a 1 de Maio, Pero Vaz de Caminha, antigo "mestre de balança da moeda" e homem-bom do Porto², escreve a El-rei a nova do "achamento" da terra mais tarde apelidada de Brasil³. Não ia, concerteza, desacompanhado de conterrâneos, a avaliar pela ampla participação que as gentes do Norte tiveram nas carreiras da Índia, aonde se deslocava a armada de Pedro Álvares Cabral .

Para o movimento posterior de colonização, iniciado sob a direcção de Martim

¹ CAMINHA, Pero Vaz, *Carta a el-rei dom Manuel sobre o achamento do Brasil*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1974, p. 88 (Introdução, actualização de texto e notas de M. Viegas Guerreiro, leitura paleográfica de Eduardo Nunes).

² Cf. BASTO, A. de Magalhães, *Porto e Brasil - Figuras e Factos da História Luso Brasileira*, Porto, ed. Progredior, 1946, pp. 1-5 . Embora não haja provas do seu nascimento no Porto, sabe-se que o pai de Pero Vaz era aqui funcionário real, "mestre de balança da moeda", ofício que Pero Vaz herdou e depois passou ao neto. Aqui viveu e participou activamente na vida da cidade, assinando muitas das actas da vereação, redigindo os capítulos da Câmara do Porto para as Cortes de 1498, aqui deixando mulher e filha quando partiu na armada de Cabral, para não mais voltar, pois faleceu na Índia em 1501. (Idem, *ibidem*, pp. 15-17)

³ A data do "achamento" situa-se, precisamente, a 22 de Abril de 1500.

Afonso de Sousa três décadas depois, está já documentada a grande atracção que as terras brasileiras exerceram sobre a população do Porto e do Entre-Douro-e-Minho, em geral⁴: são elementos da pequena nobreza que partem para cargos administrativos, são famílias para povoar, algumas das quais se revelarão muito prolíficas⁵, são clérigos para a missionação, são "oficiais" para os diversos mesteres, marinheiros que passam a contribuir para a animação do tráfego atlântico, na sua vertente triangular.

Com os escravos arrancados a África como mão-de-obra básica, procura-se controlar os centros básicos do litoral e, aos poucos, desvendar e ocupar o interior, num movimento a que as "bandeiras" hão-de conferir dimensões impressionantes⁶. Um corropio que chega à actualidade, mas que nos tempos da ocupação se desdobra em soldados e missionários, negociantes e tratantes, fundadores de cidades e conquistadores do sertão, escravistas e beneméritos, colonizadores e "colonos engajados", lavradores e intelectuais, crianças e mulheres, muita gente comum, emergente dessa vaga populacional contínua que, ao longo dos tempos, atravessa o Oceano e se transfere para o outro lado. Um país excedente que se transplanta! Só com origem no distrito do Porto, e para tempos tão diferentes, não faltariam nomes para tecer história - de Brás Cubas⁷ a Tomás António Gonzaga⁸, do Conde de S. Salvador de Matosinhos⁹ a Pereira Inácio¹⁰ ou

⁴ Diz Gilberto Freire: "*Formou-se o Brasil principalmente pelo Norte - Pernambuco e Baía - e recebendo do Norte de Portugal a principal energia lusitana que o colonizou, que o povoou, que o organizou. Em Pernambuco, como em S. Vicente, esta colonização processou-se menos através de indivíduos que de famílias: famílias de Viana. O Norte do Brasil formou-o quase sozinho o Norte de Portugal. E quem diz o Norte de Portugal diz o Porto: seu nervo, seu centro, sua metrópole regional*". In *Um Brasileiro em Terras Portuguesas*, Lisboa, Livros do Brasil, p. 191.

⁵ BASTO, Artur de Magalhães, ob. cit., pp. 11-46.

⁶ Cf. BOXER, C. R., *O Império Colonial Português*, Lisboa, Edições 70, 1969, p. 114. Cf., também, JÚNIOR, Caio Prado, *Historia Economica Del Brasil*, Buenos Aires, Editorial Futuro, 1960. Segundo este autor, é possível que os primeiros escravos tenham ido para o Brasil logo na primeira expedição de colonização, em 1531 (p. 24). Sobre o movimento das "bandeiras", cf. CORTESÃO, Jaime, *Introdução à História das Bandeiras*, 2 vols., Lisboa, Livros Horizonte, s/d. E, ainda, MARTINS, Oliveira, *O Brasil e as Colónias Portuguesas*, Lisboa, Guimarães e C^a Editores, 7^a edição, 1978.

⁷ Brás Cubas era natural do Porto, embarcou nas primeiras levas de colonos, pois já em 1532 foram-lhe concedidos terrenos de sesmaria no Campo de Piratininga e, mais tarde (1536), em Jurubatuba, isto é, no local onde veio a formar-se a cidade de Santos, "*à custa de sua fazenda, e dela foi alcaide-mor, e depois provedor da fazenda real, e capitão-mor governador e ouvidor da Capitania de S. Vicente*", conforme nos descreve BASTO, A. de Magalhães, ob. cit., p. 30.

⁸ Desembargador da Relação da Baía, implicado na primeira tentativa nacionalista brasileira, a conspiração do "Tiradentes" (1789). Poeta, autor de "Marília de Dirceu", era natural do Porto.

a Ricardo Severo¹¹, do desbravador heróico ao "self-made man", do literato inquieto ao político mal-querido na sua terra e que no Brasil encontra espaço de afirmação.

O que nos importa, porém, é apreensão do fenómeno social, compreender a rede de ligações que envolve os portugueses de um e de outro lado, nas suas configurações mais salientes, detectando o sulco facilitador do caminho que muitos julgaram poder trilhar (e alguns trilharam). Para os séculos XVII e XVIII, avalia-se, por alto, o movimento populacional que se intercalava no animado tráfego atlântico¹², movimento que a Coroa queria a conta-gotas, de acordo com as necessidades da Nação, por si induzidas e não conforme ao desassossego individual. Neste aspecto, a lei de 20 de

⁹ João José dos Reis, natural de Matosinhos, embarcou aos 12 anos para o Rio. Começou a vida pelo comércio e aos 20 estava casado com a filha do patrão, vindo a ser um destacado banqueiro (foi director-geral do Banco do Brasil), tendo ajudado a fundar e presidido a diversos bancos (Banco Comercial do Rio de Janeiro, Brazilian Portuguese Bank) e de companhias de seguros (Garantia, Confiança, Fidelidade, Comércio e Lavoura). Foi director da Associação Comercial do Rio de Janeiro e presidente da Sociedade Portuguesa de Beneficência, tendo contribuído para a campanha abolicionista, propondo nomeadamente a declaração de "livres" aos escravos que pertenciam aos espólios de portugueses falecidos. Faleceu a 25 de Outubro de 1888. (Cf. *Commercio e Industria*, vol. 3, nº 93, 1887 ; e "Brazil" in *O Comércio do Porto* de 23 de Novembro de 1888).

¹⁰ António Pereira Inácio era natural de Baltar (Paredes), partiu para o Brasil em 1885, começando a trabalhar na oficina de sapateiro do Pai, também emigrante. Em S. Paulo acabará por organizar um grande grupo económico, a partir da compra de uma máquina para extracção do óleo do caroço do algodão. As dificuldades técnicas de produção levaram-no aos Estados Unidos, já como industrial, para uma aprendizagem que o obriga a tirocinar como operário em fábricas afins, ocultando o estatuto de fabricante, após o que regressou ao Brasil para aplicar e desenvolver os conhecimentos adquiridos. O seu grupo económico empreendeu depois a diversificação, compreendendo a *Votoratim* (fábrica de fiação e tecidos), a *Primus* (de óleo), a *Votoram* (de sabão), além de uma fábrica de cimentos (Santa Helena) e financiamento de plantações de algodão. Entretanto, desenvolvia obras de benemerência na sua terra natal (cantina escolar, creche, auxílio à instalação eléctrica). Cf. AGUIAR, Armando de, *Portugueses no Brasil*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1945, pp. 147-163. E, sobretudo, cf. SOCIEDADE DE GEOGRAPHIA DE LISBOA, *António Pereira Inácio e as suas indústrias*, Lisboa, 1924,

¹¹ Embora natural de Lisboa, Ricardo Severo tinha as suas origens no distrito do Porto, filho de uma família de Ferreiró (Vila do Conde), com ligações ao Brasil. Estudou na Escola Politécnica do Porto. Foi arqueólogo, lançando a revista *Portugália*. Implicado na revolta do 31 de Janeiro de 1891, exilou-se no Brasil, onde casou com uma irmã de Santos Dumont. Tendo tornado a Portugal, após o casamento e depois da amnistia para os implicados na revolta, voltará definitivamente ao Brasil em 1908, instalando-se em S. Paulo e distinguindo-se como arquitecto de relevo, sendo responsável por inúmeras obras públicas e privadas, além de conferencista notável e defensor do "lusismo". Cf. *Homenagem a Ricardo Severo. Centenário do seu Nascimento, 1869-1969*, S. Paulo, 1969.

¹² Não vejo possibilidades de ultrapassar a estimativa global de Godinho, baseada nos autores clássicos, para este período: "*Depois da Restauração o fluxo parece ter-se calmado um tanto, no ocaso do século XVII e antes do grande "rush" mineiro ou quando ele se desencadeia devem orçar por uns 2000 os que todos os anos embarcam em Viana, Porto e Lisboa com destino a Pernambuco, Baía e Rio de Janeiro. A corrida ao ouro e aos diamantes brasileiros de novo avolumará o caudal, que não é aventuroso estimar, no século XVIII, em 8000 a 10000 por ano*". (GODINHO, Vitorino Magalhães, *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, 2ª edição, Lisboa, Arcádia, 1975, p. 57).

Março 1720 dá-nos conta do medo do despovoamento que se fazia sentir, particularmente em relação ao Entre-Douro-e-Minho, ao determinar que nenhum funcionário poderia partir para as capitanias do Brasil antes de ser despachado para qualquer emprego, incluindo as missões, e que os particulares só o poderiam fazer com justificação documental de que iam fazer negócio ou para acudir a negócios urgentes. No entanto, a corrente fluía... embora, em termos quantitativos, não esteja documentado, de forma satisfatória, o seu caudal, o que só acontecerá noutro quadro institucional, em pleno século XIX.

2.1 - A corrente humana setecentista

Valorizemos, no entanto, as notícias dispersas e fragmentárias, como forma de aceder a algumas configurações deste movimento populacional no que respeita à área do Porto e seu termo.

Um trabalho curioso, que nos fornece algumas indicações sobre a corrente de eclesiásticos que anualmente demandavam o Brasil, é o das memórias do Padre Baltasar Guedes sobre o Colégio dos Órfãos na cidade do Porto. Aí se diz que, a pedido dos bispos do Rio de Janeiro, Baía e Pernambuco, quase todos os anos, a partir da fundação (1650) eram enviados vários órfãos, educados no colégio, para lá receberem ordens sacras (mais tarde passaram a ser ordenados em Portugal), além do envio de outros que preferiam a vida civil. Para as viagens era feito o apelo aos comerciantes e capitães de navio, que levavam gratuitamente os órfãos, além de normalmente concorrerem com esmolas (medidas de açúcar) para o colégio à chegada dos navios do Brasil. Atente-se neste extracto de uma petição dirigida ao Rei pelo Reitor do Colégio (1742), com o objectivo de justificar a sua ida como clérigos: *"Diz o Pe. Manuel Vieira de Sousa, Reitor [...] que o dito Colégio tem Mestres de escola, latim, solfa, cantochão e orgão, a quem o*

dito Colégio paga, concorrendo V.M. por sua piedade e Real grandeza com 70\$000 rs. ; e criando-se estes Órfãos com a educação que a todos é notória e em suma pobreza, por não chegar toda a renda que tem a 200\$000 rs., e o que mais logram para seu sustento é adquirido por caridade católica e diligência própria; e querendo o suplicante sejam Religiosos, os Prelados deste Reino os não aceitam pela pobreza referida, e os ultramarinos algumas vezes os pedem, por terem experiência de sua educação, e os homens de negócio da dita cidade concorrem para obra tão pia, com muito gosto, mandando-os ir em seus navios pelo amor de Deus, e como os tais meninos não podem passar sem licença de V.M. e não tem com que adquiram os Passaportes, e adquiridos não chegam a tempo, como sucedeu no anno de 1726 que, por não chegarem os que se mandaram vir e estarem quatro paramentados e o suplicante desejar o seu religioso cómodo, por não perder a ocasião, os enviou e tornaram para o reino, sendo governador do Rio de Janeiro Luís Baía Monteiro"... O rei vai aceder, com a obrigação de os prelados brasileiros avisarem as autoridades no caso de os órfãos abandonarem a religião, pois S. M. "quer favorecer aos pobres Meninos Órfãos que tiverem verdadeiramente vocação para professarem no estado Regular, e ao mesmo tempo evitar que alguns, com aparente pretexto de serem Religiosos, passem ao Brasil com o fim de se estabelecerem nele seculares, e tratarem, depois de suas conveniências temporais, o que de nenhuma sorte é da Real intenção do mesmo Senhor " ¹³, uma medida que se insere no espírito populacionista da citada lei de 1720. Sublinhe-se que o Colégio dos Órfãos continuará a enviar crianças para o Brasil em pleno século XIX, mas agora apenas como seculares,

¹³ GUEDES, Pe. Baltasar, *Breve Relação dos Meninos Órfãos de N^a S^a da Graça, sito fora da Porta do Olival desta Cidade do Porto, em a qual se contém tudo o que na fundação dele sucedeu*, (com introdução de A. de Magalhães Basto), Porto, Ed. da Câmara Municipal, 1951, pp. 302-304. Segundo a "relação", a partir de 1679 partiam, em cada ano, 3 a 6 órfãos para tomarem ordens no Brasil, mais tarde chegaram a partir dezoito num ano. Como curiosidade, revele-se que um irmão do criador da Obra, Frei Pantaleão da Cruz, mudo de nascença, foi duas vezes ao Brasil (nas décadas de 1660 e 1670), com o objectivo de pedir para as obras em construção, de lá mandando ou trazendo quantias significativas. Segundo o relato de seu irmão, "começando em S. Paulo, e costiado mil e quinhentos legoas, acabou em Pernambuco, correndo a pé todas estas legoas, e passando em elas os perigos que se podem considerar, e elle significa pelos seus acenos, trazendo consigo os roes do que ajuntou; e athé os ovos que lhe davão vendia três por um vintém" (p. 264).

usufruindo da concessão gratuita de passaportes e recomendadas a comerciantes e associações com ligações ao Porto, de resto, na linha do que faziam outras associações de beneficência, como era o caso das afectas à Santa Casa da Misericórdia.

Mas nos meados do século XVIII, perante o irresistível apelo das Minas, vamos já encontrar, na faixa litoral do futuro distrito do Porto, muitas "viúvas de vivos" ou casas só de mulheres e crianças, agregados conjugais vazios de homens, total ou parcialmente. As listas de ordenanças dão-nos a imagem dessa "sangria" demográfica, a que D. Luís da Cunha deu tons dramáticos¹⁴. Pena que estas listas, elaboradas com preocupações militares na sequência da reorganização pombalina a que procedeu o Conde de Lippe, sejam de qualidade muito variável, extremamente heterogéneas no que se refere à indicação de ausentes, sua localização e das informações de tipo social, que impedem uma análise extensiva, de forma a cobrir um espaço mais ou menos amplo¹⁵. Assim, para muitas companhias (a unidade geográfica de apresentação que pode abranger uma ou mais freguesias, ou mesmo partes de freguesias, pois o seu ponto de partida é a esquadra) torna-se impossível saber se não há ausentes ou se simplesmente são ignorados na elaboração das listas; outras apenas indicam a situação de ausente, mas não o lugar presumível de ausência. Neste contexto, faremos apenas referência a uma ou outra como indicação meramente indiciária do fenómeno migratório para o Brasil, na conjuntura colonial dos meados do século XVIII.

Assim, na cidade do Porto, em 1764, são já referenciados algumas dezenas de "brasileiros", na conotação de emigrante/colono que foi ao Brasil e retornou, a residirem sobretudo na parte alta da cidade - Sé (8), S. Ildefonso (10), Vitória (5)¹⁶. Para as outras

¹⁴ Cunha, D. Luís, *Testamento Político*, Lisboa, 1943.

¹⁵ Naturalmente que as listas tem os seus méritos e, pontualmente, podem apresentar muito boa qualidade, produzindo elementos importantíssimos para a análise socio-demográfica de pequenas comunidades. Pela nossa parte, já a elas recorreremos no âmbito de uma reconstituição de famílias. Cf. ALVES, Jorge Fernandes, *Uma Comunidade Rural do Vale do Ave - S. Tiago de Bougado, 1650-1849*, Porto, Faculdade de Letras, dissertação de mestrado, 1986.

¹⁶ A.H.M.P., *Lista de Ordenanças*, nº 4443. Sublinhe-se que por esta altura a designação de "brasileiro" já está consagrada, e um exemplo elucidativo é o facto de a lista de ordenanças de Rio Tinto já incluir esse topónimo (Idem, ibidem, nº 4414). Aliás já por volta de 1720 se torna vulgar encontrar-se essa designação nos registos paroquiais de diversas paróquias (por exemplo, em Bougado).

companhias da cidade não são referidos ainda, embora em listas mais tardias (1780-85) a sua referência seja já mais intensiva¹⁷. Mas esta indicação parece-nos meramente esporádica, sendo mais sistemática a indicação de ausente no Brasil (e suas variantes - América, Rio de Janeiro, Minas, Pernambuco, Maranhão). Neste campo, a Sé surge à frente com 30 indivíduos nessa situação, seguindo-se Cedofeita/Massarelos (13), S. Ildefonso (13) e Vitória (9). A cidade é mais um pólo de atracção do que de repulsão, como se torna evidente pela insignificância dos números, embora estes pequem por larga margem, já que o comércio para o qual se conhecem algumas grandezas, deveria levar ao Brasil mais gente ligada a esta actividade. De qualquer modo, nas listagens das companhias rurais a indicação de ausente indica muitas vezes o Porto como destino. Já a Foz do Douro, então integrada na companhia de ordenanças de Bouças, apresentava 20 ausentes no Brasil, sem contar com o movimento de vaivém dos marinheiros. Importa sublinhar, porém, que a maior parte destes ausentes ou são calafates e carpinteiros da Ribeira ou filhos de capitães e pilotos de navios, tudo indicando que a deslocação se fez aqui como forma complementar das actividades de navegação e comércio desenvolvidas a partir daqui, explicitando a importância das redes familiares e negociais nesta corrente populacional¹⁸.

Já nas companhias rurais se detectam situações de nítida fuga de gente, observando-se três destinos típicos: para as cidades (Porto e Lisboa), para o Alentejo e para o Brasil. Uma análise de pormenor mostra que enquanto o êxodo para a cidade é um fenómeno praticamente generalizado a toda a região, já no que se verifica para os outros dois destinos há uma clara demarcação geográfica: enquanto nas zonas mais afastadas do mar persistem as idas para o Alentejo, como é caso demonstrado pela listagem de S.

¹⁷ Cf. SANTOS, Cândido dos, *A População do Porto de 1700 a 1820 - Contribuição para o estudo da demografia urbana*, Porto, separata da "Revista de História", 1978, pp. 16-24. Eis os números de brasileiros (em 1780-85) apontados para diversas freguesias: Sé - 5; Vitória - 2; S. Ildefonso - 27; Cedofeita e anexas (Vilar, Massarelos) - 7.

¹⁸ A. H. M. P., *Listas de Ordenanças*, n.º 4390.

Tiago de Lustosa¹⁹ ou de S. Eulália da Ordem²⁰, já no litoral a saída de moços (sensivelmente entre os 15 e 30 anos, segundo a indicação da listas) atinge proporções bastante elevadas, entre os 10 e 20% para a maioria das companhias e que Valbom, Avintes, Canidelo, Alvarelhos, respectivamente nas zonas de Gondomar, Gaia e S. Tirso são exemplos (Quadro 2.1). Mas, mesmo junto ao mar, especialmente na foz do Ave, essas proporções de ausências dos rapazes em idade militar pode tomar a forma de hemorragia, como é o caso extremo de Azurara (76%), e, com menor intensidade em Vairão (59%) e Lavra (29%)²¹.

**Quadro 2.1 - Listas de ordenanças e ausentes
no Brasil - Século XVIII**

Companhia	Ano	Moços	Aus. no Brasil	%	Refª L. Orden.
Valbom	1765	261	32	12,3	4420
Avintes	1791	747	110	14,7	4405
S.A. Canidelo	1791	139	26	18,7	4405
Alvarelhos	1765	76	14	18,4	4425
Lavra	1765	215	62	28,8	4421
Vairão	1765	82	48	58,5	4425
Azurara	1765	46	37	76%	4428

Fonte:

A.H.M.P, Listas de Ordenanças

A dinâmica dos portos provinciais, como era aqui o caso de Vila do Conde, deveria implicar um efeito centrífugo sobre as populações envolventes, arrastando-as nos seus destinos como forma de assegurar os mecanismos de armazenamento e distribuição dos produtos transportados para o Brasil. Depois a inércia económica e o aparecimento de novas oportunidades de ganho, como, por exemplo, a corrida às Minas, encarregavam-se da sua dispersão ao longo do litoral e promoviam a penetração para o sertão.

¹⁹ Idem, *ibidem*, nº 4472.

²⁰ Idem, *ibidem*, nº 4388.

²¹ Falamos aqui de "companhias" e não de freguesias, as quais englobavam total ou parcialmente várias destas. Assim, a Cª de Valbom incluía ainda Jovim e Fânzeres; a de Alvarelhos, Guidões; a de Avintes, Vilar de Andorinho e Seixezelo; a de Lavra incluía Aveleda, V.N. da Telha e parte de Perafita.

O que não se pode ignorar é o efeito sócio-demográfico da sangria populacional nestas zonas, com efeitos negativos ao nível da dinâmica local quando se torna excessiva, com efeitos positivos no que se refere ao estabelecimento das correntes migratórias posteriores, pelo melhor enquadramento com base nos laços familiares e culturais há muito disseminados. Sobre o primeiro aspecto, já Jaime Cortesão traçou o quadro de dificuldades das populações do litoral entre Viana e a Foz do Douro no século XVIII, com a debandada para as Minas, em especial dos marinhheiros que ao chegarem ao Brasil desertavam. Cortesão dá particular realce à crise das rendilheiras, que, neste contexto, viram agravadas as suas dificuldades com a pragmática de 24 de Maio de 1749 que proibia as rendas no País. Teve de ser uma rendilheira de Vila do Conde (Joana Maria de Jesus) a deslocar-se à corte, em nome das muitas rendilheiras do litoral minhoto, para pedir a alteração da lei. Aí surge também o pároco de Azurara a afirmar que a freguesia é postríssima e que *"costumam os homens dela navegarem para os portos dos Brasis nas frotas das cidades de Lisboa e Porto e muitos ausentando-se para as Minas, deixam as mulheres e filhos sem mais remédio para sua sustentação de que a sua agência e trabalho quotidiano de rendas de linho."*²²

Alguns inventários orfanológicos depositados em Vila do Conde, ainda que em pequena quantidade, permitem-nos penetrar no interior de alguns desses lares, observar a sua composição e, às vezes, ler o diálogo em diferido de uma correspondência esparsa ou verificar o silêncio de longas esperas. Por exemplo, quando se procede à elaboração do inventário orfanológico por morte do pescador Bento Julião, de Vila do Conde, em 1731, a situação familiar surge marcada por essa debandada masculina: uma filha casada, com o marido no Brasil, um filho "ausente nas Minas", outro igualmente "ausente nas minas de ouro", uma outra filha casada com um pescador e, finalmente, duas filhas

²² CORTESÃO, Jaime, *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid, I*, Lisboa, Livros Horizonte, Lisboa, 1984, pp. 80-105.

donzelas de 18 e 15 anos²³. Interessante, pelo que nos revela do papel socializador da emigração, é o inventário por óbito de João Alves, pescador, em 1732, com o filho mais velho casado e vivendo consigo, e um genro e os dois filhos seguintes no Brasil, além de outras três filhas; restava ainda um filho em casa, de quinze anos de idade, mas *"por ser travesso e mal inclinado"*, o tutor, em face *"da grande conveniencia em [o] passar para o Rio de Janeiro, Estados do Brasil, donde o manda chamar o seu irmão Jose Alves, com o consentimento da mãe e do irmão mais velho, solicita ao juíz dos órfãos " 5 moedas de ouro que somam 24\$000 rs "* para o pagamento da passagem, a retirar como adiantamento à legítima, enquanto não se fizessem as partilhas²⁴.

Pondo de lado, outros inventários que se limitam a referenciar as ausências de modelo idêntico aos anteriores²⁵, centremo-nos num mais loquaz, o de Maria Micaela Miquelina de Jesus, cujo marido estava ausente no Brasil, assim como os dois filhos, entretanto lá casados, *"todos ha mais de dez annos sem se dar notícia delles ha muito tempo e se sam vivos, ou mortos"*. Na hora da morte, restava-lhe uma filha casada que, assim, tomava posse do casal. A notícia da sua morte, porém, chega ao Brasil e de lá vêm cartas à filha e irmã, com justificações. O pai pede desculpa por não lhe ter enviado o dote que lhe prometera, facto que atribui à sua infelicidade, pois no serviço onde estava *"levantaramse cento e tantos negros para matar dois homens que andavão vegiando os negros, se andavão tirando diamantes para os prenderem e como helles souberão isto llogo vão sobre elles para os matarem e eu logo me meti pello meio dos ditos negros para não matarem os ditos homens, e os librei da morte com risco grande da minha vida que parecia o fim do mundo e ao depois o pago que me derão forão fazer queixa de min dizendo que os mandara matar, e como estava inosente não me dava aflição, porem logo*

²³ AMVC, *Pasta com processos de inventários orfanológicos*, nº 2822, 1731-1738 (Processo de Bento Julião).

²⁴ Idem, *ibidem* (processo de João Alves).

²⁵ São ao todo 17 os inventários orfanológicos com diversas referências a ausentes no Brasil. Sublinhe-se que esta série documental constitui apenas um resíduo da série inicial, e mesmo assim, encontra-se em mau estado de conservação, em muitos casos ilegível devido à penetração de humidade ou desgaste da tinta.

o Itendente tirou devesa para me culpar e me deu muito trabalho e gastei muito para provar a minha verdade estes são os motivos de eu te não ter mandado alguma cousa". O pai promete não a esquecer ("pois te teinho retratado dentro do meu peito"), assegurando-lhe o envio de alguma coisa, ainda que pouco a pouco, para seu remédio, para não passar mal com os seus netos. Ao mesmo tempo pede ao genro para lhe alcançar uma carta de recomendação de alguém importante, pois no Brasil nada se consegue sem haver "empeinho bom para ganhar mais algum" e como chegara para Director fiscal do arraial de Serro Frio um tal Barroso, casado no Porto, pede se lhe "pode alcançar carta para me darem hum moinho e mais negros ... ou algum paiol ... e tambem para o tenente coronel Baptista que hé Caixa do Contrato". Este pedido de "cartas de empenho" é uma constante também nas outras missivas anexas ao processo, enviadas pelos filhos e dirigidas a outras pessoas da família, por exemplo, à madrinha de um deles. No que toca a remessas para a família, os mesmos sinais de desânimo: "minha mana não repare em eu não ter escrevido que tenho andado com Deos como caseyme y não sou casado nem solteiro na forma que vibo mas não heide deixar de não le mandar alguma cousa cando eu poder inda que ca esta tudo acabado ... eu como feytor do Contrato estou ganhando muinto pouco por esta razam não tenho escrevido por não ter animo ter contado a minha vida não tenho por ora que mandar mas so Deos save a vontade que eu tenho o meu preciso mas muito pouco E mana inda que cuida que ca ha muita couza he emgano grande se eu tivesse ja tinha mandado alguma cousa não tenho por onde possa mandar nada". Situa-se esta correspondência²⁶ por 1783, em pleno ocaso mineiro, fazendo-se sentir mais fortemente o papel de controlo dos burocratas no monopólio estatal e do tráfico de influências²⁷.

²⁶ AMVC, *Pasta com processos de inventários orfanológicos*, nº 2828, 1783-1785 (processo nº2 - de Maria Micaela Miquelina de Jesus)

²⁷ A zona dos diamantes estava praticamente isolada do resto do Brasil pelo regimento dos Dragões, ido da metrópole, pelo que as entradas e saídas dependiam da autorização do Intendente. Cf. BOXER, C. R., ob. cit., p. 183. Sobre o sistema de exploração do ouro e diamantes, cf. JÚNIOR, Caio Prado, ob. cit., pp. 61-71. Para este autor o "distrito diamantino", nas Minas Gerais, cuja intendência obedecia directamente a Lisboa, era "um verdadeiro corpo estranho na colónia", colocado acima das leis e com faculdades ilimitadas.

Contudo, em geral, embora haja um ou outra notícia de remessas de verbas "*para conservação de suas casas*", não se sente a riqueza que o ciclo mineiro poderia fazer acreditar, não se verificam quaisquer sinais de opulência nestas inventariações, mas apenas uma frugalidade idêntica à dos restantes inventários sem referências à emigração. Parece, assim, que este não terá sido um bom período em termos individuais, pois o interesse público, isto é, o monopólio real ter-se-á sobreposto aos interesses particulares, e a fruição da riqueza provinda da extracção do ouro e diamantes estava destinada apenas a círculos restritos, ligados à nobreza ou a pessoas de influência na Corte, bastante longe da disseminação que o incremento do comércio viria a criar²⁸. Agora, tudo sugere que a passagem ao Brasil tinha tendência a tornar-se definitiva, com o casamento e posterior enraizamento dos jovens que para lá partiam, na miragem do garimpo. Exceptuam-se os afidalgados, os grandes responsáveis pela administração dos contratos reais, esses, sim, capazes de se retirarem com avultadas fortunas, de que os solares setecentistas, um pouco por todo o Noroeste português, mas em especial na Ribeira Lima, são um sinal exterior. Fica, no entanto, a disseminação familiar, em muitos casos mantendo contactos mais ou menos regulares, que propiciará a formação da cadeia humana em tempos ulteriores, explicando as diferenças de acolhimento para com os portugueses de diversas origens regionais.

2.2 - Comerciantes e comércio colonial

²⁸ A partir da "guerra dos emboabas" (1708/1709), entre os bandeirantes paulistas e os de origem reinol, ganha por estes últimos, com a ajuda tácita do governo de Lisboa, apertou-se o cerco administrativo em redor das zonas de exploração do ouro, com acesso cada vez mais restrito. A vitória do governo sobre a revolta de 1720 em Vila Rica de Ouro Preto, pondo, desta vez, frente-a-frente o governador e os "emboabas", por causa da cobrança do "quinto", adensou esse cerco. CF. BOXER, C.R., ob. cit., p.182. Cf., ainda, MAURO, Frédéric (coord.), "O Império Luso-Brasileiro, 1620-1750", in SERRÃO, Joel e MARQUES, A.H. de Oliveira, *Nova História da Expansão Portuguesa*, Vol. VII, Lisboa, Editorial Estampa, 1991, pp. 143-176. Continua a ser da maior utilidade, o estudo clássico de AZEVEDO, J. Lúcio, *Épocas de Portugal Económico*, Lisboa, Clássica Editora, 4ª edição, 1988, pp. 291-381.

Se as Minas, em si mesmas, não jorravam ouro e diamantes para todos, elas estão na base da atracção populacional e produzem efeitos a montante que desaguam numa actividade comercial mais intensa, dando continuidade ao desenvolvimento imprimido pelo anterior ciclo do açúcar e permitindo uma crescente urbanização do espaço brasileiro²⁹. Esta urbanização surge em consonância com novas formas de diferenciação social, emergindo nas cidades do litoral uma burguesia ligada ao comércio e ao crédito, face à nobreza local, proprietária das plantações espalhadas pela colónia. Burguesia de extracção metropolitana recente, de origem diversa, quer composta pelos que em princípio se destinavam às Minas de ouro e diamantes e, face às dificuldades de penetração, derivaram para as cidades, quer ainda pelos que vieram directamente da metrópole para o comércio, dando concretização às estratégias expansionistas dos comerciantes do Reino que lhes mandavam remessas sob comissão. Grupo heterogéneo, mas que se revelará solidário e unido, começando por assumir uma actividade - o comércio -, em princípio desprezada pela nobreza local, que depois se tornará um domínio de seu controlo exclusivo, ciosamente defendido, pois, tal como dizia, em 1779, o Vice-Rei Marquês do Lavradio, em relação a estes reinóis, *"logo que aqui chegam não cuidam de nenhuma outra coisa que se fazerem senhores do comércio que aqui há, não admitirem filho nenhum da terra a caixeiro, por onde possam algum dia serem negociantes"* ³⁰. Neste sistema circular de auto-defesa radica a tradição do "caixeiro" português, mandado chamar de Portugal, de entre parentes, amigos ou recomendados, tradição que se manteve até ao século XIX e, em muitos casos, até ao século XX.

Não admira, assim, que as tensões sejam permanentes entre *mazombos* e *reinóis*, de que a "guerra dos mascates" (1710-1711) representa apenas um primeiro episódio, pois, intermitentemente, essa rivalidade vem à superfície, com manifestações de

²⁹ A importância crescente do Rio de Janeiro tem aqui as suas raízes, enquanto porto melhor situado para a exportação do ouro e diamantes das Minas. A sua nomeação como capital, em 1763, em detrimento da Baía, confere-lhe a importância política que a económica já requeria.

³⁰ Citado por JÚNIOR, Caio Prado, *Evolução Política do Brasil e Outros Estudos*, São Paulo, Brasiliense, 1963, p. 37.

particular radicalismo na fase pós-independência³¹. Tais manifestações assomam, especialmente, em momentos de crise política e/ou económica, com o agudizar das dificuldades mais ou menos permanentes que a agricultura vivia, devido à escassez de mão-de-obra pelo desvio dos escravos para as Minas, ou pela situação de superprodução e concorrência estrangeira que fazia baixar os preços do açúcar. Por outro lado, não podemos ignorar a situação de dependência de muitos senhores de engenho em relação aos negociantes da cidade. Na realidade, mais do que seus fornecedores de bens de consumo e mão-de-obra (escravos) e receptores/distribuidores das "safras" anuais, os comerciantes eram também credores e banqueiros, quer vendendo a crédito, quer adiantando verbas sobre as safras, tudo sob hipoteca, de forma a que os senhores de engenho pudessem enfrentar as dificuldades inerentes à estrutura económica, por vezes, acrescida com uma vida de dissipação que, em geral, lhes é atribuída³². Segundo Boxer, *"as falências eram frequentes, e relativamente poucas plantações ficavam nas mãos da mesma família por mais de duas ou três gerações"*.³³

Nos momentos de agitação, o comerciante reinol torna-se, então, um alvo a abater, e nessas ocasiões muitos abandonam mesmo o Brasil, esquecendo as dívidas de que eram credores, ou tentando cobrá-las de longe, através de meios judiciais que se revelavam morosos, ineficazes e erosivos.

Neste quadro de comércio colonial³⁴, o Porto ocupa um lugar cada vez mais importante, com uma navegação regular que carrega produtos da região ou pratica a reexportação de produtos importados. Cada navio transportava interesses de múltiplos comerciantes, já que era usual a distribuição das cargas por diversas embarcações de

³¹ Cf. CALMON, Pedro, *História Social do Brasil*, S. Paulo, 3ª Edição, 2º tomo, p. 20.

³² Sobre a oposição entre fazendeiros e traficantes, cf. FREIRE, Gilberto, *Sobrados e Mucambos*, 1º Volume, Rio de Janeiro, José Olímpio Editora, 1985, pp. 14-23.

³³ Cf. BOXER, C.R., ob.cit., p. 176.

³⁴ Sobre as formas de organização comercial da Metrópole com o Brasil e sua evolução, nomeadamente, o sistema de organização de frotas em combóio, a formação de companhias privilegiadas, a participação de estrangeiros, cf. JÚNIOR, Caio Prado, *Historia Económica del Brasil*, Buenos Aires, Ed. Futuro, 1960, pp. 53-60. E ainda, MAURO, Frédéric, "Comércio com o Brasil", in SERRÃO, Joel (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, II volume, Porto, Liv. Figueirinhas, 1981, pp. 108-113.

forma a minorar prejuízos derivados de naufrágios ou apresamentos por piratas, mas também porque, na realidade, a maior parte dos comerciantes portuenses parecia ser modesta, não dispondo de grandes somas de capital que permitissem fazer grandes apostas comerciais de uma só vez, tanto mais que a liquidação das remessas não era um processo rápido, antes se arrastava no tempo.

Se recorrermos à observação do concreto, podemos apreender melhor as modalidades comerciais que um negociante do Porto usava no seu tráfico com o Brasil. Utilizemos para isso o caso de Pedro Gomes Simões, negociante do Porto dos meados do século XVIII, de biografia algo obscura ainda, mas de quem existem dois livros de contas no Arquivo Paroquial de Miragaia, testemunhos fragmentários de uma actividade que, pelo menos em parte, esteve muito ligada ao comércio com o Brasil³⁵.

³⁵ Pedro Gomes Simões, segundo uma investigação preliminar, seria natural de Barcelos. Em 1764, com 64 anos, surge registado na Lista da Companhia de Ordenanças, em Miragaia, na Companhia de N^a S^a da Boa Viagem de Massarelos, como "homem de negocios", familiar do Santo Ofício e privilegiado de N^a S^a da Oliveira (A.H.M.P). Já em 1747 (18 de Maio) surgira registado nos livros da Redízima do Cabido (A.D.P., Livro n^o 184, p. 285) a pagar \$360 por três almudes de melaço, o que mostra a sua ligação ao Brasil, numa fase anterior à que o livro aqui levantado regista. Para a década de 70, surgem alguns papéis de correspondência vinda da Inglaterra, para efeito de balanço de contas, revelando que também se dedicava ao comércio para o Norte da Europa. (Uma parte desta pesquisa biográfica foi realizada em colaboração com Gaspar Martins Pereira).

Quadro 2.2 - Facturação de Pedro Gomes Simões para o Brasil**Resumo (1750-1773)**

Ano	Remessas Nº	Mercadorias	Custo	Retorno líquido	Lucro líquido
1750	3	493 enxadas; 43700 enxadas 9263 varas de pano de linho 930 varas burel; 240 chapéus 31 tachos de cobre	2532\$446	3031\$322	19,60%
1751	1	5504 varas pano de linho 303 chapéus	1244\$220	1539\$962	23,70%
1752	4	14483 varas pano de linho 1799 chapéus; 533 enxadas 66500 pregos; 953 varas burel	4008\$377	4949\$562	23,40%
1753	3	14378 varas pano de linho 1637 chapéus; 507 enxadas 55000 pregos	4053\$180	4809\$344	18,60%
1754	5	22775 varas pano de linho 2970 chapéus; 696 enxadas 80000 pregos	6168\$231	7102\$880	15,10%
1755	1	5593 varas pano de linho 140 enxadas; 21000 pregos	1273\$126	1516\$750	19,10%
1756	3	9648 varas pano de linho	1995\$348	2413\$924	20,90%
1757	1	9707 varas pano de linho	2061\$961	2415\$457	17,10%
1758	5	24157 varas pano de linho 1872 chapéus 736 maços de linhas 64 libras de retrós 21 arrateis linha branca 18 arrobas de fio de vela	7273\$494	8858\$466	21,80%
1760	7	30783 varas pano de linho 339 almudes azeite 159 maços de linha	7716\$317	9425\$189	22,10%
1761	4	11448 varas pano de linho 780 chapéus	2671\$714	2540\$702	-
1762	3	19635 varas pano de linho 846 chapéus	4543\$955	4977\$050	9,53%
1764	6	19589 varas pano de linho 32 libras de retrós 149 almudes de azeite 32 libras sortidos: carmesim e trofale	4724\$955	5631\$812	19,20%
1765	3	11916 varas pano de linho 5 pipas de azeite	2810\$484	3.508\$271	24,80%
1766	2	4090 varas pano de linho	808\$149	1029\$968	27,40%
1773	2	664 almudes azeite	2199\$898	2369\$836	7,70%
Total	53		56085\$891	66120\$565	17,90%

Fonte: Arquivo Paroquial de Miragaia, Livro de Contas de Pedro Gomes Simões

O levantamento dos dados de um desses livros, que regista uma cópia fiel de cada factura que acompanha a remessa para o Brasil, dá-nos uma ideia da pouca diversidade dos produtos enviados - panos de linho, burel, linhas, chapéus, ferragens (enxadas, pregos), algum azeite - embora em quantidades elevadas (milhares de chapéus, várias dezenas de milhar de enxadas), indicando-nos um pequeno negociante "por grosso" (Quadro 2.2)³⁶. No final, um lucro médio de 18% sobre uma despesa que se aproxima dos 56 contos de réis, mostra quão vantajosas foram estas operações, em que só uma remessa deu prejuízo, embora o de algumas tenha saído diminuído por extravio de alguns pagamentos e, num caso, se tenha verificado naufrágio³⁷.

Façamos uma maior aproximação, observando factura a factura, para apreendermos alguns pormenores interessantes. Assim, os barris (para as ferragens) ou os maços (para os panos) numerados e assinalados com as devidas marcas do comerciante (as letras *P* e *G* sobrepostas seguidas de *S*), eram acompanhados de uma guia ou factura³⁸, cujo cabeçalho seguia o modelo seguinte:

"Carregação com o favor de Deos feita por mim Pedro Gomes Simois por minha conta, e risco para a Cidade do Rio de Janeiro, em a Gallera o S. da Canaverde, St^a Meclina e St^o Antonio do capitam José da Sylva Barros, concignada aos snrs. Joaquim Pereira de Azevedo, auzente a Geraldo Gomes de Campos, e na de ambos a Manoel Roiz de Barros; na Baía a Francisco Gomes Salgado, auzente a Francisco Carneiro Leão; em Pernambuco ao C. Manuel Carneiro Leão, auzente a João de Oliveira Gouvim, e na de todos, em toda a parte ao capitam da mesma galera ou a quem seus cargos servir, com a [marca] de fora, o seguinte "...

³⁶ O quadro inclui apenas as remessas enviadas por sua conta e risco, de forma a podermos avaliar lucros. Excluímos 12 remessas por conta e risco de outrem, de pequeno valor, dirigidas a Manuel Dias da Costa, no arraial do Pe. Faria nas minas de Vila Rica de Ouro Preto, a Gregório Pereira de Lima, Quitéria Josefa e José Pereira Carneiro, este também em Vila Rica.

³⁷ Pedro Gomes Simões faz questão de calcular o lucro de cada remessa, sublinhando com algum ênfase quando se atinge um valor próximo dos 20%.

³⁸ Guia elaborada em triplicado, uma para o comitente, outra acompanharia os produtos, e a terceira, provavelmente, ficaria com o capitão do navio como comprovativo da entrega.

Endereçadas a sucessivos comerciantes, as remessas não corriam o risco de se perderem devido a ausências, recusa, impedimento ou morte dos consignatários, sendo responsável, em último caso, o capitão do navio, o que nos dá uma ideia da complexidade das redes comerciais, da multiplicidade de contactos, referências e recomendações e, sobretudo, da importância do elemento "confiança" na prática comercial do tempo, já que entre comitente e consignatário nem sempre havia relação pessoal³⁹.

Elucidativo sobre as formas de distribuição é ainda o fecho da carta, que, com algumas variações de pormenor, se apresenta conforme ao seguinte exemplo:

"Levando Deos o contheudo na carregaçam acima, me fará mercê mandar receber e vender pelo estado da terra, comtanto que não deminua de 20% líquidos de conveniencia, que vay carregado tudo pelo verdadeiro custo, e nem vender fiado para fora da cidade, e só na cidade a pessoa de credito e conhecida verdade, e de outra sorte, antes esteja em ser, esperando occazião de sua venda; e o seu líquido rendimento me remeterão vomecês em Nao ou Náos de guerra, que vier dessa cidade em frota, ou fora della, ainda que venha por outros portos, e não trazendo cofres, nesse caso, como se remeter o mais dinheiro da Praça, e vindo duas ao mesmo tempo, repartiram por ambas; e trazendo cofres, carregarão nos cofres, tudo por minha conta e risco, a entregar na casa da moeda em Lisboa a mim, auzencia a quem meus poderes tiver; e

³⁹ Com a administração pombalina, a iniciativa particular perdeu alguma influência, nomeadamente com a criação das companhias monopolistas a cujas regras todos tinham de se sujeitar. Mas, sobretudo, acabou o comércio aventureiro, em que particulares se deslocavam propositadamente para negociar e voltar de imediato. Argumentando a sua ignorância, desconhecimento do mercado, irresponsabilidade e perturbação no comércio, Pombal proíbe a passagem ao Brasil dos "comissários volantes", pela Lei de 6 de Dezembro de 1755, mas reconhecendo as muitas infracções volta a proibi-los em 1760 (Lei de 7 de Março), com penas agravadas (ver ainda, por exemplo, o alvará de 25 de Outubro de 1762, reconhecendo contrabandos em desfavor da Companhia do Grão-Pará e Maranhão). Não radicará aqui a explicação para a ausência de tradição da ida de caixeiros-viajantes portugueses ao Brasil, ao contrário do que acontece com outras nações, facto de que se queixam os cônsules portugueses em diversos relatórios dos finais do século passado? Sublinhe-se ainda o facto de os marinheiros das frotas poderem fazer algum comércio, mas as mercadorias passíveis desse tráfico estavam claramente discriminadas e eram de pouco valor, constando quase só de bens alimentares (presuntos, chouriços, frutas, sardinhas, queijos...daqui para o Brasil e, na volta, mandioca, melão, doce, cocos, papagaios e mais aves, saguins e outros animais), segundo o alvará de 11 de Dezembro de 1756, ligeiramente alterado em 6 de Novembro de 1788. Sublinhe-se, no entanto, o término das "frotas" que coarctavam e obrigavam a longas esperas os navios que nelas se integravam, com grandes inconvenientes para o comércio, declarando-se a liberdade de navegar para o Brasil fora das ditas (alvará de 10 de Setembro de 1765).

tudo o mais que obrarem a meu beneficio o haverei por bem. Deos guarde a vossa Mercê muitos annos."

Pedro Gomes Simões prefere jogar pelo seguro, procura que não se venda a fiado, não aceita contra-remessas em mercadoria (apenas, muito raramente, uma barrica de açúcar, uma "*moleca*", uns lenços de algodão), pois prefere o dinheiro em caixa e com transporte seguro nas naus de guerra⁴⁰, procurando escapar à pirataria ou a roubos mais particulares, e estabelece a sua margem de lucro (20%). Precauções necessárias para quem negocia de longe, por mais confiança que lhe faça o consignatário: tantas histórias se passaram sobre as vendas a crédito para as fazendas do interior, cujas dívidas exigiam, frequentemente, gastos avultados no foro jurídico para a sua cobrança, para já não falar dos problemas havidos com os "recebedores" enviados aos engenhos e recebidos a tiro ou maltratados, sujeitos a "*tocaia*", de forma a iludir-se o pagamento!

Nestas condições o lucro de 18% acima conseguido deve ser muito relativizado: na realidade, os reembolsos são enviados em parcelas sucessivas, exigindo um longo tempo para a liquidação, o que se traduz num empate considerável de capital. Das 53 remessas aqui consideradas, 55% tiveram de esperar mais de quatro anos para a sua completa liquidação, mas com uma grande dispersão, oscilando entre os 4 e os 9 anos, com um caso extremo de 15 anos. Nos restantes 45%, o prazo modal situa-se nos 2/3 anos (10 casos cada), pois o pagamento no prazo de um ano (4 casos) fica a dever-se a ajustamentos de contas anteriores e correspondem a remessas de pouco valor. Sob o ponto de vista da origem dos produtos comercializados, tudo aponta para a sua extracção do artesanato local/regional: assim o linho⁴¹ é, normalmente, referido como da Lixa, de Arrifana de Sousa, de Basto, da Terra da Feira, da feira da cidade do Porto, de Paredes, de Moreira; os buréis de S. Bade; as linhas de Guimarães, os chapéus são de Braga, da

⁴⁰ Como, de resto, passou a ser obrigatório com o decreto de 21 de Novembro de 1757, que impõe a sua passagem pela Casa da Moeda, em Lisboa, para a cobrança do 1%.

⁴¹ Sublinhe-se a curiosidade de, no ano de 1754, o comerciante anotar "*que o pano de linho tem encarecido muito, por falta de linho, e toda a mais fazenda, por causa da seca*".

Terra da Feira ou do Porto. O silêncio sobre as origens das ferragens é total, no entanto, o seu carácter primitivo não obstava a que fossem produzidas nas ferrarias da Ribeira, viessem de Braga ou adquiridas nas feiras do Porto, num afluxo derivado das mais diversas oficinas espalhadas pela região⁴².

Nesta perspectiva, o caso do comerciante portuense acima descrito, encaixa na imagem setecentista do Porto, enquanto eixo de um vasto "hinterland", na configuração que o Pe. Rebelo da Costa lhe traçou, mostrando que os interesses da Cidade e da Província de Entre-Douro e Minho eram *"entre si tão reciprocos"*, pois enquanto a primeira consumia e expedia os produtos para o estrangeiro, Brasil e conquistas, a província beneficiava-a com *"os multiplicados generos das suas produções, e excellentes obras das suas manufacturas, que diariamente lhe envia"* ⁴³. Mas esse "hinterland" era mais vasto do que o Entre-Douro e Minho, alargando-se mais a Sul e ainda a Leste (com o Alto Douro). Da barra do Douro, *"canal de toda a riqueza da cidade"* ⁴⁴, se fazia um comércio "activo" com o Brasil, porque além das trocas de géneros ainda vinha um excedente em dinheiro⁴⁵. Segundo o autor, para o Brasil navegavam mais de oitenta navios portuenses, de muito maior porte do que os dos estrangeiros, trazendo, especialmente, cargas de açúcar, algodão, aguardente, madeiras e couros, arroz, cacau, café, e outros artigos menos importantes, para além do tabaco, ouro e diamantes que só desalfandegavam em Lisboa, e daí vinham para o Porto⁴⁶. Daqui se exportava para o Brasil, o pano de linho, estopa, chapéus, chitas, louça, botões, vinhos, azeite, fitas, galões, sedas, linha e diversas ferragens⁴⁷.

⁴² Sobre o artesanato na produção industrial de setecentos, cf. MACEDO, Jorge Borges, *A Situação Económica no Tempo de Pombal - alguns aspectos*, 2ª edição, Lisboa, Moraes, 1982, pp. 101-132.

⁴³ COSTA, Agostinho Rebello da, *Descrição Topografica e Historica da Cidade do Porto*, Porto, Oficina Antonio Alvarez Ribeiro, 1788, pp. I-II.

⁴⁴ Idem, ibidem, p. 198.

⁴⁵ Para Rebelo da Costa, o comércio era activo (exportação maior que a importação), passivo (importação maior que a exportação) ou recíproco (importação igual à exportação). Com o estrangeiro (Inglaterra, Holanda, França) o comércio era, pois, passivo.

⁴⁶ Idem, ibidem, pp. 225-226.

⁴⁷ Idem, ibidem, pp. 227-228. Face aos números apontados pelo autor, o negociante atrás tratado representaria, naturalmente, um ínfima parte das exportações, o que, a ser típico, pressupõe um grande

Procuremos, no entanto, conferir uma quantificação mais extensiva a este movimento comercial que ligava o Porto ao Brasil. Infelizmente, um estudo clássico do movimento da barra do Douro para os meados do século XVIII, realizado por Virgínia Rau, não cobre o tráfico com o Brasil, não o permitindo avaliar em si, nem na sua representatividade. Baseando-se nos livros para as visitas das naus do Santo Ofício, que registam indirectamente um movimento anual oscilante entre os 100/200 navios, a própria autora reconhece que a visita do Santo Ofício só incidia em navios estrangeiros ou "*sobre os navios nacionais vindos de portos dos países considerados heréticos, ou quando a bordo havia passageiros ou tripulantes protestantes*" ⁴⁸. Para um período mais tardio (1786-1799), já dispomos da enumeração dos navios saídos pelo Brasil ao serviço da Companhia da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, na situação privilegiada pela concessão do monopólio pombalino: os números oscilam, então, entre os 25 e os 42 navios anuais, a grande maioria com destino aos diversos portos brasileiros - Rio de Janeiro, Baía, Pernambuco, Maranhão- segundo dados apresentados por Pinto Ferreira⁴⁹. Entre 1796-1800, segundo Borges de Macedo, a média anual de navios entrados na barra do Douro, na totalidade, seria de 417⁵⁰.

Um quadro mais sistemático e extensivo do movimento da barra do Douro é-nos fornecido por Cândido dos Santos, com base nos livros de "Portagem e Redízima" do Cabido da Sé do Porto, depositados no Arquivo Distrital⁵¹. Assim, para o período de 1681-1705, o número médio anual de saídas para o Brasil foi de 16 navios, o que

número de mercadores com interesses neste comércio. Vejam-se aqueles números anuais, para 1786: 30 mil centos de varas de pano de linho; 400 mil chapéus, etc.

⁴⁸ RAU, Virgínia, "O Movimento da Barra do Douro durante o Século XVIII: uma Interpretação", *Boletim Cultural*, vol. XXI, fascs. 1-2, Porto, Câmara Municipal, 1958, pp. 5-27 (Cf. nota pág. 25). Cf. ainda MACEDO, Jorge Borges, *Problemas de História da Indústria Portuguesa no Século XVIII*, Lisboa, Quercus, 2ª edição, 1982, pp.194 e 206

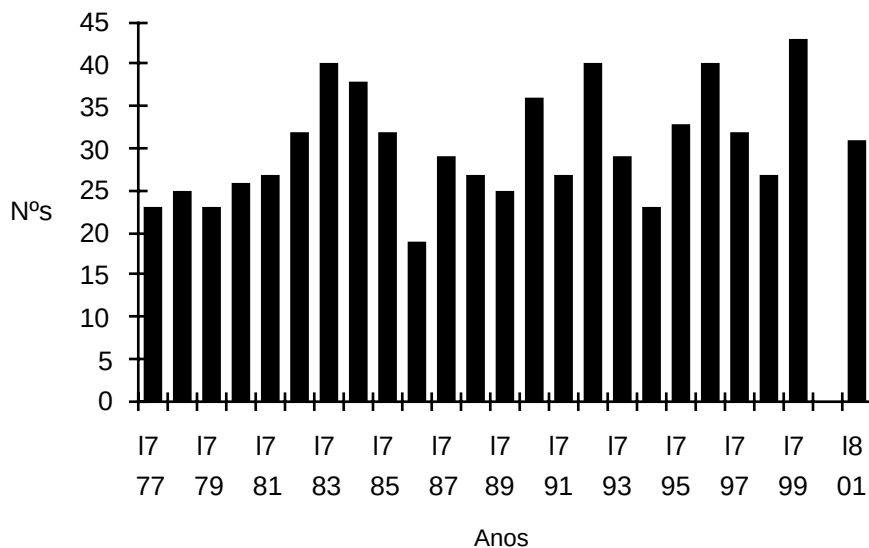
⁴⁹ Cf. FERREIRA, J.A. Pinto, "A Economia do Vinho e o Crescimento do Porto, nos séculos XVII ao XIX", in ACADEMIA PORTUGUESA DE HISTÓRIA, *O vinho na História Portuguesa, séculos XIII-XIX- ciclo de conferências*, Porto, Fundação Engº António de Almeida, 1983, pp. 241-315

⁵⁰ Ob.cit., p. 206.

⁵¹ Cf. SANTOS, Cândido dos, "Para a História do Comércio Português - movimento da saída de barcos pela barra do Douro de 1681 a 1705 e de 1777 a 1801", *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, 2ª série, vol. 2, 1984, pp. 123 - 237.

correspondeu a 7% do movimento portuário. Quase um século mais tarde (1777-1801) essa média salta para 30 navios anuais, passando a representar 9.9% do movimento da Barra do Porto (Gráf. 2.1). Sublinhe-se que a pequena elevação percentual no movimento geral da barra esconde o grande aumento na carreira do Brasil - os 16 navios anuais nos inícios do século XVIII, sobem para 30 na viragem secular, praticamente o dobro, facto que nos diz da importância acrescida desta corrente comercial, que julgamos ainda melhor avaliada se aceitarmos a hipótese de o movimento do último período apresentar uma maior tonelagem, na linha do que afirma o Pe. Rebelo da Costa sobre o maior porte dos navios portuenses. Por outro lado, o restante movimento portuário, quer o de cabotagem, quer o que se dirigia para a Galiza e o Norte da Europa, devia parte da sua dinâmica a esta corrente brasileira, como se pode deduzir das mercadorias transportadas e referidas no mesmo estudo, actuando o Porto como uma praça de redistribuição e reexportação.

Gráf. 2.1 - Navios do Porto para o Brasil



Fonte: SANTOS, Cândido, ob. cit., p. 207.

Obs : não há informação para o ano de 1800.

Este quadro comercial, de que as "Balanças do Commercio" permitem conhecer a

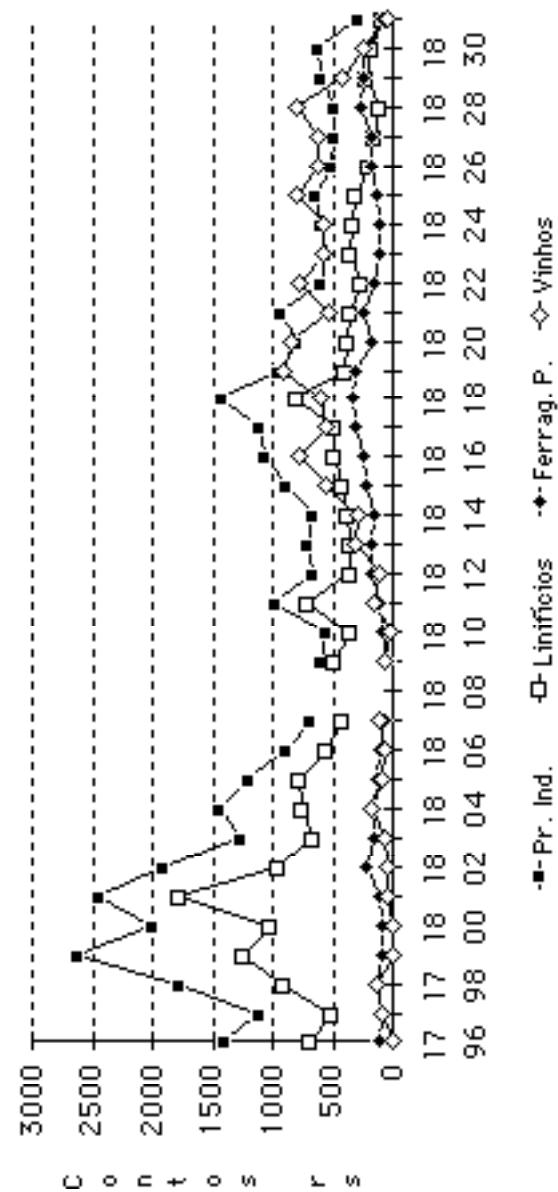
estrutura e evolução entre 1796-1831, sofre um rude golpe a partir de 1810, dado o tratado com a Inglaterra retirar à metrópole o exclusivo comercial com o Brasil e estabelecer a liberdade de comércio com as nações amigas, facto que na prática vinha já acontecendo desde 1808, com a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro, sob a tutela inglesa⁵². Uma reinterpretação recente das "Balanças", levada a cabo por Valentim Alexandre, com base na correcção da sistematização interna na discriminação dos produtos, veio valorizar a importância do mercado local como fornecedor de produtos para o Brasil, contra a tese bastante divulgada de o Porto (e Portugal) constituir essencialmente um "*ponto de rotação*" de mercadorias importadas do Norte da Europa, prolongando até mais tarde a ideia que nos advém do caso referente a Pedro Gomes Simões, acima exposto⁵³. Além disso, conforme se pode observar pela representação gráfica dos produtos industriais exportados do Porto para o Brasil (Gráf. 2.2), bem como dos principais produtos (linifícios, ferragens portuguesas e vinhos), a quebra da difícil conjuntura de 1808-10 apresenta alguma recuperação posterior, mostrando, segundo Valentim Alexandre, que a mudança estrutural é, fundamentalmente, posterior a 1818, mas onde o lugar principal dos produtos exportados passa a ser ocupado gradualmente pelo vinho, em especial o vinho do Porto⁵⁴.

⁵² Para Borges de Macedo, a quebra do comércio com o Brasil começa a sentir-se por 1802, devido à concorrência inglesa sobre as manufacturas nacionais e à introdução dos respectivos tecidos em Portugal para reexportação. Cf. MACEDO, Jorge Borges, *Problemas de História da Indústria Portuguesa no Século XVIII*, Lisboa, Quercus, 2ª edição, 1983, pp. 235-247.

⁵³ ALEXANDRE, Valentim, "Um Momento Crucial do Subdesenvolvimento Português: Efeitos Económicos da Perda do Império Brasileiro", *Ler História*, nº 7, 1986, pp. 3-45. As suas posições não são isentas de polémica. Cf., a este respeito, o debate inserto in *Penélope - Fazer e Desfazer a História*, nº 3, 1989 : LAINS, Pedro, "Foi a Perda do Império Brasileiro um Momento Crucial do Desenvolvimento Português ?" (pp.92-102) e ALEXANDRE, Valentim, "Um Passo em Frente e Dois à Rectaguarda: Resposta à Nota Crítica de Pedro Lains" (103-110). O debate prolonga-se ainda pelo nº 5 daquela revista.

⁵⁴ ALEXANDRE, Valentim, *Os Sentidos do Império - Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português*, 3 volumes, Lisboa, UNL, dissertação de doutoramento, 1988. Para o gráfico utilizámos os quadros CXIX, CXXI, CXXIII, CXXXII, CXLVIII, CXLIX, CLIV e CLXII (3º volume).

Gráf. 2.2 – Exportações do Porto para o Brasil



Fonte: ALEXANDRE, Valentim, ob.cit.

Sublinhe-se, pois, o facto de o Porto não constituir em exclusivo uma plataforma de reexportação, típica das praças coloniais. Desde o século XVII que um produto regional - o vinho do Porto - se afirma como um objecto determinante no comércio externo, não só do Porto como no conjunto da exportação nacional, o que permitiu alguma autonomia e uma dinâmica própria à Cidade.

De qualquer modo, sejam quais forem os mecanismos que expliquem a quebra do comércio com o Brasil, o Porto viu-se privado de um mercado reservado⁵⁵, no qual tinha ocupado um lugar proeminente, logo a seguir ao de Lisboa, tendo chamado a si o volume quase total do fluxo comercial do Norte de Portugal: para além da sua dinâmica própria, muito terão contribuído para isso determinadas medidas administrativas, desde logo a instalação de duas companhias monopolistas (Companhia da Agricultura dos Vinhos do Alto Douro⁵⁶ e Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba⁵⁷ e) e, a partir de 1774, o Privilégio do Selo da Alfândega⁵⁸. Este último facto, que só acontecia também com Lisboa, obrigava ao desalfandegamento das mercadorias vindas do estrangeiro para o Norte naquela cidade, com o pretexto de evitar os "descaminhos" das mercadorias que se eximiam à fiscalidade. Promovendo uma bicefalia económica (em torno do Porto e Lisboa), tal medida quase acabou com a animação dos pequenos portos provinciais, num autêntico processo de apropriação e subalternização, como lhe chama José V. Capela num documentado estudo sobre o caso de Viana⁵⁹.

⁵⁵ Não esqueçamos que a "reserva" do mercado para o comércio nacional se conjugava com outras medidas coloniais, tais como o alvará de 5 de Janeiro de 1785 que proibia e mandava destruir todas as fábricas existentes no Brasil, com excepção dos teares ou manufacturas para fabrico de fazendas grosseiras para escravos ou para enfiar mercadorias. Tal medida desapareceu logo em 1808.

⁵⁶ Estatutos de 10 de Setembro de 1756.

⁵⁷ Com estatutos de 30 de Julho de 1759, tinha uma Junta em Lisboa e duas direcções, uma no Porto e outra em Pernambuco.

⁵⁸ Lei de 22 de Novembro.

⁵⁹ CAPELA, José V., "Viana na Segunda Metade do Século XVIII - em torno de um processo de decadência e subalternização comercial", *Boletim da Terra de Valdevez*, nº 6, Arcos de Valdevez, 1983, pp. 113-149. Cf. ainda JUSTINO, David, *A Formação do Espaço Económico Nacional, Portugal 1810-1913*, I Vol. Lisboa, Vega, 1988, pp. 208-213. Veja-se também o reconhecimento desta polarização comercial in COSTA, A. Rebelo, ob.cit., p.46.

2.3 - Comércio e emigração -

mercado, navegação, remessas.

O comércio do Porto (como o de Portugal, em geral) com o Brasil decaiu, pois, drasticamente no século XIX, num processo irreversível⁶⁰: 1808/10 (transferência da Corte e tratado com a Inglaterra) e 1822 (independência do Brasil) são datas simbólicas neste contexto, mas com efeitos visíveis na quebra das relações comerciais, etapas finais de um ciclo de dominação colonial, que durante três séculos mobilizou interesses, arrastou homens, repartiu famílias pelos dois lados do Atlântico. Aos interesses nacionais, afeitos ao "exclusivo", veio sobrepor-se a lógica da reordenação contínua da economia-mundo, que relegava Portugal para uma situação de periferia e incluía o Brasil na órbita central dominada pelos interesses britânicos, numa renovação do processo da divisão internacional do trabalho.

Embora inserida num contexto mais amplo, a revolução de 1820, iniciada no Porto, com forte empenhamento das classes comerciais, é também um gesto desesperado para travar o mercado indispensável que definitivamente se subtraía a Portugal. O imenso folhetim e inabilidade política que as Cortes Constituintes a este respeito produziram é bem elucidativo do desespero que a perda do Brasil provocava⁶¹. Não se soube sequer atentar nas palavras do Regente D. Pedro dirigidas ao Rei: *"Com força armada é impossível unir o Brasil a Portugal, com o commercio e a mutua reciprocidade a união é certa, porque o interesse pelo commercio e o brio pela reciprocidade são as duas molas*

⁶⁰ Entre 1800 e 1831 o comércio nacional com as nações estrangeiras (Brasil incluído diminui para menos de metade (índices 100 e 44), mas o efectuado com o Brasil decai em 4/5 (índices 100 e 20), segundo BONIFÁCIO, Maria de Fátima, *Seis Estudos Sobre o Liberalismo Português*, Lisboa, Estampa, 1991, pp. 119-120.

⁶¹ Cf. PEREIRA, Miriam Halpern, *Portugal no Século XX - Revolução, Finanças, Dependência Externa*, Lisboa, Sá da Costa, 1979, pp. 85-108.

reais sobre que deve trabalhar a monarchia luso-brazilica" ⁶². A independência total do Brasil estava a chegar. As pressões internas e as externas, particularmente as inglesas, a revolta perante a ameaça de perda de regalias adquiridas durante a Regência, a onda mundial de nacionalismo, a afirmação dos direitos dos povos, a que os conflitos das Cortes davam propriedade... tudo se conjugou para isso.

Ultrapassemos, porém, as razões do afastamento e da separação inevitável. Passada a hora das comoções políticas, a ligação afectiva e comercial permanecerá de algum modo, ainda que definhada e reciclada, dadas as novas condições institucionais. Essa era pelo menos a convicção expressa pelo Porto, através da sua Associação Comercial, em 1842:

"O Brazil, parte da Monarchia Portuguesa até 1825, importou sucessivamente de Portugal Cidadãos que hião desenvolver naquelle vasto, fertil , e nascente paiz os meios de reproduzir nelle as riquezas naturaes: daqui o trato commercial e civil entre este e aquelle paiz, cuja população se podia considerar quasi toda Portuguesa: e as riquezas que dali se importavão reproduzidas por Portuguezes forão poderoso incentivo para a sucessiva emigração para ali. Separada de direito aquella parte da Monarchia, ficou de facto ligada ainda estreitamente a Portugal, porque os laços d'amizade, interesses commerciaes, lingoagem, habitos, educação, e sobretudo parentesco entre seus habitantes, não cabia em convenções e tratados destruillos ou quebrantillos" ⁶³.

O senso prático procurava o desenvolvimento das relações económicas com o Brasil, agora mais difíceis porque inscritas num quadro concorrencial, dominado pela Inglaterra, fortemente industrializada e competitiva, promovendo o investimento de ponta e as transferências de capital para o processo de modernização⁶⁴. Devemos, porém,

⁶² Carta de 23 de Janeiro de 1822 in *Documentos para a História das Cortes Gerais da Nação Portuguesa*, Tomo I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1883, p. 285.

⁶³ A.A.C.P., *Livro coprador de correspondência expedida*, 1839-1843, ofício nº 95. Transcrito in ALVES, Jorge Fernandes, "Emigração Portuguesa - o exemplo do Porto nos meados do século XIX", *Revista de História*, Porto, 1989, pp. 283-289.

⁶⁴ Sobre o papel da Inglaterra na modernização da sociedade brasileira, cf. GRAHAM, Richard, *Britain and the Onset of Modernization in Brazil, 1850-1914*, Cambridge, University Press, 1968.

sublinhar que, na fase pós-independência, as trocas comerciais nunca se interromperam, ainda que as novas situações (de mercado e política) tenham contribuído para um significativo abrandamento⁶⁵. Segundo Fátima Bonifácio, teria sido Lisboa quem mais sentiu a perda do mercado brasileiro, pois no Porto, depois de uma quebra de 1/2 logo após a independência, verificou-se mesmo, na década de 1820 uma recuperação das exportações face aos valores iniciais de Oitocentos.⁶⁶

Um elemento perturbador neste processo de normalização foi o surgimento da pauta alfandegária setembrista (1837)⁶⁷, que penalizava fortemente alguns produtos brasileiros, especialmente a aguardente de cana e o arroz. Encarada no Brasil como um acto deliberado de hostilidade, suscitou ali medidas de retaliação e, por cá, uma forte campanha para a sua revisão, quer por parte dos grupos de pressão comerciais, especialmente da Associação Comercial do Porto, quer na imprensa afecta a este tipo de interesses. Considerando que a oneração dos produtos brasileiros entrava em contradição com o Tratado de 29 de Agosto de 1825, que no seu artigo 10 previa o restabelecimento das relações comerciais entre os dois países com a taxa recíproca de 15% de direito de consumo, o governo brasileiro através do decreto nº 36 de 6 de Maio de 1839, elevava a 50% o imposto sobre os vinhos e bebidas espirituosas importados, numa medida com implicações directas na importação dos vinhos portugueses⁶⁸. Solicitada a dar o seu parecer, a Associação Comercial do Porto, preocupada com mais um problema para o Douro, já de si em situação calamitosa, *"entende que o mal que está sofrendo o nosso Commercio com o Brazil, provém do ponto de vista menos exacto em que tem sido*

⁶⁵ Cf. BONIFÁCIO, Maria de Fátima, ob.cit., p. 122 (em especial o quadro sobre o Brasil, por períodos).

⁶⁶ Idem, ibidem, p. 124. Na diversidade de efeitos da perda do mercado brasileiro, vê a autora a origem da dissidência entre Porto e Lisboa, cada qual com projectos económicos autónomos como resposta à situação criada: a primeira defendendo o tratado com a Inglaterra, já que os seus interesses giravam em volta do triângulo Porto-Brasil-Inglaterra; a segunda defendendo a abolição do tratado de 1810 e a criação de um porto-franco que projectasse Lisboa na economia mundial.

⁶⁷ Sobre a participação cartista na elaboração da pauta, que os setembristas se teriam quase limitado a assinar, cf. BONIFÁCIO, Maria de Fátima, ob.cit., pp. 36 e 245-279.

⁶⁸ Cf. diversos artigos in *"Periodico dos Pobres no Porto"*, números de 17, 27 e 29 de Julho, 7 de Agosto e 21 de Setembro de 1839, os quais incluem transcrições de jornais brasileiros. Ver, especialmente, um esclarecimento de Saturnino de Sousa e Oliveira, o autor do decreto brasileiro de 6 de Maio (nº de 29 de Julho)

considerado aquelle Paiz nas suas relações commerciaes com o nosso. O Brazil he hoje o ponto do globo para onde a nossa pequena industria fabril exporta a maior parte de seus productos, e o nosso Commercio com elle he d'aquelles de que tiramos mais vantagem. Nos pagamos os seus productos com os nossos proprios productos, e essa mesma emigração que á primeira vista parece ruinosa a Portugal, não o hé, pois se por um lado perdemos braços, cujo emprego proveitoso offerece duvida, por outro lucramos com a renovação dos laços de sangue, que ja nos unem com aquelle paiz, e com a fortuna que uma grande parte desses emigrados ali adquire, e traz consigo para Portugal, resultando sempre que, quer voltem, quer ali fiquem elles sustentão milhares de familias no nosso Paiz" ⁶⁹ . Neste sentido, faz sentir ao governo a inutilidade das taxas sobre a aguardente de cana e do arroz brasileiros, pois, no primeiro caso, não entrariam mais do que 1500 pipas de aguardente, embora o seu fraco teor de álcool não lhe assegurasse grande consumo face à nacional, enquanto o vinho expedido para o Brasil atingia as 15000 pipas de valor muito mais elevado, as quais se colocavam em causa, além do prenúncio de outras medidas gravosas para o comércio português. Lembrando que, na elaboração das pautas a própria Associação subscrevera um parecer que criava uma situação de excepção para os "géneros coloniais" do Brasil e que não fora considerado na versão final, aconselhava o governo a negociar um tratado de comércio com o Brasil, através de concessões mútuas. Colocada perante "*a dolorosa obrigação de dizer verdades que revelão a nossa fraqueza e dependencia*", afirma a Associação Comercial: "*Destruido o nosso Commercio com o Brazil sofrerá grandemente a nossa navegação, daremos um golpe mortal na Industria, e arruinaremos em grande parte a exportação de nossos vinhos*" ⁷⁰.

Com efeito, a ligação da praça comercial do Porto ao Brasil era muito grande e determinante, por isso, nestes tempos pós-independência, marcados por algum confronto

⁶⁹ A.A.C.P. , *Livro copiador de correspondência expedida*, 1839-1843, pp. 30-34 (ofício de 27 de Setembro de 1839).

⁷⁰ Idem, *ibidem*, p. 34.

e afirmação unilateral, a Associação pugnará pelo estabelecimento de um tratado com o Brasil, desde 1835, ou seja, pouco depois da sua formação, até aos inícios do século XX, com fases de esquecimento consoante a capacidade de influência das diversas facções, quase sempre submersas pelos poderosos interesses do Vinho do Porto. A esse facto, não terão sido alheios os diversos comerciantes retornados do Brasil, alguns deles mesmo tendo optado pela naturalidade brasileira, que eram sócios da Associação e viam os seus negócios envoltos em dificuldades, sobretudo com as medidas pautais em relação aos géneros coloniais (açúcar, café, chá, aguardente, etc.) e as tentativas de restrição da emigração que se propalavam desde 1836. Recordemos que em 1838, um almanaque da cidade regista 163 negociantes brasileiros com porta aberta na cidade, desenvolvendo negócios com o Brasil ou gerindo, à distância, os interesses que lá deixaram, muitos dos quais eram sócios da Associação⁷¹.

Um desses brasileiros, por adopção de nacionalidade, era Joaquim Ferreira dos Santos que, tendo-se retirado para Portugal em 1831 e instalado no Porto em 1833, após o Cerco, animava algum comércio, quer carregando por sua conta o seu brigue Activo, navegando sob bandeira brasileira, quer participando noutras carregações em diferentes navios, enquanto esperava pela hipótese de regressar. Da sua casa do Brasil mandava vir produtos comprados, além de procurar escoar as produções das suas fazendas. Assim, embarcava regularmente e consoante as condições do mercado couros, café, açúcar e aguardente⁷². Em 1835, em face da nova situação pautal, já ele se queixava das despesas com a embarcação: *"aqui tem, meu compadre, para que servem os navios; em outro tempo se empunha com elles, mas hoje só servem para descredito de quem os possue, isto he, porque dão cabo das finanças"*. Depois de repetidas queixas a amigos e

⁷¹ Cf. *Directório da Antiga, Mui Nobre, Sempre Leal, e Invicta Cidade do Porto para o anno de 1838*, Porto, Typographia Commercial Portuense. Desses comerciantes brasileiros, 32 eram sócios da Associação nesse ano (21% no total de 150), embora não seja possível chegar a um número exacto, devido ao facto de os registos deixarem algumas dúvidas. (N.B. As primeiras listas de sócios surgem desgarradas nos "livros de contas" da Associação).

⁷² Uma carregação do seu brigue Activo, por sua conta exclusiva transportou o seguinte: 2000 couros, 1280 sacos de café, 81 caixas de açúcar e 20 pipas de aguardente. Em 1837 dá ordens proibindo o envio de mais aguardente, dados os direitos elevados que pagava face à nova pauta.

correspondentes, tem uma oportunidade de as expor oficialmente ao novo ministro plenipotenciário do Brasil em Lisboa (António de Meneses Nascimento de Drumond), em finais de 1838, o qual conhecia pessoalmente do Rio de Janeiro, quer assinando a representação colectiva dos brasileiros residentes em Portugal, quer em seu nome particular. Reclama contra a décima de maneio que é obrigado a pagar pelo seu "negocio em grosso", contra os direitos preferenciais aos navios portugueses (as mercadorias transportadas em navios brasileiros pagariam mais 15% de direito), contra a proibição de matrícula de portugueses na equipagem de navios brasileiros, a não ser com pagamento de passaporte no valor de 3600 réis, quando antes se permitia até à terça parte, e solicitava um juízo privativo para os cidadãos brasileiros (privilégio que já tinham ingleses e franceses)⁷³.

Dado que algumas medidas pareciam querer afrontar directamente o comércio com o Brasil, os "brasileiros" do Porto puseram grande entusiasmo na revolução cabralista, que veio a ocorrer a 27 de Janeiro de 1842, sendo a "Comissão do Tesouro" do movimento, encarregada de angariar e gerir os fundos necessários, constituída por homens ligados à Associação Comercial. A presidi-la estará um brasileiro que nessa revolução empenhou muitos dos seus fundos pessoais - exactamente Joaquim Ferreira dos Santos, depois barão, visconde e conde de Ferreira pela mão de Costa Cabral. Sublinhe-se o seu papel de angariador no Brasil, através dos seus correspondentes, e a convivência com o dito representante do Brasil em Lisboa, a quem deviam ser endereçados os fundos recolhidos⁷⁴.

Confirmando o desinteresse pelas colónias africanas, já referido por M. de Fátima Bonifácio e visível em qualquer quadro alfandegário através das ínfimas

⁷³ Informação recolhida no âmbito de uma investigação biográfica sobre o "brasileiro" referido. Para uma primeira e abreviada versão, cf. ALVES, Jorge Fernandes, "Percursos de um brasileiro do Porto - o Conde de Ferreira", *Revista da Faculdade de Letras - História*, II série, vol. IX, Porto, 1992, pp. 199-213.

⁷⁴ Os restantes membros dessa comissão eram José Henrique Soares (presidente da A.C.P.), Joaquim da Cunha Lima de Oliveira Leal e António Vieira de Magalhães (depois Visconde de Alpendurada), ambos directores em diferentes anos.

proporções em que se efectua o comércio do Porto com Angola, Moçambique, Guiné ou Cabo Verde, a Associação rejeita por essa altura a proposta de criação de uma *Empresa dos Concidadãos do Porto*, criada em 1841, em Moçambique, para promover a colonização com portugueses, explorar as riquezas mineiras, estabelecer melhores relações comerciais e promover as culturas da colónia, a qual pretendia a liderança da Câmara Municipal da Cidade, tendo esta enviado⁷⁵ o respectivo processo à Associação para ser apresentado na respectiva Assembleia Geral. Mas lista de subscrição de accionistas (5000 acções de 120\$000 para um capital de 600.000\$000) ficou vazia, tendo a Associação respondido secamente pela inoportunidade do projecto, o que revela as expectativas que mantinha pela revolução que iria surgir daí a dois meses⁷⁶.

Mas se nos abstrairmos da "fornada" da nomeação de novos pares e de títulos nobiliárquicos com que Costa Cabral pagou, individualmente, os "favores" destes cartistas empenhados na revolução, pouco mais se viu, já que o tratado com o Brasil continuará a ser uma reivindicação formal⁷⁷.

Avançando um pouco mais no tempo, analisemos o comércio com o Brasil no ano económico de 1859-1860 (Quadro 2.3). Podemos dizer que a estagnação comercial se prolonga neste domínio do comércio portuense, se o compararmos com os dados

⁷⁵ Em 20 de Novembro de 1841.

⁷⁶ A.A.C.P., *Correspondência avulsa*, Maço de documentos sobre o assunto, com cópia de estatutos, memorias sobre projectos a realizar, relação de amostras minerais e outras. Sobre o problema colonial e seus desenvolvimentos posteriores, até ao final do século, cf. CAPELA, José, *A Burguesia Mercantil do Porto e as Colónias (1834-1900)*, Porto, Afrontamento, 1975. Podemos afirmar que o empenho colonial da Associação Comercial do Porto só data de 1934 e, ao que parece, por pressões governamentais. É nesse ano, no centenário da fundação da A.C.P., que o governo decreta a realização da 1ª Exposição Colonial no Porto, na qual se incluía o 1º Congresso do Intercâmbio Comercial com as Colónias. Então, António de Oliveira Cález, presidente da Associação, assumirá a presidência da Exposição e do Congresso, que suscitaram a participação de outras associações portuenses. O dinamismo da Comissão Executiva virá, porém, de Henrique Galvão. Cf. Associação Comercial do Porto, *Relatório da Direcção referente ao Exercício de 1934*. Ver ainda o volume do 1º Congresso do Intercâmbio Comercial com as Colónias - *teses e conclusões*, Porto, 1934.

⁷⁷ Cf. " Resposta à Portaria de 29 de Novembro de 1865 da Direcção da Associação Commercial do Porto", impresso onde se registam as respostas a um conjunto de quesitos sobre os obstáculos ao desenvolvimento do comércio e da navegação. Depois de historiar a evolução do comércio com o Brasil, na fase pós-independência, aí se insiste: "*É pois com o Imperio do Brasil, que muito conviria a conclusão d'um tratado commercial; mas como aquelle Estado se tem mostrado assaz avesso a esses contractos, é possível que se conseguiria o desejado fim, começando por fazer concessões nos direitos dos coloniaes, aqui importados, que fariam augmentar a extracção dos que recebemos d'além*" (p.9).

fornecidos por Fátima Bonifácio para 1839, ou seja, duas décadas atrás⁷⁸. O comércio do Porto com o Brasil continua a ocupar, com ligeiras oscilações, percentagens idênticas, com 21,4 % nas importações e 15,2% nas exportações. O Brasil continua a ser o mercado preferencial e quase exclusivo para a compra de algodão em rama⁷⁹, para os despojos de animais (couros, peles, ossos, chifres) em 90%, para os géneros coloniais (açúcar, café, cacau)⁸⁰ em 82%, com relevo ainda para as madeiras (28,4%), em especial a madeira em bruto para marceneiro. Por outro lado, o Brasil é quase o mercado exclusivo para colocação de muitos dos nossos produtos, com excepção dos animais⁸¹, das lãs, dos vinhos (apesar de ser o segundo maior consumidor deste produto), das madeiras e metais, e poucos mais, pois os restantes são absorvidos na ordem dos 80 a 90%. Assim, acontece com os cobertores e cotins que o Porto consegue colocar no mercado externo, com as obras em chifre, cordovões e calçado, com o feijão⁸², com as grassinas (azeite, carne de porco, cebo), com os atoalhados e fio de linho, com obras em vidro e louça, com os metais (foices, machados, fechaduras, chumbo em munições e, sobretudo, prata em obras de ourives), pedras em cantaria, livros impressos, peixe salgado e sedas (em especial, o retroz), doces secos. Uma estreita diversidade, típica da natureza artesanal e da íntima

⁷⁸ BONIFÁCIO, Maria de Fátima, ob. cit., pp. 222-239. Para uma evolução do comércio externo, tanto com o Brasil como com outros países, entre as décadas de 1840 a 1865, cf. SERPA, António de, "Apontamentos sobre estatística", *A America*, Vol. I, Lisboa, 1868 (diversos números).

⁷⁹ A classe pautal dos algodões inclui o algodão em rama, os fios e os tecidos. O primeiro vem quase exclusivamente do Brasil; os fios e tecidos, para além da produção local, vêm quase na totalidade da Inglaterra, com uma pequena percentagem da França (muita variedade de tecidos finos).

⁸⁰ Repare-se na enormidade fiscal sobre os "géneros coloniais", 39% no conjunto. Sobre disto dirá a Associação: "Quando se promulgou a pauta teve-se em vista, promover a criação da industria fabril, e seu melhoramento; e augmentar a receita publica pelo rendimento das alfandegas. Em algumas leis da reforma só a esta segunda parte se attendeu. Não foi de certo para animar qualquer industria no paiz que se augmentaram os impostos sobre o assucar, o caffè, o cacau, e mesmo a aguardente de cana! A consequência foi a que se podia prever. O Brasil julgou-se hostilizado, recorreu a represalias, e sobrecarregando os nossos produtos de direitos, deu um golpe terrivel nas nossas relações mercantis, e sobretudo na navegação. Entretanto a receita não subiu. A carestia artificial dos coloniaes deu em resultado 1º a diminuição do consumo, e 2º o contrabando que logo se fez e tem continuado em escala ascendente por toda a raia seca..." In *Relatório da Comissão Encarregada d'Indagar as Necessidades do Commercio do Porto com as alterações feitas pela Assembleia Geral da Associação Commercial*, Porto, Typographia Commercial, 1854, p. 9.

⁸¹ Estamos na época em que a exportação de gado para Inglaterra pela barra do Douro era muito importante, de tal modo que se pode mesmo falar de alguma reconversão da zona agrícola envolvente do Porto no sentido de favorecer as pastagens e a concomitante criação de gado.

⁸² 55243 alqueires de feijão exportados nesse ano para o Brasil.

ligação à agricultura, configurando a ideia de o comércio do Porto controlar nichos do mercado brasileiro, com toda a certeza ligados a comerciantes de origem minhota, afastado que está das grandes oportunidades, dominadas pelos estrangeiros, e, naturalmente, pelo crescimento do artesanato e indústria brasileira que emergiram, embora lentamente, a partir de 1808, conforme salienta a historiografia brasileira⁸³.

Por outro lado, se acompanharmos a imprensa portuense nos relatos minuciosos dos seus correspondentes sobre o estado do mercado brasileiro, apercebemo-nos da gradual substituição dos produtos portugueses. Em 1844, afirma-se que a quebra de consumo de chapéus de Braga, se ficava a dever ao estabelecimento de fábricas em Minas e Rio Grande e à preferência dada aos de palha, vindos do Chile, mais leves e duradouros; aponta-se a permanente quebra no consumo do linho substituído pelo algodão inglês mais barato⁸⁴. Em 1860, dá-se conta que as "ferragens" idas do Porto já não conseguem competir com as de Inglaterra, apesar de ainda haver fazendeiros que pedem machados, foices e enxadas do Porto porque querem *"obra segura e forte"*, *"mas os ingleses, sabendo que os consumidores de taes objectos preferem a obra do Porto, teem tractado de imitar tudo. As enxadas, por exemplo, são identicas, até na marca"*, apesar de pesarem menos, e o mesmo processo se verifica nas fechaduras, a ponto de nas remessas do Rio para o interior se notar na factura *"tantas fechaduras inglezas á portugueza..."*⁸⁵

Não admira, assim, que o quadro da balança comercial nos apresente um saldo negativo neste ano de 1859-60, apesar de o Brasil ser o segundo melhor cliente do Porto, depois da Inglaterra (que absorve 77% das exportações), somando ambos os países 91% do comércio externo portuense.

⁸³ Cf. JÚNIOR, Caio Prado, ob. cit., pp. 147-157.

⁸⁴ *Periódico dos Pobres no Porto*, nº 129, de 03.06.45.

⁸⁵ "Brazil", *O Commercio do Porto*, de 4 de Agosto de 1860.

**Quadro 2.3 – Movimento Comercial com o Brasil pela Alfândega do Porto
– 1859/1860**

Classes da Pauta	Importações		% Total Import.	Exportações		% Total Export.
	Valor	Direitos		Valor	Direitos	
I- Algodões	232887\$520	367\$425	16,50	7794\$900	39\$035	76,80
II- Animais	1715\$200	45\$050	70,30	878\$900	4\$390	0,30
III- Bebidas Fermentadas	4325\$840	2393\$455	2,50	378688\$000	4729\$060	8,70
IV- Despojos de animais	330485\$800	7298\$680	90,20	25500\$400	132\$490	34,20
V- Farinóceos	23414\$900	2704\$735	4,00	40560\$000	193\$495	95,60
VI- Géneros coloniais	675105\$220	265350\$840	82,10			
VII- Grassinas	548\$100	141\$075	1,60	96042\$400	480\$210	80,90
VIII- Lãs e pelos	2338\$600	117\$040	0,55	6266\$000	31\$330	2,70
IX- Linhos	6519\$000	44\$725	2,20	43187\$000	215\$920	97,70
X- Louça e vidros	103\$800	47\$905	0,15	14413\$400	72\$055	87,10
XI- Madeiras	14872\$380	1458\$430	28,40	27530\$300	137\$640	26,20
XII- Metais	15700\$400	44\$865	2,10	189751\$000	982\$045	22,00
XIII- Minerais	591\$000	2\$510	0,90	2847\$300	14\$235	94,70
XIV- Papel	45\$000	2\$410	0,09	3818\$000	19\$085	91,00
XV- Pescarias	146\$340	27\$305	0,03	7296\$200	36\$390	93,70
XVI- Pr. Químicos e Medicinais	3062\$960	487\$205	1,22	35180\$200	176\$790	29,40
XVII- Sedas	246\$800	56\$900	0,10	46622\$000	232\$660	98,70
XVIII- Sementes, Frutas e Plantas	195\$060	27\$745	2,00	47594\$500	237\$920	29,20
XIX- Vários Artigos	5295\$160	1340\$980	5,30	36948\$700	183\$235	73,60
Total	1317579\$080	281968\$280	21,40	1010919\$200	7917\$985	15,20

Fonte: Mappas Estatísticos da Alfandega do Porto pertencentes ao ano económico de 1859-1860
Porto, Tipografia da Rua Formosa, 1860

Um panorama que surge como continuação do verificado no Antigo Regime, pois os mercados tradicionais mantêm-se, com o reforço do inglês e a perda relativa do brasileiro. Neste último, o caso dos têxteis é flagrante, em comparação com a situação dos finais do século XVIII atrás referida. Confirma-se a imagem que Fátima Bonifácio nos dá para o Porto das décadas de 1830/40:

"A praça do Porto carece de verdadeira dimensão internacional: polariza uma região que surge fechada sobre si mesma no contexto do resto do País, umbilicalmente ligada a um triângulo cujo vértice principal residia na Inglaterra, e outro, subalterno, no Brasil" ⁸⁶.

Por volta de 1880, o panorama comercial de Portugal com o Brasil continua a manter as posições relativas aqui estabelecidas, com uma alteração de fundo: uma queda substancial na importação de açúcar não-refinado; no lado da exportação, a preponderância cada vez maior do vinho como produto essencial e o quase desaparecimento da componente industrial, adensando-se ainda mais a componente agrícola da nossa exportação. No entanto, o Brasil permanece como o segundo melhor importador/exportador da praça do Porto, e, ao nível nacional, o nosso comércio com o Brasil apresenta, desde 1870, saldos favoráveis cada vez mais elevados⁸⁷.

Neste contexto pouco animador, o Porto comercial, através da sua Associação, não pode esquecer duas alternativas: o comércio interno e a emigração.

No comércio interno, a tónica será posta na necessidade de comunicações fáceis, baratas e rápidas: *"dai-nos estradas, cannaes, e rios navegaveis, e permitti a accleração do transito, abolindo as barreiras interiores, os impostos locaes, as guias, os*

⁸⁶ Ob. cit., p. 229.

⁸⁷ Cf. o artigo de Rodrigues de Freitas "Commercio de Portugal: II - o Brasil", in *O Comércio do Porto*, de 26 de Outubro de 1882, que apresenta quadros de evolução anual, de 1843 a 1879. Do mesmo autor, ver diversos artigos sobre "Vinhos Portugueses no Brasil", ibidem, de 8 e 15 de Junho e 17 e 22 de Agosto de 1884. Idem, "O câmbio do Brazil e a Economia Nacional", ibidem, de 6 de Dezembro de 1885, para os anos de 1879-1882. Vejam-se as importações/exportações para alguns anos (em contos de réis), com saldo positivo crescente: 1870 - 3178/3207; 1875 - 2483/4170; 1880 - 2139/5964.

passaportes, e todos esses artificios com que se tem esmagado e continua a esmagar a industria"⁸⁸. Comunicações equacionadas na perspectiva centralista de tudo afluir ao Douro, sobretudo no desejo de construção de uma via até à raia, em que como o *"dorso d'um peixe, ella lançasse espinhas e se ramificasse com as terras que lhe ficam contiguas"*⁸⁹, de forma a dilatar o "hinterland" à região transmontana e Beiras. Facto que só acontecerá mais tarde, no último quartel do século XIX, com o caminho-de-ferro do Douro a acalantar ainda o sonho de o Porto se tornar no centro de escoamento/abastecimento de Castela interior, saldando-se pelo desastre financeiro da "salamancada"⁹⁰

A emigração, além de constituir um direito constitucional inalienável, é perspectivado, na óptica da Associação Comercial, sob dois aspectos que lhe merecem particular interesse: a navegação e o alargamento do mercado brasileiro. Já em 1835, a Associação deu seguimento a uma proposta de um conjunto de sócios com interesses na marinha mercante, a propósito do decreto de 15 de Janeiro que repunha a concessão de passaportes para o estrangeiro nas Secretarias de Estado, ao arrepio do decreto nº 23 de 16 de Maio de 1832 (do governo liberal nos Açores) que atribuía essa função às Prefeituras, solicitando-se a continuidade desta legislação. Invocando a facilidade e comodidade tanto dos passageiros como dos comerciantes de navios, afirma-se: *"A Navegação Nacional está redusida ao maior abatimento, os Navios apodrecem nos portos, porque não podem navegar com utilidade, e os Marinheiros desertão para Naçoens estranhas por falta de navios Nacionais; e consistindo ainda parte da carga dos poucos navios, que navegam, em alguns Passageiros, principalmente para o Brasil, estes não poderão transportar-se sendo obrigados a comprar um Passaporte a peso de ouro, com grande demora e incomodo; e então a navegação Nacional acabará*

⁸⁸ *Relatório da Comissão Encarregada d'Indagar as Necessidades do Commercio do Porto* ..., ob. cit., p. 15.

⁸⁹ Idem, *ibidem*, p. 16.

⁹⁰ Cf. SOUSA, Fernando de, "A Salamancada e a crise bancária do Porto", separata de NVMMVS, 2ª Série, nº 1, Porto, 1978

inteiramente”⁹¹.

Estas posições tornam-se claramente explícitas a propósito da contestação à portaria de 19 de Agosto de 1842, que, entre outras medidas para *"restringir pelo modo possível o Trafico da escravatura branca, que sob o plausível nome de emigrados, ou passageiros, vai despovoando não somente as Ilhas Adjacentes, mas tambem o Reino de Portugal no Continente"*, propõe uma regulamentação minuciosa sobre passaportes e condições de circulação, estabelecendo uma relação entre número de passageiros, tonelagem e mantimentos, além de diversas obrigações, onde avultavam a exigência de botica e cirurgião a bordo, tal como a gravosa fiança de 4 contos de réis a prestar pelo capitão do navio que transportasse mais de 24 passageiros, como caução pelo cumprimento dos regulamentos⁹². Eram medidas exigentes para uma marinha antiquada e descapitalizada, por isso houve protestos. Como meio de pressão, navios, que estavam prontos a largar, suspenderam a sua viagem até serem declarados como não abrangidos, pois tinham ajustado as passagens antes do conhecimento da portaria. A A.C.P., através de diligências insistentes, que diversa correspondência permite comprovar e seguir, conseguiu alterar alguns artigos e suspender a obrigatoriedade de fiança até sair nova legislação, o que só acontecerá nos finais da década seguinte. A portaria rectificativa reconhece explicitamente o papel das *"representações de diversos individuos, e muito especialmente da Associação Commercial da Cidade do Porto sobre os inconvenientes que resultam ao Commercio e Navegação de algumas das disposições"* anteriores⁹³. Na sua argumentação, a A.C.P. aceita o controlo sobre os processos de engajamento por aliciação, muito frequente nas Ilhas, defendendo que tais casos não se verificavam no

⁹¹ A.A.C.P., *Correspondência avulsa*, carta de 14 de Março de 1835, com anexos.

⁹² In *Diário do Governo*, n.º 196, de 20 de Agosto de 1842; ou in SILVA, António Delgado, *Collecção Official da Legislação Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1842, p. 321.

⁹³ Note-se que só eram atingidos os que transportavam mais de 24 passageiros para latitudes inferiores a 30º Norte, isto é, claramente para a América Latina ou África. (Vd. Portaria do Ministério da Marinha de 9 de Dezembro de 1842, in *Diário do Governo*, n.º 294, de 13 de Dezembro; ou in SILVA, António Delgado, *Collecção Official da Legislação Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1842, p. 423). Para um conhecimento pormenorizado sobre as diligências da A.C.P., cf. *Relatório dos Trabalhos da Associação Commercial do Porto no anno de 1842...* Porto, 1843, pp.4-7.

Porto de então⁹⁴, sublinhando o papel da emigração, das suas remessas e dos retornados na vitalização da sociedade minhota, e da navegação em particular:

"Não chega daquelle Imperio um unico navio a este Porto que deixe de conduzir algum dos chamados Brasileiros que volta á patria a descansar de suas fadigas, e gosar o producto dellas; e os capitaes empregados em generos que vem augmentar a riqueza publica, ou innumerous presentes de parentes e amigos estabelecidos naquelle paiz. A navegação Portuguesa, principalmente desta Praça é hoje apenas alentada por aquellas conducções de volta; não é o equivalente producto das mesquinhas mercadorias que para lá exportamos de nossa industria ou agricultura que preenche a carregação dos Navios do Brazil para Portugal, são capitaes ali adquiridos por Portugueses, por indivíduos dessa emigração que se pretende tolher: não se contrabalança essa valiosa importação com capitaes para o estrangeiro, mais ainda alem della numerosos capitaes em especie vem augmentar a desproporção entre a exportação para o Brazil, e a importação d'ali. A praça do Porto aonde semelhantes capitaes em giro a tem prezervado talvez da sua completa fallencia é prova do que acaba de d'expor-se" ⁹⁵.

Surgia, assim, a emigração a substituir o vazio criado pelo decréscimo comercial, num quadro em que os invisíveis correntes e as encomendas familiares⁹⁶ se tornaram decisivos para a manutenção dos veleiros do Porto. A emigração assumia ainda o papel

⁹⁴ Mais tarde (1854) a A.C.P. já não nega o "engajamento" e a prática da "escravatura branca" no Porto, apresentando-o como uma imoralidade. Cf. *Relatório da Comissão Encarregada d'Indagar as Necessidades do Commercio do Porto* ..., ob. cit., p. 22. Tal facto, porém, mereceria críticas à comissão redactora (que era liderada por Eduardo Moser) em plena Assembleia Geral da Associação. Cf. A.A.C.P., *Livro de Actas da Assembleia Geral*, 1854, pp. 44-57 (sessão de 11 de Fevereiro).

⁹⁵ A.A.C.P., *Livro coprador de correspondência expedida*, 1839-1843, ofício nº 95. Transcrito in ALVES, Jorge Fernandes, "Emigração Portuguesa: o Exemplo do Porto nos Meados do Século XIX", *Revista de História*, Porto, 1989, pp. 283-289.

⁹⁶ O correio tinha já grande importância. Ao solicitar, em 1850, autorização para desembarque fora da Barra aos passageiros e correspondência vinda do Brasil, através do acostamento de uma "catraia" capaz de ultrapassar eventuais problemas de mau tempo que impedissem os navios de atracar, facto que já ocorria com os ingleses, a A.C.P. afirma que as cartas que cada navio do Brasil conduzia eram *"em numero tão consideravel que muitas vezes excede a um conto de réis a importância dos portes que dellas recebe o Correio"*. As cartas não eram só comerciais, mas de outra natureza, esperadas em todo o Norte *"com ansiedade e interesse... das quais ás veses depende a sorte de muitas familias"*.

A.A.C.P., "Exposição ao Governo Civil", de 1 de Março de 1850, in *Livro coprador de correspondência com Autoridades*, 1849-1854.

de manter o mercado brasileiro, em situação residual, pois os produtos da nossa indústria e agricultura, pouco motivadores, não conseguiam conquistá-lo: "*ella sustenta e reproduz sucessivamente relações commerciais e civis com aquella paiz; com ella se alenta a unica Navegação Portuguesa que ainda existe, e só dos habitos e dos laços que prendem aos nossos productos os consumidores no Brazil, he que procede a nossa exportação para ali; cessando taes razões cessará esta Navegação e Commercio, e com o seu acabamento defenhará Portugal*"⁹⁷.

Nesta linha, a Associação Comercial do Porto actuará sempre como grupo de pressão a favor da liberdade de emigração, contra as restrições burocráticas e fiscais que tendiam a dificultar o embarque de "colonos engajados" ou "escravatura branca", como então se dizia. Na altura dos debates parlamentares com vista a alterações legislativas neste domínio, a sua voz fazia-se sentir, às vezes de forma ambígua, aceitando a restrição para os "engajados", mas reclamando uma grande liberdade de movimentos para armadores e emigrantes, na linha da defesa dos navios à vela que constituíam então a frota portuense, cada vez mais ameaçada pela emergência dos vapores estrangeiros⁹⁸. Por outro lado, deu o seu apoio, em 1852, à criação da companhia de navegação por acções *Luso-Brasileira*, criada por iniciativa de alguns sócios, que atraíram à subscrição capitalistas portugueses do Brasil e de Lisboa. Com o apoio do Estado, através de um clausulado de obrigações e direitos (por exemplo, isenção fiscal por dez anos), e depois de ter realizado o seu capital, que lhe permitiu a aquisição de três vapores - Duque do Porto, D. Maria 2ª e D. Pedro 2º - a companhia fazia a navegação entre Lisboa e Porto, com o primeiro vapor, e a carreira do Brasil com os dois restantes a partir de Lisboa,

⁹⁷ Idem, *ibidem*.

⁹⁸ Em 1858 e 1859, por exemplo, enviou representações e moveu influências junto da Câmara dos Deputados para alterar o projecto de lei que, na sua opinião, desfavorecia os veleiros face aos vapores. Cf. *Livro Copiador de Correspondência com Autoridades*, 1854-1860, pp. 279-285 (10 de Março de 1858) e 353-358 (6 de Abril de 1859). Cf. ainda *Relatório dos Trabalhos da Associação Commercial do Porto...* anos de 1858 e 1859. Tratava-se, no fundo, de evitar o projecto que pretendia penalizar os veleiros com mil reis por cada tonelada se levassem mais de trinta colonos, e mais três mil réis por cada colono, enquanto os restantes passageiros estariam libertos de qualquer taxa. Cf. *O Comércio do Porto* de 17 de Janeiro; 4, 5, 6, 8 e 26 de Fevereiro; 6 e 10 de Março de 1858.

dada a impossibilidade de acostarem na barra do Douro. Com resultados iniciais animadores, reconhecida como "*honrosa excepção ao génio pouco aventuroso dos capitalistas nacionais*"⁹⁹, a companhia desagregou-se em 1856, tendo sido vendidos os seus navios, depois de um longo folhetim de discórdias entre os accionistas, sobre as políticas a seguir, a instalação da sede e várias alterações na direcção¹⁰⁰.

Duas décadas mais tarde, o transporte de emigrantes para o Brasil anima à formação de nova empresa de vapores, a *Progreso Marítimo do Porto*, dominada por sócios da Associação, com alguns "brasileiros" em destaque¹⁰¹. Mas as limitações da barra do Douro serão sempre um obstáculo à livre navegação de vapores e durante muito tempo agitar-se-á o fantasma de Vigo, com vultosas obras portuárias e rede de caminho-de-ferro, ameaçando polarizar o comércio externo do Noroeste peninsular¹⁰². A alternativa de Leixões, depois de vencidos os interesses poderosos que teimavam na melhoria da barra do Douro¹⁰³, será já tardia, não tendo contribuído para a formação de uma marinha mercante portuense, poderosa e concorrencial, tal como foi sonhada nos meados do século no contexto das ligações ao Brasil, tendo como referências a emigração, seus refluxos e a perspectiva de ampliação das trocas comerciais¹⁰⁴.

⁹⁹ Cf. "Companhia Luso-Brasileira" in *O Commercio*, 16 de Agosto de 1854 e 14 de Março de 1855. E "Vapor D. Maria II", *ibidem*, de 21 e 23 de Agosto de 1854. Nascendo de uma ideia de Eduardo Moser e J. Marques Rodrigues para enfrentar a concorrência inglesa, a companhia teve como primeiros directores os viscondes de Castro Silva e da Trindade, o segundo um conhecido "brasileiro" do Porto.

¹⁰⁰ Cf. o *Periódico dos Pobres no Porto*, nº 12 de 14.1.1853, nºs 49 e 50 de 26 e 27 de Fevereiro de 1856 e nº 139 de 13.6.1856. Ver também *O Commercio do Porto* de 25.6.1856

¹⁰¹ cf. "Progreso Marítimo do Porto", *O Comércio do Porto* de 5 de Dezembro de 1874. Relato da assembleia geral, na Bolsa, para discussão de uma proposta de aumento de capital com vista à aquisição de dois novos vapores. Criada por iniciativa de Henrique Kendall, em 1878 estava em liquidação, por falta de capitais para a aquisição dos dois vapores, por súbito aumento de preço (50%). À falta de capital verificada, não correspondeu o conselho fiscal com autorização para nova emissão de acções, levando à sua ruptura. Não esqueçamos que estas dificuldades confluem com a crise financeira de 1876, revelando, no entanto, falta de arrojo capitalista para investimento não totalmente seguro. Cf., "Carta de Henrique Kendall", *ibidem*, de 20 de Fevereiro de 1878.

¹⁰² O debate sobre o papel do porto de Vigo e o seu impacto na praça do Porto pode ler-se em numeroso artigos insertos em *O Comércio do Porto*, nos anos de 1870-80. Cf., sobretudo, o artigo de Rodrigues de Freitas, "O Porto, Vigo e os caminhos de ferro hespanhoes", *ibidem*, de 21 de Dezembro de 1879.

¹⁰³ Cf. SOUZA, J. Fernando de, *Douro e Leixões - a questão dos portos comerciais*, Porto, Junta Autónoma das Obras da Cidade do Porto, 1912. Cf. ainda, A.C.P., *A Associação Comercial do Porto e a Barra do Douro - breves apontamentos históricos*, Porto, 1945.

¹⁰⁴ Cf. VARETA, Bernardino, *A Marinha Mercante e a Economia Nacional*, Porto, 1903. Comissão Permanente de Defeza da Marinha Mercante Portuguesa, *Representação dirigida às Camaras dos Dignos*

*

Concluindo: a praça do Porto no período oitocentista, se não conseguiu utilizar a onda emigratória como elemento propulsor para uma mais eficaz penetração no mercado brasileiro¹⁰⁵, nem para a formação de uma marinha mercante que lhe permitisse alguma propagação comercial, tornou-se, pelo menos, no pólo de atracção dos refluxos económicos da emigração. Refluxos que, em certa medida, criavam um situação de verdadeira dependência, dada a dificuldade em canalizá-los para o tecido produtivo e utilizá-los como patamar para o desenvolvimento.

Os capitais de origem brasileira disseminavam-se, então, principalmente pelas famílias do Norte, garantindo a subsistência de muitos que não partiram, dinamizando de várias formas a actividade económica, mas também, dado o seu pendor preferencial para o rendimento estável, movimentando e enchendo os cofres das numerosas instituições bancárias que proliferavam, a maioria das quais só encontrava razão de existir neste movimento de remessas¹⁰⁶. Em certa medida, pode dizer-se que o pulsar financeiro da praça do Porto acompanhava a cadência e as arritmias da economia brasileira, em especial o câmbio sobre Londres, praça através da qual se efectuavam quase todas as operações. Imagem regional que assumia uma configuração nacional, tal como

Pares e dos Senhores Deputados da Nação, Porto, 1896. Idem, *Representações Dirigidas aos Poderes Públicos sobre a Situação da Marinha Mercante nacional e sua Reconstituição*, Porto, 1898.

¹⁰⁵ Problema que se continuou a arrastar... Para os finais do século, um bom estudo das dificuldades de comércio com o Brasil, em concatenação com o pan-americanismo, é apresentado pelo cônsul de Portugal no Rio. Cf. Ministério dos Negócios Estrangeiros, *Relatório do Cônsul de Portugal no Rio de Janeiro*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1898. Vd. ainda PINA, Mariano, *Portugal e Brazil*, Lisboa, 1896. Para as duas décadas iniciais do século XX, numa perspectiva nacional, cf. SALGADO, Francisco Ribeiro, *Interesses Económicos Luso-Brasileiros*, Lisboa, 1927. Mas se, noutra óptica, quisermos encarar a comunidade comercial portuguesa do Rio, nas suas divisões e querelas, ou nas suas práticas menos ortodoxas, que a levam a boicotar a Exposição Portuguesa no Rio de Janeiro de 1879, para evitar o confronto com o preço e a genuinidade dos produtos portugueses, cf. "Brazil", *C.P.*, de 7 de Outubro de 1879.

¹⁰⁶ Cf. MARTINS, Oliveira, *Fomento Rural e Emigração*, Lisboa, Guimarães & C^a Editores, 1956, pp. 246-251.

reconhecia Rodrigues de Freitas:

*" Não só o commercio das nossas praças, mas também grande numero de pessoas estranhas ao negocio, olham com a mais interessada attenção para as noticias concernentes áquellas variações; é que estamos tão intimamente ligados com o Brazil, são tantos os individuos que recebem de lá rendimentos ou mezadas, é tão grande a nossa precisão de letras sobre Londres para pagamento de dividas internacionaes, que toda a mudança no valor reciproco da moeda brasileira e da ingleza afecta muito sensivelmente o nosso mercado."*¹⁰⁷

Assim, directamente da emigração, ou indirectamente, através do comércio com o Brasil, pelo qual a emigração era em grande parte responsável e que, apesar de residual, tinha ainda uma grande importância, chegava ao Porto e ao seu "hinterland" um poderoso elemento indispensável à estabilidade económica. A longa história anterior de ligações mais íntimas, a realidade e os mitos que à sua volta se criaram, o persistente fio de ligação muito esticado mas nunca quebrado, justificavam que a burguesia portuense e, na sua pegada, a população, em geral, visse no Brasil o mais desejado "além económico".

¹⁰⁷ FREITAS, Rodrigues e MOUTINHO, Joaquim Ferreira, *O Cambio do Brazil - collecção de artigos publicados no Commercio do Porto*, Porto, Typographia do Commercio do Porto, 1886, p. 3.

3 - MIGRAÇÕES E TRAMA SOCIAL

Quem se muda, Deus o ajuda.

Ditado popular.

A migração é fenómeno antigo e enraizado em toda a região do Noroeste português. Zona de minifúndio, há quase sempre excedente de mão-de-obra nas unidades familiares, que, estrategicamente, importa rentabilizar ou excluir, consoante a composição e o estágio do ciclo de vida do agregado. Ao nível doméstico, emigrar pode significar a inversão total ou parcial de situações penosas em termos orçamentais: se um elemento (dispensável como força de trabalho da unidade) emigra, de peso passivo transforma-se em activo, pela fracção que liberta a favor dos demais e, eventualmente, pelas remessas que enviar. Neste contexto, as migrações para as cidades (Porto e Lisboa), para os campos do Sul e mesmo para Castela, são um factor de equilíbrio da economia doméstica, permitindo quer o desagravamento dos consumos familiares, quer a injeção de capital em numerário, indispensável a pequenas obras, pagamento de dívidas, aquisições de terreno, utensilagem ou gado, bem como a processos de negociação inter-familiar por via dotal.

3.1 - Sazonalidade e circulação juvenil

Estas migrações atingem grande intensidade já pelo século XVII, implicando às vezes quase toda a componente masculina das famílias, e revelando formas de inserção social, ainda hoje perceptíveis no quotidiano rural: descendo ao nível paroquial, não é difícil encontrar casos como os de Bougado (no concelho de Santo Tirso), onde, já por 1680, na festa religiosa anual, um dos andores da procissão era, tradicionalmente, pago e

reservado pelos "*rapazes que costumão hir ao Alemtejo*"¹, num misto de devoção dos que partem e de fruição comunitária sobre os "ganhos" da migração.

A análise à mobilidade geográfica em Bougado² permite-nos indiciar a intensidade e configuração dessas migrações. Segundo o levantamento dos "ofertórios", ritual religioso pelos falecidos fora da comunidade e registado nos livros paroquiais, entre 1650-1764, verificaram-se 131 óbitos no Sul do País, a esmagadora maioria (97%) nas zonas do Alentejo³, com particular incidência entre 1690-1730 (56% do total), isto numa paróquia que nos meados do século XVIII rondava os 800 habitantes. As idades desses falecidos longe de casa não deixam dúvidas sobre a juventude da corrente migratória (63% destes óbitos correspondem a indivíduos com menos de 25 anos), a qual se organizava com base nas relações familiares e de vizinhança, conforme deixam entrever expressões utilizadas naqueles registos, tais como "*morreu no Alemtejo, onde ia trabalhar com seu irmão*" ou "*morreu no Alemtejo, onde assistia no trabalho como fazem muitos outros desta freguesia*".

Outro exercício, de análise mais intensiva, ainda sobre a mobilidade geográfica de Bougado, explicita-nos melhor as suas configurações. Assim, partindo do confronto nominal, ano a ano, de uma série de róis de confessados (1744-1783), conjugada com um ficheiro de famílias (derivado de reconstituição com base nos registos paroquiais), é possível detectar quem entra e quem sai da paróquia, tendo em conta as anotações de "ausente", com algumas excepções, como o movimento de criados, demasiado anónimo e fluído, ou as migrações de curta duração que ocorram entre a elaboração de dois róis consecutivos. O movimento é animado, essencialmente, por jovens de ambos os sexos, com predomínio do sexo masculino, sendo o número de casados bastante reduzido⁴. Cerca de 65% das entradas na paróquia são constituídas por retornos, apresentando, muito embora, uma distribuição desigual em relação à partida: dos rapazes solteiros só regressam 49%, as raparigas fazem-no em 77% e os casados em 93%, revelando, como é natural, grande diversidade nos percursos e ciclos migratórios. No sexo feminino, as deslocações têm um raio de acção curto, visando a colocação como criadas em casas de

¹ Arquivo Paroquial de S. Tiago de Bougado, *Livro de Contas da Confraria do Subsino*, 1680-1810.

² Utilizamos aqui dados recolhidos numa investigação anterior. Cf. ALVES, Jorge Fernandes - *Uma Comunidade Rural do Vale do Ave - S.Tiago de Bougado, 1680-1849 (estudo demográfico)*, Porto, Faculdade de Letras, dissertação de mestrado, 1986, pp. 99-110. A base empírica utilizado nesta investigação compreendeu um grande variedade de material - registos paroquiais, róis de confessados, listas de ordenanças, testamentos, dotes de casamento e doações, os quais nos dispensamos de citar aqui.

³ Os lugares mais referenciados são Aldeia Galega, Almodôvar, Cacém, Castro Marim, só surgindo Lisboa por três vezes e Castela uma vez.

⁴ No exercício anterior, em 183 ofertórios, só 7 (3.8%) eram de casados. Neste, que considera todas as formas de mobilidade para o exterior da paróquia, a percentagem de casados sobe a 8,4%.

famílias de freguesias vizinhas ou, um pouco mais longe, na cidade do Porto. Se esta modalidade de criadagem ocorre também no sexo masculino, não há dúvida que um número substancial de rapazes empreende deslocações de grande distância, para o Alentejo e para o Brasil, conforme informações complementares e nominais que, para as décadas de 1760/70, nos fornecem as listas de ordenanças. Isto explica os padrões etários dominantes (Quadro 3.1), em que o sexo feminino abandona a casa paterna mais cedo, pois 63% das raparigas fazem-no antes dos 15 anos (algumas mesmo antes dos 10), enquanto só 34% dos homens partem antes daquela idade: se as primeiras saem numa presumível situação de protecção, acolhendo-se noutras casas mais ou menos conhecidas, aonde começam, desde cedo, a tirocinar na vida doméstica, os rapazes partem mais desprotegidos, para zonas menos conhecidas e menos controláveis, porque afastadas.

Quadro 3.1 - Idades dos Migrantes Solteiros
S. T. Bougado, 1744-1783

Grupos de Idades	Partida				Retorno			
	Homens		Mulheres		Homens		Mulheres	
	Nºs	%	Nºs	%	Nº	%	Nº	%
07-09	8	5,0	15	16,2	—	—	1	1,0
10-14	47	29,2	43	46,2	10	7,9	21	20,2
15-19	75	46,6	11	11,8	30	23,8	23	22,1
20-24	21	13,0	11	11,8	42	33,4	31	29,8
25-29	8	5,0	7	7,6	28	22,2	20	19,2
30-34	1	0,6	5	5,4	8	6,3	5	4,8
35-39	1	0,6	—	—	4	3,2	2	1,9
40-44	—	—	—	—	1	0,8	1	1,0
45-49	—	—	1	1,1	2	1,6	—	—
50-54	—	—	—	—	1	0,8	—	—
Totais	161	100,0	93	100,0	126	100,0	104	100,0
Id. Média	16,4		15,8		22,9		20,8	
Desvio	4,7		7,5		7,1		6,5	

Em contrapartida, as raparigas retornam com maior intensidade do que os rapazes e fazem-no bastante mais cedo: em termos médios, a idade de retorno das raparigas é de 20,8 anos, com uma duração do ciclo migratório de 5 anos; os rapazes, que partem por volta dos 16,4 anos, retornam bastante menos e muito espaçadamente, embora a duração do ciclo migratório dos que voltam surja com apenas 6,5 anos de média.

As baixas idades de partida, em geral, os destinos e o retorno evidenciam claramente a obediência do movimento migratório a estratégias familiares. A migração, ao mesmo tempo que denuncia as dificuldades de sobrevivência de um grupo familiar relativamente numeroso, desempenha também um papel integrador e de socialização,

correspondendo a um período de aprendizagem fora da família, o que é particularmente visível nas raparigas, cuja idade média de retorno se situa nos 21 anos. Na globalidade, este movimento de entradas e saídas na comunidade rural atinge taxas migratórias que oscilam entre 13 e 18‰ nos dois sentidos, sendo ligeiramente favorável às saídas. No entanto, o volume da população, que ronda sempre os 800 habitantes entre 1744 e 1780, sugere uma estabilidade que fica longe da realidade, pois oculta uma mobilidade considerável, em que a componente das saídas é compensada, além do retorno, por entradas de indivíduos de outras zonas.

Este quadro de pormenor, sobre a mobilidade geográfica de uma população rural localizada, parece obedecer a um padrão bastante precoce e durável no tempo. Exercícios idênticos operados por nós em outras freguesias do distrito para as quais tivemos acesso a róis de confessados (Canidelo, Mosteiró, Gemunde, Paço de Sousa, Muro) confirmam-no, nas suas linhas gerais, até a períodos adiantados do século XIX, mesmo quando a emigração maciça para o Brasil era já um facto generalizado. Em termos quantitativos, podemos dizer que a proporção de "ausentes" em relação à população activa masculina ronda quase sempre os 20%, número que se passa a situar nos 30-40% se tivermos em conta apenas a população masculina activa mas solteira⁵.

Numa perspectiva mais global, a situação descrita sintoniza-se com o quadro de grande mobilidade que atravessa o País, tal como Fernando de Sousa a descreve para 1801, a partir das relações de masculinidade da população para as diversas comarcas do Reino, bem como as referências de tipo qualitativo que recolheu: as comarcas do Minho apresentam um grande desequilíbrio entre os efectivos dos dois sexos ("ratio" de 89.3, face ao nível teórico de 100), desfavorável ao masculino no período activo, evidenciando uma emigração que surge contrabalançada nas comarcas do Sul, em especial no Alentejo ("ratio" 102.6), onde são múltiplas as referências aos minhotos. Zona de elevada densidade populacional⁶, o Minho surge, então, como um espaço de "dezerção contínua", em sintonia com outros movimentos (de Trás-os-Montes e Beiras) de sentido Norte-Sul, onde não se excluem os galegos, que, para além duma distribuição geral pelo País, controlam determinados segmentos do mercado de trabalho (desde o plantio e colheita das vinhas do Douro até a profissões urbanas de baixa condição)⁷.

⁵ Alguns exemplos, tendo em conta a proporção de ausentes na população masculina activa (15-64 anos): Bougado (ST), em 1744 -27%, 1765 - 23%, 1780 - 21%, 1863 - 17%; Canidelo (S.Pedro), 1840 -21%, 1880 - 20%; Mosteiró, 1803 - 15%, 1840 - 22%; Paço de Sousa, 1838 - 21%.

⁶ A província do Minho apresentava, em 1801, um densidade de 96 hab./Km², contra uma média nacional de 32.8 hab./Km². Cf. SOUSA, Fernando de - *A População Portuguesa nos Inícios do Século XIX*, Porto, Faculdade de Letras, dissertação de doutoramento, 1979, p. 235.

⁷ Idem, *ibidem*, pp.295-311.

3.2 - Êxodo rural

Esta circulação de pessoas, generalizada aos grupos mais jovens, e que, em grande parte, constitui um mecanismo de socialização (a situação de criado de lavoura é vista também como tempo de aprendizagem e de aforro para mais tarde permitir o estabelecimento familiar) abriga, no entanto, uma grande diversidade de situações. Para os pequenos proprietários, esta migração juvenil, tal como a sazonal, para além dos aspectos acima enunciados, ajusta-se ao ciclo de vida familiar: a partida verifica-se na fase mais expansiva da unidade doméstica, quando sobra gente, e o retorno coincide com as fases de contracção, com a saída de casa de outros irmãos ou irmãs, morte ou enfraquecimento dos pais, o que implica agora a transferência da gestão da casa, num processo lento e por acordos intra-familiares.

Mas para muitos filhos de camponeses nunca haverá casa própria a gerir, se acaso não foi o privilegiado na transmissão da paterna ou não conseguiu pecúlio suficiente (a que acresce a sua legítima na herança) para se dotar junto à filha de algum camponês que não tenha filhos masculinos (ou não os tenha presentes em casa e por isso transmita esta à descendente feminina). Neste caso, o antigo criado de lavoura (e/ou jornaleiro), terá de aplicar os conhecimentos adquiridos no seu tirocínio em terras arrendadas, ajudando a constituir essa classe rural imensa, tão generalizada no Norte de Portugal, que é a dos rendeiros ou caseiros, proletários que trabalham a terra dos outros mediante uma renda ou partilha dos produtos, frequentemente servindo-se também de gado "a ganho", isto é, gado fornecido por proprietários e capitalistas que o rendeiro utiliza como força de trabalho, dividindo o produto da criação e venda. Mesmo pequenos proprietários, cuja casa não agrega a terra suficiente, se vêem obrigados a ser rendeiros. Na verdade, como dizia Basílio Teles, muitas parcelas agrícolas são hortas e quintalejos, cuja *"significação é principalmente moral"*, porque se limitam a dar a ilusão de proprietários aos seus donos, funcionando, sobretudo, como *"um excelente processo de morigerar o jornaleiro, impedindo a formação d'uma população solta dos campos, d'um proletariado rural salariado, necessariamente inquietante para a média e grande propriedade em que se contém a grande riqueza regional"*⁸.

⁸ TELLES, Bazilio, *Carestia da Vida nos Campos*, Porto, Liv. Chardron, 1904, p. 187.

Tendo vivido pelo século XVII, a sua revolução agrícola, consubstanciada na generalização do milho e no sistema de policultura que lhe anda associado, o Noroeste português, em especial esta região do Douro Litoral, cedo adensou a ocupação humana e viu gerar novos desequilíbrios, podendo falar-se de um limiar demográfico. Esta pressão é sentida ao nível dos agregados domésticos, que procuram encontrar as saídas possíveis à manutenção da casa. A diversidade social existente nos meios rurais ditará a variedade dos meios de distribuição profissional, diferentes conforme o estatuto sócio-económico desses agregados. Com a selecção e a exclusão em relação à terra de uma grande parte dos rurais, os destinos destes indivíduos obedecem à diversificação (artesanato, comércio, trabalho braçal, ou em casos especiais, a via eclesiástica ou burocrática), desde logo segundo a capacidade da família em os dotar de conhecimentos práticos ou teóricos à partida, tal como de os inserir em redes ocupacionais. Mas para todos, essa distribuição passa pelo abandono do trabalho na terra (ainda que alguns possam a ele voltar, pelo menos, parcialmente, em sobreposição ao desempenho de outras actividades).

3.2.1 - Pendularidade artesanal

Uma verdadeira geografia de "ofícios" é o que as listas de ordenanças, por 1765, permitem entrever, sugerindo centros de especialização, com uma localidade ou conjunto de localidades a demonstrarem a existência de grande número de profissionais do mesmo ofício, o que permitia a deambulação de grupos, sobretudo na construção civil, operando num mercado geograficamente vasto e exercendo sobre ele um certo controlo.

A localização das profissões está, de algum modo, dependente das potencialidades locais, conjugadas com o mercado disponível e a tradição. Assim, se em zonas portuárias como a Foz ou Azurara predominavam os marinheiros, já freguesias mais interiores, como Gemunde, Muro, Avioso, apresentavam grande número de serradores e carvoeiros, enquanto em Moreira ou Vilar do Pinheiro predominavam os pedreiros e, em número inferior, os carpinteiros. São visíveis sub-especializações: por exemplo, em localidades com profissões ligadas ao domínio da madeira desenvolvem-se outras que de alguma forma as complementam, como é o caso dos salteiros e soqueiros, em Gemunde e Vermoim. Por outro lado, pólos de grande actividade estendiam a sua influência por uma área relativamente vasta: é o caso de Gaia, com ofícios ligados à exportação do vinho e ao mar, em que os tanoeiros, barqueiros e marinheiros se espalham

por diversas freguesias; ou ainda o exemplo do estaleiro naval de Vila do Conde, aonde acorriam calafates e marinheiros de diversas freguesias (Árvore, Vila Chã, Labruge, Modivas, Vairão, Fornelo, Malta, Gião). Mas, sem dúvida, que o mercado de mão-de-obra e de produtos nesta região era, por excelência, a cidade do Porto. Carvoeiros, padeiros, cesteiros, serradores, tecelões, etc., trabalhavam para vender no Porto ou nas inúmeras feiras dos seus arredores, desenvolvendo uma prática de trabalho domiciliário que perdurará quase até ao século XX, pois mesmo o grande desenvolvimento da indústria do algodão no Porto assentará nesta base, para ela trabalhando inúmeros tecelões da cidade e das redondezas⁹. Por outro lado, o desenvolvimento urbano, com a abertura crescente de novas ruas e o acelerar da urbanização, atraía as profissões ambulantes ligadas à construção, como ainda acontece um século depois, tal como se descreve no Relatório do Inquérito Industrial de 1881:

"Vallongo, Bouças, Maia e Gaia contam conjunctamente 4:234 pedreiros, carpinteiros e estucadores, porque na maxima parte esses operarios, residindo nos arrabaldes da cidade, trabalham á semana no Porto. Os salários mencionados no mappa são os correntes nos concelhos, para as suas obras próprias; e, salvo Gaia, são baixos, porque naturalmente são os peiores ou os mais velhos os que não vivem de ir trabalhar ao Porto. O operario dos arrabaldes vem aos bandos á segunda-feira de madrugada, carregado com a sacca onde traz a brôa para toda a semana; vive durante ella arranchado pelas obras ao caldo; e ao sabado regressa a passar o domingo em casa com a familia, que entretanto cuida da lavoura e da engorda dos bois. Em grande parte os operarios são tambem lavradores, pequenos proprietarios e as economias do salario consolidam-se na terra" ¹⁰. Uns anos mais tarde, confirmando estas migrações de artesãos, quer desenvolvidas na sequência de estratégias de exclusão familiar do trabalho camponês, quer como prática de pluriactividade indispensável a famílias camponesas com terra escassa, Charles Sellers alarga-lhes o raio de acção, referindo-se à Maia: *"The men, during the week, live in Oporto or Braga and work as stonemasons, carpenters or bricklayers"* ¹¹.

A especialização local contribuía para fornecer uma identidade própria às diversas terras. Circunscrevendo-se à zona da Maia e Bouças, eis o testemunho de um conhecedor

⁹ *"As fiadeiras e dobadeiras de Bouças e da Maia, cujo número sommado não deve andar longe de 1:500, trabalham para as fábricas do Porto, vindo semanalmente á cidade buscando a matéria prima e levando o produto fabricado. São como que uma dependencia das officinas do Porto, ou operarias destacadas trabalhando domesticamente".* Comissão Central Directora do Inquérito Industrial, *Inquerito Industrial de 1881 - Inquerito Directo - Segunda Parte - Visita às Fábricas - Livro Segundo*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1881, pp. 43-44.

¹⁰ Idem, *ibidem*, pp. 34-35. O inquérito é ainda esclarecedor sobre a *"aprendizagem brutal"* nesta área.

¹¹ SELLERS, Charles, *Oporto, Old and New*, Londres, Herbert E. Harper, 1899, p.25

profundo desta realidade (um pároco de Vila Nova da Telha), por volta dos anos 80 do século passado, ou seja um século depois da imagem que as listas de ordenanças nos fornecem e que atrás foi descrita:

*"Cada freguesia tem a sua industria e a d'esta [Nogueira] é a de móveis de pinho; a de Barca e Vermoim páos de sóccos e colheres de pao; a de Gueifães prequeiros; a de S. Mamede de Infesta os homens trabalhadores da cidade e as mulheres lavadeiras; Ramalde tecelões; Custóias montantes de S. Gens; Leça pedreiros e carpinteiros; Milheirós moleiros; Aguas Sanctas fornecedores de gado vacum e ovelhum para a Cidade o que chamam regatões; Moreira pedreiros e carpinteiros da cidade e as mulheres fiadeiras de algodão e negocio de canastra; Vila Nova da Telha serradores, pedreiros e as mulheres trapeiras ou farrapeiras e rapazes e raparigas pinheiras; Santa Cruz bombeiros e marinheiros e as mulheres costureiras, fiteiras e obras de agulha de meia"*¹². No que se referia a Nogueira, o mesmo autor assinalava o importante comércio que a freguesia tinha com a cidade do Porto, para onde mandava caixas, mesas, cadeiras, masseiras e outros móveis de pinho para a "feira das caixas", hoje Praça de Carlos Alberto, às terças e sábados de cada semana ou para lojas a aguardarem procura¹³.

Assim, se algum artesão podia ter a sua localização fixa e procurar distribuidores ou distribuir ele mesmo os produtos, outros, como era o caso dos ligados à construção civil, deambulavam à procura da oferta de serviço, voltando periodicamente à terra, sendo que nos casos em que a ocupação ocorria na cidade esse retorno assumia uma regularidade semanal, que se traduzia numa pendularidade alargada campo-cidade.

A possibilidade de acompanhamento familiar, os custos de aprendizagem, o rendimento familiar acrescido, o "segredo" na transmissão de certas artes, tudo isso contribuía para que o artesanato se reproduzisse socialmente, existindo famílias que ao longo das gerações cultivavam a mesma actividade, sobretudo nas profissões que exigiam um aperfeiçoamento mais refinado. Mas o artesanato era invadido continuamente pelo ingresso de indivíduos vindos de casas de lavradores, as quais, no processo de distribuição profissional da descendência, reservavam a terra para um dos filhos ou filhas (além do provimento das "reservas" para os ascendentes e filhos solteiros, como modo de assegurar a subsistência, agasalho e amparo nos períodos de velhice e isolamento), pelo que os descendentes não privilegiados tinham como destino a "arte", aprendida fora de casa, acompanhando a errância de outros oficiais e mestres que lhes serviam de enquadramento.

¹² AZEVEDO, Pe. Joaquim Antunes, manuscrito de notas sobre as Terras da Maia, 3º caderno, p. 51vº.

¹³ Idem, *ibidem*, p. 51.

Vejamos algumas modalidades desta distribuição profissional em casas de lavradores, segundo os elementos resultantes de um cruzamento de dados nominativos (reconstituição de famílias, listas de ordenanças e um série de róis de confessados) para o ano de 1780, em S. Tiago de Bougado:

Caetano da Costa encabeça um fogo (no lugar de Lantemil), na situação de viúvo e com 77 anos de idade. É um lavrador dos mais abastados, com o valor de bens calculado em 490\$ mil réis, dos mais elevados da freguesia. A sua descendência é de três rapazes e duas raparigas, todos adultos e solteiros, do total de nove que nasceram. Os dois filhos mais velhos, Manuel (40) e Joaquim (36), são pedreiros e estão ausentes de casa. Na companhia do pai ficaram as duas filhas e o filho mais novo. O rasto dos filhos mais velhos e, mais tarde também o do mais novo, perde-se no exterior da freguesia. As duas filhas casam-se e uma delas vai assumir o encabeçamento da casa paterna.

No lugar de Cidai, vamos encontrar um lavrador médio (200\$000 de bens) em João Domingues Valle (58 anos) e Ana Maria Ramos. Tem 3 filhos, um dos quais originário de um primeiro casamento, e uma rapariga. O Manuel, filho do 1º casamento, vai para marinheiro e abandona a casa. O José, filho mais velho do 2º casamento, segue mais tarde as pisadas do anterior. Restam em casa a filha, que a encabeçará mais tarde, e o mais novo Custódio, com 14 anos mas já sapateiro.

Finalmente, uma família de Cedões. É cabeça de casal Maria da Costa Oliveira, viúva recente de João da Costa Pinheiro. Uma casa de lavoura média (bens de 350\$000), com os 8 filhos de nascimento, que todos chegaram a adultos, entre eles duas raparigas. O mais velho, Manuel, permanecerá sempre em casa que mais tarde (4 anos após a morte do pai) encabeçará. Mas os restantes vão saindo de casa entre idades que oscilam entre os 12 e os 17 anos : três deles como alfaiates, um como sapateiro e outro como tecelão de seda. Assumindo a casa, Manuel terá de a partilhar, ainda que com as subdivisões habituais, com as mulheres que lá permanecem, até ao casamento da última (o que se prolongou por 5 anos após o seu casamento), sobrevivendo ainda a mãe por muitos anos.

Eis três situações que nos evidenciam a preocupação das casas de lavoura em encaminharem ainda cedo, na idade própria de aprender, a descendência masculina para as profissões artesanais. Nem sequer o primogénito tem assegurada a transmissão da propriedade agrícola, dependendo esta de processos internos que na maioria das vezes não são perceptíveis ao observador cuja possibilidade de análise esteja limitada a alguns núcleos documentais como os aqui utilizados. Mas um certo privilegiar das filhas como herdeiras em casas pouco abastadas não poderá deixar de se relacionar com o sexo do cônjuge sobrevivente (o pai necessita de uma filha, a mãe prefere um filho, dada a tradicional divisão de trabalho por sexos), além dos problemas de partilhas finais, mais

fáceis de solucionar nestas casas se alguém casar em casa e trazer um dote do exterior em dinheiro.

Mas a aprendizagem da arte era um processo complicado e caro, dada a prevalência de práticas corporativas, ainda que informais: em 1881, um aprendiz de pedreiro dava o prémio de 7 a 8 moedas ao mestre e recebia de 140 a 160 réis diários; o de carpinteiro dava 9 moedas e recebia 120 reis ou não dava nada e nada recebia¹⁴, o que implicava, neste último caso, capacidade de auto-sustentação por dois ou três anos.

Muitos testamentos falam-nos do esforço realizado pela família no sentido de proporcionar a aprendizagem e dos gastos havidos com o respectivo pagamento aos mestres, os quais entram frequentemente em desconto da legítima, pois representam uma dotação paternal. Em 1831, uma família de Fornelo (Vila do Conde) com 5 descendentes, nomeava todos os bens de raiz numa das três filhas com a obrigação, naturalmente, de compor todos os irmãos, e para, efeitos de ajuste final, declarava *"gastei com meu filho Joaquim para aprender o officio de çapateiro, em tres annos, trinta e seis mil reis, e gastamos mais com o nosso filho Antonio para aprender offício de carpinteiro seis mil reis em dinheiro"* ¹⁵. Estes valores variam muito de caso para caso, tudo dependendo do local de aprendizagem, do tempo de tirocínio, do possível estabelecimento final, com a compra de ferramentas, ou apenas do aprender a arte para trabalhar como assalariado em oficinas de outrem. Por isso, não podemos estranhar, face aos valores atrás apontados, que uma avó de Labruge diga que emprestou ao seu *"neto de Guilhabreu para aprender o oficio de carpinteiro a quantia de 94\$000 rs"*¹⁶, quantia elevada que provavelmente também incluía o seu afecto de avó.

Mais interessante é, a este respeito, o testamento de António Santos (em 1865), de Vilar, que apresenta cinco filhos: José, o mais velho, foi dotado na casa, aonde permanecia também Joaquina, solteira; o António foi para o Brasil, com um gasto enorme, pois *"dispendeu-se com a viagens e mais arranjos [...] cem mil reis e mais de abono ao mesmo António no Brasil 35\$520 rs. e mais se gastou com o nosso filho para o livrar do recrutamento 10\$000 rs."*; o Manuel também foi para o Brasil, gastando-se com a viagem *"e mais arranjos para o impôr"* a quantia de 100\$000; finalmente, o mais novo, Justino, estava na cidade, mas gastara-se com ele *"para aprender o oficio de carpinteiro no Porto a quantia de 38\$400 rs., metade já dada no principio do tempo e a outra metade se hade dar ao meio do tempo"*¹⁷. Enquanto na primeira metade do século

¹⁴ Cf. *Inquerito Industrial de 1881...*, ob. cit. pp. 251-253.

¹⁵ A. M.V.C., *Livro de Registo de Testamentos*, nº 3182, pp. 61vº-63.

¹⁶ Idem, *ibidem*, nº 3181, pp. 117vº-119.

¹⁷ Idem, *ibidem*, nº 3195, pp. 21-23.

XIX assistimos à aprendizagem da arte como uma das formas de preparação que o emigrante poderia levar consigo, enriquecido, sob o ponto de vista de capital humano, com a habilidade que lhe permitiria melhor inserção na sociedade de acolhimento, na segunda metade do século começa a generalizar-se a arte como alternativa à emigração e vice-versa. Torna-se, então vulgar, surgirem nos documentos testamentários situações deste último tipo, em que as dotações paternais ou se dirigem para o financiamento dos custos de emigração ou para os gastos com a aprendizagem. O artista já tirocinado poderá, naturalmente, emigrar mas terá de o fazer quase sempre à sua custa, com os lucros que entretanto obtiver no seu desempenho profissional, facto que leva ao atraso da partida, ou ao descurar da aprendizagem se as pressões para a partida forem mais poderosas. Este último aspecto será cada vez mais preponderante à medida que a legislação militar apertar os níveis limites etários aos emigrantes. Como consequência, uma óbvia desclassificação profissional da emigração. De qualquer modo, sublinhe-se o facto de o artesanato não estar à disposição de qualquer um, embora existissem as artes mais e menos nobres, com custos desiguais na aprendizagem. Para se ser artista, era necessário o empenho familiar, capaz de suportar os gastos iniciais. Um mundo que a industrialização progressiva e a transformação do trabalho em rotinas de apoio às máquinas veio esvaziar, lentamente, explicando o assomar à cidade dos rurais pobres e impreparados profissionalmente para trabalhar nas fábricas.

3.2.2 - Caixeiros

Se a vida dos "ofícios" era dura e custosa, não se deve pensar de modo diferente em relação aos "caixeiros", cujos derivativos intelectuais, perfeitamente casuísticos, não podem fazer esquecer que a força muscular era o ponto de partida:

*"Moço de fretes, levava à cabeça ou ao ombro as mercadorias; animal de tiro, levava a fazenda aos empurrões do tórax contra a cabeceira dum carrinho de duas rodas - um veículo de fazer típicos - [...] moço alcoviteiro, recovava de cá para lá e de lá para cá as cartas de namoro, moço criado fazia todo ou quase todo o serviço doméstico, limpava a cozinha, acendia o lume para o pequeno almoço, varria o estabelecimento, e, quando os meninos eram tamaninos, adormecia-os a embalos rítmicos do berço"*¹⁸.

¹⁸ ALMEIDA, Henrique, *O Marçano e o Caixeiro do Século XIX. Uma Obra.*, Porto, 1959, pp. 11-12.

A carreira comercial começava quase sempre pela entrada como marçano, desde a entrada ao serviço até aos 18-20 anos. Era, então, um verdadeiro criado para todo o serviço, dependente inclusive dos colegas caixeiros mais velhos, vivendo permanentemente em casa do patrão, em sótãos, cubículos ou mesmo nos armazéns, não conhecendo férias, horários, nem descanso semanal, senão no raiar do nosso século. Só depois se passava a caixeiro e mais tarde, dependendo das capacidades demonstradas, dos estudos de base e da benevolência do patrão, um ou outro passaria a escriturário ou guarda-livros, ou, então, à realização por conta própria estabelecendo-se¹⁹.

Mas no século passado, a realização comercial passava também por tornar-se correspondente do patrão em localidades longínquas, distribuindo-lhes a mercadoria recebida e, com o capital reproduzido, enviar-lhes outros produtos, na volta, para venda, através da cobrança de pequenas percentagens ou comissões. Assim, o envio de caixeiros para o Brasil pelas casas de comércio do Porto, como forma de alargar ou implementar as respectivas relações, através da consignação de produtos, era um processo habitual que propulsionava muitos deles ao estabelecimento e à riqueza²⁰. A maior parte das vezes, porém, a passagem pela casa comercial do Porto constituía apenas a introdução num meio social, cujo objectivo era a "carta de recomendação" do negociante para o(s) seu(s) correspondente(s), como forma de gratificação a serviços prestados com agrado. Veja-se um extracto de uma destas missivas, que assumiam um carácter mágico no imaginário da emigração, pois significavam a protecção de algum influente na presumida escalada social:

"António Teixeira Pinto de Carvalho, portador desta dirige-se ahi a promover os seus interesses, o qual espero acolha como se fosse eu proprio, pois que disso se fez digno pela sua boa conducta, de que deu evidentes provas durante o tempo que servio de guarda livros e mais empregos desta casa [...] portanto se elle quizer servir-se da sua caza para morar, comer, etc., pode franquear-lha com a maior satisfacção, por ser como dito levo muito honrado."

Enquanto este emigrante já levava destino certo de colocação, pois ia precisamente tratar de assuntos ligados à casa de origem, observe-se a carta de um outro que partia numa posição mais frágil:

"O meu recomendado Manuel Vilaça de Araujo Veiga que foi de passagem no Anibal para a casa de Jose Antonio da Costa precisando de algum dinheiro para compra

¹⁹ Cf. SILVA, Francisco Pinto, *Uma Associação de Classe: a União dos Empregados de Comércio do Porto*, comunicação apresentada ao Congresso "O Porto na Época Contemporânea", Ateneu Comercial do Porto, Outubro de 1989.

²⁰ Cf. ALVES, Jorge Fernandes Alves, "Emigração Portuguesa: o exemplo do Porto nos meados do século XIX", *Revista de História*, Centro de História da Universidade do Porto, vol. IX, Porto, 1989, p. 270.

de fato, ou outras bagatellas, VM. lho prestará bem como concorrerá no caso de inda não estar arrumado para que seja arranjado em hua boa Caza de Negócio, de que muito se faz digno pelo seu adiantamento e boa conducta ate o presente" ²¹.

Dois exemplos apenas das múltiplas cartas de recomendação passadas por um "brasileiro" do Porto - Joaquim Ferreira dos Santos (Conde de Ferreira), com porta aberta na Rua das Flores.

A recomendação dos jovens emigrantes para os familiares, amigos e compadres para o Brasil era, de resto uma prática comum, mostrando a importância das redes de solidariedade neste contexto. Sendo difícil quantificá-las, dada a sua natureza informal, só o estudo qualitativo nos permite delinear os seus contornos. Ainda assim e apesar do carácter restritivo da sua informação, é útil observarmos uma fonte raramente utilizada, que, em geral, nos fornece a indicação do recomendado para os casos dos menores de 14 anos com passaporte individual: referimo-nos aso livros de registo de fianças para obtenção de passaportes. Um exercício local, sobre Vila do Conde, revela-nos que cerca de metade destes jovens emigrantes vão ao cuidado dum tio (19%), dum irmão (18%), do próprio pai (12%) ou de um primo (3%), enquanto a outra metade é recomendada a antigos vizinhos ou amigos, englobando-se ainda aqui situações de parentesco por afinidade ou graus não identificados pelo observador actual²². Quem os espera do lado de lá são os negociantes e empregados comerciais que um dia daqui tinham partido e não é raro encontrarmos nas "correspondências" do Brasil para *O Comércio do Porto* descrições pitorescas sobre a chegada destes jovens, em bandos, ao ritmo da chegada dos navios, vestidos de maneira exótica, caixa de madeira ao ombro e carta na mão a interrogarem as pessoas sobre os endereços que consigo traziam.

3.2.3 - Trabalhadores braçais e mendigos

Mas há também os que partem da terra sem profissão determinada, originários de quadros económicos muito vulneráveis, aonde a falta de terra é uma constante e para os quais se adivinha o futuro como jornaleiros, criados ou trabalhadores braçais, destinados a serviços pesados e esporádicos.

²¹ A.H.G.S.A., *Livro de correspondência*, s/p.

²² A.M.V.C., *Livros de registo de termos de responsabilidade e fiança*, 1866-1879, nºs 3115-3121.

Uma grande parte desta população flutuante acaba por desaguar na cidade (Porto ou Lisboa), em busca de trabalho que a industrialização incipiente que se arrasta até aos finais do século XIX não consegue distribuir com suficiência.

Do êxodo rural à situação de mendicante ou marginal vai um passo, se a passagem não for efectuada de forma integrada, isto é, apoiada nas redes da solidariedade tradicional (família, vizinhança, compadrio), de forma a penetrar nos estreitos circuitos económicos dos ofícios, do caixeirato urbano ou dos serviços braçais e conseguir atingir o limiar da sobrevivência. A mendicidade inscreve-se, como uma chaga, no seio destes movimentos de população, conforme nos descreve Balbi, num registo moralista, para os anos 20 do século passado:

*"Cette classe d'hommes [mendigos] que vivent sans rien faire est très-nombreuse en Portugal. On les trouve partout, particulièrement dans les grandes villes, où ils assiègent les passans dans les rues, dans les places, à l'église et dans les boutiques. A l'occasion du mariage ou du baptême de quelque fils de laboureur un peu riche, on en voit devant sa porte un grand nombre qui vivent de ses largesses. Cette grande masse de pauvres entrave doublement la population, en vivant à la charge des classes industrielles et productives de la société, et en augmentant par leurs vices et leur ignorance la masse des maux moraux qui influent puissamment sur la conduite du peuple"*²³.

Para mais tarde, já nos meados do século XIX, é possível desenhar uma aproximação quantitativa e espacial desta mendicidade no distrito do Porto (Quadro 3.2). Sublinhe-se a necessidade de ter em conta a conjuntura, pois os dados existentes para 1856 enquadram-se num período difícil, coincidindo com os finais da epidemia da *colera-morbus* que varreu o País em 1855 e situando-se num período de dificuldades ao nível das subsistências (crise de 1854-56).

A imagem que se pode esboçar, para além de sublinhar a elevada taxa - 5% da população, é a de um nítido contraste entre os espaços litorais e interiores do distrito, crescendo a mendicidade à medida que nos afastamos do vértice formado pelo mar e pela cidade. Assim, a cidade e os concelhos limítrofes (Bouças, Gaia, Gondomar, Maia, Porto, Póvoa, S. Tirso, Valongo e Vila do Conde) apresentam uma taxa de mendicidade até 5% da população, valor médio do distrito, na sua globalidade; os mais afastados (Amarante, Baião, Felgueiras, Lousada, Marco, Paços de Ferreira, Paredes, Penafiel) ultrapassam largamente esse limite, com o caso extremo de Amarante que o triplica.

²³ BALBI, Adrien, *Essai Statistique sur Le Royaume de Portugal et d'Algarve, Comparé aux Autres États de l'Europe*, Paris, Rey et Gravier, 1822, pp. 238-239.

Quadro II – Mendicidade no distrito do Porto, 1856

Concelhos	População			Mendigos					Mend./pop.
	Masc	Fem.	Total	Sexo Masc.		Sexo		Totais	
				Válidos	Inválidos	Válidas	Inválidas		
Amarante	12264	15459	27723	1996	166	1897	172	4231	15,3
Baião	8664	8867	17531	398	185	445	175	1203	6,9
Bouças	6368	7409	13777	67	27	103	33	230	1,7
Felgueiras	8053	12131	20184	630	139	879	171	1819	9,0
Gaia	19836	20852	40688	469	125	421	119	1134	2,8
Gondomar	8844	9944	18788	—	44	—	74	118	0,6
Lousada	6770	8247	15017	360	26	549	45	980	6,5
Maia	7907	8818	16725	9	17	15	26	67	0,4
Marco Canavezes	12018	13596	25614	679	162	851	163	1855	8,1
Paços Ferreira	4305	5298	9603	293	27	428	34	782	8,1
Paredes	6589	8163	14752	303	87	423	120	933	6,3
Penafiel	10230	13344	23574	480	184	856	231	1751	7,4
Porto	28790	32873	61663	125	141	123	133	522	0,8
Póvoa de Varzim	8695	9664	18359	168	63	172	72	475	2,6
Santo Tirso	9464	10681	20145	285	62	383	70	800	4,0
Valongo	3721	3955	7676	75	24	111	40	250	3,3
Vila do Conde	6703	8762	15465	291	73	372	78	814	5,3
Total	169221	198063	367284	6628	1552	8028	1756	17964	4,9

Fontes : Barão do Vallado, Relatório apresentado à Junta Geral do Districto do Porto na sua sessão ordinária do anno de 1856, Porto, 1856, mapa nº 25.
 Para a população utilizámos o relatório de 1858, no qual se refere o cômputo de 1856 (mapa 14)
 Na última coluna, os cálculos são nossos.

Mas o que mais impressiona é o facto de a grande maioria dos mendigos ser constituída por pessoas válidas²⁴, embora um pouco menos de metade (40%) sejam crianças com menos de 12 anos: esse volume mais que quadruplica o dos inválidos, sendo estes os que apresentam "*idiotismo ou inabilidade absoluta*", "*aleijão ou deformidade permanente*" e "*molestia incurável ou caducidade*". Este panorama, que confirma tantas descrições de estrangeiros de visita a Portugal, mostra que a mendicidade é ainda um fenómeno rural e arcaico, ligado à falta de mercado de trabalho local para os despossuídos de terra, pois as unidades agrícolas são, geralmente, auto-suficientes em mão-de-obra e/ou recorrem à entreaajuda da vizinhança. Eventuais chamadas para trabalhos agrícolas seriam esporádicas, muito espaçadas no tempo e totalmente precárias, não surgindo como uma oportunidade eficiente de trabalho, salvo em zonas afastadas, onde se incrementavam pólos de produção para o mercado, como as vinhas do Douro ou as planícies do Alentejo.

São muitos desses mendigos que descem à Cidade e vilas do litoral numa deambulação que é um misto de pedir esmola e trabalho²⁵, conforme reconhece o governador civil do Porto, ao recomendar a observância da legislação no que respeita à repressão da mendicidade, "*tendo resultado dessa falta que as ruas e logares publicos da Segunda Cidade do Reino se vejam cada vez mais inundados de uma multidão de falsos, e verdadeiros mendigos de ambos os sexos, e de todas as idades, pela maior páрте, de fora deste Districto Administrativo, os quaes vem assim gravar os habitantes do Porto com o pezado encargo de sua sustentação*"²⁶. Face à onda de mendigos que então se vivia, determinava-se a sua proibição na área do respectivo Asilo de Mendicidade, sem prévia licença. Esta seria passada gratuitamente pelo administrador do concelho ou de Bairro, juntamente com uma chapa, com a inscrição "Porto - Pobre inválido", a qual

²⁴ A informação sobre os "válidos", está distribuída, no original, pelos seguintes grupos etários:

<u>IDADES</u>	<u>HOMENS</u>	<u>MULHERES</u>
Menos de 12	3047	3088
12-60 anos	2545	3597
<u>Mais de 60</u>	<u>1036</u>	<u>1343</u>
Total	6628	8028

Cf. Barão do Vallado, *Relatório apresentado à Junta Geral do Distrito do Porto na sua sessão ordinária do anno de 1856*, Porto, 1856, Mapa 25.

²⁵ Sublinhe-se que determinados grupos profissionais do litoral se viam obrigados muitas vezes à mendicidade. É o caso dos pescadores, a maior parte ganhando a sobrevivência dia-a-dia, obrigados a esmolar quando o temporal os interditava de pescar por algum tempo. Esta situação de miséria intermitente parece ter sido um dos factores para uma emigração continuada da população marítima. Cf. ALVES, Jorge Fernandes, "A Pesca e os Pescadores do Litoral Portuense em 1868", *Revista da Faculdade de Letras-História*, II Série, Vol. VIII, Porto, 1991, pp. 151-184.

²⁶ Edital de 2 de Maio de 1859. Ordenava a aplicação do decreto de 18 de Maio de 1838 e a dos artigos 227,1º e 249,8º do Código Administrativo. Cf. ainda FREITAS, Rodrigues de, "Casa de Correção", *O Comércio do Porto*, de 8 de Outubro de 1882.

devia ser colocada ao peito, do lado direito, de forma visível. A licença só seria passada aos que residissem há mais de dois anos no Distrito. A ausência de documentação, em caso de reincidência, levaria à prisão do mendigo e seu julgamento como vadio ou vagabundo, sendo remetido para a terra da sua naturalidade se fosse de origem exterior ao Distrito. Estas medidas repressivas (conjugadas com a evolução da conjuntura e a prática de engajamento de colonos) devem ter tido algum êxito, pois notícias posteriores em cerca de 20 anos, apresentam números substancialmente mais baixos, embora este decréscimo deva ser relativizado. Na realidade, a concepção classificatória aqui apresentada entre válidos e inválidos antecipa a posterior dicotomia entre mendigos e vadios, anunciando também uma diferença de actuação dos poderes públicos. Teoricamente, para os míseros defendia-se o internamento nas instituições adequadas, para os vadios apresentava-se como solução, a prisão ou as casas de correcção para menores, tendo-se chegado a equacionar o seu envio puro e simples para as colónias.

A Cidade produz, e de que maneira, a sua pobreza endógena e endémica, revestindo, porém, outras características, mais típicas das "classes perigosas", no sentido que lhes confere Chevalier²⁷, sobretudo nos momentos de crise industrial ou comercial. Então um desempregado torna-se automaticamente um mendigo, ou em alternativa, um vadio sem trabalho e temido pelas classes e poderes instituídos. Sublinhe-se, no entanto, que a cidade oferecia um maior apoio institucional aos pobres idosos e desprotegidos, com diversos estabelecimentos de vocação específica para esse efeito²⁸, fruto quase exclusivo da filantropia particular, muito especialmente dos "brasileiros" que para eles contribuíam generosamente e muitas vezes aí assumiam cargos de direcção.

3.3 - Património familiar e exclusão

²⁷ Cf. CHEVALIER, Louis, *Classes Laborieuses et Classes Dangereuses à Paris pendant la première moitié du XIXe. siècle*, Paris, L. Général Française, 1978.

²⁸ Em 1856, além da Santa Casa da Misericórdia, que administrava vários estabelecimentos (Hospitais para Entrevados, os dos Lázaros, o de Surdo-mudos, o de Santa Clara das Velhas, o Recolhimento das Velhas do Camarão, o das Órfãs de N.S. da Esperança) existiam ainda o Colégio dos Meninos Órfãos, o dos Meninos Desamparados, o das Meninas Desamparadas, o das Raparigas Abandonadas, o Asilo da 1ª Infância, e o Asilo de Mendicidade, entre outros. (Cf. BARÃO DO VALLADO, ob.cit., pp.17-24) Como curiosidade, sublinhe-se a "utopia liberal", ao criar no Porto, em 1836 e à imitação do de Lisboa, o Asilo de Mendicidade, para "a extinção e repressão da mendicidade" (Decreto de 18 de Maio).

Nos campos da região, o que se vive é, pois, o sentimento de "mundo cheio", de que fala Chaunu²⁹. As casas agrícolas, subdimensionadas, vivendo, na sua imensa maioria, na frugalidade, são obrigadas a lançar mão de diversas estratégias no sentido de evitar a queda na pobreza, cujo limiar será sempre relativo. A emigração e a grande preocupação com a distribuição profissional são, juntamente com o casamento tardio e o elevado celibato definitivo, dois processos típicos de uma racionalidade malthusiana difusa que procura evitar o estilhaçar do património familiar. Perpetuar a casa, otimizar a sua exploração, diversificando as produções para contornar as crises dos maus anos agrícolas, possibilitar o aproveitamento máximo das suas parcelas exíguas, eis a obsessão do camponês minhoto, a que as migrações sazonais ou temporárias (consoante a disponibilidade de mão-de-obra no casal) dão um efeito de complementaridade, rentabilizando aquilo que verdadeiramente constitui o excedente da unidade de produção e de consumo - a força de trabalho de alguns dos seus membros.

Neste quadro de economia doméstica, a doação³⁰, enquanto instrumento jurídico de transmissão inter-vivos, ajusta-se como uma luva, resolvendo um conjunto de questões sensíveis para o agregado, nas quais o individualismo se entrança sabiamente com a solidariedade familiar, numa calendarização imposta pelos detentores do poder familiar - os pais³¹. Assim, a doação transfere para uma nova unidade conjugal, criada pelo casamento de um dos seus descendentes, a posse dos bens móveis e imóveis, ou grande parte destes, de forma a viabilizar a sua exploração. Esta transmissão de bens, que só se torna definitiva com a morte de ambos os pais, ocorre na altura em que se exige a entrada de "sangue novo", por velhice ou doença dos ascendentes, de forma a perpetuar a posse do património na família.

Privilegiando um herdeiro, a transmissão assegura as compensações aos restantes através das "legítimas", ou seja, o correspondente em moeda ao seu quinhão na herança, e impõe um conjunto de reservas³². É a análise destas reservas que permite delinear o

²⁹ Cf. CHAUNU, Pierre, *Histoire Quantitative, Histoire Sérielle*, Paris, A. Colin, 1978, pp. 171-202. E ainda, *A Civilização da Europa Clássica*, Vol. I, Lisboa, Estampa, 1987, pp. 153-241.

³⁰ Para uma análise geográfica da área das doações, cf. SILVA, Rosa Fernanda Moreira da, "Contrastes e mutações na Paisagem Agrária das Planícies e Colinas Minhotas", *Studium Generale*, nº 5, Porto, Centro de Estudos Contemporâneos, 1983, pp. 9-115.

³¹ Cf. BRANDÃO, Fátima, "Práticas de herança no Concelho de Vieira do Minho (1870-1930)", in *Les Campagnes Portugaises de 1870 a 1930: image et réalité*. Paris, F.C. Gulbenkian/ Centre Culturel Portugais, 1985, pp. 143-172.

³² A escolha de um herdeiro era, na altura, justificada pela natureza enfitêutica dos prazos de vida, de natureza indivisa, mas parece ter havido uma generalização deste modelo às outras formas de propriedade, constituindo-se a doação no instrumento privilegiado de transmissão, mesmo quando o Código Civil de 1867 impôs as partilhas igualitárias, que teoricamente já existiam, embora as avaliações finais deixassem sempre a sensação de criar um privilegiado. Cf. MORAES, Tabner de, "Resposta do Governo Civil do

complexo de trocas e equilíbrios que a doação representa, ultrapassando a leitura linear em que o património é endossado a um dos filhos, o privilegiado, em desfavor dos restantes. Com efeito, ao assegurar a integridade do património, os ascendentes determinam também formas de sustento, entreada e tratamento, tanto para os restantes filhos, enquanto solteiros, como para si próprios, ao colocarem-se na situação de "apensionados" ou "reservatários", com um conjunto de obrigações a cumprir pelo herdeiro favorecido, meticulosamente discriminadas e, sem as quais, a doação pode tornar-se reversível³³. Previnem, simultaneamente, a situação de desprotecção dos filhos solteiros, as tensões e os prejuízos que adviriam dos momentos de partilhas deixadas ao acaso ou ao recurso dos tribunais e que levariam à pulverização do "casal", e ainda a segurança de um "bom fim" para si mesmos, garantindo o aprovisionamento de bens de consumo e os cuidados necessários na doença. Afastam o espectro de uma velhice desamparada, gerindo, desta forma, com antecipação e numa situação de força, os futuros tempos de fraqueza³⁴.

Estas doações implicavam, frequentemente, novos investimentos para obras, já que se procurava autonomizar a estadia dos pais ou irmãos solteiros, para a hipótese, muitas vezes citada, de não se "darem bem", com a criação de divisões internas ou anexos com portas para o rua ou quintal, cozinha nova, estábulos para a criação de animais dos reservatários, isto é, espaços de funcionalidade paralela, os quais se financiavam com a entrada do dote da(o) recém-chegada(o), donde, geralmente, saía também o pagamento das legítimas³⁵. Daí que já nos tenhamos interrogado sobre o

Porto", in *Primeiro Inquerito Parlamentar sobre a Emigração Portuguesa pela Commissão da Camara dos Senhores Deputados*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1873, pp. 167-218.

³³ Especialmente quando ainda havia filhos em casa, não era normal viver-se só de produtos reservados, entregues pelo doado (cereais, vinho, parte de porco, garantia de abastecimento de legumes e de lenhas, roupa de vestir), mas assegurar antes algumas parcelas de terra para cultivo próprio, assegurando a comparticipação do doado em gado e apeirias, parcelas a reverterem para o conjunto logo que os restantes herdeiros partissem de casa.

³⁴ Partimos para a compreensão do processo de transmissão, com a análise documental de instrumentos de doação, dotes e testamentos, das zonas de S. Tirso, Maia e Vila do Conde. A.D.P., Secção notarial, *Livros de Notas* (S. Tirso, série Guimarães), n.ºs 700-815; Idem, Maia, 2.ª série, n.ºs 112-116; Idem, 4.ª série, n.ºs 38-178. A.M.V.C., *Livros de Registo de Testamentos*, n.ºs 3180 - 3228. A.M.S.T., *Livro de Registo de Testamentos*, n.ºs 2556-2566. Sublinhe-se que o princípio conceptual que preside à doação pode estar (e está muitas vezes) inscrito num testamento. Normalmente, porém, o testamento destina-se aqui a dispôr da terça parte a que os ascendentes têm direito de livremente determinar, bem como a legitimar as doações anteriormente feitas.

³⁵ Com a sucessão das gerações, a necessidade destes investimentos atenuava-se ou desaparecia mesmo, bastando os gastos da sua manutenção, já que em tempos de reapropriação por parte do novo núcleo conjugal, estes espaços eram utilizados noutras perspectivas. Daí a multiplicidade de aposentos, desde casas para fiar e tear, cozinha velha para matança do porco, etc.

efeito potencialmente negativo da transmissão de bens nestas condições, descapitalizadoras de uma exploração que se pretende rejuvenescer³⁶.

Este mecanismo tradicional, só compreensível se integrado na especificidade da "racionalidade camponesa", era bastante precoce, aparecendo generalizado nesta região do Noroeste pelo menos no século XVII, se utilizarmos como indicador a sua frequência nos livros notariais³⁷, e chegou até aos nossos dias, permitindo a sobrevivência da "casa de lavoura", a qual podia atingir dimensões apreciáveis se atendermos à sua composição por parcelas dispersas, de forma a conjugar os diferentes tipos de terreno (mato, lameiro, horta, terreno de cereal) na funcionalidade inerente ao sistema de policultura/pecuária.

Veja-se, a este propósito, o conjunto de parcelas de uma casa de lavoura (dos Azevedo, de Sangemil, Vilar do Pinheiro, por 1880) : 1- cortinha de casa (habitação e quintal); 2- ribeira, terra com água de rega e lama; 3- pinhal, junto à ribeira; 4 - lameiro das Águas Férreas; 5 - bouça da Devesa; 6- Bouça Nova; 7 - ribeiro do campo da Cancela; 8 - bouça da Cancela; 9 - campo do Margido; 10 - lameirão da bouça do Pereira; 11 - bouça dos Pinheiros; 12 - bouça da Cova; 13 - castanhal; 14 - campo da Silveira; 15 - bouça pequena; 16 - bouça grande das Covas; 17 - boucinha; 18 - bouça do Louças; 19 - bouça do Crasto; 20 - leira do Rosa; 21 - deveza do Rosa; 22 - leira do Rosa de Silvões; 23 - leira da agra de cima; 24 - leira do talhinho; 25 - leira da agra do Picoto; 26 - leira do valado; 27 - leira das Aradas; 28 - campo da agra do Porto; 29 - campo do Barreirinho; 30 - campo da cortinha d'além; 31 - campo da Junqueira ; 32 - campo da Junqueira das batatas; 33 - Junqueira da estrada; 34 - campinho; 35 - alto da cortinha do Costa; 36 - cortinha do Costa³⁸. Um conjunto enorme de parcelas, cuja descrição detalhada, que aqui omitimos, nos mostra o longo processo de concentração da propriedade, na sua discontinuidade, pela via nupcial e pela compra, bem como o seu ajustamento à funcionalidade da casa, em que as bouças se tornam terra de lavar e vice-versa. Sabendo-se que estas casas de lavoura são habituais no Norte Litoral, compreendem-se as críticas contundentes de Basílio Teles a Oliveira Martins a propósito da pulverização da propriedade, nomeadamente sobre o célebre exemplo de Moreira de Rei, em que este descreve o camponês levando *"um cesto de estrume às costas e um litro de semente no bolso"*. Basílio chama a atenção para os diversos sentidos de "prédio rústico" - o económico, o jurídico e o fiscal e os *"casos de fragmentação artificial,*

³⁶ PEREIRA, Gaspar Martins e ALVES, Jorge Fernandes, "Comportamentos Nupciais na Terra da Maia em Fins do Antigo Regime", *Cadernos de Ciências Sociais*, nºs 8/9, 1990, pp. 31-44.

³⁷ Diversos autores relacionam a doação com a natureza enfitéutica dos prazos em jogo, juridicamente de transmissão indivisa. Cf. DURÃES, Margarida, "A casa rural minhota: papel e significado no contexto hereditário - séculos XVIII e XIX", *Cadernos do Noroeste*, Braga, 1987, vol. 1, nº 1, pp. 81-93.

³⁸ Cf. AZEVEDO, Pe. Joaquim Antunes, ob. cit., 3º caderno, pp.7-11.

imposta ao solo pelo systema insensato e complicado de tributar a terra em Portugal", mostrando que a ideia da pulverização da propriedade não é a mais adequada para caracterizar a região neste aspecto³⁹.

De resto, face à tecnologia existente, baseada na tracção animal e na força humana de trabalho, esta dispersão geográfica das parcelas tornava-se proveitosa. A sua elasticidade facilitava a adaptação, permitindo ciclos de expansão e de contracção da propriedade, consoante a conjuntura e os arranjos inter-familiares, alienando-se uma ou outra parcela para recuperar estas ou outras mais tarde, tentando preservar o núcleo central. A opinião pública tinha, naturalmente, visões contraditórias sobre este sistema⁴⁰, embora lhe fosse reconhecida eficácia na viabilização da agricultura, conforme este extracto de um periódico local, já nos inícios do nosso século:

"Aqui devido ao sistema dos antigos empraçamentos que tem obstado à divisão da propriedade, esta parece, desde há séculos, ter obedecido às modernas teorias do regimen de propriedade, que consideram uma casa de lavoura tão indivizível como uma fabrica. [...] Não será esse costume muito justo e equitativo, mas a elle deve toda a nossa região a sua riqueza agrícola, pelo bem agricultadas, - salvo os processos que podiam e deviam ser mais intensivos, - que andam as terras, pelas boas vedações que as propriedades teem, e pelas alfaias e apeirias da lavoura, o que não succederia, se à morte do lavrador, embora abastado, as propriedades rusticas fossem divididas na especie entre os filhos ou herdeiros" ⁴¹.

Este sistema, porém, só funciona em pleno com a activação de processo de exclusão dos filhos que não ficam com direito à posse da terra, processo complicado, que passa pelo estabelecimento destes fora do casal, e por isso dependente, em grande parte, das alianças com outras famílias para concertação de casamentos⁴². De outro modo, restava a divisão pura e simples das propriedades, não faltando também exemplos disso,

³⁹ Cf. TELLES, Bazilio, *Carestia de Vida nos Campos*, Porto, Liv. Chardron, 1904, pp. 176-200.

⁴⁰ A própria designação popular e irónica de "favorecido" ou "morgado" revela algum acinte. Sobre a conflitualidade inerente a estas situações, relativamente a um contexto com algumas semelhanças, cf. CASTAN, Yves, "Arbitraire du droit de tester et révolte des fils en Languedoc au XVIIIe siècle", in *Le Modèle Familial Européen - Normes, Déviances, Contrôle du Pouvoir*, Actes des séminaires organisés par l'École Française de Rome et l'Université de Roma, Palais Farnaise, 1986, pp. 164-174. De qualquer modo, o modelo das doações acima descrito perspectiva-se como uma aplicação do "dispositivo de aliança" da família, tal como o teoriza Foucault, dirigido para uma homeostasia do corpo social, com a função de o manter. Cf. FOUCAULT, Michel, *Histoire de la Sexualité, 1 - La Volonté de Savoir*, Paris, Ed. Gallimard, 1976, pp. 136-151.

⁴¹ Anónimo, "Um aspecto da freguesia d'Arcos", in *Comercio de Vila do Conde*, nº 85, 5 de Julho de 1908.

⁴² Cf. ITURRA, Raul, "Estratégias na Organização Doméstica da Produção na Galiza Rural", *Ler História*, nº 1, Lisboa, 1983, pp. 81-109. Idem, "Casamento, Ritual e Lucro: a produção dos produtores numa aldeia portuguesa (1862-1893)", *Ler História*, nº 5, 1985, pp. 59-81.

no caminhar para o empobrecimento absoluto, que viria a permitir mais tarde nova agregação desses bens por terceiros, por actos de compra e venda, quando não por hipoteca. Por isso, surgem às vezes, expressões como *meio casal*, *terço de casal*, *quarto de casal*, tantas as vezes da sua repartição, pois eram "*os antigos tam escrupulosos em partirem as suas propriedades que não deixavam uma por partir por mais pequena que fosse, e de modo que ambos tivessem a mesma porção de terreno e da mesma qualidade, para isso partiam ao comprido, ao travez e aguiasado (enviezado)*"⁴³.

Já vimos, de algum modo, como a família procurava proceder à exclusão dos herdeiros de uma forma escalonada no tempo, de modo a poder controlar a colocação profissional desses filhos excluídos para assegurar eficácia e evitar as tensões frequentes nos momentos da transmissão do património. Por exemplo, em Bougado, as filhas dos lavradores casam-se, em média, mais cedo dois anos do que a generalidade das restantes mulheres, o que só se compreende pela negociação inter-familiar e a capacidade de avançar com o dote. Já os filhos dos mesmos lavradores casam mais tarde do que os dos artesãos e jornaleiros: os primeiros precisam de esperar pela arrumação possível dos irmãos e/ou pela interiorização de "incapacidade" por parte dos ascendentes que leve estes a transferir a autoridade à geração seguinte; os segundos, não estando dependentes da terra, praticam uma mobilidade geográfica mais acentuada que lhes permite ganhos de numerário indispensável ao estabelecimento⁴⁴.

Alguns migrantes, porém, são os próprios filhos destinados a encabeçar o *casal* familiar, os futuros "privilegiados", que, antes de se poderem estabelecer, precisam de acumular fora de casa o numerário suficiente para saldar antigas dívidas de família, compensar os irmãos de suas "legítimas", fazer pequenos investimentos necessários à exploração agrícola. Aspecto este que pode ser exemplificado através da doação de Custódio Lopes, da Lagoa (S. Tiago de Bougado), a seu filho Gabriel, no longínquo ano de 1732, recordando que adiantara a este 32\$000 rs. quando o "*dicto doado fora para as partes do Brazil*", o qual agora ali se apresentava a receber das mãos do pai as terras que existiam na família⁴⁵. Assim, o privilégio da terra pode sair muito caro, não faltando mesmo os que desistem em favor do(s) irmão(s) seguinte(s) ou se deixam ficar pelo caminho da emigração, ao constatarem a impossibilidade de um retorno bem sucedido. Por isso os doadores ou testadores previnem sempre a possibilidade de desistência, listando, de forma ordenada, os nomes dos candidatos à nomeação dos bens. Em alguns

⁴³ AZEVEDO, Pe. Joaquim Antunes, ob. cit., 1º caderno, p.103.

⁴⁴ Para uma leitura mais pormenorizada dos comportamentos nupciais, cf. PEREIRA, G. M. e ALVES, J.F., ob. cit. pp. 37-42.

⁴⁵ A.D.P., Secção notarial, Maia, *Livro de Notas*, PO 7º, 4ª série, nº 39, pp. 68vº-69.

casos, apesar da longa ausência sem notícias, o emigrante é, não obstante, o destinado a encabeçar a casa, marcando-se-lhe um prazo para a volta de dois ou três anos, findos os quais se passa ao sucessor seguinte. A morte do previsível herdeiro ou a opção por destino imprevisto, a dificuldade de casar uma filha ou o facto de a casar a contragosto com pessoa de baixa condição, pode também obrigar a família a tentar recuperar o emigrante para encabeçar o casal. Quando Maria Luisa de Azevedo, de Macieira (Vila do Conde), faz o seu testamento, tinha dois prazos de vida para transmitir e 6 filhos vivos, que, por ordem de nascimento, eram os seguintes : António, clérigo; Ana, casada; Narciso, clérigo; Esperança, casada; José, solteiro no Brasil; Carolina, solteira e em casa. Quem escolher? *"Nomeio o nosso filho José, que se acha no Império do Brazil, no caso porem d'elle vir para esta terra no estado de solteiro, e vindo viver n'esta nossa moradia, cuja nomeação é com as condições, reservas e obrigações seguintes: que o dito nosso filho e nomeado dará entrada para os ditos prazos que seja de seu capital ou da mulher com quem casar, e não emprestado, a quantia d'um conto e quinhentos mil reis, que entregue ao meu marido, se elle me sobreviver para arranjo de nossos filhos, pois enquanto não der a dita quantia não será senhor do dito prazo"*, além de assegurar a tradicional pensão anual pelo S. Miguel ao cônjuge sobrevivente e reservas de alojamento para ele e filha solteira. E se José não concordar ou não der notícias? Então a dita nomeação passará *"a Carolina, isto é, não lhe acontecendo alguma fragilidade com pessoa desigual, que então passará a mesma nomeação e em primeiro lugar para a nossa filha Ana"*, ou, por ordem, para a Esperança, para o António (reitor de Fornelo), para o Narciso, *"ou então em Carolina (ainda que lhe tenha acontecido a fragilidade)"*, esta última agora resignadamente, esgotado o círculo possível⁴⁶. A transmissão do património com a garantia da sua perpetuidade, tanto no domínio económico como no pretensio campo moral, nem sempre se tornava fácil, e fluía de acordo com a subjectividade dos ascendentes e a evolução do ciclo de vida familiar, não existindo regras fixas para a escolha do sucessor.

De um modo geral, sendo o sistema restritivo tornava-se impossível conciliar os interesses de todos pela via nupcial, mantendo as normas da homogamia e, além disso, o incremento populacional impõe outras saídas. Uma prova é o facto de para todos, a idade ao casamento crescer em proporção ao número de filhos na família, revelando as dificuldades das unidades domésticas numerosas⁴⁷. Já referenciamos algumas das outras

⁴⁶ A.M.V.C., *Livro de Registo de Testamentos*, nº 3204, P. 76-79 (testamento de Joaquim Goçalves de Azevedo e Maria Luisa de Azevedo, de Macieira, 18.12.1860)

⁴⁷ Vejam-se as idades ao 1º casamento em Bougado (1680-1829), segundo o nº de filhos na família:

saídas habituais, entre elas a entrada para a vida religiosa (secular ou conventual) e a aprendizagem de ofícios ou a entrega à vida comercial. A emigração para o Brasil impõe-se como outra alternativa popular, seguindo o modelo das classes aristocráticas que tiveram no colonialismo a hipótese de restaurarem as suas finanças depauperadas, através dos cargos públicos e missões particulares aí desempenhadas.

Simbolicamente o verbo "impor" é o mais conjugado na documentação testamentária para expressar a decisão paternal de conduzir os filhos à emigração, não restando dúvidas sobre o papel das decisões familiares neste campo. Dos muitos testamentos com referências a situações de emigração, veja-se, como exemplo, um de 1838 e referente a uma viúva de Labruge (Vila do Conde), com 7 filhos, 4 dos quais rapazes, em que o primeiro fica com a casa e os três outros já partiram, mas para a colação final, a testadora regista: *"gastei com o meu filho Antonio para o impor para o Brazil em roupas, calçados e de passagem e em dinheiro de contado 72\$000 rs.. [...] gastei com o meu filho José para o impor para o Brasil em vestuários 14\$400. [...] gastei com o meu filho Joaquim para o impor para o Brazil em vestuários a quantia de 14\$400"*⁴⁸. Sublinhe-se o facto de os dois últimos não pagarem viagem, facto que normalmente era assumido pelo primeiro emigrante da casa, liquidando esses custos no desembarque dos seus familiares, assim como assegura a estadia até à "arrumação", sendo reembolsado posteriormente. De outro modo, a emigração fica mais cara à família, embora represente sempre o adiantamento total ou parcial da "legítima" a herdar: *"quando impuzemos para o Brazil o nosso filho Antonio gastamos no seu transporte e preparos a quantia de 100\$000 rs"*⁴⁹.

As verbas apontadas surgem quase sempre de uma forma globalizada, incluindo viagens, roupas, víveres e outros arranjos, mas, uma vez ou outra, é possível obter relações mais discriminadas, apercebendo-nos das preocupações inerentes aos sempre referenciados "preparos". Assim, José, filho de Manuel Costa Cruz Maia (de Lagoa, S. Tiago de Bougado), quando, por volta de 1840, embarcou para o Brasil teve adiantamentos para as seguintes despesas:

- ao contramestre do navio pela passagem, cama e mesa, 30\$000;
- para levar consigo, 9\$600;

Nº de Filhos	Homens	Mulheres
1	25.8	21.7
2	26.9	24.2
3+	28.7	28.1

⁴⁸ A.M.V.C., *ibidem*, nº 3181.

⁴⁹ Idem, *ibidem*, nº 3185, pp. 76-79 (testamento de 1842, de Domingos da Costa Ramos e Maria Antónia Leite, de Fajozes).

- por um sobrecasaco de baetão inglês fino, 6\$400;
- biscoitos e mais preparos e pagamento na Escola ao Mestre por dois anos, 60\$000⁵⁰.

Se este testamento nos revela a preocupação com a aprendizagem escolar prévia, com destino provável ao circuito comercial, outros falam-nos da preparação profissional e dos necessários apetrechos, mostrando que a emigração, pelo menos na sua componente mais tradicional, não se fazia ao acaso. Reconhecia-se já que conhecimentos e habilidades eram formas de capital humano, como diríamos hoje, ou seja formas de desempenho para os diferentes nichos da estrutura ocupacional. Assim, quando Francisco Leite, de Árvore, se transporta para o Brasil, a família gasta com ele, 24\$000 rs. na passagem, mais 28\$000 rs. "*de ferramentas de carpinteiro e vestuário*"⁵¹. E quando partem sem a utensilagem necessária, estes "oficiais" rapidamente reconhecem a sua falta, mandando-as pedir: "*gastei com o meu filho Jose para o transportar para o Brazil sete moedas de ouro e depois d'elle la estar lhe mandei duas moedas empregadas em ferramentas e macetes, que tudo faz a somma de nove moedas de ouro*"⁵².

Mas o destino emigratório era de tal modo impositivo, estava tão radicado no "habitus" e no sentido prático da população local, que quando a emigração não resultava à primeira e o emigrante dava à costa antes de cumprir os objectivos que tinham determinado a sua viagem, a família impunha-lhe nova tentativa, decalcando o processo anterior, como nos confessa alguma da documentação que temos vindo a analisar: "*declaro que para impor meo filho Joaquim por duas vezes para o Brasil gastei com elle cento e sessenta mil reis*"⁵³. Ou ainda de uma forma mais crua e explícita: "*o meu filho Jose Joaquim de Lima Junior no estado delle solteiro o impuz para o Brazil para ganhar a sua vida, e gastei com elle o que constará do mesmo inventário. E mais segunda vez foi outra vez para o Brazil depois delle estar casado e tambem gastei com elle muito a nossa custa cuja despeza constará do inventario e como estas duas passagens e gastos que fiz com elle excede muito a sua legitima materna que lhe pertence e por isso por esta forma ficou elle pago della ficando elle para conferir inventario paterno o quanto excedeo aquelle*"⁵⁴.

⁵⁰ A.M.S.T., *Livro de Registos de Testamentos*, nº 2557 (testamento de José da Costa Cruz, de 31.01.1840).

⁵¹ A.M.V.C., *Livro de Registo de Testamentos*, nº 3183 (testamento de Antonio Leite e Ana Costa, 15.10.1843)

⁵² Idem, *ibidem*, nº 3183 (testamento de Francisco António de Oliveira, de Tougues)

⁵³ Idem, *ibidem*, nº 3185, pp. 204-207 (testamento de José Leite, de Fajozes, em 26.11.1846).

⁵⁴ Idem, *ibidem*, p.3195, pp. 14-17 (testamento de José Joaquim de Lima e Ana Maria de Jesus, de Vairão, 16.03.1858)

Compromissos e tensões entre o indivíduo e o seu grupo familiar de origem, eis o que os documentos notariais nos evidenciam. Mas esta emigração pela distância e pelo tempo que envolve, traduz uma maior vulnerabilidade das estratégias familiares que lhe são subjacentes. Os processos de comunicação interrompem-se por largo tempo, as remessas são incertas e às vezes nunca chegam. Emigração de longa distância precipita a emancipação dos filhos em relação ao poder paternal, pelo que os ressentimentos mútuos ou o apego existente vêm ao de cima na hora de balanço que o testamento sempre representa. Por isso se alguns referem as verbas enviadas pelos filhos emigrantes para comprar parcelas de terrenos, construir partes de casa, pagar dívidas ou, simplesmente, para sustento e eventuais aflições, numa demonstração de preocupação e afecto, outros apenas têm para ajustar as contas da partida, "*por conta de seu quinhão*", e não poucos se lamentam por não terem notícias deles há muitos anos ou por nada terem lucrado com a emigração que promoveram.

Neste contexto regional de grande mobilidade, a emigração para fora do Reino emerge, assim, como uma nova oportunidade no contexto das estratégias familiares que visavam a distribuição profissional. Inicialmente de natureza colonial, contribuiu para a "dinâmica do açúcar"⁵⁵, tendo no ouro das Minas o primeiro grande atractivo massivo e, na sua sequência, a actividade comercial das cidades portuárias brasileiras em crescimento. Nos meados do século XVIII já a documentação histórica (sobretudo, as listas de ordenanças, como vimos no capítulo anterior) regista nominalmente uma presença massiva de homens do litoral português no Brasil. No século XIX, perante a independência do Brasil, será a continuidade e a mudança, mudança de que os agentes principais - emigrantes e famílias - se tardam a aperceber em toda a sua dimensão, embora os primeiros, em grande quantidade, a sintam na pele logo que tocam o lado de lá do Oceano.

"Mundo cheio" *versus* "mundo vazio", para utilizarmos de novo as expressões de Chaunu, ou seja: de um lado, o denso Noroeste português, a que a revolução do milho permitira um rápido crescimento populacional; do outro, o Brasil, espaço a apropriar e preencher de promessas. Espaço conhecido desde o século XVI, do qual vinham notícias por um número cada vez maior de portugueses da região minhota, pois como diz Orlando Ribeiro, são os "*comedores de broa*" a grande massa da emigração, desde o século XVI aos nossos dias⁵⁶. Nestas circunstâncias, o modelo dos vasos comunicantes acabaria por

⁵⁵ CF. GODINHO, Vitorino Magalhães, "Portugal, as frotas do açúcar e do ouro (1670-1770)", in *Ensaio*, Vol. II, Lisboa, Sá da Costa, 2ª ed., 1978, pp. 423-448.

⁵⁶ Cf. RIBEIRO, Orlando, *Aspectos e Problemas da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1962, p. 28. Para o autor, a zona dos "comedores de broa", ou seja, o espaço de difusão do milho como cultura predominante, vai do Minho ao Mondego.

se impor, estabelecendo-se a corrente humana entre os dois espaços em relação, dados os grandes desníveis de ocupação entre eles e um forte poder de atracção vindo do lado de lá, não obstante todo o esforço por parte do poder central para filtrar e restringir o caudal.

A emigração para o Brasil traduz, pois um salto qualitativo no contexto das migrações tradicionais, introduzindo mesmo um factor selectivo na conjugação destes movimentos: as migrações sazonais ou temporárias para o Sul e para as cidades continuam até ao nosso século, atraindo massas rurais de todo o Norte, das Beiras e da Galiza, e nelas seguem camponeses do distrito do Porto; a emigração para o Brasil, embora atraia gentes de toda a condição social, passa a ser uma via privilegiada para a colocação de muitos filhos de famílias com algumas posses e com possibilidades de ultrapassar esse "filtro social" que as redes informais constituem. Enquanto as migrações para o Sul constituem um movimento de indivíduos sem capital, de rurais totalmente ou semi-proletarizados, a emigração para o Brasil exige um investimento inicial, desde logo para as despesas de viagem, mas também para a preparação técnica ou alfabética que, frequentemente, se faz ministrar ao futuro "brasileiro": tendo como destino uma sociedade escravagista, onde a mão-de-obra que requer esforço físico está assegurada pelo escravo africano, a "arrumação" do português depende de outras competências, nomeadamente da sua capacidade de realizar serviços comerciais, marítimos, administrativos, de tráfico e enquadramento dessa imensa escravatura nas plantações, nas minas, nas obras públicas e privadas, tarefas que exigem um mínimo de alfabetização ou de tirocínio no comércio ou "ofícios".

3.4 - Recomposição do mercado de trabalho

O quadro da mobilidade geográfica da região torna-se mais complexo nas circunstâncias descritas, particularmente na estreita faixa litoral (Porto, Bouças, Maia, Vila do Conde, Póvoa de Varzim, Gaia): o adensar da emigração de jovens vulnerabiliza muitos casais em termos de mão-de-obra, feminizando e envelhecendo em demasia muitas famílias, pelo que ou se intensificam as potencialidades de trabalho dos elementos residuais (em especial, os do sexo feminino) ou se recorre à aquisição de formas de trabalho mais ou menos temporárias (aos criados e aos jornaleiros). A emigração actua, assim, neste complexo migratório, provocando sucessivos movimentos de recomposição de mão-de-obra em toda a região. Em 1867, num concelho mais afastado da cidade e do mar - Lousada-, aonde ainda subsistiam as antigas correntes para o Sul, a mobilidade é

descrita do seguinte modo, pelo administrador, quando interrogado sobre a diminuição do número de fogos recenseados:

..." a differença para menos, que se encontra na somma dos fogos provém da migração e emigração de familias para fora do concelho, da província e do paiz. Os lavradores caseiros com suas familias operam succesivamente estas migrações, deixando a cultura de terras que traziam de arrendamento. Os proprietários, residentes no concelho, ficam a cultivar as propriedades arrendadas, tomam ao seu serviço um ou dois criados, na maior parte naturais e residentes no concelho. A saída dos colonos com suas familias, quase sempre numerosas importa abatimentos na somma de fogos e de habitantes. Outros chefes de famílias também mudam de residência. As constantes emigrações para o Brasil de chefes de familia, de filhos, e de familias inteiras abatem anual e sensivelmente a população em numero de fogos e habitantes. De mais, de certas freguesias d'este concelho vam trabalhadores para o Alemtejo, Sevilha e outras terras de Hespanha, aonde se demoram bastantes annos”⁵⁷.

Debrucemo-nos, na medida do possível, sobre esse processo de recomposição do mercado de trabalho, centrando-nos sobre os seus principais agentes: os criados e a imigração de galegos.

3.4.1 - Os criados

Embora o recurso a esta mão-de-obra assalariada seja uma prática tradicional⁵⁸, o que se passa a observar é o surgimento crescente de famílias com situações de emigração e que recorrem simultaneamente à criadagem. Torna-se, deste modo, evidente que não é a falta de trabalho que provoca, nestes casos, a emigração, mas sim a procura de trabalho mais valorizado económica e socialmente, podendo o existente na unidade familiar ser suprido por soluções mais económicas e precárias, ajustadas às necessidades de cada momento.

⁵⁷ AGCP, Documentação avulsa, *Correspondência recebida*, 1867.

⁵⁸ Sobre a problemática do serviço doméstico, cf. SILVA, Álvaro Ferreira, "Família e trabalho doméstico no "hinterland" de Lisboa (1763-1810)", *Análise Social*, nº 97, 1987, pp. 531-562.

**Quadro 3.3 -População e criados-de-servir
S.T. Bougado**

Anos	População	Criados			% de Criados na População	% na População Activa
		Homens	Mulheres	Total		
1744	797	23	14	37	4,6	7,3
1765	767	20	23	43	5,6	9,5
1780	800	28	26	54	6,8	11,8
1863	1236	17	35	52	4,2	6,2

Recorrendo mais uma vez mais ao exemplo de Bougado, podemos observar a configuração da evidência histórica no que respeita aos criados, para diferentes épocas (Quadro 3.3)⁵⁹. Aí a criadagem tem uma influência crescente ao longo do século XVIII, passando de 7 para 12% da população activa (15-64 anos) no espaço de quatro décadas, mas o seu peso relativo decai significativamente no século XIX, acusando os efeitos quer da maior emigração (por esta época os contratos de locação de serviços para colonos permitiu a muitos pobres irem para o Brasil), quer da acentuação do êxodo rural para a cidade. Mas o traço mais significativo é, sem dúvida, a acentuação do sexo feminino na composição do grupo profissional: em 1744, as criadas representam localmente 38% do total, em 1863 representam 67%, numa inversão já perceptível em 1765, e que indicia uma chamada crescente das mulheres no sentido de suprir a falta de homens para trabalhar no campo, com a vantagem de constituir uma mão-de-obra mais barata⁶⁰.

A informação é restrita no que toca à origem geográfica destes criados, mesmo os registos de óbito ou de casamento só poderiam dar algumas indicações fragmentárias, pois constituem um grupo profissional muito pouco estável e com bastante retorno. Para o ano de 1860, deparemos com uma informação mais sistemática relativamente às freguesias de Vila do Conde (sede do concelho excluída), a partir de um levantamento dos criados-de-servir (só para o sexo masculino) efectuado pelos regedores, com intuitos de controlo militar no sentido de evitar a fuga ao recrutamento (Quadro 3.4).

⁵⁹ Na elaboração do quadro (baseado em róis de confessados), consideraram-se como "criados" 4 escravos (2 de cada sexo), em 1744 e 1765, os quais sobem para 6 (2 homens e 4 mulheres) em 1780. A escravatura tinha pouca expressão localmente, surgindo como uma força de trabalho muito específica, já que, com a excepção de uma família, apenas existiam em casa do abade e do coadjutor.

⁶⁰ Na linha tradicional que, desde tempos remotos, atribui um papel de substituição do homem pela mulher nos campos do Minho sempre que isso se torna necessário, cf. CABRAL, João de Pina, *Filhos de Adão, Filhos de Eva - a visão do mundo camponesa no Alto Minho*, Lisboa, Pub. Dom Quixote, 1989, pp. 111-114. Para uma interpretação divergente, assente na distinção trabalho produtivo/trabalho improdutivo, cf. SILVA, Álvaro F. S., ob. cit. pp. 552-557.

**Quadro 3.4 - Naturalidade dos criados-de-servir
Vila do Conde*, 1860**

Naturalidade	Números	%
1. Do Concelho	36	16,2
2. De Concelhos limítrofes:	113	48,3
Maia	6	
Bouças	6	
S. Tirso	13	
V.N. Famalicão	13	
Barcelos	56	
Póvoa de Varzim	19	
3. De outros concelhos:	46	19,7
Porto	1	
Penafiel	1	
Paredes	2	
Felgueiras	1	
Esposende	6	
Guimarães	3	
Cabeceiras de Basto	2	
Vila Verde	4	
Ponte do Lima	15	
Pico de Regalados	1	
Viana	4	
Lamego	2	
Feira	1	
C. Paiva	3	
4. Da Galiza	20	8,5
5. Indeterminada	17	7,3
6. TOTAL	234	100

* Referente a 21 freguesias do concelho, excluindo a Vila

Fonte: AGCP, Doc. avulsa, Correspondência recebida, M631

Como se pode observar, o recrutamento intra-concelhio de criados é relativamente baixo (16%), sendo estes maioritariamente de origem exterior. Cerca de metade vêm dos concelhos envolventes, o que significa uma mobilidade num raio máximo de 20 a 30 quilómetros. Em todo o caso, cerca de 29% efectuem deslocações de grande distância, muitos vindos do Alto Minho, com destaque para Ponte do Lima, Viana e Vila Verde, e merecendo referência especial os galegos (8,5% do total). Tudo indica que estamos perante migrações de substituição, ou contra-correntes migratórias, tal como defendia Ravenstein face ao exemplo inglês por si estudado (ver primeiro capítulo), em que indivíduos com menores possibilidades (físicas, culturais, económicas...) vão preencher os segmentos do mercado de trabalho largados por outros empenhados em migrações mais rentáveis. Sublinhe-se a persistência do sentido Norte-Sul na deslocação destes

criados. De igual modo, refira-se que o padrão etário dominante se apresenta idêntico ao já observado para os migrantes de Bougado no século XVIII, com grande concentração entre os 15-29 anos (Quadro 3.5). Por este padrão se infere, mais uma vez, que a situação de criado corresponde a uma fase transitória, intermédia entre a saída da casa de origem e o estabelecimento próprio, tempo de aprendizagem, de socialização e de aforro que deveria terminar em casamento (e continuar a vida como pequeno lavrador, rendeiro ou jornaleiro) ou, como é vulgar nesta zona, propiciar um novo destino - a emigração-, depois de amealhado o suficiente para uma partida autónoma. De qualquer modo, como podemos observar, para alguns a condição de criado parece constituir uma situação sem saída, dada a elevada idade que apresentam.

Quadro 3.5- Idades dos Criados-de-servir
Vila do Conde, 1860

Idades	N ^{os}	%
10-14	7	3,0
15-19	42	17,9
20-24	48	20,5
25-29	45	19,2
30-34	25	10,7
35-39	23	9,8
40-44	8	3,4
45-49	13	5,6
50-54	8	3,4
55-59	2	0,9
60-64	6	2,6
65 +	2	0,9
Indet.	5	2,1
Totais	234	100,0

* Referente a 21 freguesias do concelho,
excluindo a Vila.

Fonte: AGCP, Documentação avulsa,
Correspondência recebida, M631

Numa outra perspectiva, sublinhe-se a relativa "perigosidade" social deste grupo profissional, sempre de passagem, infundindo respeito e desconfiança. Indivíduos em trânsito, os criados eram considerados nos limites da ordem social, não faltando tentativas para os enquadrar administrativamente. Foi o que aconteceu na cidade do Porto, em 1860, quando o Governo Civil decidiu criar um registo na Administração do 1^o Bairro, não só para a sua identificação, como para cadastro da sua conduta moral,

devendo indagar-se para isso tanto junto da polícia, como dos párocos e amos. Decidiu-se ainda moralizar o papel dos "inculcadores", isto é, os agentes de colocação, para cuja actividade era necessário licença especial. Tais medidas não tiveram, obviamente, tradução na prática, mas vejamos, no entanto, algumas das considerações de princípio elucidativas sobre a mentalidade higienista da época: *"Mostrando a experiencia de todos os dias os graves inconvenientes, a que dá origem o não terem os amos verdadeiro conhecimento das qualidades moraes dos criados, que recebem e acolhem em sua casa, resultando d'ahi muitas vezes serem roubados por elles com abuso da boa fé, e protecção domestica; Considerando além d'isto, que os hábitos e vicios perniciosos arreigados em alguns dos mesmos são um espelho de maus exemplos para as famílias, no seio das quaes se tem já visto deixarem o germen da corrupção e desharmonia; Considerando , que para tão deploraveis excessos contribuem os intitulados inculcadores e inculcadoras de criados e criadas, que em vez de procurarem justificar a confiança n'elles depositada, são os primeiros a concorrer para o procedimento irregular e reprehensivel dos criados, já receptando e vendendo os furtos, que elles commettem, já desinquietao-os para novamente os irem assoldadar com a mira no interesse ".....*⁶¹.

3.4.2 - Imigração. Os galegos

Se alguns criados das freguesias rurais são de origem galega, deve sublinhar-se, porém, que este não é o destino mais frequente desta imigração que nos surge tão antiga quanto as migrações portuguesas do Norte para o Sul, conforme nos dizem os registos paroquiais e outros testemunhos tanto da Galiza como de Portugal⁶². São diversas as estimativas sobre os galegos em Portugal⁶³, embora os números com alguma

⁶¹ Edital de 26 de Junho de 1860. Renovações no mesmo sentido, embora transferindo o registo para a polícia, podem ser lidas nos editais de 13 de Julho de 1867 e de 26 de Outubro de 1868. Cf. AGCP, *Livro de registo de alvarás*, 1866-1871, nº 23.

⁶² O grande estudo clássico sobre este problema, continua a ser o de A. Mejjide PARDO, "La Emigración Gallega Intrapeninsular", *Estudios de Historia Social de España*, Tomo IV, 2º, Madrid, 1960, pp. 463-605. Veja-se também NADAL, Jordi, *La Población Española*, Barcelona, Ariel, 1984, pp. 138-186. Para análises demográficas locais, cf. BARREIRO, Baudilio, *La Jurisdiccion de Xallas en el siglo XVIII - Población, Sociedad y Economia*, Santiago de Compostela, Secretariado de Publicaciones de la Universidad, 2ª ed. 1977, pp. 249-255. E ainda GARCIA, Jose Manuel Perez, *Um modelo de sociedade rural de Antigo Régimen en la Galicia Costera*, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago, 1979, pp. 90-99. Cf. ainda GONZÁLEZ-ROTHVOSS, Mariano, *Las Relaciones Luso-Españolas en el Siglo XIX sobre Migraciones*, Porto, Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, 1962. LOPES, Maria Fernão Couceiro da Costa Couto, "Estrangeiros no Porto", *Revista do Centro de Estudos Demográficos*, nº 6, Lisboa, 1949, pp. 13-34.

⁶³ Cf. SOUSA, Fernando de, ob.cit., pp. 309-310.

credibilidade só comecem a surgir nos finais do século XIX, e mesmo assim com problemas, pois trata-se de um movimento muito fugidio, frequentemente clandestino, com uma forte componente de sazonalidade dirigida para os campos do sul e para as vinhas do Douro e uma outra de carácter mais temporário, esta essencialmente atraída pelos grandes núcleos urbanos - Lisboa e Porto, mas também por outras pequenas cidades e vilas, embora em menor escala. Mas, conforme reconhece o embaixador espanhol em Lisboa, "*la inmensa mayoria de los emigrantes no se naturaliza, no se fija, no se casa, no se arraiga aqui; trabaja, economiza, regresa, y se establece en su pais natal*"⁶⁴. Os números que normalmente aparecem baseiam-se na contagem dos títulos de residência, incrementados a partir da convenção consular de 1870 entre Portugal e Espanha, embora com base em legislação anterior.

⁶⁴ *Primeiro Inquérito Parlamentar sobre a Emigração Portuguesa pela Comissão da Camara dos Senhores Deputados*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1873, p. 44.

**Quadro 3.6 - Concessão de Títulos de Residência
Anual e Permanente a Espanhóis
pelo Governo Civil do Porto**

Ano	Anual	Perman.	Ano	Anual	Perman.
1855	43	?	1885	1955	301
1856	33	?	1886	2001	272
1857	999	?	1887	2287	295
1858	?	?	1888	2585	277
1859	?	?	1889	1901	863
1860	?	?	1890	1530	818
1861	353	15	1891	1518	818
1862	719	47	1892	1624	940
1863	196	18	1893	2021	413
1864	307	28	1894	1168	982
1865	570	52	1895	925	1027
1866	575	24	1896	941	799
1867	603	8	1897	875	294
1868	1379	31	1898	883	108
1869	754	17	1899	602	100
1870	801	7	1900	415	75
1871	828	?	1901	549	63
1872	869	?	1902	529	41
1873	536	243	1903	691	44
1874	1589	365	1904	605	50
1875	2307	718	1905	610	23
1876	2903	730	1906	656	43
1877	2786	662	1907	468	34
1878	2432	575	1908	350	27
1879	1809	438	1909	402	42
1880	1753	344	1910	438	31
1881	1229	390	1911	418	35
1882	2273	447	1912	397	26
1883	2439	41	1913	407	12
1884	2362	379	1914	326	-

Fontes :

AGCP, Registo de títulos de estrangeiros, ns 3772-3806

Registo de títulos de res. permanente, ns 3843-3852

Mapas avulsos de estatística (para cobrir lacunas)

Traduzindo ingressos anuais, tais números não devem ser acumulados, como diversos estudos o fazem, pois um título de residência significa, frequentemente, apenas uma renovação, já que o título definitivo ou de "residência permanente" só ocorria após 5 anos consecutivos de estadia legal. Tendo em conta esta destriça⁶⁵, procedemos a uma

⁶⁵ Veja-se o que representa uma distribuição deste tipo:

contagem dos espanhóis documentados na cidade do Porto, cuja naturalidade apontada é sempre a Galiza, podendo verificar-se a importância deste fenómeno migratório (Quadro 3.6). Os ingressos anuais oscilam à volta de dois milhares, entre os anos 1874-1893, e apenas algumas centenas de galegos solicitam o título de residência permanente, o que significa protagonizarem estadias relativamente duradouras na cidade, que para alguns chegava mesmo a significar uma opção definitiva de residência⁶⁶.

O fluxo aqui delineado ganha credibilidade se o confrontarmos com os resultados do censo de 1890, o qual indica 27138 espanhóis para o Continente Português, dos quais 4049 para o distrito do Porto, sendo 3408 residentes na Cidade e distribuindo-se os restantes pelos outros concelhos do distrito (com destaque para Bouças - 160 e Vila Nova de Gaia -150).

A imigração galega para o Porto (e para Portugal, em geral) resistiu, assim, bastante tempo à alternativa transoceânica, só se desvanecendo nos finais do século, quando passou a constituir um fio residual. Evidencia, assim, uma permanência de fluxos típica das migrações tradicionais, as quais, como sublinha Poussou⁶⁷, teimam em manter activas as suas redes de influência, mesmo em face do aparecimento de novas oportunidades migratórias. Sublinhe-se que esta imigração para o Porto, ao contrário do que por vezes é alvitado, não parece esconder de forma significativa uma emigração transoceânica que viesse aqui encontrar um mecanismo mais fácil de partida, ou em que o Porto servisse de entreposto no percurso migratório como etapa de aforro para as despesas.

**Quadro - Distribuição de Títulos de Residência
a Espanhóis no Governo Civil do Porto**

Ano	Conc. 1ª vez	Reformados	Permanentes
1861	130	214	15
1862	295	424	47
1863	46	150	18
1864	125	182	28
1865	266	304	52
1866	216	359	24
1867	258	345	8
1868	552	827	31
1869	285	449	17

Fonte: AGCP, Doc. Avulsa, mapa estatístico

⁶⁶ Para uma leitura de pormenor, cf. ALVES, Jorge Fernandes, FERREIRA, M.Fernanda V. e MONTEIRO, M. do Rosário C., "Imigração galega na cidade do Porto (2ª metade do século XIX)", *Revista da Faculdade de Letras - História*, II série, vol. IX, Porto, 1992, pp. 215-236.

⁶⁷ Cf. POUSSOU, J. P. , "Reflexions sur l'apport démographique des études consacrés aux migrations anciennes", in *Migrations Intérieures - méthodes d'observation et d'analyse*, Paris, CNRS, 1975, pp. 137-156.

Quadro 3.7 - Emigrantes espanhóis**Porto - Brasil**

Ano	Passaportes	Ano	Passaportes
1840	12	1865	43
1841	23	1866	9
1842	47	1867	65
1843	38	1868	70
1844	33	1869	102
1845	22	1860-69	573
1846	8	1870	71
1847	21	1871	76
1848	23	1872	104
1849	38	1873	98
1840-49	265	1874	95
1850	30	1875	96
1851	24	1876	76
1852	47	1877	63
1853	128	1878	25
1854	128	1879	24
1855	152	1870-79	728
1856	226	1880	6
1857	172	1881	7
1858	154	1882	7
1859	88	1883	14
1850-59	1149	1884	18
1860	57	1885	24
1861	66	1886	12
1862	64	1887	22
1863	36		
1864	55	1880-87	110

Fonte: AGCP, Livros de registo de referendas
e passaportes concedidos a estrangeiros
n.ºs. 3737-3745

Esta segunda hipótese não é incompatível com a saída pela Galiza, e, no primeiro caso, deve dizer-se que as saídas legais pelo Porto, contabilizadas através dos registos de referendas e passaportes concedidos a estrangeiros, só na década de 50 é que atingem uma média anual superior à centena (Quadro 3.7), reduzindo-se a uma ínfima percentagem em relação ao volume anual de emigração que saía pela barra do Douro, mesmo que se acrescentasse uma percentagem considerável de clandestinidade.

Sublinhe-se que os galegos não constituem a única comunidade de imigração no distrito e na cidade do Porto. De entre os estrangeiros, e num quadro social mais elevado, salientam-se os ingleses, pequena, hermética mas influente comunidade, geralmente ligada aos negócios rentáveis, com destaque para o do vinho do Porto e outras áreas de

import-export, surgindo nos registos de residência como negociantes e proprietários ou, então, como caixeiros e guarda-livros, regra muito raramente exceptuada. O censo de 1890 quantifica os ingleses em 620 para o distrito, com 485 para a cidade, aparecendo Gaia e Bouças com 56 cada. Depois, muitas vezes confundidos popularmente com os ingleses pela afinidade profissional e social, umas escassas centenas de franceses (357) e alemães (183), além de uns poucos italianos (73), belgas (32) e outras nacionalidades (87), praticamente concentrados na cidade e suas adjacências (Gaia e Bouças), a completarem a imigração estrangeira no distrito⁶⁸, se esquecermos por agora os brasileiros, quase todos portugueses de origem mas nacionalizados ou frutos de 2ª geração, aos quais voltaremos noutro capítulo.

*

Em resumo : num contexto geral de grande mobilidade, como é o do Douro Litoral, a emigração inscreve-se no corpo social como um "habitus", na acepção que lhe confere Bourdieu, ou seja, enquanto dispositivo de acção que se manifesta num sentido prático⁶⁹. A reprodução social, visando a manutenção da "casa" e assentando a sua eficácia nas modalidades de transmissão de património, tem na emigração uma via selectiva e de exclusão (a par de outras), ainda que, por vezes, se proceda à recuperação do emigrante para a sucessão familiar. Inicialmente algo aristocrático na sua versão colonial (apesar da componente de baixa condição), logo o modelo de transferência de indivíduos para o Brasil se popularizou, à medida que urgia a apropriação do território brasileiro e se ampliaram os canais de informação sobre os dois espaços em relação. A família assume-se, então, como o principal agente de emigração, na medida em que se responsabiliza pela colocação de jovens de baixa idade no Brasil, seleccionando os filhos a excluir e ponderando os efeitos dos eventuais refluxos. A popularização do fenómeno, a que a conjuntura confere características de hemorragia, promove a desclassificação do emigrante, pois nos estratos mais favorecidos/esclarecidos a preparação de competências daquele não era esquecida, apesar da sua natureza rudimentar. Para essa desclassificação muito concorreu a política deliberada de introdução de europeus a todo o custo por parte do Brasil nos meados do século passado, nomeadamente com os célebres contratos de locação de serviços, a qual facilitou a ida de indivíduos e famílias das classes mais pobres

⁶⁸ Para observar a diversidade de nacionalidades presentes e ritmo da legitimação de residência, entre 1869-1879, cf. ALVES, J.F., FERREIRA, M.F. V. e MONTEIRO, M.R.C., ob. cit. p. 236.

⁶⁹ Para a análise e evolução do conceito de "habitus" em Pierre Bourdieu, cf. ACCARDO, Alain e CORCUFF, Philippe, *La Sociologie de Bourdieu - Textes Choisis et Commentés*, Bordéus, Le Mascaret, 1986, pp. 67-83.

e em situações de desprotecção. Mas a alteração das condições políticas, com a independência do Brasil, só actua muito lentamente ao nível da racionalidade familiar. As modalidades de partida, por via das representações sociais, mantêm-se como que por inércia, mostrando a durabilidade das disposições mentais em relação ao fenómeno da emigração tradicional, aspecto que terá os seus custos face à evolução da política brasileira na recepção ao emigrante, ao longo do século XIX. O fenómeno da emigração, nos seus efeitos, não acompanha só o emigrante, também produz recomposições do mercado de trabalho no local de partida e, por essa via, promove a intensificação da mobilidade interna e o reajustamento da força de trabalho nas unidades domésticas.

4. NORMAS, PROBLEMAS E DESVIOS

"Desnaturado fora o pae que fechasse os filhos sem mantença na casa estreita e desprovida, privando-os da liberdade de sairem a ganhar a vida com o trabalho util a todos. De barbara loucura o arguira de certo o bom senso. Pois n'este caso o que é verdade na família é verdade na nação."

Mendes Leal, "Da Emigração", in *A America*, vol.1, nº2, 1868, p.19.

A pátria é sempre mãe.

Martens Ferrão, Relatório para o Regulamento
do Serviço dos Expostos, D.L., nº 2, de 03.01.1868.

Poucos problemas sociais terão sido tão debatidos como a emigração oitocentista, poucos terão suscitado tanta controvérsia e ambiguidade, tanta legislação e tanta doutrina. Na época, fazia-se ainda sentir a influência da conceptualização organicista da sociedade, em que a saída da população para o estrangeiro surge configurada como uma "sangria", na expressão setecentista e sintomática de D. Luís da Cunha. Mas, face ao discurso prevalecente, a realidade parecia correr obstinadamente contra a evidência, persistindo, em crescendo, na solução emigratória.

Por outro lado, ao generalizar a imagem do emigrante oitocentista como substituto do escravo, como potencial vítima dos maus tratos, das más condições de trabalho e de ambiente, num registo paternalista, o discurso social desse tempo histórico descobre na emigração mais um produto patológico para o qual procura encontrar remédio dentro do quadro institucional da época, remédio que se traduz, normalmente, numa regulamentação de carácter restritivo e projectos de esclarecimento. Na verdade, com o quadro liberal, emerge também o novo papel do Estado na função socializadora, que Martens Ferrão, em 1867, numa visão sistemática e idealista, sintetizará do seguinte modo:

"A administração acompanha todas as fases da vida social. Prepara a educação do homem no asylo ou na escola, segue com a instrucção o seu desenvolvimento progressivo desde a infância até á virilidade, abre as carreiras sociaes aos mais dignos e premeia a

*virtude com a consideração publica. Se o erro ou o vício degradam o cidadão, corrige-o, não cerrando-lhe o caminho para a emenda, mas abrindo-lh'o para a reabilitação pelo arrependimento e pela expiação penitenciária"*¹.

O Estado, passa, assim, a disputar à família, ainda que de forma suplementar, o papel de "jardineiro" em relação à criança e ao jovem: se a família os enquadrava, apoiava e fazia crescer nos moldes tradicionais, agora o Estado aponta novas direcções ditadas pelos superiores interesses da Nação, que passam pela escolarização, pelo serviço militar universal e pelos procedimentos para controlo das situações desviantes². Mas os interesses nacionais, de carácter populacionista e vinculando os destinos pessoais a um quadro de deveres do cidadão, perspectivados numa visão supra-individualista e de longo prazo, não se identificam com os interesses da família, espaço social de onde emerge o acto decisório de emigrar. Por seu turno, ambos estão longe de confluir directamente para a realização do interesse individual, este a decorrer no curto prazo. Interesses e visões contraditórias que obedecem a objectivos e cadências de tempo diferentes e tornam o campo da emigração num jogo de densa conflitualidade.

Assim, reconhecer a emigração implica, também, analisar as normas legais que a regem e sua evolução, perceber as directrizes apontadas e os mecanismos selectivos, focar os problemas considerados fundamentais e tentar apreender os desvios que surgem por força dos inevitáveis desencontros .

4.1 - Administrar a Mobilidade

O Estado cedo procurou administrar, em maior ou menor grau, a mobilidade geográfica das populações, dadas as incidências económicas, políticas e até militares que lhe são subjacentes. Por isso, no espírito e na letra da lei, surge sempre uma emigração legal, que representa o campo de acção do direito individual, e uma emigração clandestina.

A emigração legal representa a deslocação para o estrangeiro que se processa no âmbito da legislação existente, e que, normalmente, tinha no passaporte devidamente autenticado o seu instrumento de legalidade. Pelo inverso, a emigração clandestina é a protagonizada por indivíduos indocumentados, realizada numa situação de esquivamento ao controlo das autoridades.

¹ Martens Ferrão, "Relatório prévio ao Regulamento do Serviço dos Expostos", *Diário de Lisboa*., nº 2, de 03.01.1868.

² Cf., a este respeito, DONZELOT, Jacques, *La Police des Familles*, Paris, Les Éditions de Minuit, 1977.

Filtrada pela máquina burocrática, a emigração legal conduz à produção documental, desde a que integra o processo no qual se vai basear a concessão do passaporte, até à que leva a sucessivos registos de controlo - registo de emissão, vistos e referendas em locais de passagem e apresentação, eventualmente títulos de residência no estrangeiro. Pelo contrário, a emigração clandestina só produz documentação quando se verifica um insucesso, isto é, quando por qualquer motivo o clandestino é apanhado nas malhas da fiscalização e se transforma num caso de polícia. Mas entre os dois níveis existem processos intermédios, que, regra geral, se traduzem na viciação documental ou na utilização abusiva da documentação de outrem, numa simulação de legalidade. Em muitos destes casos, o clandestino pode surgir nos registos oficiais, ainda que de forma desvirtuada. Compreensivelmente, é muito raro a clandestinidade transformar-se num fenómeno generalizado, a não ser quando a lei (ou o poder) coarcta indiscriminadamente a emigração (como aconteceu na década de 60 e 70 com a emigração portuguesa para França). A clandestinidade é, sobretudo, fruto de situações específicas, quando a liberdade de movimentos está condicionada, por isso surge adstrita a determinados tipos sociais, como seja, por exemplo, o jovem em idade militar, ou, mais restritamente, o indiciado em casos judiciais. Jogo do rato e do gato, a clandestinidade assume configurações próprias, cria redes, promove interesses com o objectivo de contornar a lei e a autoridade, como resposta à urgência de situações individuais.

Neste contexto, importa interrogarmo-nos sobre a realidade institucional do passaporte, enquanto elemento que fornece uma dada imagem da emigração. Na verdade, para análise das configurações da emigração, recorreremos aos passaportes como principal base de trabalho, analisando os registos de emissão do Governo Civil do Porto. Sob os pontos de vista heurístico e hermenêutico, importa, pois, conhecer o quadro legal e os contextos da sua produção como documento administrativo, de forma a avaliar as suas potencialidades e limites, isto é, a sua representatividade. Ora o passaporte, enquanto produto institucional, é fruto da crescente centralização do Estado, que se começa a sentir particularmente do século XVII em diante, com a emergência de uma máquina apertada de controlo e vigilância, que nasce a pretexto da defesa militar, em tempos de guerra, e se prolonga, na paz, em função da prevenção e vigilância da ordem pública. No caso particular das limitações de saída para o estrangeiro está, porém, subjacente a doutrina populacionista, de teor mercantilista, que encara a população como um dos indicadores de riqueza do Reino, pelo que, tal como em relação aos metais preciosos, se impõe travar a sua tendência para a "hemorragia", qual perda de sangue que enfraquece o corpo da nação.

Em termos de registo público de população, com incidência demográfica, o passaporte é mesmo o primeiro tipo de registo a ser efectuado oficialmente, já que os

restantes (registos de baptismo, casamento e óbito) eram obra da Igreja, para efeitos de controlo sacramental, tendo sido longo o processo da sua transferência para a alçada do Estado, o que só veio a acontecer, na sua totalidade, com a implantação republicana e a criação do registo civil. Mas o passaporte foi sempre, e apenas, um assunto de natureza policial, um documento de identificação de transeuntes. A sua emissão assenta numa legislação numerosa e variada, com sucessivas renovações, no sentido de obter a eficácia pretendida, qual seja a de evitar o tráfugo, embora o seu enredamento burocrático possa apontar para objectivos não explícitos de selectividade e restrição. Atentemos nessa legislação, segundo um critério cronológico, que evidencia o crescendo das medidas de controlo até à generalização das práticas do passaporte.

4.1.1 - No Antigo Regime

Já as Ordenações Filipinas³ proíbem saídas do Reino sem autorização. O alvará mais antigo a este respeito é o de 6 de Setembro de 1645, em que se decide "*prohibir com as penas de desnaturamento, e além delle de perder fazendas, bens, e honras, que neste Reyno tiver, que pessoa alguma, de qualquer estado, qualidade e condição que seja, não sayá fóra deste Reyno, sem licença, e passaporte firmado por mim; porque de contrario se seguem no tempo presente a meu serviço os damnos, que facilmente se deixão considerar*"

⁴. Estamos, nesta época, em plena Guerra da Restauração, por isso não admira a insistência em tais medidas, ao mesmo tempo que diversos alvarás estabelecem penas pesadas para os coniventes nas saídas furtivas: penas idênticas às dos transgressores para os fronteiros, governadores e mais ministros de guerra como de justiça que facilitem a fuga (8 de Fevereiro de 1646); aviso aos cônsules e mestres de navios estrangeiros que transportem e ocultem pessoas sem autorização real (4 de Julho de 1646); renovação das medidas com ordem para sequestro imediato dos bens e desnaturalização (5 de Setembro de 1646).

Tais medidas estavam, porém, longe de ser eficazes, para o que muito contribuía a descontinuidade territorial do Reino, com as suas "conquistas" espalhadas por diversos mares e continentes, e o comércio internacional daí derivado, com uma importante frequência de navios estrangeiros. É o que reconhece o alvará de 6 de Dezembro de 1660, ao considerar "*os grandes inconvenientes, que resultão ao serviço de Deos e meu, e ao credito e reputação do Reyno, ausentarem-se delle muitas pessoas, assi Ecclesiasticas,*

³ *Ordenações e Leys do Reyno de Portugal*, Lisboa, MDCCXLVII, (Livro V, Apêndice da Collecção das Leys Extravagantes, título 107, nº4).

⁴ *Ibidem*, pp. 236-237.

como seculares sem permissão, e passaporte assignado por mim; e desejando obviar este damno com remedio prompto, que varias vezes se procurou, e ainda se não conseguiu, tenho resoluto, que todas as pessoas de qualquer estado, e dignidade, que nesta fórma sahirem do reyno (excepto para suas Conquistas) sejam".... Renovavam-se as penas anteriores e estabeleciam-se outras como as condenações em mil cruzados para os mestres de navios estrangeiros que prevaricassem ou a dos barqueiros do Reino que transportassem pessoas sem passaporte aos navios ancorados, os quais incorriam "em perdimento do Barco, galés, e açoutes "5. Sublinhe-se, no entanto, a excepção criada para as "conquistas", lugares para onde se dirigia a maior parte da população que saía do Reino.

É certo que, nos primeiros tempos, a população para a colonização dos domínios ultramarinos tinha de ser, literalmente, arrancada a ferros. Criminosos e vadios eram, então, muito procurados e tais conceitos tinham de ser continuamente ampliados para satisfazer a procura. Assim, em 1639, aproveitaram-se os dias santos, sem perda de tempo, para *"que se prendessem todos os vadios, que se achassem, para hirem servir nas galés"* (decreto de 13 de Agosto); em 1641, prendem-se os vadios que se encontram pelas casas de jogo, com a excepção dos *"officiaes mechanicos, e seus obreiros, porque se não ausentem, como tem acontecido muitas vezes"* (decreto de 16 de Março); mas, cada vez mais, era preciso agir antecipadamente para evitar demoras, pelo que *"por ser necessario mandar para o estado da India na monção proxima consideravel numero de gente, mandei ordenar aos Corregedores, e Ouvidores das Comarcas, excepto os do Algarve, que desde logo comesçassem a dispôr, e executar as prisões de gente para a India, prendendo não somente aquellas pessoas, que vivessem com escandalo, e prejuizo da Republica, commettendo delictos, mas ainda os vadios, que vivessem nella inutilmente; e que todos os presos fossem de idade, e rebustez, que depois de huma viagem tão dilatada, me possão servir de Soldados naquelle Estado"* 6....

Prendia-se não só para a Índia como para o Brasil, e degredos para África eram, por vezes, comutados para o Maranhão, como aconteceu com os ciganos em 1686 (decreto de 27 de Agosto)⁷, na linha do que testemunhava, já em 1608, Luís Mendes de Vasconcelos, por intermédio do seu "Filósofo":

⁵ *Ibidem*, pp. 238-239.

⁶ *Ibidem*, pp. 272-273 (título LXVIII).

⁷ *Ibidem*, pp. 274-275 (título LXIX). A situação de autonomia destes ciganos degradados, vivendo à margem da lei, em bandos próprios, armados e cometendo furtos de cavalos e escravos, será regulado pelo Marquês de Pombal em 1760 (Lei de 20 de Setembro).

" O Brasil povoou-se com degradados, gente que se tirava do Reino por benefício dele; e é de tanto proveito, e com tão pouca despesa, como todos vemos e se verá muito mais se nos soubermos aproveitar dele como convém""⁸.

No entanto, com os primeiros indícios de ouro e diamantes, "tomou fogo a imaginação" ⁹ e o afluxo de gente do Reino, principalmente da Província do Minho, ao Brasil ganha tais dimensões que passa agora a restringir-se também através de passaporte, ainda que as sucessivas renovações legislativas confirmem a porosidade do aparelho fiscalizador. A darmos crédito à tradição, terá sido ante o espectáculo da partida de mais uma frota para o Brasil, composta de 97 navios e comboiado por 8 de guerra, que D. João V se decidiu, em 1709, a decretar a necessidade de passaporte para embarcar para aquele território¹⁰. A partir de 1720, nenhum funcionário poderia partir para as capitanias do Brasil antes de ser despachado para qualquer emprego, incluindo as missões, enquanto os particulares só poderiam partir se justificassem com documentos que iam negociar com volta ou para acudir a situações urgentes. Invocando-se a ineficácia das leis anteriores, determinava-se agora uma busca ao navio antes da partida, sendo presos todos os que se encontrassem sem passaporte, assentando praça os que estivessem em idade para isso, e sofrendo os restantes 6 meses de cadeia e cem mil réis de multa, ou degredo para África por três anos se não tivessem com que pagar, enquanto o capitão do navio nesta situação pagaria quatrocentos mil réis de multa. A busca repetir-se-ia à chegada do navio ao Brasil, antes de comunicar com terra, sendo reenviados para Portugal os infractores encontrados, dando-se ainda metade do valor das condenações aos eventuais denunciadores¹¹. Mas o engajamento nas tripulações e posterior deserção no Brasil passou a ser um expediente generalizado para as populações mais afoitas, como forma de contornar a malha burocrática.

Com a legislação pombalina de 1760 (Lei de 25 de Junho)¹², assiste-se, porém, à preocupação de controlar rigorosamente a mobilidade interna, transferindo para a Intendência Geral da Polícia da Corte e do Reino, então criada, um ampla jurisdição sobre todos os ministros criminais e civis. Estabelece-se um controlo apertado, que obrigava os

⁸ VASCONCELOS, Luís Mendes, "Diálogos do Sítio de Lisboa", in SÉRGIO, António (org.), *Antologia dos Economistas Portugueses (século XVII)*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1974, p. 73.

⁹ BARROS, José Joaquim Soares de, "Memoria sobre as cauzas da differente população de Portugal em diversos tempos da Monarquia", in *Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa para o Adiantamento da Agricultura, das Artes e da Industria em Portugal e suas Conquistas*, tomo I, Lisboa. MDCCLXXXIX, pp. 135.

¹⁰ Segundo uma nota inserida in "A Correspondência de Portugal", nº 25 de 28.01.1863.

¹¹ Cf. Leis de 25 de Novembro de 1709, de 19 de Fevereiro de 1711 e de 20 de Março de 1720.

¹² *Collecção das Leys, Decretos e Alvarás...*, Lisboa, Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, MDCCXC, s/p.

ministros dos Bairros a fazerem listas de todos os moradores, *"com exacta declaração do ofício, modo de viver ou subsistência de cada hum delles, tirando informação particular quando for necessario, para alcançar um perfeito conhecimento dos homens ociosos e libertinos"*... Torna-se obrigatório declarar as mudanças de domicílio e determina-se que os estalajadeiros tenham livros de registos de hóspedes, devendo as pessoas que entrarem pelas fronteiras manifestarem-se no primeiro lugar onde chegassem, com o passaporte ou carta de legitimação (os faltosos teriam prisão até se legitimarem e os reincidentes pena de serviço público de 5 anos com calceta). Mas determina-se também que a lei de 6.12.1660, *"contra as pessoas que vão para fóra destes Reinos sem permissão, ou passaporte, se observe daqui em diante em toda a sua força"*, descentralizando, porém, a emissão de passaportes, antes só concedidas pelas Secretarias de Estado e agora também pela Intendência e, na província, pelos comissários de polícia. O alvará de 13 de Agosto do mesmo ano vem esclarecer dúvidas sobre a lei anterior, sobretudo para os passaportes de natureza interna, explicando que eram para as pessoas que saíam da Corte e cidade de Lisboa, e nas comarcas do Reino para quem saia delas, custando cada um dois vinténs, sendo possível a mercadores e tendeiros tirar um passaporte anual para cada província aonde desejassem ir¹³.

Na "viradeira", o alvará de 09.01.1792 evoca as leis da Restauração no que se refere à saída do Reino sem passaporte, considerando que a "alta traição" só será considerada em tempo de guerra, e que, em paz, se alguém se ausentar indocumentado perde apenas, para o fisco, o rendimento dos seus bens. Mas as leis de 1810 (10 de Julho) e 1811 (10 de Outubro), na efervescência causada pelas invasões francesas, voltam a repor as medidas de 1660 (desnaturalização, perda de bens e honras, multas para capitães de navios, açoites e galés para barqueiros coniventes).

Neste período de Antigo Regime, tudo aponta, pois, para um carácter discricionário no controlo administrativo da mobilidade geográfica, já que, estando as autorizações para saída do Reino directamente dependentes do poder central sediado em Lisboa, a saída legal era de difícil acesso à maioria da população. Por outro lado, não havia qualquer garantia contra o arbítrio na concessão do passaporte. No entanto, a necessidade de renovação consecutiva da legislação evidencia a sua fraca exequibilidade, revelando que ela se deveria exercer apenas em determinadas conjunturas, particularmente nas de ameaça de guerra ou perigo para o poder político. No período pombalino coarctou-se minuciosamente a liberdade de movimentos da população, com a instauração dos passaportes internos e de toda uma máquina policial de controlo de movimentos, a qual irá durar, pelo menos ao

¹³ *Ibidem*.

nível institucional, cerca de um século. Registe-se a cronologia para a emergência dos diversos tipos de passaportes:

- 1645 - Passaporte para o estrangeiro;
- 1709 - Passaporte para o Brasil;
- 1760 - Passaporte para o interior do Reino.

4.1.2 - No período constitucional

Com a instauração do liberalismo e o novo enquadramento constitucional, a liberdade de movimentos e de domicílio ganha o estatuto de direito do cidadão. No entanto, a Constituição de 1822 ainda não é explícita quanto a este assunto. Será a Carta Constitucional de 1826 a declarar:

"Qualquer pode conservar-se, ou sahir do Reino, como lhe convenha, levando consigo os seus bens; guardados os regulamentos policiaes, e salvo o prejuizo de terceiros" (título VIII, art. 145, § 5)¹⁴.

O último regulamento policial datava de um ano antes da publicação da Carta. Com efeito, em 1825 (dec. de 25 de Maio), cria-se na Intendência Geral da Polícia uma Secretaria Geral de Passaportes e um regulamento próprio, reorganizando os mecanismos policiais de 1760, mas ainda bastante inspirado na legislação pombalina, denotando uma clara preocupação com a conjuntura revolucionária. Com efeito, a Secretaria estava pensada em termos da Capital e aos viandantes que a ela viessem ou dela partissem, embora depois se mandasse proceder em conformidade ao Delegado da Polícia do Porto e demais ministros territoriais. Assim, deveriam existir na dita Secretaria relações dos moradores de todos os bairros de Lisboa, por onde se pudessem conferir os passaportes, os quais só seriam concedidos a habitantes manifestados no respectivo Bairro da sua residência, devendo estes apresentar abonação da sua identidade. Para a Secretaria seriam enviadas relações diárias dos movimentos verificados, devendo existir para o efeito livros de registo de passaportes, quer para a concessão, quer para a sua apresentação, bem como para os suspeitos. Enquanto, pela legislação de 1760, o passaporte interno era necessário para a mudança de comarca, agora seria para todo o indivíduo *"que sahir a mais de cinco legoas para fóra do lugar da sua residencia"*, ocorrendo a multa de 2\$400 réis para os prevaricadores. Os passaportes para o estrangeiro, que continuavam a ser concedidos pelas

¹⁴ Comissão Internacional para a História das Assembleias de Estado e dos Parlamentos, *Constituições Portuguesas*, Lisboa, Assembleia da República, 1992, p. 145.

Secretarias de Estado, deveriam ser previamente examinados para verificar se os requerentes "*estão para isso desembarcados*". Em complemento a esta legislação, aprovou-se um "Regulamento de Visita às Embarcações Portuguesas" (Dec. de 30 de Maio de 1825) para evitar, entre outros aspectos, a saída de passageiros sem passaportes, ampliando o anterior (de 6 de Março de 1810) que apenas previa a fiscalização das entradas nos portos do Reino. Passageiro encontrado a sair sem passaporte legal, além da sua prisão, implicava a multa de 400\$000 reis ao capitão do navio.

No ano seguinte, já em ambiente de pré-guerra civil, ordena-se o sequestro de bens dos que fugiram para fora do Reino sem licença ou passaporte legítimo (Dec. de 23 de Setembro de 1826), mandando-se reimprimir, publicar e aplicar os alvarás de 6.12.1660, de 9.01.1792 e a portaria de 10.10.1811, recuperando as penas de traição. Anuladas em 1828, sob o miguelismo, as leis de 1825 serão repostas com o liberalismo, embora agora ajustadas ao novo quadro de ordenamento administrativo criado com o Decreto 23 de 16 de Maio de 1832 (em plena Regência, nos Açores), que fazia do prefeito "*o chefe unico de toda a Administração da Província, o Delegado da Authoridade do Rei, e para quanto é do bem estar e commodidade dos Povos, investido de todas as atribuições*". Assim ao prefeito (mais tarde designado de governador civil) passa a caber a tutela da Polícia Geral da Província, pelo que a concessão dos passaportes para o estrangeiro e outras medidas conexas, bem como a autorização de residência de estrangeiros, passam para a sua competência. No entanto, o formulário e o processo administrativo inerente à concessão dos passaportes segue idêntico ao preconizado nas leis de 1825. A estabilidade administrativa depois da guerra civil fará com que o modelo se mantenha com alguns ajustamentos.

Assim, pelo decreto de 15 de Janeiro de 1835, insistia-se na concessão de passaportes para o Estrangeiro através das Secretarias de Estado. O facto de o Brasil se ter tornado num país estrangeiro acarretava agora problemas de circulação para a mobilidade tradicional existente com aquele país a partir de Portugal, pelo que a centralização em Lisboa da concessão de passaportes se tornava num obstáculo de vulto. Houve protestos de agentes do comércio e da navegação¹⁵, e a situação anterior acaba por ser reposta pouco depois, por ocasião da publicação da Lei da Divisão Administrativa do Reino (decreto de 18 de Julho de 1835), que atribui ao então designado Governador Civil a concessão de "*passaportes para fora do Reino, pelos Portos de Mar*" (art. 46, §1), ficando o administrador do concelho com a atribuição dos restantes (internos ou de saída pela raia),

¹⁵ Já nos referimos ao papel da Associação Comercial do Porto neste contexto (Vd. capítulo 2)

prática que, no primeiro caso, se manterá até aos nossos dias¹⁶, enquanto os passaportes internos desaparecem oficialmente em 1863.

Se a segurança interna e a questão política parecem ter sido, desde a reforma pombalina, as principais preocupações no controlo administrativo da mobilidade geográfica, agora, ultrapassada a guerra civil, os problemas emergentes são de outra natureza. Era *"preciso encontrar uma nova maneira de existência"*, tal como Mouzinho da Silveira entreviu lucidamente, quando no governo da Regência (Porto, 1832) preparava a supressão dos dízimos: *"Possuido dos factos, que determinaram um modo de estar facil, mas precario, porque não fundado na immutavel natureza das cousas, vi na separação do Brasil um acontecimento ainda mais fertil em consequencias, do que foi a descoberta"* ¹⁷.

Desde logo, ultrapassadas as movimentações da guerra civil, Portugal se deu conta das profundas mudanças que se verificaram na transposição da população para o Brasil, com os primeiros sinais do desaparecimento da posição privilegiada na colocação dos portugueses. O mais imediato é a descoberta do engajamento de colonos para o Brasil, fenómeno que a opinião pública designaria de "escravatura branca", já que surgia como um processo de substituição dos escravos, numa conjuntura em que, no Brasil, se procurava mão-de-obra para as plantações e, mais tarde, também para as grandes obras públicas, face à ameaça (realidade a partir de 1850) do fim do tráfico escravagista, num contexto mais geral de povoamento, colonização interna e desenvolvimento daquele país. Pelos escândalos que suscitou a vários níveis (trapaças nos contratos, elevada mortalidade e más condições no transporte, condições de trabalho mais que deficientes), o engajamento de colonos tornou-se uma prática a combater, suscitando medidas proibitivas e/ou dissuasoras no âmbito da legislação emigratória. Mas a verdade é que, com ou sem contratos de "locação de serviços", o fluxo emigratório assume uma configuração de crescimento contínuo, atingindo grandes proporções na década de 50, o que suscitou os grandes debates sobre a permissividade da legislação e da máquina fiscalizadora e a eventualidade de medidas mais restritivas. Este crescimento tinha consequências directas em dois campos, o mercado de mão-de-obra e o recrutamento militar, este de longa tradição, pois já muita emigração dos tempos coloniais era uma fuga às recrutas. Disciplinar e responsabilizar os transportadores de emigrantes, controlar o fenómeno do engajamento, evitar a fuga ao

¹⁶ O Código Administrativo do Setembrismo (31 de Dezembro de 1836) em nada altera a situação, apesar de os Governadores Civis passarem a designar-se de Administradores Gerais. A primeira designação voltará com o cabralismo e o novo Código Administrativo de 1842.

¹⁷ "Relatório precedendo o decreto nº 40" (da extinção dos dízimos), assinado no Porto, a 30 de Julho de 1832. In *Collecção de Decretos e Regulamentos mandados publicar por Sua Magestade Imperial o Regente do Reino desde que assumiu a Regência até á sua entrada em Lisboa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1834, p. 182.

recrutamento militar vão, pois, ser as grandes coordenadas das medidas legislativas no período constitucional. Deste quadro, porém, decorre a existência de uma clandestinidade considerável, surgindo frequentes casos de evidente ultrapassagem da lei. Analisaremos, mais adiante, estes aspectos numa perspectiva mais ampla, em unidades temáticas específicas. Por agora, vamos acompanhar as principais linhas de força da legislação de emigração e o seu enquadramento histórico.

Assim, logo em 1835, o governo reconhece que *"diferentes especuladores, e até Sociedades Estrangeiras, se empregam em promover a emigração de habitantes das Ilhas dos Açores tanto para o Brazil como para as Antilhas, e outros Paizes, onde a abolição do trafico da escravatura, e recentemente a emancipação dos escravos, faz necessaria para suprir a falta destes, a importação de novos colonos e que a fim de a obterem se dirigem com preferencia aos habitantes dos Açores"*. Nas portarias que enviou aos prefeitos dos Açores e, no ano seguinte, ao da Madeira, o governo, aqui protagonizado por Agostinho José Freire, limita-se a mandar zelar pela observação das leis e regulamentos, salvaguardando o direito constitucional à mobilidade (art. 145,§ 5), e a apelar às autoridades locais e ao clero para esclarecerem os cidadãos sobre as desgraças que os esperam, recomendando, ainda que em termos vagos, a atenuação *"da verdadeira causa impulsiva da emigração"*, através da promoção dos meios de subsistência e da garantia dos direitos civis e políticos¹⁸. Implicitamente, reconhece-se a natureza expulsiva da situação social e económica, numa linha interpretativa que há-de ser aprofundada, mais tarde, por Herculano e Oliveira Martins.

Este espírito de *"laissez-passer"*, de Agostinho José Freire, podemos observá-lo ainda no diálogo com o governador civil do Porto. Este oficiava-lhe que, face ao debate parlamentar do projecto de recrutamento para o exército, se renovara *"a emigração de mancebos tanto deste Districto como d' outros das Províncias do Norte para o Imperio do Brazil, de hum modo que não pode deixar de merecer a seria attenção do Governo"*, e embora ele reconhecesse a liberdade constitucional de sair para fora do Reino e, nesse sentido, tivesse satisfeito os pedidos de passaportes, *"a Agricultura e a Industria ressentem-se da falta de braços, ja muito reduzidos pelos effeitos da peste e guerra que ultimamente devastou o Reino"* ¹⁹. O espírito da resposta obtida não era muito diferente do que enformou as portarias acima citadas para os Açores e Madeira, mostrando uma crença

¹⁸ Cf. "Portaria de 16 de Maio de 1835" (de Agostinho José Freire, para os prefeitos dos Açores - Províncias Oriental e Ocidental). Ver ainda "Portaria de 17 de Junho de 1836", para a Madeira, no mesmo sentido, e reconhecendo a continuação do fenómeno. In *Collecção de Leis e de Decretos e outras Providências Regulamentares*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1836, pp.248-250.

¹⁹ AGCP, *Livro de registo de correspondência expedida -Ministério do Reino*, 1835-1836, ofício nº 611.

vaga no progresso e nos mecanismos de mercado como forma de resolver a situação, reconhecendo na emigração razões mais profundas e não meros efeitos de natureza conjuntural:

"...sendo ineficazes todas as medidas directas que tenderem a evitar a emigração, é preciso promover o trabalho, a indústria e os lucros d'ella provenientes a fim de que os Habitantes tenham mais interesse em permanecer no Paiz do que em emigrar para outro, aonde julgão ter, ou effectivamente tem, mais vantagens reaes; e é este sem dúvida o pensamento dos mancebos que ou por deliberação própria, ou de seus parentes, emigrão para o Brasil; mas como não é possível mudar de repente o actual estado de coisas, deve o mencionado Governador Civil empregar todo o seu zello em melhorar pela sua parte a condição de seus Administrados, sem contudo abandonar o emprego de algumas medidas preventivas e legais ; e o mal acabará com o tempo." ²⁰

No entanto, não faltou quem defendesse a adopção de medidas regulamentadoras da emigração. Assim, em 1837, já Sá da Bandeira apresentava nas Cortes uma proposta nesse sentido, que baixara a comissão especializada, donde saiu um projecto de lei visando a regulamentação do transporte, tentando preservar os colonos das más condições da viagem e dos abusos cometidos no desembarque. Não tendo tido seguimento (até porque havia notícias de uma quebra na procura de colonos portugueses pelo Brasil, dado fugirem em grande quantidade das fazendas), Sá da Bandeira voltava à carga em Agosto de 1842, apresentando de novo aquele projecto, como base de discussão, pois achava que devia ser analisada a legislação inglesa a tal respeito, que apresentava óptimos resultados no transporte de emigrantes, tendo *"acontecido nas viagens recentes d'Inglaterra para a Australia chegarem todos os passageiros sem morrer um só"* ²¹. As linhas fundamentais de tal projecto eram a de evitar a fuga ao recrutamento militar, estabelecer uma relação entre número de passageiros e tonelagem de arqueação (2 pessoas/5 toneladas, incluindo no total o capitão e tripulação), definir dimensões mínimas para os compartimentos, assegurar a qualidade e a quantidade das provisões a bordo, tornar obrigatório a existência de médico e botica a bordo para os navios que ocupassem a terça parte da sua lotação com passageiros, propiciar a fiscalização das autoridades alfandegárias e consulares através da elaboração obrigatória de listas identificadoras dos passageiros, evitar atrasos de saída depois de contratadas as passagens, estipular multas para os infractores e fiança de quatro contos de réis para os capitães empregados no transporte de passageiros. Sublinhe-se que tais medidas (conforme o art. 2º) apenas seriam aplicadas aos navios que saíssem do Reino ou

²⁰ AGCP, Documentação avulsa, *Correspondência recebida*, 1836, M566.

²¹ *Diário da Câmara dos Dignos Pares*, 1842, p. 164.

das Províncias Ultramarinas para portos que não fossem da Europa ou de Domínios Portugueses, isto é, visava directamente os portos americanos, em especial os do Brasil, embora na apresentação também se referissem a Guiana e a América inglesas²².

Ao exigir uma clara subida de exigência na qualidade dos navios que transportassem passageiros a uma frota antiquada, rotinada no transporte de escravos e de mercadorias, ao lado da considerável caução em dinheiro, Sá da Bandeira não apostava numa medida avulsa. O facto de tais exigências não serem uma medida genérica, mas visarem especialmente o Brasil e outros países da América, mostra que o mais importante seria mudar a direcção do fluxo migratório - tratava-se de um plano, ou melhor, de um conjunto de ideias, aparentemente pouco sistematizado mas voluntarioso, de construir novos "brasis" na África portuguesa, obsessão que sempre emerge quando Sá da Bandeira se responsabiliza por pastas como a da Marinha ou do Ultramar²³. Além deste projecto, poderíamos indexar a tal plano outras medidas, como o celebrado decreto de 10 de Dezembro de 1836, que proclama a abolição do tráfico da escravatura nos domínios portugueses, e cujo prólogo explicita o plano africanista do Setembrismo, que acusa o esquecimento anterior das possessões portuguesas em detrimento do Brasil, recorda a destruição dos engenhos de açúcar em S. Tomé para evitar a concorrência com os brasileiros, lembra o exemplo da colónia do Cabo da Boa Esperança, põe em evidência a mão-de-obra existente e defende a colonização dos territórios sob alçada portuguesa por europeus, com a necessária exportação de capitais. Mas as limitações do decreto são evidentes e os seus objectivos óbvios: proíbe a exportação por mar ou terra de escravos nos domínios portugueses (art.1º), proíbe a importação por mar (art. 2º), mas abre a excepção, embora condicionada a determinado número, para os colonos que importarem ou exportarem escravos de um domínio português para outro no continente ou ilhas africanas

²² *Ibidem*, pp. 164-166.

²³ Já em 1839, Sá da Bandeira fora o promotor da transferência de portugueses que se achavam descontentes ou abandonados à miséria no Rio de Janeiro, dando ordem ao consulado para remeter os que quisessem para Angola, fretando o governo o bergantim "Valeroso" para o efeito. Um total de 139 portugueses respondem à chamada, anunciada em jornais. Cf. *Periódico dos Pobres no Porto*, n.ºs 110 de 10 de Maio, 114 de 15 de Maio, 126 de 30 de Maio e 130 de 3 de Junho de 1839 (traz a lista dos que partiram). Sobre esta experiência traumática, diz uma testemunha: "Aqueles muitos centos d'infelizes, dos que acreditaram nos novelleiros que lhes apresentavam a Africa como um eldorado, alli aportaram, e dentro de seis mezes talvez não existisse uma decima parte, tendo os outros morrido, victimas das febres, do desconforto, o mais trivial que não existia; os que foram para os presídios do interior lá morreram miseravelmente, e os que assentaram praça de soldados, a que a necessidade os obrigara foram morrer nas enxergas dos hospitais". Cf. SEIXAS, António José, *A Questão Colonial Portuguesa em Presença das Condições de Existência da Metrópole*, Lisboa, Typographia Universal, 1881, p. 32. Mais positiva será a partida, em 1848, de uma nova remessa de portugueses que saem em consequência da "Revolta da Praia" e se dirigem para o Sul de Angola, dando origem à colónia de Moçamedes. Cf. descrição, por um colono, da partida e chegada dos dois navios ("Douro" e "Tentativa Feliz"), in P.P.P, n.º 282 de 28.11.1849, pp. 2031/2.

(art.3º)²⁴. O que estava em causa era, de facto, partir para a autonomia no abastecimento de produtos coloniais e providenciar para o aproveitamento das colónias, "secando", de duas formas (escravos e emigração) a mão-de-obra brasileira. No mesmo sentido aponta, por exemplo, o menos conhecido decreto de 14 de Setembro de 1838, significativo pela expressão de persistência, que, com o objectivo de "*animar a Agricultura e Mineração da Província de Angola*", ensaia um processo de nobilitação, atribuindo condecorações aos colonos que mais se distinguirem na exploração de minas (quer comprando acções da "Companhia das Minas", quer tomando iniciativas particulares), na plantação de cana e fabrico de açúcar, na plantação de algodão, do café, de anil, na produção de potassa e exportação de arroz e tabaco²⁵. Expressões precoces da utopia africanista, que sempre se perfilou como contra-imagem da fatalidade emigratória²⁶. Expressões que atingirão maior colorido para os finais do século, mas que, entretanto, assoma de novo no final dos anos cinquenta, com outras medidas de estímulo à colonização por Sá da Bandeira.

²⁴ Cf. *Collecção de Leis e de Decretos e outras Providências Regulamentares*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1836, pp.791-802. Sobre o contencioso com a Inglaterra no campo da escravatura, ver as "notas" do Ministério dos Estrangeiros de 4 de Agosto de 1839 e de 23 de Outubro de 1838, in *Collecção de Leis e de Decretos e outras Providências Regulamentares*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1839, pp.300-301 e 306-315. Na linha de afirmação proteccionista, favorável à ideia de Império, se pode incluir o decreto dos "direitos preferenciais" (14 de Novembro de 1836, assinado por Passos Manuel), explicitamente inspirado nos "*famosos actos de navegação d'Inglaterra, França, e outros Paizes*", em que os navios nacionais pagariam apenas metade dos custos pagos pelos estrangeiros nos portos portugueses. Por esta altura, muitos navios de nacionalidade brasileira desaparecem dos nossos portos, havendo notícia da venda ou transferência de muitos a negociantes portugueses, sob cujo pavilhão passaram a navegar, como forma de ultrapassar a diferença fiscal. Para isto contribuiu também a Lei de 16 de Janeiro de 1837, sobre o favor de 15% nos géneros importados em navios nacionais (abolidos pelo Decreto de 18 de Outubro de 1841).

²⁵ Cf. *Colecção de Leis e Outros Documentos Officiaes*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1839, pp. 99-100. Por exemplo, para a plantação de cana e fabrico do açúcar: "*Seis Habitos da Ordem de S. Tiago, aos seis primeiros individuos, que mandarem moer no Engenho, Cannas de sua propria lavra, que produzam ao todo duzentas arrobas de assucar: - Quatro Habitos da Ordem de Christo aos quatro primeiros que mandarem moer no Engenho, Cannas que produzam quatrocentas arrobas de assucar: - Duas Commendas Honorarias da Ordem de Christo aos dous primeiros, e se for pessoa feminina terão tractamento de Senhoria, e passará ao filho, ou filha desta a quem ficar o Estabelecimento, que em terras que já tenha suas, ou em terras que para esse fim se concederem, fizer em desoito mezes até dous annos um Estabelecimento como aquelles dos chamados Senhores de Engenho do Brazil, isto é, que fizer estabelecer nas referidas terras Lavradores que plantem Cannas de assucar, e que levantar um Engenho como os do Brazil, para as moer, fazendo-as tambem plantar por sua conta, de forma que na primeira safra, faça pelo menos mil arrobas de Açucar ao todo.*"

²⁶ A questão do povoamento e exploração do Ultramar português tinha de ser uma questão óbvia, face ao êxodo populacional para o estrangeiro e a falta de fixação de metropolitanos nas colónias africanas, cobiçadas pelas potências estrangeiras. Apenas nos interessa aqui fixar os pontos de contacto legislativos com a emigração, pois o problema geral ultrapassa o nosso âmbito. Neste aspecto, da imensa bibliografia sobre o Ultramar, citemos: MARTINS, Oliveira, *O Brasil e as Colónias Portuguesas*, Lisboa, Guimarães Editores, 7ª edição, 1978; idem, *Fomento Rural e Emigração*, Lisboa, Guimarães Editores, 1956. Como obra interessante pelo que representa de interesse prático e conhecimento vivido, escrita por um português que partindo jovem de Celorico de Basto para o Brasil, passou a Angola, fixando-se depois em Lisboa, onde foi comerciante, deputado por Angola e alto funcionário (Junta de Crédito Público), cf. SEIXAS, António José, ob. cit.. Para uma leitura mais recente, cf. ALEXANDRE, Valentim, ob.cit.

Apresentado o projecto de lei de Sá da Bandeira em 16 de Agosto de 1842, o governo cabralista não esperou pela discussão parlamentar e a 19 de Agosto fazia publicar uma portaria que captava o essencial daquele projecto, dada a urgência de, por meios indirectos, restringir a "escravatura branca". Houve protestos, suspensão de viagens, e representações ao governo, a que já fizemos referência em capítulo anterior, quando abordamos o papel da Associação Comercial do Porto nesta conjuntura. As medidas preconizadas acabaram por ser esvaziadas da sua eficácia, primeiro porque se autorizou que os navios que foram surpreendidos durante a preparação da viagem e já tinham ajustamento com os passageiros não fossem abrangidos; depois porque se anularam os artigos mais polémicos, elevando o número de passageiros de 24 para 30 como mínimo obrigatório para obedecer às prescrições do Regulamento e suspendendo a obrigação de fiança de 4 contos de réis para os capitães de navios de passageiros, *"até que a sua materia seja resolvida legislativamente"*²⁷. Assim, mantiveram-se apenas de pé artigos como os que exigiam o passaporte para se ser admitido como passageiro em qualquer navio mercante, implicando também os capitães nessa falta, e os relativos à relação entre passageiros/tonelagem, volume de aguada e mantimentos e a obrigatoriedade de entrega da lista de passageiros ao capitão do porto.

De notar que, poucos meses depois, se abre ainda uma excepção a estas exigências remanescentes, ao aceder a um pedido de negociantes de Lisboa para dispensar dos artigos 1º e 2º (sobre a exigência de passaportes e responsabilização do capitão na sua falta) um vapor que se preparava para a ligação Liverpool-Madeira-Pernambuco-Baía e Rio de Janeiro e que faria escala em Lisboa caso lhe fosse dada garantia daquela excepção. *"Reconhecendo que o alto preço das passagens nos navios movidos a vapor é só por si o maior obstáculo á emigração"*, que a Portaria de 19 de Agosto de 1842 pretendia evitar, o governo decidiu responder positivamente ao solicitado²⁸. O vapor começava a ditar as suas leis e novos tempos se anunciavam para a marinha veleira portuguesa. Só situações conjunturais permitiam, de vez em quando, algum desafogo a este ramo de actividade, se acreditarmos num editorial de "O Commercio" (1854) : *"Por ora nós obtemos no Brazil e na Austrália carregamentos a fretes subidos para a Inglaterra: a febre amarella e a*

²⁷ SILVA, Antonio Delgado, ob. cit., 1842, p. 423 (Portaria de 9 de Dezembro, que rectifica a de 19 de Agosto). Cf. cap. 3, nota 79, deste estudo. Sobre a fiança de 4 contos de réis, dirá a Associação Comercial do Porto: *"sem o interesse que resulta da condução de passageiros, Navio algum lhe convém navegar para o Brazil; mas esse mesmo interesse he tão mesquinho, que valle melhor abandonallo, do que sugeitar-se á responsabilidade que resulta da fiança exigida no artº 11"* (A.A.C.P., Copiador de correspondência expedida, 1839-1843, officio nº 59)

²⁸ Portaria de 3 de Fevereiro de 1843 (Diário do Governo de 30 de Março, nº 75). Ao longo dos anos vamos assistindo à publicação de legislação regulamentadora dos sucessivos pedidos de atracagem a Lisboa de vapores de carreiras internacionais (Vd., por exemplo, a portaria de 26.06.1852 e o decreto de 29.09.1852)

guerra, aquella incutindo receio aos marinheiros inglezes e esta empregando navios em outro destino, collocaram os nossos em momento aproveitavel e sumamente lucrativo. Mas logo que estes motivos cessem e que as embarcações inglezas concorram de novo ao Brazil, os fretes diminuirão e os nossos navios terão de retirar-se porque a diferença de direitos é tão excessiva na Inglaterra que só a continuação d'um excessivo frete poderá comportá-la" ²⁹.

Neste contexto, é importante verificar como se processava, por esta época a entrada de portugueses no Brasil. O Diário do Governo fornece algumas indicações a este respeito, só para o Rio de Janeiro e o ano de 1845, com locais de partida, pormenorizando a nacionalidade dos navios apenas para o segundo semestre (Quadro 4.1):

**Quadro 4.1- Emigração Portuguesa no Rio de Janeiro
-1845**

Origem	Entradas 1º seme.	Entradas no 2º semestre				Total de entradas em 1845
		Passag.	Navios			
			Portug.	Estrang.	Total	
Lisboa	55	70	5	8	13	125
Porto	1038	668	8	-	8	1706
Setúbal	1	-	-	-	-	1
Açores	451	833	3	1	4	1284
Madeira	132	-	-	-	-	132
Cabo Verde	-	3	-	2	2	3
África	24	74	1	5	6	98
Ásia	6	-	-	-	-	6
Totais	1707	1648	17	16	33	3355

Fonte: Diário do Governo, nº 105, 1846

O Porto surge-nos, assim, como o local de partida de maior número de passageiros, só seguido de perto pelos Açores, mas, note-se, a navegação a partir do Porto é, nesta altura, toda realizada em navios nacionais. E, conforme a mesma fonte, *"os que foram do Porto todos levaram passaportes das Authoridades, com rarissimas excepções, não acontecendo o mesmo aos dos Açores, os quaes embarcam alguns delles clandestinamente, em consequencia das medidas que alli se tem tomado para obstar á emigração de tantos braços úteis das nossas ilhas, porque uma parte dos que vão é gente moça, robusta, e adaptada a todos os serviços a que se queiram applicar."* ³⁰ Temos, pois, uma confirmação externa de que, por esta época, a emigração saída do Porto se enquadrava na sua maioria dentro do quadro legal, pelo que o respectivo registo de passaportes pode ser considerado

²⁹ In "Marítimos", *O Commercio*, nº 45, 15 de setembro de 1854.

³⁰ In "Emigração para o Brasil", *Diário do Governo*, nº 105, 1846, p. 501.

uma fonte fiável, aspecto que continuará a ser verdade para os tempos posteriores, ao contrário da emigração das Ilhas, em relação às quais existem as grandes denúncias de clandestinidade. É, de resto, em relação à emigração proveniente das Ilhas que, em 1852, o efémero ministro dos Estrangeiros da Regeneração, Visconde de Almeida Garrett, manda organizar uma comissão no Rio de Janeiro, presidida pelo cônsul e composta por negociantes portugueses daquela praça, com o objectivo de *"evitar os abusos escandalosos que se comettem na condução dos chamados Colonos que das ilhas adjacentes a este Reino emigram para aquelle Imperio, com contratos de locação de serviços, nos quaes, e na maneira como são executados, é notório praticarem-se muitas fraudes"*.³¹

No entanto, será apenas em 1855 que se publica nova legislação no sentido de prevenir os abusos cometidos pelos capitães dos navios e a evasão clandestina dos emigrantes, aspectos consagrados na Lei de 20 de Julho, normalmente designada como "lei repressiva da emigração clandestina". Muito discutida nas Câmaras Legislativas, pois a sua aprovação decorreu num contexto de indignação pública pelos escândalos das embarcações *Incógnito*³² e *Defensor*³³ a Lei acaba por ser muito débil³⁴. Quase se limita a coligir medidas anteriores, já expressas no Regulamento de 30 de Maio de 1825 e na Portaria de 19 de Agosto de 1842 acima analisados, embora muitas não funcionassem na prática. Na verdade, a lei agora publicada renova a proibição de saída sem passaporte (com pena de 400\$ ao capitão se a infringir), embora imponha a pena de 2000\$ e prisão de 6 a 12 meses para os casos de o navio receber mais passageiros do que permite a sua tonelagem, para situações de falta de higiene conforme os Regulamentos, ou mau tratamento dos passageiros; impõe de novo a fiança de 4000\$ aos navios que transportem colonos, como

³¹ Portaria de 12 de Maio de 1852 (D.G., nº 113, de 14 de Maio).

³² O palhabote "Incógnito" saíra de Caminha com destino ao Rio de Janeiro, mas, fora obrigado pelo mau tempo a arribar a Vigo. Fiscalizado pelas autoridades portuárias, verificou-se um excessivo número de passageiros contratados, todos se queixando dos maus tratos: *"a bordo se lhes não dava senão diariamente um par de sardinhas com ração de bolacha negra"*, sob um tratamento desumano da tripulação que reagia com ameaças a qualquer queixa. *"O capitão é dos conhecidos na carreira de África e o navio havia-se construído para vender-se no Brasil ao serviço do trafico da escravatura"*. Em face da detenção, com 79 passageiros internados pelas autoridades, o navio zarpou de Vigo sem esperar pelos documentos, suspeitando-se de suborno pelos armadores em relação às autoridades portuárias de Vigo. (Cf. *O Commercio*, nº 77 de 3 de Abril e nº 79 de 7 de Abril de 1855).

³³ Saída do Porto para o Pará, com 289 colonos, a galera "Defensor", chegou ao seu destino com menos 47, mortos na viagem, o que as autoridades brasileiras atribuíram *"á fome, á sede, e espancados pelo capitão, que alem de dar-lhes pessimo alimento, ainda chegou a tanto a malvadez deste capitão que esse mesmo pouco e pessimo era cozinhado com agua salgada"*. Cf. *O Commercio*, nºs 153 de 6 de Julho, 154 de 7 de Julho, 156 de 10 de Julho, 171 de 21 de Julho de 1855.

³⁴ Sobre o contexto da sua aprovação, as consequências para a navegação portuguesa e seus possíveis efeitos, bem como aos pontos de vista dos armadores, cf., além dos citados, diversos nºs do jornal *O Commercio* (nºs 45 de 24 de Fevereiro, 50 de 2 de Março, 57 de 2 de Março, 89 de 19 de Abril, 160 de 14 de Julho, 161 de 16 de Julho, 162 de 17 de Julho, 177 de 3 de Agosto, 179 de 6 de Agosto, 183 de 10 de Agosto de 1855)

garantia pelo cumprimento da lei, estipula visitas obrigatórias das autoridades antes da saída das embarcações, obriga a "facultativo" quando o navio transportar mais de 50 passageiros³⁵, comina penas em dinheiro para aliciadores, estipula a obrigatoriedade de os contratos de locação de serviços declararem a empresa ou indivíduo contratante, com a cláusula de não poder haver cedência a terceiros. Sublinhe-se, no entanto, que da fiscalização e fiança citadas estavam isentos "*os navios movidos a vapor, das carreiras já estabelecidas, ou que de futuro se estabeleçam com autorização do Governo*"³⁶.

Naturalmente que esta lei apresentava lacunas e, por isso, nos anos seguintes, publicaram-se sucessivas emendas e acrescentos, procurando contemplar aspectos não eficazes ou mesmo omissos, quer em face dos casos reais que frequentemente surgiam, quer em face da lei de recrutamento, também promulgada em 1855, e que, generalizando o serviço militar como princípio base do exército permanente, suscitou novas formas de clandestinidade³⁷. Mas infracções vinham de todo o lado e das formas mais inesperadas, como lembrava Sá da Bandeira num debate parlamentar:

*" Eu tenho no Ministério da Marinha os nomes dos diferentes navios que desde 1853 até 1855 augmentaram de tonelagem e continuaram a augmentar, e ha-os, por exemplo, que tinham duzentas toneladas e debaixo do mesmo nome passaram a ter quatrocentas toneladas; e tudo porquê? Porque está determinado por lei que os navios não possam levar mais do que dois individuos por cada cinco toneladas, e então quanto maior numero de toneladas der o navio ao manifesto tantos mais individuos pode levar "*³⁸.

Tais medidas não surgem num contexto isolado. Por esta altura, os escândalos com a locação de serviços era de âmbito internacional, não só nos abusos nos contratos, como no transporte em condições deficientes. O clamor era geral e países houve, como a Alemanha, que proibiram simplesmente a emigração nestas condições para o Brasil. São mesmo os brasileiros que, face aos protestos, decidem publicar um "Regulamento para o Transporte de Emigrantes" em 1 de Maio de 1858³⁹. Na verdade, a contratação de colonos

³⁵ Recorde-se que a portaria de 19 de Agosto de 1842 previa cirurgião para as embarcações que transportassem 24 passageiros, pouco depois corrigidos para 30.

³⁶ In *Diário do Governo* de 27 de Julho de 1855, nº 175.

³⁷ A Carta de Lei de 27 de Julho de 1855 (lei do recrutamento) estabelecia que a nenhum mancebo entre os 18 e os 21 anos completos se desse passaporte para país estrangeiro, sem prestação de fiança em como se apresentaria ou daria substituto, sendo chamado ao serviço do exército (art. 55º). A Carta de Lei de 4 de Junho de 1859 antecipava o limite mínimo para os 14 anos (art. 11º). A partir de 1877 todos os indivíduos até aos 22 anos completos estão obrigados à fiança se saírem do País, excepto os menores de 14 que sigam acompanhados dos pais (Lei de 28 de Março de 1877).

³⁸ in *Diário da Câmara dos Deputados*, nº 7, sessão de 11 de Janeiro de 1858, p. 78.

³⁹ Autorizado pela artigo 12º da Lei do Império nº 840 de 15 de Setembro de 1855, o regulamento só se publica em 1858 (1 de Maio). Diversos jornais brasileiros desenvolveram, campanhas, tentando mostrar que as condições de viagem também eram do interesse do Brasil, enquanto país receptor (Cf. "Imprensa

aumentara substancialmente desde que se deu a efectiva supressão do tráfico de escravos em 1850, e a enorme procura então suscitada deste tipo de mão-de-obra, levou a exageros e oportunismos próprios de quem acaba de sair de um comércio de escravos e não se adapta facilmente a situações de liberdade individual de trabalho, tanto mais que a escravatura continua no Brasil por mais quase quatro décadas, só desaparecendo definitivamente com a publicação da *Lei Áurea* em 13 de Maio de 1888. Sendo assim, as medidas legislativas adoptadas por Portugal são muito tímidas, não obstante serem muito contestadas pelos grupos de pressão afectos aos proprietários de veleiros.

É neste contexto que mais uma vez se tenta elaborar uma lei capaz de conciliar a urgência da repressão à emigração com a liberdade constitucional de domicílio, criando as condições para um inflexão de direcção do fluxo migratório rumo a África, suscitando o debate de um projecto legislativo em 1858. Era, então, ministro da Marinha, Sá da Bandeira, que, como referimos anteriormente, fora já o responsável pelo suscitar de medidas "repressivas" em 1842. Agora, com o entusiasmo da experiência-piloto da colonização de Pemba, em Moçambique, verificada no ano anterior (1857), para que o Estado contribuíra com equipamentos, viagens e suscitara uma subscrição pública, projecto a que acorreu um número de colonos superior ao previsto, avança-se para uma proposta de "imposto de colonização". O objectivo de um grupo de deputados, a que Sá da Bandeira deu o seu apoio, era oficializar a actividade de engajador, agora denominado agente de emigração, o qual só poderia desenvolver a sua actividade mediante licença, que duraria seis meses, renovável, pelo preço de 30\$000 reis, sendo considerados "aliciadores" os que a não possuíssem e julgados como tal nos termos do código penal; por outro lado, lançava-se um imposto sobre a emigração de colonos - mil réis por cada tonelada de navio que transportasse colonos e mais três mil reis por cada colono, rendimentos estes que reverteriam para um fundo de colonização⁴⁰, com vista a tornar mais aliciante a partida para África.

Com a "repressão" da emigração de colonos para o Brasil apostava-se, por via indirecta, num duplo efeito: dissuasão dos contratos de locação, dado o maior compromisso financeiro que acarretariam e, simultaneamente, facilitar a alternativa de partida para África, dado reconhecer-se que a emigração era fruto de um desajuste do mercado de trabalho e, portanto, não se poder proibi-la, como decorria do texto constitucional⁴¹. Este

Brasileira", in *O Commercio do Porto* de 6 de Janeiro de 1857)

⁴⁰ Já previsto em decreto de 30 de Dezembro de 1852.

⁴¹ "O fim deste projecto é reprimir a emigração, por isso que se julga que é prejudicial para Portugal, e crear um tributo, para ser applicado á colonisação das nossas possessões, que estão em grande atrazo e onde ha grande falta de braços" (Intervenção do deputado Reboredo, *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 27 de Janeiro de 1858, p. 226).

projecto de lei deu lugar a um aceso debate, quer na Câmara dos Deputados, quer na imprensa e grupos de pressão⁴², suscitando diversas propostas de alteração, novos projectos e descidas à comissão especializada. Criticavam-se, às vezes de forma contraditória, aspectos como o de o imposto constituir mais uma sobrecarga para o colono, sobre quem recairia em último lugar; o facto de não distinguir as duas emigrações, a de colonos e a de emigrados livres (a lei definia que veleiro com mais de trinta passageiros seria considerado como transportando colonos), pois só a primeira se devia reprimir, dado ser aí que se situavam os abusos; o facto de só se atacar a emigração de colonos a montante e não a jusante, prevenindo as causas que lhe davam origem; o licenciamento dos engajadores, tornando legal uma profissão que agora podia ser contestada; a isenção deste imposto aos vapores, etc.⁴³. O debate, em que importa sublinhar as participações de José Estevão, Sá da Bandeira, Martens Ferrão e Coelho Lousada⁴⁴ teve o mérito de fazer a Câmara debruçar-se sobre o assunto, mas tal como previra o primeiro daqueles deputados, não levou a nada, perdendo-se nos labirintos parlamentares. Nem era uma solução viável, pois sendo a emigração uma relação entre dois espaços institucionais autónomos, não era possível legislar de forma a obter efeitos conjugados, dado que as infracções e abusos davam-se nos dois lados: na contratação e na viagem em Portugal, nas condições de trabalho, liquidação das despesas e novos contratos no Brasil. Vozes mais clarividentes apontam, neste contexto, a necessidade de uma convenção entre os dois países, como forma de regular o processo, embora o Brasil se venha a mostrar renitente neste aspecto, não obstante alguns esforços realizados por Portugal⁴⁵. Deste modo, o carácter "repressivo" da emigração quase se confina ao discurso político, com pouca incidência na prática, já que prevalecem,

⁴² A Associação Comercial do Porto está na primeira dos ataques ao projecto, vendo-se aqui mesmo a natureza contraditória das suas posições. Agora bate-se claramente contra a excepção prevista no projecto para isentar os vapores, admitindo que a defendera em 1855 porque tinha em consideração a recém-criada Companhia Luso-Brasileira; porém, dado o fracasso desta companhia e uma vez que a navegação a vapor para o Brasil estava agora totalmente na mão de estrangeiros, não podia deixar de contestar tal excepção. Cf. A.A.C. P., *Livro coprador de correspondência com autoridades*, 1854-1860, pp. 279-285 (Petição à Câmara dos Deputados, de 10 de Março de 1858); Idem, *ibidem*, pp. 353-358 (Petição à Câmara dos Deputados, de 6 de Abril de 1859); Idem, *Relatório dos Trabalhos da Associação Commercial do Porto no anno de 1858*, Porto, 1859, pp.11-13; Idem, *Relatório... anno de 1859*, Porto, 1860, pp. 8-10. O desenrolar do debate pode também ser acompanhado, em pormenor, pelo jornal *O Commercio do Porto* de 17 de Janeiro, 4, 5, 6, 8, 19 e 26 de Fevereiro, 6, 10 e 23 de Março e 17 de Julho de 1858, bem como nos de 24 de Janeiro, 9, 23 e 26 de Fevereiro de 1859.

⁴³ Cf. *Diário da Câmara dos Deputados*, 1858 e 1859.

⁴⁴ Coelho Lousada defende, normalmente, posições próximas da Associação Comercial do Porto, que para ele canalizava informação, pedidos e sugestões, numa autêntica prática de "lobby".

⁴⁵ Veja-se o projecto de convenção esboçado por Coelho Lousada a pedido do Conde de Tomar (Costa Cabral, recorde-se), em 1860 e sua renovação (1863), in *Documentos Apresentados às Cortes na sessão legislativa de 1874 pelo Ministro e Secretário d'Estado dos Negocios Estrangeiros - Emigração Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1874 (doc. 96 e 142).

durante largo tempo, as medidas antiquadas que facilitam a grande permissividade e evasão à lei⁴⁶, como os contínuos escândalos provam. Na realidade, a força restritiva da legislação quase se limita à situação militar⁴⁷.

Por esta altura, a política de emigração permanece como um caso de polícia, cujos regulamentos importa cumprir, os quais surgem renovados em 1863. Esta renovação é provocada pela abolição dos passaportes internos (Lei de 31 de Janeiro de 1863), exigência que permanecia por efeito de inércia, de acordo com o Regulamento de 1825, mas que se apresentava como desajustada aos novos tempos, especialmente aos novos sistemas de comunicação, quer estradas, quer caminhos de ferro, que visavam aumentar a circulação de pessoas e sua velocidade e a quem o passaporte interno se apresentava como um obstáculo anacrónico. O novo "*Regulamento geral de polícia para o trânsito no continente do reino e ilhas adjacentes, entrada de viandantes e sua saída para o estrangeiro*", aprovado a 7 de Abril de 1863, apresenta a vantagem de coligir todos os procedimentos legais que restam da diversa legislação então em vigor, substituindo deste modo o regulamento de 1825 e leis posteriores. Se exceptuarmos o agora legal livre-trânsito no interior do Reino, o Regulamento não apresenta no entanto inovações a assinalar, a não ser uma redacção equilibrada, sem preconceitos anti-emigratórios explícitos, limitando-se a prever os procedimentos burocráticos a seguir e estabelecendo os passos da fiscalização nos portos. Subsiste a ambiguidade e confusão entre os vocábulos "colono" e "emigrante", sendo necessário apresentar o contrato de prestação de serviços (como na lei de 20 de Julho de 1855), para se ser considerado colono, ou recibo de pagamento de passagem (como na portaria de 16 de Dezembro de 1862) para ser considerado "passageiro livre". Todo o navio de longo curso que transportasse mais de 24 passageiros portugueses para países estrangeiros do ultramar era considerado como empregado no transporte de colonos e emigrantes (art.19º), pelo que devia pagar fiança de 4000\$000 réis e sujeitar-se à inspecção sobre capacidade, higiene, aguada, géneros e botica, tal como na lei de 1855. Em relação aos restantes passageiros havia a obrigação de apresentar documentação provando ser maior ou emancipado e ter satisfeito as leis do recrutamento, não estar indiciado judicialmente, ter autorização do marido no caso de ser mulher casada⁴⁸ ou dos pais se for

⁴⁶ Repare-se que nos casos levados a juízo por infracção às leis da emigração raramente há condenações, dado a prova do delito fazer-se por testemunhas. Ora estas só podiam ser os passageiros, cujo rasto logo se perdia no Brasil, nem estavam em condições de virem testemunhar, dado o arrastado do processo e a lei brasileira. De 14 casos enviados a tribunal no Porto, nem um só foi condenado. Cf. BARÃO DO VALLADO, *Relatório Apresentado à Junta Geral do Districto do Porto*, Porto, 1859, p. 7.

⁴⁷ Sobre os procedimentos burocráticos exigidos para obtenção do passaporte e algumas críticas sobre a sua operacionalidade, cf. BARÃO DO VALLADO, ob. cit., p. 1-11.

⁴⁸ Desaparece agora a necessidade de autorização da mulher no caso de o emigrante ser homem casado, previsto na legislação anterior.

menor, e, neste último caso, se estiver entre os 14-21 anos ter prestado fiança ao recrutamento.

Trata-se, pois, de uma recuperação legislativa, com pequenas adaptações aos novos tempos. De resto, os problemas com colonos continuam, visando particularmente o Porto, no ano de 1864: são avisos do governo contra a "Associação Central de Colonização" que não possui propriedades rurais mas contrata ao arrepio da lei e chega a alugar a terceiros os serviços dos engajados⁴⁹; contra indivíduos que vem do Brasil e voltam levando menores com destino a fazendeiros do interior, pelos quais recebem dinheiro⁵⁰; ou recomendações sobre os passaportes para menores, pedindo maior explicitação nas declarações de consentimento, dado terem ido na barca "Monteiro 2º" menores sem indicação de protecção⁵¹.

Em 1877, surgem pequenas alterações ao Regulamento anterior, embora sejam na sua maior parte destinada à situação dos estrangeiros que entram em Portugal. No campo das saídas, são dispensadas as visitas policiais aos navios que procedem da Europa e extintas as delegações dos portos do Porto e Lisboa, normalmente acusadas de permissividade e conivência nos processos de clandestinidade, passando as visitas a ser da responsabilidade directa dos governos civis⁵².

Pouco depois, novo diploma alarga a fiança ao recrutamento a todo o indivíduo de idade inferior aos 22 anos, excepto se emigrarem até aos 14 anos na companhia dos pais, tentando contornar o fenómeno da antecipação das partidas que a legislação anterior favorecia⁵³. Por outro lado, favorece o retorno aos maiores de 26 anos, que podiam passar a pagar a remissão militar sem o agravamento inerente aos refractários, a qual era de 3/5 sobre a taxa normal. Extingue o privilégio dos vapores considerados como paquetes, que estavam isentos das obrigações inerentes ao transporte de colonos (fiança e fiscalização de higiene/mantimentos/facultativo), o que se tornava imperioso numa altura em que os veleiros já quase não faziam sentido nas viagens transatlânticas e cediam o lugar àqueles. Por outro lado, insiste-se no projecto de colonização de África: *"É autorizado o governo a despendar as sommas que lhe forem necessarias para transportar ás nossas possessões de Africa os individuos que para ali se quizerem dirigir, ministrando-lhes os meios para o primeiro estabelecimento agricola, comtanto que se obriguem a residir em qualquer das colónias de Africa pelo menos por espaço de cinco annos"* ⁵⁴.

⁴⁹ Portaria de 28 de Janeiro de 1864 (D.L., nº 26 de 4 de Fevereiro).

⁵⁰ Portaria de 9 de Março de 1864 (D.L. nº 56 de 11 de Março).

⁵¹ *Ibidem* e ainda Portaria de 5 de Abril de 1864 (D.L., nº 75 de 6 de Abril).

⁵² Lei de 17 de Março de 1877.

⁵³ Lei de 28 de Março de 1877.

⁵⁴ Lei de 28 de Março de 1877 (D. G., nº 74 de 4 de Abril). A partir daqui há uma numerosa legislação

Embora a emigração viesse cada vez mais para a discussão pública e política (recordemos os inquéritos parlamentares de 1873 e de 1885), a legislação parecia ter esgotado as suas soluções. Se a analisarmos com atenção, as sucessivas alterações ou são emendas avulsas de pequeno impacto ou codificações das leis dispersas: os grandes princípios orientadores, no que respeita à saída para o estrangeiro, são ainda os de 1842, retocados em 1855, com adaptações aos novos tempos. Revela-se, no entanto, a dificuldade de legislar sobre os vapores, quase todos de origem estrangeira, inseridos em carreiras internacionais, aos quais seria difícil impor condições de navegação diferentes das verificadas nos outros portos, pois, em último caso, evitariam os portos nacionais, com manifesto prejuízo para a economia nacional, dado o consequente isolamento. De resto estes apresentavam, normalmente boas condições e preços cada vez mais concorrenciais, nada comparáveis à navegação veleira, decrépita, com barcos antiquados e em desespero, perante o seu fim anunciado.

O ónus da emigração ia recair agora, nas últimas décadas do século XIX, essencialmente sobre o emigrante, único elemento da cadeia migratória susceptível de sofrer sanção, por ser o elo mais fraco. A legislação apresenta então uma preocupação crescente com a responsabilização individual. Nesta altura, a emigração de menores está já praticamente obstruída, a não ser na sua forma familiar, baseando-se a restrição no controlo da fuga ao recrutamento e a obrigação de fiança elevada para todos os menores. O emigrante perde, agora, a imagem da criança desprotegida, à mercê dos pais, engajadores e empregadores, imagem que detinha nos meados do século.

As leis que voltam a surgir na viragem do século, perante a debandada massiva que avassala o País, trazem de novo o estigma da "repressão", vocábulo que utilizam abundantemente, em especial com a criação da "*Polícia Especial de Repressão da Emigração Clandestina*", num sistema de penalizações reforçadas, a que se retira o papel dos jurados, elemento judicial polémico, pois a prática provava que o júri acabava sempre por não condenar ou atenuava consideravelmente os levados a juízo por este tipo de crimes, mostrando à evidência a comunhão da opinião pública (ou interesses organizados?) com quem emigrava ou propiciava a emigração, contra a linha regularizadora do poder político. Numa tentativa de desvio da corrente emigratória, tornou-se gratuita a concessão de passaporte a nacionais que partissem para o Ultramar português, ao mesmo tempo que encarece o passaporte para o estrangeiro (3\$000 de emolumentos e 1\$500 de selo),

tendente a regularizar e a fomentar a emigração para as colónias africanas. Cf., a esse respeito, COSTA, Afonso, *Estudos de Economia Nacional - I- O Problema da Emigração*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1911, pp. 167-173. Numa perspectiva discordante de A. Costa, e também como resenha de toda a legislação neste domínio, desde o Antigo Regime, CF. SILVA, Fernando Emygdio, *Emigração Portuguesa*, Coimbra, França & Arménio, 1917, pp. 200-223.

procedendo-se a uma distribuição dos emolumentos cobrados pelo Estado e pelos funcionários dos governos civis, de forma a interessá-los na efectiva prática de fiscalização. Determina-se ainda que o passaporte deve ser requerido no distrito de naturalidade, excepto para os maiores de 30 anos que o podiam obter no distrito de residência⁵⁵.

Ao longo do tempo, o passaporte e o seu campo de atribuição constituíram sempre a malha pela qual se pretendeu filtrar a emigração, como reconhece Afonso Costa⁵⁶. Naturalmente que a sua mais apertada concessão conduzia ao crescimento da clandestinidade, num estreito processo de correspondência entre os dois aspectos, pois a iniciativa individual ou familiar sempre encontrava maneira de superar os constrangimentos institucionais, tanto mais que, assentes, directa ou indirectamente, na capacidade económica, se apresentavam como um processo de grande injustiça social. O exemplo mais evidente desta injustiça é a lei de 25 de Abril de 1907, cujos legisladores mantêm a exigência de passaporte apenas para os emigrantes⁵⁷, com substancial aumento de tributação, passando de 2\$000 (custo proposto em comissão, conjugado com um imposto anual de 60 contos de réis às companhias de navegação) para um montante de 7\$000, sem quaisquer ónus para as ditas companhias⁵⁸. Esta lei é ainda hoje geradora de alguns equívocos, pela ambiguidade do seu artigo primeiro, que atribuía a necessidade de passaporte apenas aos nacionais que *"se dirijam para os portos estrangeiros do ultramar, em navios empregados no transporte de colonos e emigrantes, se nelles forem transportados na ultima classe de passageiros, ou por preço, alimentação ou condições a ella correspondentes"*. Este artigo que restringia fortemente o conceito de emigrante, reduzindo-o aos que partiam em más condições económicas, ainda por cima taxando-o de forma elevada, foi, mais tarde objecto de esclarecimento que lhe confere uma interpretação mais abrangente. Assim, eram considerados emigrantes:

- a) Todos os nacionais que embarcassem na 3ª classe dos navios;
- b) As mulheres casadas, embarcadas em 1ª ou 2ª classe, sem os maridos, se não estivessem legalmente separadas;
- c) Os menores que embarcassem nas diversas classes desacompanhados de pais ou tutores;
- d) Os menores de 40 anos sujeitos ao recenseamento, ao serviços de tropas activas ou de reserva;

⁵⁵ Carta de 23 de Abril de 1896; Regulamento de 3 de Julho de 1896; Lei de 5 de Agosto de 1897; Decreto de 27.09.1901.

⁵⁶ Cf. COSTA, Afonso, ob.cit., p. 165.

⁵⁷ Dispensam-se os passaportes para os considerados não emigrantes bem como para os colonos do Ultramar português.

⁵⁸ COSTA, Afonso, ob.cit., pp. 165-167.

e) Os que embarcassem na 1ª ou 2ª classe com intenção de estabelecer residência fixa em países estrangeiros;

f) Os nacionais portadores de títulos de naturalização, tais como cartas e passaportes concedidos por autoridades brasileiras, quando com menos de 30 anos e sujeitos à reserva militar.⁵⁹

O campo da emigração é, como se vê, uma realidade complexa e tentacular, envolvendo múltiplos interesses, com o emigrante a ser cada vez mais peão de uma lógica que não controla, de espaços que não domina. Daí que as leis "repressivas" representem quase sempre fracassos, e só possuam a virtualidade de colocar o fenómeno da emigração em evidência, revelando a natureza perversa do sistema económico e social da origem e, frequentemente, do de recepção. Expressão, com alguma frequência, de êxito individual fora de portas, evidência do insucesso interno no processo colectivo, a emigração é um osso duro de roer para o poder político, que se vê obrigado a balançar entre o discurso repressivo/dissuasor e a situação de real dependência dos reflexos económicos desse movimento que pretende deter. Os avanços e recuos legislativos sobre emigração provam este quadro de oscilação, onde repressão e permissividade são as duas faces de uma única moeda. O insucesso e/ou a debilidade dos projectos de colonização ultramarina, "*uma propaganda mais palavrosa do que inteligente*"⁶⁰, segundo Oliveira Martins, são apenas uma demonstração complementar da falta de dinâmica colectiva, contribuindo para disfarçar a inexistência de políticas migratórias que ultrapassassem o mero controlo administrativo e a imposição fiscal.

4. 2 - Problemas e desvios

A legislação emigratória oitocentista, na sua forma explícita, gravitou sempre em torno de três questões, com maior ou menor intensidade, conforme a conjuntura:

- a dos colonos ou engajados, isto é, com os problemas decorrentes dos contratos de locação de serviços;

- a do recrutamento militar, encarado como dever nacional a que nenhum cidadão se deve eximir;

⁵⁹ "Instruções do Comissariado da Polícia Especial de Repressão de Emigração Clandestina de 25 de Novembro de 1912," In RAMOS, Carlos, *Legislação Portuguesa sobre Emigração e Passaportes*, Lisboa, 1913, pp. 94-105.

⁶⁰ MARTINS, Oliveira, *Fomento Rural e Emigração*, Lisboa, Guimarães & Cª Editores, 1956, p. 233.

- a da clandestinidade, aspecto polimorfo, enquanto expressão de desobediência à lei nas suas diversas facetas.

4.2.1 - Os colonos

A atracção de população europeia ao Brasil por incentivo do Estado começa a verificar-se ainda um pouco antes da independência (1822). Reconhece-se, então, a fraca implantação de população europeia e a existência de um problema geral de povoamento⁶¹. Por outro lado, surgem os primeiros indícios do fim da escravatura, impondo a necessidade de garantir o abastecimento da mão-de-obra necessária ao processo económico.

Vimos como, durante três séculos de dominação colonial, a Coroa fez tudo para restringir ao mínimo indispensável a emigração de colonos brancos da Metrópole, procurando que apenas partissem os necessários para o enquadramento da mão-de-obra escrava, para assegurar o comércio e o tráfico marítimo e, enfim, para a cobertura administrativa, incluindo as componentes militar e religiosa. Esta posição restritiva não impediu algumas acções de colonização com famílias brancas, como as que acompanharam os primeiros governadores ou as cíclicas partidas de núcleos familiares dos Açores⁶², nem conseguiu filtrar de forma eficaz a corrente de homens que partia regularmente do Minho a experimentar o sonho brasileiro. Mas, sendo o Brasil essencialmente uma economia de plantações, onde predominava a grande propriedade e a monocultura para exportação, era na mão-de-obra escrava que assentava o numeroso trabalho braçal.

Com a transferência da Corte de Lisboa para o Rio de Janeiro (1808), a debilidade populacional do Brasil vem ao de cima, quer como falta de suporte à dinâmica económica que então se verifica, quer como elemento indispensável à formação do corpo militar. A guerra com os países do rio da Prata confere mesmo a este último aspecto um carácter de urgência, pois exigiu a formação de mais um exército na metrópole, logo após os grandes

⁶¹ Desde 1746 que Alexandre de Gusmão, ministro de D. João V e brasileiro de origem, defendia uma política de colonização para "*preencher vazios demográficos, particularmente em regiões fronteiriças, no Sul, com as colónias espanholas*". Cf. WESTPHALEN, Cecília Maria e BALHANA, Altiva Pillati, "Política e Legislação Imigratórias Brasileiras e a Imigração Portuguesa", comunicação ao Colóquio Internacional sobre Emigração-Imigração Portuguesa nos Séculos XIX-XX, Lisboa, F. Calouste Gulbenkian, 12-13 de Novembro de 1992.

⁶² Diversas provisões régias relativas à emigração de açorianos para o Brasil, pelos meados do século XVIII, podem ser lidas em CARVALHO, Augusto de, *O Brasil - Colonização e Emigração*, Porto, Imprensa Editora, 1876, 2ª edição, pp. 405-410. A provisão de 09.08.1747 manda transportar até 4000 casais dos Açores, a quem concede privilégios especiais, desde terras, rações, para o sustento no primeiro ano, animais de tracção, sementes, armas e ferramentas.

danos provocados pelas invasões francesas. Segundo Caio Prado Júnior⁶³, quase 50% do exército que então se forma no Brasil é constituído por escravos e a outra parcela por "*elementos heterogêneos e mal assimilados*", pelo que se pode apreciar o perigo potencial que daí decorria para a estabilidade do regime, a que os acontecimentos do Haiti (com os escravos a assumirem o poder) vem conferir um papel de fantasma.

Agora, o Brasil passa a aceitar todo o indivíduo estrangeiro que para aí se dirige, facilitando-lhe medidas interditas até 1808, como o direito à aquisição de propriedade, e inicia-se também uma política deliberada de atracção de europeus. Esta traduz-se na criação das primeiras colónias - Santo Agostinho (em 1812), na província do Espírito Santo, com portugueses, Nova Friburgo (1818) e Leolpoldina (1819), ambas na província do Rio de Janeiro, com suíços e alemães, criadas ainda em pleno reinado de D. João VI⁶⁴, o qual culmina esta acção com a publicação de uma lei, em 1820, convidando alemães católicos a virem estabelecer-se e receber terras no Brasil⁶⁵.

Em 1824, D. Pedro, já imperador do Brasil independente, chama alemães ao exército com a promessa de lhes conceder terras em condições vantajosas, depois de licenciados. Como incentivo, promove de imediato dois estabelecimentos (Feitoria-a-Velha e Estancia-Velha) para as quais atrai desde logo algumas famílias da mesma nacionalidade⁶⁶, que estão na origem das colónias de S. Leolpoldo (Rio Grande do Sul), em 1825, as quais se alargam e prosperam, com novos estabelecimentos, vindo a constituir um exemplo modelar⁶⁷. Os primeiros estabelecimentos tiveram incentivos excepcionais : viagem paga do lugar de embarque até à colónia, direito de cidadania à chegada ao Brasil, tolerância religiosa, doação de terras medidas e demarcadas, fornecimento gratuito de gado e cavalos, subsídios por espaço de 2 anos, dispensa de serviço militar nos primeiros 10 anos, com a única obrigação de os colonos não venderem os seus prazos por igual período,

⁶³ In *Evolução Política do Brasil e Outros Estudos*, S. Paulo, Brasiliense, 1963, p. 245.

⁶⁴ Sobre a colonização deste período, cf. TELLES, Moreira, *O Brasil e a Emigração*, Lisboa, Livraria Ventura Abrantes, 1913, pp. 28-34. E, naturalmente, LIMA, Oliveira, *D. João VI no Brasil: 1808-1821*, 2 vols., Rio de Janeiro, Typ. do Jornal do Comercio, 1908.

⁶⁵ Cf. JAHN, Adalberto, *As Colónias de S. Leolpoldo na Província Brasileira do Rio Grande do Sul e Reflexões Gerais sobre a Imigração Espontânea e Colonização no Brasil*, Leipzig, 1871, p. 2. Cf. ainda CARVALHO, A., ob.cit., pp. 77-78 (vd. também mapa final).

⁶⁶ Cf. JAHN, A. ob. cit., p. 3.

⁶⁷ Segundo Carvalho, deu origem ao município de S. Leolpoldo. Em 1875 tinha 15000 colonos natos ou nacionalizados e 6669 estrangeiros de diversas nacionalidades e religiões, e uma vida económica intensa, com múltiplos estabelecimentos. Das diversas picadas sucessivamente abertas, refira-se a do "Rincão dos Ilhéus", constituída por colonos das ilhas atlânticas. No entanto, as dificuldades iniciais foram muitas, desde o abandono do poder central, ao não construir as habitações previstas, até à animosidade de fazendeiros vizinhos que não viam com bons olhos o trabalho livre na vizinhança, e mesmo o ataque de indígenas, factos que levaram muitos dos colonos a fugirem para as cidades. (CARVALHO, A., ob. cit, pp. 111-114 e mapa final).

cultivando-os e habitando-os. Tais condições deram publicidade positiva no estrangeiro à vontade do Brasil em receber colonos europeus, a qual foi decaindo à medida que novos contratos se fizeram com condições diferentes (a partir de 1827 o governo deixa de pagar viagens), embora os engajadores muitas vezes publicitassem as antigas para efeitos de aliciação, facto que produziu resultados bastante perniciosos. Serão ainda de iniciativa imperial outras colónias fundadas, por esta altura, no Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Estes contratos com colonos europeus começam a surgir como alternativa ao trabalho escravo, o qual é posto em causa, quer pela difusão das ideias liberais, quer pelas atitudes da Inglaterra, que apesar de ter sido a principal interessada no sistema escravagista durante o século XVIII, vai abolir o tráfico nas suas colónias em 1807 e tornar-se o paladino da luta internacional contra a escravatura. A Inglaterra desenvolve, então, acções de apresamento de barcos "negreiros", prática ilegal, pois só em 1815, com o Tratado de Viena, os outros países condescenderam em proibir o tráfico a norte do equador, com um aditamento, em 1817, que permitia à armada inglesa o direito de fiscalização no alto mar a navios suspeitos. Em 1826, a Inglaterra exigia do Brasil o fim do tráfico, comprometendo-se o Brasil a proibi-lo três anos depois, após a ractificação parlamentar da medida. Nessa linha se promulgou a lei de 7 de Novembro de 1831, segundo a qual todo o indivíduo desembarcado passaria a ser considerado livre. Esta lei, no entanto, não foi ractificada pelo parlamento após a abdicação de D. Pedro e ficou letra morta⁶⁸. O processo de extinção da escravatura vai ser lento e moroso, apesar das exigências inglesas⁶⁹, mesmo após o "Bill Aberdeen" (1845), pelo qual o parlamento inglês aprovava o sequestro dos navios negreiros e o seu julgamento como piratas perante o Almirantado inglês. Será a lei de Eusébio de Queirós de 4 de Setembro de 1850 a tornar ilícito o tráfico⁷⁰. Mas a emancipação só chegará por fases: em 28 de Setembro de 1871 com a lei do "ventre livre", declarando livres os filhos de mulher escrava que nascessem a partir daí, e, finalmente, com a "Lei Áurea", a 13 de Maio de 1888, declarando-se extinta a escravatura no Brasil⁷¹.

⁶⁸ Sobre o papel do parlamento brasileiro nos processos de abolição da escravatura e nas políticas de imigração, cf. CERVO, Luiz Amado, *O Parlamento Brasileiro e as Relações Exteriores (1826-1889)*, Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1981.

⁶⁹ Sobre o papel ambíguo da Inglaterra neste processo, quer pelas arbitrariedades cometidas, reprimindo navios não negreiros, quer recuperando escravos que iam para o Brasil e vendendo-os nos Estados Unidos ou Caraíbas, ou mesmo usando bandeiras estrangeiras nos seus navios para traficar, cf. MORAES, Evaristo, *A Escravidão Africana no Brasil, das origens à extinção*, 2ª edição, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1986

⁷⁰ Cf. GRAHAM, Richard, *Escravidão, Reforma e Imperialismo*, S. Paulo, Editora Perspectiva, 1979, pp.

⁷¹ Esta legislação fundamental decorre num contexto variado, em que o movimento da abolição vive avanços e recuos, quer em legislação, quer no campo das acções particulares, ainda que tímidas. Sublinhe-se o papel do Imperador, concedendo frequentes libertações aos seus escravos e incentivando a abolição. Outro exemplo, é a decisão da Ordem Beneditina Brasileira de, a partir de 8 de Maio de 1866, declarar livres os filhos dos escravos pertencentes à Congregação (Cf. CARVALHO, A., ob. cit., p. 262). Do lado dos

Esta cronologia da abolição da escravatura está indissociavelmente ligada às políticas imigratórias do Brasil. É certo que os momentos da anunciada extinção do tráfico tiveram como efeito prévio e directo o aumento das entradas de escravos, em forma de antecipação por parte dos negreiros. Paralelamente, porém, desenvolveram-se políticas para a introdução de mão-de-obra livre que viesse responder às necessidades do mercado de trabalho resultantes de todo o processo abolicionista. A legislação brasileira sobre contratos de locação de serviços⁷² acompanha a evolução das expectativas sobre o final ou a redução da escravatura, bem como as oscilações de poder entre os grupos políticos mais ligados à ideia de abolição ou mais conectados com os interesses dos fazendeiros. Essa legislação procura, sobretudo, pacificar estes últimos, fornecendo-lhes um quadro jurídico que, em princípio, lhes garantia a docilidade da mão-de-obra, susceptível de fornecer uma força de trabalho cuja produção não fosse inferior à da escravatura.⁷³

Neste contexto, sublinhe-se a lei brasileira de 15 de Dezembro de 1830 que proíbe toda e qualquer despesa ao governo com a colonização estrangeira (mais tarde revogada), bem como as leis de 13 de Setembro de 1830, que regula a locação de serviços, e de 11 de Outubro de 1837, regulando a locação de serviços quando o locador é estrangeiro, esta particularmente gravosa, pois "*oppressôra e vexatoria para os colonos estrangeiros, estabelece uma desigualdade profunda entre as suas garantias e as dos cidadãos brasileiros, e é um brado triste e pouco lisongeiro do sentimento da hospitalidade no Brasil*"⁷⁴. Refira-se que esta lei permite a prisão preventiva mediante simples requisição do locatário; a condenação aos trabalhos públicos; julgamentos no foro do locatário, onde este exerce influência e quase sempre domina o juízo de paz, face ao locador desprotegido, sem defesa e muitas vezes desconhecedor da língua; não previne o sistema de contas entre locador e locatário, o que permitia abusos frequentes, como excesso de taxas sobre os

portugueses residentes no Brasil, encontramos, naturalmente, as duas posições, a favor e contra. Era habitual a libertação dos escravos na hora da morte de muitos portugueses, por declaração no testamento. Por outro lado, alguns dos grandes traficantes de escravos eram portugueses, alguns dos quais foram expulsos do Brasil, nos anos 50, por infracção à legislação repressiva do tráfico, como aconteceu com Manuel Pinto da Fonseca (Cf. MORAES, E., ob. cit., pp. 49-57).

⁷² A prática dos contratos de locação de serviços era antiga, conforme testemunha o cônsul português, numa exposição ao ministro dos negócios estrangeiros do Brasil: "*O consulado geral de Portugal n'esta côrte achase estabelecido desde o anno de 1826, e desde então sempre se fizeram contratos de locação de serviços entre portuguezes e brasileiros*"... in *Documentos Apresentados às Cortes na Sessão Legislativa de 1874 pelo Ministro e Secretário d'Estado dos Negocios Estrangeiros - Emigração Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1874, doc. 34, p. 29

⁷³ Cf. SPINDEL, Cheywa R., *Homens e Máquinas na Transição de uma Economia Cafeeira*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980, pp. 31-87.

⁷⁴ CARVALHO, A., ob. cit., p. 122. O mesmo rigorismo recaía sobre os escravos (Lei de 10 de Junho de 1835), agravando todo o sistema penal, num movimento de retrocesso com intenção de dissuadir eventuais exigências de liberalidade que o movimento abolicionista poderia suscitar nos escravos. (Idem, *ibidem*).

custos de viagem, instalação e géneros comprados obrigatoriamente nas fazendas a preços superiores aos do mercado, impossibilidade de celebrar contrato com terceiros mediante pagamento da dívida existente ao locador, etc.⁷⁵.

Nesta política de mais recuos do que de avanços, o contratado é, na verdade, um novo escravo, na medida em que não pode decidir do seu destino, amarrado por cláusulas vagas e mesmo essas sendo frequentemente torpedeadas por uma justiça que pende sempre para o lado dominante. Situação tanto mais traumática e deprimente quanto era ele próprio, colono, que acorria à chamada dos "engajadores", isto é, dos agentes encarregados da contratação na Europa ou nas Ilhas, e esse contrato se assinava na convicção de modelos antigos de emigração, facilitada por uma propaganda montada de modo a suscitar a miragem do Eldorado. Com os custos de viagem adiantados à partida, para assegurar a emigração dos trabalhadores pobres e destinados ao trabalho braçal, os colonos vendiam os seus serviços futuros, comprometendo-se a trabalhar por um período determinado, que só acabaria quando os créditos do locatário estivessem solvidos, numa conta sempre acrescida por este e só por ele controlada. Algumas situações particulares, como a emigração em família, só pioravam a situação, pois implicavam a multiplicação dos gastos (sobretudo quando se levavam velhos e crianças) sem a contrapartida de ganhos em igual proporção. A morte frequente de um ou mais membros da família bastava para sobrecarregar os restantes, prendendo-os indefinidamente ao mesmo locatário.

A ideia colonizadora dos anos 20, concedendo propriedades livres aos contratados, perde-se, agora, na década de 30, subsistindo apenas a estratégia da angariação de colonos como substitutos directos dos escravos, resolvendo os problemas da mão-de-obra, em especial das explorações de café, em fase de expansão no sul do País, particularmente na região de S. Paulo. Afastada, temporariamente, a acção do Estado, os engajamentos de colonos passa para a iniciativa dos particulares. Neste contexto se devem inserir as "levas" de colonos dos Açores, atrás referenciadas, como resultado da acção individual dos transportadores que, numa clara reciclagem da actividade do tráfico negreiro e em conluio com fazendeiros, procuravam assegurar mão-de-obra, particularmente nos momentos em que os navios ingleses se tornassem mais impertinentes com o tráfico de escravos.

Essa é, por exemplo, a situação de Angelo Francisco Carneiro, traficante de escravos, que, em 1836, solicita a intervenção de Joaquim Ferreira dos Santos (mais tarde Conde de Ferreira) para uma recomendação nos Açores, que este transmite a um seu consignatário de Lisboa: "*recebi carta do meu amigo Angelo Francisco Carneiro de*

⁷⁵ Cf. SOUSA, João Cardoso de Menezes, *Theses sobre Colonização do Brazil - relatório apresentado ao Ministério da Agricultura, Commercio e Obras Publicas*, Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1875, pp. 258-260

*Pernambuco datada de 2 de Março, em que me faz certo que por aquelles 20 dias fazia seguir o seu brigue Orestes com uma porção de tropa para o Pará, e que de la hiria à ilha de S. Miguel receber de 200 a 250 colonos, e como me peça recomende essa negociação na dita Ilha a pessoas capazes, e eu não tenha para ahi correspondencia alguma..."*⁷⁶.

De resto, os documentos oficiais difundem largamente esta imagem do transportador que carrega, por sua conta e risco, os colonos, ávidos de embarcar na sua fuga à miséria local, a quem garante a viagem através do reconhecimento de dívida por meio de letra assinada, garantindo o reembolso através dos contratos de locação feitos a bordo, no porto de destino, com fazendeiros conhecidos, procedendo-se a uma espécie de leilão, numa identidade de processos em relação ao comércio de escravos⁷⁷.

Sujeitos à legislação da "locação de serviços", os contratados passam, assim, a ir directamente para fazendas privadas, aonde trabalham muitas vezes lado a lado com os escravos, ou para colónias dirigidas por particulares com o apoio ou o patrocínio dos governos estaduais. Foi um movimento que assumiu grandes proporções a partir da iniciativa do Senador Campos Vergueiro em estabelecer o sistema na sua fazenda de Ibicaba, em 1847, no regime de parceria ou meação. Com este sistema nas fazendas de café, os colonos tomavam a seu cargo uma porção de cafeeiros, sendo o produto final entregue ao fazendeiro, contra a obrigação de este entregar metade do lucro líquido, podendo ainda os colonos cultivar víveres entre os cafeeiros ou em terrenos para isso indicados. "Parceria de endividamento", assim lhe chama Cheywa Spindel, pois submetem-se os colonos a uma elevada taxa de exploração, como necessidade para pagamento das dívidas contraídas com o fazendeiro. Trata-se, no fundo, da recuperação de um sistema arcaico ou periférico para assegurar à exploração de cultura extensiva e de enquadramento capitalista uma mão-de-obra barata⁷⁸.

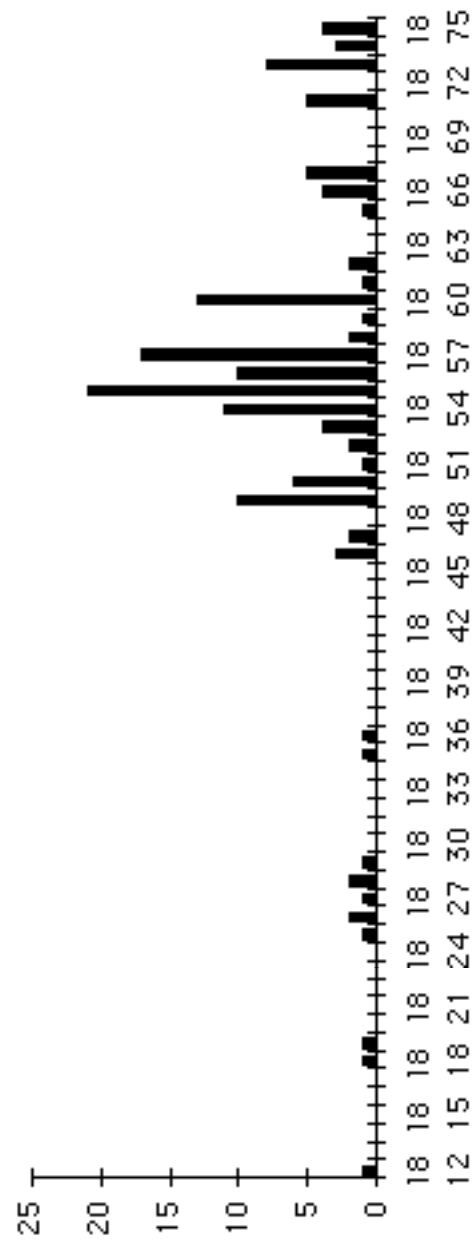
Na década de 50, em sequência da extinção oficial do tráfico escravagista, verificou-se um impulso enorme neste modelo de importação de mão-de-obra. Com o apoio e subsídios dos governos imperial e provinciais, formaram-se agências de imigração, estabeleceram-se acordos especificando volumes de colonos a contratar e multiplicaram-se

⁷⁶ *Copiador de correspondência*, p. 217. Angelo Francisco Carneiro era conhecido e referenciado pelo Estado como traficante de africanos, segundo lista que nos foi gentilmente cedida por José Capela, a quem agradecemos, e retirada do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, *Correspondência da Polícia para o Ministro de Estado da Justiça*, IJ - 480, 56 e 472.

⁷⁷ São diversos os exemplos referidos in *Documentos Apresentados às Cortes na Sessão Legislativa de 1874 pelo Ministro e Secretário d'Estado dos Negocios Estrangeiros - Emigração Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1874 (vd, por exemplo, docs. 83, 85, 220). Cf. também CRUZ, Maria Antonieta, "Agruras dos Emigrantes Portugueses no Brasil - contribuição para o estudo da emigração portuguesa na segunda metade do século XIX", *Revista de História*, volume VII, Porto, Centro de História da Universidade do Porto, 1986-1987, pp. 7-134.

⁷⁸ SPINDEL, Cheywa R., ob. cit., pp.57-59.

as colónias de parceria, à imitação da do senador Vergueiro (Gráf.4.1), facto que explica o grande fluxo de imigração de rurais europeus. Para este efeito, os contratos passaram a ser realizados nos países de origem, através da garantia de transporte pelo fazendeiro e posterior concessão de terras nas suas fazendas, apenas para efeito de produção. Com dimensões muito variáveis (desde as que tinham algumas dezenas de colonos até às que incluíam milhares), as colónias tiveram a sua maior expressão quantitativa a sul do País, a região nova do café e do algodão.

Gráf. 4.1 – Brasil – Fundação de colónias, 1812–1875

Fonte : Carvalho, A. ob. cit. (mapa final)

Tendo em conta os dados apresentados por Carvalho, a distribuição das colónias por províncias, até 1875, era a seguinte: Rio Grande do Sul - 31; Santa Catarina -10; Paraná -8; S. Paulo - 57; Rio de Janeiro - 10; Minas Gerais - 3; Espírito Santo - 5; Baía 9; Pernambuco -2; Piauí - 3; Maranhão - 6; Pará - 5; Amazonas -2.⁷⁹ Sublinhe-se, no entanto, para evitar reducionismos e generalizações, que os imigrantes rurais não chegavam todos ao Brasil na condição de colonos ou contratados e, portanto, uma grande parte não estava sujeita à lei de 1837.

Pelo contrário, muitos partiam como emigrantes livres, pois também havia um mercado rural para este tipo de trabalhadores. Em S. Paulo, segundo Augusto de Carvalho, era vulgar a contratação de homens livres como *camaradas*, *colonos*, *jornaleiros* e *empreiteiros*. Os camaradas eram normalmente solteiros, contratados para todo o serviço ou para "tropeiro" ou "arriador", por tempo indeterminado, recebendo casa, sustento e um ordenado de 10\$ a 20\$ rs mensais; os colonos, na maioria casados ou viúvos, contratavam-se para a cultura e colheita do café, com moradia e horta; os jornaleiros satisfaziam as necessidades de momento, às vezes exigindo-se especialização na construção, carpintaria, etc., com salários diários de 2\$ a 10\$rs; os empreiteiros tomam por empreitada a preparação de terrenos, plantação, trato e colheita de café e algodão, roçadas, derrubadas e queimadas⁸⁰.

Os resultados obtidos com a colonização divergiram muito entre os vários estabelecimentos, desde os que floresceram e deram origem a novas povoações, até aos que soçobraram no arranque, ou aos que sofreram sucessivas transformações, numa tentativa de sobrevivência. Erros de administração, prepotências, fugas de colonos, má situação geográfica por isolamento, sem possibilidades de escoamento da produção para o mercado, alguns problemas sanitários, imprevisto na recepção e abandono frequente dos colonos, insistência na "parceria", o que impedia o acesso à propriedade, objectivo fundamental para o europeu, bem como alongamento dos prazos de adscrição à colónia, são algumas das muitas razões apontadas para que o processo não se tenha tornado numa eficaz solução para o problema de ocupação dos espaços vazios e sua rentabilização⁸¹. Por isso, diversas comissões formadas para estudar os resultados do processo, confrontados com resultados

⁷⁹ Cf. CARVALHO, A., ob. cit., mapa final. A quantificação apresentada refere-se ao período 1812-1875. Spindel refere um menor número de colónias, apenas 108 entre os anos de 1829-1890 (Ob.cit., p. 54).

⁸⁰ CARVALHO, A., ob. cit., mapa final.

⁸¹ Cf. SOUSA, J.C.M, ob. cit.; JAHN, A. ob. cit.; AZAMBUJA, Bernardo Augusto Nascentes de, *Relatório sobre as Províncias ao Sul da Bahia apresentado ao Ministério da Agricultura, Commercio e Obras Públicas em 28 de Dezembro de 1872*, Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1874; REGO FILHO, José Pereira, *O Brasil e os Estados Unidos na Questão da Imigração*, Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1884.

completamente diferentes na atracção de imigrantes em países como os Estados Unidos e a Argentina⁸², fazem questão de sublinhar a necessidade de reformas que passariam pela alteração da inaceitável lei de locação de serviços de 1837, de forma a eliminar o estatuto jurídico de excepção para o colono, sublinhando a necessidade da liberdade individual para o europeu, bem como as suas aspirações à pequena propriedade, sugerindo a concessão de terras nos espaços desaproveitados ao longo das vias férreas e não em sítios inóspitos.

A rejeição do europeu em face da situação encontrada era um facto, traduzindo-se quer em fugas para a cidade, em especial por parte de portugueses, que procuravam o apoio de compatriotas seus para novas colocações, quer para as zonas do rio da Prata, por parte de espanhóis e alemães, sugerindo alguns dos autores citados que as colónias do Sul eram, em determinadas alturas, autênticas plataformas de rotação para a Argentina. Esta tensão mútua dava origem a comportamentos de tipo escravista, com tentativas de fuga, captura e julgamento sempre desfavorável ao colono por incumprimento de contrato, chegando a haver anúncios na imprensa, por parte dos fazendeiros, pedindo a captura de colonos fugidos e conferindo alvissaras⁸³. Factos estes que estão na base das campanhas anti-emigração por parte dos países emissores, com a Alemanha a liderar esse movimento, a qual acaba por proibir a emigração contratada para o Brasil em 1858, não esquecendo as tentativas de restrição da parte portuguesa. As colónias estavam, porém, longe de absorver toda a imigração contratada, pois uma grande parte destinava-se às fazendas particulares, como já referimos, e mesmo para empresas de obras públicas, nomeadamente para a abertura de canais e vias de comunicação.

Em face da hostilidade estrangeira a esta colonização e do reconhecimento dos resultados insatisfatórios em termos de eficácia e imagem externa do Brasil, as colónias sofrem uma quebra substancial nos anos 60. Por um lado, as dificuldades colocadas pelos países emissores diminui o caudal de imigração; por outro lado, o facto de os incentivos à imigração terem privilegiado a quantidade, em vez da qualidade, levou ao engajamento de população urbana ou de artesãos⁸⁴, não falando já em vadios, promovendo-se, deste modo,

⁸² A colonização brasileira procurou seguir os exemplos norte-americanos, que lhe servem sempre de termo de comparação. Por exemplo, a contratação por locação de serviços baseava-se na prática dos "indentured servants", embora sem as cautelas de dignificação que a lei norte-americana tomava, por exemplo, em relação ao carácter escravizante que os contratos poderiam assumir. Mais tarde, o maior êxito da Argentina na atracção de emigrantes fez com que a atenção do Brasil se virasse para os seus mecanismos de imigração.

⁸³ Cf. *Periódico dos Pobres no Porto*, nº 204, de 30.08.1853, pp. 996/997.

⁸⁴ Situações havia em que o "engajamento" era conscientemente assinado na convicção de fuga posterior. Veja-se o caso que se dá no desembarque da "Pernambucana", em que 45 "engajados" idos do Porto para uma fazenda, reclamam no consulado que haviam sido enganados, no momento de partida para a fazenda. Uns fizeram subscrições junto de conhecidos, outros arranjam patrões que lhes adiantaram as quantias em dívida, outros evadiram-se e apenas uma pequena parte seguiu o destino inicial. Diz o cônsul na Baía : "reconheci que os engajados não haviam formado tenção de se sujeitarem à lavoura da canna, e que só

a imigração de mão-de-obra pouco atreita aos trabalhos agrícolas, que não satisfazia os objectivos dos locatários. Estes começaram, então, a deixar cair o sistema de parceria para passarem a privilegiar os simples contratos de locação, individuais, numa utilização meramente salarial da mão-de-obra, mais fácil de dominar e com menos encargos, integrando-os nas fazendas organizadas, em rotinas de trabalho já organizadas. Por outro lado, a decadência das zonas do Norte do Brasil provocou movimentos de mobilidade interna, quer de trabalhadores, quer de escravos, então vendidos em grande quantidade, rumo às terras mais florescentes do Sul, suprimindo de algum modo as necessidades de mão-de-obra, as quais só voltam a ganhar maior amplitude na década de 70. Em 1885, porém, esta colonização subordinada apenas aos interesses dos fazendeiros esta já completamente abandonada, segundo Caio Prado Júnior⁸⁵. Continuam as políticas de imigração subvencionada, mas agora, era o governo que pagava as viagens para o Brasil, através de subsídios às companhias transportadoras, e o imigrante era depois distribuído pelas fazendas, conforme as solicitações, em regime de salariato, numa solução mais imediatista da falta de mão-de-obra, passando definitivamente para segundo lugar as preocupações com o povoamento.

Se este quadro geral de recepção justificava a apreensão da opinião pública e dos governos estrangeiros com responsabilidades neste tipo de emigração contratada e, conseqüentemente, a tomada de medidas restritivas, sublinhemos, porém, que, os aspectos mais escandalosos se verificavam à partida, e, neste campo, os transportadores nacionais tinham particulares responsabilidades. Ajustando com fazendeiros e agentes de colonização um prémio por cabeça, tanto mais ganhavam quantos mais emigrantes transportassem, daí que corressem riscos, sobrecarregando o navio, diminuindo às refeições e sua qualidade, às vezes em condições infra-humanas⁸⁶, utilizando os mais diversos expedientes para ultrapassar os problemas de indocumentação. Por outro lado, esta procura intensiva levava a criar redes de engajamento, muitas vezes comandadas por agentes das companhias colonizadoras⁸⁷, que contratavam para si ou para terceiros, vindos expressamente do Brasil

tinham firmado o contrato por ser esse meio o que se lhes offerecêra de passar para o Brazil, e não só isto tanto assim é, que muitos d'elles mo affirmaram, como porque facil é de acreditar, que artistas não são indivíduos competentes para se sujeitar a lavoura de qualquer natureza, e muito menos á da canna de assucar, reconhecida pela mais pesada de todas ellas", in Documentos Apresentados às Cortes na Sessão Legislativa de 1874... p. 56 (Doc. 56).

⁸⁵ In *Evolução Política do Brasil e outros Estudos*, S. Paulo, Brasiliana, 1964, p.253.

⁸⁶ A situação estava tão generalizada que, alguns proprietários de embarcações procuravam demarcar-se, fazendo inserir publicidade com os nomes dos passageiros a declararem as boas condições da viagem e alojamento, e a prodigalizarem os seus agradecimentos ao capitão, como é vulgar encontrar-se nas páginas de "O Comércio do Porto". Em que medida correspondia esta prática ao desejo dos passageiros ou se tratava apenas de um abuso, não o sabemos.

⁸⁷ Tornou-se particularmente polémica a acção da Associação Central Colonizadora, representada no Porto

ou aqui radicados, os quais eram acusados de aliciar os ingênuos e incautos que a todo o custo queriam ir para o Brasil e agora deparavam com o problema da passagem resolvido (normalmente o grande obstáculo). Por vezes até recebiam adiantamentos para os "preparos", não reparando ou ignorando, por não saberem ler ou por lhes ser apresentado um contrato fictício a alterar durante a viagem, as obrigações leoninas em que se enredavam, onde o ajuste por baixos salários era frequente, tendo em conta os que aufeririam em situação "livre".

O Barão do Valado, governador civil, descreve-nos os procedimentos habituais na contratação de colonos no Porto, aonde afluíam contratados dos diversos distritos do Norte, segundo ele com condições de remuneração muito diferentes: para as obras públicas alcançavam ordenados de 700 a 800 réis anuais em moeda brasileira (na altura, esta moeda fraca representava cerca de 50% da portuguesa, moeda forte), enquanto os que iam para trabalhos agrícolas venciam 60 a 90\$000 réis anuais, sendo sustentados pelos fazendeiros, com o abatimento posterior da quantia de 120\$000 (viagem e preparos, com adiantamento de 7 a 8\$000 réis), normalmente acrescida do juro de 5%. Sublinhe-se que, reduzindo em 50% estes valores de "moeda fraca", mesmo assim os salários a auferir representavam o dobro, às vezes mais, do que os salários médios obtidos em Portugal⁸⁸. Mais incerta era a situação dos que iam para o café, os quais não recebiam salário, pois iam trabalhar em regime de parceria acima descrito. Só que muitas vezes, como já referimos, o contrato era realizado posteriormente, de forma clandestina, não sendo apresentado às autoridades, nem assinado face ao notário, como mandava a lei. Era o chamado "engajamento a frete", pelo qual o colono assinava uma letra sobre o custo da viagem e comissão, comprometendo-se a pagar "antes de saltar em terra", letra que o fazendeiro pagaria a bordo, contratando os seus serviços, em condições mais penosas, dada a situação de debilidade pessoal do colono⁸⁹. Note-se que este processo de pagamento no final da viagem era já habitual para quem tinha parentes a recebê-los que se responsabilizavam pela despesa efectuada.

A legislação restritiva que, ao longo do século XIX, se procurou pôr em prática, dirigia-se em grande medida contra esta emigração contratada, que, no Brasil, ficava sob a alçada jurídica da "locação de serviços" e à mercê dos comportamentos de impunidade dos

por António Joaquim Andrade Villares, reincidente na não apresentação dos colonos e respectivos contractos para ractificação no Consulado português do Rio de Janeiro, facto que levou à proibição da sua intervenção neste campo por ordem do governo central (Portaria de 2 de Julho de 1859)

⁸⁸ O salário de um trabalhador rural oscila no Porto entre os 180-260 réis diários, conforme os concelhos, sem esquecer a frequência sazonal. Cf. BARÃO DO VALLADO, *Relatorio Apresentado á Junta Geral do Districto do Porto na sua Sessão Ordinaria de 1859*, Porto, Typographia de Sebastião José Pereira, 1859, mapa 24.

⁸⁹ Idem, *Relatorio Apresentado á Junta Geral do Districto do Porto na sua Sessão Ordinaria de 1857*, Porto, Typographia de Sebastião José Pereira, 1857, p.16.

fazendeiros, incidindo, em especial, nas condições de partida, ou seja, na componente inicial e nacional do processo. Nem sempre há interesse, por parte do legislador, em destrinçar a emigração contratada da livre, quando o objectivo era, por exemplo, o de desviar ao máximo a corrente para a África; mas essa distinção era sempre o grande argumento para os que defendiam a continuidade das ligações ao Brasil, como pólo de atracção dos fluxos migratórios e base de sustentação de um mercado externo e uma marinha mercante, perspectivando-se, deste modo, os escândalos observados e as ilegalidades cometidas como um caso de polícia. Na perspectiva do diário muito ligado ao comércio do Porto, *"os navios que daqui partem para o Brasil levam, na sua grande maioria, passageiros a quem se não pode dar a denominação de colonos. São jovens que vão buscar arrumação no commercio, ou artistas que procuram no alem mar trabalho ou melhor recompensa para a sua profissão. São bem poucos, proporcionalmente, os que vão contratados para a colonização brasileira"...*⁹⁰

Importa, então, perguntar: qual o peso específico desta emigração contratada no conjunto do fluxo anual? Sabe-se que o seu peso varia por regiões, sendo predominante nas Ilhas, em especial dos Açores, já que da Madeira, segundo o mesmo processo, a emigração seguiu, sobretudo, para as colónias inglesas (Demerara e Hawai). No caso concreto do Porto, se seguirmos as indicações dos relatórios do Governo Civil⁹¹, para todas as saídas pela barra do Douro, originárias de vários distritos, temos os resultados do Quadro 4.2 :

**Quadro 4.2 - Colonos saídos pela barra do Douro
para o Brasil, 1855-1861**

Ano	Passageiros	Colonos	% Colonos
1855	7803	1942	24,9
1856	7470	638	8,5
1857	5750	1321	23,0
1858	5075	724	14,3
1859	6424	976	15,2
1860	4411	391	8,9
1861	4910	1090	22,2
Totais	41843	7082	16,9

Fonte : Relatórios à Junta Geral... (diversos anos)

⁹⁰ In "Comércio marítimo", O Commercio de 03.08.1855.

⁹¹ Seguimos os relatórios apresentados à Junta Geral do distrito para os anos indicados.

Como o próprio governador refere, nem todos os colonos indicam a situação em que embarcam, simulando pagar a viagem, em face das obrigações que tal implicaria para os proprietários dos navios face à legislação existente, pelo que os números avançados tocarão a realidade muito por baixo. Na verdade, radica aqui a grande dificuldade de quantificação. A classificação de colono atribuída à saída de Portugal é apenas uma probabilidade que, na maior parte das vezes, se confirma. No entanto, a prática de contratos clandestinos e os engagements feitos na hora do desembarque faz subir vertiginosamente os níveis aqui encontrados, se acreditarmos na documentação consular. Mas não podemos esquecer, por outro lado, que embora em menor quantidade, a situação de viagem a pagar no destino é sempre susceptível de não se traduzir num contrato de locação de serviços, pois quer os cônsules, quer negociantes do Brasil procediam ao pagamento da passagem e favoreciam à arrumação de muitos dos jovens recém-chegados. Por fim, não esqueçamos os que se subtraíam às obrigações contratuais, quer fugindo na hora do desembarque, quer posteriormente. Mas de qualquer modo, o rótulo de emigração de contratados está longe de se poder generalizar a todo o fluxo migratório que do Norte de Portugal sai pela barra do Douro, quedando-se os números avançados pelos 17% do total de saídas, com momentos de maior intensidade. Mesmo aceitando a grande ocultação da celebração destes contratos, supondo que a realidade pudesse duplicar aquela percentagem, a emigração livre continuaria maioritária.

Como veremos adiante, a proporção de colonos no fluxo emigratório que sai apenas do distrito do Porto apresenta números ainda mais baixos, atendendo apenas aos dados fornecidos à partida. Mas, neste contexto, importa citar um conhecedor profundo da realidade brasileira da época: *"Os nucleos coloniaes portuguezes, fundados uns após outros no imperio, abortaram completamente sem nenhum successo apreciavel. E a razão d'isto é simples. Encontram alli os colonos portuguezes maior facilidade e vantagens, que os de quaesquer outras nacionalidades. A identidade de lingua e de costumes, bem como os laços e affinidades de familia, conciliam-lhes a convivencia e muitas vezes a intimidade, quer de nacionaes, quer de compatriotas, alli estabelecidos em quasi todas as villas e cidades, com mais ou menos antiguidade. Enquanto não conhece o paiz, conforma-se ordinariamente o colono portuguez com as estipulações do seu contracto; mas logo que aquella circumstancia desaparece [...] refluem então para os centros industriaes e commerciaes, onde vão encontrar facil emprego e mais larga recompensa de seu trabalho. É por isto que hoje em Portugal apenas se faz de longe em longe um ou outro contracto de locação de serviço."*⁹²

⁹² CARVALHO, A., ob. cit., pp. 284-285.

4.2.2 - Recrutas

A legislação sobre o recrutamento militar e a da emigração estiveram sempre intimamente ligadas, com inevitáveis pontos de contacto. Sendo a emigração um movimento com uma grande componente de jovens confrontava continuamente o poder com a eventualidade de não preencher os contingentes de recrutas previstos para as forças militares. A este aspecto prático, acrescia outro de carácter ideológico, pois com o liberalismo, as forças militares adquiriram um novo enquadramento que apontava para a universalização e a prestação pessoal do serviço, no âmbito mais geral dos direitos e deveres do cidadão. É esta mutação que um texto vintista pretende inculcar:

- Amar a Patria he o primeiro dever do Cidadão, e concorrer para a sua segurança he a sua primeira lei. E por isso todo o Cidadão he obrigado a defende-la com as armas, quando for chamado, sem excepção de estado, classe, ou condição. Pois em hum Governo Constitucional, aonde todos os Cidadãos são iguaes diante da Lei, nenhum Cidadão deve ser izento de hum dever tão sagrado.

- Pois o Rei não poderá fazer alguma excepção?

- Por via de regra não convém fazer-se; não porque alguma vez não podesse ter lugar essa excepção; mas porque se ficasse a porta aberta para esses privilegios, a poucos passos tornaríamos ao antigo despotismo, em que só os pobres herão soldados. Pois huma vez feito exemplo, os ricos, e poderosos, cuidarião muito em aprivilegiar-se: e deste modo só os filhos dos lavradores virião a ser recrutados, como succedia atégora; ao mesmo tempo que as Villas, e Cidades se vião innundadas de huma alluvião de ociosos, frequentando as casas de Café, em quanto os agricolas herão tirados da charrua, para hir defender a Patria, com tanto prejuizo da agricultura.⁹³

Este diálogo, extraído de um "catecismo" constitucional elaborado pelo Abade de Medrões, deputado às Cortes vintistas, confronta-nos, pois, com a nova ideia de serviço público do exército, dever do cidadão para com a Pátria, face à imagem tradicional e dominante que as massas populares retinham sobre esta função institucional, ou seja, a de que a "recruta" representava mais um imposto a sobrecarregar os mais humildes, o designado "imposto de sangue". Mas ainda era cedo para o conceito de "nação" se difundir

⁹³ MIRANDA, Inocencio Antonio de, *O Cidadão Lusitano, Breve Compendio em que se demonstrão os Fructos da Constituição e os deveres do Cidadão Constitucional para com Deos, para com o Rei, para com a Patria, e para com todos os seus concidadãos*, Lisboa, Impressão da Vª Neves e Filhos, 1822, p. 75.

no país real, que via o reino como o património do rei, defendido por um exército em que os fidalgos ocupavam os lugares de chefia e a soldadesca era composta de pobres e vadios, quase sempre arrastados à força para as fileiras. Conseguiu o liberalismo a pretendida "regeneração" neste domínio, transformando o exército num instrumento de harmonização social ? De que forma e com que ritmo, na perspectiva das suas eventuais ligações à emigração?

Se recuarmos até à Lei de 24 de Fevereiro de 1764, fruto da reorganização militar pombalina dirigida pelo conde de Lippe e que regulou os procedimentos para as "levas" das recrutas até à primeira década do século XIX, apercebemo-nos das razões populares contra o recrutamento. A despeito de a lei instituir uma certa transparência no processo das "sortes" e no contingente que caberia a cada distrito, baseando-se no princípio da proporcionalidade demográfica, a partir das listas de ordenanças que manda elaborar⁹⁴, a verdade é que as excepções previstas para o recrutamento são numerosas. São desde logo isentos os criados domésticos de fidalgos e ministros; os estudantes de colégios e universidades; os comerciantes e seus caixeiros e feitores; os marítimos (pescadores e marinheiros); os filhos únicos dos lavradores que lavrarem com dois até quatro bois; os filhos e criados de lavradores que semearem seis ou mais moios de pão, enquanto existissem nas respectivas companhias outros homens sem "*aquellas consideráveis qualidades*", salvo se excedessem as necessidades de trabalho quotidiano da lavoura de seus pais; os artífices que trabalharem por sua arte; dois aprendizes por cada artífice que fosse mestre de loja; os tesoureiros da Bula da Cruzada, em número de um por freguesia; os estaqueiros do tabaco, três por cada freguesia de cem vizinhos, e um por cada freguesia com menos de cem; feitores, criados e demais empregados nos contratos da Fazenda Real⁹⁵.

Em ocasiões excepcionais, em perigo ou situação declarada de guerra, tais privilégios podiam ser anulados. Assim aconteceu no final do século, com o Decreto de 24 de Outubro de 1796 que anulou os privilégios anteriores. Também houve alterações por ocasião das invasões francesas⁹⁶. Mas a reforma da legislação pombalina neste domínio só acontece com a publicação do novo "Regulamento de Ordenanças para o Reino de Portugal", publicado em 21 de Fevereiro de 1816, embora de pouca duração. No que respeita às isenções do recrutamento, são mantidas, no essencial, as que vinham de 1764, ainda que de forma mais especificada e, em alguns casos, ampliada, reconhecendo aquelas

⁹⁴ As listas de ordenanças constituem, assim, um duplo recenseamento militar, pois, a partir delas, se provia às ordenanças ou milícias e se recrutava para os contingentes das tropas de linha.

⁹⁵ In *Collecção das Leys, Decretos e Alvarás...*, tomo II, Lisboa, Oficina de Antonio Rodrigues Galhardo, ano MDCCXCIII, s/p.

⁹⁶ Alvará de 15 de Dezembro de 1809 e Portaria de 22 de Agosto de 1812.

situações que mais tarde se designaram de "amparo de família", bem como os casados depois dos 25 anos. Estas isenções constituem um aspecto a ter em conta na distribuição profissional operada no interior das famílias, condicionando as estratégias a desenvolver, pois o ingresso dos filhos segundos naquelas aristocracias do trabalho garantia, à partida, a isenção para as tropas de linha⁹⁷, aspecto que também explica a grande procura de profissões urbanas, em especial o comércio.

E o que era um soldado de linha neste tempo ? Recorrendo de novo ao "catecismo" do Abade de Medrões, teremos facilidade em compreender que *"o que antigamente recusava servir, ou fugia do serviço, podia ter alguma desculpa, porque hera obrigado a servir em quanto tinha forças, e depois hera demittido, quando já não podia trabalhar, nem ganhar o pão necessario para a sua subsistencia, e por isso ficava reduzido á mendicidade na sua velhice"* ⁹⁸. Agora, no novo sistema liberal, a recruta demorava apenas 7 anos, ao fim dos quais se volta livre para casa, de maneira que *"tendo assentado praça aos dezoito, póde aos vinte e cinco hir cuidar da sua vida"* ⁹⁹. O liberalismo procurava, pois, impor o princípio da universalidade na prestação do serviço militar e, concomitantemente, a redução do tempo de serviço a prestar, de modo a proporcionar a passagem pelo exército ao maior número possível de cidadãos. Neste contexto, a recruta desempenha também uma função de socialização, de que a ministração do ensino é apenas uma das componentes com algum efeito atractivo¹⁰⁰.

O quadro legal de recrutamento do liberalismo demorará, no entanto, a estruturar-se, através de uma legislação que, lentamente, incorpora alguns princípios novos e integra práticas mais arcaicas, conformes às conveniências políticas de momento.

No Setembrismo, a legislação promulgada previa o sorteamento entre os mancebos de 18 a 25 anos, com doze tipos de isenção, entre eles os amparos de família, os casados, os menores de 57 polegadas de altura, os empregados do governo ou de empresas com contratos, os tipógrafos, desde que alistados na Guarda ou Batalhões Nacionais, os pescadores, os irmãos de recrutas em serviço, os marinheiros com três anos de navegação ou três viagens de longo curso, os arraes e um homem em cada barco de 30 pipas para cima¹⁰¹, aos quais se acrescentaram professores de qualquer nível com aula pública e os

⁹⁷ O Regulamento de 21 de Fevereiro de 1816 comporta 15 itens para as diversas isenções.

⁹⁸ MIRANDA, I.A., ob. cit., p. 77.

⁹⁹ Idem, *ibidem*.

¹⁰⁰ O decreto de 4 de Janeiro de 1837 institui escolas elementares, que, no novo quadro saído das leis de 27 de Julho de 1855 e Regulamento de 10 de Janeiro de 1856, são encarregadas de ministrar o ensino primário.

¹⁰¹ Decreto de 25 de Novembro de 1836, in *Collecção de Leis e de Decretos*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1836. pp. 584-585.

estudantes do ensino superior, bem como os alistados em Batalhões de Voluntários¹⁰². Estava ainda previsto o direito de troca dos sorteados por outros indivíduos recenseados, bem como o de fazer-se substituir por outro que reunisse as condições necessárias para o serviço militar, ainda que maior de 25 anos¹⁰³. Os voluntários cumpriram 3 anos de serviço e os sorteados 6 anos.

A lei que sai em 1840 mantém no essencial as disposições anteriores¹⁰⁴, sobretudo no que respeita às isenções e trocas ou substituições, reduzindo a 5 anos o tempo de serviço obrigatório para os sorteados e 4 para os voluntários. As isenções sobem, no entanto, para dezassete no regulamento de 9 de Julho de 1842, que dá sequência à lei anterior. Esquecem-se os tipógrafos, mas surgem isenções para pequenos lavradores (os que lavrarem com uma ou mais junta de bois, e seus filhos, abegões e criados), para os feitores e administradores de quintas e fazendas, para os maiores de gado, além das anteriormente previstas.

A legislação de 1855 estabelece, finalmente, um quadro normativo mais consentâneo com o espírito liberal, definindo como campo de recrutamento a população masculina de 20 a 21 anos completos e, subsidiariamente, os de 21 a 22, no caso de os contingentes não estarem completos, sendo a escolha dos recrutas baseada no recenseamento e sorteamento, depois de esgotada a via do voluntariado. O tempo de recruta era de 5 anos efectivos e 3 na reserva¹⁰⁵. As exclusões são drasticamente reduzidas, respeitando apenas aos estrangeiros, clérigos, menores de 1,56 m de altura e aos incapazes fisicamente ou condenados a penas maiores. No entanto, contempla ainda os que apresentarem "substituição" ou que demonstrarem ser amparo de família e, em disposição transitória, os empregados no contrato do tabaco (art.71º)¹⁰⁶. A manutenção da possibilidade de troca com outro mancebo recenseado antes da formação da lista do contingente ou a apresentação de substituto mesmo depois de já estar a prestar o serviço militar, acaba por desarticular todo o sistema de "igualdade" que a doutrina liberal pretendia implementar: se na regra geral ficaram consagrados os princípios da

¹⁰² Decreto de 30 de Novembro de 1836 (em aditamento ao anterior), *ibidem*, p. 663.

¹⁰³ O recenseamento foi decretado, nesta altura, para os indivíduos entre os 18-25 anos.

¹⁰⁴ Lei de 15 de Setembro de 1826, de 25 e 30 de Novembro de 1836 e 12 de Junho de 1837.

¹⁰⁵ Pela lei de 09.09.1868 o tempo de serviço passou para três anos no activo e 5 na reserva, embora os da reserva pudessem ser chamados a efectivos, como aconteceu a 5 de Março de 1873. Cf. DUARTE, I. Sousa, *O Tributo de Sangue - Manual do Processo de Recrutamento Segundo a Legislação em vigor*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1876, p.13.

¹⁰⁶ Portarias e acordãos posteriores procediam a outras isenções, de forma casuística, como as dos empregados de empresas com as quais o Estado tinha contrato anterior e pelo qual concedera o privilégio da isenção. Foi, por exemplo, esse o caso da Fábrica de Lanifícios de Portalegre. Cf. CODIGO ADMINISTRATIVO - Nova Edição Oficial -Annotado, Lisboa, Imprensa Nacional, 1865, p. 106.

universalidade da lei, na excepção representou-se o particularismo típico de uma sociedade de privilégios, pois só os que tinham posses materiais poderiam comprar a substituição. Simplesmente, agora, o privilégio já não derivava de um estatuto funcional mas sim da capacidade económica, mais conforme aos novos tempos de ascensão burguesa ao poder. No mesmo sentido se pode interpretar o seu artigo 55º que determina:

"A nenhum mancebo, dentro da idade de dezoito a vinte e um annos completos, se dará passaporte para paiz estrangeiro, sem que dê fiança de como sendo chamado ao serviço do exercito, se apresentará ou dará substituto".

Naturalmente, a apresentação do fiador, tal como a capacidade para comprar a substituição no caso de ser sorteado, também não estava ao alcance dos grupos sociais mais pobres. O valor da fiança era estabelecido anualmente por decreto, com base nas informações dos governadores civis ao Ministério do Reino sobre os preços correntes das substituições nos respectivos distritos. Sublinhe-se que os ausentes no Brasil também estavam sujeitos às leis do recenseamento e recrutamento militar, excepto no caso de se terem ausentado juntamente com a família, pelo que a não apresentação ou substituição acarretava ser considerado refractário¹⁰⁷.

Com a Carta de Lei de 4 de Junho de 1859 este princípio de substituição, que persiste embora só depois do alistamento, toma outra direcção, em que a função do poder económico se torna mais explícita. Evitando as diligências particulares a que antes se estava sujeito para a procura de um substituto, o Estado passa a encarregar-se de contratar os que voluntariamente se oferecessem, através da nova figura da remissão:

"É permitido a qualquer mancebo recenseado, sorteado e julgado hábil para o serviço militar, livrar-se da obrigação respectiva, mediante a entrega de uma quantia em dinheiro igual ao preço de uma substituição" (art.7º).

Também por esta lei se antecipa para os 14 anos a idade a partir da qual só podem conceder-se passaportes para o exterior aos mancebos que apresentem fiança, garantindo-se deste modo a apresentação própria ou de substituto na eventualidade de ser sorteado.

Esta legislação acaba por criar um autêntico mercado de "substitutos" e, por parte da opinião pública, conseguir a libertação da recruta era quase uma obrigação social, um acto de solidariedade familiar ou de grupo, principalmente nos sectores sócio-profissionais que, por tradição, estavam isentos do recrutamento. Veja-se o caso dos pescadores que nas suas reclamações, por altura de um inquérito em 1868, apontam todos o grande sacrifício que representou a imposição do recrutamento, privilégio que diversas comunidades tinham

¹⁰⁷ A lei de 27 de Julho de 1855 deve ler-se em conexão com o Regulamento de 10 de Janeiro de 1856, que fornece disposições para a sua execução.

obtido dos monarcas antigos, sucessivamente renovadas, por meio de contributos fiscais ou prestação de outros tipos de serviço¹⁰⁸. Sublinhe-se, por curiosidade, que em 1851 o governo oficiava aos governadores civis, no sentido de fiscalizarem as localidades piscatórias e juntamente com os capitães dos portos procederem ao registo das matrículas das companhias, pois tinham-lhe chegado representações contra o abuso dos arrais em admitirem um número indefinido de indivíduos, superiores aos que as embarcações e apetrechos de pesca poderiam suportar, cujo objectivo era apenas o de facilitar a exclusão permitida pelo regulamento de 9 de Julho de 1842, que isentava os pescadores do recrutamento (artº 17, § 8)¹⁰⁹. Um pouco mais tarde, os estatutos do Montepio da Associação dos Pescadores, Artistas e Agricultores da Póvoa de Varzim, devidamente legalizados com chancela real de 10 de Junho de 1863, apresentavam como finalidade *"socorrer os socios no transe de suas vidas, procurar os melhoramentos das classes, e tratar do livramento de seus filhos quando sejam apurados para o recrutamento militar do nosso paiz, abraçando por isso as leis que nos regulam"* ¹¹⁰.

Neste contexto, compreende-se o efeito inflacionário da procura sobre o preço oficial das remissões (Quadro 4.3), quase triplicando no espaço de dez anos.

¹⁰⁸ Cf. ALVES, Jorge Fernandes, "A Pesca e os Pescadores do Litoral Portuense em 1868", Revista da Faculdade de Letras - História, vol. VIII, Porto, 1991, pp.151-184.

¹⁰⁹ A.G.C.P., *Maço contendo correspondência recebida*, 1851, M612.

¹¹⁰ In *Estatutos do Montepio da Associação dos Pescadores, Artistas e Agricultores da Povoá de Varzim*, Porto, Typ. do Diario Mercantil, 1864, p. 5 (art.2º). Os pescadores e marinheiros estavam sujeitos ao recrutamento marítimo, para prestação de serviço na armada, regulado por diversa legislação: dec. de 22 de Outubro de 1851, dec. de 25 de Agosto de 1859, portaria de 12 de Setembro de 1860, portaria de 19 de Dezembro de 1863.

**Quadro 4.3 - Preços das Remissões Militares
1856-1871**

Ano	Substituições	P/ refractários
1856	60\$000	96\$000
1857	72\$000	115\$200
1858	76\$000	121\$600
1859	87\$100	139\$360
1860	86\$100	137\$360
1861	76\$800	122\$880
1862	123\$006	196\$809
1863	139\$000	222\$400
1864	150\$000	240\$000
1865	150\$000	240\$000
1866	150\$000	240\$000
1867	181\$000	289\$600
1868	269\$000	430\$400
1869	123\$300	197\$280
1870	71\$025	113\$640
1871	70\$023	112\$036

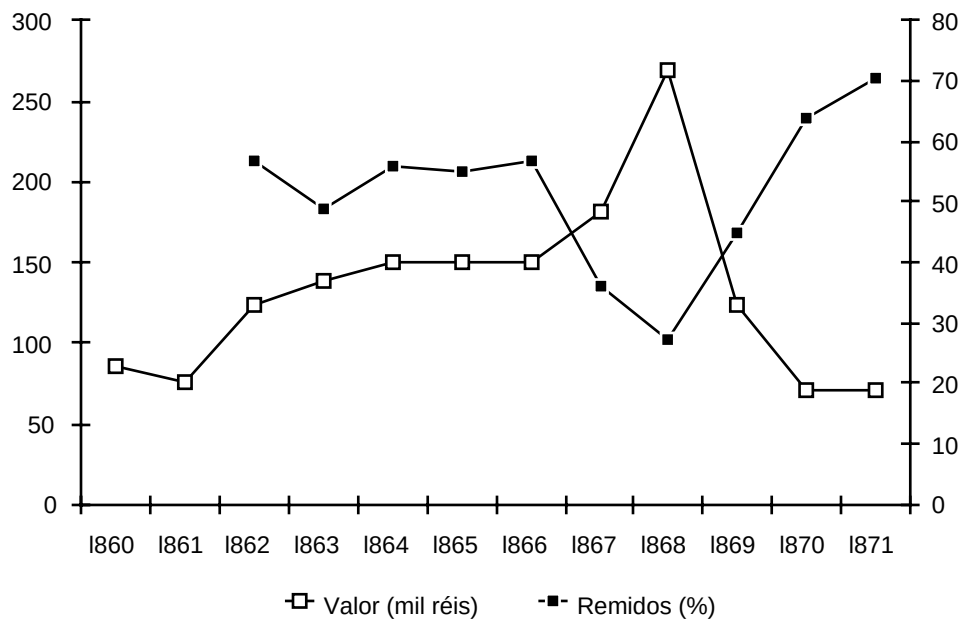
Fontes : Código Administrativo, ob. cit., pp.115-6
Primeiro Inquérito Parlamentar... 1873, p. 201

Estes preços ganham mais significado se tivermos em consideração que os salários evoluem de forma muito lenta. Para 1856, os salários nos trabalhos rurais oscilam, nos diversos concelhos do distrito do Porto, entre os 140-200 réis e os dos carpinteiros entre 240-300 réis; em 1860, para as mesmas profissões, a oscilação apresenta o leque de 180-260 réis e 280-340 réis, respectivamente¹¹¹. Considerando os salários mais elevados, verifica-se que, no ano de 1856, seria necessário a um jornaleiro o rendimento bruto de 300 dias úteis de trabalho para comprar um substituto, o que na prática se prolongaria por mais de dois anos, na hipótese, absolutamente inviável, de não haver despesas de consumo; em 1860, a situação agravava-se para 331 dias de trabalho. O carpinteiro tinha perspectivas um pouco melhores, correspondendo o mesmo a 200 dias (subindo para 252 em 1860), o que, na prática também se revelava impossível de conseguir. Logo, o processo das substituições/remissões apresentava uma indelével conotação de classe, só estando ao alcance dos mancebos que tinham na rectaguarda um grande apoio familiar, em termos económicos. Por isso, como reconhecia o governador civil, "*quasi todos os mancebos, que*

¹¹¹ Cf. *Relatório apresentado à Junta Geral do Districto do Porto...*, para os diferentes anos.

se apresentam á Junta de revisão, pertencem á classe pobre. São, pela maior parte, trabalhadores do campo, operários ou serventes. Individuos que trajem com certo aceio, que pareçam medianamente abastados e d'ahi para cima, é raro vêl-os alli. Os que tem fortuna para se remir, e para pagar sem grande violencia o tributo de sangue, esquivam-se a satisfazer este onus sagrado" ¹¹². Reconhecia, ainda, que havia casos de algumas famílias mais débeis que comprometiam todos os seus bens para remir os filhos, vendendo muitas vezes os bois e o carro, inviabilizando, assim, o seu modo de vida. Numa situação de mercado, o valor das remissões e a percentagem de recrutas que utilizam esta modalidade seguem as tendências da oferta e da procura, com o número de remidos a subir sempre que o custo da remissão desce a níveis razoáveis e, naturalmente, a descer quando a remissão assume valores exorbitantes (Gráf. 4.2).

¹¹² CASTRO, Miguel de Canto e, *Relatorio apresentado á Junta Geral do Districto do Porto na sua sessão ordinaria de 1862*, Porto, 1862, p. 10 (relatório referente a 1861).

Gráf. 4.2 - Distrito do Porto : Evolução das remissões

Fonte:

MORAES, J.T., Relatório Aresentado á Junta... (vários)

Surgem, então, os mais diversos oportunismos, sendo um dos mais curiosos o aparecimento de uma companhia de seguros para remissão do recrutamento, "A Protectora", a qual procurava tirar partido comercial da prática de formação de associações espontâneas em muitos lugares, através de *"um contracto entre os chefes de familia em que se obrigavam a contribuir com a somma necessaria para a remissão dos mancebos recrutados representados pelos membros da associação. Foi d'este modo que em Ovar, por exemplo, alguns mancebos hoje em boa posição social, se remiram por cerca de 45\$000 réis cada um"* ¹¹³.

Longe de contribuir para atenuar a fuga ao recrutamento, a legislação dos anos 50 é apontada como tendo contribuído para a exacerbar, quer pela carga de evidente injustiça

¹¹³ Cf. *O Commercio do Porto* de 12.12.1872. "A Protectora" suscitou grande polémica e teve uma duração reduzida, todavia não foi caso único. Um anúncio da Companhia, com indicação das suas agências nos diversos concelhos do distrito, pode ver-se no C.P. do dia 21 de Dezembro e dias seguintes. Naturalmente que "livrar das recrutas" se prestava a todo o tipo de expedientes. *"Quem mais recrutas livra, mais votos alcança"*, pode ler-se numa interessante análise do problema, in "O exército e o recrutamento", C. P., de 09.08.1872.

que acarretava, quer pela necessidade que criava nos mais afoitos de ir abanar a "árvore das patacas", jogando na sorte da emigração para resolver o problema. Em face dos custos inoportáveis de ambas as vias à disposição (remissão ou emigração legal) restava aos jovens a emigração clandestina ou a antecipação da partida para idades mais precoces, de forma a evitar a necessidade da fiança. Segundo o cônsul português no Rio de Janeiro, em 1864, a maioria dos emigrantes eram *"menores de quatorze annos, que só por se livrarem do recrutamento, são mandados por suas familias para o Brazil, sem recommentação alguma nem destino. É incalculavel o numero de creanças que vagueiam por esta cidade sem emprego, que estão todos os dias a incommodar a polícia e a mim, que não posso achar collocação para elles quando por ella me são entregues, o que esta acontecendo todos os dias"* ¹¹⁴.

A exploração dos livros de recenseamento militar¹¹⁵ pode trazer-nos alguma luz sobre este fenómeno, ainda que a sua informação não seja muito explícita sobre o paradeiro dos mancebos, pois se alguns registam os locais de ausência, outros indicam apenas essa situação sem indicação do local (Quadro 4.4). Procurando contornar essa dificuldade, registámos os que tem indicação expressa de ausência no Brasil, e, paralelamente, os que apenas indicam a situação de ausência, que obviamente tanto pode incluir o Brasil como o domicílio noutro local, incluindo, portanto, a mobilidade interna.

¹¹⁴ Documentos Apresentados ás Cortes.... p. 169

¹¹⁵ A.G.C.P, *Livro de recenseamento militar*, 1870-1899, nºs 4163 - 4593.

**Quadro 4.4 -Recenseamento Militar no Distrito do Porto
1875**

Concelhos	Recenseados	Brasil		Ausentes Desc.		Total Ausentes	
	Nºs	Nºs	%	Nºs	%	Nºs	%
Amarante	356	44	12,4	40	11,2	84	23,6
Baião	157	9	5,7	3	1,9	12	7,6
Bouças	168	25	14,9	-	-	25	14,9
Felgueiras	199	49	24,6	3	1,5	52	26,1
Gondomar	290	49	16,9	1	0,3	50	17,2
Lousada	215	21	9,8	102	47,4	123	57,2
Maia	154	18	11,7	2	1,3	20	13,0
Marco	308	19	6,2	108	35,1	127	41,2
Paços F.	106	26	24,5	25	23,6	51	48,1
Paredes	116	21	18,1	21	18,1	42	36,2
Penafiel	264	37	14,0	36	13,6	73	27,7
Póvoa V.	185	47	25,4	12	6,5	59	31,9
S. Tirso	290	47	16,2	76	26,2	123	42,4
Valongo	138	24	17,4	44	31,9	68	49,3
V. Conde	222	74	33,3	8	3,6	82	36,9
Totais	3168	510	16,1	481	15,2	991	31,3

Fonte : AGCP, Livros de recenseamento militar

Tomando como exemplo o ano de 1875, podemos verificar que 31% dos recenseados se encontram fora do domicílio familiar, onde legalmente são recenseados, metade dos quais (16%) se encontram reconhecidamente no Brasil, enquanto a outra metade (15%) está ausente em local desconhecido, provavelmente uns servindo em locais afastados, outros atraídos pelas cidades e outros ainda também terão ido até ao Brasil de forma clandestina. A dispersão concelhia é, no entanto, acentuada: excluindo os concelhos de Porto e Vila Nova de Gaia, cujos recenseamentos são geralmente omissos quanto a este tipo de informação¹¹⁶, observam-se situações que oscilam pelos 50% de ausências (Lousada, Paços de Ferreira, Valongo). A mesma dispersão se observa nas indicações sobre ausência reconhecida no Brasil, com os concelhos de história mais antiga nesta corrente

¹¹⁶ Decidimos retirar deste cômputo as informações relativas ao Porto e Vila Nova de Gaia porque as informações nos suscitam as maiores dúvidas. O livro referente a V.N. de Gaia simplesmente não dá qualquer informação quanto ao novo domicílio, embora não seja lícito concluir que estejam todos presentes na casa familiar, tratando-se antes de uma lacuna. Esse facto pode comprovar-se pelo seguinte exemplo: o administrador de V.N. de Gaia indica numa nota ao Governador Civil, para a freguesia de Avintes e ano de 1880, a situação dos sorteados para a recruta que ainda se não tinham apresentado à Junta de revisão - 13 constava terem falecido, 15 estavam no Brasil e 5 não apareciam. Ora o respectivo livro de recenseamento não faz qualquer referência a ausentes. Por sua vez, o livro referente ao Porto, apresenta uma percentagem enorme de "paradeiro desconhecido", o que, naturalmente, se relaciona com a dificuldade de controlo própria de um espaço urbano. (No levantamento dos livros de recenseamento militar, tivemos a colaboração do dr. Paulo Gouveia, a quem agradecemos).

migratória a apresentarem os indicadores mais elevados (Vila do Conde, Póvoa de Varzim), revelando que também neste campo as redes migratórias estão activas, embora tal facto possa ser interpretado como a sobreposição de práticas tradicionais ao fenómeno da fuga ao recrutamento, surgindo este não como uma causa da emigração, mas como consequência de a partida de jovens ser já um comportamento enraizado. Neste caso, o recrutamento surgia tanto como catalizador, incentivando a precocidade das partidas para obviar às suas exigências, como obstáculo, impedindo que alguns jovens partissem dado o filtro das medidas repressivas que a legislação impunha. Explicações estas compatíveis com os casos extremos de Lousada e Marco de Canavezes, que, apresentando indicações elevadíssimas de ausência dos recenseados, não indicam que ela se tenha efectuado para o Brasil em grande número, tudo apontando para que a tendência para a emigração esteja ainda abaixo dos níveis de migração interna nestes concelhos relativamente afastados do litoral.

Dos que iam para o Brasil, casos havia em que o retorno era relativamente rápido e o agora "brasileiro" apresentava documentação de nacionalizado, aproveitando as facilidades que a este respeito eram concedidas naquele país e jogando com esse factor para se subtrair ao recrutamento. Um caso ao acaso: em 1861, Mateus Barros, de 22 anos, marceneiro, de Rebordosa (Paredes) é preso pelo administrador do concelho e enviado sob custódia ao Governo Civil como refractário. Protesta por ser brasileiro, mas o passaporte que apresenta a confirmar esta asserção é considerado falso. O consulado brasileiro vai em seu apoio, pede explicações à autoridade, transcreve o extracto de passaporte pelo qual se reconhece a sua nova nacionalidade (devidamente visado pelas autoridades portuguesas e brasileiras) e solicita a sua reposição em liberdade. Ouvido em interrogatório, Mateus explica ter embarcado para o Brasil em Outubro de 1859, sem passaporte, na galera Amizade, por intermédio de um tal Padre António, da Terra da Feira, chegando ao Rio a 15 de Dezembro. Fora introduzido no navio com a ajuda do capitão, tendo-se escondido da visita das autoridades à embarcação. Em Janeiro de 1861, regressara por Lisboa, no navio "Monteiro 2º", de Lisboa para o Porto tomou o vapor Lusitânia, voltando a Rebordosa, onde foi detido a 19 de Fevereiro¹¹⁷. Um pouco mais de um ano para se fazer um "brasileiro" e escapar ao serviço militar! Mais fácil e mais barato do que encontrar um substituto ou pagar a remissão !?

Muitos recrutas, porém, limitavam-se a não comparecer à chamada, contando com a conivência das populações e autoridades locais, tudo contribuindo para que o distrito do Porto, tal como Braga e Viana, fosse um dos que maiores "dívidas" de imposto de sangue apresentava (Quadro 4.5).

¹¹⁷ A.G.C.P, *Maço contendo correspondência recebida*, 1861, M632.

**Quadro 4.5 - Estado do Recrutamento
Porto, 1877**

Anos	Contingentes	Recrutas		Dívidas	
		Nºs	%	Nºs	%
1863	664	452	68,1	238	35,8
1864	324	220	67,9	104	32,1
1865	274	218	79,6	57	20,8
1866	298	238	79,9	61	20,5
1867	682	537	78,7	146	21,4
1868	884	622	70,4	264	29,9
1869	962	678	70,5	284	29,5
1870	696	561	80,6	135	19,4
1871	903	699	77,4	207	22,9
1872	961	618	64,3	343	35,7
1873	948	591	62,3	357	37,7
1874	938	476	50,7	462	49,3
1875	922	424	46,0	498	54,0
1876	913	400	43,8	513	56,2
Totais	10369	6734	64,9	3669	35,4

Fonte :

MORAES, J.T., Relatório Apresentado á Junta... 1878.

Em 1877, a dívida do distrito do Porto ao recrutamento do exército era de 3669 recrutas, ou seja, 35,4% do total que lhe fora atribuído desde 1863. Note-se que no "pagamento" (coluna "recrutas") não só se inclui a apresentação de recrutas mas também os voluntários e os processos de substituição e remissão, incluindo ainda a possibilidade de a dívida ser compensada pela prisão de refractários de outros distritos e sua apresentação compulsiva¹¹⁸. Os 65% de recrutas não significam, assim, que do contingente atribuído o Porto apresentou aquela percentagem de homens, mas tão só a proporção do cumprimento do dever através das várias modalidades previstas na lei. Em teoria, podia-se cumprir o recrutamento a 100% sem apresentar um único soldado.

O sistema das remissões desaparece com a lei de 17 de Abril de 1873, voltando-se à possibilidade de troca e substituição, ressurgindo as remissões em 1884. Tal facto fez aumentar a "dívida" do Porto, como se pode observar no Quadro 4.5, para os anos de 1874 e seguintes, porque a remissão, ao contrário da substituição, era um processo muito

¹¹⁸ Razão esta, porque, no quadro apresentado, a soma de recrutas e das "dívidas" somam ligeiramente mais do que o total dos contingentes previstos, pois era vulgar o concelho do Porto apresentar mais do que os que lhe eram atribuídos, devido à prisão de refractários ser aqui mais eficaz. Alguns eram presos quando se preparavam para embarcar.

simples, bastando pagar a respectiva quantia, possibilidade a que alguns emigrantes recorriam como forma de resolverem a sua situação militar e poderem voltar livremente a Portugal. Saliente-se que, desde 1877, como já se disse, a fiança era exigível a todos os menores de 22 anos que emigrassem sem acompanhamento familiar, pormenor que agrava ainda mais a possibilidade de emigrar dos pobres que tinham como anterior recurso a antecipação à idade legal.

Finalmente, em 1887, declara-se o serviço militar obrigatório e pessoal, admitindo-se apenas a substituição entre irmãos e a troca de número entre mancebos apurados no mesmo concelho ou bairro do mesmo ano.

A opinião geral da época, colhida na imprensa ou em diversos autores, estabelecia uma conexão muito grande entre emigração e recrutamento, que a própria legislação confirmava. Associado ao recrutamento andava, assim, um preconceito antigo, socialmente desqualificador, pois em vez de a recruta ser considerada uma escola de virtudes transformava-se num meio de que se desconfiava, na medida em que os vadios e os pobres compunham o grosso das colunas das tropas de linha. O grande número de isenções, quase todas associadas à utilidade funcional das mais diversas ocupações/profissões, levava a que, por associação, se considerasse o corpo do exército, ao nível da soldadesca, de baixo nível social, para o que também contribuía o tempo indefinido de recruta, incompatível com uma inserção profissional posterior¹¹⁹. Basílio Teles dá-nos uma versão literária das representações populares a este respeito, aonde subjaz claramente a dicotomia entre o "bem" rural e o "mal" urbano:

*"Aos olhos d'esses homens laboriosos e ingenuos, a vida militar não passa de vadiagem; só serve para lhe estragar e desmoralizar o rapaz, incutindo-lhe vícios, inoculando-lhe doenças, e pondo-o na rua, afinal, sem officio e sem recursos. Quando largar a arma e as correias, - em que se ha de empregar o rapazola, desacostumado da vida sobria e rude do campo ? Provavelmente deixa-se ficar nas cidades, onde se casa ou se amanceba, esquecendo a aldeola e os pobres velhos ."*¹²⁰

Daí que a fuga às recrutas fosse uma preocupação permanente, desde a escolha do emprego até à fuga para o Brasil, consoante os casos. Se a população em geral estava ainda longe de interiorizar o sentimento nacional, a verdade é que o novo regime político também

¹¹⁹ Sublinhe-se o facto de o serviço militar ser em si mesmo um factor de êxodo rural, na medida em que a vida "emoliente" das casernas tornava inapetecível o trabalho agrícola em fase posterior, pelo que grande número de recrutas evitava o retorno definitivo à terra. Cf. PITIÉ, Jean, *L'Exode Rural*, Paris, P.U.F., col. Que sais-je?, 1979, p. 31. Cf. ainda, WEBER, Eugen, *Peasants into Frenchmen - The modernization of Rural France, 1870-1914*, Londres, Chatto & Windus, 1979, pp. 292-302.

¹²⁰ TELLES, Basílio, *Carestia da Vida nos Campos - Cartas a um Lavrador*, Porto, Livraria Chardron, 1904, p. 80

só muito lentamente deu corpo ao espírito generalizador de que enformava a ideologia, mantendo para além do tempo aceitável velhas e novas formas de discriminação social face aos deveres militares. Esta lentidão no sentido de aproximar a prática da teoria não era uma precaução política¹²¹, uma autêntica cedência, para não ferir demasiado a susceptibilidade dos grupos profissionais tendencialmente urbanos, por tradição, habituados ao mecanismo da isenção militar, e que agora se vêem subitamente confrontados com exigências que antes só diziam respeito praticamente aos sem-profissão? Caixeiros, artesãos, criados de nobres não são agora compelidos ao serviço militar, ou, pelo menos, ao seu pagamento, preferindo canalizar para a emigração as energias que a meia dúzia de anos no activo lhes retiraria? Nesta perspectiva, a emigração que radicasse a sua razão de ser na fuga ao recrutamento ganhava tons de arcaísmo, sintoma da falta de cidadania, sempre tão apregoada e que nos inícios do século XX leva a República a promover uma educação primária de cunho acentuadamente patriótico e militarista, desde o cantar quotidiano do Hino Nacional aos regulares exercícios de marcha militar. Mas a possibilidade criada pelo sistema de pagar o imposto de sangue pelas duas vias - a imposição fiscal para os favorecidos em termos económicos e o sangue para os mais pobres, retira qualquer legitimidade para se analisar a fuga ao recrutamento em termos de interiorização de cidadania, antes sendo um factor da sua debilidade e criando efeitos de inércia que se prolongaram mesmo quando o sistema se tornou mais justo, com a obrigatoriedade de prestação pessoal.

A relação entre a fuga ao recrutamento e a emigração era, pois, um facto, quer na sua forma legal, através da fiança ou por antecipação das idades de partida, ou pela via da clandestinidade para os menos afortunados economicamente. Fuga que as leis da emigração procuravam travar, quer exigindo garantias financeiras como garantia do cumprimento do dever (fiança), quer alargando sucessivamente as idades para a sua exigência, como já vimos¹²², podendo dizer-se que este problema passou a constituir a obsessão dos legisladores, ultrapassada a fase inicial das preocupações com os colonos engajados. No entanto, não é fácil discernir as relações de causa e efeito, apesar de os testemunhos da época apontarem o recrutamento como causa da emigração, hipótese verdadeira em muitos casos, mas que não é susceptível de generalização. Caso contrário, como se compreenderia que indivíduos libertados pela fiança ou pela remissão emigrassem

¹²¹ A legislação do recrutamento (tal como a da emigração) procura sintonizar-se com as leis europeias dos países mais avançados do tempo, e reflecte as inovações que por lá vão aparecendo, mas esse acompanhamento faz-se sempre com grande atraso. Cf. MORAES, Joaquim Tabner de, *Relatório Apresentado á Junta Geral do Districto do Porto na sua Sessão Ordinária de 1878*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1878, pp. 18-19.

¹²² Cf. nota 37 deste capítulo.

também? O recrutamento é apenas uma pequena peça do vasto puzzle que enquadrava o contexto expulsivo da emigração.

4.2.3 - Clandestinos

"Apesar das mais cuidadosas revistas e buscas em hum Navio á sahida deste Porto, ainda está para vir a 1ª viagem, em que depois de largar a catraia do piloto, dando-se nova revista no Mar, não surdão debaixo da lenha, ou do fogão, d'entre as pipas d'agoada, e de baixo da lancha os chamados filhos do navio, entes desgraçados e abandonados que na occasião mesma da sahida do navio se introduzirão nelle. Aqui não ha saber e vigilancia do Capitão: seria mister revolver os mais miudos lugares do navio, todos os seus aprestos e utensilios, porque lá está algum destes entes. E então o capitão hade voltar ao porto ou lançalos ao mar, ou terá de soffrer multa! Elle em verdade la levou um individuo sem passaporte. Elle infringio os artigos ou antes, elle não infringio nada, e todavia ahí temos uma discussão, ahí temos não só o Capitão mas tambem o fiador envolvido" ¹²³.

Furtivos, raros e indetectáveis os "filhos do navio", mas sempre presentes, assim se desculpam e denunciam os defensores dos interesses dos veleiros portuenses perante as ameaças que a lei de 19 de Agosto de 1842 apresentava aos coniventes nas saídas para o estrangeiro sem passaporte, impondo uma multa e fiança elevadas (suspensas pouco depois, com já vimos). A sua estratégia passava, então, por desvalorizar a clandestinidade e confrontá-la com a enormidade das medidas punitivas daí decorrentes para os transportadores.

Apertar a malha burocrática da saída e incriminar depois, são, por seu turno, os princípios básicos de todos os projectos legislativos que visam reprimir a emigração, fazendo explicitamente apelo aos processos indirectos descortináveis, de forma a não chocar com a liberdade de mudança de domicílio prevista na Carta Constitucional. Na prática, tais projectos, quando transformados em lei, tornam-se altamente permissivos porque não apostam num procedimento geral de barrar a emigração: esta palavra, no século passado e no ambiente legislador, parece ter só uma conotação, a de hemorragia de mão-de-obra, a saída massiva das massas populares, daí que os meios encontrados sejam de natureza fiscal ou de proibição selectiva (contra os contractos de colonos), promovendo-se,

¹²³ A.A.C.P., *Documentação avulsa*, texto de uma representação ao Governo de 6 de Setembro de 1842. Transcrita, com algumas gralhas in P.P.P., nº 239 de 10.10.1842, p.1115.

em simultâneo, uma propaganda anti-emigratória que apresenta o emigrante senão como um criminoso, pelo menos como um anti-patriota, um "íngrato" para com a terra-mãe.

A esta linha não foge a Igreja, que, enquanto canal de informação, era frequentemente solicitada pelo poder a exercer um papel de "esclarecimento" e de alerta junto das massas populares sobre os sacrifícios, riscos, perigos e imprevidência que a emigração representava. Esta solicitação era tanto veiculada oficialmente, como defendida na imprensa em artigos de opinião. Um pedido habitual por parte dos poderes públicos aos párocos era a da leitura das relações obituárias dos portugueses falecidos no Rio de Janeiro e publicadas pelo Diário de Lisboa/Diário do Governo, não só no sentido informativo como no dissuasor da emigração¹²⁴. Outro exemplo dessas pressões, a desenvolver por administradores dos concelhos e regedores junto dos párocos, é a circular do governador civil do Porto, por ocasião de uma campanha de contratação para Nova Orleães, em 1872: *"... se pelos seus incessantes esforços conseguir desviar dos povos a idea da emigração, que d'elles se apossou, terá V. S^a. prestado ao paiz um importante serviço. N'este intuito deve V. S^a. sollicitar toda a cooperação dos Regedores de parochia, dos reverendos Parochos, e de todos os indivíduos que pelas suas luzes e posição social exerçam nos povos influencia moral. Quando o conselho parte de taes individuos cala facilmente no animo dos povos, e é meio efficaz de bem os dirigir e guiar"*¹²⁵.

Mas o governador civil do Porto (na altura, Bento de Freitas Soares) foi mais longe e sugeriu o mesmo tipo de intervenção a vários bispos do Norte. Ao que apurámos, apenas recebeu a resposta do Arcebispo de Braga, solidário *"com o gravissimo mal que a emigração esta causando a este paiz e causará aos próprios emigrantes"*, dando-lhe conta da provisão pastoral que em tal sentido dirigira a todos os párocos. Trata-se de um texto¹²⁶

¹²⁴ Cf., por exemplo, as portarias de 29 de Agosto de 1860 do Ministério do Reino e a de 30 de Agosto de 1860 do Ministério dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça (Diário de Lisboa de 30 de Agosto, nº 197 e D.L. de 3 de Setembro, nº 200). Sublinhem-se ainda, neste contexto, as sugestões prévias (7 de Maio de 1860) do Conde de Tomar, para publicação das listas de óbitos de portugueses no Brasil em vários periódicos, com intuítos de propaganda: *"Afigura-se-me que este systema seria preferivel ao de publicar em um só diário de Lisboa uma longa lista de nomes. A circumstancia que se notaria, de que a maior parte morrem de febre amarella, e quasi todos na melhor e mais apropriada idade para fazer fortuna e para trabalhar, seria, no meu entender, a cruzada mais poderosa que se poderia mover contra a emigração. Daria isto ainda logar a occupar-se frequentemente a imprensa portugueza de tão importante objecto, porque tinha sempre thema para discorrer; estou quasi certo de que algum bom resultado se havia de tirar d'este meio."* In *Documentos Apresentados ás Cortes...* p. 112 (doc. 106).

¹²⁵ Circular de 24 de Abril de 1872. Transcrita in *Primeiro Inquérito Parlamentar sobre a Emigração Portuguesa pela Comissão da Câmara dos Senhores Deputados*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1873, pp. 192-193.

¹²⁶ A.G.C.P., *Maço contendo correspondência recebida*, 1872, M666. Transcrita in CARVALHO, Augusto de, ob. cit., pp. 265-268.

marcado pelo paternalismo, em consonância com o produzido pelo governador civil, sublinhando dois tipos de preocupações:

a) - a ruína da pátria, na sua componente agrícola: *"Quando a nossa patria deplora o ingrato abandono, a que seus filhos mais validos, na flor da vida, e com pregnant ingratidão a sacrificam, privando-a de seu valioso e honesto trabalho, cuja falta vae reduzir seus campos a completa esterelidade, abandonando-a a braços invalidos e impotentes para poderem prestar-lhe trabalhos agricolas, que possam evitar a penuria que já se antolha"...*

b) a denúncia das condições de engajamento, para *"a mortífera e inhospita região, distante do mar quarenta e cinco legoas [...] em dilatada e perigosa viagem, e fixarem sua residência, e empregarem seus braços na rotação do inculto terreno, que apenas alguns escravos podem habitar, mas nem em todas as estações do anno, tal é a inclemencia e mortandade nas margens d'aquelle notavel rio, cemiterio dos estrangeiros, que ali fazem paragem"*.

Exortando os párocos a dar bons conselhos e a persuadirem os seus paroquianos do carácter perigoso e funesto da emigração, o Arcebispo ordena a publicação da pastoral na missa conventual em dois dias santificados, insistindo na dramatização do quadro que se depararia aos emigrantes : *"Não deixem os Reverendos Parochos de descrever a seus jovens parochianos as lamentaveis circumstancias, que acompanharão seu finamento, abandonados de suas familias, parentes e amigos, e até, talvez, dos socorros espirituaes estabelecidos pela Santa Egreja Catholica para a hora do finamento de seus filhos" ...*

Esta posição oficial da Igreja nada tem a ver com a prática paroquial intimamente ligada à emigração. Na prática, a relação entre o corpo doutrinal e as personalidades singulares não escapa ao processo de osmose que a interacção quotidiana promove entre os indivíduos. Poderia o pastor estar em dissonância com as suas ovelhas? De resto, sendo a emigração legal baseada na certidão de nascimento passada pelo pároco (na ausência do registo civil que ainda se fazia sentir), não admira até que haja uma ou outra suspeita sobre pequenas alterações de idades, com consequências relevantes em todo o processo. Por vezes, surge mesmo a denúncia, como a que foi comunicada ao Bispo do Porto e ao Procurador Régio contra o pároco encomendado de Serzedo (Gaia), que *"abusando da boa fé do Reverendo Reitor [...] passou falsamente uma certidão de baptismo de um filho de Manuel Coelho Canelas por nome Domingos, declarando que ele havia nascido no 1º de Fevereiro de 1851, quando ele nasceu no 1º de Fevereiro de 1849, e a submeteu*

subrepticiamente à assinatura daquele respeitado Parocho", conseguindo assim que o dito embarcasse sem prestar a fiança exigida em virtude do recrutamento militar ¹²⁷

Apesar da política de dissuasão e do tom geral de dramaticidade prevalecente, que a eclosão cíclica da febre amarela no Brasil justificava, o tecido social persiste, em crescendo, na solução emigratória. E quando as medidas burocráticas sufocavam as expectativas individuais e familiares, dava-se o salto, contornava-se a lei. Entrava-se na clandestinidade. Atravessado o "charco" imenso que o Atlântico representava, mas a que a designação popular conferia dimensões acessíveis, não havia mais problemas com a autoridade. Do lado de lá ninguém era penalizado por falta de documentação, pois a representação consular portuguesa, de reduzida dimensão e evidenciando, com frequência, atitudes ambíguas, só muito raramente agia segundo o espírito da lei portuguesa¹²⁸. Do lado brasileiro, a recepção ao estrangeiro decorria sem problemas: o decreto imperial nº 1531 de 10 de Janeiro de 1855, anulava os títulos de residência e passaporte antes necessários, pelo que *"o estrangeiro chegado ao império, apenas obtenha o visto da autoridade brasileira no seu passaporte, acha-se habilitado para ir livremente a qualquer ponto do interior, ou mesmo para mudar de provincia, sem dependência de outra alguma condição"*, como forma de facilitar a colonização¹²⁹. Não esqueçamos, contudo, o doloroso enquadramento legal para o que entrasse contratado com locação de serviços, enquanto não estivesse desonerado das dívidas contraídas à partida.

Mas nos meados do século XIX, o fenómeno da clandestinidade ganha foros de problema nacional, o debate que precede e acompanha a produção legislativa apresenta-a como um escândalo a que urge pôr cobro, e os exemplos encontrados são publicitados até à exaustão num quadro em que a generalização se processa rapidamente.

Como se nos apresenta, então, este fenómeno da clandestinidade, o que significa em termos quantitativos e qualitativos, como se articula face aos procedimentos normativos ?

Sob o ponto de vista quantitativo, a avaliação da clandestinidade é de grande importância na medida em que, se assumir grandes proporções, diminui a

¹²⁷ AGCP, *Livro de correspondência expedida a várias entidades*, nº 1038, 1866-1870, ofícios nºs 116 e 117 de 13.02.1867.

¹²⁸ Embora haja um caso ou outro de reenvio a Portugal de indocumentados, os representantes do consulado limitavam-se a registar as situações de clandestinidade e a dar conta da ocorrência e do respectivo capitão ao Ministério dos Estrangeiros portugueses, contribuindo para a contratação dos emigrantes. Este facto, personalizado no Barão de Moreira, conjugado com outras pretensas anomalias, fez com que se desenvolvesse uma enorme campanha da colónia portuguesa contra o cônsul-geral, acusado de conluio com os interesses brasileiros, que levou à sua destituição. Nessa campanha colaborou longamente "O Comércio do Porto", publicando grande número de documentos que pretendiam incriminá-lo, em virtude do que o Barão acabou por ter de deixar aquele lugar. Cf. aquele jornal para os anos de 1861-1862.

¹²⁹ "Nota do Ministro dos Estrangeiros do Brasil ao Encarregado de Negócios de Portugal", in *Documentos Apresentados às Cortes...*, p.9.

representatividade da emigração legal. Recuando até à época, segundo o testemunho do governador civil do Porto, emitido em 1872, a emigração clandestina devia representar cerca de 5% da legal¹³⁰. Era uma opinião que, de algum modo o mesmo governador (Barão do Vallado) partilhava há mais de uma década: *"a emigração clandestina é em pequena escala; o que abunda são os engagements, e contractos clandestinos"* ¹³¹. Ora esta margem de clandestinidade é a que tem sido encontrada em estudos que confrontam as fontes nacionais com as de origem estrangeira, como demonstram os estudos de Ioannis Baganha sobre a emigração para os Estados Unidos, a qual estima em 5% a emigração clandestina entre 1855-1878, subindo para 13% no período 1878-1890 e para 15% entre 1897-1910¹³². Ou seja, ao contrário das expectativas dos legisladores, à medida que a legislação se torna mais repressiva o efeito não é a queda da emigração mas a subida da clandestinidade. Infelizmente, a ausência e/ou debilidade de estatísticas de imigração no Brasil para o século passado não conduz a resultados concludentes, embora J. Costa Leite tenha desenvolvido esforços no sentido de esclarecer o problema, concluindo que *"as estatísticas portuguesas saem reforçadas do confronto com as estatísticas estrangeiras"*, pelo que se não *"exigirmos uma precisão total, podemos utilizá-las como expressão numérica adequada da emigração portuguesa"* ¹³³.

Analisando friamente a documentação da época, não podemos deixar de reconhecer que todo o barulho produzido nas décadas de 50 e 60 em torno da clandestinidade surge como excessivo, pelo menos no que ao Porto se refere, e tinha objectivos claros de criar um clima facilitador à adopção de medidas restritivas. Suspeitamos mesmo que a concorrência entre os grupos de interesses dos vapores e dos veleiros não é alheia ao problema, verificando-se pela década de sessenta uma concorrência desigual entre as duas linhas, facto visível na publicidade, onde os veleiros divulgam preços mais baratos, melhores condições de alojamento e alimentação, assumem o encargo da deslocação do Porto para Lisboa aos emigrantes e, pormenor importante, conseguem à partida a ilibação de suspeitas, vendo consagrada nas sucessivas leis a isenção das visitas fiscalizadoras. Mas os interesses ligados aos vapores e às carreiras internacionais não são neutros no problema da clandestinidade, como nos mostra o exemplo da "leva" de colonos que em 1870 se dirigiu

¹³⁰ *Primeiro Inquérito Parlamentar sobre a Emigração Portuguesa...*, p.179.

¹³¹ BARÃO DO VALLADO, *Relatorio Apresentado á Junta Geral do Districto do Porto na sua Sessão Ordinaria de 1859*, Porto, Typographia de Sebastião José Pereira, 1859, p. 9.

¹³² Cf. BAGANHA, Maria Ioannis B., "Uma imagem desfocada: a emigração portuguesa e as fontes portuguesas sobre emigração", *Emigracion Española Y Portuguesa A America*, Alicante, Instituto de Cultura Juan Gil-Albert, 1991, p. 173. (Artigo igualmente publicado in *Análise Social*, vol, XXVI (112-113), pp. 723-739).

¹³³ In "Emigração Portuguesa: a lei e os números (1855-1914)", *Análise Social*, nº 97, p. 475.

de Lisboa para S. Paulo no vapor inglês *Santos*, à ordem de Augusto Gavião Peixoto, numa altura em que praticamente os contratos de locação de serviços já quase se não praticavam, os quais seguiam com obrigações bastante onerosas, sendo interceptados pelo cônsul que obrigou à sua libertação, pagando as despesas de viagem e arranjando-lhes serviço livre melhor remunerado¹³⁴. Ou mais tarde, em 1886, na via de clandestinidade que corria por Vigo, como nos relata o vice-consul nessa cidade, ao identificar agentes de emigração clandestina em Portugal conluiados com "*los consignatarios de los Vapores, cujo unico deseo, es embarcar el maior número de pasajeros sin importarles su prodecencia*", referindo os passaportes falsos ou os embarques "*fuera de la ria, á donde son conducidos en botes que esperan la venida del Vapor*"¹³⁵.

A clandestinidade existia, sem qualquer tipo de dúvida, e, no Porto, estavam perfeitamente identificados os navios e os respectivos proprietários que eram "useiros e vezeiros" no transporte de clandestinos e outras manobras ilegais. Por outro lado, como porto de embarque, recaía sobre as autoridades da cidade (Governador Civil, Intendência da Marinha, Polícia Marítima) a responsabilidade final sobre os actos de clandestinidade efectuados noutros distritos, sendo extremamente frequentes os de Braga, o que, em termos nacionais, fazia sobressair o Porto como um dos principais centros de falsificação, na medida em que era por aqui que se escoava o maior volume da emigração continental e onde decorria o último acto fiscalizador antes da partida - a visita ao navio. Mas, sobretudo, a emigração efectuava-se com grande desregulação, para o que contribuíam os diferentes comportamentos das autoridades nos dois lados do Oceano. A este respeito basta lembrar a disparidade existente entre o preconizado no que respeita às multas por transporte clandestino ou ilegal (quase simbólicas por parte do Brasil) ou a relação entre o número de passageiros e a tonelagem, desde os diferentes procedimentos para o cálculo desta ao "ratio" estabelecido, mais elevado em Portugal (2 passageiros/5 toneladas) do que no Brasil (1/1): de resto, o "ratio" português era o mais elevado em termos europeus, pois o inglês era de 1/2, facto que levantava críticas aos transportadores, na medida em que punha fora de concorrência as viagens em barcos portugueses pela elevação dos custos, contribuindo para acelerar o fosso com os vapores ingleses, uma vez que os regulamentos a cumprir eram os do porto de origem. Neste caso, um navio de 500 toneladas de arqueação, podia legalmente transportar 200 passageiros se saísse de Portugal, 250 se saísse de Inglaterra e 500 se saísse de países onde não havia regulamentos e no qual se aplicava, então, o brasileiro.

¹³⁴ *Documentos Apresentados ás Cortes...*, docs. 212 e 217, pp. 195-199.

¹³⁵ A.G.C.P., *Maço de Correspondência recebida*, 1886, M709.

As diversas modalidades de clandestinidade tem incidências diferentes, apresentando uma grande diversidade de efeitos. O Barão do Vallado descreve-nos¹³⁶, com algum pormenor, as normas processuais para a obtenção do passaporte, teoricamente só fornecido depois de verificados uma série de requisitos, bem como os desvios mais conhecidos. As exigências burocráticas são variáveis, conforme a situação do impetrante. Genericamente, este devia documentar a naturalidade no distrito ou domicílio há mais de seis meses, com indicação sobre a situação face ao recrutamento, através de guia ou certidão passada pelo administrador do concelho, e a prestação de fiança, se necessário; no caso de ser menor, tornava-se necessária prova de consentimento (do pai, tutor ou juiz); se casado, era preciso termo de consentimento da mulher, mas se o impetrante fosse mulher casada devia apresentar "*carta d'ordem*" do marido para ir para a sua companhia ou duas testemunhas abonatórias; se emigrassem como passageiros livres, tinham de apresentar recibo de pagamento da viagem e o transportador assinava termo de não transportar colonos, se a situação fosse geral; se fosse colono, tinha de apresentar contrato de locação de serviços, celebrado perante notário, nos termos da lei (prova de autorização do empregador para celebrar contratos, presença dos pais para os contratos de menores, cláusulas com indicação de local do serviço e limite de tempo não excedente a três anos, proibição de cedência a terceiros, proibição de separação das famílias, ratificação do contrato à chegada no Consulado português), bem como se exigia a fiança de 4000\$ ao transportador. Depois da concessão do passaporte, procedia-se ao visto do vice-cônsul do Brasil. A partida do navio não se fazia sem a prévia visita da Intendência da Marinha, de um empregado da Alfândega, do Delegado de Saúde e do Encarregado da Polícia do porto, os quais deviam verificar as condições de navegabilidade da embarcação, a existência de facultativo a bordo, a quantidade e qualidade dos mantimentos e aguada, o controlo dos passageiros, através dos passaportes com a lista de embarque e sua relação com a tonelagem, bem como a busca para verificação de fugas.

Uma cadeia burocrática longa, susceptível de distorção em muitos pontos do percurso. Eis as infracções mais usuais nos finais da década de 50, segundo o Barão do Vallado, algumas delas interligadas:

- 1- Passageiros em maior número do que os constados na lista enviada ao cônsul, através da introdução de mais passageiros, frequentemente sem passaporte;
- 2- Não apresentação dos colonos ao cônsul, procedendo o capitão a contratos com os Fazendeiros, para pagamento das passagens a bordo;

¹³⁶ Ob. cit., pp. 4-11.

3 - Tratamento deficiente durante a viagem, por excesso de passageiros e/ou escassez de mantimentos.

4 - Troca de passaportes, ou seja, utilização indevida de passaporte de terceira pessoa;

5 - Fuga à declaração de transporte de colonos, para evitar a fiança e as obrigações exigidas de sustento e viagem de retorno em caso de rejeição, o que se traduz na declaração de passageiros por parte dos colonos, mediante recibo simulado de pagamento de viagem adiantado pelo transportador e contratos a bordo.

6 - Abandono de colonos rejeitados pelos fazendeiros que tinham encomendado as suas partidas.

Com o decorrer do tempo, a alteração dos problemas e o ajustamento legislativo, a preocupação com os colonos vai cessando, surgindo a fuga ao recrutamento e, na mesma medida, aos criminosos como principal objectivo de fiscalização. Mas a imagem de marca dos anos 50 será sempre a dos abusos e atropelos praticados pela cadeia responsável da emigração dos colonos rurais, desprotegidos e desenquadrados, à mercê de contratos que não dominam, de mecanismos judiciais que não funcionam, numa autêntica lei da selva de um mercado de trabalho em estruturação, com os empregadores ainda a suspirar pela escravatura que lentamente se vai extinguindo. Um quadro de misérias que a correspondência consular evidencia e que a utilização política traz para a ribalta do parlamento e para as páginas da imprensa, numa indignação que não deixou de ser colectiva. Um quadro, no entanto, que sublinhou, sobretudo, a componente de marginalidade inerente a qualquer fenómeno de emigração, deixando em plano secundário os processos de continuidade e de integração que continuaram a ter o seu lugar na emigração de Portugal para o Brasil.

Pelos meados do século, o problema não é tanto o indocumentado como, paradoxalmente, o que leva documentos a mais, ou seja, o que leva contratos de locação não legais, não apresentados à autoridade e elaborados dentro das normas legais, dificultando qualquer acção de protecção consular e colocando-se à mercê dos locatários. Repare-se que, antes de 1855, não havia imposição de fiança militar, que nesta altura é prevista para os jovens de 18-21 anos e só a partir de 1859 se impõe a descida para os 14 anos como limite inferior para a fiança, dado os 14 serem a idade tradicional de partida do seio familiar e de inserção profissional, só se agravando a situação nos anos 80 com a imposição de novas medidas já referidas anteriormente. Não sendo o passaporte um documento muito caro (no total, o seu preço era inferior a 3\$000), não havia razões para não o solicitar, a não ser as surgidas com problemas burocráticos ou a situação de necessidade de sigilo quanto à decisão emigratória. Por isso, a documentação consular

desta época, no que se refere ao Porto, não refere o clandestino sem passaporte como problema de maior, embora reconheça a sua existência. Pelo contrário, são múltiplas as referências elogiosas neste aspecto, ao contrário do que se passava nos Açores, já o mesmo não acontecendo quanto ao menor rigor das autoridades portuenses no que se refere à contratação leonina praticada pelos engajadores: salários baixos¹³⁷ e três anos de serviço obrigatório (mesmo quando a lei brasileira só passou a permitir celebrá-los por dois anos), nos contratos que normalmente se faziam para Cantagalo, às ordens do Barão de Nova Friburgo, um português de origem; quer pela ilegalidade e fuga às autoridades consulares nos que se faziam para a Agência Central de Colonização, representada no Porto por António Joaquim de Andrade Villares, cujos colonos eram frequentemente rejeitados e abandonados ou retidos durante meses, onerando-se em 1\$000 diários, até encontrarem possibilidades de locação conveniente à Companhia; e ainda situações de espontaneidade de alguns transportadores que levavam jovens sem qualquer contrato prévio, cujos serviços eram leiloados a bordo em pagamento da passagem.

Isto não significa que não havia clandestinos a bordo, pois como vimos, era praticamente impossível evitar tais situações: havia sempre alguém escondido no porão, que se ocultara na hora da confusão do desamarraçar, quando as catraias arrastavam o navio para fora do Porto e vários indivíduos saltavam para o interior a soltar as cordas; havia a conivência com o cozinheiro ou algum marinheiro; havia, enfim, os que os donos ou capitães dos navios introduziam em combinação prévia. Se tentarmos um exercício de levantamento da proporção de clandestinidade, com base nos navios cuja fiscalização à chegada ao Brasil detectou clandestinos, obtemos o resultado do Quadro 4.6. Sublinhe-se que os cerca de 8% atingidos não representam a clandestinidade geral, mas tão só a destes casos, alguns dos quais apresentam situações extremas e por isso se tornaram polémicos. Entretanto, em numerosos navios não apareceram clandestinos e em alguns destes aqui referenciados os passageiros adventícios foram mesmo apresentados pelos capitães respectivos, enquanto outras embarcações são, pelo contrário, claramente reincidentes. Sendo difícil de generalizar estes níveis de clandestinidade, é de admitir que a proporção de 8% baixasse de forma sensível no cômputo geral, atendendo aos milhares de passaportes emitidos anualmente, o que torna credível a avaliação da clandestinidade para este período em 5%, como defendem os autores acima referidos.

¹³⁷ Normalmente os ajustamentos eram em moeda fraca (brasileira) que representava cerca de 50% da forte (portuguesa), facto que criava ilusões nos engajados.

**Quadro 4.6 - Clandestinidade (sem passaporte) em navios
saídos pela barra do Douro**

Ano	Embarcação	Legais	Clandestinos	Total	% Clandestinos
1856	Flor da Maia	36	8	44	22,22
1859	Monteiro 2º	80	24	104	30,00
1861	Amizade	188	8	196	4,26
1861	Camponesa	121	9	130	7,44
1861	Carolina	81	4	85	4,94
1861	Castro II	178	36	214	20,22
1861	Faria 1º	116	6	122	5,17
1862	Helena	45	11	56	24,44
1863	Santa Clara	89	15	104	16,85
1863	Venturosa	50	1	51	2,00
1864	África	138	1	139	0,72
1864	Esperança	25	3	28	12,00
1864	Joaquina	132	1	133	0,76
1864	Nova Fama	302	2	304	0,66
1871	Tentadora	176	7	183	3,98
Totais		1757	136	1893	7,74

Fonte : AGCP, Correspondência expedida
Correspondência recebida

Por exemplo, o caso da barca Monteiro II é uma situação-limite, que levou, inclusivamente, à suspensão do "Encarregado da Visita da Polícia dos Navios" e à elaboração de um inquérito. Este escândalo, de resto, ocorre em paralelo com o da Duarte IV, que levava 110 passageiros, também com suspeitas de alguns destes irem engajados com contratos clandestinos, mas ao qual não foi possível fazer visita no desembarque; quanto à barca Monteiro 2º, levava 80 passageiros, dos quais 36 eram engajados, embora 12 se apresentassem como livres e os 24 citados sem passaportes. Ambas as embarcações procediam a uma leva de colonos para Cantagalo, em 1859, destinada ao barão de Nova Friburgo e detectada por uma informação do Governo Civil do Porto para o Consulado no Rio de Janeiro, com base na denúncia de Andrade Villares, engajador rival, que trabalhava para a Agência Central de Colonização, ao qual tinham sido feitas acusações públicas por aliciação desvantajosa para os colonos, e que agora se mostrava preocupado em evidenciar as práticas igualmente ilegais dos outros engajadores, com quem disputava o mercado da aliciação. A organização desta denúncia torna-se mais evidente com o facto de o consulado do Rio ter sido avisado por um correspondente de Villares da chegada das embarcações com colonos clandestinos, paralelamente à denúncia do Governo Civil do Porto que tinha seguido pelo vapor, antecipando-se ao desembarque dos veleiros em causa. De resto, no inquérito que se seguiu, Villares confirma a denúncia para *"bem e credito da Companhia*

que representa" ¹³⁸. Concorrência, zangas e ruptura de cumplicidades! É esta interpretação que o vice-cônsul do Rio confirma ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, ao referir a condição do denunciante como agente da Associação Central de Colonização, *"de quem recebe avultados lucros, e por isso a denuncia dada por este individuo é represalia por querer só elle ser o engajador privados dos Colonos Portuguezes, cujos contractos por elle feitos com os seus compatriotas são considerados aqui por uma burla, ou como lhe quizerem chamar, por que a directoria da referida Associação não satisfaz as condições nelles exaradas"* ¹³⁹.

Mas quem é este clandestino, que perfil apresenta ?

Tendo apenas em conta os clandestinos sem passaporte ou com passaporte trocado, com base na documentação que temos vindo a tratar, é possível resumir algumas características fundamentais, ainda que referentes apenas a 88 indivíduos. Conforme às expectativas, este clandestino apresenta uma idade média de 19.5 anos e é solteiro (em cerca de 90% dos casos). É na sua maioria alguém que foge ao recrutamento militar, prevenindo-o antecipadamente, mas já em idade de prestar fiança, a qual procura deste modo ultrapassar, embora surjam alguns refractários, indivíduos já sorteados que esperaram pelo último momento, possivelmente à espera que a reclamação prevista na lei lhes fosse favorável. No entanto, há alguma dispersão etária: a faixa entre os 15-24 anos só abrange 73% do total, restando 9% de clandestinos com idade inferior a 14 e 18% com idades compreendidas entre os 25-34 anos. Em termos geográficos, os clandestinos vêm do Porto e distritos circundantes, havendo nestes anos 60 uma clara preponderância do distrito de Braga (Vieira, Amares e, sobretudo, Fafe), o que não admira, dado ser muito operativa uma rede de engajadores que tinha nestas zonas os seus principais agentes, conhecidos da opinião pública, por levarem periodicamente rapazes para o Porto, com destino ao Brasil, e que, no seguimento das investigações do escândalo Monteiro 2º vai ser desmantelada, pelo menos em parte. De vez em quando surge um galego, que, normalmente, justifica a clandestinidade pela incomodidade e despesas em ir requerer a necessária papelada na Galiza, optando por um caminho mais curto e mais fácil.

Sublinhe-se, por outro lado, que se esquecermos os casos pouco representativos dos saltos espontâneos, as viagens clandestinas não eram mais baratas que as viagens legais,

¹³⁸ A.G.C.P., *Maço de Correspondência recebida*, 1859, M626 (auto de investigação).

¹³⁹ Idem, *ibidem* (Cópia de ofício ao MNE). Note-se que Andrade Villares se tornou numa personagem pública nesta fase da emigração, embora contestada. José Estevão apresentou no Parlamento, em plena discussão sobre a lei de emigração que se pretendia adoptar em 1858, contratos elaborados por Villares, como exemplo negativo. Cf. *Diario da Câmara dos Snrs. Deputados*, 1857-1858, sessão de 26 de Janeiro de 1858, pp. 210-216. Em defesa de Villares, veja-se a sua correspondência, in *O Commercio do Porto* de 9 de Fevereiro de 1859. Vd. ainda a portaria do M. do Reino de 2 de Julho de 1859 que proíbe, casuisticamente, a saída de colonos que levem contratos em que haja intervenção do Villares.

pelo que se deduz de alguns depoimentos, além de apresentar riscos - de prisão antes da partida, que levaria às penalizações de refractário para os sorteados, e de prestação de fiança ou pagamento da remissão para os que chegassem ao Brasil e fossem surpreendidos pela fiscalização do consulado. Banalidade para os transportadores, a clandestinidade era sempre uma odisseia para os jovens que, quase sempre, faziam a sua primeira viagem de mar, mais ou menos enredados nas teias criadas por múltiplas e tentaculares redes de engajamento¹⁴⁰, umas especializadas em produzir passaportes falsos, outras em diminuir a curiosidade das visitas a bordo, outras ainda mais activas na contratação ilegal de colonos (não efectuando os contratos perante o notário, simulando autorizações de pais ou tutores nos contratos de menores ou o pagamento prévio da viagem, não apresentando os contratos para ractificação no Consulado da zona de chegada).

A estas redes não escaparam os clandestinos da barca Helena, acima referenciada, segundo o depoimento de cinco deles no Consulado do Rio de Janeiro, quando solicitavam a legalização (1862). Dos cinco, apenas um se apresentara com nome suposto, dado ter-lhe sido atribuído um passaporte de outrem (provavelmente de um desistente à partida), pelo qual pagara quatro libras (18 mil réis fortes) ao dono do navio e 5 libras (22\$500) a um outro indivíduo. Declararam ainda *"que não só elles como todos os escondidos ou passageiros clandestinos tinham sido mettidos no porão da proa junto ao rancho dos marinheiros, entre saccos de rolhas e outros volumes, separados e completamente fechados por um tapume de madeira, pregado, no momento em que as visitas tanto na cidade do Porto como nesta do Rio de Janeiro foram a bordo. Que nos momentos ou ocasiões que estiveram no esconderijo estavam muito apertados"*. Os companheiros de passagem legal dramatizaram mais o quadro alheio, afirmando que, à saída do esconderijo, alguns tinham dito que, se estivessem mais tempo, morreriam abafados. Dois tinham sido introduzidos a bordo, sem o conhecimento do capitão, pelo cozinheiro e carpinteiro que para isso levou quatro moedas (67\$200). Confessar isto ao capitão quando foi encontrado valera ao Domingos umas bofetadas dadas pelo dito carpinteiro. E mais não disseram, a não ser que outros vieram na condição de pagar a passagem no Rio, entre os quais *"tres mulheres que se disia a bordo terem vindo para uma mulher de má vida aqui estabelecida"*

141.

¹⁴⁰ Sobre as redes de engajamento, tem interesse uma pequena peça de teatro, anónima, que descreve as práticas e deambulações dos agentes a partir de um escritório do Porto. Cf. *O Engajamento na Cidade do Porto ou Os Traficantes de Escravos Brancos*, tragédia em 1 acto, Porto, Typ. de Francisco Pereira de Azevedo, 1857.

¹⁴¹ A.G.C.P., *Pasta de Correspondência recebida*, 1862, M635 (M.do Reino, cópia de termo de depoimento)

Percursos repetidos por muitos, com diferenças de pormenor e preço, conforme a situação pessoal, a procura e o tempo previsto para o embarque e a qualidade da embarcação. Dois irmãos de Lemenhe (Famalicão), ambos de 19 anos e caixeiros no Porto (um na rua das Flores, outro nos Lóios) ajustaram a viagem para o Rio, na galera Olinda, por 69\$600 cada um, com pagamento antecipado pelo pai que desistira de tentar arranjar-lhes passaporte dadas as dificuldades em encontrar fiador, enquanto outro conterrâneo, que na aldeia natal se dedicava a "fazer palhoças" pagava apenas 62\$400. Nesse mesmo ano de 1862 e na mesma embarcação, um jovem, com 19 anos, de S. Pedro do Sul e com nome afidalgado, desembolsou 105\$000 por idêntico serviço, o qual implicara para todos a descida aos esconderijos do porão durante as visitas fiscalizadoras.¹⁴²

Note-se que, regularmente, alguns dos candidatos à emigração clandestina não passavam desta etapa, sendo detectados e presos à entrada no navio, durante a visita ou enquanto aguardavam em qualquer estalagem a partida do navio. Que o diga Manuel da Silva, aliás António Martins, de 23 anos, mais precisamente de 20, casado, contudo solteiro, de Santo Tirso, na verdade da Lomba (Gondomar), que, com passaporte alheio e pronto a seguir viagem para o Pará, na barca "União", a 29 de Dezembro de 1869, é detido pela polícia marítima, por titubear na identificação, perante a insistência do fiscal. Pretendendo "evadir-se ao recrutamento militar", fora aconselhado por um amigo para contactar um tal Garrido, de S. Pedro da Cova, o qual em troca de 73\$800 réis (45\$000 pelo passaporte e 28\$800 pela passagem) lhe resolvera o problema, sem mais delongas, com a condição de ele se identificar como Manuel da Silva, ocultando o seu verdadeiro nome¹⁴³. O mesmo se poderia dizer de Manuel Pereira Dias, preso a bordo da galera "Lisboa", no lado da proa, "*debaixo do denominado castello [...] em um camarote que servia de arrecadação*", de 21 anos, da Barca (Maia), que, com o intuito de evadir-se dera 10 libras a uma dupla constituída por um marinheiro do navio e um empregado do dono respectivo, que lhe tinham assegurado sair a barra sem o menor risco.¹⁴⁴

Nem sempre o recrutamento estava por detrás da clandestinidade. Que razões teriam levado Manuel dos Reis, de 30 anos, sem passaporte, a ocultar-se na terceira câmara da galera "Fortuna", surta no rio Douro e pronta a seguir para o Rio de Janeiro, dando para isso 7\$000 réis a um marinheiro de bordo seu conhecido? Detectado, a 21 de Outubro de 1869, explica apenas "*que não commetera crime algum, e que poderia ter-se munido de passaporte, mas não o fizera para não dar a saber a sua intenção a sua mulher*", Claudina

¹⁴² A.G.C.P., *Pasta de Correspondência recebida*, 1863, M636 (cópias de termos de depoimento)

¹⁴³ A.G.C.P., *Maço de Correspondência recebida*, 1869, M657.

¹⁴⁴ Idem, *ibidem*.

Ferreira, com ele moradora em Gemunde (Maia)¹⁴⁵. Um relance pelos róis de confessados da paróquia, apresenta-nos um casamento etariamente desnivelado, sendo a mulher mais velha 17 anos do que ele e anteriormente viúva, com uma filha de 18.

E que dizer do jovem de 20 anos, dos Carvalhos (Gaia), já casado e pai de uma filha, sem dificuldade em isentar-se da recruta por ser amparo de família, que se resolveu a "*embarcar por desgostos de família*" ¹⁴⁶?

Mas além da fuga ao recrutamento, uma das grandes preocupações das autoridades era a fuga de criminosos. Alguns terão saído a barra, escapando-se às imposições gravosas que o novo Código Penal propunha para os mais pequenos delitos, procurando um espaço que lhes desconheciasse a trajetória para reconstruir a vida, deixando para trás a cadeia, a calceta, o degredo para África. É essa ânsia de voltar a renascer que leva, por exemplo, José Teixeira da Silva a deixar as terras amplas de Lousada, Felgueiras, Amarante, Basto, onde era conhecido como salteador, temido e sempre esperado, dadas as suas irrupções súbitas, zonas onde se movia como ninguém, numa teia de medos e cumplicidades que lhe permitia ultrapassar as continuadas buscas das autoridades, para se introduzir como um simples emigrante clandestino, no porão da barca "Oliveira", que se aprontava para o Rio de Janeiro. Pela madrugada, com a ajuda do cozinheiro de bordo, de que um dos seus homens era cunhado, acoitou-se entre os sacos de biscoito, esperando, como tantos, iludir a "visita" à saída. Viglada a barca, apertado o cerco pelas autoridades, o rumor de um criminoso a bordo levou o dono da embarcação a solicitar a polícia marítima. Pelas oito da manhã de 31 de Março de 1859, revolvida uma "camarinha por baixo da bolacha", surgia um indivíduo a identificar-se, em mau galego, como João Pedro, natural de Manceca, na Galiza, residente há cerca de cinco anos no Porto, como aguadeiro. Pouco depois a ficção dava lugar à realidade e o encarregado da Visita da Polícia percebeu que estava em frente de José do Telhado, o popular criminoso¹⁴⁷. Para José, continuará longe o Brasil, que, de resto, já conhecia, pois lá estivera dois anos, regressando em 1851 para uma vida de rebeldia. Os trópicos serão ainda o seu destino, mas desta vez para Angola, em degredo.

*

¹⁴⁵ Idem, *ibidem*.

¹⁴⁶ A.G.C.P., *Maço de Correspondência recebida*, 1863, M637.

¹⁴⁷ A.G.C.P., *Correspondência expedida - Livro de registo de confidentiais*, 1852-1857, nº 801; *Maço de Correspondência recebida*, 1859, M626-9. Cf, ainda, "José do Telhado", in *O Commercio do Porto* de 5 de Abril de 1859. Para uma biografia romanceada, cf. NORONHA, Eduardo, *José do Telhado*, 4ª edição, Porto, Ed. Domingos Barreira, s/d. Idem, *José do Telhado em África*, 4ª edição, Porto, Ed. Domingos Barreira, 1984. Para uma resenha bibliográfica, cf. SOUSA, António Gomes de, "José do Telhado - Notícia bibliográfica", *Penafiel - Boletim Cultural*, 2ª série, nº 1, 1979, Ed. da C. Municipal, pp. 97-101.

Resumindo: no centro de constrangimentos diversos, o emigrante é, em grande medida, o alvo de um jogo em que a família aposta para um determinado projecto de vida e a quem o Estado procura dificultar esse projecto, através de medidas inibitórias ou francamente proibitivas, de natureza burocrática ou fiscal. Jogo difícil de jogar, particularmente no século XIX, tempo de transição entre o lento esvaziamento do poder familiar, baseado em relações tradicionais de dependência, e a afirmação civil do cidadão, a que o Estado através da codicologia e de múltiplos regulamentos, procura dar uma configuração de direitos e deveres para com a Nação. Que melhor exemplo de vítima do que o jovem emigrante, tantas vezes clandestino e por isso sujeito a rudes penalizações, que começa a chegar ao Brasil desprotegido, impulsionado por uma representação social da emigração que vai ficando desfasada do novo tempo, na ignorância de que a preparação escolar e profissional é agora condição "sine qua non" para a integração e o sucesso, à medida que se vai ultrapassando o lastro de natureza colonial? Trata-se, no fundo, da oposição entre interesses individuais, familiares e nacionais. As decisões familiares confrontam-se com o discurso do Estado sobre o indivíduo, ou de certa forma, a mentalidade malthusiana, atenta à relação demo-económica, enfrenta a mentalidade populacionista, para quem a abundância de população é a base da riqueza nacional, assegurando as necessidades militares e de mão-de-obra, consideradas como esteios do progresso. É, pois, num quadro de conflitualidades e interesses opostos à partida, a que se acrescentam os encontrados à chegada, com o rude quadro do mercado de trabalho brasileiro, que o emigrante, tantas vezes jovem e impreparado, se terá de desenvencilhar, construindo a sua própria autonomia, (re)criando o seu projecto individual.

5 - EMIGRAÇÃO

- Configurações

"O Brazil era o seu ideal; ali quem trabalha tem a justa recompensa do seu trabalho"...

Baptista Machado, *Commercio e Industria*,
1º vol, nº 19, 1881.

O "horizonte mítico" é o grande operador da emigração, ao nível das decisões individuais e familiares, independentemente do posicionamento social à partida ou do desnível entre mito e realidade que se venha a verificar. Ele assegura o cerzir entre o individual e o familiar, entre as estruturas da subjectividade e os constrangimentos sociais externos. Emigrar significa ir ao encontro de aspirações construídas no confronto com o meio e representações sociais nele dominantes, apoiadas no exemplo de figuras reais e próximas. Confrontação que estimula mecanismos emulativos, conforme sublinha, de forma generalizada, a bibliografia oitocentista, ao apontar o "brasileiro" de retorno como causa da emigração, num processo relacional e circular:

*"Aos novos attrae-os o Brazil, o brasileiro que voltou rico, que comprou as terras do morgado, que dá dinheiro a juro, que faz uma festa ruidosa, com grandes esmolas aos pobres e lauttos jantares aos ricos, desperta-lhes a ambição e não descançam sem ir também para o Brazil"*¹.

Neste sentido, a expectativa subjacente na epígrafe ajustava-se, sem dúvida, à grande maioria dos emigrantes que rumavam ao Brasil. Por ironia do destino, não se concretizou para o jovem portuense a que o texto biográfico se refere², contraditado pela família, obrigado a permanecer na terra natal, o que não o impediu de vir a ser negociante de sucesso. Mas poderíamos referir, por exemplo, o caso de Henrique Costa Leite, filho de um armador do Porto, com navios utilizados na emigração, que, ouvindo no escritório paterno as histórias dos que voltavam, pede para embarcar para o Brasil aos 11 anos, no

¹ RIBEIRO, Augusto, "Henrique da Costa Correia Leite", *Commercio e Industria*, 1º Vol., nº 17, 1881, s/p. Trechos de sentido idêntico ao transcrito abundam em numerosos artigos e volumes publicados no século passado.

² Cf. MACHADO, Baptista, "Francisco Ferreira da Costa Guimarães", *Commercio e Industria*, 1º Vol., nº 19, 1881, s/p.

que foi atendido pelo pai. Inicia, assim, uma trajectória que o há-de levar a estadias em diversos países, num exemplar percurso de andarilho, com fixação inicial no Rio de Janeiro (1836), correndo depois o Brasil (S. Paulo, Campos, Baía, Pernambuco), para voltar ao Porto catorze anos mais tarde (1850), já com nome firmado na praça, apesar dos seus 25 anos. Parte, no ano seguinte, com uma carregação de vinhos para Angola e Cidade do Cabo, passa aos Estados Unidos, volta a Portugal (1855), para regressar ao Rio (1857). Fixa-se, mais tarde, em Buenos Aires (1867), onde se torna um importante distribuidor de vinho do Porto, passando depois para Paris, em 1875, onde será um dos organizadores da presença portuguesa na Exposição Universal de 1878³.

Poderíamos multiplicar os exemplos de percursos migratórios, entre sucessos e fracassos, jogando com as tensões ambíguas entre os indivíduos e as famílias, ora expulsivas, ora de sentido unificador e centrípeto, de acordo com os ciclos familiares e os acontecimentos de natureza demográfica neles inscritos. Tensões assentes numa "aspiração difusa à melhoria relativa" e resolúveis tanto na aceitação das pressões familiares, obedecendo à supremacia da lógica colectiva, como na sua recusa, fugindo a essas pressões, em afirmação individualista, numa diversidade de caminhos que confluem na emigração⁴.

Mas se os projectos individuais são condicionados pelas lógicas familiares, empenhadas estas no processo de reprodução social, protector mas limitativo, ambas se diluem, no entanto, nas teias mais vastas da interdependência que conexiona economias e sociedades, isto é, na complexidade do campo histórico. Jogando em dois tabuleiros, afastados social e geograficamente, o emigrante vê desvanecer-se o seu protagonismo, ao arrepio das expectativas acumuladas, num quadro em que diminui o seu domínio de informação e cresce a sua dificuldade de inserção nas redes dominantes. Integrado em fluxos de mão-de-obra, crescentemente massificados, o emigrante torna-se, cada vez mais, peão de lógicas que não domina, de destinos que não controla, emergindo, então, a natureza social dos fluxos migratórios, dotada de uma dinâmica específica.

Como se desenham, no tempo e no espaço, estes fluxos, como se articulam na conjuntura? Como se ajusta e evolui o perfil do emigrante na corrente sempre renovada? Para responder a estas questões, e sem pretendermos a redução artificial da diversidade à unidade de um modelo, procuraremos desenhar algumas configurações⁵ do movimento

³ Cf. RIBEIRO, Augusto, ob.cit.

⁴ Cf. GRIBAUDI, Maurizio, "Stratégies migratoires et mobilité relative entre village et ville", in LE BRAS, Hervé (apres.), *Population*, Paris, Hachette, 1985, pp. 387-411.

⁵ Sobre o conceito de "configuração", enquanto instrumento conceptual mediador entre os de "indivíduo" e de "sociedade", no sentido de esbater o antagonismo tradicional e favorecer a percepção da interdependência, cf. ELIAS, Norbert, *Introdução à Sociologia*, Lisboa, Edições 70, 1980, pp. 140-145.

colectivo, apoiando-nos na pouca informação sobre muitos emigrantes, em detrimento da muita informação sobre poucos, conferindo, nesta fase da investigação, uma natureza serial ao problema.

Para este tipo de leitura, utilizaremos principalmente a base de dados construída a partir da informatização dos registos de passaportes emitidos pelo Governo Civil do Porto no século passado: são, na totalidade 122081 registos (referenciando um total de 137603 indivíduos), correspondentes aos passaportes emitidos entre os anos 1836-1879 e nos de 1889 e 1899. Estes dois últimos anos foram levantados como meio de controlar a evolução das tendências encontradas e confrontar os dados das estatísticas oficiais publicadas a partir da década de 1880⁶. Trata-se, portanto, de uma reconstituição estatística, utilizando os diversos elementos de identificação dos registos, para um período anterior à publicação regular e oficial do movimento de emigração⁷.

5.1 - A corrente migratória do Porto

Trabalharemos, a partir de agora, com a emigração legal observada no distrito do Porto, não a totalidade da que embarca pela barra do Douro, mas a dos naturais ou domiciliados no espaço distrital que aqui obtém passaporte, quer saiam pela barra do Porto, quer por outro lugar.

Debruçando-nos sobre uma corrente regional, importa interrogarmo-nos sobre a sua representatividade no conjunto da emigração nacional⁸. Assim, se excluirmos os casos especiais das ilhas dos Açores e da Madeira, verificamos que a emigração portuense na segunda metade do século XIX⁹, atingia proporções muito elevadas no

⁶ As estatísticas oficiais ("Anuários Estatísticos" e "Movimento da População"), para o século XIX, seguem de perto os registos de passaportes, não tendo nós encontrado grandes diferenças. Os pequenos desvios encontrados, para além de eventuais erros aritméticos, ficam a dever-se a algumas repetições e/ou anulações, bem como à inserção deslocada de uma ou outra "referenda" a estrangeiro, para as quais existiam livros próprios, pormenores que nós corrigimos. Para além disso, há casos muito raros de ilegibilidade actual, que não conseguimos ultrapassar.

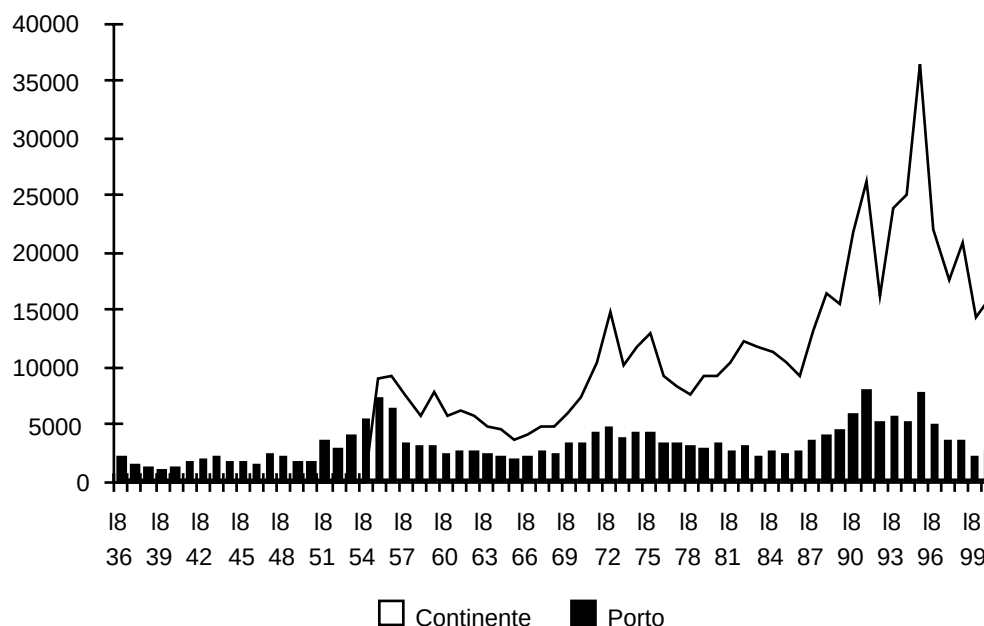
⁷ É possível encontrar os números globais para a emigração do Porto relativamente a alguns anos, através dos relatórios do governador civil apresentados à Junta Geral. Nos anos 50, esses cálculos dizem respeito a toda a emigração saída pela barra do Douro e tinham por base as relações entregues pelos capitães dos navios. No relatório de 1878 surge uma contagem através dos passaportes emitidos para o Brasil e Estados Unidos.

⁸ Para os dados de Portugal Continental, seguimos LEITE, J. Costa, "Emigração Portuguesa: a lei e os números (1855-1914)", *Análise Social*, nº 97, 1987, pp.463-480.

⁹ Para os anos anteriores a 1855, não há dados que permitam quantificar a emigração a nível nacional. Para o Porto, podemos fazê-lo sistematicamente a partir de 1836, embora ainda existam informações com lacunas para os dois anos anteriores. Para o caso de Viana, cf. RODRIGUES, Henrique Fernandes, A

contexto dos fluxos originários do território metropolitano (Gráf. 5.1). Partindo de uma situação preponderante (82% em 1855), a emigração do distrito do Porto vai perdendo representatividade ao longo dos anos, e já a partir de 1857 desce para cerca de 45%.

Gráf. 5.1 - Emigração comparada: Continente e distrito do Porto



Fonte: LEITE, J. Costa, ob. cit. (para os dados do Continente).

No entanto, até ao final da década de 60, esta corrente assegura uma quota que oscila em torno dos 50%, o que revela a sua importância, pois por esta época, por cada dois emigrantes que saíam de Portugal Continental um era do Porto. Com o início da década de 70, passa a situar-se num intervalo de 30-40% do total. A partir de 1881, em cada quatro emigrantes metropolitanos apenas um é do Porto (quota de 20-30%), números que baixam para um em cada sete no final do século - 15% em 1899, num relativo e gradual decréscimo, derivado do crescente contágio emigratório ao restante espaço nacional (Quadro 5.1).

Quadro 5.1 - Emigração - Portugal Continental e Porto

Anos	Continente	Porto	P/C (%)	Anos	Continente	Porto	P/C (%)
1855	8953	7389	82,53	1878	7603	3073	40,42
1856	9183	6494	70,72	1879	9298	3020	32,48
1857	7673	3402	44,34	1880	9277	3370	36,33
1858	5695	3265	57,33	1881	10286	2765	26,88
1859	7902	3092	39,13	1882	12212	3142	25,73
1860	5665	2518	44,45	1883	11860	2303	19,42
1861	6241	2689	43,09	1884	11332	2699	23,82
1862	5750	2649	46,07	1885	10337	2420	23,41
1863	4870	2525	51,85	1886	9207	2775	30,14
1864	4692	2253	48,02	1887	13206	3595	27,22
1865	3745	2043	54,55	1888	16475	4190	25,43
1866	4124	2271	55,07	1889	15592	4680	30,02
1867	4805	2670	55,57	1890	21863	5905	27,01
1868	4782	2396	50,10	1891	26140	8084	30,93
1869	6035	3327	55,13	1892	16297	5275	32,37
1870	7310	3362	45,99	1893	23931	5667	23,68
1871	10388	4253	40,94	1894	25129	5392	21,46
1872	14814	4864	32,83	1895	36553	7761	21,23
1873	10083	3797	37,66	1896	22100	5023	22,73
1874	11849	4365	36,84	1897	17533	3714	21,18
1875	12978	4419	34,05	1898	20791	3674	17,67
1876	9257	3439	37,15	1899	14282	2218	15,53
1877	8362	3435	41,08	1900	16033	2753	17,17

Fonte :

LEITE, J. Costa, ob.cit.... (para os dados nacionais)

Embora seguindo de perto as oscilações anuais do conjunto nacional, para as quais contribui, não ficando imune às conjunturas que favorecem os picos de expulsão e/ou atracção, o Porto mantém um fluxo mais ou menos estável de emigração, permitindo induzir que as oscilações mais bruscas do movimento geral provém dos distritos envolventes de maior ruralidade, mais sensíveis às alterações sócio-económicas e aos momentos de crise, bem como às medidas de atracção de mão-de-obra. Inicialmente fenómeno localizado na faixa litoral do Noroeste a emigração nacional, a partir da década de 80, sofre uma transformação explosiva e alastra ao resto do País, em especial ao Norte e Centro interiores, evidenciando alterações quantitativas e qualitativas¹⁰. Mas a persistência da corrente migratória portuense (que podemos remontar ao século XVIII, como já vimos) alimenta a existência do movimento em cadeia e faz ressaltar o papel das redes existentes, que asseguram a manutenção da emigração, independentemente da conjuntura. Por outro lado, conduz-nos tanto à sua interpretação estrutural, na linha da proposta de Vitorino Magalhães Godinho, como às teses que defendem a emigração desta

¹⁰ Cf. SERRÃO, Joel, *A Emigração Portuguesa*, 2ª edição, Lisboa, Livros Horizonte, 1977, pp. 29-37.

zona geográfica como um processo inserido numa lógica de reprodução social¹¹, assente num processo de exclusão que visa a manutenção do património e se baseia numa lógica de distribuição profissional bastante diversificada para a descendência masculina. Lógica que não se circunscreveria ao espaço da delimitação distrital, mas que teria o seu lugar no espaço litoral mais ou menos amplo, com a região do grande Porto como epicentro, ou seja, a chamada "área das doações", na designação de Rosa Moreira da Silva¹². Um observador atento dos meados do século passado, confirma-nos esta última imagem, numa versão estereotipada:

*" Na provincia do Minho, o destino futuro dos seus habitantes é seguro e pouco variado. O chefe de uma familia olhando de ao pé da lareira onde descança das fadigas diarias para o berço dos filhos, vê sobre cada um d'elles a estrella que lhe indica o futuro. O primeiro herdará os trabalhos da lavoura, ficará em casa e será o sucessor de seu pai no pobre solar que ha seculos representa na aldeia a honradez e o trabalho da sua humilde mas respeitavel familia. O segundo procurará na carreira ecclesiastica ou na advocacia, o meio honroso de servir a sociedade, que elle honra com as suas modestas e evangelicas virtudes. O terceiro exercerá na capital do Minho ou do Porto a vida commercial por modo tão probo e activo que não lhe será difficil vencer as difficuldades com que tem de lutar, para que venha a ser em pouco tempo chefe de alguma das principaes casas commerciaes do reino. Ao quarto e quasi sempre ultimo filho cabe a sorte de emigrante. É elle a esperanza do futuro da sua familia, porque os que partem da casa paterna para a vida desigual do mundo, não se esquecem nunca de que são irmãos, seja quais forem as differenças que adquiram em haveres e honrarias"*¹³.

Raramente as coisas se processavam desta forma tão linear e mecânica e a perspectiva optimista de só o quarto filho das famílias rurais emigrar está muito longe de corresponder à verdade, como evidenciámos em capítulos anteriores, mas é importante reconhecer a dominância desta representação, enquanto interpretação da

¹¹ Cf. ROWLAND, Robert, "Emigración, estructura y región en Portugal (siglos XVI-XIX)", in ROEL, Antonio Eiras, *Emigracion Española y Portuguesa A America* (Actas del II Congresso de la Asociación de Demografia Histórica, Alicante, Abril de 1990), Alicante, Instituto de Cultura Juan Gil Albert, 1991, pp. 137-146.

¹² Cf. SILVA, Rosa Fernanda Moreira da, "Contrastes e Mutações na Paisagem Agrária das Planícies e Colinas Minhotas", *Studium Generale*, nº 5, Porto, Centro de Estudos Humanísticos, pp. 9-117.

¹³ SÁ, Ribeiro de, "Banco do Minho", *O Commercio do Porto*, nº 95, de 28 de Abril de 1864. Ribeiro de Sá era um publicista de largos méritos, tendo sido director da Revista Universal Lisbonense, e produzido, em diversas publicações, muitos artigos de temática económica, com especial relevo para a cobertura da Exposição Industrial do Porto, em 1861.

realidade pelo senso comum, logo, dotada de operacionalidade social, embora seja de sublinhar a sua aderência aos grupos sociais mais elevados. Ainda na linha do afastamento da descendência masculina para a emigração, uma interpretação mais radical pode ser lida numa concisa nota que acompanha a estatística de 1888 sobre o Porto, onde se afirma que *"a excessiva divisão da propriedade é causa de que os trabalhos ruraes sejam feitos em grande parte pelos chefes de familia e suas mulheres e filhas, emigrando os filhos, pois os salários que auferem nos trabalhos ruraes, conquanto actualmente mais elevados, não são bastante remuneradores, nem correspondem ao preço das substancias"*¹⁴. Diferenças de ponto de vista e de focalização mas também de conjuntura, entre os meados e os finais do século passado a darem-nos conta da natureza evolutiva do fenómeno emigratório.

Mas face às análises impressionistas, avancemos no sentido de apreendermos as configurações quantitativas da corrente emigratória, de forma a sabermos exactamente quem emigra, que características apresenta, que relações se estabelecem entre a corrente migratória e o todo social e a forma como evolui o perfil do emigrante, com base em indicadores consistentes.

¹⁴ *Movimento da População, Estado Civil -Emigração, Anno 1888*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1892, p. 201.

Quadro 5.2 – Indicadores demográficos – Continente e Distrito do Porto

Indicadores	1838	1841	1858	1864	1872	1876	1878	1890	1900
População : P	341841	361648	375982	410665	437347	458508	461881	546262	598164
C	3224474	3396972	3584677	3829618			4160315	4660095	5039744
Índice cresc. : P	100	106	110	120	128	134	135	160	175
C	100	105	111	119			129	145	156
T.C. Anual (‰): P		1,89	0,23	1,48			0,84	1,40	0,91
C		1,75	0,32	1,10			0,59	0,94	0,78
Densidade (H/k2): P	147,8	156,4	162,6	177,6	189,2	198,3	199,8	236,3	258,7
C	36,3	38,3	40,4	43,2			46,9	52,5	56,8
Sex-ratio: P			83,2	82,3	83,7	83,4	85,6	87,5	86,7
C							92,2	93,5	91,9
TBN (‰): P	35,7	32,2	28,9	29,2	32,0	35,5		35,8	34,7
C	30,7	31,0	32,4	34,8				32,4	29,6
TBM (‰): P	18,9	21,2	19,5	21,1	24,1	24,7		25,9	22,6
C	20,4	19,0	27,7	25,2				24,8	20,0
TBNup. (‰): P	7,1	9,3	7,2	6,4	7,2	8,4		7,6	6,8
C	7,3	6,9	7,6	6,8				7,0	6,7
TB Emig. (‰): P	3,6	4,7	8,7	5,5	11,1	7,5	6,7	10,8	4,6
C			2,5	1,2			1,8	4,7	3,2
Saldo Fisiol. (‰): P	16,8	11,0	9,4	8,1	7,9	10,8		10,0	12,1
C	10,3	12,0	4,7	9,6				7,6	9,6

Obs : P – Distrito do Porto; C– Portugal Continental.

Nesta linha, observemos a inserção demográfica da emigração no distrito do Porto, relacionando-a com o respectivo potencial de população. É certo que teremos de avançar sempre com algum espírito de aventura se quisermos quantificar as tendências dos fenómenos demográficos para o século XIX: se em 1864 dispomos do primeiro censo, só a partir de 1885 surgem as estatísticas de estado civil, de forma sistemática¹⁵. Para trás, o que fica são contagens administrativas, recolhidas pela cadeia burocrática: regedor na freguesia, administrador no concelho, governador civil no distrito, e, por fim, administração central, numa informação sucessivamente decantada, que depois de resumida é, por vezes, publicada, no diário oficial. No entanto, correndo os riscos inerentes à falta de qualidade e homogeneidade de tais fontes (que a utilização global diminui) e ultrapassando a irregularidade cronológica, é possível avaliar alguns indicadores sintéticos que evidenciem as características demográficas do distrito do Porto no período oitocentista e a sua comparação com as da totalidade do território nacional (Quadro 5.2)¹⁶.

O distrito do Porto é o espaço regional de maior densidade demográfica, com cerca de 150 habitantes por km² em 1838, evoluindo numa progressão contínua que lhe confere o nível de 258 h/km² no findar do século. Se a polarização urbana era de algum modo responsável por esta concentração, sublinhe-se que a cidade do Porto apenas representava 25% da população distrital em 1900, sendo a litoralidade da região e a dinâmica económica a ela inerente responsáveis, em grande medida, pela forte humanização do espaço. Saliente-se que o distrito de Braga, o mais próximo do Porto em densidade, se ficava quase pela metade (124 h/km², em 1890) e o de Aveiro estava já consideravelmente afastado (99 h/km², na mesma altura), enquanto a densidade média nacional, no final do século, pouco ultrapassava a meia centena de habitantes.

A progressão vertiginosa da pressão demográfica sustenta-se naturalmente sobre o crescimento da população, que, como podemos verificar, se efectua a um ritmo superior ao do espaço continental, se exceptuarmos o período dos anos 50 (representado no quadro por 1858), período em que, tanto ao nível da evolução do índice de crescimento como na taxa de crescimento anual médio, o Porto é ultrapassado pelo conjunto nacional.

¹⁵ Sobre este tipo de dificuldades, cf. PEREIRA, Miriam Halpern, "Demografia e desenvolvimento em Portugal na segunda metade do século XIX", *Análise Social*, nºs 25-26, pp. 85.117.

¹⁶ Para a elaboração do Quadro 5.2 utilizámos uma grande diversidade de fontes, para além dos dados obtidos pessoalmente através da base de dados de passaportes:

SERRÃO, Joel, *Fontes de Demografia Portuguesa*, 1800-1862, Lisboa, Livros Horizonte, 1973.

Censo da População, para os anos de 1864, 1878, 1890, 1900.

Anuário Estatístico, para os anos de 1885, 1892, 1900, 1904.

Movimento da População, de 1888 e 1893.

Emigração Portuguesa, ano de 1901.

Relatório apresentado á Junta Geral do Districto do Porto..., para diversos anos.

Esta quebra na década de 50 tem, naturalmente, a sua explicação no pico emigratório que então se verifica, bem como na epidemia da *cholera-morbus* de 1855 que atacou com bastante intensidade em alguns concelhos do Distrito, nomeadamente na cidade, fazendo lembrar a de 1833, mas sem atingir agora a mesma virulência. Detectada a 15 de Maio em Gaia (no Candal), a epidemia alastra rapidamente aos concelhos ribeirinhos (Marco, Baião, Gondomar), com os barqueiros do Douro a terem um papel difusor, dados os seus contactos com a região do Alto Douro, aonde a cólera já grassava há mais tempo. Tem ainda na Póvoa, Vila do Conde e Bouças um grande impacto, chegando de forma menos virulenta ao interior (Maia, Santo Tirso, Penafiel, Amarante). Ao todo, no distrito, foram atacadas 4760 pessoas, das quais sucumbiram 1973, segundo os dados oficiais¹⁷. Ultrapassado este período o ritmo de crescimento populacional do distrito do Porto acelera mais, com uma descolagem decisiva nas duas décadas finais, em relação à imagem nacional.

Como se traduz esta dinâmica populacional do Porto nas diversas microvariáveis demográficas? Quer a natalidade, quer a mortalidade mantém taxas uniformes ao longo do século, com uma ligeira contracção nos anos 50/60, e variações de pequena amplitude (deve conceder-se pouca fiabilidade aos dados da mortalidade dos primeiros anos do quadro, que parecem pecar por defeito, como era usual, pois só assim se consegue explicar a tendência crescente da TBM para o distrito). Estes indicadores tornam-se mais expressivos se procedermos à comparação dos obtidos em 1900 (TBN - 34,7‰ e TBM -22,6‰) com os do início do século XIX e fizermos ressaltar a sua quase coincidência: em 1801, a TBN era de 35‰ e a TBM de 22,2‰, para a diocese do Porto¹⁸. Assim, no tempo em que começam a surgir as grandes mudanças demográficas, o Porto permanece ainda rotinado na tradição, agarrado a uma natalidade elevada e a uma mortalidade que resiste à descida e que no final do século surge como superior à média nacional¹⁹. Comportamentos extensivos ao País no seu conjunto, embora se observem já algumas indicações de quebra no Sul, especialmente em Lisboa. Só para os finais do século, porém, faz algum sentido falar de uma relativa supremacia demográfica do Porto, do ponto de vista do crescimento, nomeadamente através da manutenção de um saldo fisiológico ligeiramente mais elevado que o nacional. Os outros grandes traços distintivos

¹⁷ *Relatorio da epidemia de cholera-morbus em Portugal nos annos de 1855 e 1856*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1858, pp. 91-237.

¹⁸ Cf. SOUSA, Fernando de, *A População Portuguesa nos Inícios do Século XIX*, Porto, dissertação de doutoramento, 1979, p. 327.

¹⁹ Se a mortalidade era elevada no conjunto do Distrito, mantendo níveis próximos dos de Antigo Regime, era ainda mais intensa na cidade, aonde a falta de saneamento contribuía para o assomo frequente de pequenas epidemias.

são as elevadas taxas de emigração, cuja aproximação à média nacional só se verifica em 1900, e o grande desnível entre os sexos, pois o "sex-ratio" apresenta para o Porto valores relativamente baixos, pouco superiores a 80 (longe do nível de equilíbrio 100), a denunciar a masculinidade do êxodo populacional.

Centrando-nos, agora, na variável emigração ao nível do distrito do Porto é possível aduzir uma informação mais sistemática, calculando as taxas brutas anuais de emigração (TBE), de forma a confrontar a sua intensidade com o volume de população. Para isso, partindo do conhecimento dos volumes demográficos globais do distrito para os anos apontados atrás, e utilizando as taxas de crescimento anual médio²⁰ para os intervalos respectivos, estimámos a população para os diferentes anos. Para além da TBE, procedemos ao cálculo da média móvel quinquenal sobre as taxas apuradas, de forma a ultrapassar os números eventualmente desgarrados do conjunto e a apreender mais facilmente as tendências subjacentes às flutuações observadas. A imagem mas saliente é a de que não existem, no curto prazo, grandes desvios em relação à média móvel, com o desenvolvimento de ambas as curvas a sugerirem uma quase sobreposição, com a excepção dos anos de 1855, 1856, 1891 e 1895, que correspondem a picos bem marcantes no fluxo emigratório, rompendo a linha tendencial (Gráf.5.2).

A visualização da linha emigratória sugere, porém, a existência de ciclos bem demarcados ao longo das suas oscilações. Na sua linha tendencial, esses ciclos apresentam um paralelismo aos encontrados por Joel Serrão para o volume de emigração a nível nacional,²¹ embora aqui esteja em causa um indicador diferente, de natureza relativa - as taxas de emigração. Assim, tendo em conta as ondulações em crista a denunciar os picos de maior intensidade, podemos delimitar cronologicamente esses ciclos, apontando como limites os níveis de intensidade mais fraca, bem como o pico central que neles se enquadra:

1839 a 1865, com pico em 1855;

1866 a 1883, " " " 1872;

1884 a 1899, " " " 1891.

²⁰ Para o cálculo desta taxa, de natureza geométrica, seguimos a fórmula:

$$\log (P_n/P_o) = n \log(1+a)$$

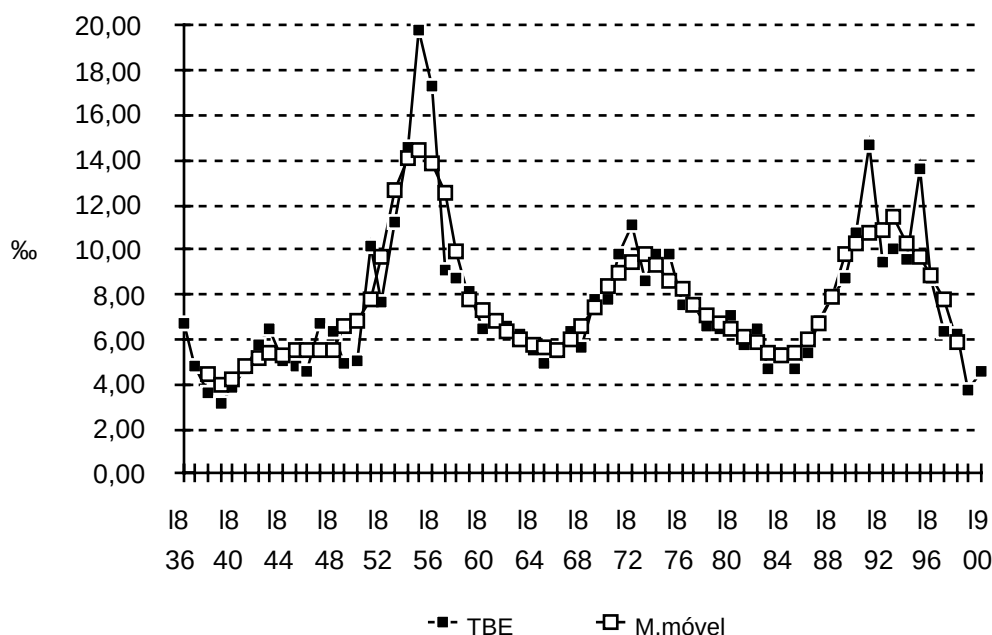
em que

a = taxa de crescimento anual médio; Po = população inicial; Pn = População noutra momento; n = número de anos de intervalo.

Cf. NAZARETH, J. Manuel, *Princípios e Métodos de Análise Demográfica*, Lisboa, Editorial Presença, 1988, pp. 164-167.

²¹Cf. SERRÃO, Joel, *A Emigração Portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1977, pp. 32-37 (Fig.1).

Gráf. 5.2 - Distrito do Porto: Taxas Brutas de Emigração e Médias Móveis



A primeira tentativa explicativa é, naturalmente, relacionar os picos migratórios com a cronologia das crises nacionais, hoje bem conhecidas e documentadas, nomeadamente por David Justino²², principalmente os de 1855 e o de 1891 que encaixam em períodos de reconhecida dificuldade, pois o de 1872 já se situa numa fase de recuperação. Essas dificuldades, marcadas por grande elevação de preços, coincidiram mesmo com agitações populares na cidade do Porto, evidenciando o mal-estar social então vivido. Mas a emigração é um fenómeno de relação e por isso não é possível falar dos fluxos migratórios sem referir as condições do espaço de acolhimento. E nesse aspecto, pode referir-se que os crescendos emigratórios coincidem com fases de expansão da economia brasileira, facto que motivou a implementação de políticas de atracção de mão-de-obra europeia: os anos 50 são marcados, como já referimos em capítulo anterior, pelos subsídios do Estado para a introdução de colonos, na sequência do fim do tráfico da escravatura e como resposta a um período de grande progresso, não só nas plantações como nas obras públicas; no final da década de 60, apesar de ainda durar a guerra com o Paraguai, já se sentia a vitória brasileira, vivia-se o surto da cultura algodoeira face à

²² Cf. JUSTINO, David, *A Formação do Espaço Económico Nacional, Portugal 1810-1913*, 2º volume, Lisboa, Vega, 1989, pp. 49-94.

retracção da produção americana, o câmbio recuperava da queda desde 1868, e nos inícios dos anos 70 já o Estado concedia de novo subsídios à imigração, agora atribuindo-os às companhias de navegação como forma de baixar os preços da viagens; nos meados da década de 80 nova recuperação cambial e aplicam-se subsídios à imigração familiar, em sintonia com o fim da escravatura. Para além da procura efectiva no mercado de trabalho brasileiro, marcado favoravelmente pelo expansionismo económico (não podemos esquecer a industrialização de S. Paulo pelos finais do século), a verdade é que as fases altistas da nossa emigração (neste caso, a do Porto) coincidem sempre com fases de subida de câmbio e com a aplicação de incentivos à imigração para o Brasil. Estes constituem talvez os dois elementos mais explícitos na informação sobre a situação geral do Brasil junto dos candidatos à emigração e tornam-se particularmente operativos quando, do lado de cá, se vivem momentos de crise. Talvez por isso o pico de 1872 seja bem menor do que os outros dois apontados, pois por essa também por aqui se vivia uma euforia relativa, em grande parte, aliás, fruto da vinda de remessas do Brasil.

No entanto, estando em análise um fenómeno regional, que sofre uma grande interferência burocrática e está também dependente do pólo de atracção, impõe-se um grande comedimento nesta análise. Nessa medida, uma observação mais desagregada, debruçando-nos seguidamente sobre as outras variáveis disponíveis (destinos, nacionalidades, sexo, idades, profissões), pode contribuir com alguns esclarecimentos suplementares.

De qualquer forma, flutuando num intervalo entre os 4 e os 14‰, em termos médios (Quadro 5.3), a emigração do distrito do Porto assume uma importância decisiva, na sua vertente demográfica, sendo de salientar a persistência de um nível mínimo independentemente da conjuntura, a marcar a importância das correntes tradicionais.

Quadro 5.3 - Emigração no distrito do Porto (1836-1900)

Taxas brutas anuais e médias móveis de 5 anos

Anos	População Estimada	Emigr. N°s	TBE (%)	Média móvel	Anos	População Estimada	Emigr. N°s	TBE (%)	Média móvel
1836	329042	2200	6,7		1869	428205	3327	7,8	7,5
1837	335380	1635	4,9		1870	431802	3362	7,8	8,4
1838	341841	1227	3,6	4,4	1871	435429	4253	9,8	9,0
1839	348107	1087	3,1	4,0	1872	439087	4864	11,1	9,4
1840	354813	1386	3,9	4,2	1873	442775	3797	8,6	9,8
1841	361648	1706	4,7	4,8	1874	446494	4365	9,8	9,4
1842	362480	2095	5,8	5,2	1875	450245	4419	9,8	8,6
1843	363313	2365	6,5	5,4	1876	454027	3439	7,6	8,3
1844	364149	1859	5,1	5,3	1877	457841	3435	7,5	7,6
1845	364987	1737	4,8	5,5	1878	461881	3073	6,7	7,1
1846	365826	1670	4,6	5,5	1879	468347	3020	6,4	6,7
1847	366668	2475	6,7	5,5	1880	474904	3370	7,1	6,5
1848	367511	2337	6,4	5,5	1881	481553	2765	5,7	6,1
1849	368356	1833	5,0	6,7	1882	488295	3142	6,4	5,9
1850	369203	1869	5,1	6,8	1883	495131	2303	4,7	5,4
1851	370053	3748	10,1	7,8	1884	502063	2699	5,4	5,3
1852	370904	2842	7,7	9,7	1885	509091	2420	4,8	5,4
1853	371757	4182	11,2	12,7	1886	516219	2775	5,4	6,1
1854	372612	5442	14,6	14,1	1887	523446	3595	6,9	6,7
1855	373469	7389	19,8	14,4	1888	530774	4190	7,9	7,9
1856	374328	6494	17,3	13,9	1889	538205	4680	8,7	9,8
1857	375189	3402	9,1	12,6	1890	546262	5905	10,8	10,3
1858	375982	3265	8,7	9,9	1891	551233	8084	14,7	10,7
1859	381547	3092	8,1	7,8	1892	556249	5275	9,5	10,9
1860	387193	2518	6,5	7,4	1893	561311	5667	10,1	11,5
1861	392924	2689	6,8	6,9	1894	566419	5392	9,5	10,3
1862	398739	2649	6,6	6,3	1895	571573	7761	13,6	9,7
1863	404640	2525	6,2	6,0	1896	576775	5023	8,7	8,9
1864	410665	2253	5,5	5,7	1897	582023	3714	6,4	7,7
1865	414115	2043	4,9	5,7	1898	587320	3674	6,3	5,9
1866	417593	2271	5,4	5,6	1899	592664	2218	3,7	
1867	421101	2670	6,3	6,0	1900	598164	2753	4,6	
1868	424638	2396	5,6	6,6					

Na verdade se, anualmente, emigram 4 a 14 pessoas por cada mil habitantes, sendo muito frequentes taxas próximas ou superiores a 10‰ estamos próximos dos níveis atingidos pelo saldo fisiológico, ou seja, a diferença entre o número de nascimentos e o de óbitos que, numa população relativamente fechada, determina o crescimento (positivo ou negativo) da população. Como vimos, no caso do Porto esse saldo fisiológico oscilava precisamente em torno dos 10‰, produzido por uma natalidade da ordem dos 35‰ e uma mortalidade próxima dos 25‰. Há, assim, períodos em que a capacidade reprodutiva da população do Porto é absolutamente absorvida pela emigração: vejam-se os anos de 1853-1856, em que os valores extremos são de 11,2‰ e de 19,8‰, bem como o período de 1890-1895, com valores superiores a 10‰. Naturalmente que há tempos

prolongados de menor punção demográfica, com as décadas de 60 e 80 a não irem além de 6%, numa alternância compensadora.

Mas qualquer aproximação entre os níveis do crescimento anual médio, atrás avaliados, e as variáveis microdemográficas leva rapidamente à conclusão de que à dinâmica populacional do Porto oitocentista era indispensável a centripetação demográfica, isto é, a imigração, pela entrada de estrangeiros, pela via do retorno e pelas migrações internas, onde o êxodo rural teve naturalmente um papel decisivo. Voltaremos à questão do retorno, em capítulo posterior. Para já, neste domínio da imigração, vamos recorrer ao censo de 1890²³, o primeiro a conter alguma informação sobre as naturalidades dos residentes, permitindo focar, ainda que superficialmente, as questões da mobilidade interna e dos estrangeiros, a nível concelhio (Quadro 5.4).

Os espaços concelhios não obedecem a pressupostos de racionalidade regional, pois, tal como os distritos, são meras circunscrições administrativas, e embora possa haver, por tradição, uma homogeneidade de natureza territorial e funcional, basta lembrar a dança dos concelhos no século passado para evidenciar o elevado grau de arbitrariedade então prevalecente. Assim, não admira que os movimentos de população atravessem as linhas imaginárias das circunscrições, principalmente para os indivíduos que não estão fixados à terra, os quais procuram rumar aos locais aonde o mercado de trabalho seja mais favorável.

A análise por concelhos revela-nos que se alguns apresentam percentagens muito elevadas de naturais da terra²⁴, outros existem que são muito receptivos a forasteiros. Os concelhos do interior (Baião, Amarante, Marco de Canavezes) são os que menos atraem a gente do exterior, apresentando níveis superiores a 95% de contrerrâneos no total da sua população.

²³ Cf. *Censo da População do Reino de Portugal no 1º de Dezembro de 1890*, vol.I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1896, pp. 14-15.

²⁴ Pela natureza da fonte de informação, a análise ignora os movimentos intra-concelhios, com deslocações entre as várias freguesias.

Quadro 5.4 - Naturalidades dos residentes - Distrito do Porto, 1890

Concelhos	Do Concelho		Do Distrito		Outras		Estrangeiros		Total
	Nºs	%	Nºs	%	Nºs	%	Nºs	%	
Amarante	29978	95,5	849	2,7	484	1,5	69	0,2	31380
Baião	21845	96,5	307	1,4	450	2,0	31	0,1	22633
Bouças	20287	75,1	3010	11,1	3359	12,4	367	1,4	27023
Felgueiras	19569	90,6	1092	5,1	872	4,0	66	0,3	21599
Gondomar	28402	91,5	1537	4,9	1033	3,3	81	0,3	31053
Lousada	14384	90,7	1222	7,7	215	1,4	36	0,2	15857
Maia	16464	87,8	1608	8,6	630	3,4	52	0,3	18754
Marco de Canavezes	26910	97,9	403	1,5	147	0,5	28	0,1	27488
Paços de Ferreira	10565	93,3	637	5,6	96	0,8	22	0,2	11320
Paredes	18191	92,7	1232	6,3	187	1,0	17	0,1	19627
Penafiel	28237	92,9	1491	4,9	592	1,9	60	0,2	30380
Porto - B. Oriental	43992	57,6	9662	12,6	19874	26,0	2862	3,7	76390
Porto - B. Ocidental	33324	53,3	7398	11,8	18864	30,2	2884	4,6	62470
Póvoa de Varzim	20738	91,7	569	2,5	1180	5,2	119	0,5	22606
Santo Tirso	23810	93,1	799	3,1	908	3,6	54	0,2	25571
Valongo	9661	86,6	1158	10,4	295	2,6	43	0,4	11157
Vila do Conde	22290	88,0	1365	5,4	1544	6,1	134	0,5	25333
V N de Gaia	56066	86,1	2045	3,1	6578	10,1	392	0,6	65081
Total do Distrito	444713	81,5	36384	6,7	57308	10,5	7317	1,3	545722
Total do Continente	4147399	89,0	193909	4,2	279385	6,0	39402	0,8	4660095

Fonte : Censo da População do Reino de Portugal... 1º vol., pp.14-15

Em sentido contrário, surgem os concelhos do litoral como os que mais atraem a população estranha - o relevo vai, naturalmente, para o Porto, aonde a população natural é apenas de 55%, ou seja, em cada dois residentes um é de fora da cidade; mas Bouças (75%), Vila Nova de Gaia, Vila do Conde, Valongo, Maia vêm a seguir, todos com 12% ou mais de forasteiros. Sublinhe-se, no entanto, que o movimento intra-distrital se fica, globalmente, nos 7%, enquanto o de origem exterior ao distrito atinge quase os 11%, a que se deve acrescentar mais um ponto percentual devido aos estrangeiros. Esta preponderância da mobilidade dos indivíduos exteriores ao distrito também não é generalizada, pois nos concelhos mais rurais e interiores o afluxo apresenta na sua maioria o sentido oposto. Já a cidade do Porto lidera o movimento de atracção com origem mais longínqua, no que é seguida de forma mais evidente pela fieira litoral - Gaia, Bouças e Póvoa de Varzim. Para a cidade do Porto, se incluirmos os estrangeiros, 32 % da população é exterior ao distrito. No dizer de Ricardo Jorge, são "*forasteiros que veem buscar ao Porto collocação e fortuna, immigram na maxima parte do Minho, Traz-os-Montes, e Beira-Alta; o Porto é para estas terras como que um Brazil chegado. De lá*

veem creados e creadas, aprendizes d'officio, assim como caixeiros a tentar a carreira mercantil e formar a grande maioria da classe commercial" ²⁵.

Naturalmente que há razões funcionais para esta fixação urbana dos de origem mais longínqua, os quais vêm ganhar a vida na cidade, enquanto muitos habitantes dos concelhos limítrofes sobrevivem na relação quotidiana com os cidadãos, trazendo regularmente os seus produtos ou serviços (padeiros, vendedores de hortaliças, carreteiros, etc), pernoitando quando for caso disso (operários da construção e mesmo de algumas fábricas), mas não necessitando de aqui se domiciliar. O Inquérito Industrial de 1881, levanta o véu sobre a procura de operários ferreiros no interior, num processos que se pode generalizar a outras profissões:

"Para que a familia, as amidades não distraham o aprendiz do seu officio, o mestre não os quer da localidade: vem todos de Traz os Montes, em creanças. São hospedados e alimentados, mas não vencem nada nos tres a cinco annos que a aprendizagem dura" ²⁶.

De qualquer modo, está, de alguma forma, quantificado o volume da imigração acumulada, que decorreu ao longo dos anos e aí permanece a 1 de Dezembro de 1890: de cerca de meio milhão de habitantes do distrito do Porto, quase 65000 são de origem exterior ao espaço referido, volume que só por si quase compensa a emigração das duas décadas anteriores. Embora não se conheçam as oscilações cronológicas deste fluxo imigratório, salvo estudos de pormenor (já documentámos atrás a dos galegos), fica evidenciada a importância da contra-corrente da imigração numa região de forte emigração.

5.2- O Brasil como destino

Sendo conhecido o carácter maioritário do destino brasileiro na emigração portuguesa, importa quantificar essa componente no conjunto do fluxo e discernir eventuais alternativas no caso específico do Porto (vd. Anexos 5.1 e 5.2).

Deve referir-se que a fonte utilizada, os registos de passaporte, aglomera todo o tipo de saídas do Reino, independentemente dos projectos que lhe estão associados,

²⁵ JORGE, Ricardo, *Demographia e Hygiene da Cidade do Porto, I - Clima, População, Mortalidade*, Porto, Câmara do Porto, 1899, p.155.

²⁶ Comissão Directora do Inquerito Industrial, *Inquerito Industrial de 1881, Segunda parte, Visita às Fabricas, Livro Segundo*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1881, p. 36.

sejam a emigração de trabalho, as visitas de turismo ou as deslocações para efeitos de estudo no estrangeiro. As visitas de turismo²⁷ eram, então insignificantes, sob o ponto de vista quantitativo e tinham como destino quase único a Europa, embora seja possível observar o desfile de um ou outro "dandy" conhecido, de intelectuais cotados (Antero de Quental, Alberto Sampaio, Rodrigues de Freitas, em 1878, provavelmente para a Exposição Universal de Paris) e de alguns "brasileiros" de retorno. Essa insignificância assumia ainda maior propriedade nas deslocações para estudo, que se resumiam aos filhos de algumas famílias burguesas, como aconteceu com os do banqueiro Santos Silva (do Banco Comercial do Porto), os do negociante Pinto Basto ou casos isolados como o de Soares do Reis para Itália, além dos descendentes de famílias de raiz estrangeira aqui radicadas. De raiz sociológica diferente da subjacente à emigração de trabalho, estas migrações não tinham significado estatístico. Mas a Europa era ainda o destino para outros emigrantes, nomeadamente a Espanha e a Inglaterra, como ramificações de casas comerciais e, no primeiro caso, algum trabalho braçal, incluindo ofícios mecânicos²⁸.

Para África, naturalmente para as colónias portuguesas, cuja especificação nos registos era rara, a corrente reduz-se a um fio muito débil, contabilizável anualmente com o algarismo da unidade até 1853, bastando as dezenas quase até ao final da década de 80. Só por essa altura o movimento se multiplica, situando-se no patamar da centena de partidas anuais, retrogradando, de vez em quando, às dezenas²⁹. Recorde-se que, nos inícios de 80, já no distrito de Lisboa se registavam 3 a 6 centenas anuais de partidas para África, cerca de metade das que daí se destinavam ao continente americano, segundo a estatística oficial. Este facto não deixa de ser elucidativo da carga histórica que pesa sobre os destinos da emigração, mantendo-se o Porto fiel à tradição, mesmo quando começavam a surgir alternativas.

²⁷ A criação de registos próprios para os passaportes de turismo só se iniciou em 1896, embora se interrompesse a série em 1906 (por deixar de ser necessária o passaporte para estas deslocações pela lei de 25 de Abril de 1907), retomando-se em 1928.

²⁸ A emigração intra-europeia de trabalho, se esquecermos as migrações tradicionais para a Espanha, só ganha significado quantitativo durante a 1ª guerra mundial, com a partida para França de cerca de 16000 pessoas (operários, alguns dos quais com famílias), entre os fins de 1916 e 1918, para assegurar a produção na retaguarda militar, além de dois milhares para Inglaterra. Naturalmente, o movimento continuou no pós-guerra, enquanto não chegaram os sinais depressivos da década de 30. Cf. ALVES, Jorge Fernandes, "Operários para França e Inglaterra (1914-1918) - Experiências da emigração portuguesa intra-europeia", *Revista da Faculdade de Letras - História*, II Série, vol. V, Porto, 1988, pp. 317-333.

²⁹ Entre 1896-1907, a emigração para África passa a ser registado em livro próprio, saindo da série de registo de passaportes que vimos utilizando, em virtude de passarem a ser gratuitos (Lei de 23 de Abril de 1896). A partir de 1907, deixa de exigir-se o passaporte para o Ultramar. Naquele intervalo contaram-se 1642 partidas (1448 homens e 194 mulheres), numa média anual de 140, com destinos maioritários para Angola e Moçambique (A.G.C.P., *Livro de registo de passaportes para África*, n.ºs 3519-3520).

Mesmo para os restantes países americanos a atracção exercida sobre a emigração portuense era quase nula. Para os Estados Unidos, a cifra mais elevada verificou-se em 1872, com 28 emigrantes, mais do que nos restantes anos em estudo. Ora, o caso de 1872 merece uma referência especial, porque se tratou de uma campanha de emigração promovida por um agente americano, Charles Nathan, que procurava contratar colonos para Nova Orleães, pouco depois do final da guerra civil nos Estados Unidos e do consequente fim da escravatura. O espectro da emigração contratada levantou-se de novo, pelo que se desenvolveu uma forte campanha no sentido de a impedir, no decorrer da qual até a Igreja teve a sua intervenção³⁰, tendo a imprensa, em geral, procurado desmontar as fabulosas condições da propaganda aliciadora³¹.

Talvez como produto da mobilidade dos portugueses posteriormente à sua chegada ao Brasil, procurando novos destinos e chamando depois parentes e amigos, vamos ainda encontrar registos de passaportes para dois países da América do Sul: o Chile³², através de algumas unidades nas décadas de 50 e 70, e principalmente para a Argentina, que atrai um fio migratório muito ténue mas que permanece ao longo do tempo, chegando às vezes às duas dezenas de partidas, tendo atingido o ponto mais alto logo no ano de 1836, com a emissão de 32 passaportes com esse destino. Gotas de água, na larga corrente da emigração portuense que, ao delta dispersivo, preferia desaguar por estuário, desembarcando de forma maciça no Brasil (Gráf. 5.3).

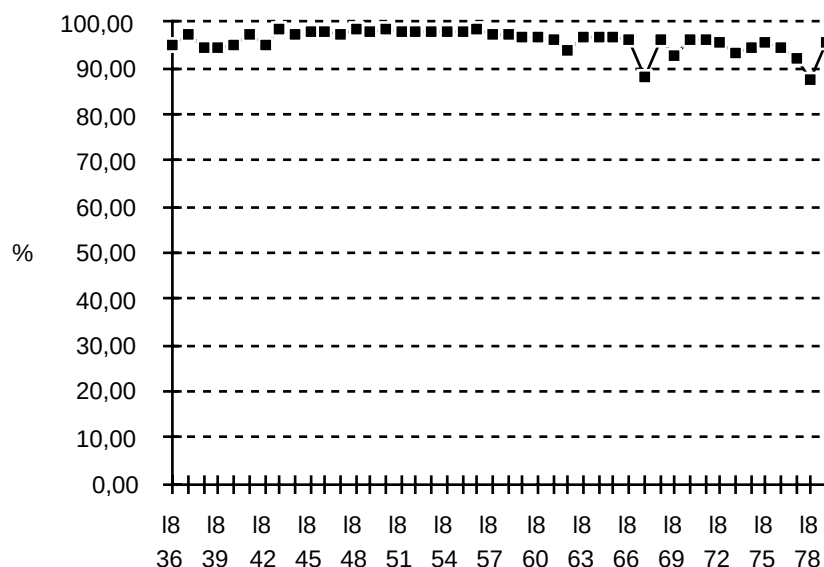
Com efeito, a corrente do Brasil corresponde a uma percentagem elevadíssima, que, frequentemente, se aproxima dos 99%, e que quase nunca desce abaixo dos 90% (o que apenas aconteceu em dois anos no período estudado - 1867 e 1878, com 88%), embora apresente uma tendência muito ténue para a diminuição à medida que se avança para o fim do século. Assim a maioria esmagadora dos emigrantes dirigem-se para as terras de Santa Cruz, aonde além da língua comum, esperam encontrar parentes e amigos, sulcando a rota há muito trilhada por milhares de conterrâneos, perseguindo o sonho de ser "brasileiro".

³⁰ Já fizemos referência, no capítulo anterior, à pastoral do Bispo de Braga, que decorreu neste contexto.

³¹ Cf. "A emigração" in *O Commercio do Porto* de 30 e 31 de Dezembro de 1871; e ainda "Emigração para Nova Orleães", *ibidem*, de 19 de Abril de 1872.

³² Sobre este destino, cf. GUTIERREZ ROLDAN, Hector G., "La inmigración española, italiana y portuguesa. Chile, 1860-1930", in *I Congrès Hispano Luso Italiá de Demografia Històrica*, Barcelona, 22-25 Abril 1987.

**Gráf. 5.3 - Emigração do Distrito do Porto -
O Brasil como Destino**



5.3 - Homens e Mulheres

Delimitada quantitativamente a emigração portuense para o Brasil, reconhecido o seu carácter quase exclusivo, a nossa atenção prender-se-á, daqui para a frente, com as características intrínsecas desse fluxo, pondo de lado os destinos divergentes, os quais, na totalidade, se limitavam, anualmente, a algumas dezenas de pessoas, apenas atingindo o nível da centena na década de 70 (Anexo 5.2). Procuramos, essencialmente, evitar a interferência heterogénea, ainda que muito reduzida, da restante emigração, que como vimos, nem sempre assume a mesma natureza, concentrando-nos apenas no reconhecimento dos "brasileiros", na etapa inicial do percurso migratório.

Esta etapa do trabalho desenvolve-se, assim, em torno de uma questão de tipo policial, procurando uma identificação de âmbito colectivo, dissolvente das individualidades específicas, com base nas interrogações-tipo: Quem é? Onde vem? Para onde vai? Questões estas a que os passaportes pretendem responder, assegurando como documento oficial a veracidade da informação, a qualquer interrogatório policial que surja ao viajante.

Uma das clarificações prioritárias é a questão do género. Qual o peso relativo de cada sexo neste fluxo migratório? Sabe-se que, por tradição, o homem emigra mais, já que os usos e costumes asseguraram uma divisão sexual do trabalho, pela qual lhe são atribuídas as funções externas de produção, competindo à mulher as funções internas, o labor da casa. Assim sendo, a ideia geral é a de que a mulher emigrante se afasta do modelo normal, resvalando para a marginalidade. A imagem predominante é, então, a do emigrante jovem e masculino, reforçando os padrões de conduta tradicionais, segundo os quais a mulher deve ser "caseira" e o homem "videiro", como nos diz Carlos Alberto Ferreira de Almeida³³, referindo o adágio:

"O homem barca, a mulher arca."

É verdade que o costume funciona como lei social, e, neste caso, os comportamentos modais da emigração conferem-lhe veracidade. O português, no seu percurso histórico de andarilho, andou quase sempre desacompanhado de mulheres conterrâneas e daí a sua tendência para a miscigenação. C. R. Boxer, com investigação em que procura recuperar o papel da mulher na expansão ibérica, fala-nos da mulher branca como "prémio cobiçado" em Angola, da raridade das esposas e filhas acompanharem os maridos e pais para as inóspitas e insalubres zonas tropicais, para onde só iam, esporadicamente, as "orfãs del Rei", *"raparigas de raça branca, em idade núbil, recolhidas em orfanatos de Lisboa e Porto"*, a quem era propiciado um dote e um emprego de funcionário a quem as desposasse³⁴. Mas, como nos mostra este autor, a acção das mulheres não foi de forma alguma despicienda no movimento de expansão.

Por seu turno, o brasileiro Gilberto Freire, descendo à observação das práticas quotidianas, deixou-nos inúmeras páginas sobre a miscigenação portuguesa com ameríndias e negras, sobre a qual alicerçou uma grande parte da sua polémica tese sobre o luso-tropicalismo: *"Foi misturando-se gostosamente com mulheres de cor logo ao primeiro contacto e multiplicando-se em filhos mestiços que uns milhares apenas de machos atrevidos conseguiram firmar-se na posse de terras vastíssimas e competir com povos grandes e numerosos na extensão de domínio colonial e na eficácia de acção colonizadora."*³⁵. Miscigenação que se prolongaria aos tempos mais recentes da emigração, em que a lavadeira negra ou mulata desempenhava um papel fundamental na vida recatada e isolada do comerciante nos sobrados de comércio das cidades brasileiras,

³³ Cf. ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, "A paróquia e o seu território", *Cadernos do Noroeste - Ciências Sociais*, Abril de 1986, Braga, Universidade do Minho, pp. 113-131.

³⁴ BOXER, C. R., *A Mulher na Expansão Ultramarina Ibérica, 1415-1815 - alguns factos, ideias e personalidades*, Lisboa, Livros Horizonte, 1977, p. 29.

³⁵ FREIRE, Gilberto, *Casa Grande e Senzala*, Lisboa, Livros do Brasil, s/d, p.22. Vd. também do autor, *Sobrados e Mucambos*, ob.cit.

donde raramente saía, por assoberbamento profissional ou pelos desaguizados frequentes com os "capoeiras"³⁶.

Mas a imagem da mulher portuguesa na emigração oitocentista para o Brasil terá ficado marcada pela célebre passagem de Ramalho Ortigão a propósito dos colonos e do "cortiço", tantas vezes glosada : *"Estas mulheres são escrituradas ao chegarem ao Rio de Janeiro, muitas delas a bordo mesmo dos navios que as transportam. Escolhem-se pelo aspecto físico: uns preferem as louras, outros as morenas. As mais bonitas são as que se acomodam mais depressa. Os fazendeiros encomendam-nas do interior aos seus correspondentes: "Quando chegar o paquete próximo mande-me duas caixas de vinho do porto e uma ilhoa gorda, de dezoito anos e olho preto"*³⁷.

Descendo, porém, à evidência histórica, é necessário matizar a questão, não generalizando as interpretações mais pessimistas e conferindo lugar à diversidade de situações que uma emigração massiva sempre comporta.

Diga-se, desde já, que a prática dos passaportes familiares oculta de certo modo a componente feminina integrada e dá relevo às situações em que as mulheres partiam autonomamente e desprotegidas. Assim, uma grande parte do sexo feminino partia adstrita à documentação do familiar mais responsável ou mais velho (o marido, o pai, o tio, o irmão). Este pormenor burocrático alargava-se também a outras situações, como a de crianças ou de ascendentes idosos. Com o correr do tempo, a facilidade de transportes, os incentivos à imigração familiar por parte do Brasil, a baixa de câmbio brasileiro que produzia erosão sobre as remessas para a família, a emigração familiar vai aumentando. A crescente participação feminina que se vai verificar tem a ver com a ampliação deste tipo de emigração.

Uma leitura breve dos passaportes, na sua natureza individual ou colectiva, dá-nos uma ideia aproximada da emigração familiar. Assim, de 1836 até 1851 o número de pessoas ultrapassava apenas em 5 a 7% o número de passaportes; a partir daí até 1878 essa relação sobe para a casa dos 10-19%; nas duas décadas finais do século, é já muito elevada, passando para a casa dos 20%, atingindo mesmo os 35% em 1889. Nestes cálculos não entra apenas a mulher como companheira, inclui, frequentemente, os filhos,

³⁶ Idem, *Sobrados e Mucambos*, 1º volume, 1ª edição, Rio de Janeiro, José Olímpio Editora, 1985, p. 270.

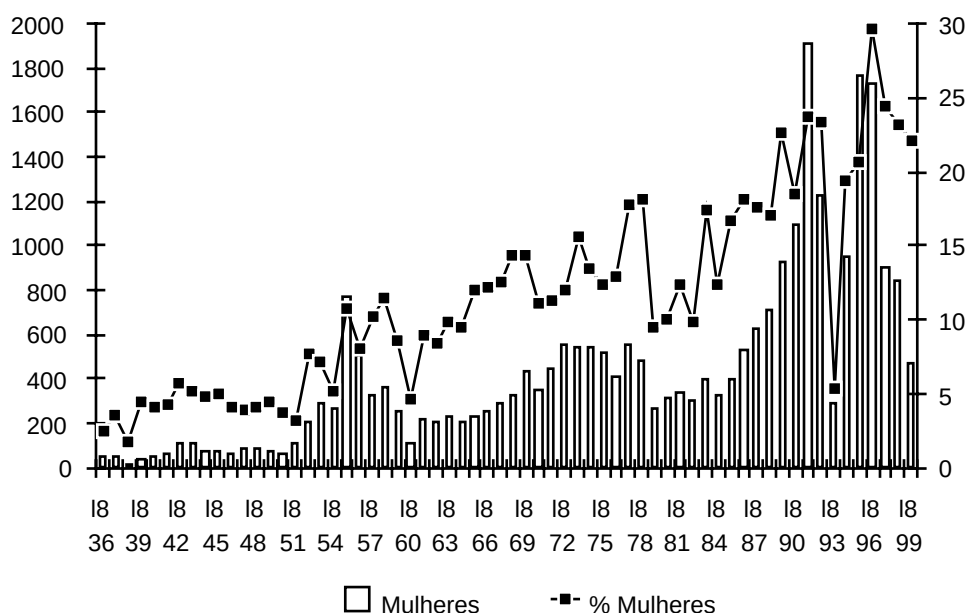
³⁷ In "O Brasil visto a voo de sabiá", *As Farpas*, tomo X, Lisboa, Clássica Editora, 1992, p. 61. Sublinhe-se que o autor tem alguma autoridade moral para as descrições sobre o colono no Brasil, de que o presente texto é um dos mais conseguidos. Com efeito, Ramalho Ortigão deslocou-se ao Brasil, tendo podido verificar a realidade, e lá tinha familiares esclarecidos e bem posicionados socialmente. O seu irmão Joaquim da Costa Ramalho Ortigão, um dos vários membros da família que do Porto embarcou para o Brasil, em 1856 com 13 anos, foi dirigente do Gabinete Português de Leitura e da Caixa de Socorros D. Pedro V, sendo assinada por ele o texto incluído no Inquérito Parlamentar de 1873, onde refere a vida nos "cortiços" (pp. 90-99)

pois o(s) filho(s) de 12 ou 13 anos acompanhava(m) muitas vezes o pai no percurso migratório, numa emigração familiar parcial que apenas contemplava a componente masculina (vd. Anexo 5.3).

Sublinhe-se, no entanto, que a avaliação da emigração familiar não se pode reduzir à estimativa deste pormenor de partidas colectivas. Há partidas individuais que se enquadram no processo do reagrupamento familiar, em que mulheres casadas partem "para junto de seu marido", como referem anotações marginais ao registo, com base na necessária carta de ordem, com visto consular, que deveria ser enviada por este, numa antecipação da figura da "carta de chamada", institucionalizada depois da Grande Guerra para a imigração contingentada.

No entanto, a quantificação da emigração feminina efectuada a partir da base de dados sobre os registos de passaportes³⁸ permite-nos uma configuração gráfica que acompanha de perto as percentagens acima citadas (Gráf. 5.4).

Gráf. 5.4 - Distrito do Porto - Emigração Feminina



A emigração feminina, com oscilações de pequena amplitude, mantém relações estáveis com a curva de emigração total, oscilando ao sabor das flutuações colectivas, mas apresentando uma tendência para a subida, quer relativa, quer absoluta, da sua quota no total da emigração. Já Oliveira Martins notara o assomo crescente da emigração

³⁸ No gráfico, utilizámos ainda os dados das estatísticas oficiais para as décadas de 80 e 90, de forma a fazer ressaltar a evolução desta variável.

feminina, vendo nela um dos sinais da desordem crescente da economia social portuguesa, pois, "*a emigração de famílias só se percebe tendo por causa a necessidade; não, assim, a de homens isolados que podem emigrar obedecendo a vários outros motivos*" ³⁹.

Até 1851, isto é, até ao momento da primeira explosão migratória que se relaciona com o início da prática de engajamento no Porto, a emigração feminina raramente chegou às 100 unidades, ficando-se pelos 3 a 5% da emigração total, mostrando que não se inseria no modelo da emigração tradicional. A partir daquela data, dá um salto para o dobro, atingindo o apogeu em 1855, com 779 mulheres a embarcarem, representando 10% do fluxo. Há depois uma fase de decréscimo quantitativo, mas a participação relativa oscila quase sempre em torno dos 10%. No final dos anos 70, esta participação volta a subir gradual mas decisivamente, de forma que, a partir de 1889, já se situa no nível dos 20%. Na década final, a emigração feminina do Porto flui na casa do milhar, tendo atingido o total de 1922 mulheres no ano de 1891, embora o número relativo mais elevado seja o de 1896 com 30%.

Como veremos nas alíneas seguintes, ao analisarmos o estado civil e as idades, este acréscimo da emigração feminina tem uma grande componente infantil, isto é, trata-se, em grande parte de uma emigração passiva, processada por acompanhamento familiar, justificando-se, assim, a frase que Sampaio Bruno utilizou para caracterizar as suas impressões sobre a emigração finissecular: "*Hoje vae tudo, marcha a família inteira*" ⁴⁰.

A emigração familiar, com a partida em conjunto, era uma prática mais corrente nos finais do século, como já o fora na década de 50, bastante por incentivo das políticas de atracção de mão-de-obra para as plantações, como foi o caso do Estado de S. Paulo que financiou este tipo de deslocação. Com mais encargos, menos predisposta a correr riscos e ao espírito aventureiro, mais "pesada" a diversos níveis para tentar fugas e subverter contratos, a família era uma garantia de estabilidade para o empregador.

Mas não podemos esquecer a componente familiar da emigração livre, sem contratos prévios e destinada, normalmente, aos mercados de trabalho urbanos. Nestes casos, o reagrupamento familiar processava-se por fases, em que o homem partia primeiro, tentava resolver os problemas que deixava para trás, pagando dívidas, por exemplo, e criando depois as condições para chamar os familiares. Tratava-se de uma

³⁹ MARTINS, Oliveira, *Fomento Rural e Emigração*, Lisboa, Guimarães & Cª Editores, 1956, p. 227

⁴⁰ BRUNO, *O Brasil Mental*, Porto, Liv. Chardron, 1899, p. 411. Nos inícios do século XX, a emigração familiar de extracção rural será ainda mais intensa, particularmente do Norte Interior e Beiras. O caso mais extremo é o de Bragança, onde, entre 1909-1914, a emigração feminina representa 47% do total. A este respeito, cf. CARQUEJA, Bento, *O Povo Português - aspectos sociais e económicos*, Porto, Livraria Chardron, 1916, p.398.

prática preventiva, para a hipótese de fracasso, procurando evitar os transe difíceis à mulher e crianças, as quais ficavam esperando pela chamada ou, eventualmente, pelo retorno, conforme a evolução ulterior. Um ou outro processo para a obtenção dos passaportes requeridos por mulheres casadas, através das cartas apenas que funcionavam como documento de autorização, permite-nos entrever as práticas e a conflitualidade existente, umas vezes intra-conjugal, outras intra-familiar, que levava a mulher a recear a partida.

Esclarecedora a este respeito é a mensagem dirigida do Rio de Janeiro por Manuel Ferreira Soutelo a sua mulher, Antónia de Jesus:

"Junto a esta carta receberas hum abonno para a tua passagem e da nossa filha e juntamente receberas 48\$000 rs em moeda forte para teus arranjos assi como passaporte e vem o mais breve possível. Se não quiseses vir não tens de arreceber dinheiro nem abonno de passagem nem tampouco conta mais commigo para nada" ⁴¹. (13 de Maio de 1862)

Por vezes, porém, o emigrante esquecia-se ou fazia prolongar o tempo para a chamada, tendo de ser a esposa a despertar-lhe a atenção, como aconteceu com Maria Antunes de Oliveira, de Fafe, que se vira obrigada a ir servir para o Porto, após a partida do marido, obrigando este a responder-lhe da seguinte forma, onde é perceptível o contragosto:

"Minha mulher do coração

Em primeiro que tudo heide estimar estas duas letras te vão achar na posse de uma perfeita saude pois a minha vou vivendo como Deus é servido. Maria cá recebi a tua carta e nella vejo o que me dizes o queres vir para a minha companhia. Pois nesta data escrevete para tu te arranjares e te remeto uma letra da quantia de cem mil réis fortes para tu pagares a paçagem á 2ª mesa e comprar um bahu e passaporte e mais despesas miudas, não faças muita roupa porque cá se faz, o que sobrar traz contigo para alguma couza que te seja perçiso e não tenhas medo do mar e bem no 1º Barco a sahir e mandame dizer no Barco em que bens para eu te ir esperar a Bordo. Tu me mandaste dizer que estas a servir no Porto pois eu não te quero a servir outro anda para a minha companhia. Já escrevi a teu Pay para elle ficar com o nosso filho e eu pago um tanto por anno para sua educação elle me disse que sim atte elle ter idade de o mandarmos vir para esta terra. Maria não tenhas medo ó Mar pois anda no primeiro Barco que sahir e se não não contes mais com teu marido a Deos." ⁴² (7 de Junho de 1867)

⁴¹ Arquivo Distrital do Porto, Fundo do Governo Civil, *Maço de processos de passaportes*, (não catalogado). Agradecemos ao dr. Silvestre Lacerda a indicação desta documentação.

⁴² Arquivo do Governo Civil do Porto, Documentação avulsa, *Maço com processo de passaportes*,

Por vezes, o reagrupamento implica o desligar quase total com a terra de partida, como neste caso em que Manuel Jorge Moreira escreve ao sogro para lhe vender os bens e tratar da partida da mulher, numa carta que nos elucida sobre a transferência de dinheiro nesta época (1862):

" [...] *Eu vou vivendo sem o menor incommodo, e satisfeito com esta terra. Remeto-lhe a procuração junta afim de V.M. vender as propriedades e os trastes que ahi temos, e applicar o seu produto ao pagamento da passagem da Raquel e dos meninos, e do que devo a João Marques de Paiva, que deve andar em cento e vinte mil reis pouco mais ou menos. Tambem da dita quantia pode dar a Raquel a quantia qu'ella precisar para os arranjos da viagem e o resto pode entregar ao Negociante do Porto, Manuel Gualberto Soares afim d'este mandar ordem ao Negociante d'esta Praça Manuel Joaquim Alves para me entregar aqui o dito resto; do que entregar pode exigir o competente recibo. Lembro-lhe que basta um só passaporte para Raquel e os meninos, e que pela passagem d'estes paga-se a quarta parte do que se costuma pagar por um homem ou mulher. Meo sogro a respeito da venda das propriedades pode V.M. garantir ao comprador a fim de tirar qualquer duvida e evitarmos chicana [...]* P.S. Não deixe de vender as propriedades por diferença pequena, pois muito desejo acabar com tal negocio. Lembro a V.M. que é bom que uma pessoa de familia acompanhe Raquel e os meninos até Lisboa não só para lhes servir de companhia, como também para arranjar a passagem e o mais que for necessario, pois V.M. bem sabe que as Senhoras não se entendem com esse negocio" ⁴³.

O ressentimento emerge, de vez em quando, de forma mais explícita. António Gonçalves Dias comunica à esposa, que do Rio viera buscar o filho, o ter já tratado da sua passagem na barca "Flor da Maia", recomendando-lhe que aproveitasse a partida do tio para ir na sua companhia e, se possível, incluída no seu passaporte. E, *"no caso de não teres vendido os bens no Porto, por isso não deixes de não vires que eu daqui mandarei fazer o que entender. Dize a meu tio Delfim que eu daqui lhe mando a quantia de que lhe sou devedor. Dize a elle que não precisa de estar afligindote porque esta quantia quem lhe deve sou eu, que esteja serto commigo elle não perde o eu não hir a essa terra e por estas e outras porque eu daqui tudo remedeio e ahi é só bom para se gastar [...]* o Snr. Domingos que me mande por ti um barril de vinho verde sendo puro deve chegar aqui *prefeito que eu lhe mandarei o importe, não precisas comprar muitas coisas para trazeres, aqui não se precisa de nada só de dinheiro"* ⁴⁴.

M1624.

⁴³ *Ibidem*.

⁴⁴ *Ibidem*.

Se a partida de mulheres casadas significava o reagrupamento familiar, e no mesmo sentido apontam uma grande parte das solteiras, sejam crianças ou já em idade adulta, casos havendo em que partem algumas ascendentes após terem ficado viúvas e desprotegidas, há, no entanto, que reconhecer que nem toda a emigração feminina se pauta por esta norma. Reconstituir a vida era um sonho permanente na partida para o Brasil e essa reconstituição assume as mais diversas facetas conforme o indivíduo e o seu estatuto social. Nesse sentido, não faltavam as mães solteiras, algumas com filho muito recente, provavelmente fugindo ao opróbrio da ilegitimidade, ou viúvas em idade jovem, sabendo-se como a ambas era desfavorável o mercado nupcial na região de partida, de demografia desequilibrada precisamente pela forte masculinidade da emigração. Embora os registos de passaportes quase nunca registem as profissões das mulheres, até porque só o faziam para os respectivos titulares, e, por outro lado, ignoravam o estatuto de dona de casa, recuperemos, no entanto, os cinco anos em que há uma referência mais explícita a esta variável para o sexo feminino (Quadro 5.5).

Quadro 5.5 - Porto, Emigração Feminina
Ocupações referenciadas

Profissões	1874	1875	1876	1877	1878
Carreteira		1			
Carvoeira		1			
Costureira	35	67	64	80	80
Criada	38	52	39	53	48
Dobadeira		4		3	
Engomadeira		1	3	7	5
Fiadeira			2		
Lavadeira					7
Meretriz	25	12	7	16	3
Regateira			1		
Serviçal					2
Tecedeira	5				
Tiradeira de seda					1
Urdideira		1			
Total referências	103	139	116	159	146
Nº Titulares passap.	323	299	219	332	276
%	31,9	46,5	53,0	47,9	52,9
Nº Total mulheres	551	526	422	563	491
%	18,7	26,4	27,5	28,2	29,7

Embora as referências a ocupações sejam pouco representativas, cerca de metade em relação às mulheres titulares de passaportes, ou de um terço em relação a todas as mulheres que partiram em cada um dos anos apontados, não há dúvida que estamos perante um baixo estatuto ocupacional. Tempos duros estes, em que a mulher, para ter

dignidade social, devia restringir-se às funções domésticas e estar enquadrada familiarmente! Às designadas por "dona" não cabia nos passaportes referência a ocupação! No entanto, é importante discernir algumas linhas nesta emigração feminina com ocupação. Uma delas é a corrente de criadas domésticas, cujas anotações deixam entrever que vão na companhia de famílias de negociantes, algumas mesmo referenciadas como amas de leite de crianças de tenra idade. Também já se referiu anteriormente a idade precoce em que ocorria a entrada para a criadagem feminina, acontecendo que muitas delas nunca mais saíam de casa dos respectivos amos, lá permanecendo para toda a vida, acompanhando a família respectiva nas suas deslocações, incluindo para o Brasil. Outro aspecto a sublinhar é a rede de prostituição, note-se, numa altura em que esta ocupação dispunha de um estatuto oficial e legalizado, verificando-se um autêntico "tráfico de mulheres" que diversos autores e jornais denunciam. Augusto de Carvalho, por exemplo, reconhece esse tráfico, dedica-lhe algumas páginas de feição moralista e refere algumas situações objectivas⁴⁵.

Transplantação de um país excedente, a emigração massiva e continuada para o Brasil atravessa todos os grupos e condições sociais, mesmo no sexo feminino, apesar da sua menor representatividade no fluxo migratório.

5.4 - Solteiros e casados

A emigração assume significados e consequências diferentes segundo a distribuição dos fluxos pelas categorias do estado civil, dada a diversa funcionalidade que é atribuída socialmente a cada uma delas.

A emigração em que os solteiros predominam pode associar-se aos mecanismos de exclusão de herdeiros, às estratégias de distribuição social a que nos vimos referindo, quando a emigração é a via adoptada no momento de saída da casa paterna, ocorrendo num momento mais ou menos consensual, geralmente num processo desencadeado pelos ascendentes. O significado passa a ser outro, se, uma vez já estabelecido, o homem casado e/ou a família em conjunto, se vêem obrigados a emigrar, abandonando as terras ou outro tipo de património, por venda ou por penhora. Neste caso, o que está em causa são as estruturas sociais e/ou produtivas, no seu conjunto, ou graves crises conjunturais,

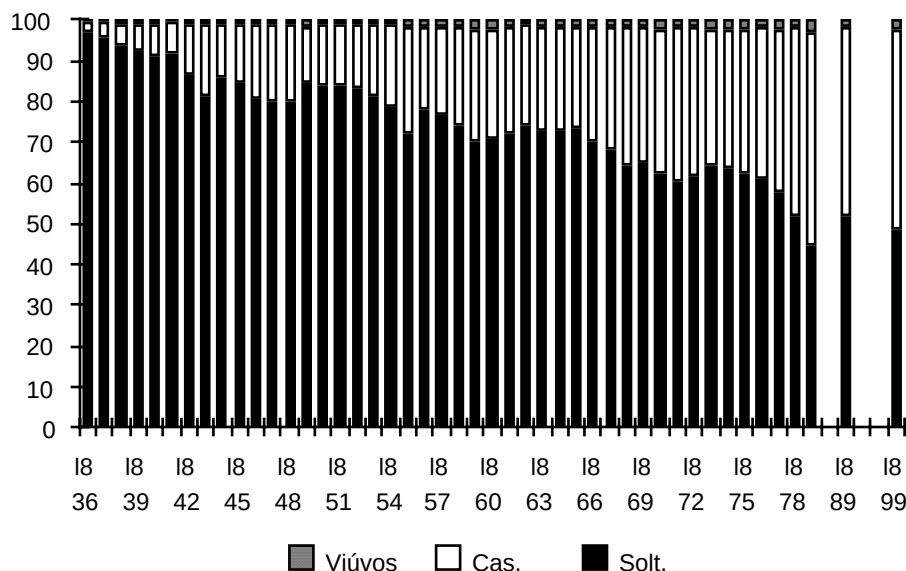
⁴⁵ In *O Brazil - Colonização e Emigração*, 2ª edição, Porto, Imprensa Portuguesa, 1876, pp. 370-375.

que levam o emigrante a abandonar o meio onde decidira estabelecer-se, na expectativa de melhorias em local diferente.

Também as consequências são diversas. A emigração de solteiros do sexo masculino, ao nível demográfico, desequilibra a relação entre os sexos, distorce o mercado matrimonial e provoca a elevação do celibato feminino. A um nível económico, o envio das "mesadas" ou remessas torna-se aleatório, pois as obrigações filiais não assumem o carácter impositivo das conjugais e paternas, e tendem a decrescer brutalmente com o eventual casamento que o jovem quase sempre acaba por realizar no país de adopção, ou até, vindo casar à terra, como se conhecem alguns casos. A emigração de casados, na hipótese de não reagrupamento familiar, ao provocar a dispersão do nó conjugal por dois espaços, encerra, desde logo, consequências negativas para a natalidade, embora seja favorável sob o ponto de vista do envio de remessas, que se tornam regulares e tendem a absorver uma grande parte das poupanças efectuadas, favorecendo ainda o retorno posterior. Se, porém, à partida de casados corresponder o reagrupamento familiar no país de acolhimento, então a emigração evolui, quase sempre, para definitiva, cortando-se a ligação directa com a terra de naturalidade, ainda que possam sobrar ligações afectivas e/ou comerciais. Isto, naturalmente, na hipótese de os emigrantes poderem assumir o destino de acordo com a sua vontade, não sendo compelidos a processos de inversão por decisão directa ou indirecta dos países de acolhimento. Mais características são as situações envolvendo viúvos, tudo dependendo da fase etária, dos eventuais desenvolvimentos de descendência, da possibilidade de refazer a vida, ou, muito simplesmente, reagrupar-se a filhos já emigrantes para efeitos de protecção na fase final da vida. O seu peso insignificante no total da emigração retira-lhe, no entanto, qualquer influência decisiva no processo global.

A evolução da distribuição do estado civil dos emigrantes do Porto traz-nos alguns contributos interessantes para a compreensão desta problemática (Vd. Anexos 5.5a e 5.5b).

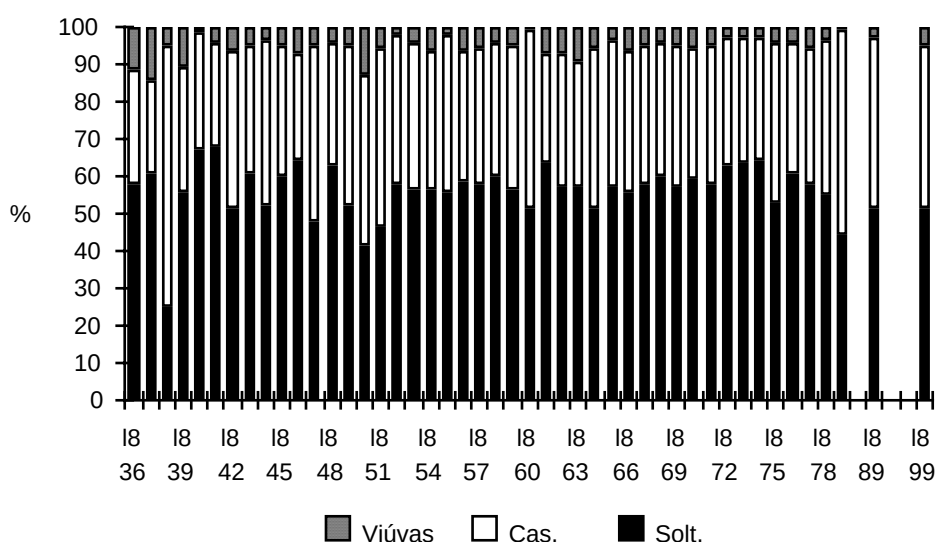
Gráf. 5.5 - Emigração do distrito do Porto - Estado Civil
sexo masculino



No que se refere ao sexo masculino (Gráf. 5.5), a curva da tendência evolutiva é muito nítida. O solteiro inicial, dos anos 30 e 40, cuja dominação na componente masculina do fluxo se situava em torno dos 95% vai ceder permanentemente influência em favor do casado, salvo pequenas oscilações aleatórias. Das percentagens insignificantes do início, os casados em 1842 já representam 13%, em 1854 sobem para a casa dos 20%, a partir de 1868 situam-se no nível dos 30%. No final da década de 70 atinge-se o ponto de equilíbrio que passará a caracterizar este tipo de repartição para as décadas dos finais do século: os solteiros e casados passam a equilibrar-se, oscilando em torno dos 50%, já que a quota dos viúvos ao longo dos anos oscila apenas entre 1 a 2%. Em 1879, os casados superam pontualmente os solteiros, mas a partir daí as flutuações de pequena amplitude conferem a supremacia mais ou menos alternadamente. Naturalmente que podemos fazer intervir aqui o papel restritivo das leis do recrutamento e sua conexão com as da emigração, ao criar obstáculos crescentes aos jovens em idade pré-militar que constituíam a maior parte dos solteiros. Aliás tudo indica que, a partir de 1878, tenha subido drasticamente a clandestinidade, ocultando parcialmente a emigração na faixa etária e categoria em causa. Mas a tendência é demasiado persistente ao longo do tempo para se conceder peso excessivo a este argumento. Os números absolutos mostram que a subida relativa dos casados corresponde um aumento real no número dos indivíduos. Assim, o que ressalta aqui é a lenta emergência de um novo modelo de emigração, aquele

que está estreitamente ligado às dificuldades económicas de origem e que cresce à medida que lhe são concedidas facilidades para a partida, nomeadamente a possibilidade de pagamento posterior da viagem e depois, a partir dos anos 70, a subsídio das viagens pelo governo brasileiro, agora como forma de atrair imigração livre. Paralelamente assistimos ao natural declínio do modelo tradicional, a do jovem solteiro, que partia com "arrumação" garantida ou supostamente facilitada pelas redes tradicionais.

Gráf. 5.6 - Emigração do Distrito do Porto - Estado civil
Sexo feminino



Se analisarmos o mesmo tipo de repartição para o sexo feminino (Gráf. 5.6), já não vislumbramos a evolução acima detectada, pelo menos de forma tão nítida. Há, de facto um pequeno acentuar das mulheres casadas nos finais da década de 70, correspondendo ao incremento da emigração familiar já atrás referida.

Mas a emigração feminina sempre se processou, na sua maior parte, inserida neste modelo, por acompanhamento do marido ou por reagrupamento posterior, por isso o aumento absoluto na partida de mulheres não implica uma diferente repartição percentual, mantendo-se os níveis relativos, embora com uma configuração mais oscilante ao longo do tempo. Sublinhe-se que a maior nitidez da mancha correspondente às viúvas (3 a 5%), em comparação com o que acontecia em idêntica situação para o sexo masculino, tem a sua origem exclusivamente no menor volume da emigração feminina.

Neste ponto importa recuperar a questão das diferentes consequências da emigração de casados/as, quer produzindo a fragmentação conjugal, quer a eventualidade de retirada total da família e respectivo corte umbilical com a terra de partida. Esta última

eventualidade era de resto um dos fantasmas nos debates sobre a emigração dos finais do século passado e inícios deste, quando se ganhou consciência do papel decisivo das remessas dos emigrantes na economia nacional e da ameaça que a emigração familiar representava para a sua manutenção. Para que tal ameaça se concretizasse, seria necessário que ao volume de emigrantes casados correspondesse um volume muito próximo nas partidas de mulheres na mesma condição, pressupondo o reagrupamento, quando não se verificasse a partida conjunta.

Procurando um indicador para elucidação deste problema, optámos pelo cálculo do "ratio" entre os volumes de emigrantes casados do sexo masculino e do sexo feminino (Quadro 5.6). Como se pode verificar, a emigração masculina nesta categoria foi sempre várias vezes superior à feminina, com flutuações acentuadas, mas quase nunca descendo abaixo do "ratio" 4, podendo atingir o nível 15.

**Quadro 5.6 - "Ratio" homens casados/mulheres casadas
na emigração do Porto**

Anos	Homens	Mulheres	Ratio	Anos	Homens	Mulheres	Ratio
1836	59	16	3,7	1860	624	54	11,6
1837	57	14	4,1	1861	609	68	9,0
1838	61	14	4,4	1862	564	75	7,5
1839	68	15	4,5	1863	558	82	6,8
1840	95	17	5,6	1864	503	90	5,6
1841	127	20	6,4	1865	427	93	4,6
1842	241	48	5,0	1866	539	101	5,3
1843	379	41	9,2	1867	609	109	5,6
1844	227	38	6,0	1868	658	118	5,6
1845	225	30	7,5	1869	898	168	5,3
1846	291	19	15,3	1870	1008	126	8,0
1847	436	44	9,9	1871	1361	170	8,0
1848	423	31	13,6	1872	1480	191	7,7
1849	244	34	7,2	1873	986	186	5,3
1850	269	32	8,4	1874	1229	181	6,8
1851	551	55	10,0	1875	1318	225	5,9
1852	402	86	4,7	1876	1051	148	7,1
1853	667	118	5,7	1877	1052	206	5,1
1854	1033	104	9,9	1878	1014	204	5,0
1855	1718	333	5,2	1879	1358	151	9,0
1856	1214	181	6,7				
1857	632	121	5,2	1889	1481	425	3,5
1858	691	129	5,4				
1859	763	101	7,6	1899	841	211	4,0

Mesmo na fase finissecular, quando a emigração familiar é mais nítida, esta superioridade da partida dos homens casados sobre as mulheres casadas se mantém a um nível (4) que assegura largamente a fragmentação familiar, propiciadora do envio de remessas e do retorno: podemos dizer que, nesta altura, a partida ou reagrupamento de famílias não supera os 25% da componente emigratória dos homens casados.

5.5 - Os tempos individuais

Há um tempo para tudo ? Há um tempo para emigrar?

Na emigração a idade é um factor decisivo, que conjugado com outras variáveis, tais como o ensino e/ou a aprendizagem profissional, pode determinar os níveis de sucesso, ser preponderante no mercado de trabalho e na inserção social do país de acolhimento. Os trajectos migratórios a desenvolver, as expectativas a perseguir, estão muito condicionados pela idade, sendo muito diferente a emigração de um jovem solteiro da de um adulto casado, aquele mais decidido a correr riscos, a suportar aprendizagens, este, normalmente, mais cauteloso, porque cheio de obrigações e com necessidade premente de ganhar dinheiro.

Na emigração tradicional para o Brasil, rumo ao caixeirato urbano, a inserção e a ascensão social estavam muitas vezes dependentes da idade e do estado civil, pois a "arrumação" de um jovem que desse provas de confiança ao patrão passava, com mais frequência do que se normalmente se supõe, pelo casamento com uma das suas herdeiras, como nos diz Gilberto Freire:

*" Explica-se, em parte, que o negociante português preferisse para primeiro-caixeiro o genro português ao próprio filho, mestiço ou apenas nascido no Brasil, em face da disciplina severa a que tinha de submeter-se nos armazéns e lojas o caixeirinho vindo de Portugal para o nosso País quase como escravo. Escravo louro cuja formação se fazia dentro do próprio armazém despoticamente patriarcal e monossexual. Crescia ele sob uma disciplina que muitas vezes faltava ao filho do próprio português, mimado pela mãe e educado por ela e às vezes pelo pai de modo a parecer filho de senhor da terra ou de engenho e não de mercador ou taverneiro"*⁴⁶.

A verdade é que este fenómeno era uma expectativa real, muito disseminada no caixeirato portuense, por entre a multiplicidade de fantasias e miragens do "Eldorado"

⁴⁶ Ob. cit. p. 271.

brasileiro, como nos dizem algumas cartas de devoção do arquivo da confraria do Bom Jesus de Matosinhos, nomeadamente a de um candidato à emigração que promete uma toalha de seda ou cetim com franjas e bordada a ouro, uma arroba de cera em velas e uma contribuição em dinheiro se se realizarem os seus desejos obsessivos do popular "golpe do baú":

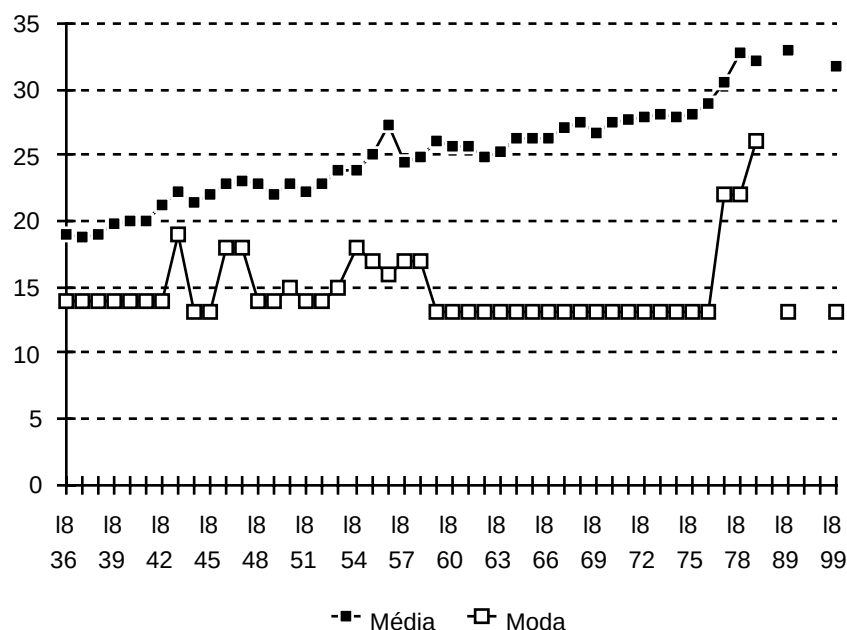
*"Senhor Bom Jesus de Mathozinhos eu vou para o Rio Grande Sul (Brazil) se me derdes vida, saude e fortuna; se me permittirdes que eu lá case com huma rapariga virgem, de sangue como o meu, branca bonita, prendada, que não tenha nem hum defeito, que em tudo seja perfeita, que seja de boa familia, que tenha boa educação, que a sua beleza não desmereça, que seja mais nova do que eu oito a doze annos, que goze perfeita saúde, se tudo isto me permittirdes Meu Senhor Bom Jesus de Matozinhos, que se realize nestes cinco annos mais proximos..."*⁴⁷

A partida em idade jovem adequava-se, portanto, ao sucesso nos circuitos tradicionais, não sendo, obviamente, condição suficiente. Por outro lado, ajustava-se ao modelo de exclusão e distribuição dos filhos das casas de lavoura ou comerciais nas fases de preparação de transmissão do património, pois este processo devia desenrolar-se cedo, na fase do ciclo familiar que ainda permitisse o controlo do jogo de decisões pelos ascendentes.

Em que medida esta ideia de juventude se ajustava à realidade e qual a sua evolução no tempo? De um forma sintética, podemos partir para a quantificação do problema a partir das medidas de tendência central, calculadas com base nas idades discriminadas nos registos de passaportes, dando apenas atenção numa primeira fase, ao sexo masculino, dada a sua relevância quantitativa no fluxo da emigração. (Gráf. 5.7).

Conforme o tipo de observação, assim diferem os resultados (vd. Anexo 5.6). Se tivermos em conta, o comportamento modal, isto é, assinalando a idade de maior frequência estatística, a imagem obtida ajusta-se à tradição, podendo dizer-se que o emigrante mais frequente é o de 13-14 anos. Com efeito, em poucas alturas a moda se afasta destes números, e quando isso acontece é, normalmente para números pouco superiores - 16, 17, 18 anos são moda em alguns anos da década de 40 e 50. No final da década de 70 (1878- 79), salta para depois dos 20 anos.

⁴⁷ Cf. GOMES, Fátima Maria Oliveira e OSÓRIO, Maria Conceição Azeredo Pinto, "A Irmandade do Bom Jesus de Bouças e Seus Reflexos na Vila de Matosinhos", *Boletim do Arquivo Distrital do Porto*, II Vol., Porto, 1985, pp. pp.113-115.

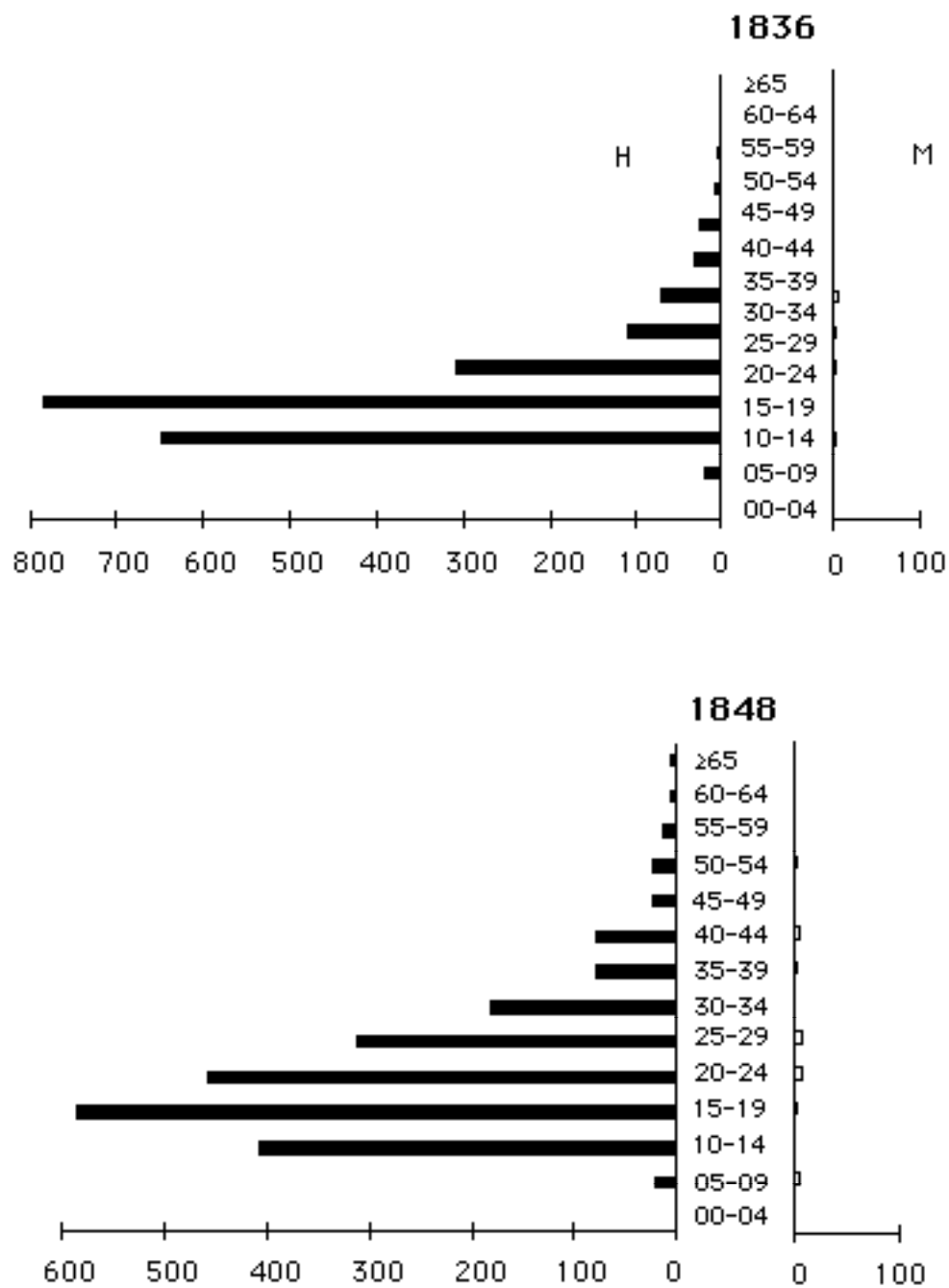
Gráf. 5.7 - Idades na emigração do distrito do Porto

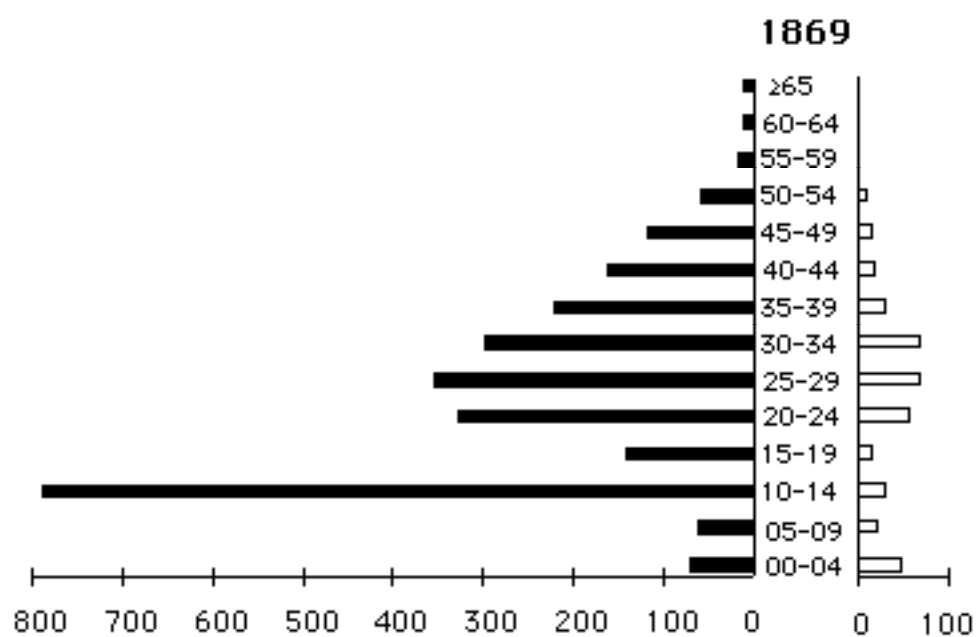
Para além do fenómeno geral de ampliação do fenómeno migratório a todos os escalões etários que se verifica nestes anos, o factor mais relevante na alteração do indicador modal é, sem dúvida, a idade prevista para a proibição de emigrar sem fiança de acordo com a legislação militar. Nos momentos em que se discutem nas câmaras parlamentares projectos legislativos sobre o recrutamento, verifica-se, de imediato um sobressalto, nas idades mais próximas do serviço militar, mostrando que determinados indivíduos que poderiam não emigrar ou o fariam paulatinamente no decorrer do tempo, se decidem desde logo, antes que a eventual lei em debate venha coarctar-lhes a possibilidade de deslocação. É, este facto, que explica, quanto a nós, os desvios à normalidade que se verificam nos anos 40 e 50, concatenando-se cronologicamente com discussões, umas vezes sem saída, outras de forma arrastada, sobre a alteração das leis do recrutamento. Quando se aprovam leis restritivas, fixando limites para a imposição de fianças ao recrutamento, a idade modal baixa de imediato à idade logo abaixo do limite mínimo. Pela lei de 27 de Julho de 1855, a fiança deveria ser prestada por todos os que sáíssem entre os 18 e os 21 anos, pelo que a idade modal, que em 1854 fora de 18 anos, baixou logo para 17 anos. A lei de 4 de Junho de 1859 o limite mínimo passa para os 14 anos, a idade modal desce imediatamente para 13 anos. Só quando em 1877 se obrigam todos os menores de 22 anos à fiança, a moda passa a ser superior a esta idade. A reposição das remissões em 1884 poderá explicar a queda da moda novamente para os 13

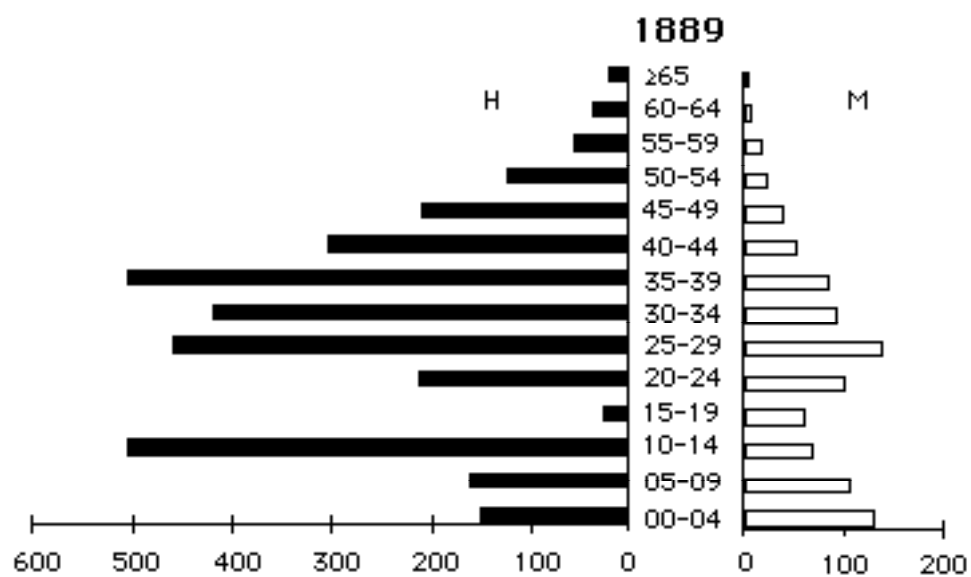
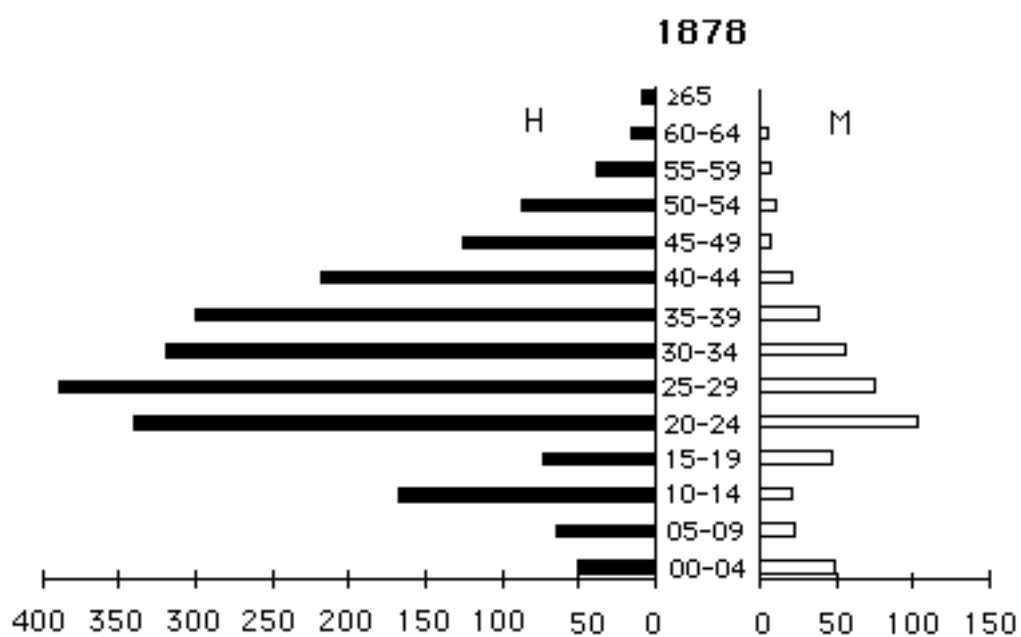
anos, supondo que os indicadores de 1889 e 1899 se possam generalizar. Naturalmente haverá sempre a suspeição de uma clandestinidade elevada, ao que parece forte a partir de 1878, pondo em causa precisamente as idades relacionadas com o recrutamento.

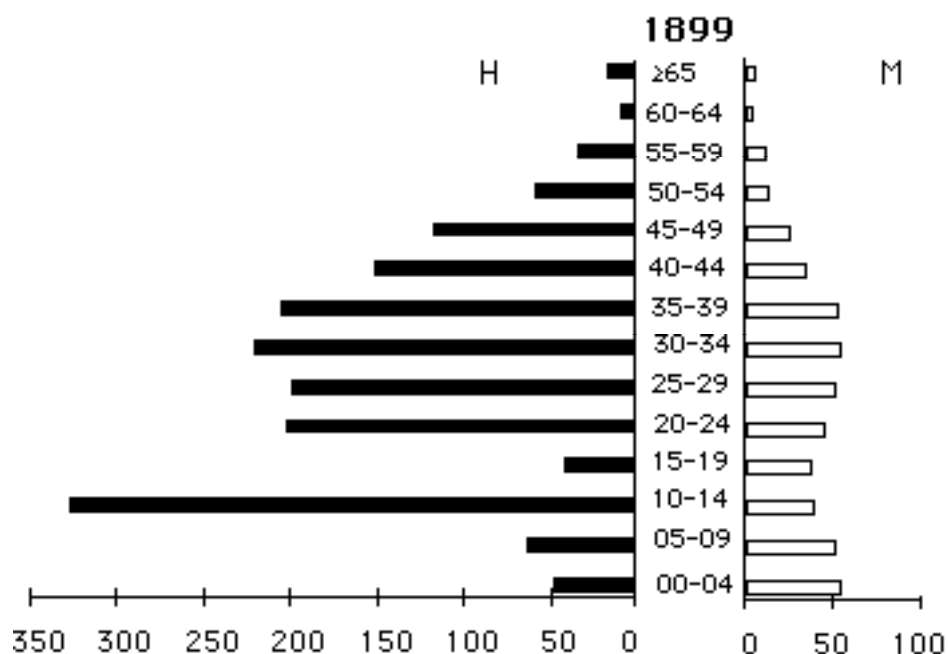
Se optarmos pela média aritmética da distribuição estatística das idades, conglomerando todas as situações, emergem diferenças assinaláveis. Inicialmente, a idade média acompanha de perto a moda, situando-se nos 18-19 anos, na década de 30. Posteriormente e até 1855, oscila entre os 20-25 anos, evidenciando ainda a forte juventude da corrente emigratória. A partir daí a tendência é nitidamente para subir, lenta mas continuamente, fixando-se na casa dos 30 anos pelo final dos anos setenta, nível em que permanece na fase finissecular. Este afastamento progressivo da idade média em relação à moda, evidencia a crescente dispersão etária da emigração, que deixa de estar concentrada num grupo de idades determinado, revelando sobretudo o envelhecimento do fluxo migratório.

A evolução etária, numa perspectiva de análise de pormenor, precisa, porém, de ser observada através de outra técnica. A mais adequada é, sem dúvida, a observação gráfica da pirâmide de idades, que permite, de imediato, a observação quantitativa e relativa da distribuição dos grupos quinquenais de idades pelos emigrantes dos dois sexos. A ela recorreremos, num processo sucedâneo, desenhando uma pirâmide por década, de forma a que uma leitura de conjunto permita inferir rapidamente as mutações na sua configuração (Gráf. 5.8).

Gráf. 5.8 - Emigração do Porto - Pirâmides de Idades







A sucessão de imagens gráficas vem dar consistência às inferências suscitadas pelos indicadores mais sintéticos (N.B., para uma análise anual na distribuição de idades, vd. anexos 5.7). Na década de 30, o tempo de emigrar era o que decorria sensivelmente entre os 10-24 anos, não tendo grande expressão estatística a dispersão em torno deste escalão, e quanto ao sexo feminino pode dizer-se como totalmente insignificante. Aí temos, então a emigração de jovens, em toda a sua plenitude. Uma década mais tarde, um ligeiro acréscimo na emigração de adultos, não chega para pôr em causa a imagem anterior.

Passamos à década de 50 e verificamos que a configuração etária da emigração sofre já alterações substanciais: a mancha relativa ao sexo masculino surge com uma dispersão acentuada, todos os grupos etários estão representados, em maior ou menor grau, e o sexo feminino emerge com uma imagem igualmente descentrada, em que as idades vão desde os 0 anos até aos 49. As crianças estão, portanto, presentes nos dois grupos, revelando-nos o início da emigração familiar, a que corresponde um maior representação dos adultos.

Na década de 60, temos uma mancha gráfica que poderia ser desenhada com nitidez a partir de 1859. A alteração verificada é o desequilíbrio nos grupos de adolescentes: o grupo dos 15-19 anos quase desaparece para dar lugar a uma concentração maciça no estrato dos 10-14 anos, na sequência da legislação militar já

referida, mostrando que os condicionalismos burocráticos tiveram o seu impacto real na emigração. Sendo embora discutível o seu papel de travão no fluxo migratório, a legislação conduziu, pelo menos, à alteração dos comportamentos, levando a uma clara antecipação das idades dos emigrantes, com todas as consequências que isso implica ao nível das qualificações literárias, profissionais e de autonomia pessoal, contribuindo de forma inequívoca para a desqualificação do emigrante português da época. Mesmo ignorando, por agora, a incidência da clandestinidade emergente neste contexto, podemos falar de um efeito perverso da legislação face aos seus objectivos propostos.

Na década de 70, a pirâmide respectiva só assume a configuração delineada no grafismo por 1877, revelando a clara supremacia dos adultos, parecendo controlada, mas não extinta a corrente de jovens, que continuam a viajar sozinhos e de tenra idade conforme os registos de passaportes deixam perceber. Sublinhe-se o crescimento da emigração feminina e a permanência das crianças a sublinhar a partida de famílias completas, na resposta ao apelo brasileiro da época e, naturalmente, em função das condições locais de partida, já que só partem os que vislumbram uma hipótese, ainda que mínima, de melhoria da sua situação.

Os grafismos representando as duas décadas finais não se distinguem muito da anterior, devendo sublinhar-se, todavia, a recuperação do grupo etário dos 10-14 anos, que toma de novo a dianteira, quando anteriormente já parecia domado.

Este tipo de observação sobre a natureza etária da emigração apresenta, porém, algumas limitações. Uma delas é, sem dúvida, o não se relacionar com a população potencial, aspecto que procuraremos contornar, calculando as taxas de emigração por grupos de idades. É um exercício a realizar só para os anos de 1864 e 1878, anos para os quais estão disponíveis as estruturas etárias da população de acordo com os censos respectivos. Este exercício tem a vantagem de ultrapassar o carácter sintético das taxas brutas globais, já que a distribuição etária numa população não é homogénea, pelo que em determinados níveis há maior potencial demográfico do que em outros, devido aos efeitos acumulados da mortalidade diferencial e dos vários tipos de migração. O Porto, enquanto detentor de altas taxas de mortalidade, mormente no espaço urbano, e um grande poder de atracção que se estende para além do distrito, dado a natureza aglomeradora da cidade, é susceptível de apresentar esses efeitos, por vezes de natureza contraditória.

A disponibilização da emigração por idades permite-nos, pois, relacioná-la com o potencial demográfico do respectivo estrato de idades, revelando, de alguma forma a propensão a emigrar da população do distrito do Porto e ultrapassando a natureza absoluta dos números anteriormente avançados (Gráf. 5.9). Fazemos esse cálculo também

por sexos, dada a evidente diferença de comportamentos migratórios entre estas duas categorias da população.

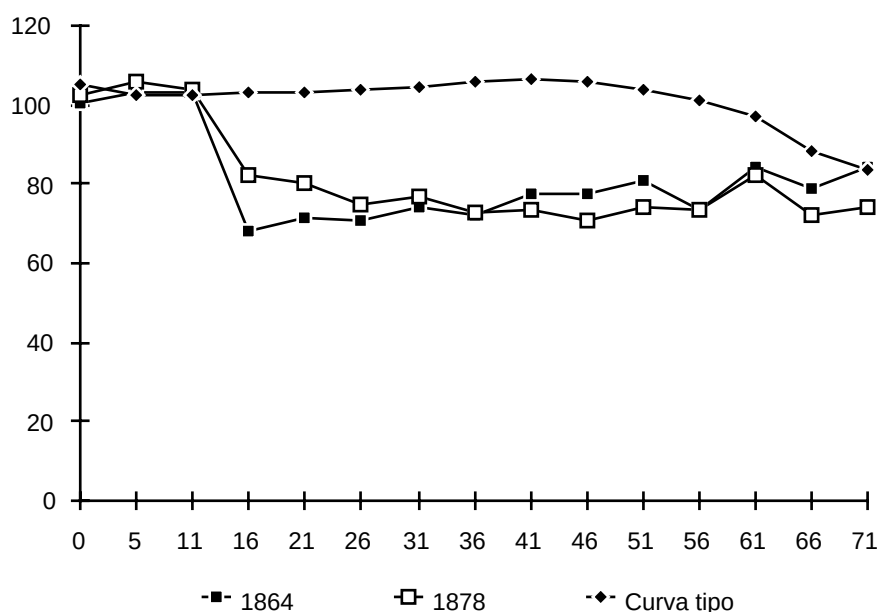
**Gráf. 5.9 - Distrito do Porto - Taxas de emigração
por sexos e grupos de idades, 1864 e 1878**



A sobreposição gráfica dos resultados obtidos coloca alguma ponderação nas configurações gráficas anteriormente obtidas. Uma propensão à emigração ligeiramente mais elevada é o que se nota em 1878 no sexo feminino, mas para ambas as épocas a sua incidência é quase insignificante em termos relativos, apresentando taxas muito baixas, nunca chegando a atingir 5‰ em qualquer idade. Já no sexo masculino a incidência emigratória é muito alta em determinadas idades e apresenta contrastes nítidos entre os dois períodos, conforme temos vindo a assinalar. Com a distribuição da taxa de emigração por idades, as partidas de adultos tornam-se ainda mais visíveis e assumem uma maior importância relativa, devido ao facto de o respectivo volume demográfico ser menor do que o dos jovens. Em todo o caso, permanece para o sexo masculino a evidência de dois tipos sucessivos de emigração: a curva de 1864, na sua configuração bipolar, revela ainda o peso da emigração tradicional de jovens, embora a profunda concavidade do grupo dos 16-20 anos denuncie os constrangimentos já referidos e inerentes à problemática do recrutamento. A curva de 1878 acentua decisivamente a convexidade da emigração na idade adulta, pois em alguns intervalos a diferença para mais em 1878 chega aos 10‰, enquanto os jovens perdem drasticamente a importância.

O que aconteceu no final dos anos setenta não foi apenas um aumento absoluto de emigrantes, pois o dado mais saliente é, de facto, a generalização a todas as idades da fase adulta de uma maior propensão à emigração, embora se recupere, de forma algo compensadora, na diminuição da partida de jovens. Se é certo que esta última tendia a ser cada vez mais clandestina face à legislação gradualmente proibitiva, a verdade é que a lei parece ter tido algum efeito na contenção da partida de mancebos, ainda que essa contenção possa ter sido momentânea e estreitamente correlacionada com o tipo de procura então dominante no mercado de trabalho brasileiro. É isso que se pode deduzir lançando mão de um indicador externo a esta análise, o "sex-ratio" ou relação de masculinidade, no pressuposto de que uma população estável deveria oscilar em volta do nível 100 (mais precisamente de acordo com a curva-tipo⁴⁸), indicando um volume próximo para os dois sexos. O desvio a esse valor indica-nos ainda, que grosseiramente, o efeito das migrações (Gráf.10).

Gráf. 5.10 - Distrito do Porto : relações de masculinidade, 1864 e 1878



O que se verifica na população do Porto (Gráf. 10) é, como seria de esperar, uma curva bastante "escavada", existindo grupos de idades onde a relação entre sexos é de 70 homens para 100 mulheres, o que justifica o celibato definitivo feminino tradicionalmente muito elevado na região e revela a incidência das saídas para o exterior

⁴⁸ Segundo HENRY, Louis, *Técnicas de Análise em Demografia Histórica*, Lisboa, Gradiva, 1988, p. 27.

do distrito, apesar de alguma compensação por entradas. Há, assim, um impressionante *deficit* do sexo masculino, pois desde os 16 anos até à idade da velhice, o desequilíbrio oscila sempre entre os 20/30 homens a menos por cada centena de mulheres, numa evidência clara dos efeitos da emigração na desestruturação demográfica da região.

**Quadro 5.7 - Taxas de emigração por idades
e relações de masculinidade**

Distrito do Porto, 1864 e 1878

Grupos de Idades	Taxas de emigração - ‰				Relações de masculinidade		
	18 64		18 78		1864	1878	C. Tipo
	H	M	H	M			
0-5	0,8	0,5	1,4	1,6	100	102	102,3
6-10	1,3	0,5	2,4	1,4	103	105	102,4
11-15	34,1	0,8	10,2	1,0	103	104	102,8
16- 20	5,5	0,4	4,3	1,8	68	82	103,3
21- 24	13,9	1,2	23,0	3,8	72	80	103,9
26-30	16,6	1,7	25,9	3,0	71	75	104,7
31- 35	25,4	1,6	28,5	3,0	74	77	105,6
36-40	13,7	0,8	23,0	1,5	72	73	106,2
41- 45	12,8	1,4	24,7	1,7	78	73	105,8
46-50	6,5	0,5	13,5	0,8	77	71	104,0
51- 55	5,4	0,4	12,7	0,9	81	74	101,0
56-60	1,9	0,3	5,7	0,6	74	73	97,2
61- 65	1,6	0,2	3,7	1,0	84	82	92,9
66	0,7		1,1	0,1	79	72	88,5
Todas	10,6	0,8	11,7	1,7	82	85	

Mas o importante aqui é chamarmos a atenção, na linha do que afirmamos acima, para o cruzamento das duas curvas: a de 1864, apresenta uma maior concavidade na fase anterior aos 20 anos, enquanto a de 1878 se torna mais escavada a partir dos 36, mostrando nestes grupos uma maior incidência emigratória. O sentido deste desnivelamento, embora possa ser produto de vários factores, ilustra a sucessão dos dois tipos de emigração sugeridos pelas estatísticas dos registos de passaportes: a preponderância inicial da emigração jovem, a deixar marcas nos respectivos escalões etários, e o seu posterior abrandamento, a partir de 1877, que, apesar da proximidade temporal, surge já indiciado na curva das relações de masculinidade de 1878, não obstante o eventual incremento da clandestinidade nestas idades e por esta época.

5.6 - Saber fazer e condição social

Um texto oficial de 1846 sobre a emigração para o Brasil compara a de origem portuense com a corrente açoriana. Apresenta esta última como destinada fundamentalmente à lavoura, transporte de produtos em carroças e serviço doméstico para as mulheres, serviços antes desempenhados por escravos, e diz sobre a primeira:

*"Até ao anno de 1840, poucos eram aquelles que não se dedicavam ao commercio. Não acontece agora tanto assim, porque parte dos que vão são homens de officios mecanicos, principalmente pedreiros e carpinteiros, que com os seus jornaes e bastante economia, poucos são os que ficam no Brasil, e já se acostumam a voltar á patria ao fim de três annos, sendo quasi todos das aldêas das vizinhança do Porto. Os que se dedicam ao commercio, por sua natureza, tem mais persistencia no paiz, sendo poucas as casas de qualquer negocio no Rio de Janeiro, que não tem um ou mais caixeiros portuguezes, havendo igualmente alguns destes que são chefes de casas de commercio, e proprietarios de estabelecimentos naquelle pais"*⁴⁹.

Se o reducionismo é evidente, como acontece com todas as tentativas de síntese, não podemos, no entanto, analisá-lo em plenitude neste estudo, já que o nosso campo de análise se restringe às condições de partida, e as ocupações aqui declaradas podem não ter seguimento na zona de recepção. Porém, se a ocupação antes da partida condicionar a inserção no país de acolhimento, enquanto indicador de um "saber fazer", então temos de reconhecer uma maior variedade, apesar de, para aquela época, não se desmentir, antes confirmar o texto acima transcrito nas linhas gerais. Embora haja desvios nítidos, sobretudo na emigração de engajados, com homens de ofício que acabam por ir parar a serviços agrícolas, o mais natural será que as profissões de origem tendam a manter-se e até a evoluir, em alguns casos, pois, enquanto prevalecer a produção de tipo artesanal, o "saber fazer" de qualquer especialidade é naturalmente valorizado, em especial quando a emigração se realiza já numa idade adulta, em que mudar de profissão seria deitar fora toda uma fase de dura e longa experiência.

Infelizmente, a nossa análise das profissões ou "ocupações", como na altura se dizia, não poderá ter uma perspectiva tão sistemática como a relativa às outras variáveis constantes dos registos de passaporte. Há alturas em que a ocupação quase não se regista, apenas surgindo um ou outro caso, como excepção que confirma a regra. Por outro lado, a referência de ocupação, nos períodos em que se intensifica o seu registo, não cobre os

⁴⁹ "Emigração para o Brasil", *Diário do Governo*, nº 105 de 6 de Maio de 1846, p. 501.

acompanhantes nem se alarga a todas as idades, daí que se ignore, quase sistematicamente, a profissão dos menores de 14 anos. Este último é um facto que não admira, já que seria difícil atribuir uma ocupação a quem acaba de sair da casa paterna, às vezes sem qualquer tirocínio profissional. No entanto, já vimos como é forte a componente juvenil desta emigração, sobretudo para os primeiros anos deste estudo, o que impõe, desde logo, fortes limitações a qualquer análise desta variável. É certo que muitos destes jovens que partem pelos 14 anos se destinam às casas de comércio, mesmo quando de extracção rural, enquadrados pelas "recomendações": nestes casos, a profissão inicia-se pela base, pelo lugar de marçano, ao contrário dos caixeiros que partem já com esse estatuto e, portanto, em idade mais tardia, por volta dos 20 anos ou mais, conforme as épocas e a legislação militar. No entanto seria inevitável a dispersão por outras profissões, já que nem sempre o processo das "recomendações" funcionava do modo esperado e, muitas vezes, nem sequer havia recomendação de qualquer espécie, como no período "negro" do engajamento, o qual se tornou responsável pela transposição de jovens de baixa condição social, desprotegidos, à mercê do locador de serviços e logo drenados para as fazendas do interior.

Condicionados pelos dados existentes, fazemos o reconhecimento possível das profissões dos emigrantes declaradas à sua partida, agrupando-as por actividades, por sua vez indexadas à classificação por sectores. Numa primeira fase, fizemos o levantamento anual e sistemático dos dados existentes (Anexos 5.8). Em face da existência de anos em que a sua referência é esporádica, seleccionamos os períodos (1840-49; 1860-64; 1874-1879, 1889 e 1899) em que o registo se tornou mais intensivo e assegura uma representatividade superior a 50% do fluxo, na sua componente masculina de maiores de 14 anos. Refira-se que a partir de 1874 o registo das ocupações nesta componente se torna praticamente sistemático, com percentagens de representatividade na ordem dos 90%, às vezes próximas de 100% . Um resumo dessa selecção pode ser observada no Quadro 5.8, contendo apenas a discriminação por actividades e sectores, pois a longa série de profissões, às vezes sem grande significado quantitativo pode ser analisado nos anexos referidos e a elas se fará referência no texto.

Naturalmente que este tipo de classificação é discutível. Nas sociedades tradicionais é difícil discernir aonde começam e acabam as ligações à terra, pois como já vimos em capítulo anterior, a via do "ofício" é muitas vezes complementar à da exploração agrícola, que na sua configuração de minifúndio, é assegurada no dia-a-dia pela mulher e filhos, com o auxílio do chefe de família nas épocas de maior trabalho (sementeiras e colheitas), o qual, entretanto, procura rentabilizar fora o seu trabalho e/ou o de alguns filhos. Também o agrupamento de secundário se refere à multiplicidade de

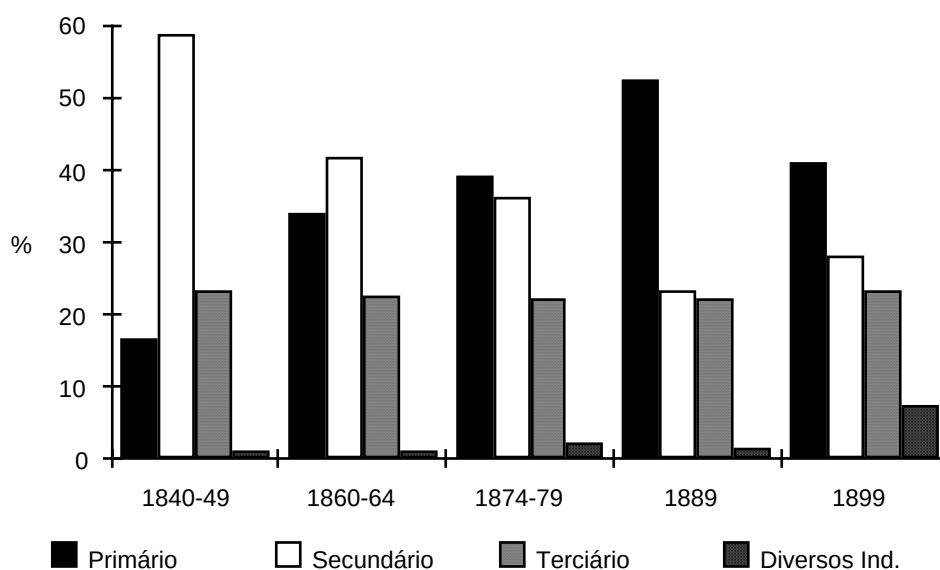
ofícios declarados que se integravam em actividades de transformação, embora fossem quase todos do domínio do artesanato. Correndo ainda o risco do anacronismo, agrupámos no "sector terciário", as profissões ligadas ao comércio, transportes, ensino, artes e serviços intelectuais. Finalmente, tivemos óbvia dificuldade em integrar nestes sectores o capitalista ou o proprietário, já que não sabemos se estão ligados ao comércio, à indústria ou mesmo à agricultura, pelo que, dada até a peculiaridade da sua situação (cobrem normalmente processos de reemigração) optámos lhes atribuir uma arrumação própria, fora dos sectores tradicionais.

Quadro 5.8 – Emigração do Porto por sectores e actividades

Actividades por sectores	1840-1849		1860-1864		1874-1879		18 89		18 99	
	Média	%	Média	%	Média	%	Nºs	%	Nºs	%
<i>1 - Sector Primário</i>	127	16,6	305	34,2	892	39,2	1222	52,4	502	41,0
1.1 - Agro-pecuária	101	13,2	67	7,5	389	17,1	26	1,1	3	0,2
1.2 - Pesca	10	1,3	12	1,3	115	5,1	161	6,9	111	9,1
1.3 - Minas	1	0,1	1	0,1	4	0,2	6	0,3	1	0,1
1.4 - Não especificadas	16	2,1	226	25,4	385	16,9	1029	44,2	387	31,6
<i>2 - Sector Secundário</i>	450	59,9	374	42,0	825	36,3	549	23,5	345	28,2
2.1 - Construção Civil	123	16,1	110	12,3	299	13,2	201	8,6	128	10,4
2.2 - Vestuário, têxtil e calçado	106	13,9	59	6,6	112	4,9	72	3,1	44	3,6
2.3 - Metalurgia	39	5,1	34	3,8	52	2,3	42	1,8	15	1,2
2.4 - Ourivesaria	11	1,4	9	1,0	22	1,0	6	0,3	19	1,6
2.5 - Madeira e mobiliário	141	18,5	128	14,4	286	12,6	192	8,2	114	9,3
2.6 - Alimentar/panificação	4	0,5	7	0,8	19	0,8	12	0,5	8	0,7
2.7 - Tipografia/edição	1	0,1	1	0,1	2	0,1	2	0,1	4	0,3
2.8 - Olaria	1	0,1	1	0,1	1	0,0			3	0,2
2.9 - Construção naval	1	0,1	3	0,3	3	0,1			2	0,2
2.10 - Couros e curtumes	3	0,4	2	0,2	2	0,1	3	0,1	1	0,1
2.11 - Fogo e armamento	3	0,4	3	0,3	3	0,1				
2.12 - Diversas	3	0,4	1	0,1	6	0,3			1	0,1
2.13 - Não especificadas	15	2,0	18	2,0	18	0,8	18	0,8	6	0,5
<i>3 - Sector Terciário</i>	178	23,3	202	22,7	505	22,2	520	22,3	287	23,4
3.1 - Comércio	142	18,6	178	20,0	451	19,8	483	20,7	253	20,7
3.2 - Transportes	1	0,1	1	0,1	10	0,4	7	0,3	3	0,2
3.3 - Saúde e Higiene	14	1,8	10	1,1	20	0,9	22	0,9	9	0,7
3.4 - Artes	2	0,3	2	0,2	5	0,2	1	0,0	8	0,7
3.5 - Ensino	10	1,3	3	0,3	14	0,6	5	0,2	9	0,7
3.6 - Serviços	10	1,3	7	0,8	5	0,2	2	0,1	5	0,4
<i>4 - Diversos indeterminados</i>	9	1,2	10	1,1	51	2,2	40	1,7	91	7,4
4.1 - Proprietários	9	1,2	10	1,1	43	1,9	37	1,6	61	5,0
4.2 - Capitalistas					6	0,3	3	0,1	30	2,4
4.3 - Fazendeiro					2	0,1				
TOTALS	764	100,0	891	100,0	2273	100,0	2330	100,0	1225	100,0

De qualquer modo, tendo em conta a relatividade dos dados, podemos tirar algumas conclusões, a mais óbvia das quais será a alternância entre o sector secundário e o primário como meio de origem dos emigrantes (Gráf. 5.11). Na década de 40, os portadores de algum "ofício" representavam 59% do fluxo (de maiores de 14 anos, repita-se), enquanto os ligados à exploração da terra ou do mar rondavam os 17%; os números evoluem depois de tal forma que se produz a inversão, e, em 1889, já o sector primário significava mais de 50%, com os primeiros a decaírem para a casa dos 20%.

**Gráf. 5.11 - Distrito do Porto - Emigração
por Sectores de Actividades**



De sublinhar que a corrente do terciário, essencialmente ligada ao comércio, permanece indiferente a estas oscilações, mantendo ao longo do século uma quota próxima dos 25% no fluxo da emigração para o Brasil, marcando a especificidade da corrente portuense.

O sector primário

O quadro esboçado mantém ligações estreitas com a transformação social que se vinha operando em Portugal, ao longo do século XIX. Assim, se a via do artesanato e, em menor grau, a do comércio absorviam de início a maior parte dos excedentes de mão-de-obra da agricultura, especialmente na sua configuração de êxodo rural, uma parte do qual se escoava posteriormente para o Brasil, à medida que avançamos no século tal drenagem

torna-se insuficiente e ao camponês resta-lhe, cada vez mais, o caminho directo da emigração.

No entanto, o sector agrícola está presente desde o início e a sua representatividade seria maior se considerássemos os menores de 14 anos. De resto, como já acontecia no século XVIII. Uma análise de pormenor mostra-nos que a classificação de lavradores nem sempre significa a de indivíduos já instalados agricolamente, mas tão que é essa a sua origem, pois muitas vezes são rapazes na casa de 18 ou vinte e tal anos a emigrarem, embora partam também alguns indivíduos já casados e um pouco mais avançados na idade. Subsistirá sempre a dúvida sobre a ambiguidade e a extensão da designação, embora muitos casos referenciados, nomeadamente para a zona da Maia, Vila do Conde e Santo Tirso revelem a sua extracção de casas de lavradores com algum poder económico, como se documenta pelos testamentos afins. Nos anos 40, para os emigrantes classificados por nós no sector primário, a designação de lavradores é maioritária. Nos anos 60, essa maioria passa já para os "não especificados", os vulgarmente designados de "trabalhadores", mostrando o engrossamento do caudal de proletários, indivíduos sem profissão definida, ocupados em trabalhos braçais ao sabor da conjuntura e da sazonalidade, às vezes rumando em direcção aos trabalhos urbanos. É esta população flutuante, a que se vão juntar os camponeses em processo de proletarianização, que vai ser atraída em massa pelos contratos de engajamento que facilitam os custos da viagem e, nas décadas finais, pelas viagens directamente subsidiadas pelos estados brasileiros. Nos fins da década de 70 a proporção dos trabalhadores relativamente aos lavradores cresce espectacularmente e a referência a estes quase desaparece nas duas décadas finais. Torna-se, assim, visível a substituição do modelo de emigração num quadro de reprodução social por um movimento de forte proletarianização, em consonância com as transformações complexas da sociedade que, no seu conjunto, foram já analisadas por autores recentes como Miriam Halpern Pereira⁵⁰ e M. Villaverde Cabral⁵¹ ou David Justino⁵².

Neste contexto merecem relevo as alterações sócio-jurídicas, essencialmente viradas para a "libertação das terras", isto é, visando a sua mobilidade, tais como as criadas com as leis de extinção dos vínculos, as leis de desamortização dos foros e

⁵⁰ Cf. PEREIRA, Miriam Halpern, *Livre-Câmbio e Desenvolvimento Económico*, Lisboa, Sá da Costa Editora, 2ª Edição, 1983.

⁵¹ Cf. CABRAL, Manuel Villaverde, *Materiais para a História da Questão Agrária em Portugal - Séc. XIX e XX*, Porto, Editorial Inova, 1974. Idem, *O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal no Século XIX*, Lisboa, A Regra do Jogo, 3ª edição, 1981.

⁵² Cf. JUSTINO, David, *A Formação do Espaço Económico Nacional, Portugal, 1810-1913*, 2 vols., Lisboa, Vega, 1988.

censos, a lei hipotecária (Lei de 1 de Julho de 1863 e Regulamento de 4 de Agosto de 1864), as quais terão uma configuração jurídica de conjunto no "Codigo Civil Portuguez" publicado pela carta de lei de 1 de Julho de 1867⁵³.

"As terras, agora livres, poderão mudar de senhor, procurando outro que as tracte melhor. Sairão da mão do pródigo pela venda voluntária ou pela execução e tornar-se-ão mais productivas na posse do agricultor." Assim se congratulava, de forma bastante expressiva, a Junta Geral do Distrito do Porto, ao mesmo tempo que reclamava: *"Agora é mister cahir sobre o baldio"*⁵⁴.

Conjugadas com flutuações conjunturais na produção e no mercado de produtos agrícolas, as leis têm efeitos diversos, mas convergem para uma debilitação da população agrícola e precipitam a fuga dos campos, na medida em que fragilizam o direito de propriedade. Se, a partir dos meados do século, a invasão das moléstias da vinha provoca uma desestruturação da propriedade, principalmente no Douro, a que se seguirão processos de reconversão e/ou reorganização capitalista da mesma cultura, no litoral, será a quebra da exportação de gado que se verifica nos anos 80 a diminuir ainda mais a rentabilidade agrícola. A criação de gado para embarque, quase na totalidade para Inglaterra, tornara-se, na segunda metade do século passado, uma das actividades mais rentáveis dos agricultores do Norte de Portugal, em especial os do Douro Litoral, podendo dizer-se que se experimentou mesmo uma certa reconversão agrícola no sentido da sua produção (Gráf. 5.12).

Esta exportação era quase um monopólio da barra do Douro: por exemplo, em 1878-79, das 13501 cabeças de gado bovino exportado para Inglaterra, 12095 saíram do Porto⁵⁵. A quebra do movimento exportador, com repercussões nos preços internos do gado, foi mais um golpe nos problemas da agricultura da região. Mas não podemos esquecer que a intensificação da criação de gado para embarque teve também o seu reverso para os

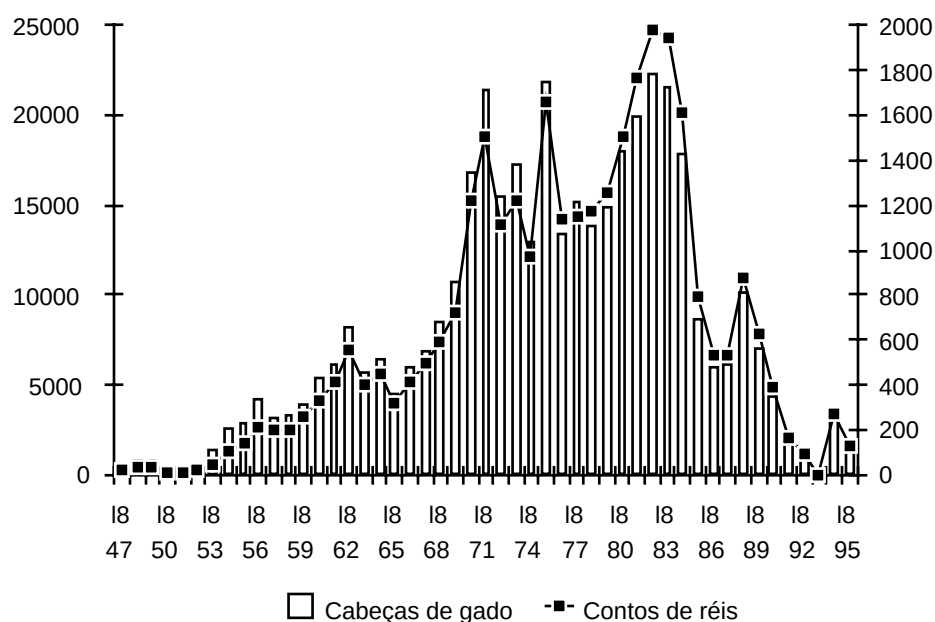
⁵³ É preciso notar-se que muitas das determinações do Código Civil não tem aplicação imediata, pois estavam previstas formas diferidas para a entrada em vigor: assim, por exemplo, os "prazos de vida", apesar da sua extinção como figura jurídica, manter-se-iam como tal durante a vida do então titular, e os contratos a ele relativos e anteriores à publicação do código mas prevendo aplicação posterior também seriam válidos. Cf. *Codigo Civil Portuguez aprovado por Carta de Lei de 1 de Julho de 1867*, anotado, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1907.

⁵⁴ Cf. "Junta Geral do districto do Porto - Consulta geral sobre as necessidades do districto administrativo do Porto, melhoramentos de que é susceptível e meios de os conseguir, dirigida ao governo de Sua Magestade pela junta geral do mesmo districto, na sua sessão ordinaria do corrente anno de 1864", *O Commercio do Porto*, de 25 de Setembro de 1864 (a consulta transcreve-se ao longo de vários números do jornal)

⁵⁵ Segundo dados de Rodrigues de Freitas, "Imposto sobre a exportação do gado e da cortiça", *O Commercio do Porto*, de 22 de Fevereiro de 1880. O lançamento do imposto era uma medida inoportuna, recaindo sobre um produto que na altura já começava a sentir a concorrência americana e dava sinais de decréscimo. São do mesmo autor e artigo, os dados utilizados no Gráfico 5.12.

grupos camponeses mais débeis, pois a necessidade de terras para pastos levou à recuperação, pelos lavradores, de pequenas parcelas, antes trabalhadas por "cabaneiros" e "rendeiros", pela sua retirada de arrendamento ou através de compra, no sentido de promover ou facilitar vedações mais compatíveis com a criação de gado, produzindo, desde logo, um acentuar das tendências de proletarização nestes grupos sócio-profissionais.

Gráf. 5.12 - Exportação de gado pela barra do Porto



Fontes:

Freitas, R., "Imposto sobre a exportação de gado e cortiça", C.P., de 22.02.1880

A.C.P., Relatórios..., 1892 - 1895 (anexos)

Na década de 70, tornam-se já muito evidentes os processos de endividamento dos pequenos camponeses e seus novos contornos. Anteriormente o dinheiro era solicitado a juro módico (5%) às corporações religiosas (confrarias e misericórdias) e as dívidas transmitiam-se de geração em geração, como se pode ver através dos testamentos. Agora são os prestamistas e especuladores locais que o fazem sob hipoteca e a juros elevadíssimos, o que leva frequentemente à perda das pequenas propriedades e a processos acelerados de proletarização dos pequenos camponeses. A dívida constitui, por

outro lado, um motivo frequente para a sua emigração, em jogada de antecipação, com o objectivo de desonerar a propriedade e retomar posteriormente a actividade. Na resposta de Tabner de Moraes ao Inquérito Parlamentar de 1873, reconhecia-se que tinham aumentado as vendas forçadas devido a execuções hipotecárias, ao mesmo tempo que se considerava excessiva a taxa de juro, oscilando entre 5 a 10%, *"na sua maior parte fornecidos por indivíduos que do Brazil têm regressado às terras das suas naturalidades e que trazem capitaes disponiveis"*. Tal juro era considerado superior ao da rentabilidade da propriedade agrícola, pelo que a consequência era a ruína do lavrador *"hoje muito mais facil pela presteza e simplicidade das execuções hypotecárias."* Mas Tabner de Moraes também reconhece estratégias para contornar a legislação que propugnava a mobilidade e divisão da terra: o fim dos "prazos de vida", de "livre nomeação", sobre os quais recaía a impossibilidade de alienação dada a sua natureza enfitêutica e que por isso exigiam a selecção de um herdeiro, conduziu a que viessem *"em maior escala as doações, com que os paes favorecem os filhos predilectos, que de ordinario fazem casamentos vantajosos e por interesse, e d'este modo obteem os meios necessarios para inteirar os irmãos da sua quota hereditaria, evitando a divisão e destrinça que o artigo 1662º do codigo civil preceitua"* ⁵⁶.

Apesar destas contradições, ao que parece localizadas nesta região circunscrita do litoral, Oliveira Marins, em 1887, na altura da apresentação do seu célebre "projecto de fomento rural", adensa as cores do quadro acima traçado. Sublinha, então, uma elevação drástica do juro, sobretudo para as regiões no Norte Interior e Beiras, mas mais moderada no litoral dada a abundância aqui de capitais, bem como o reconhecimento de uma acentuada pulverização da propriedade, em face da diversa legislação anterior sobre a terra⁵⁷.

Um fundo arquivístico sobre a décima de juros, permite-nos descer ao terreno e perspectivar os níveis de endividamento das populações por esta altura⁵⁸.

⁵⁶ "Resposta do Governo Civil do Porto", in *Primeiro Inquerito Parlamentar sobre a Emigração Portuguesa pela Commmissão da Camara dos Senhores Deputados*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1873, pp. 167-218.

⁵⁷ Cf. MARTINS, Oliveira, *Fomento Rural e Emigração*, Lisboa, Guimarães Editores, 1956.

⁵⁸ Trata-se do "Fundo da Direcção de Finanças do Distrito do Porto", ao tempo deste exercício ainda em organização. Cobria apenas alguns concelhos do distrito (Maia, Póvoa, Marco, além de S. Tirso), embora nem sempre existisse sintonia cronológica, e apresentava lacunas para diversas localidades em alguns anos. Agradecemos ao dr. Silvestre Lacerda a indicação desta fonte, a qual é, naturalmente, susceptível de um maior aprofundamento, com grande interesse para a história social e económica.

Quadro 5.9 - Dívidas Registadas no concelho de S. Tirso, 1876

Freguesias	Conhecimentos	Décima (mil réis)	Capital* (mil réis)	Dívida média (mil réis)	Fogos Nº **	Conhec./Fogos %
	1	2	3	4 = 3 / 1	5	6 = 1/5
Agrela	61	70,981	14196	233	137	44,53
Agualonga	39	41,845	8369	215	151	25,83
Alvarelhos	49	87,227	17445	356	202	24,26
Areias	37	42,633	8527	230	111	33,33
Bougado, SM	57	46,173	9235	162	245	23,27
Bougado, ST	102	121,94	24388	239	297	34,34
Burgães	72	46,546	9309	129	185	38,92
Campo, SM	16	13,395	2679	167	182	8,79
Campo, SS	3	2,043	409	136	42	7,14
Carreira	40	53,064	10613	265	146	27,40
Coronado, SM	102	97,827	19565	192	271	37,64
Coronado, SR	46	61,074	12215	266	100	46,00
Couto, SC	43	56,859	11372	264	136	31,62
Couto, SM	18	13,798	2760	153	54	33,33
Covelas	21	19,508	3902	186	75	28,00
Guidões	29	28,99	5798	200	121	23,97
Guimarei	35	52,714	10543	301	141	24,82
Lama	24	19,252	3850	160	59	40,68
Lamelas	68	59,888	11978	176	140	48,57
Monte Córdova	61	56,805	11361	186	390	15,64
Muro	21	20,889	4178	199	123	17,07
Negrelos, SM	13	9,28	1856	143	182	7,14
Negrelos, ST	29	25,261	5052	174	182	15,93
Palmeira	22	15,263	3053	139	73	30,14
Rebordões	47	44,269	8854	188	180	26,11
Refojos	36	66,231	13246	368	201	17,91
Reguenga	25	30,123	6025	241	157	15,92
Roriz	45	17,503	3501	78	270	16,67
Sequeiró	46	30,608	6122	133	96	47,92
S. Tirso	164	310,63	62126	379	436	37,61
Vilarinho	28	32,644	6529	233	190	14,74
Totais	1399	1595,263	319053	228	5275	26,52

Fonte: A.D.P., S. Tirso, Décima de Juros, 1876.

* Capital calculada na base mínima da décima de juros - 0,5%

** Nº de Fogos, segundo o censo de 1878.

Tomando como exemplo, o caso do concelho de Santo Tirso, podemos conhecer o número de conhecimentos de dívidas, o valor da décima de juros e respectivo capital, e conjugá-los com outras fontes⁵⁹, de forma a obtermos outros indicadores sociais (Quadro

⁵⁹ A décima de juros tem uma longa história fiscal que nos dispensamos de ilustrar aqui. Refira-se apenas que todas as quantias mutuadas superiores a 10\$000 deviam ser manifestadas, sob pena de não se admitida acção em juízo, e,consequentemente, tornar-se improcedente qualquer hipoteca. Naturalmente que implicava um encargo acrescido, pois sobre o capital mutuado recaía um imposto de 0,5%, no pressuposto da cobrança de um juro de 5% (cresceria se fosse declarado juro maior). Assim, estas dívidas são as "oficiais", aquelas a que os credores queriam assegurar a hipótese de hipoteca, sendo, naturalmente, um nivelamento por baixo, pois havia, com certeza, dívidas não manifestadas, sustentadas na base da confiança pessoal. As dívidas não manifestadas cobravam, normalmente, juros mais elevados, dado o maior risco envolvido. Cf. *Codigo Administrativo - Anotado*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1865, pp. 269-272.

5.9). Para o ano de 1876, são quase 1400 dívidas registadas, com um capital mutuado próximo dos 320 contos de réis. No conjunto, podemos dizer que 1 em cada 4 fogos assume uma dívida média de 228\$000 réis, embora a descida ao nível da freguesia revele uma grande dispersão, com algumas a terem um "ratio" de endividamento superior a 40% (veja-se nos casos de Lamelas e S. Romão do Coronado, quase a atingirem os 50%).

A um salário de 200 réis⁶⁰ em trabalhos rurais, essa dívida média corresponderia a 1140 dias de trabalho, o que dá uma ideia da carga financeira que representava e explica a insolvência de muitas famílias, sobretudo depois que a lei hipotecária simplificou e acelerou o processo, legitimando moralmente o manifesto por parte do credor, pois este corria o risco de pagar multa se o não fizesse. Quebrava-se, assim, a tradição das dívidas por gerações, ou a prática das confrarias de concederem ao mesmo devedor sucessivos empréstimos inferiores a 10\$000, como forma de se eximirem ao manifesto. A simples quebra no pagamento dos juros permitia accionar rapidamente a hipoteca. O mesmo quadro poderia ser ilustrado, a partir dos dados disponíveis, para a zona da Maia ou Póvoa de Varzim⁶¹.

Processos contínuos de "arredondamento" de propriedades, por inclusão de parcelas anexas, ou estratégias deliberadas de alargamento de bens a qualquer preço, facilitando o endividamento para promover a execução posterior, tornam-se, então, vulgares, a partir das últimas décadas do século passado. Em certas freguesias de S. Tirso, ainda hoje é possível fazer emergir da memória dos mais velhos histórias sucessivas sobre execuções hipotecárias e processos de constituição de grandes propriedades, sobretudo por parte de "grandes" da terra, muitos deles antigos emigrantes ou seus descendentes, bem como comerciantes e quadros da cidade do Porto. É o auge na formação das "quintas", vulgares em toda a região, esses espaços agrícolas vedados por altos muros, com uma ou mais residências, e um sobre-investimento que tinha mais a ver com o prestígio social do que com a rentabilidade e a eficácia agrícola⁶². Assim, aos

⁶⁰ Valor indicado para S. Tirso, em 1870. Cf. "Resposta do Governo Civil do Porto", in *Primeiro Inquérito Parlamentar sobre a Emigração Portuguesa...*, ob. cit., p. 212.

⁶¹ O concelho da Maia, em 1861, apresenta 691 conhecimentos de dívida, correspondendo a um capital de cerca de 215 contos de réis, o que dá uma dívida média de 311\$000, embora o "ratio" nº de dívidas/nº de fogos se fique pelos 17%. O da Póvoa de Varzim, em 1876, com 1098 conhecimentos respeitante a um capital de 190 contos, tem uma dívida média de 173\$641, mas aquele "ratio" sobe aos 25%. Para uma análise a nível inter-distrital, Cf. Ministério dos Negócios da Fazenda, *Contribuições Directas - estatística especial, 1877-1905*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1905, pp. 205-214. Em 1878, no distrito do Porto, a relação nº de conhecimentos/nº de fogos era de 20%, embora o valor médio da dívida rondasse os 459\$000 réis, pelo que os valores apresentados no quadro para S. Tirso não são exagerados, nem se afastam muito da média distrital.

⁶² Cf. GUIMARÃES, Avelino da Silva, *A Crise Agrícola Portuguesa*, Porto, Typ. de A. J. da Silva Teixeira, 1890. Para tempos recentes, cf. DIAS, Jorge, "Algumas considerações acerca da estrutura social do povo português", *Ensaios Etnológicos*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1961, pp. 121-143.

mecanismos jurídicos que facilitaram a mobilidade e aceleraram a pulverização da terra associaram-se meios de crédito e estratégias de concentração relativa que modificaram substancialmente a paisagem social do campesinato do Noroeste e produziram excedentes directos para a emigração.

Ainda enquadrados no sector primário surgem os pescadores, às vezes designados por marítimos, embora esta última designação seja mais abrangente, pois pode, eventualmente, referir-se a homens de bordo na marinha mercante. Quase sempre, porém, o seu sentido é o de pescadores. Classe socio-profissional de "expatriação contínua", dado o seu estado de miséria latente, o seu êxodo acentuar-se-á na segunda metade do século XIX: nos anos 50 e 60 entram em alguns contratos de engajamento, mas será a partir da década de 80 que o êxodo começa a tornar-se mais significativo, com o processo de reestruturação que então se começa a verificar e de que as componentes mais significativas são o aparecimento de barcos a vapor e a organização de companhias segundo as novas fórmulas de organização empresarial, isto é, as sociedades por acções, atraindo capital exterior à actividade. Tais barcos começam a utilizar processos mais eficazes de pescar, através das redes de arrasto, o que trouxe conflitos com os pescadores tradicionais, os quais protestavam contra a destruição das redes usuais e contra a razia na procriação, além da baixa de qualidade do pescado. No entanto, estas companhias acabarão por se impor e a renovação tecnológica permite-lhes utilizar pouco pessoal e obter mais elevado rendimento, sendo os pescadores artesanais as vítimas deste processo. A emigração para o Brasil foi, para muitos, a solução, sendo significativa a quebra do número de pescadores no final do século em colónias de pesca tradicionais, com destaque para a da Póvoa de Varzim que nos anos setenta era ainda numerosíssima⁶³.

Sector secundário

Passando ao agrupamento do sector secundário, vamos encontrar um grande número de actividades profissionais. A da construção civil é aquela que contribui com maior percentagem para a emigração do sector (ver anexo). Pedreiros, em larga escala (em 1875, atingem o pico de 325), e trolhas, canteiros e pintores são os artífices mais referenciados neste contexto e trespassam para o lado de lá técnicas e formas de

O autor ao mesmo tempo que apresenta a hipótese da quinta "*como refúgio e uma base de subsistência no caso de desastre financeiro ou de grande crise económica*", sublinha sobretudo a preocupação aristocrática dos cidadãos enriquecidos na compra de quintas, havendo famílias do Porto que "*fazem um esforço enorme para que cada filho tenha a sua quinta no Minho*".

⁶³ Cf. ALVES, Jorge Fernandes, "A Pesca e os pescadores do litoral portuense em 1868", *Revista da Faculdade de Letras - História*, II série, vol. VIII, Porto, 1991, pp. 151-184.

construção cujas marcas ainda hoje são visíveis em muitas terras brasileiras. A outra actividade que inicialmente ultrapassava a construção civil, e à qual se pode associar, era a de trabalhos na madeira e mobiliário (embora passe para o segundo lugar à medida que se avança no século): não era raro seguirem cerca de duas centenas anuais de carpinteiros, seguidos por uma grande variedade de profissionais afins, nos quais se destacam os marceneiros e os tanoeiros. A introdução da mecanização, um pouco em todas as actividades, tinha também a sua influência, como se pode observar pela leitura de uma notícia sobre a instalação da Companhia de Tanoaria a Vapor, em Gaia, que empregando máquinas e sob a direcção de mestres ingleses passou a produzir 100 pipas diárias na sua fase inicial, ressaltando o articulista, numa tentativa de tranquilizar o pessoal das oficinas, que *"estas hão de continuar a existir, senão para o fabrico, pelo menos para os concertos e para outros reparos de momento, precisos nos armazens"*⁶⁴.

Também não será exagero afirmar que, na época, eram os portugueses a vestir e a calçar grande parte dos brasileiros, tal é a corrente contínua de alfaiates (pico em 1853, com 135 profissionais), sapateiros, tamanqueiros e chapeleiros que anualmente demandavam as Terras de Santa Cruz, entre outros profissionais menos citados.

As célebres ferrarias do Porto e arredores serviam provavelmente de local de aprendizagem para a corrente contínua de metalúrgicos, na sua acepção artesanal, fornecendo algumas dezenas de ferreiros e, em menor número, funileiros, ferradores, fundidores, serralheiros e latoeiros. O mesmo se dirá das ourivesarias da Rua das Flores ou de Gondomar, dados os ourives que todos os anos embarcavam para o Brasil, embora em pequeno número, já que se trata de uma arte compreensivelmente restrita a poucos artistas. Uma referência ainda para as outras actividades que, embora com menor representatividade, estavam presentes no fluxo migratório, nomeadamente as alimentares (padeiros, doceiros, cozinheiros, confeitadores), que, com muita probabilidade, assegurariam a afirmação deste segmento de mercado nas mãos dos portugueses do Brasil, como era tradicional.

Note-se, por outro lado, como assumia pouco significado quantitativo, na época em estudo, a presença de profissões tipicamente operárias, nomeadamente "fabricantes" e "maquinistas", originários das fábricas, ainda que alguns possam ter saído sob as designações acima referidas, embora nos inclinemos para que a sua origem fosse o artesanato. De facto, antes da década de 90, a indústria portuense, salvo casos muito específicos, assumia a configuração de uma multiplicidade de oficinas. Parece-nos ser a dimensão destas, com poucos operários, dominando sectores de mercado muito estreitos

⁶⁴ In "Tanoaria a vapor", *O Commercio do Porto*, nº 251 de 25 de Agosto de 1877

e sem perspectivas de ampliação, que explica a saída dos operários, uma vez terminada a fase de aprendizagem, incapazes de satisfazer as expectativas naturais da carreira: torna-se mais barato admitir novos aprendizes (pagava-se para se aprender, recorde-se) e os oficiais recém-formados partiam para o Brasil aonde esperavam rentabilizar os seus conhecimentos profissionais. A aprendizagem torna-se, então, como já referenciamos em capítulo anterior, uma fase prévia e necessária numa estratégia de emigração.

De resto, no sector dominante da indústria, o têxtil, o trabalho e a produção domiciliária, quase sempre assegurada por mulheres e crianças, eram ainda a regra, revelando o arcaísmo então vigente na indústria. Só, assim, se compreende que face à crise industrial de 1862, por falta de algodão dos Estados Unidos (envolvido na guerra civil), não se tenha assistido a reflexo directo no fluxo emigratório⁶⁵. A "cidade fabril" dos defensores do protecçãoismo, nomeadamente Oliveira Martins e o combativo Pereira de Magalhães, estava ainda, no terceiro quartel do século, dominada pelo "domestic system". É o primeiro quem o confirma, no Inquérito Industrial de 1881, de que foi redactor: " *Dos grandes fabricantes do Porto alguns não têm fabrica, isto é, teares em estabelecimento seu [...]; outros têm pequenas officinas de tecelagem cujo produto é incomparavelmente menor do que o dos teares que trazem por sua conta directa ou indirectamente; outros possuem tinturarias anexas: são 3; outros finalmente [...] têm pequenas fábricas, estabelecimentos dependentes das casas de habitação, collocados ao fundo dos quintaes, aggregando-se e desenvolvendo-se em construcções sobrepostas*"⁶⁶. Por exemplo, a fábrica de Asneiros, sita na rua da Torrinha, propriedade de Pereira de Magalhães e que lhe servia de argumento na sua luta pelo protecçãoismo⁶⁷, tinha apenas 41 teares de madeira, mas teciam para ela 229 teares em casa (126 na cidade e 103 nos concelhos limítrofes), em que dois terços dos tecelões eram do sexo feminino, além dos que compravam o fio e vinham vender-lhe depois o tecido (avaliados em 600 a 800)⁶⁸. No que se refere à época em estudo, podemos dizer

⁶⁵ Cf. SÁ, Sebastião Jose Ribeiro de, "Inquérito sobre a influência da guerra da América na industria portugueza do algodão", *Diário de Lisboa*, de 10 de Outubro de 1862. Um dos aspectos mais evidentes do arcaísmo industrial portuense da época é a venda de "stocks" de algodão, a preço subido, dada a procura existente, por armazenistas e industriais para Espanha e Inglaterra, em plena crise, com os teares parados.

⁶⁶ Comissão Central Directora do Inquérito Industrial, *Inquerito Industrial de 1881 - Inquerito Directo - segunda parte - Visita ás Fábricas*, Livro segundo, Lisboa, Imprensa Nacional, 1881, p. 194. Cf. também o *Inquérito sobre o Estado da Industria da Tecelagem na Cidade do Porto e Situação dos Respective Operários, ordenado por decreto de 13 de Dezembro de 1888*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1889. E ainda, OLIVEIRA, Luiz Firmino d', *Industria Algodoeira, 1887-1903*, Porto, Typ. Empresa Guedes, 1904.

⁶⁷ António Pereira de Magalhães foi o mais ardente defensor do protecçãoismo no Porto e um dos dirigentes da Associação Industrial do Porto (não confundir com a A.I. Portuense) Para uma análise de pormenor, cf. da sua autoria, *O Protecçãoista e os Livre-cambistas - compilação de vários opúsculos*, Porto Typographia Industrial, 1871.

⁶⁸ Cf. *Inquerito Industrial de 1881*, ob.cit., pp. 117-138. Criada em 1850, reconstruída depois de um

que, de um modo geral, é pequena a participação do operariado das fábricas na emigração (embora surjam sempre os maquinistas e fabricantes) e, pelo contrário, é grande o fluxo de artífices, de homens de ofício, desde os profissionais ambulantes, como os da construção civil, aos sedentários das oficinas mais ou menos arcaicas que pululavam no Porto e arredores, as quais só muito lentamente foram sendo erradicadas do mercado pela instalação de novas indústrias, cujo verdadeiro surto se verificará no Porto pela década de noventa⁶⁹, tendo, contudo, muitas dessas oficinas sobrevivido quase até aos nossos dias.

Sector terciário

Passando ao agrupamento de actividades classificadas no sector terciário, o comércio emerge como a actividade mais representada, muito distanciada em termos quantitativos de qualquer outra do sector. Caixeiros e negociantes atingem, em termos médios e anualmente, a casa das centenas. A designação de negociante comporta também alguma ambiguidade, tudo levando a crer que se trata de pequenos comerciantes, lojistas e empregados de comércio que ultrapassaram já a fase do caixeirato, pois muitos dos passaportes respectivos tem anotações marginais do tipo "*vai para o negocio*". A realidade é que se contam por números elevados: entre 1870-79 o fluxo anual oscila entre 311 e 398 negociantes, em 1889 atinge-se o número de 427. O surgir da mais pequena crise no comércio portuense (e para isso bastava tremer o câmbio brasileiro) arrastava-os de imediato para o lado de lá do Atlântico. O saber e as estreitas ligações comerciais constituíam bases apregoadas para o sucesso e os respectivos profissionais procuravam tirar partido desses elementos, não se podendo esquecer que o controlo do comércio de retalho brasileiro pelos portugueses era, por si só, um forte elemento de atracção, na medida em que os empregados portugueses garantiam a eficácia no trabalho e a manutenção do sistema⁷⁰. Anúncios pedindo ou oferecendo empregados de comércio

incêncio em 1863, a "fábrica do Jacinto", designação que lhe vinha do nome do fundador, pai de Pereira de Magalhães, arderá de novo a 27 de Janeiro de 1886. Constituía um modelo das fábricas do Porto do fins do século passado.

⁶⁹ A pauta alfandegária de 1892 e a fase de "ágio do ouro" iniciada com a crise de 1891 são consideradas como os grandes estimulantes ao desenvolvimento industrial, mormente no sector algodoeiro, como nos diz Luiz Firmino de Oliveira : "*O agio do ouro foi ainda um factor importante, e é absolutamente impossivel mesmo fixar até que ponto elle veio dar grande desassombro á industria, porque sem elle seria impossivel então, attingir-se a exportação que se conseguiu para Angola, que chegou em 1899 a ser de 2:370 contos, e impossivel ainda conquistar uma parte do mercado interno, como a industria algodoeira fez*". Ob. cit., p. 15.

⁷⁰ " Em 1860, no Rio, os estabelecimentos comerciais eram 1545 de brasileiros e 4403 de portugueses. Em 1863, o número daqueles caiu para 1083, e o destes subiu para 4813. Em 1903, os brasileiros possuíam 3941 e os portugueses 8211 casas de negócio". CALMON, Pedro, *História Social do Brasil*, 2º tomo, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 3ª edição, s/d.

para o Brasil eram vulgares nos jornais do Porto. Naturalmente que, em muito menor quantidade, seguiam outras profissões comerciais, mas pouco representativas em termos quantitativos.

Ainda no sector terciário surgem outros tipos de actividades, longe, porém, do peso do comércio. Se as profissões ligadas aos transportes tem uma representação quase insignificante, já é de conceder atenção às ligadas à saúde e higiene, com a saída constante (embora em pequeno número) de barbeiros, boticários/farmacêuticos e médicos/cirurgiões, o mesmo se podendo dizer em relação ao ensino.

No leque de profissões estreitamente ligadas a serviços, por entre um ou outro bacharel ou um escrivão, a mais evidente e constante é a de eclesiástico, que chega a atingir números próximos das duas dezenas nos inícios, descendo depois para escassas unidades à medida que se caminha para o final do século. Se a hostilidade liberal que se segue à guerra civil pode explicar alguns casos, não chega para basear a permanência do fluxo e, alguns casos pessoais, por nós reconhecidos, desmentem-na como razão de fundo⁷¹. Já vimos, de resto, como ao longo do tempo, a emigração foi também um dos destinos dos eclesiásticos, e não só no campo da missionação. Fernando de Sousa mostrou-nos a debilidade social de grande parte do clero secular no Norte de Portugal, resultante da grande densidade eclesiástica, pois nos inícios do século XIX era comum a relação de um clérigo para 100/200 habitantes, situação que se atenuou muito debilmente no decorrer do século⁷²: em 1855, a relação era de 1 clérigo para 240 pessoas, no distrito do Porto⁷³. Tal facto, que tornava comum a existência de vários eclesiásticos por paróquia, repercutia-se nos rendimentos, pois, para além do cura e coadjutor, tornava-se necessário encontrar diversos expedientes (capelão particular, ensino, orador...) com vista à sobrevivência, sobretudo quando não se dispunha de um significativo património familiar como ponto de partida. Não nos admiremos, por isso, ao observarmos anualmente um fluxo eclesiástico de emigração. Nas três primeiras décadas referentes ao tempo de observação do presente estudo encontramos mesmo essa emigração inserida numa lógica de grupo, vendo-se conjuntos de rapazes de determinada zona a partirem

⁷¹ Por exemplo, o caso do Pe. Manuel Moreira da Gama, que partiu do Porto para Pernambuco na década de 70, onde foi mordomo e regente do Hospital Português de Beneficência. Além disso, circulava pelos engenhos onde dizia missas e pregava sermões, tendo ainda colaborado noutras associações filantrópicas. Regressa comendador, pelo trabalho na Beneficência, e voltará à função de "pregador", além de emprestar dinheiro a juro. (Informação com base em documentação particular que nos foi cedida pelo sr. Joaquim Soares, a quem agradecemos).

⁷² SOUSA, Fernando de, *O Clero a Norte do Douro em Finais de Setecentos*, Porto, Faculdade de Letras, tese complementar de doutoramento, 1979.

⁷³ De acordo com o nº de 1511 eclesiásticos para uma população de 362315 habitantes. Cf. BARÃO DO VALLADO, *Relatório apresentado á Junta Geral do Distrito do Porto na sua sessão ordinaria de 1856*, Porto, Typ. de Sebastião José Pereira, 1856 (quadros nºs 1 e 4).

acompanhados de um eclesiástico da mesma origem. Neste corpo social, a emigração para o Brasil representava também um horizonte de esperança.

Diversos

Sublinhe-se, por fim, o estrato dos "diversos", dada a ausência de qualquer referente sistemático que os conecte com uma actividade específica, e constituído por proprietários, capitalistas. O acompanhamento individual dos registos de passaportes diz-nos que é aqui que se situam os fenómenos de reemigração. Trata-se, na sua imensa maioria, de "brasileiros", isto é, de emigrantes enriquecidos que voltam à Pátria a visitar a família e amigos, a matar saudades, para curas termas e banhos de mar, ou mesmo para realizar pequenos negócios. Embora originários na sua maior parte de actividades de comércio ou bancária, não voltam definitivamente, permanecem ligados aos interesses deixados no Brasil, ao cargo de empregados ou procuradores, e aí voltam de vez em quando, após temporadas mais ou menos longas na terra de origem ou nas cidades do Porto e Lisboa, ou ainda, em estâncias balneares, como Vila do Conde e Póvoa de Varzim. Como se vê o seu movimento tem pouca importância quantitativa, mas o seu número evolui muito a partir dos meados da década de 70: de menos de uma dezena anual o movimento passa então, para mais de meia centena. Vários factores convergem nesta mudança: por um lado, a generalização do "vapor" banaliza as viagens entre os dois países, oferecendo melhores comodidades e menos riscos e, sobretudo, um encurtamento considerável do tempo de viagem (dos cerca de 45 dias da época dos veleiros passa-se a cerca de 15 dias com os vapores); por outro lado, a flutuação cambial torna-se mais instável, por esta altura, e muitos dos que viviam de rendimentos vêem-se, por vezes, obrigados a voltar ao Brasil e a retomar os negócios deixados em mãos alheias, dadas as perdas enormes que significava transferir dinheiro para Portugal.

Veja-se, a este respeito, o caso, tanto quanto sabemos extremo, de Joaquim Pereira Fula. Natural de Pedroso (Gaia), embarca em 1846 para o Rio de Janeiro com 15 anos. Em 1853, volta a Portugal, regressando pouco depois. Fará mais viagens, mas em 1871 faz-se acompanhar pela esposa e percorre diversos países da Europa. Em 1872 torna ao Rio, voltando a dirigir a casa de negócio que ali tinha em sociedade "Pereira Fula & Sousa" e será, então, nomeado tesoureiro da Caixa de Socorros de D. Pedro V. Em 1875 retorna a Portugal, tendo recebido a comenda de Cristo (1878) pelos serviços prestados na Caixa de Socorros. Em 1880, volta de novo ao Rio *"para liquidar os seus negócios"*,

retornando pouco depois. Ao todo, *"doze vezes fez aquella travessia, que a muitos que a teem feito só uma unica vez deixa fatigados e sem desejos de nova aventura"* ⁷⁴.

5.7 - Saber ler e escrever

Se a análise das ocupações nos revela que, em certa medida, havia uma preocupação com a aprendizagem de um "saber fazer", e os documentos familiares (testamentos, doações) e a natureza do mercado de trabalho e do contexto social e económico nos dizem que essa aprendizagem era, muitas vezes, uma etapa prévia à emigração, o que se passava no domínio do "saber letrado" dos emigrantes do Porto?

Na primeira metade do século XIX, quando começam a ocorrer os primeiros escândalos com os "engajamentos", o *saber fazer* e o *saber ler e escrever* eram considerados, a um mesmo nível, como condição necessária ao sucesso na emigração, dado o país de acolhimento ter uma tradição de escravatura para o trabalho braçal, como nos diz a Revista Universal Lisbonense:

"Os nossos correspondentes de novo recomendam, que não emigrem senão pessoas que tenham ofício ou rapazinhos que saibam ler e escrever bem, e que todos paguem as suas passagens. Todos os mais vão procurar a sua desgraça em lugar da felicidade que supõem" ⁷⁵.

Entre os desejos e a realidade vai quase sempre uma distância incomensurável! Mas a verdade é que, a partir dos testemunhos de emigrantes retornados, pode ganhar-se a convicção de que a preparação literária, ainda que rudimentar, era uma tradição na emigração para o Brasil:

"Antigamente entendiam os camponeses - e entendiam muito bem - que antes de enviarem um filho para o Brazil era do seu imprescindível dever o mandal-o ensinar a ler, escrever e contar; mas este bom costume obliterou-se com o apparecimento dos engajadores; porque estes não querem saber de aptidões, nem de sexos ou idades: basta-lhes o número de cabeças!" ⁷⁶.

Em relação a este testemunho podem obter-se confirmações de origens variadas, desde a recolha de casos em testamentos, aonde os custos com a escolaridade são contabilizados em desconto da legítima, tal como os verificados com a aprendizagem de

⁷⁴ Cf. PINTO, Almeida, "Commendador Joaquim Pereira Fula", *Commercio e Industria*, vol. 2, nº 78, Porto, 1887, s/p.

⁷⁵ In "Emigração", *Revista Universal Lisbonense*, 1ª série, 4º tomo, p. 23.

⁷⁶ SANTOS, J. R. de Oliveira, "Emigração", *O Commercio do Porto*, de 25 de Novembro de 1886.

ofícios, até outros artigos de opinião, ou opiniões oficiais, como a de Tabner de Moraes, afirmando que dos jovens *"sabe ler o maior numero, não, porém, assim com respeito aos de maior idade"*⁷⁷.

Configuram-se também, sob este novo ângulo de observação, dois tipos de comportamentos: na emigração tradicional, relativamente planeada, inserida na lógica familiar de distribuição profissional, a instrução, ainda que rudimentar, torna-se uma preocupação das famílias com crianças candidatas à emigração; na emigração emergente com os novos processos de atracção brasileiros para garantir força de trabalho braçal e envolvendo as massas proletarizadas, favorecida por contratos prévios que garantem a deslocação do emigrante, a questão da educação escolar não se coloca, porventura, constituiria até um obstáculo, dado o rasgar de horizontes que o saber ler implica, as expectativas que cria e o suscitar de confronto permanente entre o idealizado e o vivido, potencial foco de tensão.

Assim, se, no auge do engajamento, os serviços consulares denunciam a massa de serviçais e trabalhadores rurais que desembarca no Rio de Janeiro como analfabeta, já de uma zona aonde a tradição comercial portuguesa continuava a impor-se - o Pará - se obtinha a seguinte informação: *"Em geral sabem ler, escrever, e as quatro operações arithmeticas, mas imperfeitamente. Talvez 3/4 dos imigrantes estejam nesta classe. Ha n'ellas poucos que saibam aquellas materias perfeitamente, muito poucos que possuam a instrucção primaria do 2º grau, menos ainda que tenham instrucção secundaria e são raros os que possuem instrucção superior. Em geral porém possuem o sufficiente da instrucção da profissão a que se dedicaram, segundo os processos antiquados, que a rotina tem transmittido, não faltando em quasi todos grande facilidade de aprender e de adaptação, e muitos desejos de augmentarem os seus conhecimentos praticos e theoricos"*⁷⁸.

Esta referência ao gosto pela aprendizagem não é uma figura de retórica. Para além do papel das associações portuguesas no Brasil, algumas das quais mantinham escolas, é importante referir o papel de auto-aprendizagem e de ensino em grupo que os caixeiros promoviam, nomeadamente, no domínio da escrituração comercial. O Conde de Ferreira enviava regularmente a alguns dos seus correspondentes remessas de um manual desses publicado por Domingos de Almeida Ribeiro, que foi comerciante, professor no Liceu do Porto, seu secretário e testamenteiro. Os espaços publicitários dos jornais do Porto referem-se, de vez em quando, a publicações deste tipo. O anúncio mais interessante, pelas considerações sobre o saber que encerra, é o que se publica em O

⁷⁷ In *Primeiro Inquerito Parlamentar sobre a Emigração Portuguesa...*, p.176.

⁷⁸ *Ibidem*, p. 141.

Commercio do Porto (em Abril de 1880), divulgando a "Biblioteca dos Caixeiros de Commercio em Portugal e no Brazil", a publicar em fascículos (em número de 52) e dirigido por José Joaquim Rodrigues de Freitas, o lente de comércio e escrituração comercial na Academia Politécnica do Porto e conhecido deputado republicano.

Infelizmente, a questão do "saber ler e escrever" dos emigrantes não suscitou uma interrogação inicial por parte das autoridades, pelo que só dispomos de alguma informação nos registos de passaportes a partir de 1860, descontando algumas referências esporádicas anteriores. De forma sistemática, surge-nos, então, a indicação de "não sabe escrever", ou "não sabe assinar", sendo omissos os casos opostos, o que é manifestamente pouco. Assim, nada mais nos informa sobre o tipo de capacidades do indivíduo no campo da escrita e da leitura. Sabe-se como muitas vezes a capacidade de assinatura se reduzia a isso mesmo, aprendendo-se a desenhar o nome apenas para efeitos burocráticos. Em todo o caso, a situação não é original, já que esta será a base para a classificação geral de analfabeto ou de alfabetizado, incluindo a da estatística oficial até ao século XX.

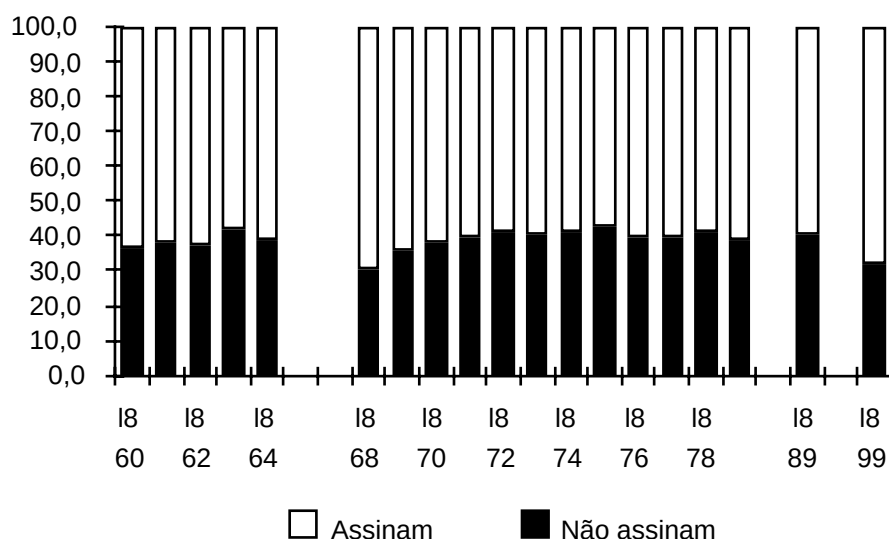
Não existindo no Arquivo do Governo Civil do Porto os "processos" que serviam de base à concessão do passaporte para os anos em estudo, não nos é possível ir mais longe⁷⁹. Anotemos ainda outra restrição, referindo que aquele tipo de informação só nos surge para os titulares de passaporte e não para os acompanhantes, sendo estes, na sua maioria, crianças e mulheres. Assim, identificando o que não sabe assinar como analfabeto, e correndo o risco de assumirmos que o caso contrário corresponde ao de alfabetizado, podemos avançar com alguns elementos estatísticos. Lançando mão dos dados disponíveis (Gráf. 5.13), podemos observar que as taxas de analfabetismo da emigração rondam, no Porto, os 40%, estimativa que, com pequenas variações⁸⁰, se prolonga desde 1860 até aos inícios deste século, sugerindo um comportamento padronizado neste domínio, pois só no final do século surgem pequenos indícios de mudança, que de resto não se confirmam, segundo as estatísticas oficiais⁸¹.

Gráf. 5.13- Distrito do Porto - analfabetismo e alfabetização

⁷⁹ Para um exemplo da análise possível sobre alfabetização/analfabetismo com base nos processos de emigração, cf. RODRIGUES, Henrique Fernandes, ob. cit.

⁸⁰ Os anos de 1865-67 foram excluídos por apresentar níveis de alfabetização demasiado baixos, pouco credíveis, havendo indícios de que o registo deste tipo de informação foi descurado nestes anos. Naturalmente, que este é um risco a que está sujeita toda a série.

⁸¹ As estatísticas oficiais acompanham com grande sintonia os níveis de alfabetização e analfabetismo aqui apresentados. Alguns exemplos do analfabetismo na emigração do Porto, segundo a estatística oficial : 1885 - 39%; 1900 - 34,7%; 1901 - 40,9%; 1906 - 52,3%; 1905 - 48,4%; 1911 - 46,05%. A partir do início do século XX cresce claramente, como se vê, o analfabetismo nesta corrente migratória, facto que se deve, sobretudo, à cada vez maior participação do sexo feminino.

na emigração, 1860-1899**(%)**

Se descermos a uma análise de pormenor, poderemos tirar outras ilações. O analfabetismo varia com a natureza de cada fluxo: sempre que a emigração cresce significativamente, isto é, quando se verifica uma maior intensidade na saída de emigrantes de origem rural, a taxa de analfabetismo cresce correlativamente; o mesmo se poderá dizer, com o aumento da emigração feminina. Quando a emigração apresenta um fluxo mais ténue, assegurando a corrente tradicional, mais marcada pelos jovens e pelo sexo masculino, verifica-se, inversamente, um ligeiro decréscimo do analfabetismo.

Quadro 5.10 - Titulares de passaportes do Porto
analfabetismo e alfabetização

Anos	Total Geral	Mulheres			Homens			Total		
		Nº	Anal.	%	Nº	Anal.	%H	Anal.	Anal. %	Alf. %
1860	2252	22	12	54,5	2230	813	36,5	825	36,6	63,4
1861	2365	125	85	68,0	2240	820	36,6	905	38,3	61,7
1862	2264	79	49	62,0	2185	796	36,4	845	37,3	62,7
1863	2202	104	65	62,5	2098	863	41,1	928	42,1	57,9
1864	1992	97	55	56,7	1895	715	37,7	770	38,7	61,3
1868	2003	156	73	46,8	1847	529	28,6	602	30,1	69,9
1869	2656	221	144	65,2	2435	810	33,3	954	35,9	64,1
1870	2864	174	113	64,9	2690	971	36,1	1084	37,8	62,2
1871	3634	216	146	67,6	3418	1289	37,7	1435	39,5	60,5
1872	4142	301	228	75,7	3841	1466	38,2	1694	40,9	59,1
1873	3067	289	210	72,7	2778	1023	36,8	1233	40,2	59,8
1874	3733	318	243	76,4	3415	1303	38,2	1546	41,4	58,6
1875	3801	286	220	76,9	3515	1390	39,5	1610	42,4	57,6
1876	2907	210	148	70,5	2697	1012	37,5	1160	39,9	60,1
1877	2735	298	246	82,6	2437	829	34,0	1075	39,3	60,7
1878	2259	255	201	78,8	2004	723	36,1	924	40,9	59,1
1879	2387	1	1	100,0	2386	925	38,8	926	38,8	61,2
1889	3059	300	200	66,7	2759	1032	37,4	1232	40,3	59,7
1899	1701	190	116	61,1	1511	431	28,5	547	32,2	67,8

Assim, também é notória a diferença de níveis de alfabetização inter-sexos, o que não admira, uma vez que a sociedade tradicional produzia uma importante segregação no acesso à escolarização, penalizando o sexo feminino, que procurava orientar para os trabalhos caseiros, exigindo inclusivamente, de forma intensiva, a força de trabalho destas crianças para as lides domésticas e ajuda na criação dos filhos mais novos. Em termos simples, podemos dizer que por cada 3 mulheres que emigravam só uma sabia escrever, em média, enquanto por cada três homens emigrantes dois o faziam (Quadro 5.10).

Em termos gerais, a alfabetização dos emigrantes do Porto rondava, pois, os 60%, o que estando longe dos "scores" apresentados pelos países mais desenvolvidos da época, era, no entanto, melhor do que a média nacional. Pelos números oficiais da última década do século passado, a taxa de analfabetismo na emigração nacional oscilou anualmente entre os 54 e 68%, incluindo a das ilhas atlânticas, facto que penalizava um

pouco a taxa, uma vez que a emigração era aí pesada e com elevado analfabetismo (cerca de 70%)⁸², pelo que o Porto apresentava um diferencial para menos que rondava os 20%.

Este quadro remete-nos obviamente para a situação escolar do século passado, colocando-nos interrogações sobre a relação deste analfabetismo emigratório com o da população que permanecia em território nacional. A questão é esta: o fluxo emigratório era mais ou menos letrado que a população residente, ou era apenas uma amostra representativa dessa população, apresentando níveis semelhantes? Toca-se, assim, a problemática da selecção social do emigrante, bem como a do capital humano nele envolvido.

Uma perspectiva comparada do analfabetismo, a diversos níveis, revela-nos que a emigração do distrito do Porto está longe de se reduzir às camadas sociais menos preparadas em termos escolares (Quadro 5.11).

Quadro 5.11 - Analfabetismo na população e na emigração (%)

	1878	1890	1900
Continente	79,4	76,1	74,1
Porto - rural (H)	63,4	64,6	58,9
Porto - cidade (H)	40,8	35,3	36,2
Emigração Porto (H)	38,8	37,4	28,5

Fontes : Ramos, Rui, "Culturas da alfabetização", ob. cit.
Censos

Sublinhemos, uma vez mais, que a nossa análise tem uma incidência regional, o que limita a sua expressividade, mas dado o relevo que a emigração portuense assume no contexto nacional e no prolongamento da rede migratória tradicional para o Brasil, é importante referir que este fluxo migratório é muito mais alfabetizado do que a população do Continente em geral, mas, sobretudo, é mais alfabetizado do que a população rural do distrito de origem. Curiosamente, os níveis de analfabetismo encontrados na emigração são similares aos da população urbana, o que nos vem reafirmar a natureza complementar entre a emigração e o êxodo para a cidade, conhecida que está a capacidade de centripetação do Porto urbano, em que cerca de metade da sua população era de origem exterior. Estamos, assim, perante o reconhecimento daquilo que se pode conceber como uma norma no êxodo rural, ou seja, o papel mobilizador da escolaridade, que leva a fugir dos campos precisamente os mais instruídos. O destino pode ser a cidade ou a emigração,

⁸² Para além da estatística oficial, cf. SILVA, Fernando Emygdio da, ob. cit., pp. 196-198.

acontecendo esta última quando diminui a dinâmica económica e social daquela e se torna incapaz de responder às expectativas individuais dos que a procuram, sobrepondo-se-lhe, então, o "horizonte mítico" e longínquo que gerações sucessivas procuraram.

Naturalmente que, a nível nacional, o panorama é mais denso, e quando se verifica a explosão emigratória dos distritos interiores a média de analfabetismo acentua-se pesadamente. Esta disparidade regional na alfabetização também contribui para explicar a maior visibilidade de sucesso emigratório a partir da região do grande Porto.

De qualquer modo, um cerca de 40% de analfabetos na corrente portuense era ainda demasiado, sobretudo se acrescentarmos que, em muitos casos, a alfabetização deveria ser muito débil, resumindo-se talvez à assinatura, embora uma parte soubesse ler, escrever e contar. Pouco, ou como diria um emigrante de retorno, *"minguados conhecimentos, em todo o caso, um principio, um inicio, uma primeira porta descerrada"*⁸³. Tudo fruto de um estado de coisas que radica no fracasso da política educativa liberal, que autores como Yasemin Soisal e David Strang tipificam como *"construção retórica da educação de massas"*⁸⁴. Política essa que fez do nosso país um dos pioneiros na legislação compulsiva da escolaridade, ao mesmo tempo que se mostrava incapaz de realizar eficazmente o sistema educativo, apresentando taxas de escolarização das mais baixas no contexto ocidental.

Com efeito, a Carta Constitucional outorgada em 1826 já declarava que *"a instrução primaria é gratuita a todos os cidadãos"* (art.145, §30). O "Plano da Instrucção Primária", de 1836, no consulado de Passos Manuel, considerando a reforma dos Estudos como a primeira necessidade da época actual, tornava livre a criação de escolas primárias, obrigando-se o Estado a fazer subsistir as escolas criadas e a criar outras em locais onde pudesse haver frequência de 60 crianças. Com Costa Cabral, através da lei da Instrução Publica, de 20 de Setembro de 1844, legislava-se o figurino que as escolas primárias adoptariam durante longo tempo, com a sua divisão em graus, sendo de 1º grau as escolas já criadas e de 2º grau as criadas daí para a frente, além de prever as "escolas normais" para formação de professores; além disso, estabelecia a obrigatoriedade da frequência escolar para as crianças entre os 7 e os 15 anos que habitassem no raio de um

⁸³ SANTOS, J. R. de Oliveira, "Instrucção primaria e emigração", *O Commercio do Porto*, de 4.12.1886.

⁸⁴ Cf. SOYSAL, Yasemin Nuhoglu e STRANG, David, "Construction of the first massa education systems in the nineteenth-century Europe", *Sociology of Education*, 1989, vol. 62, pp. 277-288. Os autores apresentam uma tipologia, que além do apresentado, inclui: o tipo de "construcção estatal da educação", nas situações de legislação compulsória e implementação efectiva do sistema, ocorrendo em países onde se verificou uma aliança entre Estado e Igreja nacional (Dinamarca, Suécia, Noruega e Prússia); o tipo de "construcção social da educação", com a expansão do sistema sem grande interferência do Estado, nos países com grandes conflitos sociais e onde não se verificou, para este efeito, a aliança entre Estado e Igreja (França, Holanda, Reino Unido, E.U.).

quarto de légua da escola, estabelecendo uma sucessão de avisos, intimações, repreensões e multas de 500 a 1\$000 réis, com ressalva para a prova de assegurar melhor educação particular ou de extrema pobreza, penalizando ainda os analfabetos, os quais seriam preferidos para o recrutamento militar. Medidas que não intimidavam os alunos e suas famílias, pois todas as informações confirmam a opinião expressa por Tabner de Moraes: "*As escolas são pouco frequentadas e os alunos apenas adquirem algumas noções de leitura e de escrita, abandonam-nas*"⁸⁵.

No entanto o parque escolar cresceu sempre muito lentamente. Rodrigues de Freitas quantifica-nos a evolução verificada na criação de escolas, desde as 440 (mais 15 nas Ilhas e 24 no Ultramar) de iniciativa pombalina (Lei de 6.11.1772), com mais 46 (e uma no Ultramar) no ano seguinte (Dec.de 11.11.1773). Até 1820 criam-se apenas mais 26 escolas. Em 1845, totalizavam 1075 masculinas e 41 femininas. Em 1866 subiam a 2123 (1837 e 286 para os diferentes sexos)⁸⁶. Esta quantificação nacional das escolas traduzia-se forçosamente por uma representação escassa junto das populações, como se pode comprovar pela quantificação do parque escolar no distrito do Porto para os meados do século passado (Quadro 5.12).

A escassez de escolas oficiais era, então, confrangedora, especialmente se tivermos em atenção o número de freguesias que compunham cada concelho, pois o total de escolas apenas representa 73% desse número. Na época, o paralelismo das escolas particulares salvava a situação em muitos locais, permitindo o acesso à escolarização de um número de alunos maior do que o do ensino público, ganhando relevo o contraste no que se refere ao sexo feminino, praticamente abandonado pelo Estado. A procura fazia, assim, surgir escolas particulares, colmatando as lacunas oficiais, apesar das promessas estabelecidas em lei sucessivas. Mas as escolas particulares não tinham uma distribuição homogénea pelo País, pois das 795 contabilizadas em 1866, cerca de 63% (502) concentravam-se nos distritos de Porto e Lisboa⁸⁷. Naturalmente que existiam ainda os professores particulares, nos quais não terá sido de desprezar a participação de membros do clero, muitos dos quais, como já vimos, se viam obrigados a actividades de recurso para sobreviverem.

⁸⁵ *Primeiro Inquérito Parlamentar...* p.174.

⁸⁶ Cf. FREITAS (Junior), J.J. Rodrigues de, *Notice sur le Portugal*, Paris, Imp. Paul Dupont, 1867, pp. 134-141 e mapa final. Cf. com o artigo "Ensino Primário e Analfabetismo" in SERRÃO, Joel (dir.) *Dicionário de História de Portugal*, 2º vol., Porto, Liv. Figueirinhas, 1981, pp.392-397. E CARVALHO, Rómulo de, *História do Ensino em Portugal desde a Fundação da Nacionalidade até ao fim do Regime de Salazar-Caetano*, Lisboa, F. C. Gulbenkian, 1986. Para uma análise actual, NÓVOA, António, *Le Temps des Professeurs*, 2 vols., Lisboa, INIC, 1987.

⁸⁷ Cf. FREITAS, Rodrigues de, ob.cit.

Quadro 5.12- Escolas e alunos no distrito do Porto, 1855-56

Concelhos	Freguesias Nº	Nº de escolas				Nº de alunos			
		Régias		Particulares		E. Régias		E. Particulares	
		S. M.	S. F.	S. M.	S. F.	S. M.	S. F.	S. M.	S. F.
Amarante	41	7		16	4	243		274	59
Baião	20	5				267			
Bouças	13	3		5	5	103		104	93
Felgueiras	34	5		8		285	45	165	31
Gaia	23	7		7	2	325		292	38
Gondomar	11	2		8		158	5	172	3
Lousada	27	4		6		130		146	
Maia	20	3		3		120		61	5
Marco C.	34	10		5	1	212		140	10
Paços de F.	16	3		1		136		40	
Paredes	23	5		3		141		44	10
Penafiel	43	8		1		239		24	
Porto	12	4	6	48	59	234	154	1522	1030
Póvoa de V.	10	2		4		126		158	
Santo Tirso	31	6				323			
Valongo	5	1		5	3	19		191	60
Vila do Conde	27	3		9		164	4	219	84
Totais	390	78	6	129	74	3225	208	3552	1423

Fonte:

Barão do Vallado, Relatório apresentado à Junta... 1856, Anexo nº 13

Nova legislação, em 1878 (lei de 2 de Maio⁸⁸), procurou contornar o problema, estabelecendo a regra de uma escola para cada sexo em cada freguesia, podendo existir uma para duas freguesias quando os alunos não excedessem 60, renovando a obrigatoriedade de frequência (antes não cumprida) para as crianças dos 6 aos 12 anos, com a ressalva das que residissem a mais de 2 Km duma escola particular. Mas a lei de 1878, na linha da política descentralizadora que enformava o novo código administrativo, transferia as obrigações com a construção, manutenção e pagamento do corpo docente para as autarquias, o que se veio a revelar um grande fracasso, pois não se teve em conta o carácter incipiente da organização do poder local na altura, não foram acauteladas contrapartidas financeiras, além de que, muitas vezes, eram os senhores locais, dominando o aparelho do poder autárquico, os primeiros que estavam contra a criação de escolas, as quais levariam a uma sobrecarga fiscal de que não queriam ser responsáveis nem vítimas⁸⁹.

⁸⁸ Completada pela Lei de 11 de Junho de 1880 e Regulamento de 28 de Julho de 1881.

⁸⁹ Cf. FREITAS, Rodrigues, "O ensino primário e as corporações locais", *O Commercio do Porto*, de 24 de Junho de 1882. *Idem*, "A lei de instrução primária", *ibidem*, de 13 de Abril de 1882. O autor

A inércia do ensino público nesta época é notória, conforme nos elucida um circunstanciado relatório da 2ª circunscrição escolar (distrito de Porto e Aveiro) referente ao ano de 1883. Basta talvez dizer que, face ao preconizado na lei e no distrito do Porto, careciam ainda de escola masculina 197 freguesias e de escola feminina 317, bem como 40% dos alunos aprovados em exame eram oriundos do ensino livre, englobando este as de iniciativa individual como as mantidas por associações⁹⁰. Apesar dos apelos à sociedade civil, procurando envolver filantropos, organizações cívicas e associações mútuas com as autarquias, a resposta será insatisfatória, salvo o caso de "brasileiros" que são, como veremos, responsáveis por uma fatia significativa do parque escolar oitocentista, pelo que a responsabilidade pelo ensino primário regressou ao poder central em 1890⁹¹.

No meio das polémicas e das indecisões sobre a vulgarização do ensino, o facto de os antigos emigrantes do Brasil surgirem como "*os mais ardentes propugnadores da instrução popular em Portugal - prova até que ponto elles, que aprenderam no exilio, entre as multiplices necessidades da vida e os motejos de estranhos, a conhecer os beneficios da instrução, a consideram como remedio, se não unico, pelo menos o mais seguro e efficaz, para melhorar as condições da nossa emigração*"⁹².

Foi essa necessidade de instrução, profundamente vivida, que levou a que os emigrantes exercessem no Brasil acções de ensino, dinamizadas através das organizações associativas, como, num exemplo entre tantos, a do *Grémio Literário e Comercial Português*, no Pará, criado em 1867 e que assegurava aulas de português, francês, inglês, aritmética e escrituração comercial. Neste contexto, o cônsul português desse distrito referia a procura de instrução por parte dos emigrantes que seguiam a carreira comercial, afirmando: "*há muitissimos individuos que aqui chegaram completamente analfabetos ou com rudimentares noções de leitura e escrita, e hoje leem e escrevem correntemente, contando-se mesmo bastantes que conseguiram adquirir uma regular cultura*"⁹³. No

desenvolveu ao longo da vida uma importante acção pelo desenvolvimento do ensino, pelo que são numerosos os seus artigos, em diversas publicações sobre o tema.

⁹⁰ As escolas de ensino livre eram, nesta circunscrição de 229, dos quais 179 de iniciativa individual, asseguradas pelos professores ou directores. Estas escolas asseguravam a frequência de 9988 alunos (contra 21933 inscritos nas escolas públicas e 15331 presenças, para um total de 420 escolas). Naturalmente que sendo o ensino livre pago pelos pais representava uma forma de selecção social, por isso não admira que na transição para o secundário, o ensino público tenha aqui contribuído com 9,7% da frequência e o livre com 21%. Cf. Anónimo, "Instrução Primaria", *O Commercio do Porto*, nº 47 de 22.02.1883.

⁹¹ Para uma problematização geral, cf. RAMOS, Rui, "Culturas de alfabetização e culturas do analfabetismo em Portugal: uma introdução à História da Alfabetização no Portugal contemporâneo", *Análise Social*, nº 103-104, 1988, pp. 1067-1145.

⁹² SANTOS, J. R. de Oliveira, ob. cit.

⁹³ RAMOS, José, "Do consul de Portugal no Pará á Sociedade de Geographia de Lisboa", *Boletim da*

mesmo sentido ia a opinião do cônsul do Pernambuco, que embora considerando a instrução dos emigrantes rudimentar, salientava o papel na aprendizagem local, em escolas brasileiras, reconhecendo o desnível entre os seus cálculos do analfabetismo existente na colónia, que estimava apenas em 10%, e os das estatísticas oficiais portuguesas⁹⁴.

5.8 - Contratados

Neste interrogatório a que vimos procedendo de forma a reconhecermos os emigrantes que saíam do Porto, uma questão que deve ainda ser colocada é a de sabermos qual a relação de trabalho que os envolve à partida. Isto é, quantos são os trabalhadores contratados e qual é, complementarmente, a proporção de trabalhadores livres de contrato?

No capítulo anterior procurámos estabelecer o quadro-problema dos "engajados", o papel e os interesses do Brasil e seus agentes no processo de atracção, bem como as posições ambíguas da administração portuguesa, combatendo o processo pela legislação, mas usando na prática de grande permissividade. Vimos como o volume destes emigrantes que partiam com contrato prévio e sujeitos à legislação específica para colonos, chegou a atingir os 25% do fluxo saído pela barra do Porto no ano de 1855, para depois descer lentamente, desaparecendo nos meados dos anos 60. Mas qual é a representação de "engajados" na emigração específica do distrito do Porto, isto é, dos que residiam no distrito e aí obtiveram passaporte? Importa aqui relembrar que é, por esta altura que se intensifica a saída de residentes de outros distritos, vindos directamente para o Porto com esse objectivo, trazendo consigo os passaportes tirados nos respectivos governos civis e nos quais a autoridade distrital do Porto se limitava a pôr um visto, efectuando o registo da identificação. Ajudavam, assim, a engrossar o caudal que tradicionalmente saía da barra do Douro⁹⁵. Tratava-se, sem dúvida, de uma acção dos

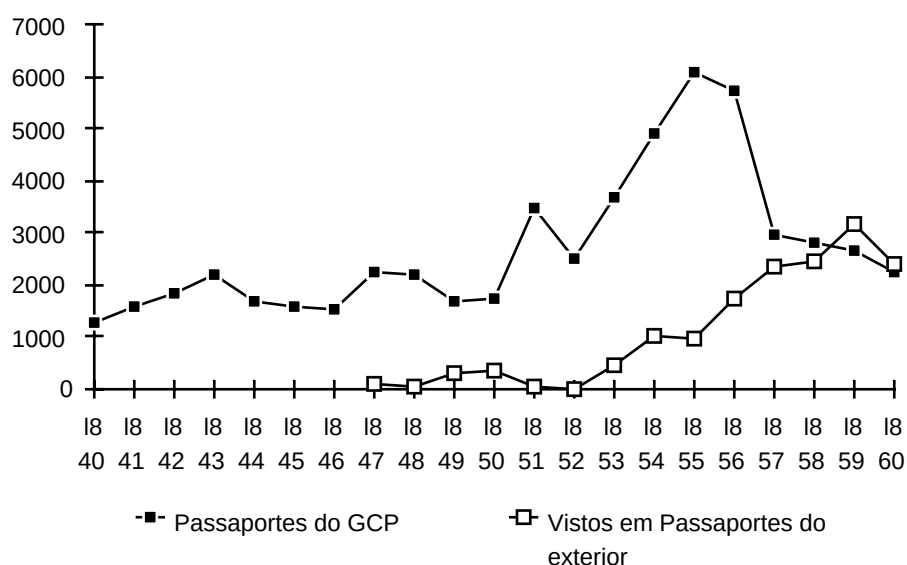
Sociedade de Geographia de Lisboa, n.ºs 5-6, 31ª série, Maio-Junho de 1913, p. 215. Um exemplo vivo e muito conhecido da aprendizagem escolar no Brasil por parte destes emigrantes é o de Francisco Gomes de Amorim, natural da Póvoa de Varzim, que partindo para o Pará, pelos 10 anos de idade, mais ou menos analfabeto, dez anos depois regressa a Portugal, com o patrocínio de Garrett, tornando-se um escritor de mérito, autor de uma numerosa bibliografia, aonde perpassam frequentemente os dramas da emigração.

⁹⁴ Cf. SANTOS, José Augusto Ribeiro de, "O consul de Portugal no Pará á Sociedade de Geographia de Lisboa", *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, n.ºs 8-9, 31ª série, Agosto-Setembro de 1913, p. 293.

⁹⁵ O caudal emigratório da barra do Douro para o Brasil compreende várias componentes: 1) os que saíam com passaporte do Governo Civil do Porto, porque naturais ou residentes aí há mais de 6 meses; 2) os que

agentes de emigração, vulgo "engajadores", que procuravam alargar a área de recrutamento de mão-de-obra, estendendo-a às zonas rurais mais afastadas e menos afectadas pela emigração tradicional, por isso com maior reserva de força de trabalho e mais facilmente aliciáveis pela propaganda, dada a sua menor "informação" sobre o contexto migratório. Será, sem dúvida, por esse processo que sairá a maioria de "engajados" para os trabalhos nas plantações, pois a partir de 1859 a corrente do exterior ultrapassa quantitativamente a do Porto (Gráf. 5.14).

Gráf. 5.14 - Emigração para o Brasil na barra do Douro
- passaportes do Governo Civil do Porto
e "vistos" em passaportes de outros distritos



De qualquer modo, os números avançados anteriormente (Quadro 4.2) para a saída de colonos pela barra do Douro compreendem uma parte de originários do distrito do Porto: o número de 1942 colonos para 1855 não se pode explicar apenas pelas saídas de Braga, Aveiro, Viseu, Vila Real ou Viana, por exemplo. Infelizmente, para a contabilização dos "colonos" do Porto em separado, só podemos contar com a sua indicação nos "registos de passaportes" a partir de 1858. Julgamos que a informação

partiam directamente de outros distritos, com passaporte aí requerido; 3) os estrangeiros, nos quais temos de referenciar os galegos, a que já nos referimos anteriormente (cap.2), bem como os "brasileiros", naturais do Brasil ou naturalizados (a média anual de embarques de brasileiros foi de 52 na década de 1840 e de 126 na década de 1850). Para além dos "registos de passaportes" que constituem a base de dados utilizada neste capítulo, cf. ainda, A.G.C.P., *Registo de vistos em passaportes*, 1847-1947, n.ºs 3663-3677; idem, *Registos de referendas e passaportes concedidos a estrangeiros*, 1836-1949, n.ºs 3737-3771. (Para a época em estudo, os dados só vão até 1862, com lacunas, retomando-se estes registos só nos finais do século).

fornecida a partir de 1855 pelo Governador Civil nos relatórios apresentados à Junta teria como base de quantificação os contratos anexos aos processos e, especialmente, as listas de embarque, mas tanto umas como outras não existiam no Arquivo à data da sua inventariação⁹⁶, devendo ter sido destruídos, dado o volume que tais processos acarretavam.

Assim, os números recolhidos através dos "registos de passaportes" dão-nos uma imagem que já é, sem dúvida, de declínio do movimento de engajados (Quadro 5.13), embora este ainda fosse significativo para as zonas rurais acima mencionadas, em especial para o distrito de Braga, que tem uma presença maciça nos "vistos" mencionados.

Quadro 5.13 - Emigração do Porto - os "engajados"

Anos	Emigrantes	Engajados	% Engajados
1859	2998	381	12,7
1860	2438	263	10,8
1861	2582	271	10,5
1862	2490	46	1,8
1863	2443	73	3,0
1864	2180	24	1,1

Não podemos esquecer, no entanto, que este era uma componente emigratória de grande clandestinidade, não porque não fosse requerido o passaporte, mas, principalmente, porque se declarava ter pago a viagem e se apresentava o respectivo recibo, fornecido pelo transportador, para evitar as dificuldades burocráticas que a lei impunha aos "colonos". Embora estes só se tornassem um problema administrativo a partir de 1855, na sequência da legislação anteriormente analisada, e por isso as primeiras notícias estatísticas datarem dessa altura, notícias avulsas dizem-nos que a prática de "engajamento" que, desde 1836, era comum nas Ilhas, estava já fortemente disseminada no Norte de Portugal em 1853, como o atestam vários escândalos referidos em capítulo anterior. O seu início, porém, deve ter sido bastante anterior, ainda que de uma forma pouco intensa.

⁹⁶ Salvo alguns exemplares esporádicos, tanto de processos como de listas de embarque (alguns processos de passaportes, por exemplo, foram para o Arquivo Distrital, aonde existe um fundo do Governo Civil). Para 1860-62, os cálculos de passageiros e colonos embarcados em cada navio podem encontrar-se nos *Copiadores de correspondência expedida para o Ministério do Reino*, n.ºs 946-948. Esta informação já foi por nós utilizada: cf. ALVES, Jorge Fernandes, "Emigração Portuguesa: o exemplo do Porto nos meados do século XIX", *Revista de História*, Centro de História da Universidade do Porto, vol. IX, Porto, 1989, pp. 267 - 289.

Em 1844, já se publicitavam no Porto notícias sobre colonos trabalhadores para o Brasil, dando conta de um contrato do governo da província do Rio de Janeiro com o delegado da casa comercial de Carlos Delrue, de Dunquerque, para a importação de 600 colonos para as obras públicas, os quais deviam ser portugueses, belgas, franceses, italianos ou alemães e não seriam menores de 18 ou maiores de 40 anos. Além de "robustos e bem morigerados" deveriam ser oficiais de carpinteiro, ferreiro, pedreiro, canteiro e cavouqueiro e trabalhadores de estradas. Cada "leva" não poderia ter menos de cem nem mais de duzentos, e seria composta de 50% de oficiais e 50% de trabalhadores de estrada, devendo os colonos levar consigo a ferramenta dos seus ofícios. Teriam a viagem paga e um adiantamento para despesas, a descontar posteriormente nos seus salários, a partir da dedução de um quarto da quantia a receber (1\$000 por dia aos trabalhadores e 1\$280 aos oficiais, em moeda brasileira)⁹⁷. Teriam partido alguns portugueses neste contexto ?

No ano seguinte, dava-se conhecimento de um decreto imperial que concedia a todo o capitão do navio 60\$ rs por cada colono. Estes deviam ser "*mancebos robustos, e habéis jornaleiros, principalmente agricultores, serralheiros, carpinteiros e canteiros*", mas estes não podiam, durante os três primeiros anos, deixar a Província, nem "*adquirir nenhum terreno, nem estabelecer nenhuma casa de commercio ou empregarem-se em trafico volante, nem entrar como caixeiros em qualquer estabelecimento commercial*"⁹⁸. Precauções condizentes com a hostilidade então reinante contra os portugueses, acusados de dominarem o comércio e de não permitirem a entrada de brasileiros para as casas comerciais, o que se tornou num dos pretextos mais utilizados para múltiplas manifestações anti-portuguesas que tinham eco no parlamento brasileiro, com propostas mais ou menos radicais, como a da "lei dos caixeiros", visando obrigar os comerciantes a admitirem caixeiros brasileiros, ou as de "nacionalização" do comércio⁹⁹. Seria este o quadro que explicava o retorno de muitos pedreiros e carpinteiros ao fim de três anos, como nos diz o articulista do Diário do Governo, por esta altura¹⁰⁰?

Estes processos de colonização dos anos quarenta são ainda tentativas de sensibilização por parte dos poderes brasileiros para a questão da mão-de-obra livre, na expectativa do fim do comércio de escravos. Note-se a preocupação em fazer afluir colonos dotados de alguma especialização profissional e a procura de delimitação de

⁹⁷ In "Colonos trabalhadores para o Brasil", *Periódico dos Pobres no Porto*, nº 129 de 9 de Setembro de 1844.

⁹⁸ "Brasil", *Periódico dos Pobres no Porto*, nº 57 de 8 de Março de 1845.

⁹⁹ A este respeito, as citações poderiam ser numerosas. Vd., por exemplo, o *Periódico dos Pobres no Porto* de 6.11.1845, 9.9.1848, 28.5.1850

¹⁰⁰ "Emigração para o Brasil", *Diário do Governo*, nº 105 de 6 de Maio de 1846, p. 501.

áreas ocupacionais. Mas, a partir de 1851, a emigração do Porto dispara, em consonância com o fim declarado do tráfico escravagista: o número de emigrantes para o Brasil nesse ano (3669) é praticamente o dobro do ano anterior (1838), iniciando uma fase de incremento que atinge o pico máximo em 1855, com 7256. Terá sido aqui o grande salto nos processos "selvagens" de engajamento, cuja novidade terá estado na massificação e consequente deterioração de condições, pois a prática das viagens a crédito, a pagar no destino, era antiga, havendo mesmo transportadores que se queixavam de bom número de dívidas, por falta de tais pagamentos. Porém, agora, a massificação, o destino incerto e desconhecido dos "engajados" que iriam para as fazendas do interior, com difícil acesso ao litoral, obriga os transportadores a não deixarem pôr pé em terra aos emigrantes antes do pagamento da viagem e daí os célebres contratos a bordo por ordem dos fazendeiros. É por isso que qualquer tentativa de quantificação resultará sempre imprecisa: se alguns partem já com contrato, outros são contratados a bordo, clandestinamente, após a saída da legislação de 1855 que obrigava a que tal fosse feito perante a autoridade portuguesa; outros ainda serão engajados, após o desembarque, no consulado português, enquanto alguns o farão depois de não terem conseguido logo o emprego que sonhavam ou lhes ter faltado a "recomendação" em que confiavam. Naturalmente que estes contratos ofereciam condições diferenciadas, dada a diferente situação de maior ou menor debilidade e conhecimento de causa em que se encontrava o locador, bem como das condições em que o locatário controlava presencialmente ou não a "qualidade" da mão-de-obra¹⁰¹. Mas agora, as obras públicas passam para segundo lugar, emergindo as plantações como os grandes sorvedouros da força braçal. Daí que a preferência no recrutamento vá para os trabalhadores do campo. António Clemente Pereira, o célebre barão de Nova Friburgo, com fazendas em Cantagalo, S. Fidelis e Nova Friburgo, dava aos seus agentes de recrutamento instruções para contratarem os *"filhos de lavradores do campo e que nunca tiveram outra ocupação, fortes, sadios, de 14 até 18 annos pouco mais ou menos (não se admite sob pretexto algum gente das cidades ou villas)"* ¹⁰². Este facto explica a extensão rural das redes de engajadores, os seus "ataques" nas feiras ou nas missas de domingo, procurando os ajuntamentos, bem como a afixação de cartazes às

¹⁰¹ Uma comparação entre contratos realizados no Porto e no Rio de Janeiro, por exemplo, dá a entender que estes últimos poderiam ser ligeiramente mais favoráveis, em virtude da maior procura de colonos, enquanto em Portugal o contrato seria realizado fora do "mercado", aonde se não fazia sentir o diferencial em relação aos salários dos que iam trabalhar sem contrato. Por isso, era fácil aos empregadores urbanos do Rio arranjam empregados, já que as suas ofertas cobriam facilmente as dos fazendeiros. Para a comparação, cf. "Documentos relativos às accusações feitas ao Cônsul Geral de Portugal no Rio de Janeiro, o Barão de Moreira", *O Commercio do Porto*, de 2 de Novembro de 1861.

¹⁰² "Instrucções para engajamento de colonos em Portugal", *O Commercio do Porto*, nº 243, de 23 de Outubro de 1861 (as instrucções estão datadas de 1858 e a sua publicação insere-se no processo público relativo à questão do Barão de Moreira).

portas das lojas ou espetados nas carvalheiras das aldeias, como tanto literatura nos descreve. Assim, adiantando-se-lhe o dinheiro da viagem e preparos, a descontar no ordenado que seria, anual e sucessivamente, de 48\$000, 72\$000 e 96\$000 em moeda do Brasil, se procurava aliciar o camponês que, à sua chegada à fazenda, receberia um colchão, dois lençóis, um cobertor, e, anualmente, três pares de calças brancas e três camisas, dois pares de calçado (sapatos ou tamancos) e um chapéu de palha, além da ferramenta necessária ao serviço. Tarefas? Roçar ou cortar mato, fazer cavas, aterrar, plantar, sachar ou capinar, colher e beneficiar café, milho, feijão, arroz, mandioca, cana-de-açúcar, mamona para fazer azeite e *"tudo o mais que se lhes mandar fazer e fôr compatível com as suas forças"*¹⁰³.

Não se julgue, porém, que o perfil estreito, delineado nas instruções acima referidas, correspondem exactamente à realidade do movimento de engajados no Porto. Os contratos de locação abrangiam uma condição social, atraindo, naturalmente, os mais carenciados que neles viam uma possibilidade de ultrapassarem a miséria em que viviam. Por isso, o perfil etário do engajado corresponde, em alguns aspectos, ao delineado para o movimento geral da emigração no seu período : a idade média masculina é de 26,5 anos e a distribuição etária dos titulares de passaporte vai dos 9 aos 69 anos, embora o máximo se verifica no escalão dos 10-14 anos. As mulheres são cerca de 10% do total de engajados e a maior parte delas, tal como crianças de tenra idade, viajam em família, que chega a congregar ascendentes idosos, numa primeira manifestação de emigração familiar, preferida por alguns fazendeiros que assim asseguravam a estabilidade dos colonos na suas propriedades: 11% dos passaportes de engajados são colectivos, onde seguem como acompanhantes filhos masculinos ou famílias completas. Se olharmos ao estado civil, os casados representam 29% (33% nas mulheres). No espectro profissional, a referência a "trabalhadores" é a mais citada (80%), seguida de lavradores, mas também seguem alguns alfaiates, carpinteiros, pedreiros, pescadores, serralheiros, ferreiros, serventes e até um farmacêutico. A grande distinção com a emigração não contratada está nos níveis de alfabetização: 79% dos engajados titulares de passaporte não sabem ler nem escrever. A sua naturalidade, apesar de residentes no Porto, é muito dispersa: 67% é natural do distrito, os restantes são exteriores, com relevo para os distritos próximos (Braga, Aveiro, Vila Real, Viana, em maior quantidade, e casos isolados de quase todos os outros distritos do Continente, incluindo as Ilhas), revelando a mobilidade geográfica que se verifica no distrito. Finalmente, deve dizer-se que embora o Rio de Janeiro seja o porto de destino dominante (93%), ainda há partidas para a Baía, Pernambuco e Rio

¹⁰³ Idem, *ibidem*.

Grande do Sul, embora em pequena escala. Enfim, uma imagem com algumas afinidades e especificidades em relação aos restantes grupos : predominância dos jovens do sexo masculino e solteiros, tal como a maioria da emigração, mas mais analfabeta e com menor diversidade sócio-profissional. Características que se conjugam com o perfil do colono já traçado por Maria Antonieta Cruz¹⁰⁴.

Nem todos os fazendeiros procediam do modo do Barão de Nova Friburgo, dinamizando redes tão vastas de angariação de colonos. Muitos deles esperavam a chegada dos navios para os contratar, e, depois, uma agência criada com o apoio do governo brasileiro, que lhe concedia 37\$500 rs. de subvenção por cada colono entrado no Brasil, encarregar-se-á de os colocar no mercado de trabalho, contratando-os na origem e cedendo-os a terceiros - foi a *Agência Central de Colonização*, que chegou a ter à sua frente o Barão de Mauá, normalmente apontado como a figura mais empreendedora do capitalismo brasileiro da época¹⁰⁵, comerciante, banqueiro, construtor de navios e o animador do caminho-de-ferro, que não podia deixar de se aperceber da necessidade de mão-de-obra europeia em quantidade para o desenvolvimento brasileiro, nomeadamente para o surto de obras públicas dos anos 50. Mas essa cedência dos colonos a terceiros, depois de muita polémica, a que se juntou a fuga permanente à oficialização dos contratos no consulado, levou o governo português a interditar os contratos feitos em Portugal para aquela agência, aspecto a que já nos referimos no capítulo anterior.

Ao chegar ao Brasil, o colono ia, pois, carregado com uma dívida. No caso dos "engajados" pela Associação Central de Colonização, e segundo o seu presidente em discurso ao parlamento brasileiro, essa dívida esquematizava-se do seguinte modo¹⁰⁶:

¹⁰⁴ Ob. cit., pp. 42-68.

¹⁰⁵ Cf. Graham, Richard, "1850-1870", in BETHELL, Leslie, *Brazil - Empire and Republic, 1822-1930*, Cambridge University Press, 1989, pp. 113 -160.

¹⁰⁶ Segundo transcrição em *O Commercio do Porto*, nº 272, de 22 de Novembro de 1859.

Passagem do Porto ao Rio de Janeiro.....	32\$000 fortes	
Dinheiro que recebe o emigrante do Porto para arranjos de viagens, passaporte, etc.....	12\$000	"
Agencia do Porto.....	2\$500	"
Contracto	1\$000	"
Dinheiro que recebe para comedorias desde o dia que assigna o contracto até à saída da barra a 100 reis diários, termo medio	3 3\$000	"
Soma.....	51\$100	"
Que ao cambio de 125, termo medio, dá em moeda brasileira.....	1 116\$000 fracos	
Abatida a esta quantia a subvenção garantida no decreto de 18 de Novembro de 1858.....	37\$500	"
Fica apenas	78\$000	"

Dívida a saldar ao longo dos 18 meses contratuais, mas que, não raro, se prolongava por três anos, dados os acrescentos posteriores. A quebra de contratação que se verifica nos anos sessenta, para além da polémica internacional gerada a seu propósito e do reconhecimento da incapacidade do processo para atingir os seus objectivos iniciais - multiplicar e fixar ao solo brasileiro população europeia - tem muito a ver com a crise que a sociedade brasileira atravessa por essa época. À guerra com os vizinhos (Paraguai) que esgota orçamentos e atrai as atenções, somam-se crises financeiras, como a de 1864, que arrasta figuras de proa, com destaque para a do banqueiro português Souto, para já não falarmos da própria falência de Mauá, um pouco mais tarde (1875).

Na década de 70, como já referimos, a política de atracção exercida pelos brasileiros consiste em favorecer a emigração espontânea, estabelecendo contratos com companhias transatlânticas de vapores para a introdução de imigrantes, com o prémio de 60\$000 rs. por cada um até determinados montantes: a ideia era de fazer diminuir o valor das passagens através daquela subvenção, tornando mais atraente o destino brasileiro, facilitando a deslocação e bastando ao transportador apresentar a lista de passageiros para receber o subsídio. Nem sempre se obteve resultado positivo¹⁰⁷, pelo que novas fórmulas serão ensaiadas. A partir de 1880 (lei nº 123 de 16 de Julho), o governo da Província de S. Paulo optará por conceder subsídios aos imigrantes espontâneos desembarcados (40\$000 rs. aos adultos e 25\$000 aos menores) para auxílio das despesas de viagem, ao mesmo tempo que assegura a hospedagem dos recém-chegados (no máximo de oito dias), e cria uma rede de delegados para a sua pronta colocação¹⁰⁸. Quadro que, sem dúvida, favoreceu o incremento da emigração por essa altura.

¹⁰⁷ Cf. MATTOS, Joaquim Duarte de, *Exposição do Estellionato aos Cofres do Brasil*, Porto, Typographia Central, 1875. Ainda do mesmo autor, "Emigração", *O Commercio do Porto*, de 25 de Dezembro de 1875.

¹⁰⁸ "Emigrantes para S. Paulo", *O Commercio do Porto*, de 9 de Junho de 1882.

5.9 - Mobilização inter e intra-distrital

Na sua configuração burocrática, o passaporte é um elemento de identificação para os emigrantes naturais do distrito do Porto ou aí residentes há pelo menos seis meses¹⁰⁹. O local de residência raramente era inscrito no passaporte, sendo privilegiada a naturalidade. Assim, à interrogação policial "de onde vem?", o passaporte fornece dois tipos de resposta, uma mais abrangente que, neste caso, significará a "área do distrito do Porto", enquanto espaço de residência, outra de pormenor, a indicação da proveniência original, indicando a terra aonde se nasceu, que, dada a natureza administrativa do certificado, se limita à indicação do "concelho", pois apenas uma vez ou outra se indica a freguesia.

O tipo de informação fornecido apresenta, então, limitações e virtualidades. Não dispondo nós dos processos que serviram de base à concessão dos passaportes, salvo um pequeno núcleo para os anos sessenta, processos que vinham instruídos, entre outros documentos, com a certidão de baptismo, nunca saberemos a mobilidade intra-distrital, isto é, não poderemos avaliar se um emigrante de Baião ou de Felgueiras experimentou deslocações internas prévias ao acto de emigrar, embora, naturalmente, não falem provas dispersas para muitos casos. Mas, por outro lado, este tipo de informação tem a vantagem de nos permitir avaliar o peso da mobilidade inter-distrital, podendo descer-se ao nível concelhio de origem. Podemos, assim, quantificar o peso da "emigração por etapas", ou seja, avaliar o número dos que emigram a partir do distrito do Porto, mas que anteriormente tinham já migrado das terras de suas naturalidades para esta região (podendo existir outras deslocações intermédias) e depois daqui partiam para o Brasil. Estamos, deste modo, perante mais um aspecto dos mecanismos selectivos da emigração:

¹⁰⁹ O passaporte só podia ser concedido pelo Governo Civil correspondente ao do domicílio do impetrante (cf. *Código Administrativo Portuguez de 18 de Março de 1842*, anotado, Lisboa, Imprensa Nacional, 1854). Dizia o Governador Civil do Porto: "*Este Governo Civil [...] não póde conceder, e effectivamente não concede, passaporte senão aos naturaes, ou domiciliados ha mais de seis mezes n'este Districto; todos os outros, que são os que formam o maior numero de colonos engajados, trazem os seus passaportes passados pelos Governos Civis do seu domicílio. Para qualquer individuo se habilitar a pedir passaporte como natural, ou domiciliado ha mais de seis mezes n'este Districto do Porto, é necessario que apresente, ou passaporte de transito, quando dista mais de cinco legoas d'esta Cidade, ou uma guia, quando dista menos, passada pelo respectivo Administrador do Concelho*". BARÃO DO VALLADO, *Relatorio apresentado á Junta Geral do districto do Porto na sua sessão ordinaria de 1859*, Porto, Typographia de Sebastião Jose Pereira, 1859, p.4. Só a a partir de 1896, com a nova legislação já referida no capítulo anterior (nota 55), se determina que o passaporte passe a ser requerido no distrito de naturalidade, excepto para os maiores de 30 anos que o podiam solicitar no distrito de domicílio.

se há em todo o Norte uma trama social em que assentam e se desenvolvem processos de exclusão familiar, a que se junta mais tarde a exclusão mais agressiva com base nas hipotecas da terra, a emigração não é, pelo menos em todas as épocas, a etapa mais acessível. O êxodo rural, a ida para a cidade e suas zonas envolventes, ocupando os nichos de mercado de trabalho deixados pelos emigrantes anteriores, torna-se a primeira etapa para os candidatos à emigração que não dispõem de meios económicos ou protecção familiar, que não estão inseridos nas redes migratórias, que não têm acesso aos meios de saída para o lado de lá do Atlântico. Esta etapa urbana ou peri-urbana assume, pois, importância a dois níveis:

a) permite o aforro indispensável aos gastos com a viagem ou facilita a inserção nas redes existentes, nomeadamente, através dos contactos com o comércio luso-brasileiro, fornecendo o "conhecimento" necessário à emigração;

b) facilita o processo de ruptura psicológica com o horizonte paroquial de origem, gradualizando a mudança de paisagem e a interiorização de deslocado que o emigrante necessariamente vive. Não é, por acaso, que no conjunto das biografias que temos disponíveis, os emigrantes de sucesso viveram, em grande parte, este processo gradual de emigração, aprendendo a mover-se em ambientes sucessivamente mais amplos em todos os sentidos, sem terem experimentado a ruptura abrupta entre o seio familiar e a nova sociedade de adopção, ruptura que se tornou fatal para muitos jovens que partiam cheios de esperança.

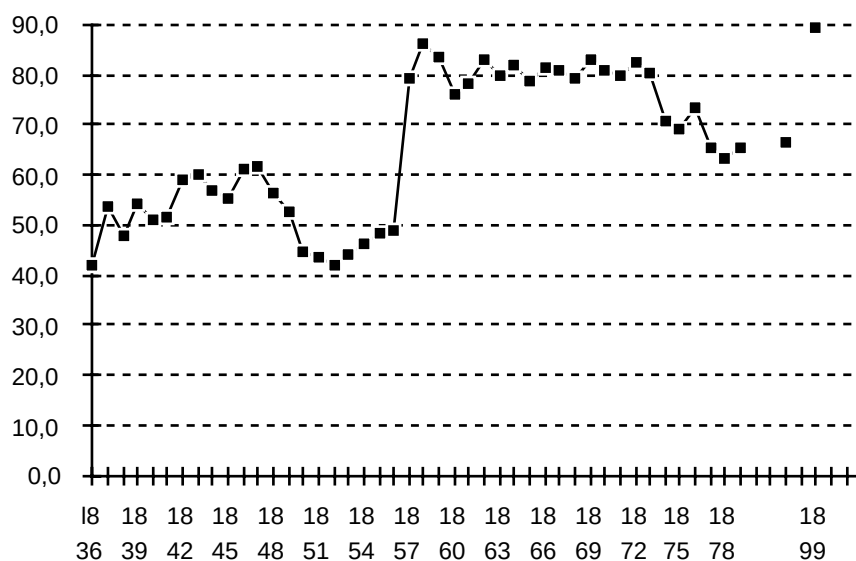
Descendo aos poucos processos existentes, confirma-se, caso a caso, esta emigração por etapas. Joaquim Antonio Sampaio veio de Castelo Branco para agente de Polícia, no Porto, onde serve dois anos, partindo depois para o Rio de Janeiro, com 42 de idade. Manuel Rodrigues Cabedo, de Mesão Frio, marceneiro, vivia na "ilha" do Carqueijeiro, no Bonfim, acabando por emigrar, depois de isento do recrutamento, aos 23 anos; João Bernardino de Faria, de Vila Nova de Cerveira, já era caixeiro em S. Nicolau, quando partiu para o Brasil, aos 15 anos; Jose Gomes da Cunha, era de N^a S^a de Oliveira (Guimarães), mas tornara-se ourives em Cedofeita, quando embarca, já casado, em 1867, aos 27 de idade¹¹⁰. E seria um nunca mais acabar de exemplos no movimento contínuo de chegada e partida, que atinge os mais diversos estratos sócio-profissionais, num mecanismo de rotação em que a cidade do Porto ocupa, sem dúvida, o lugar de principal plataforma, simultaneamente atractiva e repulsiva.

Partindo dos dados existentes, e conferindo-lhe a relativização inerente ao facto de apenas se contabilizarem os titulares de passaporte, pois para os acompanhantes não é

¹¹⁰ A.G.C.P, *Maço com processos de passaportes*, M624

registado este tipo de informação, podemos observar uma grande flutuação no nível percentual dos emigrantes naturais do distrito (Gráf. 5.15). Na fase inicial do período em estudo, a componente portuense da emigração oscila entre os 40 e os 60 % do fluxo, ou seja, apenas metade desta emigração é de naturais do distrito, o que nos prova a antiguidade da intensa mobilidade geográfica no Noroeste, já que tais números antecipam a imagem que nos é fornecida a este respeito pelo censo de 1890, o primeiro a fornecer indicações sobre esta variável. Para os primeiros tempos (anos 30 e 40) não custa reconhecer algum efeito causal sobre a mobilidade geográfica nos fenómenos de desestruturação social e económica provocada pela guerra civil e reformas liberais e até ao efeito da guerra em si mesma, como fenómeno de mobilização militar, pois muitos recrutados, uma vez licenciados, não mais voltaram às terras de naturalidade, ficando-se pela cidade - inúmeros testemunhos nos referem este fenómeno, desde a imprensa a documentos administrativos.

**Gráf. 5.15 - Emigração no distrito do Porto
- os naturais do distrito (%)**



Só a partir de 1857 o êxodo dos forasteiros diminuiu, como se a primeira grande vaga emigratória, que decorria desde 1851, tivesse secado substancialmente o seu caudal. Verifica-se, então, alguma acalmia na contratação de "engajados", a qual tinha facilitado a saída desses forasteiros, os mais débeis economicamente, e a contratação passou a usar procedimentos mais selectivos, pois as primeiras vagas de colonos apresentavam pouca

qualidade para os trabalhos pesados das fazendas, dando pouco resultado e originando muitos conflitos. Como vimos atrás, as recomendações do Barão de Nova Friburgo, datadas de 1858, são elucidativas a este respeito - os colonos deviam ser jovens e rurais, que não tivessem vivido em vilas ou cidades. A emigração directa dos distritos e concelhos mais interiores sobe, então, em flecha, e o seu fluxo iguala e/ou ultrapassa o do Porto (Graf.5.14), mercê da amplificação das redes de engajamento¹¹¹. O contingente de naturais do Porto passa, a partir de 1857, a oscilar em torno dos 80% do fluxo migratório distrital, mas num contexto de clara diminuição de efectivos. O fluxo tradicional que saía do Porto para o Brasil mantém-se, algo indiferente às mutações conjunturais, sejam de natureza expulsiva ou de natureza atractiva, guiando-se mais pela inércia das redes familiares e comerciais, e essa manutenção confere-lhe proporcionalmente uma maior peso relativo.

Nos meados da década de 70 vamos assistir a uma descida percentual no contingente dos portuenses, que estabiliza à roda dos 65%, de novo num contexto de incremento da emigração subsidiada, embora em novos moldes. Este nível permanece até aos meados da década de noventa¹¹², mais precisamente até à legislação que impõe a passagem do passaporte no distrito de naturalidade para os menores de 30 anos, pormenor que inclui quase toda a emigração dos deslocados. Sublinhe-se a importância desta interferência burocrática, a condicionar a leitura das estatísticas oficiais. Assim, estas passam, daqui para a frente, a esconder esta mobilidade interna que temos vindo a evidenciar, sugerindo que toda a emigração se faz a partir da terra de naturalidade, o que provoca a imagem do alastrar da emigração a todo o País. Na realidade, os jovens que partem previamente para o litoral, em especial para as cidades de Porto ou Lisboa, vêm-se obrigados a ir à terra tirar o respectivo passaporte, ocultando-se as migrações prévias. Por outro lado, estas são, como estamos a verificar, mais usuais do que as informações anteriores a 1896 (baseadas no local de emissão do passaporte) sugeriam, pois estavam escondidas atrás da concentração das partidas nas grandes cidades, primeiro no Porto e depois também em Lisboa. Assim se explica que no ano de 1899, representado no gráfico, a participação de naturais do Porto atinja os 90%, mas a exigir esta leitura diferenciada da aplicada às estatísticas anteriores aqui apresentadas.

Descendo a uma análise mais pormenorizada (Quadro 5.14-a,b,c), observe-se o peso relativo que o distrito de Braga tem nesta emigração, oscilando em torno dos 20%

¹¹¹ É possível que se verificasse, mercê da legislação dos meados da década de 50 que recorda constantemente o cumprimento das leis anteriores, uma maior vigilância sobre os procedimentos da concessão de passaportes, com alguma interferência a este nível.

¹¹² Por exemplo, para os anos de 1885, 1886, 1887 e 1888 a participação dos naturais do distrito na emissão de passaportes foi de 69, 66, 68 e 70%, respectivamente.

até 1856. A contiguidade territorial com o Porto é, naturalmente, a explicação para esta emigração, que implica um movimento ainda maior de mobilidade interna como suporte. Este quadro implica que saíssem como emigrantes do Porto um número variável de bracarenses que se aproxima frequentemente do meio milhar, atingindo mesmo o milhar na "febre" de 1855. Segue-se-lhe Aveiro, bastante distanciado e oscilante entre os 5 e os 15%. Viana, Vila Real e Viseu completam o quadro geográfico da grande emigração do Noroeste, gravitando em torno do Porto, num processo por etapas que temos de reconhecer como importante. Com a diminuição da emigração nos anos sessenta e o incremento das partidas directas, diminui drasticamente a participação dos distritos confinantes. Quando, nos meados de 70 essa participação volta a crescer, o distrito de Braga já não recupera a representatividade anterior. A situação apresenta-se, agora, mais difusa e repartida, com o distrito de Aveiro a subir ao segundo lugar na composição deste fluxo da emigração, mas com uma quota pouco acima dos 10% do total¹¹³.

A classificação "outros", a que tivemos de recorrer para não tornar demasiado extensa a apresentação dos dados, agrega informações mais dispersas geograficamente e pouco significativas, sob o ponto de vista quantitativo. Para além dos outros distritos do continente, surgem, de vez em quando, açorianos e alguns brasileiros de naturalidade, embora portugueses por opção.

¹¹³ Insistimos, esta emigração dos diversos distritos representa apenas os emigrantes que residiam no Porto, isto é, os que saíram com passaporte emitido por este governo civil, não se contando a emigração directa dos distritos de origem.

**Quadro 5.14a - Emigração do distrito do Porto -
naturalidades dos titulares de passaportes (1836-49)**

**Quadro 5.14b – Emigração do distrito do Porto –
naturalidades dos titulares de passaportes (1850-64)**

[illegible]

São filhos de pais portugueses que retornaram, trouxeram consigo os filhos e estes, ao atingirem a idade conveniente, partem de novo para a terra que os viu nascer, ou filhos de portugueses que ainda lá permanecem, que vieram estudar a Portugal e regressam no final dos seus estudos, ou vieram mesmo estrategicamente com a finalidade de tornear o recrutamento.

Veja-se, a esse respeito, o caso de Domingos Ribeiro Guimarães (14 anos), natural do Rio Grande do Sul e filho de um português do mesmo nome aí emigrado, que parte com passaporte do Porto (nº 1982, em 1867). Aproveite-se para observar o papel das redes comerciais na resolução dos problemas familiares, através da carta do pai ao seu correspondente Sebastião Moreira Sampaio, onde as recomendações para o filho surgem entrecruzadas com notícias sobre remessas de facas e cebolas:

"Amigo e Senhor

Tenho em meu poder seu estimado favor de vinte e seis de Fevereiro. Copiando dous conhecimentos de generos que me remete a minha consignação pelo Brigue Esperança logo que chegue tomarei conta. Junto duas contas da venda numeros vinte e cinco e vinte e seis na importancia de reis duzentos setenta e tres mil cento e vinte e cinco liquido produto das facas e cebolas. Emcluzo uma letra a seu favor sacada por Banco Mauá & C^a sobre Londres de sessenta e duas livras, sendo ao cambio de vinte e quatro por cento para pagamento das duas contas de vendas, e o resto que são cento e cinquenta e tantos mil reis moeda forte para as despesas de meu filho que fará favor mandar-lhe fazer roupa conforme a nota junta, alem da nota algumas miudezas, mas que sejam precisas. Desde já vocemecê fica autorizado embarcar meu filho na Barca Minerva quando regreçar para esta, como o dinheiro não chega para a passagem do mesmo vocemecê sacará a importancia da mesma passagem em huma letra contra mim sendo passagem á ré. Recomendallo ao Capitão pois eu ja aqui lhe fallei a tal respeito. Enquanto ao Collegio vocemecê já deve ter pago athe trinta de Junho será bom só pagar os mezes que elle tenha a frequentar athe seu embarque julgo que a Barca Minerva venha com escala pelo Rio de Janeiro vocemecê só pagará passagem athe ao Rio de Janeiro daquella Cidade para esta darei ordem para elle vir no vapor e para isso lhe remeterei huma carta de ordem para elle trazer e entregalla no Rio de Janeiro ao meu correspondente. Mais hum favor tenho a pedir ao meu amigo que bem a ser tirar-lhe o passaporte de Portuguez - sendo preciso prestar-lhe ahi a fiança para elle poder obter o passaporte. Como elle não está em Parochia alistado talvez nunca entrará no sorteio e cazo entre nelle eu estou prompto a pagar a quantia que o fiador for responsavel: pois não me convem de forma alguma que meu filho venha como Brasileiro, os que tem vindo dessa

*com o passaporte de portuguez todos elles estão livres logo que tenham dado ahí a fiança. Os seus generos ainda estão em ser como lhe comuniquei em dezassete do corrente..."*¹¹⁴

Voltando à análise das naturalidades dos emigrantes, se utilizarmos a informação mais minuciosa do anexo 5.9, podemos descer ao nível concelhio e localizar centros onde esta migração para o distrito do Porto mantém uma certa estabilidade e atinge volumes significativos, enquanto outros surgem esporadicamente, com oscilações bruscas. Há concelhos que continuamente enviam dezenas (por vezes centenas) de homens para o Porto: Feira e Oliveira de Azeméis, em Aveiro, Vila Nova de Famalicão, Guimarães, Barcelos, Fafe, no distrito de Braga, são os melhores exemplos. Já concelhos como Póvoa de Lanhoso ou Vieira, em Braga, surgem com quantitativos muito variáveis, o mesmo acontecendo com os concelhos do distrito de Vila Real e Viseu. Os primeiros, além da sua maior contiguidade geográfica, apresentavam, porventura, uma maior similitude na estrutura social, onde o papel do dispositivo da "doação" libertava anual e continuamente um certo excedente populacional. Os segundos, mais afastados geograficamente, apresentariam diferenças de estrutura social significativas, com a partilha das terras mais incrementada, debilitando a sociedade em geral, tornando-a mais sensível à qualidade das colheitas e crises de produção e consumo, funcionando a migração como a válvula de escape nos momentos de maior aflição. Uma hipótese explicativa que só outros tipos de estudos podem confirmar.

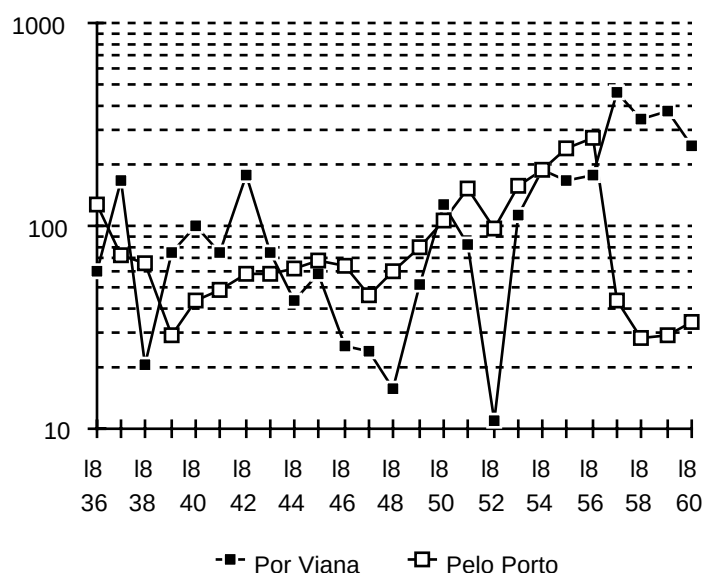
De qualquer modo, esta migração interna prévia à emigração assume uma importância que não se pode ignorar, em termos de pesquisa social. Constitui até um exemplo flagrante das dificuldades de análise dos movimentos migratórios, que, pela sua natureza, são incompatíveis com a vocação positivista do quantitativismo rigoroso, pois confrontamo-nos com movimentos fúgidios ao observador, qual areia que se escapa por entre os dedos da mão. Um exemplo claro é o que se passa em relação ao distrito de Viana, o único que, neste contexto, podemos utilizar, por estarem contabilizados os passaportes emitidos no respectivo Governo Civil para este período¹¹⁵. Comparando o volume de emigrantes de Viana saídos com passaporte aí emitido com o volume de emigrantes naturais do mesmo distrito, mas com migração prévia para o Porto e que aqui requereram o respectivo passaporte, observa-se a existência de épocas em que a emigração derivada da migração interna se sobrepõe à oficialmente considerada de Viana (Gráf. 5.16). No total do período (1836-1860) a emigração de Viana com passaporte do Porto (2243 indivíduos) é de 68% relativamente à saída com passaporte emitido naquela

¹¹⁴ A.G.C.P., *ibidem*.

¹¹⁵ Cf. RODRIGUES, Henrique Fernandes, *ob. cit.*

cidade (3276). Mas se contabilizarmos o período anterior a 1857, ano-charneira como vimos, aquela emigração pelo Porto ultrapassa a de Viana: entre 1836-1856, partem com passaporte do Porto 2109 vianenses, enquanto com passaporte do governo civil de Viana só o fazem 1846 indivíduos¹¹⁶.

**Gráf. 5.16 - Emigração de Viana
- com passaporte por Viana
e pelo Porto**



Fonte:

RODRIGUES, Henrique Fernandes, ob.cit., p. 103

(para os passaportes de Viana)

A observação do gráfico sugere mesmo a complementaridade das duas vias, já que as oscilações apresentam uma tendência alternativa, mostrando que o excedente demográfico sairá sempre, optando conforme a conjuntura entre a emigração ou a migração interna. Quer dizer, quando o apelo transatlântico não exerce muita pressão e a partida se apresenta com custos elevados, as populações rurais dirigem-se numa primeira fase para a cidade e seus arredores, numa atracção urbana que é também incentivada por

¹¹⁶ Não se confunda esta emigração dos vianenses com passaporte emitido pelo Porto com a que sai da barra do Porto mas com passaporte emitido por Viana: esta era fiscalizada através dos "vistos" no passaporte que consigo traziam os emigrantes. Naturalmente, ambas se juntavam à saída, enquanto a barra do Porto não foi sofreu a concorrência da de Lisboa. Além disso, havia as saídas directas de Viana para o Brasil, embora em pequena escala.

momentos de estabilidade e de crescimento económico. Aí se radicam ou procuram o pecúlio que lhes permitirá fazer face aos "preparos" da partida ulterior, porque esse era o seu objectivo inicial ou porque o passou a ser, em função de velhas ou novas expectativas. A etapa urbana ultrapassa-se quando o apelo exterior exerce grande pressão, através dos contratos, das viagens subsidiadas, e a cidade apresenta sinais de crise: o fluxo emigratório rapidamente esgota a massa flutuante de forasteiros e vai depois às terras de origem, utilizando vias mais rápidas e directas.

Sublinhada a importância das migrações internas e o seu papel na emigração, fenómeno que explica a compatibilidade das altas taxas migratórias do Porto, frequentemente no limiar do saldo fisiológico, com um notável crescimento demográfico do distrito no seu conjunto, importa agora descer um pouco mais no grau de observação e determo-nos na emigração dos naturais do distrito, a um nível concelhio. A volubilidade concelhia do século passado traz alguns problemas à delimitação geográfica desta análise, que convém esclarecer. A herança administrativa do Antigo Regime que congregava terras de diferente estatuto e extensão - concelhos, coutos e honras - trouxe uma multiplicidade de concelhos, uma vez que a reforma liberal de Mouzinho da Silveira, neste aspecto, quase se limitou a declarar como concelhos aqueles tipos de delimitação administrativa. A pulverização daí resultante, a desigualdade de extensão territorial, demográfica e fiscal, levou a sucessivos arredondamentos, no sentido da sua diminuição, e a contínuas (des)agregações, pelo que se tornava difícil trabalhar com a dança de concelhos emergentes ou suprimidos, dados os objectivos comparativos do exercício. Assim, optámos por trabalhar estaticamente com o quadro administrativo do final dos anos 50, que, salvo alterações de pormenor, se manteve até aos nossos dias para o distrito do Porto, efectuando os ajustamentos necessários, ou seja, integrando os dados referentes aos concelhos suprimidos nos concelhos que absorveram posteriormente os respectivos territórios.

Por razões de apresentação os resultados surgem agrupados por quinquénios, sempre que possível (Quadro 5.15), podendo realizar-se uma leitura anual através dos dados em anexo (5.9). Este exercício impõe a aceitação de dois pressupostos à partida: 1) a neutralização do efeito das migrações internas em direcção ao distrito, as quais tiveram uma grande concentração na cidade do Porto¹¹⁷, mas não deixaram de alastrar com maior ou menor intensidade ao restante espaço; 2) a neutralização do efeito das migrações intradistritais, que não são detectáveis pelo tipo de fonte utilizada.

¹¹⁷ Basta dizermos que a proporção da população da cidade do Porto no total do distrito cresce sempre, adensando a urbanização. Alguns números (população da cidade/população do distrito): 1855 - 16% ; 1864 - 20% ; 1878 - 23% ; 1890 - 27%.

Quadro 5.15 - Emigração dos "naturais" do distrito do Porto

Nºs absolutos

Concelhos	Períodos										
	1836-	1840-	1845-	1850-	1855-	1860-	1865-	1870-	1875-	1889	1899
	1839	1844	1849	1854	1859	1864	1869	1874	1879	-	-
Total	2726	4813	5362	7260	12749	8824	8398	13746	9549	2026	1522
Amarante	76	254	284	563	787	572	371	645	407	189	68
Baião	73	62	39	106	473	201	241	498	262	69	77
Bouças	99	306	331	272	436	385	436	748	697	152	119
Felgueiras	190	290	223	397	651	540	436	627	524	96	45
Gondomar	123	234	390	604	885	656	702	1044	735	163	112
Lousada	111	198	189	296	545	415	332	422	265	44	44
Maia	252	297	332	401	542	305	320	669	520	107	71
Marco C.	16	86	85	161	413	439	267	563	315	71	46
Paços F.	27	122	76	199	398	336	223	381	280	67	24
Paredes	53	133	244	363	715	698	393	654	464	94	66
Penafiel	202	268	366	606	1204	757	516	933	622	126	78
Porto	789	1089	845	1138	1990	1213	1301	1939	1110	195	232
Póvoa V.	46	103	109	179	332	259	461	629	555	99	121
S. Tirso	84	190	155	429	690	410	367	677	544	111	71
Valongo	45	68	120	201	500	273	203	367	254	52	47
Vila do C.	212	213	274	507	588	436	575	758	531	165	115
V.N. Gaia	265	879	1262	831	1594	920	1223	2178	1463	226	184
Indeter.	63	21	38	7	6	9	31	14	1		2

Em %

Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Amarante	2,8	5,3	5,3	7,8	6,2	6,5	4,4	4,7	4,3	9,3	4,5
Baião	2,7	1,3	0,7	1,5	3,7	2,3	2,9	3,6	2,7	3,4	5,1
Bouças	3,6	6,4	6,2	3,7	3,4	4,4	5,2	5,4	7,3	7,5	7,8
Felgueiras	7,0	6,0	4,2	5,5	5,1	6,1	5,2	4,6	5,5	4,7	3,0
Gondomar	4,5	4,9	7,3	8,3	6,9	7,4	8,4	7,6	7,7	8,0	7,4
Lousada	4,1	4,1	3,5	4,1	4,3	4,7	4,0	3,1	2,8	2,2	2,9
Maia	9,2	6,2	6,2	5,5	4,3	3,5	3,8	4,9	5,4	5,3	4,7
Marco C.	0,6	1,8	1,6	2,2	3,2	5,0	3,2	4,1	3,3	3,5	3,0
Paços F.	1,0	2,5	1,4	2,7	3,1	3,8	2,7	2,8	2,9	3,3	1,6
Paredes	1,9	2,8	4,6	5,0	5,6	7,9	4,7	4,8	4,9	4,6	4,3
Penafiel	7,4	5,6	6,8	8,3	9,4	8,6	6,1	6,8	6,5	6,2	5,1
Porto	28,9	22,6	15,8	15,7	15,6	13,7	15,5	14,1	11,6	9,6	15,2
Póvoa V.	1,7	2,1	2,0	2,5	2,6	2,9	5,5	4,6	5,8	4,9	8,0
S. Tirso	3,1	3,9	2,9	5,9	5,4	4,6	4,4	4,9	5,7	5,5	4,7
Valongo	1,7	1,4	2,2	2,8	3,9	3,1	2,4	2,7	2,7	2,6	3,1
Vila do C.	7,8	4,4	5,1	7,0	4,6	4,9	6,8	5,5	5,6	8,1	7,6
V.N. Gaia	9,7	18,3	23,5	11,4	12,5	10,4	14,6	15,8	15,3	11,2	12,1
Indeter.	2,3	0,4	0,7	0,1	0,0	0,1	0,4	0,1	0,0		0,1

É, portanto, um exercício reducionista, que nos coloca perante uma parte apenas da emigração, nas proporções acima referidas, que variam entre 40 a 90% do fluxo (Quadro 5.14), e que apenas nos permite avaliar grosseiramente qual seria a emigração específica do distrito se não existisse o efeito da atracção litoral e urbana deste espaço.

Em termos quantitativos e absolutos, a fieira dos 5 concelhos litorais (num total distrital de 17) garante sensivelmente metade deste fluxo migratório: são concelhos populosos (V.N. de Gaia, Porto, Vila do Conde, Bouças e Póvoa de Varzim), aonde a tradição migratória tem um grande peso que remonta ao século XVIII. Os concelhos de V.N. de Gaia e Porto garantem só por si cerca de 30% das saídas e ocupam alternadamente a primazia no número de emigrantes.

A emigração deve, no entanto, ser confrontada com o potencial demográfico que a sustenta, pois só assim, podemos avaliar em termos relativos a intensidade migratória (Graf. 5.16). Assim, podemos desde logo verificar que, no que respeita aos seus naturais, o espaço urbano do Porto, apesar de produzir mais emigração em números absolutos, se torna um meio social menos expulsivo do que o rural, pois apresenta taxas de emigração comparativamente mais baixas, numa tendência descendente, o que, conjugado com a crescente atracção urbana, só será possível através de um efectivo crescimento económico, capaz de absorver cada vez mais força de trabalho. Repare-se que, por 1855 e 1864, só o concelho interior de Baião apresenta uma taxa bruta de emigração mais baixa, embora em 1855 essa situação se verifique ainda com a Póvoa e o Marco de Canavezes. Para os restantes concelhos as taxas flutuam a níveis mais elevados do que os do espaço urbano, devendo sublinhar-se que concelhos limítrofes ou próximos do Porto, mas a leste, ou seja, ainda sem grande nível interiorização (Valongo, Penafiel, Gondomar, Paredes), com contactos frequentes com a cidade, são os que apresentam maiores níveis de emigração relativa.

A forte atenuação da emigração na zona urbana (de 5,8%, em 1855, para 1,4%, em 1890) e a manutenção, com ligeiras oscilações nos indicadores das zonas rurais mostra que, se a cidade oferece melhores condições aos seus habitantes, em termos de mercado de trabalho, já não seduz o camponês com a força atractiva de antigamente. Nos finais do século o êxodo rural encontrou uma saída mais directa na emigração.

Quadro 5.16 - Taxas de emigração por concelhos
("naturais" do distrito)
(‰)

Concelhos	*1855	*1864	*1878	1890
Amarante	6,2	3,6	2,7	6,0
Baião	4,2	2,3	2,4	3,0
Bouças	6,3	4,3	6,7	5,5
Felgueiras	6,5	5,7	5,1	4,4
Gondomar	9,6	6,1	6,1	5,2
Lousada	6,3	5,1	3,5	2,8
Maia	6,9	3,0	6,6	5,7
Marco C.	2,6	3,4	2,5	2,6
Paços F.	8,4	5,2	5,5	5,9
Paredes	8,5	6,4	5,2	4,8
Penafiel	8,3	4,6	4,3	4,1
Porto	5,8	2,6	2,1	1,4
Póvoa V.	3,4	2,9	5,4	4,4
S. Tirso	7,4	3,4	4,9	4,3
Valongo	12,0	5,6	5,4	4,7
Vila do C.	7,6	5,1	4,2	6,5
V.N. Gaia	7,2	3,7	5,4	3,5
Total	6,5	3,9	4,1	3,7

* Usaram-se médias quinquenais para cálculo das taxas

5.10 - Viagens e destinos brasileiros

Em múltiplas biografias que deram a palavra ao emigrante o fantasma do naufrágio está presente desde o momento da partida. A perigosa barra do Douro tinha deixado marcas na memória colectiva e, de tempos a tempos, encarregava-se de recordar essa perigosidade. Seria sempre com uma certa desconfiança que o emigrante sentia o navio deslizar até à barra, olhando com circunspecção para o *João Boi e filhos*, o *Ferro*, o *Picão*, o *Guião*, o *Touro*, e outras massas graníticas que emergiam da corrente ou ficavam submersas a pouca profundidade e se perfilavam antropomorficamente, num complexo de restingas e canais que delimitavam caminhos e vigiavam destinos¹¹⁸. Era

¹¹⁸ Uma imagem da barra do Douro com a identificação dos rochedos, para os finais do século XVIII, sugestiva das dificuldades de navegação, pode ser observada in COSTA, Agostinho Rebello da, ob. cit. (Planta geográfica da barra da cidade do Porto). Sobre o quebramento dos rochedos, cf. "Relatório sobre os

com um certo alívio que, já no alto mar, sentiam os saltos ágeis dos barqueiros das "catraias" para desamarrar as cordas que tinham permitido guiar o navio e evitar os escolhos do percurso. Dificuldades que, paradoxalmente, tinham feito a grandeza antiga de um porto, libertando-o naturalmente dos ataques inimigos, mas que agora, em tempos de navegação muito activa e de navios de calado cada vez maior, sufocavam a vida portuária e a condenavam à extinção. Na década de 50, a navegação veleira ainda conheceu um período de euforia, com a emigração subsidiada, e há notícias de grande actividade nos estaleiros do Ouro, Gaia e Vila do Conde. Em Fevereiro de 1857 a Praça do Porto registava como propriedade de armadores locais 130 navios de diversa natureza (galeras, barcas, brigues, patachos, escunas, palhabote, hiates e rascas, além de 3 vapores), embora nem todos se destinassem à carreira do Brasil¹¹⁹. Mas em 1858 a quebra de actividade nos estaleiros era já notória: de 1855 a 1858, o número de embarcações construídas foi respectivamente de 25, 35, 24 e 10, a substituição das velhas embarcações era cada vez mais lenta, envelhecendo e tornando mais penosas as viagens.

Por essa altura, já se faziam sentir os sinais do futuro, com as notícias da vulgarização do vapor. Futuro que, para a barra do Douro, será a do estiolamento, dada a incapacidade de os vapores manobramem satisfatoriamente e dos resultados desastrosos dos que o tentaram¹²⁰. Porto preferido e quase monopolista da emigração do Norte de Portugal para o Brasil, a barra do Douro vai sofrer um processo de esvaziamento

melhoramentos da barra e foz do Douro", *O Commercio do Porto*, nº 229, de 9 de Outubro de 1858. Depois do quebramento passaram a ter acesso à barra navios que exigissem de 16 a 20 pés de água, enquanto antes o limite se ficava pelos de 15 pés. No entanto, aqueles só o poderiam fazer nos dez dias de marés vivas em cada mês. Em época de cheias, a barra do Douro tornava-se inacessível, dirigindo-se muitos navios, nessas ocasiões a Vigo, para desembarcar ou para esperar a entrada no Douro. Cf. ainda KENDALL, Henrique Carlos de Meirelles, *Exposição apresentada a S.Exc^a o Snr. Cons. João de Sousa Calvet de Magalhães relativamente às obras de adaptação do Porto de Leixões ao serviço comercial e suas ligações com as linhas férreas do Estado*, Porto, Typographia Progresso, 1908.

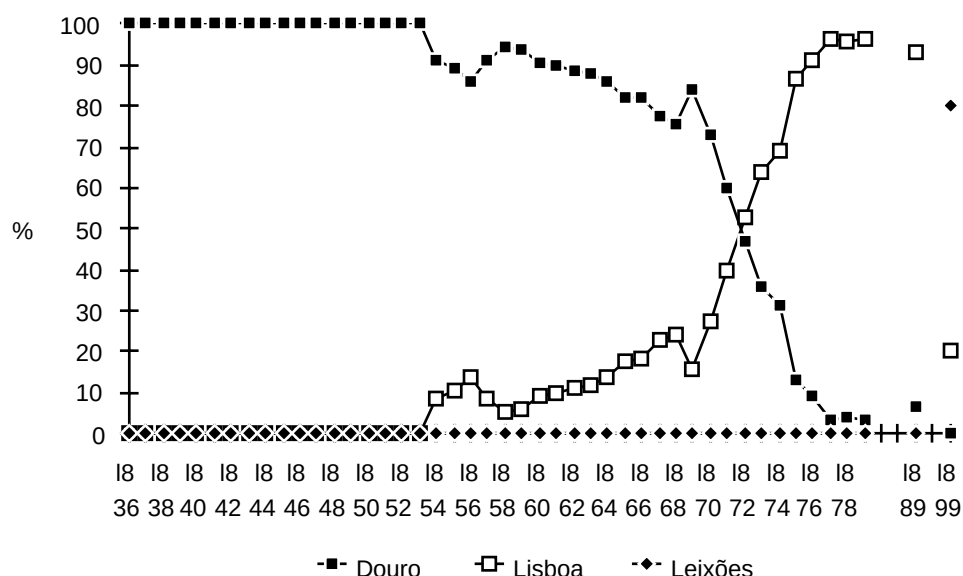
¹¹⁹ BARÃO DO VALLADO, *Relatorio Apresentado á Junta Geral do Districto do Porto na sua Sessão Ordinaria do Anno de 1857*, Porto, Typographia de Sebastião José Pereira, 1857, mapa nº 13.

¹²⁰ Em Fevereiro de 1847, naufragou nas pedras de "Felgueiras" o *Duque do Porto*, que tinha saído a barra para rebocar um navio, perecendo os 17 tripulantes. Em 29.3.1852 foi o célebre naufrágio do vapor *Porto*, que desgobernado, encalhou na pedra do "Touro", tendo morrido 91 pessoas. Em 17.8.1860 o *Corratin*, inglês encalha num baixio. Em 3.9.1872, foi a vez do vapor *Beta*, também inglês, encalhar contra as pedras "Prolongas". Em 3.1.1879 foi o *Olga*, inglês, na Foz, que colidiu com outro francês. Mas a situação dos "veleiros" também não era muito favorável: em 9.10.1844, o iate *Activo* foi de encontro à pedra "João Boi" e afundou-se; em 9.10.1844, o iate *S. João Baptista* foi sobre as pedras da Cantareira, onde encalhou; em 11.11.1852, o *Aurora Liberal* bateu na pedra do "Dente" e naufragou imediatamente; em Março de 1855 a galera *Campos 1º* garrou no fundeadouro e perdeu-se à entrada do Douro, na "Meia Laranja"; em 10.10.1860, o caíque *Nugra* que garrou, foi contra outra embarcação e afundou-se pouco depois. Em 28.12.1860, a galera *Flor do Porto* rebentou as amarras durante a cheia do Douro e foi desfazer-se na barra. Nesse mesmo dia, o patacho sueco *Hedwige* naufragou próximo ao Castelo e a galera brasileira *Linda Russiana*, arrastada pela corrente, encalhou no Cabedelo. No dia seguinte, o iate *Alliança* arrastado pela corrente acaba por desaparecer no mar. Etc. Cf. CABRAL, Francisco, *Naufrágios e acidentes Marítimos na Costa Portuguesa (1823-1986)*, Matosinhos, Stella Maris de Leixões, 1987.

progressivo, cuja cronologia se pode observar pela representação gráfica dos portos de saída dos emigrantes (Gráf. 5.17).

Até aos anos 70 as viagens do Porto para o Brasil faziam-se, portanto, de veleiro, a sair da barra do Douro, pois só uma pequena percentagem tomava o caminho de Lisboa para embarcar nos paquetes, mais cómodos e rápidos mas ainda muito caros. De veleiro, na companhia de amigos e conhecidos a tentarem a mesma aventura, viaja-se durante 40-42 dias até chegar ao Rio de Janeiro, com preços de passagem que oscilavam entre os 30 a 40\$000, às vezes um pouco menos, na casa dos 20\$000, conforme o lugar, a época e a situação do mercado.

**Gráf. 5.17 - Emigração do distrito do Porto
- portos de saída (%)**



Se por vezes havia queixas, contra a comida, o alojamento (sobretudo por carga excessiva, apesar dos regulamentos), factos que eram públicos e notórios no período negro dos "colonos", deve dizer-se que também se verificavam louvores públicos ao pessoal de diversas embarcações, podendo concluir-se pela existência de dois tipos de embarcações - as de baixa qualidade, que viajavam quase sempre a frete ou aproveitando a componente mais pobre do mercado de passageiros, e as de um nível mais elevado, para os mais endinheirados e de posição social mais refinada. As barcas *Rápida*, *Fé* e *Temerária* procuravam atrair este último público, por isso o respectivo proprietário colocava longos anúncios nos jornais, tornando público o regulamento de bordo, os cuidados com os alimentos e alojamento e até anunciava a ementa. Esta torna-se

particularmente curiosa, por nos revelar a monotonia das refeições, apesar de anunciadas de tal modo que deveriam ser excepcionais, bem como os horários das refeições impostos pelo ritmo da luz natural.

*Tabela da qualidade de comida diária para os passageiros de pros
das barcas RAPIDA, FÉ e TEMERÁRIA*

Dia da Semana	Almoço	Jantar	Ceia
Domingo	Carne com batatas e café	Sopa de macarrão e carne cozida	Arroz com carne
Segunda-feira	Bacalhau com batatas	Caldo de feijão e carne cozida	Sardinhas e batatas
Terça-feira	Carne com feijão	Caldo de arroz e carne cozida	bacalhau com batatas
Quarta-feira	Sardinha e farinha de mandioca	Caldo de feijão e carne cozida	Arroz com bacalhau
Quinta-feira	Bacalhau com batatas	Caldo de arroz e carne cozida	Sardinha com batatas
Sexta-feira	Sardinha com batatas	Caldo de feijão e bacalhau c. batatas	Far. mandioca c. bacalhau
Sábado	Bacalhau com batatas	Caldo de feijão e bacalhau c. batatas	Arroz e sardinha

Comidas em abundância, cada passageiro terá um arratel de biscoito de milho.

nos dias de semana e aos domingos um arratel de biscoito de trigo e 1/2 quartilho de vinho

Nos primeiros 8 dias o caldo será misturado com hortaliça.

Almoço às 8 horas, jantar ao meio dia e ceia às 5 horas.

Fonte : Anúncio de "O Commercio do Porto", 6 de Janeiro de 1857 (adpat.).

Tudo indica que a grande maioria das viagens eram pacíficas, sendo muito raros os casos de naufrágio ou de grandes dificuldades com tempestades que detectámos através dos jornais, facto que não impede o temor dos passageiros, quase todos jovens e no seu baptismo de navegação. Mas parece que a parte mais perigosa era de facto a saída da barra do Douro.

A vitória do vapor vai ser, porém, a derrota da barra do Douro. Em 1850, a *Royal Mail Steam Packet* anunciava viagens luxuosas nos seus vapores que saíam de Southampton a 9 de cada mês e passavam em Lisboa a 13, em carreiras que passavam pela Madeira, Tenerife, Pernambuco, Baía, Rio de Janeiro, Montevideu e Buenos Aires, a preços exorbitantes : para o Rio de Janeiro variavam, para a 1ª câmara, entre 279\$080 (lugar só) e 189\$000 (acompanhado), e para a 2ª câmara entre 211\$500 (só) e 135\$000 (acompanhado). Havia, porém, a hipótese de um número limitado de artistas ou emigrados ser conduzido para o Brasil, sustentado conforme a tripulação, trazendo cada um a sua própria cama e roupa, por 90\$000¹²¹. Preços que representavam cerca do triplo em relação aos praticados nos veleiros.

Por entre numerosos e breves anúncios de veleiros, em 1856, a *Companhia Hamburgo-Brasileira* informava a saída de vapores de Lisboa para o Brasil a preços muito mais convidativos, que para a 1ª, 2ª e 3ª classe se cifravam, respectivamente, em 144\$000, 117\$000 e 38\$400, devendo os últimos fornecer as suas camas e utensílios de comida, começando a disputar o lugar aos veleiros, pois asseguravam passagem do Porto para Lisboa no vapor "Lusitania"¹²².

Naturalmente que o fluxo das passagens permitia uma certa selecção, pois, em 1860, ainda a *Companhia Anglo-Luso-Brasileira* anunciava vapores a sair de Lisboa a preços mais elevados : para o Rio de Janeiro, uma passagem "de ré" custava 155\$000 e "de proa" 125\$000, com a terceira classe nos 50\$000¹²³.

Os pequenos anúncios de 5 linhas dos veleiros a anunciarem a sua saída do Douro ainda perduram nos anos setenta, mas a supremacia neste espaço específico das folhas de imprensa já é dominada pelos vapores, cujos anúncios ocupam maior espaço e são mais explícitos, numa já clara concorrência entre as diversas linhas transatlânticas, a tocarem diversos portos: são, por exemplo, a *Royal Mail Steam Packet C.*, a *C. Lloyd de Bremen*, a *C. Messageries Maritimes*, a *C. Chargeurs Reunis*, a *Red Cross Line of Steamers*, entre outras. Na sua maioria, as moradas indicadas indicam agentes de nome estrangeiro,

¹²¹ Cf. *Periódico dos Pobres no Porto*, nº 287 de 04.12.1850, p. 2073.

¹²² Cf. *O Commercio do Porto*, de 29 de Novembro de 1856.

¹²³ Ver anúncios in *O Commercio do Porto*, de 23 de Maio de 1860. As viagens para outros portos mais a Norte eram mais baratas : Pernambuco - 110\$/100\$; Baía - 120\$/107\$.

perdendo espaço os portugueses. Por exemplo, em Julho de 1874, um sugestivo anúncio da *Companhia Real Ingleza*, representada no Porto por G. Tait, anuncia uma redução de preços de passagens nos seus paquetes quinzenais, informando que esta carreira passava a contar com "*cozinheiros portugueses, assim como também criados portugueses, para commodidade de todas as classes*", incluindo no respectivo preço a passagem para Lisboa (que agora era realizada por combóio). O anúncio incluía ainda um conjunto de afirmações, lembrando ao leitor que era a companhia mais antiga na carreira do Brasil, mais regular, com mais segurança, mais velocidade e mais moderna, nunca tendo perdido um vapor nem sofrido qualquer sinistro, para além da protecção de S. M. britânica pela condução das malas, ou da preferência da parte de SS. MM. Imperial do Brasil nas suas recentes viagens.

Mas o grande salto nas viagens para o Brasil surge na década de 70, quando começam a surgir anúncios como os da *Empreza Protectora Transatlântica*, subvencionada pelo governo do Brasil, que oferece passagens com grande redução de preços, para o Rio de Janeiro e Santos nos vapores de diversas companhias, a saírem todos os meses¹²⁴.

a 7.....	C ^a de Liverpool	28\$000	(3 ^a classe)
a 8.....	Messageries Maritimes.....	32\$000	"
a 13....	C. Alemã.....	28\$000	"
a 17....	C. Liverpool.....	28\$000	"
a 23....	Messageries Maritimes.....	32\$000	"
a 27....	C. Alemã.....	28\$000	"
a 28....	C. Liverpool.....	28\$000	"

Os preços dos veleiros são, agora, atingidos indiscriminadamente, pela política de subsídio do governo brasileiro aos transportadores no sentido de atrair a emigração. Com o tempo de viagem reduzido para cerca de um terço¹²⁵ e com maior comodidade, sem possibilidade de concorrência nos preços, resta aos veleiros do Porto aproveitar o mercado residual de algum transporte de mercadorias que ainda se faz entre esta cidade e alguns portos brasileiros, sobretudo os menos frequentados pelos vapores, transportando um ou outro passageiro das suas relações ou conhecimento, num rápido processo de

¹²⁴ Cf. *O Commercio do Porto*, vários números de Março de 1878. Esta política vinha já dos inícios dos anos setenta, e explica a baixa de preços de várias companhias nas passagens para o Brasil. Sobre a polémica entre os vários transportadores no acesso aos subsídios do governo brasileiro, cf. MATTOS, Joaquim Duarte de, *Exposição do Estellionato aos Cofres do Brasil*, Porto, Typographia Central, 1875.

¹²⁵ Uma viagem de veleiro para o Rio de Janeiro rondava os 42 dias, uma viagem de vapor durava entre 15 a 20 dias.

esvaziamento. Em 1881, o Inquérito Industrial, dá como praticamente extinta a construção naval nos estaleiros locais, em função da queda da marinha mercante, pois a reduzida actividade era alimentada pelos pequenos barcos de pesca¹²⁶. Um pequeno número de armadores lutava, então, contra a maré vazante¹²⁷, nos quais se destaca Andresen (que adquire alguns vapores postos a leilão pela liquidação da "Progresso Marítimo do Porto") e estabelece ligações regulares para os Estados Unidos e Brasil, nomeadamente para Manaus.

Mas os interesses radicados no Porto levaram tempo a ser ultrapassados e a saber aproveitar as condições naturais de Leixões, invertendo o processo de transferência da saída da emigração por Lisboa. Temia-se, então, a descentração da dinâmica económica do Porto para Matosinhos, pelo que se insistia na criação de um ante-porto ou porto de abrigo, que permitisse abrigar os navios que esperassem o desembarque na barra do Douro, sem prejudicar os interesses aqui instalados¹²⁸. Só nos anos 80, se ultrapassarão essas indecisões¹²⁹, iniciando-se a obra de adaptação do porto natural a um porto de abrigo, cujas qualidades depressa o tornaram frequentado por centenas de navios, logo que as primeiras obras o permitiram¹³⁰, embora oficialmente o porto comercial date apenas de 1932. De qualquer modo, nos finais do século passado, o Norte tinha recuperado alguma iniciativa, e como se pode verificar (Gráf. 5.17), em 1899, cerca de 80% dos emigrantes do Porto para o Brasil embarcavam em Leixões.

¹²⁶ Ob. cit., p. 38.

¹²⁷ Já vimos (capítulo 3) como foram débeis as tentativas com origem no Porto para dominar o mercado da navegação a vapor para o Brasil: a "Companhia Luso-Brasileira", na década de 50, e a "Progresso Marítimo do Porto", nos anos 70, que experimentaram dificuldades insuperáveis na concorrência com as grandes companhias transatlânticas, que viviam dum mercado muito amplo, estabelecendo ligações entre numerosos portos europeus e americanos, além dos problemas com a mobilização de capitais.

¹²⁸ Sobre a diversidade e tipos de interesse que criavam obstáculos à implementação da obra de Leixões, que vinha sendo estudada e sucessivamente adiada desde 1852 (na sequência do naufrágio do vapor "Porto"), cf. KENDALL, H., ob. cit. Eis um texto significativo a este respeito: *"Leça e Matosinhos seriam o que é hoje a cidade - e o Porto... poderia ajardinar as suas ruas, plantar cyprestes, e gravar seu ephitafio nas Pedras de Leixões... á saudosa memoria da perda da sua prosperidade! E de envolta com a ruina d'esta cidade, teria de lamentar-se a da industriosa Vila Nova (Gaya) e de todas as povoações nas duas margens do Douro"*. In MOSER, Eduardo, *Memoria sobre as vantagens, materiaes, financeiras e economicas do projectado Ante-Porto do Douro*, Porto, Typographia do Commercio do Porto, 1880.

¹²⁹ Com a lei de 26 de Junho de 1883, de Hintz Ribeiro, com base no plano de Nogueira Soares.

¹³⁰ Em 1889, o Governo deu à "Companhia das Docas e Caminhos de Ferro Peninsulares" a concessão para construir e explorar o porto comercial, mas a crise de 1890 atrasou todo o processo. De qualquer modo, *"a construcção dos molhes começou em 1884. Quatro depois já se aproveitavam do abrigo 48 navios. No anno de 1889, 104; no anno de 1890, apesar de ainda estarem por construir as cabeças dos molhes, entraram no porto cerca de 400 embarcações, em grande parte para operações de carga e descarga"*. Em 1907, as entradas elevaram-se a 821, sendo 134 de vela e 687 a vapor, com um movimento de 23088 passageiros, tudo apesar de não existirem ainda cais acostáveis ou aparelhos de descarga. Cf. KENDALL, H., ob. cit., p. 16.

Se, depois das viagens, nos preocuparmos com os destinos da emigração portuense para o Brasil, temos logo de reconhecer que as condições de tráfico não são estranhas de todo ao seu direccionamento. Na verdade, se as carreiras procuram satisfazer a procura dos passageiros, também é verdade que a imposição de determinadas carreiras, por alegadas condições técnicas, portuárias e financeiras, acaba por criar rotinas que condicionam as partidas. Para além disso, determinadas zonas portuárias transformam-se em plataformas de rotação, recebendo passageiros que depois se escoam para zonas interiores e/ou afastadas, facto este que aconteceu também com os emigrantes portugueses no Brasil, país aonde, de resto, a mobilidade interior era muito grande. Redistribuição cada vez mais facilitada, quer pela intensa navegação de cabotagem que o governo brasileiro também subsidiava, ou pela já extensa rede ferroviária¹³¹.

Os destinos da emigração portuense para o Brasil (pelo menos na sua primeira etapa) estão quantificados para o período em estudo, na sua progressão anual, a partir das declarações registadas nos passaportes (Quadro 5.17, para números absolutos, vd. anexo 5.10). Aí se pode observar como o peso da tradição manteve continuamente um fio migratório para os destinos de sempre, ainda que a diversidade da dinâmica regional brasileira tenha criado outros pólos de atracção que se tornaram importantes no final do século.

Entre 1836 e 1899 há uma clara evolução na geografia desses destinos, embora o Rio de Janeiro absorva sempre, em maior ou menor grau, a maioria dos emigrantes, anos havendo em que o Rio chegou a ultrapassar ligeiramente o nível dos 80%. Mas também houve períodos em que outras zonas concorreram de modo significativo na atracção dos imigrantes portuenses. Assim, na década de 30 e primeiros anos da de 40, o Rio de Janeiro ficava-se pelos cerca de 60%, e zonas como a Baía (10%), Maranhão (8%) Pernambuco (14%) revelavam um peso importante no destino tradicional destes emigrantes.

¹³¹ Cf. *O Imperio do Brazil na Exposição Universal de 1876 em Philadelphia*, Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1875.

Quadro 5.17 - Emigração do distrito do Porto
- Indicações de destino (%)

Ano	Baía	Ma- naus	Mara- nhão	Pará	Pernam- buco	Rio de Janeiro	San- tos*	R. G. do Sul**	Ou- tros
1836	10,3		8,2	0,3	10,9	65,7	0,6	4,0	0,0
1837	13,9		9,4	2,0	13,3	60,1	0,3	1,0	0,1
1838	5,2		7,5	0,4	14,8	71,2	0,5	0,3	
1839	11,5		4,1	3,6	17,4	62,7	0,2	0,5	
1840	9,5		4,9	5,0	14,1	64,7	0,6	1,1	
1841	5,9		6,7	4,3	16,7	61,3	3,3	1,7	0,1
1842	5,1		5,4	6,9	10,7	66,7	2,8	2,3	0,1
1843	4,3		3,6	3,3	9,0	76,5		3,2	0,1
1844	8,0		4,6	2,7	7,3	73,3		4,0	
1845	6,3		3,4	2,6	5,8	77,2	0,2	4,4	0,1
1846	6,1		3,5	3,1	5,8	75,2	0,1	6,2	0,1
1847	4,0		1,7	2,2	5,3	80,1	0,1	6,6	
1848	5,2		4,4	2,9	3,1	79,7		4,7	0,0
1849	2,6		1,9	3,3	2,1	86,0	0,1	3,9	
1850	6,3		2,9	1,7	4,8	79,2	0,1	4,8	0,1
1851	4,9		1,8	2,8	5,6	79,9	0,6	4,0	0,4
1852	4,0		4,0	3,6	5,7	71,9	4,4	6,5	
1853	1,9		1,8	2,8	5,4	76,2	2,3	8,4	1,2
1854	2,2		4,0	8,4	3,9	76,0	1,2	4,4	0,0
1855	1,8		6,1	13,9	2,5	64,2	4,9	4,0	2,7
1856	2,5		1,2	5,3	2,5	81,0	4,0	1,8	1,7
1857	3,5		1,6	8,4	10,3	69,0	2,0	3,4	1,7
1858	4,0		1,2	4,8	5,9	79,5	0,1	3,7	0,8
1859	5,2		1,4	3,1	7,7	75,5		7,1	0,1
1860	2,3		1,2	4,7	8,5	81,9	0,0	1,2	0,1
1861	0,0		1,6	5,5	6,6	81,1	0,2	4,9	0,1
1862	2,3		1,5	3,0	4,0	83,9	0,1	5,1	0,0
1863	3,1		2,0	3,9	3,7	81,2	0,1	5,9	0,2
1864	2,5		3,0	3,9	4,6	79,6	0,1	6,4	0,1
1865	4,1		3,2	6,1	6,5	70,9	0,3	8,8	0,1
1866	3,5		3,3	5,6	5,6	74,8	0,3	6,9	0,1
1867	3,3		2,3	6,1	7,0	74,1		7,1	0,1
1868	2,5		2,0	9,5	6,6	71,2	0,3	7,8	
1869	2,3		1,5	8,0	5,9	76,1		5,8	0,5
1870	2,4		1,5	8,2	7,9	71,5	0,2	8,1	0,2
1871	2,2		1,4	6,3	4,6	78,0	0,8	6,5	0,2
1872	2,1		1,0	5,4	5,0	80,2	0,7	5,4	0,1
1873	2,8		1,8	4,4	7,5	76,5	0,5	6,5	0,1
1874	2,2		0,5	3,4	3,3	85,8	0,2	4,2	0,2
1875	1,8	0,0	0,8	3,1	3,9	84,7	1,2	4,4	0,1
1876	2,6	0,1	1,2	5,6	4,3	80,7	1,8	3,7	0,1
1877	2,2	0,1	1,3	4,9	4,0	83,1	2,0	2,4	0,0
1878	2,7		1,4	6,4	4,4	80,1	1,2	3,8	0,0
1879	1,3	0,0	0,5	5,1	3,7	83,1	2,0	4,2	0,1
1889	1,0	2,8	0,4	6,4	3,2	76,5	6,4	2,7	0,6
1899	0,9	12,9	0,6	16,9	2,5	55,1	9,9	0,9	0,2

* Inclui referências a Santos e S. Paulo

** Inclui referências a Porto Alegre e Rio Grande do Sul

Também o Pará e o Rio Grande do Sul tem uma quota importante nesta corrente populacional, o primeiro com oscilações ao longo do tempo, a que não são estranhos os movimentos anti-portugueses que aí emergem de vez em quando, o segundo ganhando alguma importância na segunda metade do século. Estes destinos nunca desaparecem para a emigração portuense ao longo do século XIX, mas a importância da maioria tende a diminuir no conjunto do fluxo migratório, em face das reorientações internas da economia brasileira, das vicissitudes sociais, da elasticidade dos respectivos mercados de trabalho, bem como da agressividade das políticas de atracção de mão-de-obra. Nos finais do século, a concorrência ao Rio de Janeiro (55%) surge ainda do Pará, com força renovada (17%) e de S. Paulo (10%) que passou a atrair não só mão-de-obra rural como operária e até intelectual, face ao extraordinário surto de desenvolvimento em todos os sectores que o café proporcionou. E vale a pena individualizar ainda Manaus (13%), o porto de entrada para a floresta da Amazônia, aonde, por essa altura, se iniciava uma nova epopeia de descoberta, a da borracha, para onde se vão dirigir tantos portugueses do Norte e que teria num deles, seringueiro por vivência, a missão de a fixar nas páginas de um romance fascinante - Ferreira de Castro, natural de Oliveira de Azeméis, na sua obra *A Selva*.

Mas sobre o papel dos portugueses no Brasil oitocentista a investigação terá de decorrer do lado de lá, como ultimamente se vem fazendo, tanto na perspectiva da integração como na do conflito, cobrindo uma lacuna que ainda perdura na historiografia portuguesa e brasileira¹³².

*

¹³² Para um balanço e perspectivas de pesquisa, cf. SILVA, Maria Beatriz Nizza da, *Documentos para a História da Imigração Portuguesa no Brasil, 1850-1938*, Rio de Janeiro, Federação das associações Portuguesas e Luso-Brasileiras, 1992.

Um estudo já clássico é o de PESCATELLO, Ann Marie, *Boths Ends of de Journey: an Historical Study of Migration and Change in Brazil and Portugal, 1889-1914*, Los Angeles, University of California, 1970. Importante ainda o trabalho de MONTEIRO, Tania Penido, *Portugueses na Baía na segunda metade do século XIX - Emigração e comércio*, Lisboa, S.E.E, 1985. Como amostra de trabalhos mais profundos já desenvolvidos ou a decorrerem vejam-se as seguintes comunicações ao "Coloquio Internacional sobre Emigração e Imigração - séculos XIX e XX", Lisboa, 11-12 de Novembro de 1992: SILVA, M. Beatriz Nizza da, "Família e Integração do Imigrante Português na Sociedade Brasileira"; MATOS, M. Izilda Santos de, "Estratégias de Sobrevivência - A imigração portuguesa e o mundo do trabalho, S. Paulo, 1890-1930"; SILVA, Maria Manuela, "Imagens do Quotidiano dos Imigrantes Portugueses no Brasil (1880-1890)"; KLEIN, Herbert S., "The Social And Economic Integration of Portuguese Immigrants in Brazil in the Late Nineteenth and Twentieth Centuries"; CARVALHO, Marcus J. M., "O antilusitanismo e a questão social em Pernambuco". Ver ainda BACELLAR, Carlos de Almeida Prado, "A colonização Portuguesa em S. Paulo às Vésperas da Independência", in ROWLAND, Robert (coord.), *Contexts of Long- Distance Migration : Portugal and Brazil*, Florença, European University Institute, 1990.

Em resumo: a análise dos registos de passaportes fornece-nos uma imagem da quase totalidade do fluxo emigratório, a que só falta a componente clandestina, que, como sublinhamos, para o período em estudo (1836-1879) é considerada relativamente baixa (rondando os 5%, na componente de indocumentados). Análise que surge como um autêntico rastreio dessa massa humana impressionante (cerca de 120 mil pessoas) que, requisitando a sua documentação no Governo Civil do Porto, se prepara para embarcar rumo ao Brasil. Podemos dizer que a nossa perspectiva de interrogação, necessariamente breve dada a quantidade em causa, se configura como a de um inquérito policial orientado para a identificação e estruturado em três questões fundamentais: quem é? Onde vem? Para onde vai? Do interrogatório saiu uma resposta estatística que permitiu delinear o volume e o ritmo do fluxo migratório, a diversidade e a evolução das características mais importantes para traçar o perfil do emigrante, num processo de compreensão contextualizada.

A documentação utilizada permitiu recuar no tempo a análise habitual da emigração, que normalmente só se debruça sobre as estatísticas publicadas a partir de 1855, de forma agregada, e a partir dos anos 70 num conjunto estreito de variáveis. Iniciando a pesquisa estatística em 1836, foi possível perceber de forma mais adequada os fenómenos de continuidade face à emergência de novas condições sociais e políticas e das respostas migratórias respectivas. Tendo nós partido do quadro familiar, numa perspectiva de economia doméstica, em que o emigrante produzido é um jovem destinado aos ofícios ou ao caixeirato urbano, pudemos observar a sobreposição de outros modelos, marcados por quadros de proletarização e por irrupções cíclicas, ao sabor da conjuntura local e das políticas brasileiras de atracção de mão-de-obra, com a consequente alteração das características do emigrante. O modelo da emigração jovem e individual vai-se esvaziando muito lentamente, numa teimosa persistência, para dar lugar ao adulto casado numa intensificação cada vez maior da transposição de famílias inteiras, na sua maioria de origem rural, ainda que a característica dos finais do século continue a ser a da separação das unidades conjugais, condição para assegurar importantes e imprescindíveis refluxos à terra de partida.

6. RETORNO E OUTROS REFLUXOS

"O papel do remigrado do Brasil na constituição da sociedade portuguesa foi capital no norte do país. [...] Personagem viva que assomava e ascendia sobre o decair rápido das classes predominantes do velho regime. Aburguezaram fortemente o meio e regaram de libras a cidade e o campo. Bairros inteiros edificaram no Porto, cidade sua predilecta. Eram seus o palacete urbano enfeitado com o braço da fidalguia de fresca data que os ufanava e o casarão vermelho erguido no pomar da quinta bem granjeada. A igreja, a escola, o asilo, o hospício, o hospital, outros tantos marcos da sua benemerencia dadivosa" .

Ricardo Jorge, *Brasil! Brasil!*,
Lisboa, Emp. Literária Fluminense,
1930, pp. 23-24.

Numa grande parte da literatura sobre a emigração portuguesa insiste-se na ideia de que o emigrante parte no desejo profundo de voltar rapidamente a Portugal. A emigração para a Europa, dificultando a integração do emigrante, deu mais crédito a esta tese que, em retro projecção, tem sido generalizada a toda a emigração portuguesa. Ajustar-se-á esta perspectiva à emigração para o Brasil do século passado? Qual o seu grau de adequação? Em que medida se verifica o retorno? Quais os influxos mais significativos provocados pelo retorno na sociedade de partida? Que configurações assume a reintegração? Eis algumas questões, cuja pertinência justifica a elaboração do presente capítulo, ainda que as respostas nem sempre possam resolver as questões de fundo, colocando sobretudo novos e mais minuciosos problemas.

Se aceitarmos como explicação geral da emigração um quadro expulsivo, aonde a exclusão social assume um papel determinante nas estratégias de reprodução doméstica, gerando um emergir difuso de ressentimentos, será de aceitar o "mito do retorno" como operador nas decisões individuais de partida? Mas como conciliar a partida "ressentida"

com a volumosa corrente de retornos, que, apesar de tudo, se verifica ? E que sentidos descortinar nesses retornos?

O cerne da questão não estará em encontrar uma explicação genérica, mas sim em aceitar a multiplicidade de situações que este tipo de emigração envolveu. Autêntico "país excedente" que se transplantou, a emigração atravessou grupos e situações sociais, não tendo sido fruto de situações exclusivistas. Homens, mulheres e crianças de todas as condições atravessaram o Atlântico na expectativa de alguma melhoria, uns responsabilizando o país e o seu tecido social, muitos empurrados pela família, outros assumindo eles próprios a decisão de emigrar. Nuns casos prevaleceu o isolamento e a individualidade, noutros casos, porém, a família mobilizou-se, concentrou esforços para permitir a emigração, quantas vezes se endividou! Imagens diferentes que ficam nas pessoas que partem, a conjugar com as novas situações, agradáveis e/ou decepcionantes, que a integração num novo mundo impõe. Imagens que podem perdurar, sublimar-se ou reconverter-se face às vicissitudes do quotidiano e à instabilidade em que o "estrangeiro" sempre vive fora da terra natal.

Quantos não diriam como António José de Amorim, remetendo a sua emigração para o contexto familiar: *"sendo o 7º filho do Casal coube-me em sorte ser o primeiro espelho da casa paterna"*. Com tirocínio comercial numa loja de Vila do Conde, chega ao Brasil por 1800, e, após diversas peripécias com a sua instalação, que o levaram a uma tentativa frustrada de estabelecimento em Inglaterra, dirá, em 1831, já negociante de nomeada, na sequência de tumultos anti-portugueses: *"posto que eu seja aqui bem quisto; contudo não sei também o que me podera acontecer, por tanto ainda que não faço tenção de me retirar de Pernambuco como acima disse, salvo se a necessidade urgir, quero sempre estar prevenido para o que possa acontecer."*¹ Um balançar permanente entre os dois mundos, o do nascimento e o da adopção, com a hesitação a crescer quando nuvens tumultuosas toldam o horizonte do negócio. O emigrante que partiu jovem e não tem encargos estritos de família conjugal tem comportamentos de nómada, procura as oportunidades, fixa-se nos oásis que lhe permitem algum ganho e estabilidade social, mas está sempre pronto a partir.

¹ Cf. AMORIM, Manuel, "Os Bonitos de Amorim - Primeiro capítulo da história de uma família benemérita", *Póvoa de Varzim - Boletim Cultural*, vol. XII, nº1, 1973, p.16

6.1 - Imagens e alguns números

A imagem oficial ou oficiosa que nos é fornecida pelos contemporâneos sobre os Portugueses no Brasil não é a de indivíduos que vivam isolados, acumulando riqueza para depois a transferirem para a terra natal. Quando chegam a acumular capital, a generalidade investe no Brasil, que no século passado experimentou um grande crescimento económico e se apresentava como um dos grandes países do futuro, pleno de oportunidades. Não raramente o português assume posições de liderança, fixa a sua riqueza ao solo brasileiro, forma família, sedentariza-se. Sob o ponto de vista individual, não vemos melhor forma de sucesso, ainda que isso possa defraudar as estratégias familiares de partida ou os interesses gerais da Nação.

6.1.1 - Opiniões consulares

Se recorrermos aos resultados do inquérito sobre as colónias portuguesas em países estrangeiros promovido pela Sociedade de Geografia de Lisboa em 1881, podemos colher algumas imagens elucidativas sobre os comportamentos da emigração portuguesa.

Em Pernambuco, por exemplo, *"os portugueses fixam-se no paiz, ligam-se pelo casamento, criam familia e adquirem propriedade"*, aplicando-se no comércio, nos ofícios e artes mecânicas, mais raramente em fábricas ou nas artes liberais. Têm o hábito de se concentrar na capital da província (Recife) ou em outras cidades e vilas, não havendo notícias de colónias agrícolas com eles².

No Maranhão, a imigração é atraída *"pelo convite protector de parentes e amigos, que constituem o nucleo sedentario e prospero da colonia. Assim quasi todos deparam ingresso prompto na carreira commercial, que é a mais suave e lucrativa, e onde, com mediana intelligência e actividade, se obtem em menos tempo uma lisonjeira abundância, para a qual concorre principalmente a facilidade dos patrões em associarem os caixeiros aos interesses do seu commercio"*. No comércio distinguia o informador três categorias: a dos grandes comerciantes (importadores, exportadores e vendedores por atacado), os lojistas e a dos quitandeiros. Enquanto os portugueses dominavam por completo as duas últimas, começavam, então, a sofrer a concorrência dos nacionais na

² GUIMARÃES, Claudino de Araujo, "Colonias Portuguezas em Paizes Estrangeiros -XVII - Em Pernambuco", *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, 3ª serie, nº 4, Lisboa, Imprensa Nacional, 1882, pp. 228-234.

primeira, mantendo, porém, ainda a superioridade. Depois dos comerciantes, vinham os lavradores, roceiros e criadores de gado. Na vila de Codó havia uma colônia portuguesa, com homens e mulheres de Avintes (V. N. de Gaia), embora a exploração agrícola se limitasse a pequenas áreas. Mas também havia alguns portugueses *"cujas circunstancias muito parecidas com as dos indígenas accusam ou fraquezas e infortunios pessoais ou o imprevidente excesso da antiga emigração"*. Tratava-se de indivíduos analfabetos, vindos em idade madura, *"incompatível com a sujeição a qualquer aprendizagem e que para viver têm o unico recurso do trabalho rude e braçal"*³.

Segundo o cônsul do Pará (cujo consulado incluía também a província do Amazonas), 95% dos estrangeiros eram portugueses, que se encontravam mais disseminados por rios e cidades interiores. Aponta igualmente a tendência para a sua fixação e fundação de estabelecimentos no país, adquirindo interesses e bens de raiz, adoptando rapidamente usos e costumes.⁴

Num inquérito de características idênticas mas posterior, lançado em 1911, aparecem-nos imagens mais expressivas, umas pautando-se pela imagem de distanciamento em relação à Pátria, outras numa ligação mais duradoura.

O consulado de Manaus, aonde, por essa altura, se fixara uma importante colônia portuguesa (cerca de 15000) traça um retrato radical do português. Para ele, os imigrantes portugueses confundem-se com todas as classes sociais e adaptam-se aos meios mais variados, *"ainda os mais opostos aos costumes nacionais, numa promiscuidade aterradora que lhes modifica por completo o carácter"*. Mas vale a pena transcrever um pouco mais da sua exposição:

"Uma vez fixado no Brasil, portanto, o português, especialmente o que vive com certa independência, desfruta regular posição no commercio, exerce qualquer cargo publico ou ostenta as honrarias da Guarda Nacional, constitui geralmente familia, integrando-se na sociedade brasileira, sendo raros os que regressam á patria, salvo a titulo de passeio como o lisboeta vai a uma tourada a Badajoz e o remediado para as praias e termas passear a sua ociosidade, respirar outros ares e tonificar os combalidos membros. A patria para eles não tem atractivos, porque nunca conheceram outros alem da missa conventual, o arraial da aldeia e a feira da vila mais proxima. Assim como é agarrado á geira de terra que levou a cavar durante a meninice sem conhecer-lhe o valor nem a arte de faze-la prosperar, assim a olvida quando se vê num meio aonde a vida lhe é relativamente mais facil, a ponto de deprimi-la com referencias e alusões

³ CAPELLA, Raymundo Venancio Rodrigues, "XIX - No Maranhão", *ibidem*, pp. 236-241.

⁴ MOREIRA, J.B., "XV - No Pará", *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, 3ª serie, nº 1, Lisboa, Imprensa Nacional, 1882, p. 21-40.

pouco honrosas para quem as emite, não sendo a menor leviandade o classifica-la de terra miseravel."

Mas o cônsul estabelece uma distinção entre os imigrantes de origem urbana e operária e os de origem rural, ressaltando que os primeiros são patriotas, amam a sua terra e anseiam pelo regresso, aonde querem construir casa e casar com portuguesa⁵. Dificuldade de percepção nos traços distintos de integração, impostos pela profissão e local de fixação, já que o trabalho urbano, ao contrário do agrícola, permite uma maior mobilização de recursos e de contactos e não prende o indivíduo à terra?

Num registo mais discreto, o cônsul de Porto Alegre, ao mesmo tempo que mostra a participação portuguesa no capital das mais importantes empresas da região, converge nos mesmos traços do retrato do imigrante português: *"Geralmente constitue familia, não pensando mais em regressar á terra natal, onde só recordações amargas o prendem, mas sim trabalhar para garantir o futuro dos seus filhos que são para todos os casos brasileiros e, facto notavel, os peores inimigos de Portugal"* ⁶.

Também, em Pernambuco, se reconhecia a *"facil desnacionalisação"* dos portugueses, o seu gosto pela participação na vida política e a corrida à inscrição como eleitor, *"para participarem da distribuição de logares municipais ou para á sombra da protecção eleitoral melhor conseguirem equilibrar a situação economica"*. Outros requeriam e pagavam patentes na milícia, gozando de uma consideração especial, quer pela sua situação económica, quer pela conferida pela denominação de *coronel* ou, em alternativa, de *comendador* ⁷.

No mesmo sentido vão as respostas de outras regiões, como as do Pará ou Rio Grande (*"são raros os que, depois de estarem aqui algum tempo, voltam para Portugal. Aqueles mesmos que trazem família não voltam; deixam-se, enfim, assimilar"*)⁸. Embora reconhecendo que há sempre portugueses que não conseguem emprego, por serem analfabetos, despidos de habilitações profissionais ou idosos, os quais correm ao consulados a pedir a repatriação, a ideia geral prevalecente é a da integração e assimilação fácil do português que investe a sua riqueza em bens de raiz, títulos de dívida pública do Brasil, bancos e seguradoras e, nos finais do século, já no campo industrial.

⁵In "Manaus - a colónia portugueza no Amazonas", *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, nº 10, 32ª série, Out. de 1914, pp.363-375.

⁶ In "Porto Alegre - Relatório consular", *ibidem*, nº 11, 32ª série, Nov. 1914. pp. 411- 421.

⁷ SANTOS, José Augusto Ribeiro de, "O cônsul de Portugal no Pará à Sociedade de Geographia de Lisboa", *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, nºs 8-9, 31ª série, Agosto-Setembro de 1913, p. 294.

⁸ In "Colónias Portuguesas em Países Estrangeiros", *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, nºs 5-6, 31ª série, Maio-Junho de 1913, pp. 197-218.

Para essa fixação muito contribuía a organização da vida familiar e a segunda geração, que se tornava brasileira por nascimento.

Mas esta imagem consular também padece de restrição. A numerosa e longa permanência de portugueses nos mais diversos recantos do Brasil conferia uma ideia de estabilidade e imobilidade que não se ajusta de todo à realidade.

6.1.2 - Estimar o retorno

Embora o movimento de passageiros de retorno não tenha a expressão quantitativa do verificado no sentido contrário, ela não é de desprezar. Basta, por exemplo, folhear as notícias que nos meados do século passado nos dão conta das chegadas dos navios do Brasil, muitas delas com relações dos nomes em causa, para reconhecer a sua importância. Outras fontes do lado de cá dão-nos conta da significância desse movimento e chegam a quantificar aproximações.

Assim, o governador civil do Porto, Tabner de Moraes, considera que uma parte dos passageiros que vão ao Brasil não se enquadra no conceito de emigrante, pois muitos iam lá para tratarem de negócios ou em visitas de família, regressando pouco tempo depois, em número que, na sua óptica, deveria atingir os 20% dos passageiros⁹. E avança mesmo com uma estimativa: *"póde dizer-se que de 100 individuos que emigram, regressam apenas 40, dos quaes 20 voltam tão pobres como foram e com a saude deteriorada, 15 com pequenos capitais e sufficientes apenas para estabelecerem a sua industria em melhores condições, ou comprarem alguma propriedade nas localidades d'onde são naturaes, e 5 com boas fortunas. Um facto que deve notar-se é que ha muitos individuos que vão ao Brazil, onde somente se demoram tres ou quatro annos, e regressam depois com pequenos capitaes que empregam no paiz conforme acima indiquei. Muitos ha tambem, e são quasi todos os que adquirem alguns meios de fortuna, que estabelecem pequenas mensalidades ás suas familias, ou de tempos a tempos lhes mandam algumas quantias, com que ellas supprem ás proprias necessidades, ou compram alguma propriedade e se entregam em melhores condições á vida agrícola"*¹⁰.

Temos, portanto, imagens contraditórias sobre o movimento migratório: para o observador do lado de lá, o português sedentariza-se e esquece, em grande medida, a sua pátria; para o observador do lado de cá, que todos os dias lida com o movimento de

⁹ *Primeiro Inquérito Parlamentar sobre a Emigração Portuguesa pela Comissão da Camara dos Senhores Deputados*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1873, p.176

¹⁰ *Idem, ibidem*, p.177.

passageiros, há uma porção substancial da emigração que refluí, numa estimativa que chega ao nível dos 40%, ou mesmo mais, se considerarmos a referência aos 20% de simples passageiros que se demoram pouco tempo. Não são fáceis as contas da emigração, sobretudo se lhe adicionarmos ainda os níveis de clandestinidade, que alguns exageram e outros reduzem à insignificância. Mais difícil se torna ainda a percepção dos seus sentidos.

É verdade que só à barra do Douro chegava um movimento de retorno na ordem dos 5 a 10% das partidas legais anuais, e este número não representava senão uma pequeníssima parte dos regressos, pois, como lembravam os relatórios do governo civil, a maior parte deles desembarcava nos lazaretos de Lisboa e Vigo, aonde os navios faziam as quarentenas dado virem de portos frequentemente dados como "infeccionados", dirigindo-se directamente para o Porto apenas os menos abastados¹¹. A ligação Lisboa-Porto fazia-se pelos vapores de carreira e depois também pelo combóio, surgindo os emigrantes retornados como passageiros de trânsito interno, pelo que não há possibilidade de os discernir do conjunto.

Mas, se recorremos, aos números disponíveis para os desembarcados do Brasil no portos de Lisboa¹² e do Douro e os relacionarmos com o movimento da emigração continental, as estimativas do governador civil do Porto acima avançadas ganham credibilidade (Quadro 6.1).

Quadro 6.1 - Desembarcados do Brasil e emigração,

1858-1861

Anos	Desembarca dos			Emigração do Continente	Desembarcados/ Emigração (%)
	Lisboa	Porto	Total		
1858	1682	734	2416	5695	42,4
1859	2597	263	2860	7902	36,2
1860	3555	362	3917	5665	69,1
1861	3661	167	3828	6241	61,3

Fontes:

. "Relatório do Governador Civil... de Lisboa", in Relatórios sobre o Estado da Administração Publica... em 1862...

. Relatórios apresentados á Junta Geral do Distrito do Porto (diversos anos)

. LEITE, Joaquim Costa, ob. cit. (para emigração).

¹¹ BARÃO DO VALADO, *Relatório Apresentado á Junta Geral do Districto do Porto na sua sessão ordinária do anno de 1857*, Porto, Typographia Sebastião José Pereira, mapa anexo nº 15.

¹² In "Relatório do Governador Civil do Districto Administrativo de Lisboa", *Relatórios sobre o Estado da Administração Publica nos Districtos Administrativos do Continente do Reino e Ilhas adjacentes em 1862*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1865., p.39.

É certo que não conhecemos os que desembarcam em Vigo, por imposição das quarentenas ou dificuldades de desembarque no Douro, por mau tempo. Também não conhecemos em pormenor os desembarcados, entre eles poderão incluir-se alguns estrangeiros, por exemplo, ou ilhéus, os quais não consideramos nos volumes de emigração, mas acreditamos que a maioria são simplesmente emigrantes de retorno ou passageiros do Brasil em viagem, havendo, portanto, um movimento de compensação em relação às saídas que, por esta altura, oscila entre os 40 e os 60%. Fica, assim, drasticamente reduzida a imagem de "hemorragia" demográfica conferida pelas análises que só contabilizam o movimento de saídas.

Apesar de não existirem registos para os movimentos de retorno, é impressionante o facto de muitos autores e políticos oitocentistas menosprezarem o fenómeno, não se referindo sequer às informações existentes, bastante elucidativas, apesar das suas características de dispersão e descontinuidade. À mentalidade romântica e decadentista então prevalecente era mais sugestivo e eficaz o acentuar da "sangria" populacional, do que descortinar-lhe as características de vaivém e a sua elasticidade funcional. A obsessão com as listas mortuárias, a que as epidemias cíclicas de febre amarela no Rio de Janeiro e outras cidades conferiam uma imagem de catástrofe, em conjugação com a insistência de que muito poucos voltariam ricos, levou-os a secundarizarem como tópico de abordagem a questão do retorno.

Ainda assim, Oliveira Martins não deixa passar a questão em claro, e compulsando os dados para o Rio de Janeiro referentes a 1864-1873 (Inquérito sobre a Emigração) e estatísticas brasileiras para 1885-1893, chega à conclusão que o retorno orça pelos 50%, ao mesmo tempo que nega a possibilidade de uma mortalidade de 20% dos portugueses no Brasil, aventada pelo Inquérito Parlamentar de 1873¹³. Os resultados são, assim, idênticos aos que acima apresentamos para os anos 1858-1861. E conjugam-se, de alguma forma, com os dados mais sistemáticos recolhidos por Joel Serrão para períodos mais latos e para as saídas de diversos portos brasileiros, embora aqui se torne mais nítida a flutuação conjuntural¹⁴. Ainda na mesma linha, podemos utilizar a relação entre saídas e entradas de portugueses no Pará, no movimento directo com portos portugueses - entre 1861-80, essa relação foi de 61%-, ou de Pernambuco - entre 1855-80, a mesma relação foi de 48%¹⁵.

¹³ Cf. MARTINS, Oliveira, *Fomento Rural e Emigração*, Lisboa, Guimarães & C^a Editores, 1956, pp. 244-246

¹⁴ SERRÃO, Joel, A emigração portuguesa para o Brasil na segunda metade do século XIX (esboço de problematização)", in *Temas oitocentistas -I*, Lisboa, Livros Horizonte, 161-186.

¹⁵ Com base nos dados consulares, para o Pará, segundo MOREIRA, J. Baptista, ob. cit., *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, 3^a serie, nº 1, Lisboa, Imprensa Nacional, 1882, p. 36. O mesmo

Quadro 6.2 - Portugal Continental : Movimento da População**e equação de concordância, 1890-1900**

População em 1890.....					4660095
Anos	Nascimentos	Óbitos	Emigração	N-O-E	
1891	148025	106757	26140	15128	
1892	146541	95678	16297	34566	
1893	150516	101954	23931	24631	
1894	141076	99479	25129	16468	
1895	143155	99802	36553	6800	
1896	144519	111240	22100	11179	
1897	146797	107400	17533	21864	
1898	146853	104413	20791	21649	
1899	146400	98205	14282	33913	
1900	149933	101037	16033	32863	
Totais	1464835	1040503	202756	221576	221576
População em 1900.....					5016267
Diferença explicada por imigração.....					134596

Ora se utilizarmos, para um período em que haja estatísticas disponíveis, o exercício simples da equação de concordância, conjugando a população em dois momentos diferentes, com o movimento demográfico intermédio (Quadro 6.2), chegamos à conclusão que, no final do século, esse movimento de retorno não se atenuou, mesmo admitindo alguma fragilidade nos valores censitários e aceitando que no volume demográfico a justificar pela imigração se encontram outras formas de entrada, além dos retornos (entrada de estrangeiros, por exemplo)¹⁶. Neste caso a diferença atinge 66% das partidas legais verificadas na década do final do século, valor que parece demasiado alto, a sugerir problemas estatísticos¹⁷.

Naturalmente que o movimento de retorno acontece, por definição, em diferido, e dada a sua natureza de refluxo, tem tendência a crescer em momentos de atenuação da emigração. Calculá-lo com base num indicador como a percentagem de retornos sobre as partidas, significa estabelecer uma relação deslocada, pois, em rigor, os retornos deveriam ser correlacionados com o volumes de partidas anteriores que lhe serviram de base. Só uma análise de tipo longitudinal, que acompanhasse os indivíduos ao longo da

tipo de informação para Pernambuco, segundo GUIMARÃES, Claudino de Araujo, *ibidem*, nº 4, p. 232.

¹⁶ Com base nos cálculos para 1913, Fernando Emygdio da Silva aceita um estimativa de 30% para os retornos, defendendo, porém, que estes se equiparam com a emigração clandestina e, portanto, se anulam entre si. Cf., deste autor, *Emigração Portuguesa*, Coimbra, França & Arménio, 1917, pp. 111-115.

¹⁷ Para um exercício da equação de concordância com maior sofisticação estatística, visando a estimação da clandestinidade, em que a autora assume à partida uma pequena percentagem de retornos, cf. BAGANHA, Maria Ioannis B., "Uma imagem desfocada: a emigração portuguesa e as fontes portuguesas sobre emigração", in ROEL, A.E., ob. cit., 161-175.

sua trajetória, desenhando o calendário dos acontecimentos migratórios, permitiria um conhecimento aprofundado do fenómeno, mas para isso tornava-se indispensável a existência de registos próprios, que fornecessem indicações de identificação suficientes para os retornados. Que o repatriamento, para além do seu fluxo normal, correspondendo aos que terminaram o seu ciclo migratório, com sucesso ou insucesso, oscila bruscamente em relação à conjuntura dos países de recepção, não há dúvida. Basta pensarmos no enorme movimento de retorno que se gerou por volta de 1914, com a emigração do Brasil, em que as entradas em Portugal ultrapassaram as saídas¹⁸.

6.1.3 - Reemigração

Mas poderá reduzir-se o movimento da emigração a este jogo da partida e do retorno, não é ele, em grande parte, falacioso? Com efeito, se introduzirmos a questão de os "desembarcados" não constituírem apenas emigrantes em retorno definitivo, mas incluírem também emigrantes em trânsito, ou seja, indivíduos que vêm à terra visitar a família, tratar de negócios ou, simplesmente, com a ideia de ficar mas a quem a reintegração se torna difícil, voltando a embarcar posteriormente, ou ainda os que se fixam para voltar a sentir a necessidade de partir mais tarde, a questão matiza-se um pouco. Na verdade, como são estes considerados na sua segunda partida? A questão ganha acuidade, à medida que os progressos da navegação se fazem sentir, diminuindo os custos e tempos de viagem, permitindo a muitos emigrantes uma ou mais viagens à terra natal, ou mesmo optarem por uma emigração intercalada, com períodos mais ou menos longos de fixação na terra natal e partida sempre que a situação económica e/ou social o aconselhe. Mas para a maioria dos textos oficiais que abordam o retorno, a análise é quase sempre dicotómica: uns poucos regressam ricos; a grande maioria dos que retornam chegam doentes e/ou desiludidos.

Tanto quanto conseguimos apurar, a primeira vez que a questão se colocou de outra forma aos serviços de emigração foi em 1937, na reorganização dos serviços que passavam a estar incluídos na Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (P.V.D.E.). Os serviços então montados, passaram a interrogar todos os indivíduos que retornavam, procurando esclarecer as causas de abandono dos respectivos países. Assim, no ano de

¹⁸ A proporção dos repatriados sobre os emigrantes que partiram, foi, em 1913, de 44,3% e, em 1914, de 158,1%. Cf. CARQUEJA, Bento, *O Povo Portuguez - aspectos sociaes e economicos*, Porto, Livraria Chardron, 1916, p. 415.

1937, dos 7114 emigrantes retornados, 4610 declararam que vinham em viagem e voltariam aos países aonde se encontravam fixados; no ano de 1938, em 6596 retornados, a mesma declaração foi feita por 3809. Como a própria polícia indica, o contingente de retornados de 1938, para o caso do Brasil, apresentava-se deste modo: 61% eram "emigrados", ou seja voltariam ao Brasil; 22% regressavam por motivos independentes da falta de trabalho; 17% por falta de trabalho e repatriados na sua quase totalidade. Entretanto, face à legislação que ordenava a classificação de emigrantes a todos os passageiros de 3ª classe, a maioria daqueles que voltaram ao Brasil (como a outros países) foram de novo assim considerados, o que inflacionou substancialmente as estatísticas, se se esperava delas apenas as situações de 1ª emigração, as quais representaram tão só cerca de 50% do volume de emigração estimado oficialmente para esse ano¹⁹. Temos, assim, que as estatísticas de emigração apresentam a sua especificidade própria, sob o ponto de vista agregativo, pois não acumulam indivíduos, mas sim migrações, facto a ter em conta para cálculos demográficos: o mesmo indivíduo, ao longo do tempo, pode estar representado, duas ou mais vezes, consoante o número de viagens que fez à terra natal e ainda o estado económico em que as fez, isto é, seria considerado emigrante se voltasse a embarcar em terceira classe, não o seria se o fizesse nas outras classes superiores, em certas circunstâncias (isto a partir da legislação de 1907)²⁰. Estamos, assim, perante a dupla natureza, reversível e renovável, do fenómeno migratório, surgindo a reemigração como um aspecto a ter em conta no problema da emigração, pois quando a repetição do fenómeno atinge uma intensidade apreciável, o exercício da "equação de concordância", enquanto método para estimar os movimentos migratórios, perde significado, já que dilata artificialmente tanto o volume da emigração como a estimativa da imigração. Este efeito parece não estar ausente do exercício efectuado atrás para o período de 1890-1900, aspecto que relativiza os resultados.

Em que medida a reemigração se verifica na corrente migratória que no século passado se dirigiu do distrito do Porto para o Brasil ? À medida que recolhíamos os passaportes na fase inicial do trabalho de investigação, fomos nos apercebendo da repetição de nomes, experimentando aqui e acolá alguma familiaridade. Um pouco mais de atenção mostrou que estávamos, em alguns casos, em face de novas partidas do mesmo indivíduo, facto importante que a teoria da emigração realça mas que na prática

¹⁹ Cf. MINISTÉRIO DO INTERIOR - Polícia de Vigilância e Defesa do Estado, *Relatório (1932-1938)*, Lisboa, Bertrand (Irmãos) Lda, 1939, pp. 147-175. Só nos anos 50 se fará a distinção aqui proposta nas estatísticas oficiais, com base em nova legislação.

²⁰ Ao tempo, os emigrantes não eram apenas os viajantes de 3ª classe, como já referimos no capítulo 4, de acordo com as "Instruções do Comissariado da Polícia Especial de Repressão de Emigração Clandestina", de 25 de Novembro de 1912.

se torna difícil de estimar, pois só o controlo nominativo, superando a natureza agregada das estatísticas, poderia lá chegar, como já referimos. De facto, a reemigração só pode ser analisada numa perspectiva longitudinal, pois só é observável ao longo da vida dos indivíduos, não se detectando em estimativas anuais. A ordenação dos registos de passaporte em suporte informático, com base no nome, naturalidade e idade foi o primeiro passo para uma tentativa de quantificação, não suficiente, pois a repetição de nomes, mesmo com dois ou três apelidos é impressionante. Estabelecemos alguns processos de controle mais apertado, nomeadamente a conjugação das idades com as datas de partida, que permitiu proceder a eliminações sucessivas. Face à grande massa de dados que ainda subsistia, tivemos de reduzir o campo de observação. Seleccionamos apenas os registos que continham os nomes António (25362 casos), Luís (1636) e João (6026), nomes estes tirados à sorte, trabalhando com uma amostra apenas (no caso, 27% do total de registos de passaportes informatizados). Procedemos, então, a um controlo pessoal, caso a caso, fazendo uso do confronto de todas as variáveis dos registos de passaportes, para detectar as repetições de emigração e classificá-las por ordem de partida (Quadro 6.3), reconhecendo todavia que os resultados só podem valer como aproximação.

**Quadro 6.3 - Reemigração nos passaportes Porto-Brasil,
1836-1879**

Ordem de viagem	Nºs	%
1ª	30873	93,487
2ª	1592	4,821
3ª	388	1,175
4ª	111	0,336
5ª	39	0,118
6ª	14	0,042
7ª	5	0,015
8ª	1	0,003
9ª	1	0,003
Total	33024	100,000

Como se pode observar, apenas 6,5% das partidas correspondem a situações de reemigração, isto é, trata-se do mesmo indivíduo a embarcar de novo, após o seu retorno. Este quantitativo baixo é, no entanto, significativo, se nos lembrarmos que a emigração clandestina para o período em estudo era calculada em 5%. A prática da reemigração tem como um dos seus efeitos, a nível demográfico, sobreavaliar o número de indivíduos que partiram, enquanto a emigração clandestina os subavalia, pelo que, na prática, com valores iguais, se anulam mutuamente naquele efeito, o que parece ser, de algum modo,

aqui o caso. Note-se, no entanto, que o período analisado só na recta final acusa o impacto considerável dos vapores como meio de transporte, pois antes dos anos 70, como vimos atrás, a emigração para o Brasil fazia-se por veleiros, mais incómodos e vagarosos. Daí que, na análise realizada a reemigração cresça com o passar do tempo, em resposta à mudança de comportamentos provocada com os estímulos à viagem proporcionados pelas novas condições técnicas. Julgamos que esse crescimento se intensificará a partir dos finais do período em estudo, não só em virtude das melhorias e embaratecimento das viagens, como da modificação com a natureza da emigração, cada vez mais marcada pela dispersão da célula conjugal. Mas para os emigrantes de que tratamos, proceder a uma nova emigração era apenas possível a muitos poucos. Quando se retornava era para já não reemigrar, pelo menos para a grande maioria. São, sobretudo, os negociantes, que podiam conjugar visitas familiares e turismo com negócio, os grandes protagonistas destes percursos migratórios pautados pelo retorno, com fixação mais ou menos curta e nova partida, embora haja também situações de pobres, inadaptados e alguns aventureiros. Naturalmente que a multiplicação da partidas se aplicava a cada vez menos indivíduos, pelo que a 4ª viagem já só representa 0,5% das partidas.

6.2 - Brasileiros e abrisileirados

- em torno de um inquérito

O retorno na emigração do Brasil era, pois, elevado, apesar dos textos oficiais quase não o reconhecerem e de o fenómeno se tornar pouco visível em termos sociais. Essa invisibilidade crescia, de resto, à medida que chegava um ou outro mais enriquecido, ofuscando com as suas benemerências a acção discreta dos restantes. E como o retorno empobrecido funcionava como uma atestação pública de fracasso, raramente se dirigia para o local de partida, evitando familiares e conhecidos, na medida do possível. Em todo o caso, o nível de sucesso será sempre relativizado na sociedade de partida, aferido por parâmetros que escapam ao emigrante que retorna. A verve popular e da imprensa, não se furta a distinguir entre os "brasileiros", que teriam provado a sua capacidade individual de realização através de estadias prolongadas e transformadas num visível sucesso económico, e os "abrisileirados", com estadias ligeiras e não significativas sob o ponto de vista económico. A memória colectiva conserva ainda algumas das maroteiras que os rapazes das aldeias protagonizavam sobre os seus jovens conterrâneos que voltavam de bolsos vazios, mas vestidos com o exótico fato branco, incompatível com os hábitos do campo. Autênticos rituais de humilhação a filtrarem a

reintegração, que passavam pelo enodoar da brancura da roupa pelos processos mais cruéis. Na imprensa diz-se, em tom dramático:

"É negativa a riqueza de sete decimas partes dos nossos compatriotas que "abrasileirados" saltam quasi diariamente nas praias do Tejo; ha na memoria de todos, as ultimas palavras de despedida de seu pai por ocasião de deitar-lhe a sua ultima benção antes da partida (e quase sempre a ultima da vida) "meu filho, não me venhas envergonhar, ou volta rico, ou... não voltes." ²¹

O Inquérito parlamentar sobre a emigração portuguesa, realizado em 1873, tentou abordar a questão do retorno, vagamente no conjunto de enunciados do quesito X, subordinado ao tema "emigração, imigração", mas a minúcia das questões para a qual não havia registos administrativos compatíveis tornou impossível atingir os objectivos, ao nível do relatório final²². Mais tarde (em 1874, e de novo no ano seguinte), foram enviados às administrações concelhias dois modelos de mapa, que a serem preenchidos correcta e sistematicamente dariam uma resposta bastante concreta à questão do retorno:

- Mappa nominal dos emigrantes portugueses repatriados com declaração do que se sabe, ou conjectura dos recursos pecuniarios e fortunas liquidadas, ou em liquidação, com que regressaram ao seu paiz nos 10 annos decorridos desde 31 de Dezembro de 1863 até 31 de Dezembro de 1873, e da applicação que n'elle lhes têm dado em proveito da riqueza publica.

- Mappa numerico dos emigrantes repatriados, que regressaram ao seu paiz sem fortuna alguma, no período de 10 annos, desde 1863 a 1873.

Pela correspondência travada entre o governo civil e o Ministério do Reino, verifica-se que, no caso do Porto, nunca foi possível cobrir a totalidade do distrito no preenchimento dos mapas referidos. No caso dos concelhos do Porto e Vila Nova de Gaia e Valongo, com toda a certeza aqueles aonde se verificaria uma grande concentração de retornados, nunca surgiram tais mapas e o governador civil justifica o não envio de todo o processo com a impossibilidade prática de realizar tal tarefa, tanto mais que envolvia questões financeiras para as quais não havia respostas, como os valores dos subsídios enviados pelos emigrantes à família, das propriedades adquiridas e das benfeitorias nelas realizadas, bem como dos estabelecimentos comerciais ou industriais que fundaram e até a dificuldade em presumir a riqueza. Felizmente sobraram as respostas dos restantes catorze concelhos, cujas colunas de preenchimento sistemático podem ser observadas no Anexo 6: ao todo, são referências nominais para 777 emigrantes que retornaram, segundo

²¹AZEVEDO, João Pereira, "Emigração portuguesa para o Brazil", C.P., de 13 de setembro de 1872.

²² Para o questionário inicial da Comissão de Inquérito Parlamentar, cf. "A questão da Emigração", *O Commercio do Porto*, de 29 de Maio de 1872.

o primeiro dos questionários referidos. Existem igualmente as respostas ao segundo questionário, mas dada a sua informação muito breve, apenas de natureza quantitativa, limitar-nos-emos a apresentar os respectivos dados num dos quadros-resumo. Naturalmente que há critérios divergentes no preenchimento dos inquéritos. Alguns administradores incluíram repatriados sem fortuna no primeiro mapa, outros reservaram-nos para o segundo. Uns incluem indivíduos que reemigraram ou que estão em Portugal mas ausentes do respectivo concelho (geralmente no Porto). Alguns citam pequenas "fortunas", inferiores a 100\$000 réis, outros, como o de Gondomar, incluem os de riqueza até 1000\$000 nos pobres e reservam o primeiro mapa para os de grande fortuna, necessariamente poucos²³. Por outro lado, sublinhe-se que os valores apontados são valores presumidos, isto é, dão-nos uma ideia da fortuna que a opinião pública atribuíu, sem qualquer garantia da confirmação do visado, funcionando como uma avaliação externa dos sinais de riqueza.

Aceitando os riscos desta informação muito volúvel, julgamos, mesmo assim, que ela pode ajudar-nos a construir uma ideia do brasileiro oitocentista, a partir de um pequeno conjunto de variáveis, esboçando uma distribuição geográfica e atribuindo-lhe um perfil muito genérico, ainda que baseados em dados grosseiros.

6.2.1 - Dispersão

Segundo a conglomeração dos dados dos diversos mapas (Quadro 6.4), pode obter-se uma primeira imagem do retorno, para cerca de milhar e meio de indivíduos. Nesse universo, a distribuição entre os afortunados e os "sem fortuna" é a de, praticamente, 50% para cada lado, pois se os dados de Gondomar indicam indivíduos com alguma riqueza no segundo grupo, há compensação porque outros concelhos referem indivíduos pobres no primeiro grupo. Uma observação por concelhos, mostra um grande desequilíbrio nesta apreciação, facto que atribuímos em parte à posição do informador (o administrador do concelho) sobre o fenómeno emigratório, mas também à realidade das situações.

Concelhos como Bouças, Póvoa de Varzim, Vila do Conde, Paredes, Penafiel, aonde a emigração tradicional tinha tradicionalmente mais peso, sendo uma prática bastante mais antiga, e por isso podendo tirar mais proveito das redes familiares e de amizade, surgem com uma imagem mais favorável, predominando os afortunados sobre

²³ O caso de Gondomar é claramente um problema burocrático: o primeiro mapa exige uma referência nominal, o segundo pede apenas o número anual dos regressados, pelo que a meia folha fornecida tornar-se-ia numa listagem de cerca de 400 nomes, com diversas questões.

os "sem fortuna". Numa situação oposta encontramos os concelhos mais interiores, tais como Felgueiras, Lousada, Marco de Canavezes, Baião, que nos anos 50 e 60 tinham fornecido importantes contingentes de engajados, e aonde predominavam os trabalhadores rurais, logo, com menos possibilidade de sucesso, dada a menor preparação anterior para o percurso migratório.

**Quadro 6.4 - Estimativa de retorno entre 1863-1873,
segundo mapas do Inquérito Parlamentar**

Concelhos	Com alguma fortuna	Sem fortuna	Total	Valetu- dinários	Valet./ total (%)	*Riqueza presumida
Amarante	38	27	65	10	15,4	500,0
Baião	17	6	23	4	17,4	48,5
Bouças	92	6	98	7	7,1	217,8
Felgueiras	9	15	24			34,7
Gondomar**	11	396	407	48	11,8	1554,0
Lousada	7	19	26	7	26,9	56,3
Maia	79	56	135	3	2,2	79,8
Marco	3	95	98	14	14,3	125,0
P. de Ferreira	54	9	63	5	7,9	422,2
Paredes	92		92	13	14,1	765,5
Penafiel	174	37	211	11	5,2	1473,7
P. de Varzim	87		87	17	19,5	1151,6
S. Tirso	48	12	60	20	33,3	560,2
Vila do Conde	66	16	82	3	3,7	1014,5
Total	777	694	1471	162	11,0	8003,8

*Total por concelho, em contos de réis

**Para Gondomar, sobre os "sem fortuna", refere-se que

"a maior parte dos repatriados regressou com capitais de 200\$000 a 1000\$000 rs."

Fonte: A.G.C.P., Maços de correspondência recebida, M675-681

Embora a presunção de riqueza pareça muito aleatória, pois em concelhos como a Maia e Bouças o valor total é muito baixo face aos restantes e o que se conhece a nível de biografias induz o oposto, de um modo geral, podemos dizer que os maiores níveis de riqueza estão também concentrados naquele primeiro grupo de concelhos. Note-se, no entanto, como os 11 retornados de Gondomar sugeriam o total mais elevado, justificando que os restantes desse concelho fossem considerados pobres dado apresentarem valores entre 200\$000 a 1 conto de réis.

Repare-se, por outro lado, que a percentagem de "valetudinários" ou inválidos não era a que muitos textos oficiais ou oficiosos sugeriam, ficando-se, na média geral, pelos 11%, sendo de sublinhar que muitas destas situações correspondiam a indivíduos com alguma fortuna, mas que voltavam em idade avançada por não precisarem de se submeter

às exigências do clima tropical e ao esforço quotidiano que lhes era exigido. Por outro lado, o que parece estar por detrás da vinda de muitos "pobres" são problemas de inadaptação, que se vislumbram no pouco tempo de emigração que viveram, sendo referidos muitos casos de 1 ano, no geral não ultrapassando os 4, produto talvez das situações de excesso de voluntarismo e aventureirismo que muitos cônsules no Brasil referiam. E para muitos destes o retorno não resolvia o problema, provavelmente criaria mesmo incompatibilidade ou incompreensão, sendo os retornados obrigados a retomar a situação de andarilho, ante o vexame de reconhecimento da sua incapacidade para o sucesso. É isso que transparece em muitas observações casuísticas nos mapas referidos, de que a expressão mais explícita é a do administrador de Marco de Canavezes: "*Uma grande parte dos individuos que fazem parte deste mappa voltaram outra vez para o Imperio do Brazil*".

Se nos ativermos apenas aos mais afortunados, na perspectiva da sua localização e distribuição teremos de reconhecer que alguns textos não exageravam quando produziam afirmações como esta, datada de 1842: "*Não se caminha uma legoa nesta Provincia sem contemplar uma Quinta - uma habitação - uma herdade que não se diga, pertence ao Brasileiro F. que tendo em tenra idade hido para o Brazil e ali adquirido fortuna, voltando veio empregalla no saudoso torrão de seu natal, ou mandou a seus Parentes certas quantia que estes ali empregaram.*"²⁴

É verdade que, nas décadas de 30 e 40, se verificou um importante retorno de "brasileiros endinheirados", na sequência das comoções políticas que então abalaram o Brasil, muitas das quais geraram tumultos anti-portugueses. A posição conservadora de muitos deles, a defesa aberta ou desconfiança sobre a sua acção em eventuais planos para novas ligações a Portugal e, sobretudo, a posição de credores de muitos fazendeiros e pessoas importantes da Corte, tudo isso contribuía para que a animosidade anti-portugueses ganhasse um campo fértil nas agitações políticas, direccionando os movimentos para o ataque a bodes expiatórios, responsabilizado-os genericamente por falta de géneros e subidas de preços: "*Consumada a independência, resta o ato popular de desforra, o mata-maroto, que na Baía se repete, pitoresca e tragicamente, todo o ano, e em Recife tem o aspecto de uma ameaça permanente, social da patulêa contra o comércio retalhista*"²⁵. Muitos negociantes e comerciantes de nacionalidade portuguesa retornam, então, a Portugal, uns definitivamente, outros em compasso de espera pela

²⁴ A. A. C. P., *Copiador de correspondência de 1842*, ofício nº 95. Representação de 18 de Novembro de 1842 da Associação Comercial do Porto, transcrita integralmente in ALVES, Jorge Fernandes, "Emigração Portuguesa: o exemplo do Porto nos meados do século XIX", *Revista de História*, vol. IX, Centro de História da Universidade do Porto, Porto, 1989, pp. 267-289.

²⁵ Cf. CALMON, Pedro, *História Social do Brasil*, 2º tomo, S. Paulo, s/d, p.20.

acalmia política. Muitos "brasileiros" dos meados do século passado são um resultado directo deste contexto de insegurança, fruto ainda das sequelas da independência, sem ligação com o eventual projecto migratório.

Esmorecendo esta turbulência na segunda metade do século, apesar de surgirem ainda novos episódios, o retorno passa a então a ter um significado mais ligado a projectos pessoais de emigração e aos contextos e conjunturas em que se inserem. Por isso, salvo casos muito raros, não produzirá a vinda de brasileiros tão ricos como os daquele período, confirmando-se a norma, já verificada em diversos estudos, de que o retorno não é assumido pelos emigrantes que experimentaram um grande insucesso, nem tão-pouco pelos que tiveram um grande sucesso e adaptação à nova sociedade, mas, principalmente, pelos de situação intermédia. Embora de riqueza mais modesta, nos anos setenta, os "brasileiros" ou simples "abrasileirados" distribuíam-se por todo o espaço distrital, raro sendo a freguesia que não tivesse pelos menos um "brasileiro", a apontar o exemplo do Brasil como destino a seguir, de que muitas vozes oficiais os acusavam.

Naturalmente que surgiam espaços de maior atracção para os "brasileiros" de retorno, pois nem sempre se dirigiam à sua terra natal. Se os menos endinheirados o faziam, na sequência de curtos ciclos emigratórios e aí retomavam a sua faina anterior, com alguma reformulação, fruto da injeção do capital que consigo traziam, os que possuíam mais dinheiro dirigiam-se de preferência para o Porto (para já não falarmos em Lisboa, cujos "brasileiros" do século passado eram, em grande parte, de origem nortenha) ou para as vilas dos respectivos concelhos, lugares de maior visibilidade social, mas também mais conformes ao horizonte comercial a que se tinham habituado no Brasil, pois grande parte retomava directa ou indirectamente o comércio.

Assim, a cidade do Porto era de longe o maior local de concentração de "brasileiros", não admirando que Júlio Dinis, numa descrição já clássica, lhes atribuisse um dos três bairros administrativos em que a urbe se dividia: *"O bairro oriental é principalmente brasileiro, por mais procurado pelos capitalistas, que recolhem da América."*²⁶ Se muitos tinham aí o seu palacete, muitos outros se disseminavam pela cidade, em casas indistintas da maioria, e outros viviam mesmo em pensões e hotéis, alguns dos quais eram mesmo de "brasileiros", como, por exemplo, o Grande Hotel do Porto²⁷. Impossível, porém, avaliar com um mínimo de rigor o volume demográfico dos

²⁶ DINIS, Júlio, *Uma Família Inglesa - cenas da vida do Porto*, Porto, Livraria Civilização, s/d, pp. 41-42. (Publicado inicialmente em folhetins, no *Jornal do Porto*, em 1866).

²⁷ Criado por Daniel Martins de Moura Guimarães, o qual, *"grangeando no Brazil uma boa fortuna depois de largos annos dedicados ao commercio, voltou á Pátria. Mas como a sua vida de laborioso trabalho lhe não permitisse ficar inactivo, fundou aqui o Grande Hotel do Porto."* (C.P. de 13.10.1894). Natural de Gondomar (Fanzeres) aparece nos registos de passaportes, em 1844, a embarcar para o Rio de Janeiro, com

"brasileiros" da cidade do Porto, pois o inquérito acima referido não contempla a cidade e, por outro lado, a aquela designação tinha apenas o valor de uma alcunha, excepto para os que passaram a adoptar a nacionalidade respectiva, pelo que só ocasionalmente emerge noutros registos de tipo administrativo. Nesta última acepção, apontemos duas pistas, ainda que muito redutoras na sua significação - os almanaques da cidade e os censos.

Os almanaques, nas suas listagens de negociantes e proprietários nacionais costumavam trazer a indicação dos brasileiros, com a referência "(brz.)" a seguir ao nome, revelando a ambiguidade inerente à sua identidade, pois distinguiam-se de algum modo dos nacionais, mas não eram considerados explicitamente estrangeiros, existindo para estes listas próprias. A ambiguidade desta dupla nacionalidade era utilizada proveitosamente pelos "brasileiros", pois permitia-lhes a si ou à família escapar de certas obrigações, por exemplo, o serviço militar ou as obrigações electivas para cargos administrativos que na altura eram considerados, ao nível do poder local, como um fardo pesado, podendo, por outro lado, requerer a nacionalidade portuguesa sempre que o desejassem. Não faltaram casos de indivíduos que ocultavam a sua anterior opção pela nacionalidade brasileira e se apresentavam cá como portugueses.²⁸ Tendo em conta que os almanaques eram meios de publicidade e que, em última análise só se listavam os nomes dos que o solicitassem, logo com a probabilidade de muitos escaparem, avancemos, então, alguns números que representam apenas o conjunto de negociantes com porta aberta na praça, de nacionalidade brasileira, mas, na prática, emigrantes de retorno²⁹:

<u>Ano - N° de negociantes</u>	
1838 -	163 ³⁰
1854 -	187 ³¹
1862 -	75 ³²

17 anos. A lista de retornos dá-o como regressado em 1867, presumindo-lhe 70 contos de réis como riqueza. Faleceu no Rio de Janeiro, numa última viagem, das muitas que realizou quer na América, Europa e até ao Oriente.

²⁸ Não podemos esquecer que a política brasileira procedia a "nacionalizações forçadas" como política de fixação e integração, pois, em diversos momentos legislativos, o imigrante desde que não declarasse a sua oposição perante as autoridades, passava a ser tacitamente brasileiro.

²⁹ Embora da lista constassem como portugueses alguns que também o eram, como pudemos confrontar com diversos nomes.

³⁰ Segundo *Directorio da Antiga, Mui Nobre, Sempre Leal, e Invicta Cidade do Porto e Vila Nova de Gaia para o anno de 1838*, Porto, Typographia Commercial Portuense, 1838, pp. 98-103.

³¹ Segundo o *Almanak Commercial, Judicial e Administrativo do Porto e seu Districto para o anno de 1854-1855*, Porto, Typ. J.L. de Sousa, 1854, pp. 445-503.

³² Segundo OLIVEIRA, Antonio Augusto de, *Almanak Portuense para o anno de 1862*, Porto,

1872 - 57³³

É certo que as variações nos números de negociantes brasileiros da cidade podem dever-se à variações na qualidade dos almanaques, e há casos de variações de nacionalidade entre os próprios negociantes, em que alguns "brasileiros" passam depois a portugueses, para o que bastava apresentar um requerimento à Câmara Municipal, ao sabor das conveniências de momento. Mas a verdade é que a evolução observada está em sintonia com outro tipo de informações que nos falam de retornos importantes nos finais da década de 40 e inícios de 50, quer devido a tumultos anti-portugueses³⁴, quer por receio dos frequentes surtos de febre-amarela no Brasil, factos que teriam levado muitos portugueses a venderem os seus bens e retornarem com elevados capitais³⁵, e uma vez cá não ficaram parados, tentando reiniciar a actividade comercial. Depois, o volume de negociantes decaiu, mostrando que não havia a renovação necessária à colónia, acompanhando a queda que se verifica no comércio entre o Porto e o Brasil já assinalada.

Naturalmente que os "brasileiros" não eram todos negociantes, entre eles havia mulheres e crianças, e dos homens muitos viviam apenas dos rendimentos, não exercendo qualquer actividade, bem como outros que desenvolviam actividades diversas. Infelizmente, as publicações sobre os censos só a partir de 1890 indicam a repartição da população por nacionalidades, não obstante esta variável ter sido recolhida já no censo realizado em 1864, números que obviamente só podem ser tomados como uma realidade correlativa, dada a sua estreita conexão com os "brasileiros" de retorno, ex-emigrantes. Representam, essencialmente, os emigrantes retornados nacionalizados, as suas mulheres no caso de serem brasileiras e, sobretudo, os seus descendentes, filhos nascidos no Brasil que acompanharam os pais no seu regresso, fornecendo-nos uma pequena ideia de que deveria ser bastante mais volumoso o número total de residentes retornados do Brasil. Para 1864, eis algumas informações relativamente a duas freguesias do Porto, na altura publicadas na imprensa:

Freguesia da Sé - 68 brasileiros (48 homens, 20 mulheres)³⁶;

Freguesia do Bonfim - 90 brasileiros (49 h., 41 m.)³⁷.

Typographia Constitucional, 1862, pp. 120-156.

³³ Idem, *Almanach Portuense para 1872*, Porto, Typographia Lusitana, 1871, pp. 295-342

³⁴ Particularmente os de Pernambuco em 1848.

³⁵ Cf. VOGEL, Charles, *Le Portugal et Ses Colonies*, Paris, Guillaumin et C^a, 1860, p. 116.

³⁶ Segundo relatórios apresentados ao administrador do Bairro e publicados n' *O Commercio do Porto* de 15. 2.1864. Na Sé contaram-se 644 estrangeiros, sendo, além dos brasileiros, 535 espanhóis, 23 italianos, 17 franceses e 1 dinamarquês.

³⁷ *Ibidem*, de 27 de Janeiro de 1864. Num total de 263 estrangeiros, havia ainda 153 espanhóis, 8 franceses, 2 suíços, 3 italianos, 4 ingleses, 3 mexicanos).

A partir de 1890, a contagem dos estrangeiros passa a ter a frequência regular dos censos. Para a cidade do Porto, os números de brasileiros de nacionalidade são relativamente elevados, só comparáveis aos de Lisboa³⁸:

Anos	Porto	Lisboa
1890 -	1285 -	1669
1900 -	1257 -	1823
1911 -	1717 -	2160
1920 -	967 -	1307
1930 -	1354 -	2133
1940 -	530 -	983

Números que se avançam como curiosidade, dado o significado essencialmente simbólico.

No quadro nacional, para 1890, os brasileiros de nacionalidade concentram-se claramente no Porto e Lisboa. E no distrito do Porto, o seu grau de concentração é elevadíssimo na cidade (67%), seguida Gaia e Bouças, mas a uma distância enorme (Quadro 6.5).

**Quadro 6.5 - Distribuição geográfica dos brasileiros
de nacionalidade -1890**

Portugal continental			Distrito do Porto		
Distritos	Nºs	%	Concelhos	Nºs	%
Aveiro	215	4,05	Amarante	47	2,45
Beja	13	0,24	Baião	12	0,63
Braga	450	8,48	Bouças	103	5,38
Bragança	43	0,81	Felgueiras	51	2,66
Castelo B.	18	0,34	Gondomar	28	1,46
Coimbra	181	3,41	Lousada	29	1,51
Évora	20	0,38	Maia	14	0,73
Faro	6	0,11	Marco C.	12	0,63
Guarda	104	1,96	Paços F.	18	0,94
Leiria	43	0,81	Paredes	10	0,52
Lisboa	1750	32,98	Penafiel	26	1,36
Portalegre	11	0,21	Porto	1285	67,07
Porto	1916	36,10	Póvoa V.	52	2,71
Santarem	31	0,58	S. Tirso	33	1,72
Viana C.	238	4,48	Valongo	18	0,94
Vila Real	128	2,41	V. do Conde	39	2,04
Viseu	140	2,64	V.N. Gaia	139	7,25
Total	5307	100,00	Total	1916	100,00

³⁸ Dados compilados por LOPES, Maria Fernão Couceiro da Costa Couto Lopes, "Estrangeiros no Porto", *Revista do Centro de Estudos Demográficos*, nº6, pp.13-25 (Quadros III e IV).

Fonte: Censo da População -1890

Voltemos aos números do Inquérito de 1873, agora que por processos indirectos relativizámos esta fonte, apreendendo a grandeza das suas lacunas, dada as faltas de dados para a Cidade, Gaia e Valongo. Verifica-se que, ao nível local e para além destes centros, há, no distrito, outros pólos de relativa atracção. Segundo os disponíveis, o que se segue em importância é a vila da Póvoa de Varzim, com 44 brasileiros residentes, facto que se deve, sem dúvida, à sua natureza de estância balnear, pois alguns são mesmo de fora do concelho (há-os de Braga, Guimarães, Penafiel), e provavelmente aí estariam para tentar recuperar das maleitas que a emigração lhes provocara ou apenas para aproveitar o seu maior dinamismo recreativo³⁹. A partir daí as concentrações perdem significado estatístico, embora não seja indiferente existirem freguesias rurais com cerca de uma dúzia de "brasileiros" a exibirem desaforo económico confrontado com o conhecimento das suas origens humildes. Em Penafiel, por exemplo, há várias situações ainda bastante expressivas: Galegos (com 11 casos), Paço de Sousa (19), a pequena cidade de Penafiel (18), Rio de Moinhos (13), Sebolido (9). O mesmo se passa em Bouças, em que S. Mamede de Infesta (25), Leça do Balio (16), Matosinhos (17), Perafita (11) e Ramalde (12) são exemplos elucidativos. Não se pode ignorar o efeito emulativo destes números, se tivermos em conta que estas freguesias tem uma população média de 1 a 2 milhares de habitantes, o que a uma taxa bruta de emigração da ordem dos 4‰ corresponderia uma saída anual da ordem dos 4 a 8 emigrantes, longe portanto de qualquer ideia de debandada geral! Até a toponímia lhe sofre a influência: a designação de "brasileiro" para determinados lugares é uma realidade, tal como acontece em Águas Santas (Maia) e Rio Tinto (Gondomar). A situação repete-se aqui e ali, havendo muitas freguesias que tem a sua meia dúzia de "brasileiros" a demonstrar o culto local da emigração como recurso social bem sucedido (Anexo 6).

6.2.2 - Perfil

Do perfil do brasileiro conhecemos, sobretudo, as descrições pouco abonatórias de Camilo Castelo Branco, o inveterado criador de tipos sociais, que, na biografia própria, nunca conseguiu libertar-se da perseguição fantasmática de um "brasileiro" real -

³⁹ Cf. MARTINS, Luís Paulo Saldanha, "Banhistas de Mar no Século XIX - um olhar sobre uma época", *Revista da Faculdade de Letras - Geografia*, I série, vol. V, Porto, 1989, pp. 45-59.

Manuel Pinheiro Alves, estabelecido no Porto e marido de Ana Plácido, sua paixão fatal. Dir-se-á que Camilo ousou afrontar o hábito portuense de o "brasileiro" quarentão se tornar num valioso partido nupcial para as donzelas da cidade, em casamentos etariamente muito desnivelados, mas aonde a força do dote surgia como determinante, afastando os pretendentes locais⁴⁰. Assumir esse papel custou-lhe a cadeia, dada a perseguição que o "brasileiro" lhe moveu. E será no interior da casa amarela desse mesmo "brasileiro", em S. Miguel de Seide, que Camilo, mais tarde, há-de pôr fim às suas permanentes inquietações, accionando o gatilho de forma decisiva. O fantasma que o perseguiu ao longo da sua vida de adulto, esse procurava exorcismá-lo, caricaturando-o até à exaustão nos "brasileiros" dos seus romances, personagens quase sempre cavilosas⁴¹.

Mas, na linha de Paul Veyne, o nosso romance pretende ser "verdadeiro", descer às personagens reais, ainda que para isso não possamos enriquecê-lo com os jogos psicológicos e burlescos com que Camilo se comprazia, e nos limitemos a apresentar indicadores médios de carácter sócio-demográfico e sua dispersão, no cinzentismo dos números.

Circunscrevendo-nos à amostra que o primeiro mapa do Inquérito (Quadro 6.6) acima referido nos permite, podemos avançar um pouco no conhecimento dos níveis etários dos emigrantes retornados, desses "brasileiros" que para Camilo eram sempre quarentões, isto é, já idosos mais ainda capazes de fazer estragos.

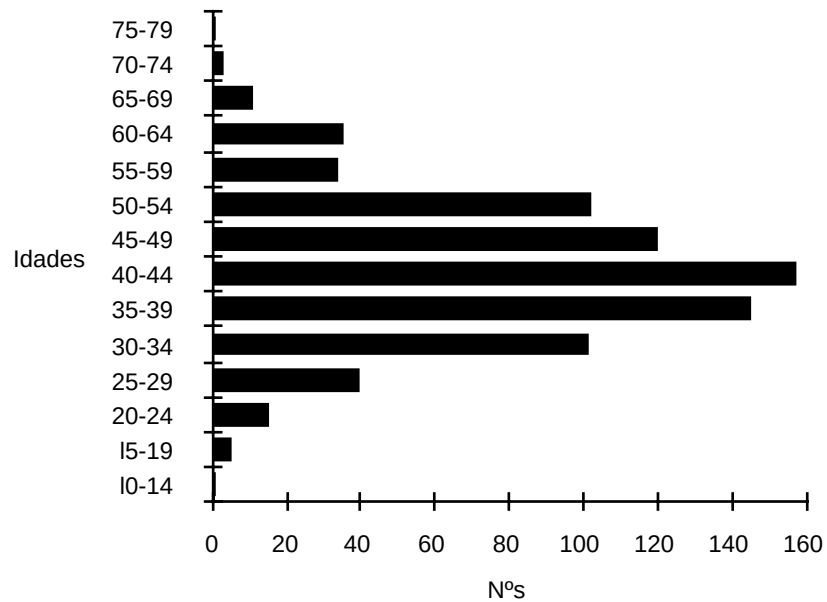
⁴⁰ Suprema ironia, a do casamento da sua própria filha, Bernarda Amélia, de 16 anos, com o "brasileiro" António Francisco de Carvalho, de 40 anos. Cf. REGO, Diogo Pinho dos Santos, *Os "Brasileiros" de Camilo*, V.N. de Famalicão, Centro Gráfico, 1961, p. 22.

⁴¹ Cf. CESAR, Guilhermino, *O "Brasileiro" na Ficção Portuguesa*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 1969, pp. 53-88. Diz o autor: "*Debaixo das telhas do "brasileiro", roendo o seu amargo pão de escriba, o novelista parece enxergar Pinheiro Alves em todos os tipos de emigrantes de torna-viagem criados por sua pena. Assistimos, assim, a um autêntico processo de transferência, para usarmos a linguagem de Freud.*" (p.58)

**Quadro 6.6 - Estrutura etária dos
emigrantes de retorno**

Idades	Nºs	%
10-14	1	0,13
15-19	5	0,64
20-24	15	1,93
25-29	40	5,15
30-34	101	13,00
35-39	145	18,66
40-44	157	20,21
45-49	120	15,44
50-54	102	13,13
55-59	34	4,38
60-64	35	4,50
65-69	11	1,42
70-74	3	0,39
75-79	1	0,13
Ind.	7	0,90
Total	777	100,00

**Gráf. 6.1 - Estrutura etária dos emigrantes de retorno,
1863-1873**



A estatística confirma, de algum modo essa imagem, pois a idade média desses retornados entre 1863-1873 é de 42 anos, com uma moda um pouco mais elevada, os 50 anos, embora haja aqui um efeito de arredondamento. Naturalmente, com uma dispersão acentuada, pois em todo o tempo se regressa do Brasil, embora a concentração desse acto seja claramente, entre os 30-54 anos.

Uma emigração de curta duração significava, de certeza, insucesso, pelo que, a componente que optava por regressar esperaria o tempo suficiente para amealhar o dinheiro que consideravam suficiente ao seu projecto: se uns conseguiam cumprir esses objectivos, outros não esperavam e regressavam logo que podiam, outros ainda nunca mais os alcançavam e por lá se ficavam, na esperança de o conseguir ou, muito simplesmente, reconvertendo os objectivos iniciais de alcançar fortuna. Veja-se, sobre este último caso, a apresentação da personagem romanceada por Gomes de Amorim, que se deixou seduzir por comportamentos existencialistas e, nas margens do Amazonas, caçava, pescava e passeava, enquanto a índia que tinha como mulher trabalhava na roça, fazia a farinha, os vinhos e a comida:

*"Chamo-me António Ferrugem; nasci no Porto e vim para o Brasil muitos anos antes da independência deste país. Por mais de vinte vezes arranjei alguns tostões, que os ladrões me comeram, e outras tantas voltei ao trabalho, como um burro de carga! Meti-me pelos sertões, aprendi os dialectos dos povos selvagens com quem convivi; tentei enriquecer por todos os modos possíveis!... A fortuna havia-me declarado guerra e judiava comigo sem cessar! Aborrecido, cansado, e convencido por fim de que neste mundo a felicidade é como cada um a encara, deixei-me de asneiras e aceitei a situação que me oferecia a sorte."*⁴²

O ciclo migratório, ou seja, o espaço entre a partida e o retorno, era, assim, muito disperso. Se maioria dos que retornavam se demoravam escassos anos no Brasil, outros havia que, tendo partido jovens, só voltavam na velhice, mas, no entanto, cerca de 50% dos que voltavam faziam-no antes dos 10 anos de ausência (Quadro 6.7). Porventura, essa proporção seria ainda mais dilatada, se dispuséssemos deste intervalo para os indivíduos considerados sem fortuna (segundo mapa do inquérito).

⁴² In "Viagens pelo interior do Brasil", cit, por PEIXOTO, Jorge, "Novos elementos bibliográficos da obra de Francisco Gomes de Amorim", *Póvoa de Varzim - Boletim Cultural*, vol.. XII, nº 1, 1973, p.96. Já atrás nos referimos ao autor, antigo emigrante que partiu aos 10 anos da Póvoa de Varzim, regressando mais tarde com o apoio de Garrett, para se tornar um escritor de reconhecidos méritos, em cujas obras perpassa a sua vivência do Brasil.

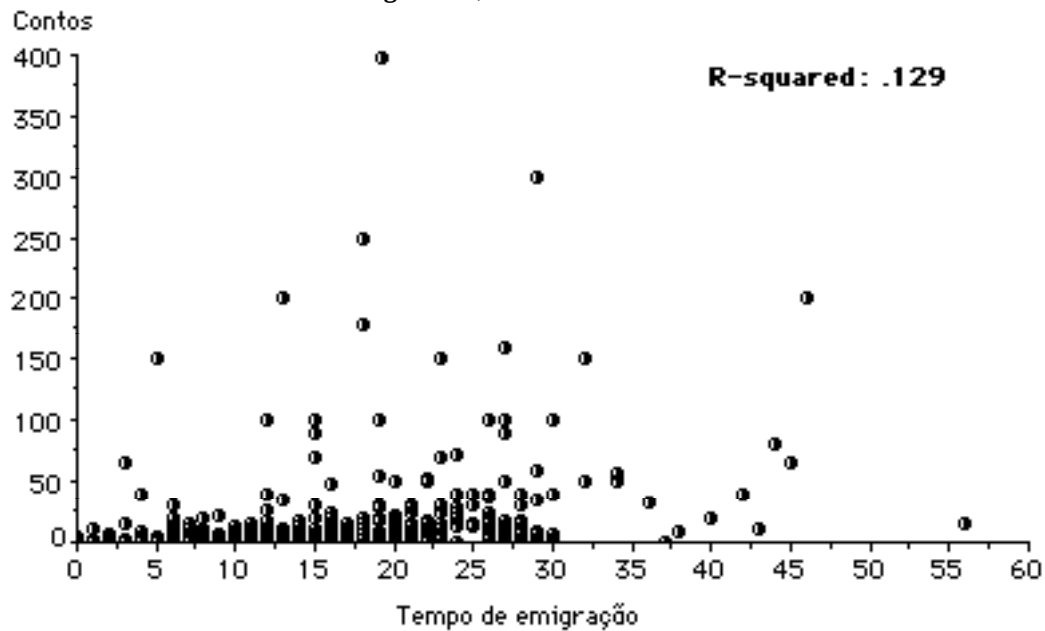
**Quadro 6.7 - Ciclo migratório e riqueza
no retorno, 1863-1873**

Anos de emigração	Nº de casos	% do total	Riqueza (mil réis)	Riqueza média
0 - 4	203	26,1	240801	1186,2
5 - 9	197	25,4	552224	2803,2
10-14	126	16,2	778541	6178,9
15-19	105	13,5	1920545	18290,9
20-24	64	8,2	1144010	17875,2
25-29	49	6,3	1663050	33939,8
30-34	10	1,3	456150	45615,0
35-39	3	0,4	40000	13333,3
40-44	5	0,6	950000	190000,0
45>	3	0,4	280000	93333,3
Ind.	12	1,5	74500	6208,3
Totais	777	100,0	8099821	10424,5

Os que passavam a vida no Brasil para voltarem velhos e ricos eram, como se vê, muito poucos, e, provavelmente, o retorno era para estes mais fruto de situações não previstas (viuvez, doença, problemas ou receio com tumultos) do que um projecto inicial. Abundam, por outro lado, os que desenvolvem um ciclo migratório relativamente curto, confirmando as palavras atrás citadas de Tabner de Moraes no Inquérito Parlamentar sobre o movimento dos que iam "fazer" alguns anos ao Brasil e traziam pequenos capitais para melhorarem as suas "indústrias" ou comprarem algum terreno. Estes aumentam com a crescente proporção de casados na corrente emigratória.

O nível de capitalização na emigração está, portanto, dependente do ciclo migratório, como se pode observar no quadro acima, pois, sem uma estadia mínima de 5 anos é difícil atingir os 2 contos de réis, numa escalada gradual, em que as dezenas de contos só já são acessíveis aos que se demorarem mais de 15 anos. Os valores elevados padecem já de uma grande dose de aleatoriedade, pois se a longa duração do ciclo migratório é condição necessária para as grandes fortunas, ela não é condição suficiente. Como se pode verificar, a correlação entre riqueza e ciclo emigratório apresenta uma grande dispersão e o seu sentido, embora positivo, é muito fraco (Gráf. 6.2).

Gráf. 6.2 - Correlação entre riqueza e ciclo migratório, 1863-1873



É um aspecto que não surpreende, pois a profissão é um elemento bem mais determinante neste campo. Para se obterem aquelas grandes fortunas no Brasil que se transformaram aqui em lenda, é necessário um tempo longo (20 a 30 anos, no mínimo) e, pode dizer-se, percorrer todas as etapas de um verdadeiro "cursus honorum": ser introduzido no comércio, começar de tenra idade como marçano, passar a caixeiro, aguentar ao longo de uma vida os destemperos do patrão e esperar com paciência que este, no momento do testamento ou no acto de retirada, o escolha para seu sucessor, legando-lhe a casa ou contratando a sua transferência, esta normalmente através de uma renda mensal ou anual, já que o caixeiro raramente tem dinheiro para a sua aquisição. Só, então, se poderá dar largas à iniciativa própria e correr os riscos do negócio. Tentativas de romper com este percurso consensual na comunidade comercial dos portugueses no Brasil e essencial ao bom nome e crédito na praça tornavam-se perigosas e não faltavam exemplos a apontar desastres, embora também se possam apresentar excepções. Mas à medida que os adultos integram cada vez a corrente migratória o percurso apontado não pode transformar-se em regra geral, nem está ao alcance de todos. Resta procurar o melhor ordenado possível nas mais diversas profissões que uma sociedade em crescimento proporciona: o ritmo de desenvolvimento avassalador que as grandes obras públicas e os processos de urbanização desencadeiam no Brasil dos anos cinquenta, mercê da economia cafeeira e do investimento inglês através dos empréstimos ao Estado, cria inúmeras oportunidades de trabalho aproveitáveis pelos estrangeiros, os quais não

comungam dos preconceitos sobre o trabalho manual que a sociedade brasileira, ainda escravista, alimenta. É nesse contexto que se deve inserir a grande corrente migratória do artesanato português, especialmente nas ocupações afectas à construção civil, desenvolvendo curtos ciclos migratórios, de acordo com a conjuntura do mercado de trabalho e as fases de desenvolvimento, retirando com pequenos capitais logo que a situação lhes é individualmente desfavorável ou quando o capital atingido satisfaz os objectivos de partida. Os trabalhadores braçais, embora com menos possibilidades, não perseguem objectivos diferentes. Daqui resulta que as grandes fortunas tem uma incidência mínima e as pequenas, entre 1 a 10 contos de réis constituem mais de um terço do espectro das riquezas presumidas, segundo os dados do Inquérito⁴³ (Quadro 6.8).

**Quadro 6.8 - Distribuição das "fortunas",
segundo o Inquérito**

Mil réis	Nºs	%
< 100	159	20,5
100 - 999	201	25,9
1000-9999	264	34,0
10000- 49999	117	15,1
50000-99999	18	2,3
100000	18	2,3
Totais	777	100,0

Mas não podemos esquecer que 1 conto de réis é já um valor considerável, pois se tivermos em conta que um "artista" ganharia de salário no distrito do Porto à volta dos 400 réis diários (146\$000 para 365 dias), corresponderia a cerca de 2500 dias de trabalho (mais de 6 anos), importância que cá dificilmente se atingiria em capitalização. Nesta perspectiva até as quantias superiores a 100\$000 tem um significado importante para a população, pois corresponderia à capitalização integral de quase dois anos de trabalho para um jornaleiro (200 réis de salário diário), pelo que os pequenos valores da emigração desempenham a nível individual e familiar um papel inestimável, permitindo o acesso a bens de raiz ou de consumo que de outro modo se tornaria impossível.

No entanto, a grande riqueza está concentrada, segundo os resultados do Inquérito que vimos utilizando, nos indivíduos com indicação de duas ocupações : negociante e comerciante. Sendo apenas 37% do total, estes indivíduos chamam a si 86 % do total dos

⁴³ Se é certo que nos faltam aqui os "brasileiros" ricos da cidade do Porto, também nos faltam os pobres de que o respectivo mapa só fornece os volumes agregados, pelo que as percentagens apresentadas não deverão andar longe da realidade.

valores indicados como fortuna, ou seja, em números redondos, 6992 contos dos réis dos 8099 somados pelo conjunto de retornados. Com fortuna acima dos 100 contos, apenas um punhado de "brasileiros", mais concretamente 18 (2,3%), na amostra deste Inquérito. Eis os seus nomes, recordando que são apenas os regressados entre 1863-1873:

De Gondomar (3):

Casimiro Ferreira Coelho, 100 contos, de Jovim;
Joaquim Moreira de Oliveira, 300 c., de Jovim;
António José de Moura, 800 c., residente no Porto;

De Paços de Ferreira (2):

Francisco da Cunha Brandão, 100 c., Paços;
José Pacheco Ribeiro Peixoto, 100c., Codeços;

De Amarante (1):

Francisco José Machado, 100 c., Amarante;

De Penafiel (2):

Francisco José Ferraz, 160 c., Paço de Sousa;
Manuel Moreira da Fonseca, 250 c, Rio de Moinhos;

De Vila do Conde (2):

António Gonçalves Belchior, 150 c., de novo no Maranhão;
Joaquim Narciso da Silva, 180 c., Fajozes;

De Santo Tirso (2):

Joaquim Bernardino Guimarães, 100 c., Santo Tirso;
José Ribeiro Saia⁴⁴, 200 c., Santo Tirso;

De Paredes (2):

José Coelho Moreira, 150 c, Gandra;
António Joaquim Coelho, 150c., de novo no Brasil;

Da Póvoa de Varzim (4):

José Gomes Moreira, 100, Póvoa;
José da Silva Azevedo, 100 c., Póvoa;
Antonio Ribeiro de Castro, 100 c., Póvoa;
Barão da Póvoa de Varzim, 400 c., Póvoa.

⁴⁴ Designando Manuel José Ribeiro, futuro Conde de S. Bento. "Saia" era alcunha popular de conotação evidente. Foi uma das vítimas de Camilo, que o deixou bastante maltratado nos seus *Serões de S. Miguel de Seide*, embora haja notícias de anterior negação de empréstimo em dinheiro ao escritor, facto que terá despertado a sua ira.

A distribuição ocupacional no Brasil destes emigrantes que retornam mostra a sua grande variedade e evidencia a importância da preparação profissional e literária nos percursos da emigração.

Quadro 6.9 - Ocupações no Brasil dos emigrantes retornados entre 1866-1873

Sect./Activid./Ocupação	Nºs	%	Sect./Activid./Ocupação	Nºs	%
1 - Sector Primário	184	23,7	2.9 - Construção naval	2	
1.1 - Agro-pecuária	51		Calafate	2	
Feitor	2		2.12- Diversas	1	
Hortelão	6		Saboeiro	1	
Jardineiro	1		2.13 - Não especificadas	25	
Jornaleiro	32		Fabricante	4	
Lavrador	10		Servente	2	
1.2 - Pesca	16		Diversas	1	
Marítimo	16		Artista	18	
1.4 . Não especificadas	117		3 - Sector Terciário	337	43,4
Trabalhador	116		3.1 - Comércio	321	
Criado	1		Galinheiro	1	
2 - Sector Secundário	246	31,7	Gerente	1	
2.1 - Construção Civil	102		Boteq./secos e molhada	4	
Caiador	1		Caixeiros	21	
Canteiro	9		Comerciante	147	
Empreiteiro	1		Estalajadeiro	1	
Pedreiro	84		Guarda-Livros	1	
Pintor	1		Marchante	1	
Trolha	6		Negociante	142	
2.2 -Vestuário, têxtil e calçado	19		Vendeiros	1	
Alfaiate	7		bombeiro	1	
Sapateiro	4		3.2. Transportes	11	
Tamanqueiro	4		Aguadeiro	4	
Costureira	4		Alquilador	1	
2.3 - Metalurgia	12		Arrais	1	
Ferrador	2		Barqueiro	2	
Ferreiro	4		Carroceiro	1	
Latoeiro	2		Cocheiro	1	
Pregoeiro	1		Condutor	1	
Serralheiro	3		3.3 - Saúde e Higiene	4	
2.4 - Ourivesaria	2		Barbeiro	1	
Ourives	2		Boticário	2	
2.5 - Madeira e mobiliário	75		Farmacêutico	1	
Carpinteiro	67		3.3 - Serviços	1	
Enxamlador	4		Eclesiástico	1	
Madeireiro	1		4-Indeterminados	10	1,3
Marceneiro	2				
Serrador	1				
2.6 - Alimentar/panificação	8				
Cozinheiro	1				
Padeiro	6				
Refinador	1		Total	777	100

A multiplicidade de profissões encontrada nos dados do Inquérito (Quadro 6.9) corresponde, em grande parte, às proporções das ocupações de partida, se aceitarmos situações de afinidade ocupacional, embora haja uma maior concentração na actividade

comercial, sobretudo por parte dos que partiram jovens sem indicação de ocupação anterior, ajudando a criar a imagem de que vão quase todos para o comércio. No entanto, os números indicam que, mesmo assim, cerca de 60% dos que voltaram nada tinham a ver com o comércio ou actividades afins, vindo antes do campo industrial ou agrícola.

Se pensarmos agora em termos de investimentos, que informações temos sobre a aplicação dos capitais destes emigrantes de retorno?

Compulsando os dados do Inquérito ficamos a saber que 40% (313) tinham enviado, enquanto emigrados, subsídios à sua família num valor total de 176 contos de réis (uma média de 562 mil réis por cada um), embora haja uma dispersão enquadrada entre os 100 mil réis e os 2 contos de réis. Cerca de 34% da população aqui analisada, o que corresponde a 264 retornados, tinham adquirido propriedades em Portugal num total de 679 contos de réis (média de 2573\$800). Por outro lado, 24% (184) tinham realizado benfeitorias nas propriedades patrimoniais ou adquiridas no valor total de 254 contos de réis (média de 1381\$290).

Ainda no domínio do investimento, o inquérito procurava saber as aplicações realizadas em estabelecimentos comerciais e fabris. É uma questão que se encontra claramente prejudicada pela ausência de dados sobre a cidade do Porto, já que era aí que mais se verificava tal facto. Assim, as informações aduzidas neste campo para os 14 catorze concelhos que têm vindo a ser analisados, não tem qualquer significado quantitativo, mas comporta algum interesse qualitativo.

Em Amarante (Jazente), Mamede Nunes, com 37 anos, e que se ausentou apenas 5 anos para o Brasil, onde trabalhou como hortelão, além de ter enviado 100 mil réis à família, regressara com dois contos de réis, o que lhe permitiu estabelecer uma mercearia cujo valor material rondava os 200\$000 e tinha de movimento 120\$000 anuais, alcançando a independência profissional e a autonomia tão desejadas pelo emigrante de retorno em todas as épocas.

No concelho da Póvoa de Varzim, em Amorim, dois "brasileiros", depois de comprarem cada qual uma propriedade no valor de 300\$000, montaram "loja de pesos e medidas", cada uma com o valor de 200\$000 e movimento anual de 15\$000, com as pequenas quantias que trouxeram da actividade comercial que tinham exercido. Trata-se de Manuel António da Silva, 39 anos de idade, 10 de emigração e capital de 500\$000 e Francisco Gomes Morim, 43 de idade, 8 de emigração e capital de 1500\$000. Já José Martins de Oliveira (51 de idade), residente na vila, apresentava uma imagem mais bem sucedida, pois dos seus 22 anos do Brasil, onde trabalhara como alfaiate, trouxe 25 contos de réis, o que lhe permitiu comprar uma propriedade por 6 contos, gastar em

benfeitorias outro tanto, e ainda montar um café e um hotel, no valor de 2400\$000, com movimento anual de 1 conto e que ocupava 9 empregados.

Este tipo de pequenos investimentos no comércio e afins também foi reconhecido para Paredes. Quatro anos como caixeiro na Baía bastaram a António Rodrigues de Magalhães, de Castelões, para trazer uma pequena fortuna de 200\$000 que empregou, na sua totalidade, numa mercearia na terra natal, a qual tinha um movimento anual de 40\$000. Maior sucesso foi o de António Ferreira de Abreu, de Rebordosa, pois, cinco anos no Brasil como estalajadeiro renderam-lhe 5 contos de réis, tendo enviado à família 3350\$000, e montado uma mercearia (valor de 400\$ e movimento anual de 100\$) e uma estalagem por 1 conto, com movimento de 300\$, ocupando nove empregados.

Um pequeno número de casos, pois os administradores do concelho, na sua grande maioria, ignoraram estes quesitos! Se os mapas fossem devidamente preenchidos, estamos convencidos que muitos mais seriam, pois fundar uma pequena unidade comercial ou estalagem, normalmente anexa à casa foi sempre uma das formas preferidas pelos emigrantes de retorno para rentabilizarem os seus pequenos capitais. Muitos o fizeram, mais ainda propiciaram o seu estabelecimento aos membros da segunda geração. Conhecemos um caso mais tardio (dos finais do século passado) em que o emigrante de retorno estabelece a sua loja de comércio a retalho na aldeia natal e, à medida que os filhos vão atingindo a idade adulta, propicia-lhes a autonomia e o casamento, fornecendo-lhes o capital para a sua própria loja: no final do processo são ao todo oito lojas, três na freguesia inicial e as restantes nas circunvizinhas, numa igualdade de estabelecimento para os 8 filhos (um deles ficará com a do pai). Claro está que tal incremento de comércio a retalho não resistiu em mercados tão apertados como o de 4 freguesias rurais, aonde de resto já existiam outras lojas de proprietários diversos (também ligados à emigração), pelo que alguns dos filhos acabaram por encerrar o estabelecimento ou deixá-lo à mulher e... emigraram para o Brasil. A rede nacional de comércio a retalho da segunda metade do século passado e inícios deste deve-se, em grande, parte às pequenas quantias que os emigrantes traziam do Brasil (mais tarde também dos E.U e da Argentina), permitindo-lhes a compra da propriedade, quintal e casa com 1º andar, e a criação do estabelecimento no rés-do-chão, assegurando de alguma forma a reprodução do capital, permitindo a realização de pequenos lucros para a sobrevivência do quotidiano de uma forma menos melindrosa (não obrigando a voltar a sujar as mãos na agricultura) e, por isso, com alguma projecção social nos pequenos meios rurais.

Pontualmente, o mapa do Inquérito fornece-nos ainda mais alguns detalhes, no campo das observações. O manuscrito referente ao concelho de Amarante procura indicar a localização da "fortuna" dos seus 22 "brasileiros": assim, quatro tinham a sua

riqueza total ou parcialmente no Brasil; um tinha os 6 contos de réis em "acções d'uma Companhia de Tabacos em Lisboa"; Francisco Alexandre Peixoto da Gama tinha parte dos seus 20 contos em "acções do caminho de ferro americano no Porto, de que é director"; com 30 contos de depósito nos bancos de Lisboa havia um, enquanto outro preferia depositar o seu dinheiro nos bancos do Porto; finalmente, os 14 restantes utilizavam as "inscrições" para capitalizar, isto é, compravam títulos de dívida pública, uma das formas de aforro de maior confiança no século passado e, sem dúvida, o instrumento de capitalização preferido.

Numa outra vertente, o mapa referente a Vila do Conde, indica-nos um grupo de cinco "brasileiros" de Fajozes que contribuíram com verbas de 150\$ e 250\$ para o cemitério local e obras na igreja, comportamento muito frequente. Com efeito, não se pode esquecer o papel dos "brasileiros" na construção dos cemitérios e sua dignificação numa época histórica em que havia repulsa popular pelo seu uso e se impunha superiormente a sua construção, em nome da sanidade do ambiente, proibindo-se os enterros nas Igrejas. A vedação e o arranjo urbanístico dos espaços cemiteriais para cujas obras muitos brasileiros contribuíram veio cortar o argumento dos que não queriam lá enterrar os seus familiares, dada a situação de campo aberto, permitindo o ingresso frequente de animais domésticos (galinhas, porcos) que revolviam o solo e punham em causa as jazidas. Mas importante ainda será o hábito de construir capelas de jazigo, numa emulação com os antigos mausoléus que os nobres construía no interior das igrejas, pois esses edifícios vão conferir dignidade e solenidade a espaços antes rejeitados, contribuindo para a aceitação social dos cemitérios que, como se sabe, foram um foco de polémica e de agitação popular. Quando não podem construir os jazigos em vida, deixam recomendações, por vezes minuciosas, nas obrigações testamentárias.

Constituindo uma amostragem pouco qualificada da população de retorno entre 1863-1873, os mapas sobre retornados⁴⁵ do Inquérito Parlamentar de 1873, permitiram-nos uma incursão, a um universo pouco estudado, mormente no campo económico, facilitando a construção de alguns indicadores pertinentes e/ou indiciar alguns problemas.

6.3 - Papel Social

⁴⁵ Retornados quase todos do Brasil, embora haja 11 casos da Argentina (9 em Penafiel, 1 em Bouças, 1 em Santo Tirso) e 4 casos vindos de África (3 em Vila do Conde e 1 em S. Tirso). Para uma leitura de pormenor, vd. Anexo 6.

Ricardo Jorge deixou-nos um testemunho, vivido mas lúcido, sobre o papel social do "brasileiro" do século passado, enquadrando a *"personagem viva que assomava e ascendia sobre o decair rápido das classes predominantes do velho regime"* nos seus traços mais identificadores, tal como o mostra a epígrafe com que se inicia este capítulo. Para os inícios do nosso século, já o autor reconhece o declínio do seu tipo "diferenciador", a sua fusão e confusão na massa comum, embora o quadro económico e social permanecesse idêntico, isto é, ainda muito dependente da emigração. Trata-se, porém, de uma interpretação maximalista, já que se há situações que se podem enquadrar na visão de Ricardo Jorge, há muitas outras que, não só não encaixam no paradigma assim definido, como podem mesmo, em sentido oposto, responsabilizar-se como elemento de sustentação desse "velho regime", por processos directos ou indirectos.

Ora para identificarmos alguns dos múltiplos e peculiares contornos do "brasileiro" impõe-se o recurso à variada pesquisa heurística que forneceu a base documental deste trabalho e que permitiu uma colecção de biografias. Biografias que, na sua maior parte, são muito incompletas, colagem de notícias, permanecendo grandes "buracos" nas teias de reconstituição dos percursos individuais. Se é difícil reconstituir as biografias de indivíduos a um nível paroquial, assumindo a conceptualização de modelos fechados, mais penosa é a tarefa de traçar os dados identificadores de indivíduos que se movem num espaço aberto, muito alargado e fluído, com origem geográfica e social muito diversa, congregando informações das mais variadas origens em torno de referências nominativas, quase sempre muito precárias. Assim, se podemos dispor de mais de uma centena de milhar de referências nominais de partida, já só estão disponíveis alguns milhares no campo do retorno, e teremos de nos cingir a algumas centenas para situações em que seja possível saber algo mais do que o conhecimento daqueles momentos, sem garantia de uma amostra qualificada. O tratamento a seguir terá de ser agora de natureza qualitativa, procurando situar os comportamentos individuais nos seus contextos, aprofundando os aspectos que parecem sobressair como mais relevantes, na intersecção da informação bibliográfica e documental com a biográfica.

6.3.1 - Remessas monetárias

O papel tradicional do refluxo monetário da emigração está mais do que sublinhado na literatura existente, já que se tornou no principal sustentáculo do equilíbrio económico nacional, nomeadamente da balança de pagamentos. Infelizmente nunca foi possível, nem o será, avaliar os quantitativos das transferências privadas do Brasil para Portugal ao longo do século passado, a não ser através das estimativas impressionistas

dos autores coevos⁴⁶. Naturalmente que as remessas de dinheiro do Brasil estão sujeitas a flutuações diversas, pois tanto crescem em momentos de alto de câmbio ou de retorno mais acentuado, como descem em momentos de baixa de câmbio, em compasso de espera para a eventual recuperação.

Charles Vogel fala-nos da importância dos retornos, principalmente nos anos de 1852 e 1853, que teriam feito entrar no País cerca de 300 milhões de francos, qualquer coisa como 54000 contos de réis⁴⁷ (ao câmbio de 910 réis por cada 5 francos-ouro) número que naturalmente levanta dúvidas, mas que não julgamos surpreendente. Recordemos que um brasileiro como o Conde de Ferreira, à sua morte, tinha uma fortuna avaliada entre 1200 a 1500 contos de réis, já depois de muito exaurida a sua fortuna. Não era caso único e bastaria meia centena de "brasileiros" destes para perfazer aquele quantitativo⁴⁸.

Que a importância das remessas brasileiras era já decisiva na economia nacional, ficou demonstrado já nos anos 60, com a crise que então se desenrolou entre 1864-68. Em 1863, surgem os primeiros indícios de crise no Brasil, em conjugação com os efeitos depressivos da guerra civil norte-americana e de fracas colheitas de café⁴⁹. No Rio de Janeiro, sinais expressivos foram os da casa bancária de António Alves Souto & C^a⁵⁰, uma das casas de maior crédito, que vai ver-se em dificuldades, acabando por falir no ano seguinte: *"A casa de Souto & C^a era depositaria de, além de 9:000 contos em contas correntes, mais 14:000 contos de economias de individuos de todas as classes, mas principalmente dos trabalhadores portugueses, que la tinham a maior parte do seu pequeno peculio"*. Para além da crise agrícola, devido à *"molestia do cafezeiro"* que provocara safras baixas, não permitindo a solvência de dívidas por diversos fazendeiros, o Banco sofria pressão por *"muitos empregos em Portugal de capitaes que aqui se achavam, e para lá iam sendo atraídos a pouco e pouco"*⁵¹.

Neste sentido, sublinhemos que nos anos de 1863-65, em consonância com um período de dinamismo económico, há um surto de criação de bancos em Portugal,

⁴⁶ Cf., MATA, Maria Eugénia, *Câmbios e Política Cambial na Economia Portuguesa, 1891-1931*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora (Cadernos da R.H.E.S., nº 8), 1987. A autora refere as estimativas apontadas pelos diversos autores e cita abundante bibliografia a este respeito, mas só para o período posterior à década de 80 do século passado.

⁴⁷ Ob. cit., p. 116.

⁴⁸ Veja-se a este propósito a leitura de ALEXANDRE, Valentim, *Origens do Colonialismo Moderno*, Lisboa, Sá da Costa, 1979, p. 49.

⁴⁹ Cf. "Situação Económica do Brazil", C.P., de 20 de Junho de 1863, e "A crise no Rio de Janeiro", *ibidem*, de 16.10.1864.

⁵⁰ António Alves Souto (Visconde do Souto) era cidadão português. Nasceu no Porto a 28.11.1813 e faleceu no Rio de Janeiro a 14.02.1880.

⁵¹ Cf. "Brazil", C.P., nº 236, de 15 de Outubro de 1864.

surgindo no Porto o Banco União (1862), o Banco Aliança (1863), a Nova Companhia Utilidade Pública (1864), multiplicando-se por dois e três o valor das diversas operações dos bancos com sede no Porto, para decrescerem a partir de 1865.⁵² Esta abundância de capitais em Portugal, *"uma das causas do entusiasmo, que se tem manifestado pela formação de instituições bancarias, em especial e quasi exclusivamente pelas que se destinam a emissão e desconto"* está directamente ligada ao retorno de "brasileiros"⁵³, alguns dos quais, para além de subscritores, vão assumir cargos directivos, como é, por exemplo, o caso do Visconde de Pereira Machado ou de Pinto Leite, no "União". Mesmo que os "brasileiros" não liderem as instituições são avidamente procurados e invocados para fazerem funcionar as suas redes de conhecimentos e conseguirem canalizar através dos bancos respectivos as remessas do Brasil.

Mas, no Brasil, a corrida aos balcões da casa Souto provocou um movimento idêntico a outros bancos, arrastando alguns deles à falência. Medidas de emergência foram, então adoptadas, entre elas a do curso forçado das notas do Banco do Brasil, numa prática de circulação de papel-moeda que se prolongará posteriormente, sendo uma das razões da instabilidade cambial que o Brasil veio a conhecer. A tendência depressiva acentua-se com a guerra contra o Paraguai que estala logo a seguir (1864) e vai durar até 1870, absorvendo homens e capitais, debilitando a actividade económica. Um indicador claro é a baixa do câmbio sobre Londres, que decai quase para metade entre 1864-1868⁵⁴.

Assim, já em 1865 se reconhecia no Porto:

"A crise do Brasil collocou Portugal em má posição para saldar as suas contas internacionaes. A Inglaterra era um paiz a que enviavamos letras que recebiamos d'além mar. Faziamos como nas "clearing-houses", e tinhamos a vantagem de recebermos muitas letras, já para mezadas que o amor de familia enviava, ja para transferencias de fundos de pessoas que voltavam ao berço patrio. Extinctos esses meios e alterado o systema de commercio, vimos e estamos vendo o cambio desvantajoso, e o dinheiro indo barra fora para o norte" ⁵⁵.

A persistência da recessão e o reconhecimento da *"dependencia em que se acha o commercio do Porto e do reino do estado prospero ou desfavoravel das praças do Brazil"* levam um articulista, em 1868, a criticar a falta de acção para sair *"d'este marasmo em que ha tanto vivemos, esperando sempre que do Brazil volte o que o Brazil costumava dar-nos"*, ao mesmo tempo que comentava o facto de os jornais continuarem a

⁵² Cf. *Annaes de Estatistica, Estatistica Bancaria (1858-1892)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1894, pp.3 e 8.

⁵³ Cf. SÁ, Ribeiro de, "Lanifícios -II", *C.P.*, 6 de Junho de 1864.

⁵⁴ Em 1864 a cotação mais baixa tinha sido de 253/4 pences (por mil réis); em 1868 será de 14.

⁵⁵ In "Elevação da taxa de juro", *C.P.*, de 22 de Agosto de 1865.

"trazer *annuncios e annuncios de leilões de mobílias pertencentes a famílias que se retiram para o Rio de Janeiro e outros portos da America*"⁵⁶. O ambiente depressivo de 1867-70 não é estranho às turbulências políticas do período.

Eis um quadro que se vai repetir. Em 1873, verifica-se a "*renascença do entusiasmo pelas instituições bancárias*"⁵⁷, a nível nacional, as quais de 17 passam para 51 em 1875, em consonância com a subida do câmbio do Brasil e o surto de desenvolvimento brasileiro verificado com a expansão da cultura do algodão, no contexto da guerra civil americana.⁵⁸ Em Portugal, a febre de criar bancos alastra à de criação de empresas por acções de todo o tipo, sendo de salientar a subscrição de acções para os caminhos de ferro e empresas de serviços. Os jornais começam a lembrar os anos sessenta, e noticiam a insolvência do Banco Mauá, em Montevideu, estreitamente ligado ao do Rio de Janeiro⁵⁹. Mais uma vez o anúncio da crise vai chegar da América do Sul, indiciada desde 1874, por dificuldades crescentes e quebra no câmbio brasileiro⁶⁰. A especulação com os fundos espanhóis (no 1º trimestre, no Porto e Lisboa, transaccionaram-se cerca de 70 mil contos) e a sua quebra de cotação, responsável por uma hemorragia de numerário, que tornou insolventes algumas casas bancárias (Banco do Porto, Carmo & Sobrinho, a 11 de Agosto, e Banco Comercial de Viana, a 14, seguindo-se a corrida geral aos depósitos), foi apenas o pormenor que fez vir à superfície a debilidade das bases financeiras da estrutura bancária de então:

" *Uma parte das sommas perdidas perdidas pela baixa dos fundos espanhoes tinha saído dos bancos. Alguns estabelecimentos tinham as suas carteiras recheadas de acções dos outros bancos, ou das suas proprias, sobre cujo penhor imprudentemente tinham feito empréstimos, acceitando pelo nominal aquelles titulos, alguns dos quaes nunca tinham tido séria cotação nas bolsas. Alguns dos novos bancos por consequencia quasi não teriam capital proprio, porque muitos subscriptores para pagarem as suas prestações tinham ali empenhado os proprios titulos*"⁶¹.

Percorrendo as listas de accionistas e dos corpos sociais dos vários bancos e companhias, aí encontramos frequentemente os "brasileiros" do Porto, num voluntarismo

⁵⁶ In "A praça do Porto", C.P., de 28 de Agosto de 1868.

⁵⁷ Cf. "Revista commercial e economica", C.P., de 12 de Junho de 1873.

⁵⁸ A geografia de implantação destes bancos, em estreita conexão com as zonas da emigração, foi traçado por PEREIRA, Miriam Halpern, *Livre Câmbio e Desenvolvimento Económico*, 2ª edição, Lisboa, Sá da Costa Editora, 1983, p. 260.

⁵⁹ Cf. "Revista commercial e economica", C.P., de 12 de Abril de 1875.

⁶⁰ Idem, *ibidem*, de 11 de Setembro de 1876.

⁶¹ PIMENTEL, Antonio de Serpa, *Relatorio - Proposta de Lei e Documentos apresentados na Cmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa em sessão de 9 de Janeiro de 1877, pelo Conselheiro d' Estado, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Fazenda*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1877, p.8.

não isento de críticas, pois vários autores se interrogavam pela forma como se descobriram, de repente, tantos gerentes para tão variadas empresas. De permeio com membros da clássica comunidade comercial do Porto, entre eles os tradicionais nomes de origem estrangeira, aí está, de facto, o jovem de origem humilde que partira há anos para o Brasil e agora se apresentava como negociante ou capitalista, alguns até acobertados já com título de nobreza, numa transmutação que para alguns era rápida, passando dos negócios de balcão, do lado de lá do Atlântico, para a área financeira que poucos dominavam. O jogo bolsista em períodos de euforia, a inclinação para as obrigações de dívida pública em períodos de maior circunspecção, são os seus focos de atracção. Embora investisse em bens de raiz, o emigrante de retorno, em idade madura ou avançada, preferia o investimento em bens mobiliários, que, em caso de necessidade, fossem de fácil realização e sujeitos a um juro que dava mais garantias de lucro do que o investimento na área produtiva. Por isso se dizia, na altura:

*"Comecei esta chronica registrando os prennuncios de uma crise bancaria, e das questões monetarias passei naturalmente ao Brazil, porque entre os bancos, a emigração e o Brazil, as linhas de passagem são insensíveis. Entre o rapaz que sae d'aqui phantasiando riquezas, o emigrado que moireja lá na America para realizar a sua ambição, e o capitalista que volta á patria fundar um banco, não ha pontos de intersecção. Os tres momentos são uma biographia"*⁶².

Se as cíclicas crises bancárias e económicas nacionais se inscrevem no quadro mais vasto de globalização da economia a nível mundial, a estreita interligação da praça do Porto com o Brasil não suscita dúvidas. Por isso, a crise de 1876 não poderia deixar de se correlacionar com a baixa de câmbio que se verifica desde 1875, a qual terá implicado uma retracção de remessas à espera de melhor altura, criando dificuldades de caixa às casas bancárias do Porto e Norte de Portugal⁶³.

É difícil avançar no conhecimento deste processo de transferência de moeda do Brasil para Portugal, dada a fragilidade da rede bancária de então, com muitas casas comerciais, desde as de secos e molhadas às de ferragens, a desenvolverem uma acção de agentes informais, relacionadas com vários bancos. Algumas informações, contudo, podem recolher-se dum inquérito⁶⁴ mandado realizar no Rio de Janeiro, em 1876, pelo ministro da Fazenda, barão de Cotegipe, às casas anunciadas nos jornais como agências de bancos portugueses e não formalizadas conforme as exigências da lei do Império de

⁶² OLIVEIRA, P. de, "Portugal e Brazil", *Revista Occidental*, Lisboa, 1875, p.743.

⁶³ Cf. JUSTINO, David, ob. cit., 2º volume, pp. 87-90.

⁶⁴ Publicado por *O Commercio do Porto*, em diversos números: 18, 20, 22, 23, 24, 25 de Março e 4, 5, 6, 14, 16 e 17 de Abril de 1877.

22 de Agosto de 1860, que obrigava à solicitação de autorização para funcionamento e publicação dos balancetes.

Do resultado do inquérito concluía o barão de Cotegipe, que *"não são agências propriamente ditas de nenhum banco as que como tais se annunciam n'esta côrte; mas sim casas commerciaes que, incluindo em suas transacções a de passarem dinheiro para Portugal por meio de comissão, se dizem agencias de bancos, a fim de inspirarem maior confiança ao publico, quando taes bancos limitam-se a pagar as letras e cartas de ordem que os sacadores do Rio de Janeiro dão sobre elles, uma vez que sejam acompanhadas de cambiaes em valor suficiente para cobrirem taes saques."*

Limitavam-se as relações entre os bancos e os ditos agentes a "cartas de convenção" ou, em alguns casos, a procurações, pelo que não havia qualquer transferência de capital da matriz do banco para a "agência" do Brasil, limitando-se esta a emitir saques contra o banco, dar cartas de crédito e estabelecer mesadas, pagar saques do mesmo banco, fazer operações de câmbio nos momentos favoráveis, cobrando, em geral, uma comissão de 1%. Por isso, as contas respectivas surgiam misturadas nos livros oficiais da casa com as restantes operações comerciais, embora algumas tivessem paralelamente livros próprios para as operações bancárias, de forma a facilitar o seu controlo. Dos relatos das vistorias a cada casa, podem tirar-se algumas ilações, referindo-nos agora àquelas cuja informação é mais significativa:

Banco Aliança do Porto - representado, desde 1874, pela firma alemã Backheuser & Meyer, na rua General Câmara, nº 65, uma casa de importações, exportações e comissões. Limitavam-se a receber juros de apólices e acções de companhias por conta do banco ou de seus comitentes, para o que recebiam as respectivas procurações.

Banco Comercial de Viana - casa Fonseca & Cunha, na rua do Rosário, nº 112, escritório e armazém de molhados. Emitiu saques entre 22 de Novembro de 1873 e 21 de Agosto de 1876, por ordem da matriz, dada a suspensão e pedido de moratória em face da crise vivida em Portugal. Tinham procuração para emitir saques sobre o banco e suas agências em Espanha, França e outros países. Nesses quase três anos, a "agência" sacou um total de 11526 contos, em moeda brasileira, assim distribuídos: Portugal e Ilhas - 9545 contos; França e Itália - 1710 c.; Espanha - 269 c., o que nos mostra a diversidade de caminhos do dinheiro da emigração. O gosto pela aplicação em fundos de dívida pública estrangeira levava algumas remessas directamente para os países em causa, podendo esse capital e sua reprodução chegar mais tarde a Portugal, total ou parcialmente. Dada a baixa de câmbio, a agência tinha em seu poder, na altura do inquérito, cerca de 263 contos, à espera de altura mais favorável.

Banco Mercantil de Viana - Coelho & Irmão, armazém de molhados. Instalada em finais de 1875, sacara sobre o Banco cerca de 344 contos no decurso dos 12 meses.

Banco União do Porto - Um sobrado na rua de S. Pedro nº 51, sob a direcção de José Joaquim Ferreira Margarido, desde 24 de Março de 1876, embora a agência existisse no Rio desde 1864, entregue a outras casas. Na altura, orçava em 110 contos anuais o seu movimento.

Banco do Minho - Ferreira de Sousa & C^a., casa de comércio. Desde o estabelecimento, em Julho de 1871 até Outubro de 1875 sacaram sobre o banco 5532 contos, sendo o ano de 1875 o que atingiu o montante mais elevado - 1660 c.

Banco da Póvoa de Varzim - Braga Lopes & C^a, rua General Câmara, nº 4. Iniciada em Julho de 1875, encerrou em Setembro de 1876. Num ano apenas enviou cerca de 40 contos.

Banco Industrial do Porto - Rangel da Costa & Guimarães, fabrica e vende utensílios de cobre, agente desde 1875. Desta data até Novembro de 1876 sacou 925 contos sobre o Porto (recorde-se que o B.I. foi uma dos poucos bancos do Porto que não recorreu a moratória na crise de Agosto de 1876).

Banco de Barcelos - Araújo, Lopes & Oliveira, loja de fazendas e modas, rua da Quitanda, nº 57. Iniciada em 10 de Junho de 1876 tinha desenvolvido um pequeno número de operações, no valor de cerca de 8 contos, por medo e por recomendação do Banco, em face da crise bancária.

Banco Mercantil Portuense - Klingelhoefer & c^a, casa comercial, agente há cerca de "30 anos", um exagero de declaração, pois, no máximo, só o poderia ser desde 1855, data da fundação do Banco. A evidenciar os efeitos da quebra de câmbios sobre as remessas, vejamos os saques dos últimos anos : 1874 - 951 contos; 1875 - 824 c.; 1876 - 340 c.

Banco de Guimarães - Mendes de Oliveira & C^a, na rua da Alfândega, nº 24. Embora com agência há 3 anos no Brasil, estes apenas se iniciaram em 30 de Agosto de 1875, remetendo, até Julho de 1876, cerca de 300 contos.

Banco da Covilhã - Braga & FONSECAS, casa comercial. De Março de 1875 a Novembro de 1876 sacara sobre o Banco cerca de 120 contos.

Mais propriamente correspondentes e procuradores do que agentes dos bancos respectivos, este pequeno número de estabelecimentos apenas do Rio de Janeiro dá-nos uma ideia da grandeza do fluxo monetário drenado para Portugal, apesar das estruturas arcaicas de captação de capitais, embora a figura do "correspondente" bancário nas pequenas vilas da província ainda durasse praticamente até aos nossos dias. Longe de corresponder à rede de correspondentes dos bancos portugueses de então, bem como à

sua dispersão pelas diversas províncias do Brasil aonde era significativa a presença portuguesa, esta pequena amostra de bancos transfere, num cálculo grosseiro, para o último ano mais de 8000 contos brasileiros, um pouco menos de 4000 contos portugueses. Se repararmos que estamos num ano de crise e baixa de câmbio, portanto de retracção nos envios, que não estão ali representados vários bancos importantes, nem os correspondentes de outras cidades onde o elemento português era significativo⁶⁵, não podemos aceitar a estimativa de Alexandre Herculano que calculava em 3000 contos de réis o valor médio anual dos ingressos monetários provenientes da emigração⁶⁶. Parece-nos mais consistente a avaliação de Oliveira Martins, quando defendia, em 1891, o montante das remessas do Brasil em 12 a 15 mil contos anuais e estruturava os ingressos do seguinte modo:

Economia de trabalhadores repatriados (5 a 6000) 7 a 8 mil contos;
Rendas de repatriados capitalistas, vindas em papel cambial... 3 a 4 mil contos;
Mesadas, pensões, esmolas, presentes,
tanto em papel cambial como em géneros ... 2 a 3 mil contos⁶⁷.

Cálculo este que, provavelmente, se pode antecipar no tempo, pois tudo indica que os valores dos melhores anos das décadas de 60 e 70 não tenham andado longe destas estimativas. Em termos de balança de pagamentos, sublinhe-se, estas remessas da emigração não se podem considerar um valor líquido, devendo ter-se em consideração o pequeno pecúlio que a grande maioria dos emigrantes leva consigo, mas que no total atinge valor elevado⁶⁸, bem como os gastos de transporte, quando este se faz em navios estrangeiros, o que obriga a transferências em cambiais, facto que tomou grande incremento com a generalização das passagens em vapor, praticamente todos estrangeiros⁶⁹. Para além disso há transferências de dinheiro português para rentabilizar no Brasil, através de emigrantes, facto que encontramos através da análise de testamentos. António Joaquim Ferreira da Silva, de Vila do Conde, mas estabelecido no Pará, onde tinha um sociedade mercantil com navios, negros e fazendas, com uma cota pessoal de cerca de 65 contos de réis, tinha duas verbas de 400\$000 réis portugueses de

⁶⁵ Basta percorrer um almanaque do Porto da época para confirmar que os diversos bancos tinham uma rede de correspondentes alargada e estavam presentes nas principais cidades do Brasil, aonde tinha algum significado a presença portuguesa.

⁶⁶ HERCULANO, Alexandre, *Opúsculos - II*, Lisboa, Presença, 1983, p. 68 (Organização, introdução e notas de Jorge Custódio e José Manuel Garcia). O texto original aqui considerado é de 1873.

⁶⁷ Cf. MARTINS, Oliveira, *Dispersos*, Tomo II, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1924, p. 256 (org. de António Sérgio).

⁶⁸ Há quem com uma base de 50\$000 por emigrante, lhe atribua um montante de 900 contos anuais, o que parece exagerado. Cf. *Relatório do Consul de Portugal no Rio de Janeiro*, - nº 9, 1895 Lisboa, Imprensa Nacional, 1898, pp.80-83

⁶⁹ Cf., a este respeito, VARETA, Bernardino, *A Marinha Mercante e a Economia Nacional*, Porto, 1903.

duas irmãs em Portugal, a correr sob o juro de 5%, no ano de 1855⁷⁰. Joaquim Francisco de Azevedo, de Fornelo, emigrado no Pernambuco tinha em seu poder 800\$000 que um padre da terra lhe entregara⁷¹. E a ajuda monetária também funcionava no sentido contrário do habitual. Manuel de Azevedo Troça enviou para o Brasil 8500\$000 francos, a juro de 10%, para os dois filhos que tinha no Brasil, determinando agora, que por sua morte, fossem também descontados nas legítimas da herança⁷².

Mas remessas globais em montantes tão elevados constituem um problema sempre que há oscilações negativas do câmbio, dado seu efeito erosivo. Por isso, ninguém duvidada da *"dependencia entre numerosissimas familias residentes em Portugal e o curso das transacções internacionaes do commercio brasileiro"* ⁷³.

Em inúmeros artigos ao longo da sua carreira de jornalista-economista, Rodrigues de Freitas, tal como Oliveira Martins, não se cansou de chamar a atenção e documentar esta natureza dependente da economia portuguesa em relação às remessas e ao câmbio do Brasil sobre Londres, já que aquelas eram, na sua maioria, enviadas em cambiais a descontar na praça londrina. A mínima descida de câmbio fazia estremecer os negócios, especialmente na praça do Porto, assim como ligeiras subidas criavam entusiasmo que logo se repercutiam numa actividade económica mais intensa, numa subordinação demasiado exposta à evolução de factores exógenos.

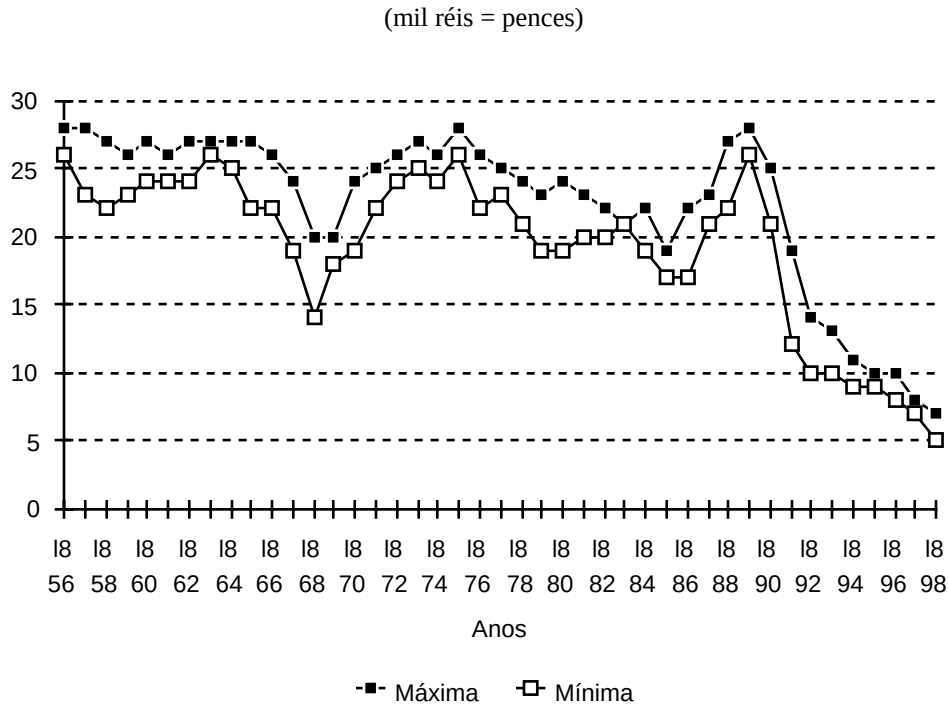
**Gráf. 6.3 - Evolução do câmbio do Brasil sobre Londres,
1856-1898**

⁷⁰ A.M.V.C., *Livro de Registo de Testamentos*, nº 3188, pp. 185-191

⁷¹ Idem, *ibidem*, nº 3192, pp. 37-41.

⁷² Idem, *ibidem*, nº 3193, pp. 43-47.

⁷³ FREITAS, Rodrigues de "Revista Commercial e Economica", C.P., de 11 de Junho de 1884.



Fontes:

FREITAS, Rodrigues, e MOUTINHO, J.F., *O Cambio do Brazil*,

Porto, Typ. do Commercio do Porto, 1886, pp.9-10;

FREITAS, R. "A principal origem da crise", C.P., de 9.7.1891.

PEREIRA, Miriam, H., *Livre-câmbio...* pp. 261- 4

Um quadro explicativo do género se aplicou ao entusiasmo vivido a partir de 1886, embora o despertar para as dificuldades surgisse logo em 1890. Desta vez, porém, a quebra do câmbio brasileiro apresenta sinais de longa duração e uma inflexão irreversível (Gráfico 6.3), num quadro político-económico mais complexo: a extinção da escravatura, a implantação da República e instabilidade política, o grande incentivo à imigração familiar, a lei da "grande nacionalização", as dificuldades à transferência de fundos e o irreversível declínio do preço do café. O efeito proveniente do aumento quantitativo da emigração nos finais do século cruza-se, deste modo, com o da baixa de câmbio, que decaí em cerca de 80% face aos valores médios das décadas anteriores (de 25 para cerca de 5), fazendo diminuir relativamente o valor das remessas⁷⁴ e

⁷⁴ Uma das consequências da queda do câmbio brasileiro, mais rápido do que o da moeda portuguesa (1 conto português valia cerca de 2 contos nos meados do século brasileiros, mas na década final a relação passou de 1 para 3), foi a compra crescente de títulos da dívida pública brasileira por portugueses, descrentes com a evolução política portuguesa e com a aplicação do "imposto de rendimento". Quando quase meio século mais tarde, em 1933, o governo brasileiro, assoberbado com os custos da dívida externa,

evidenciando que o retorno de "brasileiros", na conotação de afortunado, era agora quase impossível.

A quebra do câmbio brasileiro na década de 90, com grande impacto a nível nacional e que se vai tornar arrasadora para os bancos do Porto, mais uma vez empenhados em empreendimentos que exigiam grandes somas de capital e com rentabilização (discutível) a longo prazo, ajuda a explicar o eclipse portuense no campo da iniciativa política e económica durante largos anos, perdendo o seu papel tradicional de réplica à iniciativa lisboeta⁷⁵. Mas facilitou, de algum modo, a intensificação da sua vocação industrial, até aqui subalternizada pela aplicação de capitais ao jogo especulativo da bolsa e da banca, pois, a partir de 1892, a indústria começa a apresentar resultados mais palpáveis, na conquista do mercado interno e colonial, por força das circunstâncias.

Naturalmente, que não se pode responsabilizar a quebra do câmbio do Brasil pelas dificuldades nacionais, embora tenha de se lhe reconhecer um papel importante, como dizia Rodrigues de Freitas, ao apontar uma série de situações de má gestão favorecedoras da crise⁷⁶. No essencial, tudo se resumia ao seu aviso já antigo, perante a política imoderada e de desorganização económica implementada pela via fontista: *"O paiz esquece que o dinheiro não basta, e que é tambem preciso saber empregal-o. O paiz não reflecte que é necessario desenvolver os elementos de vida propria que temos cá, em vez de esperarmos vergonhosamente pelas riquezas que venham de longe"* ⁷⁷.

Em suma, o caudal de remessas da emigração para o Brasil, que na segunda metade do século passado inundou o País⁷⁸, contribuiu para a formação de uma economia de subsídio, aonde os investimentos não foram implementados de forma a terem um seguro crescimento auto-sustentado, desperdiçando-se muitos capitais e energias em empresas de rentabilidade duvidosa e na dívida pública⁷⁹. Basílio Teles é, a este respeito, um dos autores mais radicais, defendendo que as remessas da emigração estimulam

impõe um plano de consolidação, reduzindo drasticamente os juros, descobre-se que os portugueses detinham cerca de 15 milhões de libras em títulos, valor nominal, ou seja, cerca de 1/5 do total, o que nos dá uma ideia da retracção nas remessas.

⁷⁵ Cf. SOUSA, Fernando de, "A salamancada e a crise bancária do Porto", *NVMMUS*, 2ª série, vol.I, Porto, 1978. Idem, *A Cor do Dinheiro*, Porto, Casa Tait, 1989.

⁷⁶ Entre os diversos artigos do autor sobre este período, cf., nomeadamente, "O Brazil", *C.P.*, de 12 e 15 de Março de 1890; "A principal origem da crise", *ibidem*, de 9 de Julho de 1891; "A crise", *ibidem*, de 23 de Julho de 1891.

⁷⁷ FREITAS, J.J. Rodrigues de, *Crise Monetaria e Política de 1876 - Causas e Remedios*, Porto, Livraria Moré, 1878, p. 115.

⁷⁸ Para uma síntese breve sobre a discussão dos quantitativos das remessas do Brasil e os valores estatísticos do Brasil no movimento de cambiais do Rio de Janeiro para Portugal, cf. MURALHA, Pedro, *Portugal no Brasil*, Lisboa, Tipografia Luso-Gráfica, pp. 72-73. Ver também SIMÕES, Nuno, *O Brasil e a Emigração portuguesa (notas para um estudo)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1934, pp. 46-50.

⁷⁹ Para uma leitura actual, cf. PEREIRA, Miriam Halpern, ob. cit., pp. 32-37 e 253-264.

principalmente o consumo⁸⁰, não favorecendo a economia regional e nacional, a não ser o comércio importador, pois raramente significavam investimento produtivo e reformador de processos, responsabilizando-as por alimentar o "*parasitismo desvergonhado e terrivelmente desmoralizador das clientelas da politica*", numa cumplicidade de que o "brasileiro" sai explorado⁸¹. Teles interroga-se mesmo "*se ha qualquer deficit chronico na nossa economia interior, e, no caso affirmativo, se é esse supplemento monetario, transferido aannualmente do Brazil, que o vem cobrir; ou, ao contrario, se não será elle, que, embora indirectamente e com perfeita boa fé, o entretém, e porventura o determina*"⁸².

O papel do emigrante é, de facto, ingrato: de vítima a agente, de efeito a causa vai um passo nas apreciações que à sua volta se vão tecendo, consoante o ângulo de visão do observador, dada a conflitualidade inerente ao processo de exclusão que o produz e ao carácter subversivo ou conservador do seu retorno.

Esta prática de subsídio que a emigração, através das suas remessas, produz sobre a sociedade de partida não tem apenas um carácter social. O papel de ajuda familiar é também importante, no sentido de amparo para a velhice, antes escudada no processo patrimonial da doação, com as garantias das reservas e ajuda na doença e invalidez, facto que, com a pulverização da terra, a hipoteca e a baixa de rendimentos, perde cada vez mais o sentido.

Nesse campo, alguns exemplos mostram-nos, ao lado da ligação familiar como motivação para as remessas, que a via bancária está longe de esgotar os mecanismos da transferência monetária. José Francisco Pinto Ramos é um jovem de 13 anos, natural de Modivas (Vila do Conde) quando em Setembro de 1871 parte para Pernambuco, para trabalhar na casa de comércio de um conterrâneo, António Fernandes dos Santos, o qual passava em Modivas grandes temporadas, alternando com o irmão Joaquim, ambos referenciados no inquérito de 1873 sobre retornos como negociantes com fortuna de 2,5 e 3 contos de réis, respectivamente. A mãe de José é viúva, doente do reumatismo e envelhecida e ele torna-se no seu amparo, apesar de um outro irmão mais velho, o António, estar também em Pernambuco, aonde casou e deixou de dar notícias à família, não obstante as cartas que a mãe lhe enviava através do José, para ter a certeza de que ele as receberia. Em 1878, a mãe solicita a isenção do recrutamento do filho e para isso

⁸⁰ Já, em 1873, Herculano chamara a atenção para o efeito da "*sempre crescente abundância da moeda, devida principalmente, ao regresso à pátria de avultado numero dos nossos brasileiros*" sobre os preços dos géneros. Ob. cit., p. 82.

⁸¹ TELLES, Bazilio, *Carestia da Vida nos Campos - Cartas a um Lavrador*, Porto, Livraria Chardron, 1904, pp. 207-224 e 298-312.

⁸² Idem, *ibidem*, p. 224.

anexa um conjunto de cartas que provam a sua dependência económica do José⁸³. Através delas, podemos apercebermo-nos das modalidades de envio e dos sentimentos de entreajuda que estão na sua base. José escreve num português escorreito e fluente, com óptima caligrafia. A primeira carta de que dispomos data de 20 de Março de 1874, e é enviada através do conterrâneo patrão que vem visitar a família:

"Pella mão do mesmo Snr. Santos lhe remeto a quantia de dezoito mil reis fortes para aquillo que melhor lhe convier não é muito mas mais para diante lhe mandarei mais algum para vm. passar melhor vida do que tem passado pois eu não quero que vm. trabalhe mais em Lavoura porque emquanto eu for vivo e tiver saude vm. não travailha porque não precisa pois já está com bastante idade. Athé agora trabalhou para me criar com mimo e fartura e é bastante isso para eu saber que outra pessoa não me quer outro bem igual e por esse motivo nunca me esquecerei do Amor que me tinha. Sinto muito vm. estar só naquela Baixa infernal porem vá vivendo com paciencia por mais algum tempo athe que eu ganhe mais alguns vintens para vm. se mudar para outro lugar mais bonito ainda que seja arrendada pois vejo que esta num lugar muito feio."

As pequenas quantias que José envia à mãe chegam por mão própria de algum conhecido ou por carta de ordem de um dos patrões (ao outro que eventualmente esteja em Modivas ou a um conhecido, normalmente o Snr. David Azevedo de S. Cristina de Malta, que se encarrega cá dos bens daqueles) os quais se responsabilizam pela entrega da "remessa", com as contas a acertar do outro lado, entre patrão e empregado, escapando assim à filtragem bancária. São pequenas quantias enviadas a partir do terceiro ano de estadia no Brasil (ignoramos se houve anteriores) que, todavia, aliviam a mãe do trabalho, com elas resolvendo as "suas necessidades", e lhe permitem o tratamento médico de que carece, nomeadamente a ida às Caldas. Apesar de não sabermos se, de facto, a mãe conseguiu mudar de residência, como era desejo inicial do filho, sublinhe-se o quantitativo crescente das remessas e o seu carácter bi-anual, sendo uma das remessas conotada explicitamente com o "folar" da Páscoa (Quadro 6.10).

Quadro 6.10 - Remessas do José de Modivas

(15-19 anos) à mãe

(Valor em réis fortes)

⁸³ A.G.C.P., Documentação Avulsa, Correspondência recebida, M687.

Data da carta	Valor da remessa
1874.03.20	18\$000
1874.09.10	30\$000
1875.05.28	30\$000
1876.02.30	30\$000
1876.06.29	22\$500
1877.03.10	22\$500
1877.11.14	22\$500
1878.02.20	50\$000
1878.08.14	50\$000

Uma outra modalidade é a sugerida pelo caso de Bernardino Vicente de Araujo, de Tougues (Vila do Conde) que, tendo embarcado em Agosto de 1873, com 11 anos de idade, para a Baía, escreve em Janeiro de 1882 ao pai para lhe comunicar a atribuição de uma "mesada":

"Vou dar-lhe hoje uma noticia que deve ser-lhe summamente agradavel. Attendendo a mesquinhez dos meios que Vm. dispõe para sustento de minha familia, marquei-lhe hoje, a contar do corrente mês em diante, uma mensalidade de Rs. 6\$000, moeda desse paiz, para ajuda do sustento de nossa familia, que recebera do nosso amigo Antonio de Azevedo Fernandes a quem escrevi a esse respeito por esta mala".

A carta ao comum amigo, deixando entrever o papel do parentesco na rede migratória, sugere, ao pedir ao pagamento da mensalidade: *"Para seu pagamento enviar-lhe-ei uma letra de saque quando o cambio for mais favoravel ou então transigirei com seu digno mano (meu bom tio) o Snr. Jose de Azevedo Fernandes, entregando-lhe aqui a quantia que produzir em moeda fraca para lhe ordenar ahi o pagamento, conforme lhe convier"* ⁸⁴.

As mesadas e esmolas a familiares tornam-se o elemento de maior carga simbólica nesta economia de subsídio que a emigração propiciou. Pessoas desprotegidas esperavam a "mesada" como um favor divino, conforme evidenciam algumas cartas de devoção ao Bom Jesus de Matosinhos, tal como a da devota que pede intercessão para *"que meu irmão João no Rio de Janeiro se lembre de mim com huma esmola que me deia (sic) uma mezada"* ⁸⁵.

6.3.2 - Reintegração

⁸⁴ Documentação particular, a que tivemos acesso por gentileza do sr. Monteiro dos Santos (Vila do Conde).

⁸⁵ Cf. GOMES, Fátima Maria Oliveira e OSÓRIO, Maria Conceição Azeredo Pinto, "A Irmandade do Bom Jesus de Bouças e Seus Reflexos na Vila de Matosinhos", *Boletim do Arquivo Distrital do Porto*, II Vol., Porto, 1985, pp. 111-186.

- a dinâmica económico-social

O quadro do retorno dos emigrantes do Brasil no século passado não se ajusta com muita facilidade à tipologia desenvolvida neste campo por F. P. Cerase para classificar a diversidade de situações existentes. Tipologia a que já fizemos referência no capítulo inicial deste trabalho e que, atendendo a factores como a idade, o nível económico, os projectos iniciais, a interiorização do nível de sucesso ou insucesso, a capacidade de reintegração, assim estipula o retorno de fracasso, de conservantismo, de jubilação ou de inovação.

O painel biográfico de que nos servimos dá-nos exemplos para todas as situações, embora seja mais loquaz sobre os retornos de jubilação, aqueles em que há uma maior quantidade de registos informativos, já que os seus protagonistas desenvolvem então uma acção mais virada para o exterior, traduzida em benemerências ou nobilitações ou mesmo cargos políticos, favorecendo as impressões laudatórias ou suscitando críticas em jornais e revistas, às vezes claramente sugeridas ou pagas. Se nestes casos a informação nos é "oferecida", nos restantes temos de a procurar, porque o "brasileiro" fracassado procura ocultar-se e os que encararam a emigração como uma mera etapa de projecto individual tendem a esquecê-la, não lhe conferindo relevo, ultrapassando-a e reduzindo-lhe o significado por virtude do desenvolvimento de acções consensualmente mais importantes, seja no campo da realização agrícola, industrial, comercial ou mesmo nos serviços. Por isso, frequentemente, deparamos com emigrantes de retorno que não dão sinal de "brasileiros", embora a etapa da emigração tenha sido importante, não sob o ponto de vista financeiro, mas sim na possibilidade individual de alargar horizontes, de tomar contactos com outras realidades, de ter exercido outras tarefas, despegando-se dos trabalhos rurais em que a rotina era a marca decisiva e limitadora. O retorno de indivíduos em plena fase activa, não realizados economicamente mas que não aceitam a interiorização do fracasso e lutam pela afirmação pessoal, recuperando o sentido de aventura ainda não esgotado pela experiência migratória, produziu situações de sucesso para alguns, que vieram encontrar, aqui, actuando a partir da cidade (normalmente Porto ou Lisboa), o seu "Brasil".

Naturalmente que a situação de bastantes retornados era desesperada, nomeadamente as dos que, doentes, decidiam voltar, numa última esperança de cura com os ares temperados da terra natal. Se a febre-amarela e a cólera não davam tempo para o retorno, dado o seu carácter fulminante, já a tísica, tão frequente em situações de insalubridade, sobre-esforço e fraca alimentação a que muitos emigrantes se sujeitavam, desenvolvia um processo mais prolongado, permitindo o retorno, sobretudo depois do

encurtamento das viagens com os vapores. Não raro estas viagens agravavam o mal e então o retorno assumia os contornos dramáticos do desterrado que vem, literalmente, exalar o último suspiro na terra natal, às vezes nem tendo tempo de chegar à sua aldeia, à casa da família, morrendo pelo caminho. Em termos epidemiológicos e já no século XX, chegou mesmo a ser questionada a ligação das regiões de emigração e retorno à propagação da tuberculose. Neste campo, as associações de portugueses no Brasil⁸⁶ tiveram um papel importante no repatriamento, subsidiando o regresso de emigrantes inválidos, embora, aqui e ali, surjam situações que nos permitem desconfiar dos números oficiais, não no seu quantitativo apresentado, mas na adequação do subsídio, pois alguns casos de repatriamento nesta situação são seguidos de nova emigração para o Brasil pelos respectivos protagonistas. Neste movimento de inválidos e subsidiados ocorreriam sempre alguns processos menos transparentes, permitindo a alguns fazerem a viagem à terra gratuitamente.

Dos que retornam com saúde mas sem sucesso económico há ainda os que se vêem obrigados a partir de novo, seja por inadaptação social, seja por rejeição familiar, por não quererem carregar o fardo do "insucesso" e acharem que, apesar de tudo, o Brasil ainda representa alguma oportunidade. Nos testamentos surgem alguns casos de chamada das despesas das duas viagens à conta final de partilhas, lendo-se alguma desilusão nestas situações, o que terá criado o ambiente propício à reemigração. Naturalmente que outros, com mais autonomia, preferem partir para a cidade e procurar os empregos de tipo urbano. Veja-se o caso de José Francisco da Silva, de Vilar do Pinheiro. Criança travessa e alentada, passava a vida a jogar o soco com os outros rapazes, pelo que constantemente havia queixas à família. Então, *"sua mãe, viúva, receando mais tarde não poder com elle o mandou para o Brazil para um seu primo que ali estava onde se demorou uns anos, sem fortuna alguma fazer, mas muito mais civilizado do que tinha ido. Voltando tomou conta da sua casa, deu bom viver a sua mãe e olhou pelas suas duas irmãs"*. Trouxe o gosto de se instruir, ora lendo, ora falando com pessoas cultas, mostrando *"habilidade rara para composição e paz entre os desavindos"*, a tal ponto que esquecia os interesses próprios, tendo de arrendar as suas terras, apesar de nelas proceder a algumas reformas. Era um dos mais activos nas festividades locais ao S. Bartolomeu, principalmente na dinamização das iluminações em cascata que se tornaram célebres e foram imitadas no Palácio de Cristal do Porto. Mas, face à ingratidão sentida, abandonou a sua casa e foi

⁸⁶ Como exemplo, veja-se a acção da Caixa de Socorros D. Pedro V, no Rio de Janeiro, com uma diversificada acção filantrópica que já ultrapassou os 125 anos. Cf. SILVA, Maria Beatriz Nizza da, *Filantropia e Imigração - A Caixa de Socorros D. Pedro V*, Rio de Janeiro, 1990. Uma relação das principais associações portuguesas no Brasil nos princípios deste século pode ser lida em SILVA, Fernando Emygdio da, ob., cit., pp.277-285.

empregar-se como revisor na linha férrea Porto-Póvoa, passando pouco depois para chefe de uma das estações do "americano" do Porto, "*mostrando sempre o que vale o Rato de Vilar do Pinheiro*" ⁸⁷.

Mesmo em situações de sucesso e em estratos sociais relativamente elevados a rejeição pode ser um facto. Que o diga Joaquim da Costa Ramalho Ortigão (irmão do escritor de *As Farpas*), natural de Cedofeita e filho do proprietário do célebre Colégio da Lapa, que emigra aos 13 anos (1856) para o Rio de Janeiro, ocupando-se como caixeiro numa firma de comissões⁸⁸. Uns anos depois já aparecia como guarda-livros e sócio da firma "Sousa Breves & C^a", para mais tarde formar a sua própria firma "Ortigão & C^a". A sua preparação intelectual⁸⁹ e disponibilidade pessoal levam-no a ser um dos membros mais dinâmicos da comunidade portuguesa do Rio. Muito versado em economia, produzindo frequentes conferências e artigos, era muito escutado, a nível oficial, no Brasil, tendo integrado a direcção e presidido ao Gabinete Português de Leitura e do influente Centro de Comércio e Lavoura. Em 1875, vem a Portugal, por onde se demora 2 anos. Pois, a propósito do seu regresso, o biógrafo sugere que, na segunda partida da terra, não levou "*as saudades da primeira despedida nem as gratas impressões de um acolhimento e convívio amistoso e fraternal, a que tinha direito entre os seus compatriotas*" ⁹⁰.

Retoma profissional e casas de lavoura

Para outros a emigração e o retorno não eram dramas, pois constituíam a possibilidade de amealhar algum capital, partindo-se com objectivos de curta duração, de forma a possibilitar o estabelecimento familiar e profissional, retomando-se depois a actividade anterior, de forma mais independente ou mais dinâmica. Estamos perante o retorno de conservantismo, já que não há qualquer ideia de ruptura com a ordem social vigente, nem tão-pouco a de introduzir alterações significativas no processo produtivo. Casados ou solteiros estes emigrantes partiam com a intenção declarada de resolver

⁸⁷ Seguimos e transcrevemos o testemunho do Pe. Joaquim Antunes de Azevedo, num manuscrito de memórias locais, em quatro cadernos, inédito, mas precioso para o reconhecimento individual e familiar das Terras da Maia, na segunda metade do século passado : 2º caderno, p. 95.

⁸⁸ Desta família emigra, 5 anos mais tarde, ainda outro irmão, Antonio Manuel, de 13 anos (passaporte em 1860/08/10).

⁸⁹ Preparação intelectual que, dada a baixa idade de partida, não poderia ter um grande fundamento escolar, mas sim a do autodidacta, desenvolvendo um esforço pessoal que outros emigrantes também confessam, e que, não raro, está na base do seu sucesso, sobretudo à medida que se caminha para formas mais desenvolvidas da economia brasileira.

⁹⁰ In "Joaquim da Costa Ramalho Ortigão", *Commercio e Industria*, vol.3, nº 90.

problemas pontuais de investimento através de uma retirada por alguns anos, quer fosse para ganhar o dinheiro necessário à entrada das "legítimas" aos irmãos e assumir a propriedade da família, ganhar para o dote que lhes permitisse casar socialmente bem colocados, resolver problemas de dívidas, encetar obras de reforma ou aquisição de bens na casa, estabelecer-se no comércio. Tratava-se, fundamentalmente, de reforçar a posição individual e/ou familiar no tecido social de origem. Era este, com certeza, um quadro maioritário, sobretudo para os que partiam já adultos, com casamento já delineado ou já casados, deixando a família deste lado, embora no decorrer do percurso pudesse surgir a reconversão do projecto, dependendo de factores como o grau de inserção conseguido na sociedade de acolhimento ou o fracasso relativo, o nível cambial, etc.

É uma situação que, ao nível modesto, podemos ilustrar deste modo: Domingos Gomes, do lugar do Teso, em Vilar do Pinheiro, teve dois filhos gémeos - António e Ana. Enquanto esta casou em casa, o António foi para o Brasil. Arranjando alguma fortuna, voltou para junto dos pais e casou, passando a residir numa casa que construiu junto à estrada, no lugar da Igreja, onde se ocupava *"com negocio, lavoura e no officio de carpinteiro, que em tudo vae bem porque a mulher muito o ajuda no negocio pois que sabe ler e escrever"*. Duma outra família do mesmo lugar nasceram dois irmãos, um ficou a sapateiro, *"outro tendo ido ao Brazil, veio casar, comprando depois uma bouça que foi deveza junto da estrada no lugar de Sangemil, ali mandou construir uma casa onde reside com sua mulher e filhos occupando-se no officio de carpinteiro como o seu pai"*⁹¹. O sentido da autonomia pessoal e da independência surgem aqui de forma vincada, mas na continuidade da tradição familiar.

Em muitos casos, esta situação de retorno de conservantismo tinha significados mais complexos, pois traduzia-se em verdadeira ascensão social, assumindo, portanto, foros de alguma consagração. A prática de casamentos entre as famílias de casas de lavoura passa agora a contar com estes candidatos, alguns de famílias muito humildes mas com dinheiro suficiente para o dote necessário, sendo de sublinhar que, neste campo, se verificou uma autêntica inflação. Dotes que nos inícios do século XIX eram inferiores ao conto de réis (500 ou 600 mil réis) para determinadas casas de lavoura, estavam no finais do século em 5 a 6 contos de réis, correspondendo tanto a uma maior oferta no mercado de casamento como à elevação dos preços das propriedades agrícolas, em grande parte fruto da maior abundância de dinheiro e do tradicional investimento em terras por parte dos "brasileiros" e suas famílias. Muitas casas de lavoura do Douro Litoral, propriedades relativamente extensas na sua dispersão parcelar, de modo a

⁹¹ AZEVEDO, Pe. Joaquim Antunes, ob.cit., 2º caderno, p. 70 vº.

congregarem a habitação, os terrenos de cereal, o lameiro para o gado e o espaço florestal para mato e lenha, devem a sua sobrevivência a alianças nupciais com brasileiros ou seus familiares, a única possibilidade de arranjar o dinheiro suficiente para compensar os outros herdeiros e evitarem a fragmentação da propriedade.

Este papel das alianças nupciais assume contornos importantes na região. Veja-se o caso do "brasileiro" Antonio da Silva Moreira, apoiando a família da irmã, viúva e cheia de filhos, exemplar na cadeia de solidariedade familiar: *"deu bons dotes a suas sobrinhas para ellas casar, casando a Maria para a casa do Basílio ou do Barranha em Vila Nova da Telha; a Anna para casa do Pedro da mesma aldeia de Vila Nova; a Joaquina para casa do Vulgo em Real de Moreira; a Margarida para casa do Alves do Couço da mesma freguesia; a Teresa para casa do Oliveira de Esposade, em Custóias. Os rapazes levou-os para si para o Brasil aonde os fez homens, casando o Joaquim com sua filha mais velha, destinando a mais nova, que faleceu em Pedras Rubras, para o seu sobrinho Manuel. Estes parece-me que também já ajudaram aos dotes d'algumas de suas irmãs e já estão patrocinando no Brasil os filhos d'estas"* ⁹². Registe-se que o comendador Moreira teve os princípios de vida que se poderiam generalizar a muitos emigrantes: *"seu pae era um pobre capinteiro da lavoura, e elle seguiu seu pae no mesmo officio d'andar com jigo as costas, hoje aqui, amanhã acolá, sempre em obra grossa, como é a da lavoura, e ainda muito criança até que se resolveu a pedir a seu pae para ir para o Brasil onde o esperava a fortuna e os perigos e trabalhos"*. Regressado, foi um dos maiores beneméritos da igreja de Moreira, aonde gastou mais de dois contos de réis no madeiramento e telhados e construiu um jazigo com estátua a encimar no cemitério da freguesia. Tinha prédios no Porto (rua das Malmerendas) e na Foz, sendo um dos quarenta maiores contribuintes da cidade, tal como o seu genro e sobrinho, o brasileiro Joaquim Soares, de Pedras Rubras. Educou as filhas num colégio de Lisboa, casando-as logo que de lá saíram.

Outras vezes, essas casas de lavoura eram simplesmente compradas pelos "brasileiros", em pessoa ou pelos seus familiares, iniciando-se logo melhoramentos, embora nem sempre com sentido produtivo. Mas, principalmente, foram as casas da própria família que os "brasileiros" renovaram e ampliaram, através de remessas monetárias e depois no seu retorno. Em situação de decadência ou apatia, muitas casas experimentaram uma lufada de ar fresco, com a injeção de capitais vindas do Brasil, que, em alguns casos, significou o arranque para uma nova dinâmica de produção⁹³.

⁹² AZEVEDO, Pe. Joaquim Antunes de, 3º caderno, pp. 85vº-86.

⁹³ Um exemplo é o do Barão de Rio Ave, Bento Rodrigues de Sousa, de Vila do Conde (nasceu em Vairão, viveu depois em Macieira), que tendo emigrado muito cedo para o Brasil, regressou endinheirado por volta

Das diversas descrições que possuímos destas casas rurais e suas reformas, podemos dizer que estas obedeciam a um padrão geral. Murava-se a habitação e terrenos circundantes, frequentemente depois de processos de arredondamento por compra (ou troca) de parcelas anexas. Alteava-se aquela com a construção de um primeiro andar, libertando-se o rés-do-chão das cortes de gado, pela construção de edifícios próprios e separados. Nas mais ricas, construía-se ainda a casa do caseiro, já que normalmente o brasileiro supervisionava o trabalho agrícola, mas raramente a ele se entregava. A habitação do proprietário passava a destacar-se pela sua altura e janelas, muitas vezes com vidros coloridos, com o exterior pintado de cor garrida, a destoar da cal branca aqui muito utilizada pela maioria das casas comuns. Elemento fundamental da casa era a água: os brasileiros foram autênticos "mineiros", procurando a água na nascente longínqua ou abrindo poços no local, murando as condutas, mais tarde utilizando os típicos moinhos de vento que ainda hoje são visíveis para levar a água ao interior da habitação. Contribuíram decisivamente para ultrapassar a fonte de chafurdo, normalmente de utilização colectiva nos diversos lugares da aldeia e impuseram deste modo modelos arquitectónicos e funcionais. É certo que bastantes casas, nas suas reformas, adquiriram elementos extravagantes e exóticos, que as faziam sobressair inesteticamente na paisagem, criando a polémica figura da "casa do brasileiro", mas não podemos esquecer a componente da sua nova funcionalidade e salubridade, quer nos aspectos da água e separação dos animais, quer no seu arejamento e luz interior, com a utilização de janelas e vidros, materiais então pouco utilizados e que agora sofrem uma autêntica democratização. Para além disto, muitas casas de "brasileiros" mantiveram uma grande sobriedade, constituindo antes de tudo formas de renovação da casa agrícola, que, a pouco e pouco, se foram disseminando e naturalizando na paisagem.

Para apreendermos melhor o contraste, não podemos esquecer que as casas tradicionais da época eram térreas, baixas e acanhadas, com o eido do animais anexo, pois os *"bois entravam e saíam quasi em todas as casas de lavoura pela mesma porta da cozinha e d'alli para o eido por uma tosca cancella que com alguns paos ao comprido formavam a unica vedação do eido dos bois para a cozinha, parece que os bois engordavam mais com esta convivência e se tornavam mais mansos, por isso ainda em muitas casas se conserva este costume [...] No eido se faziam os despejos da cozinha e outras necessidades"*⁹⁴. Normalmente a casa não tinha janelas, a luz vinha da trapeira

dos 30 anos, dedicando-se às terras paternas, que desenvolveu e ampliou, tornado-se num dos mais importantes proprietários rurais do Norte. Influente local, militou no Partido Progressista, aderindo depois à República.

⁹⁴ Idem, 1º caderno, p. 103.

do telhado, por onde saía o fumo da lareira. Na cozinha ficava frequentemente a capoeira das galinhas e a cama da criada quando esta existia. Fora da porta e encostado à cozinha ficava o alpendre, aonde se guardava a comida do gado e servia de casa da eira. O celeiro (ou casa da tulha) era outro compartimento frequente, junto à cozinha, onde se guardavam os pães em caixas ou arcas, e, quando de dimensão suficiente, nele dormia pessoa de confiança dos patrões ou até os próprios, pois aí ficava muitas vezes a salgadeira, pelo que tinha chave na porta. Conforme a dimensão económica da "casa" assim cresciam, na horizontal, novos compartimentos.

Façamos, no entanto, uma incursão no terreno para observarmos alguns exemplos do mundo tradicional que, aos poucos, se desmorona para dar lugar a um outro, de influências importadas, baseado na transposição para o meio rural de uma composição arquitectónica em que se nota a influência da casa urbana mesclada com concepções tropicais. Um caso interessante, que nos revela a substituição da "aristocracia agrícola tradicional" pela família do "brasileiro", é o que se passa com a "Quinta de Quires", em Vila Nova da Telha, a única casa de lavoura no lugar do mesmo nome nos finais do século passado. Considerada ao tempo como uma das maiores casas de lavoura da Maia, superior em muitos aspectos à celebre quinta do Mosteiro de Moreira da Maia, a quinta de Quires surgia como o resultado da junção de três ou quatro casas, sucessivamente unidas através do dote de casamento de três gerações, acabando reunida nas mãos do capitão de Quires, José Dias Aroso (1785-1849). Foi este que construiu a principal casa de habitação e, embora não trabalhasse no campo, administrava a sua casa, mas *"naquelle tempo não se podia fazer fortuna, as castanhas davam pouco, as lenhas iam todas para Mattosinhos a troco d'estrume, engorda do gado quasi que não havia, restava o trigo e algum milho e feijão para fazer dinheiro e alguns touros que criados em casa deixavam quando se vendiam algum lucro"*. Esta casa passou a seu filho Joaquim de Sousa Aroso, formado em direito pela Universidade de Coimbra, o qual, casando em Matosinhos, a administrava por sua conta, colocando lá um feitor. Desenvolveu algumas obras com elevadas despesas, nomeadamente na mina da casa, numa cortinha, no arrasar de valas e paredes que dividiam as antigas parcelas, e depois numa grande plantação de hortaliças e legumes que tencionava comercializar na cidade do Porto, tal como o leite de numerosas vacas que comprou para o mesmo fim, para o que mandou construir um carro apropriado. Negociou ainda as muitas carvalheiras que a casa possuía para fazer carvão a vender na cidade, com o que tirou algum lucro. Mas as hortaliças não produziam por falta de adubo, as minas de água caíram, a fortuna ia-se desfalcando, pois a *"mulher criava muito a miúdo, tratando-se sempre certa grandeza"*. Ainda tencionara murar a quinta, mas ficara-se pelo portão, pensando então em vendê-la. Entretanto, vai dedicar-se à carreira

burocrática, tentando ainda antes uma eleição falhada a deputado, mas conseguindo ser durante algum tempo administrador da Maia e assumindo depois o cargo de tabelião em Matosinhos. É nesta circunstância que a quinta vai ser comprada do Brasil (1870) por Manuel Francisco de Oliveira, natural de Perafita, por informação de seu irmão e cunhados, por 24 contos de réis, o qual pouco antes tinha comprado outra do mesmo modo, em Vilar do Senhor, por 4200\$000. Do Brasil, logo o Manuel mandou fazer obras, reformando as minas de água da casa, empedrando agora as que tinham caído, construindo eidos de gado cobertos, novos palheiros, a casa da eira e uma eira de pedra em substituição das três de barro que existiam. Nas portas das casas e nas ramadas mandou aplicar madeira do Brasil por ele enviada. Acabou por morrer no Brasil, sem filhos, deixando à família estas quintas e mais fortuna, pelo que o irmão e cunhados acabaram as obras (o muro, portão de ferro e novas ramadas)⁹⁵.

Mas o caso do "brasileiro Mathildes", dono da "casa da Ponte", no lugar da Travessa, em Vilar do Pinheiro, é ainda mais explícito sobre os comportamentos algo excêntricos destas personagens. José Francisco Pires era filho de pai incógnito e de Matilde, solteira (daí a alcunha). Emigrou para o Brasil, donde trouxe uma fortuna avaliada em dezoito contos de réis, o que lhe permitiu casar com Maria Dias Senra, duma importante casa de lavoura. Transformou a sua pequena casa que comprara no lugar do Teso numa grande casa de lavoura que denominou "Bem-fica". Começou por murar a habitação e seu domínio, o que teve de fazer por três vezes, dada a fragilidade da terra e pelo facto de passar por baixo uma mina de água. Comprou depois a casa que lhe ficava em frente do caminho, trocando-a por outra, ligando as duas casas por uma ponte, por cima do caminho público, mandando fazer para cada casa portões de ferro iguais e com pirâmides de pedra a enquadrá-los (em 1839). Tratou de se fornecer em água, mandando abrir a mina respectiva. Fazia obras contínuas, acompanhando de perto os operários. Plantava muitas flores e teria sido dos primeiros na região a ter japoneiras no jardim. Tinha uma verdadeira colecção de aves exóticas - papagaios, araras, galinhas do mato, pavões. Todas as terças e sábados se deslocava ao Porto, montado na sua mula, tornado-se num dos influentes da terra. À mulher, que o acompanhava sempre às romarias, ofereceu-lhe muitos adornos em ouro, um faqueiro de prata, uma caixa de música, um santuário muito rico representando a descida da Cruz. Não tendo filhos, tudo legou à mulher e esta, por sua morte, a uma sobrinha, tendo a casa estado longo tempo abandonada após a sua morte⁹⁶.

⁹⁵ Idem, 3º caderno, pp. 115-127.

⁹⁶ Idem, 2º caderno, pp. 69-70 e 96vº-98.

Este abandono era uma facto que ocorria com alguma frequência, pois alguns "brasileiros" faziam casamentos tardios, não surgindo filhos. Acontecia isto normalmente com os mais endireinhados, dado o longo tempo de permanência no Brasil, pelo que as quintas mais caras e nas quais se gastavam avultadas quantias caíam novamente em decadência, após a morte destes proprietários. Na verdade, tais quintas passavam geralmente aos sobrinhos, sucedendo-se processos de partilha morosos, ora conjugados com a falta de ligação afectiva à propriedade, ora com a falta de capitais para gerir estes empreendimentos pesados, raramente auto-sustentáveis na sua exploração. Para além disso, estas quintas quase nunca eram exploradas directamente pelos proprietários, sendo geralmente arrendadas. Tornavam-se, portanto, mais eficientes, sob o ponto de vista da dinâmica produtiva, as pequenas propriedades ou quintas, geridas pelos próprios donos, ainda em idade activa no seu retorno, com continuidade na sua descendência. Por exemplo, o acima citado comendador Moreira, em vez de esvaziar os seus capitais numa quinta, procurou antes dinamizar as casas de filhos e sobrinhos, para além do dote inicial, contribuindo para obras diversas.

Corremos as aldeias rurais, procuramos os vestígios da acção dos brasileiros e o quadro repete-se, com poucas variantes, nesta área do Douro Litoral. Olhamos à esquerda e à direita, em frente ou para trás, e, ao perto ou ao longe, lá está a casa do século passado, com três grandes janelas (quase sempre góticas) no primeiro andar (uma com sacada ou varanda), com duas janelas e porta central no rés-do-chão, rodeada de vinhas e cercada de muros altos, com o seu portal de ferro encimado por uma inscrição, com a data de construção, às vezes também as abreviaturas do proprietário. De tão frequentes banalizaram-se à nossa vista, deixando-nos apenas prender pela mais exótica e recente, a que apresenta vistosos azulejos e o seu jardim fronteiro, com pombal e a inevitável palmeira a perdurar ainda. Secundarizamos as casas mais sóbrias, as que apresentam soluções de continuidade da casa rural, com inovações que foram rapidamente assimiladas, para privilegiarmos as que surgem como sinais de ruptura, ferindo a paisagem, numa transplantação discutível mas de maior visibilidade social. Evidentemente que muitas destas casas apresentam sinais de grandes alterações posteriores, inevitáveis na adaptação de espaços à funcionalidade das gerações sucessivas, outras estão hoje em declínio quase irreversível, profundamente arruinadas, algumas têm sido mesmo demolidas na actual vaga de urbanizações⁹⁷.

⁹⁷ Sobre o significado da "casa do brasileiro" no campo do património cultural e sua preservação, cf. LOUREIRO, José Carlos, "A casa do Brasileiro", *Os Portugueses e o Mundo - Conferência Internacional* (1985), vol. VI, Fundação Engº António de Almeida, 1989, pp.33-36

Se à procura da cultura material associarmos a procura do testemunho escrito, também o quadro não sofre alterações sensíveis em relação ao acima esboçado. Munidos das notas documentais, vamos à freguesia de Lavra e na eminência topográfica de Paiço, lá está a casa, de António Costa, o "Sério", que, do Brasil, mandou construir junto da casa do pai a sua vivenda (por 1858), aonde se destacava a janela de sacada com vidros de cores e virada para o Poente. António comprou depois as terras anexas até constituir uma casa de lavoura importante, vindo para casar com uma filha dos Hora Mota, de Aveleda, e alguns dos seus filhos tiveram como destino de novo o Brasil. Perto desta ficava a casa do Paulino, construída sobre a que existia anteriormente, mas agora com clarabóia e as paredes pintadas de roxo, por um filho que residiu no Brasil até 1883. Ainda no mesmo lugar, a casa do brasileiro Valegas, que se distinguia pelo seu imponente portão, residência de campo, pois o dono era proprietário no Porto. Um pouco mais à frente, no Freixieiro (Perafita) surgia a casa do comendador Manuel António da Silva, capitalista de grande fortuna obtida no Brasil, que durante mais de trinta anos trouxe sempre operários empregados, principalmente pedreiros. Foi ele quem comprou os sinos para a Igreja local e o primeiro a construir uma capela de jazigo no cemitério de Perafita, tendo sido ainda presidente da Câmara Municipal de Bouças. Com maior ou menor informação individual, seria um nunca mais acabar de referências, com locais de grande concentração de casas de brasileiros na faixa litoral (Gião, S. Mamede de Infesta, Leça da Palmeira, Leça do Balio, por exemplo) e nas sedes de concelho, mais dispersas, mas ainda numerosas, à medida que caminhamos para o interior rural.

Torna-se, assim difícil discernir entre conservantismo, jubilação ou inovação a propósito destes retornos de emigrantes do Brasil para as zonas rurais. Mas os traços mais salientes das suas vivências apontam-nos aqueles aspectos como processos indissociáveis: a formação ou refundação das casas de lavoura, através da organização de quintas, é um mecanismo profundamente tradicional e, para muitos, representa apenas o regresso às origens, agora numa posição mais favorável. O casamento, a habitação vistosa são formas de jubilação, isto é, correspondem a uma retirada do trabalho intenso que a emigração implicava, mas como o viver dos rendimentos acontece ainda em idade activa (pelos 40 anos) procura-se também a afirmação pessoal, explicita-se o percurso exterior com o objectivo do reconhecimento público do meio de partida, procura-se a reinserção a um nível mais elevado. Neste sentido, a emulação é mais importante do que a inovação, embora se possa discernir algum efeito inovador, por exemplo, na utilização e divulgação dos novos materiais e modelos arquitectónicos, sobretudo no campo da salubridade das habitações. Será eterna, por outro lado, a discussão sobre o papel social da figura do emigrante enriquecido, enquanto indutor da realização individual como

processo de mudança social, logo enfraquecendo as vias de transformação colectiva⁹⁸ - trata-se aqui do efeito de "válvula de escape" desempenhado pela emigração em relação aos fenómenos de tensão social.

Festas e romarias

Mas a reintegração tem também os seus aspectos simbólicos e a participação nas festas e romarias assume contornos jubilatórios, nomeadamente pelo incremento de grandiosidade que os brasileiros patrocinam (pagando andores, fogo de artifício), assegurando a sua participação, em lugares de destaque, nas procissões, o que levava Fialho de Almeida, perante um desses desfiles, a interrogar-se sobre se existiria *"recanto minhoto onde os santos dêem publicamente tais testemunhos de preferência aos comendadores brasileiros de sua panelinha"* ⁹⁹. Participação que vão conquistando através das grandes esmolas que dão para igrejas e confrarias, assegurando grande parte de custos de edificação ou renovação de templos ou seus interiores, madeiramentos, altares, a instalação de relógios ou sinos novos, aspectos que normalmente asseguram também uma comenda. Mas também porque são pressionados a ocuparem os lugares de "juiz" das confrarias, mesmo quando estão ausentes, como forma destas assegurarem as suas contribuições¹⁰⁰.

Por vezes as festas têm carácter profano, quando qualquer rito de passagem as justifica, nomeadamente as festas familiares de baptizados e casamentos, ou muito simplesmente, a chegada de um familiar, festas normalmente espantosas. Veja-se, em resumo, a surpresa criada pelo conhecido "brasileiro" Gaspar Ferreira Baltar (com ligações aos fundadores do jornal "O Primeiro de Janeiro", em 1868) na recepção ao irmão Caetano, seu sócio no Brasil, que, deixando lá a mulher e os dois filhos, veio visitar a família, na casa da Curveira, em Penafiel. Tendo ido ao Porto buscar o irmão de barco, através do Douro, combinou com cerca de 40 amigos, que estes o fossem esperar na volta. Para isso fretou dois barcos em Entre-os-Rios, um para o conjunto de convidados para o efeito, o outro para a filarmónica de Paiva. Parte-se rio abaixo ao som da música e, na maior alegria, *"os que não eram jovens brincavam como se o fossem"*,

⁹⁸ Cf. BIRNBAUM, Pierre e LECA, Jean (eds.), *Sur l'individualisme*, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1986.

⁹⁹ ALMEIDA, Fialho de, *Os Gatos*, 4º vol., Lisboa, Clássica Editora, 1949, p. 141.

¹⁰⁰ Veja-se o caso de João José dos Reis, barão e depois Conde de S. Salvador de Matosinhos, quase sempre ausente de Portugal, mas consecutivamente eleito para juiz da Irmandade do Bom Jesus de Bouças. Cf. GOMES, Fátima Maria Oliveira e OSÓRIO, Maria da Conceição Azeredo Pinto, ob. cit.

descem até Midões, aonde se dá o encontro. Sobem no ar imensos foguetes, trocam-se abraços, e navega-se rio acima, com "*animante musica, entremeada de espaço a espaço de estridente fogo do ar*". Já noite, os barcos aportaram à povoação. Todos seguiram, então, numa longa fila de cavalos, alumiada por numerosos archotes, até à casa iluminada com arcos e festões, com inúmeras bandeiras içadas em postes pintados, sendo as duas primeiras a de Portugal e do Brasil. Seguiu-se o beberete ao som da música e a meio da noite um chá com "*toda a profusão de finos e variados doces*", tendo lugar os inevitáveis brindes e não faltando a posterior divulgação à imprensa¹⁰¹.

E se a jubilação maior, a homenagem da terra em agradecimento às benemerências locais é normalmente póstuma, há sempre aquele que a consegue em vida. Foi o caso de José da Silva Figueira, o futuro Visconde de Barreiros, da Maia, que por após o regresso definitivo à terra natal, além de diversas ofertas à Igreja, mandou construir duas escolas e casas para professor, próximo da moradia que ali ergueu. Terminada esta simbolicamente a 9 de Julho de 1881, no dia seguinte, a 10 de Julho, vai ser alvo de homenagem, integrada nas festas locais da Sr^a do Bom Despacho. Missa solene de manhã, com o Senhor Exposto, sermão pelo célebre cónego Alves Mendes e procissão (pela primeira vez da Igreja ao Picoto, na estrada aberta pelo comendador até ao local da sua residência) com andor e imagem da Senhora oferecidos, no ano anterior, pelo homenageado e agora enriquecido com novos adornos. Às cinco da tarde, as bandas de música (excepcionalmente 3 nesse ano) juntam-se e tocam no Picoto, junto à casa e escolas, houve discursos com a presença do comendador e de seu pai, sendo então descoberta a respectiva estátua (colocada no alto da escola), erguida a expensas da junta de paróquia. Lançaram-se vivas e foguetes ao ar, num dia de grande regozijo ¹⁰².

Negócios urbanos

Banca. Comércio. Indústria.

Se passarmos à cidade os comportamentos não são divergentes, embora o contexto seja mais propício ao comércio e negócios financeiros, actividade económica em que o brasileiro se sente como peixe na água. No entanto, o "brasileiro" urbano e o "brasileiro" rural são, muitas vezes, a mesma pessoa, recuperando aqui o estatuto da

¹⁰¹ Cf. "Comunicado", C.P., de 24.10.1861, p.3.

¹⁰² As benemerências e a homenagem constituíram as etapas prévias à nobilitação. No ano seguinte (9.3.1882) era-lhe concedido o título de Visconde. Seguimos de perto a descrição do Pe. Joaquim Antunes de Azevedo, 1º caderno, pp. 80-80vº. Sobre este tema, ver ainda OLIVEIRA, Álvaro Aurélio do Céu, *Visconde de Barreiros - estudo biográfico*, Maia, Cª Municipal, col. Temas Maiatos - 8, 1984.

dupla residência, uma no campo, outra na cidade, tal como o negociante de grosso trato tinha no Rio de Janeiro o sobrado e nos arredores a sua chácara.

Mas é na cidade que surgem as oportunidades de negócio, que se tornam operativos os mecanismos de atracção de capitais a solicitar o empenhamento dos brasileiros, quer levando-os a participar nas arrematações criadas pelos negócios públicos ou nas sociedades anónimas, dando-lhes em troca lugares de prestígio nos corpos sociais. A legislação favorável às sociedades anónimas (lei de 22 de Junho de 1867) conseguiu atrair o capital de muitos "brasileiros", pois, como toda a gente, estes eram avessos a grandes aventuras negociais em que eventuais falências pudessem pôr em risco os seus cabedais amealhados ao longo de uma vida de sacrifícios e privações. Por isso, no retorno, os que continuavam a dedicar-se ao negócio preferiam retomar pessoalmente o esquema de remessas dos produtos tradicionais entre o Porto e o Brasil com correspondentes conhecidos, utilizando as suas antiga embarcações à vela, quando muito compravam um novo veleiro em sociedade e mantinham a rotina comercial, nomeadamente através das consignações, que lhes dava algum lucro e lhes assegurava o prestígio na praça. Com a livre criação das sociedades anónimas, dentro das normas legais mas independentes do poder administrativo, e a inerente limitação da responsabilidade civil ao capital empregue em acções, há um campo maior para a aplicação de capitais e, neste contexto, muitos "brasileiros" disponibilizam quantias consideráveis que antes apenas se empregavam em depósitos bancários, títulos de dívida pública e bens de raiz. O surto bancário da década de 70, por exemplo, inscreve-se neste quadro. Tudo se passa agora de forma mais difusa, dada a transmissibilidade dos títulos, mas a acção dos brasileiros pode ver-se quer nas listas de accionistas, quer nos corpos sociais das companhias, quer nos percursos biográficos. É certo que a evolução conjuntural, com a baixa de câmbio, crises decisivas e múltiplas falências no último quartel do século passado, não será favorável à multiplicação deste tipo de investimentos, contribuindo para a retracção finissecular das remessas e a crescente apetência pelo investimento no Brasil, nomeadamente na sua dívida pública, mas também no campo comercial e no industrial. Mas o juro e o dividendo foram sempre os elementos económicos de maior atracção do "brasileiro" e, por isso, integram normalmente as caricaturas literárias de que este foi alvo. Não obstante, muitos dos brasileiros do Porto tinham iniciativa própria e, por vezes, lideravam mesmo a dinâmica dos interesses económicos. Bastará lembrar que a Associação Comercial do Porto tinha nos seus corpos gerentes, invariavelmente, vários brasileiros e um deles, o Conde de Silva Monteiro, foi presidente da Direcção no difícil período de 1875-1877, tendo a sua influência sido decisiva para impulsionar obras como a do porto de Leixões, o caminho-de-ferro da

Póvoa de Varzim ou a fábrica de papel de Ruães, entre outras, para além do seu empenhamento pessoal na tanoaria a vapor, na Companhia Aurifícia (empresa do ramo metalúrgico), nas minas do Braçal, e da participação autárquica (vice-presidente da Câmara)¹⁰³. De igual modo, na Associação Industrial do Porto¹⁰⁴, dinamizada pelo Visconde de Castro Silva, que solicitou a aprovação régia dos Estatutos em 1852, vamos encontrar como elementos da direcção os "brasileiros" Isidoro Marques Rodrigues e Francisco Gonçalves de Aguiar¹⁰⁵. E mesmo na Associação Industrial Portuense vamos encontrar um "brasileiro", João Francisco Aranha, gravador e lavrante, vice-presidente da primeira direcção e um dos membros mais dinâmicos e instruídos, com colaboração frequente e judiciosa no Jornal da Associação¹⁰⁶. Brasileiros houve, de origem portuense, que foram desempenhar esse papel para a capital: Carlos Ferreira dos Santos Silva foi presidente da Associação Comercial de Lisboa, sócio da casa bancária "Fonseca, Santos & Viana", talvez a mais importante ao seu tempo, mas nascera no Porto, em 1828, e depois de fazer com os irmãos os seus estudos em França (Colégio da Sacra Família, em Fontenay-aux-Roses, escola preferida pela alta burguesia portuguesa e brasileira), foi "caixeirar" para o Pará, para casa do tio Henrique de La Rocque, mostrando que o Brasil era também uma etapa recomendável para quem queria uma carreira comercial. Depressa subiu a sócio e casou com a filha de um abastado capitalista local, tendo regressado a Portugal ao fim de 14 anos de emigração e fundado a casa bancária já referida¹⁰⁷.

¹⁰³ Cf. PEREIRA, Firmino, "Conde de Silva Monteiro", *Commercio e Industria*, vol.3, nº 64, Porto, 1886.

¹⁰⁴ Não confundir a Associação Industrial do Porto com a Associação Industrial Portuense. A primeira era afectada à Associação Comercial, tinha a sua sede no Edifício da Praça do Comércio. Naturalmente disputavam o mesmo espaço e a primeira parece ter surgido para fazer face à movimentação de um grupo de industriais e artistas que desde 1848 procurava organizar a segunda, sob a liderança de José Vitorino Damásio. Concepções diferentes no modo como se encarava a defesa da industria, pois como Damásio dizia "uma confia todo o aperfeiçoamento da industria e seu desenvolvimento á instrução e educação da classe industrial, em tanto que a outra, á semelhança da Associação Commercial, cujos estatutos são imitação, parece organizada com o fim de levar á presença de S.M. representações que indicariam as necessidades da classe industrial" (A.I.P, Livro de Actas, 1852-1855 transcrição de carta dirigida ao M. do Reino de 24.07.1852, s/p.).

¹⁰⁵ O primeiro, residente na rua Formosa, nº 273, estava ligado à Companhia de Mineração Harmonia, à Companhia de Mineração Perseverança e à C^a Portuense de iluminação a Gás. Sublinhe-se que em algumas destas também participava na sua direcção o Visconde de Castro Silva, comungando, portanto, dos mesmos interesses. Não conseguimos detectar os interesses industriais de Francisco Gonçalves de Aguiar, negociante brasileiro de Cedofeita.

¹⁰⁶ É apresentado como brasileiro na lista de "negociantes nacionais e brasileiros" do *Almanak Commercial Judicial e Administrativo do Porto e seu Districto para o anno de 1854-1855*, Porto, Typ. de J. L. de Sousa, 1854.

¹⁰⁷ Era filho do negociante João Ferreira dos Santos Silva (depois barão de Santos), que foi presidente da Associação Comercial do Porto e do Banco Comercial. Era, por isso, irmão do cardeal D. Américo, bispo do Porto, e de dois diplomatas que representaram Portugal na Rússia. Cf. RIBEIRO, Augusto, "Conselheiro Carlos Ferreira dos Santos Silva", *Commercio e Industria*, vol. 3, Porto, 1885. Cf. ainda, MÓNICA, Maria Filomena, "Capitalistas e Industriais (1870-1914)", *Análise Social*, vol. XXIII(99), 1987-5º, pp. 819-863.

Já atrás nos referimos às centenas de negociantes brasileiros na praça do Porto, sendo eles os principais responsáveis por um comércio com o Brasil que, no século XIX, era apenas uma sombra do que fora antes, mas ocupando, não obstante, um lugar preponderante no quadro das exportações portuenses, só ultrapassado pelo do vinho do Porto. Neste contexto podemos dizer que a grande maioria dos proprietários de veleiros do Porto nos meados do século passado eram, necessariamente, pessoas intimamente ligadas ao Brasil, mas um número considerável era mesmo constituído por "brasileiros", isto é, por indivíduos que tendo iniciado a sua vida comercial no Brasil se instalaram depois no Porto e se dedicavam a animar esse tráfico veleiro. O conde de Ferreira, por exemplo, que antes do cabralismo e do seu enobrecimento se assumia como negociante, fazia navegar o seu brigue "Activo" e participava em sociedade no "Orestes". Sociedades informais eram uma fórmula usual na congregação de pequenos interesses que tornavam viáveis as viagens de algumas embarcações: José de Azevedo Carneiro era *"senhor de um quarto da barca Flor da Maia, de cujo quarto não tenho título algum, porem confio em meus socios que são Manuel de Azevedo Maia, da freguesia de Fajozes, João da Silva Moreira, da cidade de Pernambuco, Manuel Pereira Pena da cidade do Porto"* ¹⁰⁸. Francisco Gomes de Carvalho, da Praça Carlos Alberto, mas natural de S. Simão da Junqueira (Vila do Conde), dono da conhecida barca "Flor de S. Simão", declarava, à hora da morte, que a dita embarcação pertencia à firma Carvalho & Irmão, de Pernambuco, um estabelecimento de açúcar que ele tinha com o irmão, fazendo, assim, navegar a barca como se fosse portuguesa¹⁰⁹. Se procurarmos, por exemplo, no almanaque de 1844 os donos das embarcações da praça portuense que navegavam para o Brasil, pelo menos 14 das 38 listadas eram de negociantes "brasileiros", segundo identificação que peca por defeito. Deve dizer-se que deste tráfico veleiro descendem alguns desenvolvimentos industriais: A.J. Andrade Villares, já referenciado em capítulo anterior como agente da Comissão Central de Colonização do Rio de Janeiro, responsável pelo engajamento de colonos, ele próprio antigo emigrante, será o dono de uma fábrica de pão de trigo e bolacha (não esqueçamos a ligação ao fornecimento dos navios) e que, no Inquérito de 1881, aparecia já como uma moagem a vapor, cujas ramificações vieram até aos nossos dias.

Já em 1835, quando da fundação do Banco Comercial do Porto, a participação dos "brasileiros" da praça do Porto vai ter alguma importância. Apesar de só detectarmos 21 subscritores declaradamente "brasileiros" com um total de 543 acções (o banco tinha de capital 2000 contos, dividido em 10 mil acções, mas inicialmente só foram admitidos

¹⁰⁸ A.H.V.C., *Livro de Registo de Testamentos*, nº 3190, pp. 149-151 (ano de 1857).

¹⁰⁹ Idem, ibidem, nº 3190, pp. 129-131.

accionistas para 5000, ficando as restantes em reserva), a eleição para a direcção foi disputadíssima, tendo ganho o negociante do Porto João Ferreira dos Santos Silva (barão de Santos) a Joaquim Ferreira dos Santos (brasileiro¹¹⁰ e futuro Conde de Ferreira) por escassos votos, o que nos mostra desde já o peso dos brasileiros na praça do Porto¹¹¹, numa altura decisiva para o seu futuro, o da criação do primeiro (e durante vinte anos o único) banco comercial, a que será depois conferido o direito de emitir moeda.

Já no segundo banco a ser criado no Porto - o Mercantil Portuense (1855), os brasileiros tem um forte ascendente quer na Assembleia Geral (com José Joaquim Leite Guimarães), quer na direcção (António de Sousa Barbosa, depois Francisco Pinto de Miranda). Do mesmo modo estarão "em peso" no terceiro - o Banco União (1862), com o Visconde de Pereira Machado, Delfim da Cunha Lima, Manuel J. Monteiro Braga, A.J. Monteiro Guimarães, Francisco José Cardoso, Joaquim Pinto Leite. E não podemos esquecer que o estabelecimento do "Brazilian and Portuguese Bank", no seu efémero estabelecimento em Portugal (1864-65), tinha nos seus fundadores e administradores do Rio de Janeiro, dois portuenses, o Conde de S. Salvador de Matosinhos, João José dos Reis, já atrás referenciado como uma das figuras de maior crédito na banca brasileira do seu tempo, e ainda o Conde de S. Mamede, Rodrigo Pereira Felício, natural de S. Mamede de Infesta, aonde nascera em 22 de Janeiro de 1820. Ambos contribuíram para a transformação do banco em "English Bank of Rio de Janeiro", em 1866, na sequência das turbulências bancárias que então por lá se viveram, que se tornou num dos bancos mais utilizados para saques de cambiais a favor de Portugal.

Pelos anos 60, encontramos ainda "brasileiros" em diversas companhias da cidade: C^a. de Seguros Garantia, C^a. de Mineração Perseverança, C^a. de Nova Utilidade Pública, C^a. Portuense de Iluminação a Gaz, bem como nas sucessivas direcções da C^a do Palácio de Cristal. Outros apostam na "Carris de Ferro do Porto", na c^a de seguros "Indeminisadora", ou directamente na indústria, como a "Fiação Portuense", sendo este o caso de Francisco António de Lima¹¹², entre outros.

Relativamente à fundação do Palácio de Cristal, embora o grande dinamizador da ideia tenha sido João Allen, sublinhe-se que os "brasileiros" do Porto estiveram presentes na sua origem: a primeira reunião dos fundadores foi presidida pelo Visconde de Pereira

¹¹⁰ Sublinhe-se que nesta altura Joaquim Ferreira dos Santos assumia a condição de cidadão brasileiro, o que deve ter pesado na sua não eleição, para evitar o domínio de um estrangeiro. A declaração na Câmara Municipal para recuperar a cidadania portuguesa data de 1842.

¹¹¹ E não esqueçamos que Santos Silva, um negociante tradicional do Porto, tinha na família, por parte da mulher, importantes negociantes no Brasil, para os quais enviará até um dos filhos, o que revela a complexidade de uma análise neste domínio.

¹¹² Cf. CASTRO, Abílio de, "Commendador Francisco António de Lima", *Commercio e Industria*, vol.2, n°72.

Machado e daí saiu a primeira direcção eleita, aonde se podem encontrar os nomes de alguns - Pinto Bessa, Visconde da Trindade e J.J. Pereira Lima. E nas sucessivas direcções outros passarão por lá, desde o Barão de Nova Cintra (José Joaquim Leite Guimarães) ao Visconde de Barreiros. É certo que se esperara colocar rapidamente o capital através da subscrição de acções no Brasil, pois, como dizia o Conde de Samodães, "*por aquelle tempo e ainda muito posteriormente todos os grandes tentamens nacionaes eram promptamente secundados pelos nossos contrerrâneos, que se havia expatriado para o Brazil em procura de posição mais vantajosa*" ¹¹³. Mas desta vez a colónia portuguesa do Rio de Janeiro estava em conflito aberto com o governo central, por causa do conflito com o cônsul Barão de Moreira, e aquele não se aprestava a satisfazer as reclamações para a demissão do diplomata, pelo que a suspensão do envio de capitais para Portugal funcionava como elemento de pressão não se verificou desta vez, pelo menos de início, havendo respostas positivas numa segunda tentativa, logo após a demissão do cônsul em 1862. Mas os "brasileiros" do Porto, especialmente os que constituíram o núcleo fundador, contribuíram fortemente com o seu capital para a formação do capital inicial¹¹⁴ desse edifício que, durante quase um século, foi um *ex-libris* da cidade e um dos seus principais lugares de animação e de divulgação¹¹⁵.

Não poderá deixar de se referenciar aqui a experiência de "paternalismo" assistencial e industrial do Barão de Nova Cintra (José Joaquim Leite Guimarães). Exemplo típico do filho de lavrador (de Guimarães), em que toda a componente masculina saiu de casa, o mais velho para Lisboa, o segundo para o Brasil, e ele, o terceiro, para o Porto, aos 11 anos, ficando duas irmãs em casa. A sua partida para o Brasil acontece aos 17 anos, por chamada do irmão (1825). Trabalha inicialmente numa firma de fazendas brancas, passando mais tarde ao Rio Grande do Sul onde estabeleceu sociedade e se vê envolvido (e ferido) na "guerra dos farrapos", o que leva a regressar ao Rio. Aí entra na sociedade do irmão¹¹⁶, do qual se torna independente pouco depois, formando outra. Casa, mas os dois filhos morrem crianças e a mulher segue-os pouco depois. Em 1846 deixa o Rio de Janeiro, vai de novo para o Rio Grande do Sul (provavelmente por razões de herança, já que a sua falecida mulher era de Porto Alegre e dela terá herdado valores importantes). Casa novamente no Rio, ainda com pouca sorte,

¹¹³ SAMODÃES, Conde de, *Breve esboço Historico do Palacio de Crystal Portuense*, Porto, Typographia Central, p. 26

¹¹⁴ Idem, *ibidem*, pp.38-39.

¹¹⁵ Cf. SANTOS, José Coelho dos, *O Palácio de Cristal e a Architectura do Ferro no Porto em meados do século XIX*, Porto, Fundação Engº António de Almeida, 1988

¹¹⁶ António José Leite Guimarães, futuro Barão da Glória, que no retorno optou por Lisboa, aonde habitava no seu palacete de Benfica "Beau-Séjour".

pois a filha que daí surge morre num incêndio. Em 1851, parte para a Europa, compra a quinta de Nova Sintra, em Lisboa (no Lumiar), mas segue para uma viagem a diversos países, fixando-se em França durante algum tempo. Volta a Lisboa, aonde tem familiares, mas acaba por se fixar no Porto (1859). Sobre a actividade que aqui desenvolve já acima referimos alguns aspectos, nomeadamente a sua participação nos diversos bancos, seguros e Palácio de Cristal. Sublinhe-se ainda o seu papel na construção imobiliária, mandando edificar casa própria e mais sete para alugar na zona da Batalha e na rua do Heroísmo, tendo acalentado ainda projectos de urbanização para operários que não chegou a desenvolver, tal como nunca chegou a ocupar o palacete típico que mandou erguer em Campanhã, por lhe ter sobrevivido a morte. Mas vai ser como provedor do Asilo de Mendicidade (às Fontainhas), enquanto membro do Conselho Filial de Beneficência, que se vai tornar notado, conseguindo acabar e pondo a funcionar uma obra que se arrastava indefinidamente (o que lhe valeu o título de barão). Mas o seu plano implicava resolver ainda outros problemas humanos ao nível da patologia social: assim, aquele Asilo iria emparceirar com um novo Asilo para a Infância Desvalida e um Estabelecimento de Artes e Ofícios, de modo a recolher crianças e raparigas abandonadas e rapazes vadios, ensinado-lhes um ofício e pondo-os a trabalhar. Problemas com a Câmara Municipal na cedência do terreno junto ao Asilo de Mendicidade levaram a que agisse por sua única iniciativa, comprasse o terreno na rua da China, e erguesse o "Estabelecimento Humanitário Barão de Nova Cintra", custeado por sua conta. E será junto a este Estabelecimento que vai erguer a sua fábrica de seda, desenvolvendo todo um conjunto de acções para renovar esta decadente indústria que já tinha conhecido dias prósperos, nomeadamente em Trás-os-Montes. Já no Asilo de Mendicidade introduzira a criação do bicho-da-seda, levando à produção de casulos, trabalho que as asiladas desenvolviam. Na exposição do Palácio de Cristal de 1866, o Barão entra em negociações com um francês, Frédéric Germond, radicado há anos em Trás-os-Montes (Moncorvo) e que ali apresentou uma máquina que permitia superar as técnicas artesanais, a qual teve o melhor prémio. E com ele, enquanto director técnico, vai contratar a implantação da fábrica de seda, adoptando o ensino sericícola para os asilados do seu Estabelecimento, pelo que começou logo com um conjunto de rodas artesanais, enquanto preparava as novas instalações. Para isso, Germond vai a França buscar uma máquina a vapor e milhares de amoreiras, tanto para produção do Estabelecimento, como para distribuir por várias câmaras municipais que depois lhes vendessem a respectiva produção de folhas necessárias à criação dos casulos. Aí trabalhou um número variável de asilados e pessoas do exterior que chegaram a atingir o número de 140. Como curiosidade, refira-se que, em 1868, se fiou casulo num valor superior a 20 contos de réis e se exportaram cerca de 40

contos em semente e casulo, quando a despesa total desse ano no Estabelecimento foi inferior a 5 contos. Ou seja, mesmo deduzindo os custos de produção, deveria estar assegurada a auto-suficiência do Estabelecimento. Nas exposições de sericicultura do Palácio de Cristal em 1867 e 1869, a representação do Estabelecimento ganhará o primeiro prémio, surgindo como o melhor produtor nacional, embora entre em decadência a partir de 70 com a morte do patrono¹¹⁷. De qualquer modo, o Barão foi responsável por uma experiência singular, associando duas obsessões muito em voga no século passado: o controlo do "pathos" social (mendicidade, orfandade, vadiagem) através do asilo e do trabalho, seguindo o modelo inglês das "workhouses", no sentido explícito de fazer progredir a indústria nacional.

A presença de "brasileiros" será ainda mais acentuada nos anos 70, já no quadro das sociedades anónimas, e principalmente nos anos de euforia que se seguiram ao fim da guerra do Brasil com o Paraguai. Ela é frequente nos múltiplos bancos que se criam não só no Porto mas um pouco por todo o Norte, nas diversas companhias para os mais variados efeitos, nomeadamente nas de implantação e exploração ferroviária, não esquecendo o seu papel decisivo na já referida Companhia de Progresso Marítimo, abortada por falta de capitais na sequência do pavor gerado pela crise de 1876. Não será por acaso que ascende à presidência da Associação Comercial do Porto, em plena fase de recuperação do câmbio brasileiro, um ex-emigrante nascido no Porto, o já referido Conde de Silva Monteiro, que, mesmo regressado, mantinha a sua casa (Monteiro & C^a) no Rio de Janeiro, à semelhança de tantos outros, regendo à distância os seus interesses, assegurando o futuro através da aposta em diferentes tabuleiros. Por falta de estudos monográficos sobre as empresas e os empresários, não nos é possível avaliar o grau de influência destes brasileiros nas companhias em que participavam, embora as biografias oficiais lhes atribuam obviamente um papel determinante. Limitamo-nos, por agora, a identificar a sua presença no tecido económico, reconhecendo-os nos corpos sociais das empresas, em lugar de direcção ou de influência. Certamente que a sua presença asseguraria a participação de muitos outros ao nível da subscrição de capitais, ao mesmo tempo que lhes conferia alguma capacidade de decisão e explicitava o tipo de interesses predominantes.

Nos anos 80, esta comunidade portuense de "brasileiros" ainda se renova, o câmbio volta a ser favorável e, trazendo o resultado do seu labor ou as rendas das firmas

¹¹⁷ Sobre o Barão de Nova Cintra e a sua obra há uma grande diversidade de informações impressas e de arquivo. No essencial, seguimos de perto, a excelente monografia que colige quase tudo: MENDES, António Lopes, *Colégio do Barão de Nova Cintra*, Porto, Santa Casa da Misericórdia, policopiado, 1988. Agradecemos penhoradamente ao autor o facto de ter colocado a obra, ainda à espera de publicação, à nossa disposição, com autorização de consulta e utilização.

que deixavam no Brasil, entregue o negócio a pessoas de confiança, há ainda muitos que regressam e participam activamente na vida económica. José da Silva Figueira (Visconde de Barreiros, atrás referido) é um desses casos: filho de camponeses (da Maia), parte jovem para o Rio de Janeiro (1852), alcançando fortuna na construção, como arrematante de obras públicas, sobretudo desde que conseguiu a construção do túnel de Marmelos, no caminho de ferro de D. Pedro II, a que se seguiu parte da construção da linha Leolpoldina. Nos anos 70 vem a Portugal, retornando definitivamente em 1880, e, a par das benemerências, da nobilitação e da actividade política, desenvolve uma importante actividade económica: integra o conselho fiscal do Banco Comércio e Indústria, dinamiza por sua conta as minas carboníferas de Valdeão, é um dos mais importantes accionistas e membro do conselho fiscal das minas do Pejão, fundador da Sociedade Mutuaria, da Parceria Pesquisadora Portuense, integra e é um dos directores do "sindicato dos caminhos de ferro à fronteira de Portugal", integra a sociedade empreiteira dos caminhos de ferro de Santa Comba a Viseu e da foz do Tua a Mirandela, e, sobretudo, fazendo justiça aos seus conhecimentos técnicos, encarrega-se do difícil túnel do Pinheiro à Alfândega do Porto (obra esta de que os seus capitais se vão ressentir). É claro que este tipo de actividade não estava aberto a todos os retornados, pois passava pela disponibilidade de grande capital, pela integração nas redes de influência económica e política e pela interligação entre os vários agentes económicos: além da sua militância regeneradora, a participação no Banco Comércio e Indústria indica-lhe a entrada nos negócios ferroviários¹¹⁸. Para as grandes fortunas destes "brasileiros" o importante eram as empresas que aparentemente poderiam dar lucro rápido e elevado, quase sempre congeminações nas salas e corredores do Edifício da Bolsa e dependentes dos poderes públicos. Tais empreendimentos, forjados na viscosidade existente entre políticos e negociantes, concorriam para uma ascensão simbólica que o ex-emigrante perseguia, pagando com os seus capitais o patrocínio das redes de influência, entrando na aristocracia de negócios prevalecente, a qual não dispensava o verniz nobiliárquico. Na verdade, muitas das concessões para os lugares dos corpos sociais das diversas companhias que se formaram durante o século passado correspondiam a estratégias utilizadas por diversos líderes de negócios da praça do Porto, tendo em vista assegurar o capital desses ex-emigrantes e a sua influência para o recrutamento de novos subscritores. Nomes como o de Isidoro Guedes, Kendall, Moser e outros estão quase

¹¹⁸ Cf. "Visconde de Barreiros", C.P., de 13 de Janeiro de 1887. Sobre esta personagem, cf. ainda *Revista dos Acontecimentos da Maia*, revista de que era co-proprietário e que lhe traça a apologia. Cf., ainda, OLIVEIRA, Álvaro, ob.cit.

sempre por detrás das iniciativas referidas, seja na formação de bancos, seja na de companhias para fins diversos.

Não faltam, desde cedo, os testemunhos sobre o papel do capital brasileiro na dinamização da indústria portuense. Como dizia Vilhena Barbosa, em 1862, a indústria *"favorecida por leis protectoras e auxiliada por capitais vindos do Brasil, em retorno da nossa exportação de trabalho levou a todo o reino o seu benéfico influxo. O Porto, que foi a terra mais industrial do país tornou-se, por assim dizer, numa fábrica imensa. O bairro oriental transformou-se por completo"* ¹¹⁹. Dois anos depois, porém, Ribeiro de Sá, reconhecendo a importância dos capitais da emigração, visível nas casas, nos bancos, na dívida do tesouro, lamentava que na origem do entusiasmo pelas formações bancárias se não vislumbrasse nenhuma ideia de aplicação a melhoramentos agrícolas e industriais, embora previsse que, numa terceira fase, este capitalista não poderia deixar de contribuir para aumentar e desenvolver tais domínios¹²⁰. Julgamos, assim, que o primeiro autor se referiria, fundamentalmente, ao papel indutor das remessas monetárias sobre a indústria, espicaçando o consumo e, portanto, estimulando a produção, de forma difusa. É que a indústria não era, em si, um foco de atracção do capital, este dirigia-se de preferência para formas mais estáveis e previsíveis de rendimento certo, pois, tal como dizia um industrial do Porto em 1886, *"sem uniformidade no systema aduaneiro, sem um princípio nem fim que o determine, não ha capital que concorra á industria, para se não ver em lucta com aquellas eventualidades [fecho de fábricas], jamais tendo elle, como tem, 6 por cento de juro no paiz, e sem risco; pelo meno enquanto for pago, como tem sido regular até hoje, e ainda sem incómodos, sem decimas nem cuidados"* ¹²¹.

No entanto, verificara-se nos anos 70 algum direccionamento de capitais de brasileiros para a indústria, através de algumas das companhias já assinaladas acima, quer directamente (C^a Aurifícia, Fiação Portuense, por exemplo), quer indirectamente, já que o investimento nas infra-estruturas de transporte implica sempre, a montante e a jusante, algum estímulo industrial.

Mas havia também, por parte dos "brasileiros", o investimento industrial directo, para investidores com capitais de menor vulto, logo preferindo controlá-lo pessoalmente e não disseminá-lo através dos mecanismos bancários ou accionistas. Alguns "brasileiros" não estavam inseridos (ou interessados) nas vias políticas e nobilitantes, e apostavam ainda no seu saber-fazer para reproduzir as poupanças amealhadas na emigração, principalmente quando se voltava cedo e era preciso direccionar ainda o

¹¹⁹ Cit. por Mendes, António Lopes, ob. cit., p. 76.

¹²⁰ Cf. SÁ, Ribeiro de, "Lanifícios -II", C.P., de 6 de Junho de 1864.

¹²¹ CRUZ, Ferreira da, "Industriais", *Commercio e Industria*, vol.1,1884, s/p.

futuro dos filhos. Outros, porém, davam continuidade aos conhecimentos profissionais que tinham adquirido no Brasil e retomavam a iniciativa, dado não aceitarem ainda a retirada da vida activa, procurando com a sua dinâmica o proveito económico e o prestígio social a ela inerente.

Em tais circunstâncias alguns desenvolvem mesmo uma acção claramente inovadora no campo das fábricas, apostando nas vias do maquinismo para otimizar a produção e a rentabilidade. Por exemplo, na Exposição Industrial de 1861, no Porto, surge, entre as várias fábricas de curtumes representadas, uma que já aplicava o vapor - a "Fonseca & Ferreira", resultante da recuperação da antiga e conhecida fábrica do Esteiro de Campanhã. Em estado de quase ruína foi comprada, por 1859, por Caetano José Ferreira, brasileiro de Cedofeita, e Inácio Pinto da Fonseca. Passado cerca de um ano, ainda em fase de obras e de instalação de maquinismos, já se apresentava com um importante sortido de couros na Exposição e capacidade para curtir 12 mil couros por ano. Com um mestre francês, utilizava uma bomba portátil para extrair a água dos tanques, e uma máquina a vapor de 12 cavalos, que permitia várias operações automáticas (moer a casca, lavagem e batimento das solas), triplicando, por exemplo, a superfície de sola em relação aos batimentos manuais¹²².

Também a fábrica de sabão do Freixo se apresentou com características inovadoras na Exposição de 1861 e com o simbolismo de representar um caso exemplar da liberdade de produção, pois para funcionar teve que esperar pela abolição do monopólio do sabão¹²³. António Afonso Vellado (futuro Visconde do Freixo)¹²⁴ tinha apenas como capital humano a sua experiência de 14 anos de fabrico de sabão no Brasil, não tinha qualquer outro mestre nem operário especializado, só mais tarde admitiu um mestre espanhol. Investindo em capital fixo perto de 30 contos de réis, construiu a sua fábrica de raiz, especificamente para saboaria, com dois pisos, duas caldeiras de vapor de 10 cavalos cada e uma máquina que punha em acção uma serraria e uma bomba que intervinha directamente em seis caldeiras de ferro aonde se processava a cozedura. Começou a funcionar exactamente no dia em que foi decretada a extinção do monopólio (1 de Julho de 1858) e quatro dias depois já vendia sabão a 40 e a 90 réis o arrátel e que

¹²² SÁ, Ribeiro de, "Exposição Industrial de 1861", *C.P.*, n.º 207, 11 de Setembro de 1861.

¹²³ Recorde-se que no contrato de 1844 que levou à criação da Companhia do Tabaco, Sabão e Pólvora, teve um papel importante, entrando com capital e como administrador, um outro brasileiro do Porto, o Conde de Ferreira.

¹²⁴ A.A. Vellado era um caso especial de "brasileiro" endinheirado, tendo comprado o Palácio do Freixo, junto ao rio Douro, construção do século XVIII, da autoria de Nazonni, que tinha pertencido à família dos Távoras e estava na altura nas mãos do Visconde de Azurara. A saboaria seria uma instalação anexa, muito provavelmente, no local aonde hoje se situa o gigantesco edifício da moagem, obra de um "brasileiro" mais recente, que comprou por sua vez o mesmo palácio.

antes da liberalização se vendia a 200 réis, indistintamente. Na altura da exposição, ocupava 40 operários, tinha 21 depósitos espalhados pelo Reino e produzia desde sabonetes finos até ao vulgar sabão amarelo¹²⁵. Sublinhe-se que tanto esta fábrica como a anterior não estão em actividade duas décadas depois, não surgindo qualquer referência no Inquérito Industrial de 1881.

Outro exemplo do capital financeiro e humano da emigração aplicado directamente à indústria é o da chapelaria a vapor Costa Braga & Filhos. Francisco António da Costa Braga esteve 24 anos no Brasil, quase sempre ocupado na indústria de chapelaria, aonde consolidou conhecimentos e adquiriu capitais, pois tinha sido proprietário de uma fábrica no Rio de Janeiro e o primeiro a introduzir o vapor nesta indústria, pelo que, em 1863, o Imperador lhe concedeu usar o título de "imperial fábrica de chapéus". Casado e com filhos, regressou a Portugal, tendo montado a fábrica no Porto. Criada em 1866, na rua de Santo António, nº 194, aonde recebeu a visita do Imperador D. Pedro¹²⁶, em Março de 1872, foi mais tarde ampliada e transferida para a rua da Firmeza, ficando o espaço anterior como um armazém de vendas e oficina de chapéus de seda. Em 1868 surgem grandes anúncios em *O Comércio do Porto* a anunciar a chegada de mais uma máquina de França, o que lhe permitia produzir 300 chapéus por dia e cerca de 80 mil por ano, convidando o público a visitar as instalações e mostrando-se disponível para encomendas com destino a Portugal ou Brasil. Em 1881, segundo o Inquérito Industrial, era a principal fábrica de chapéus no Porto, ultrapassando a "Social", sua concorrente, em produção, da qual cerca 25% se destinavam à exportação (África, Brasil, Inglaterra e Espanha). Com 160 contos de capital, 2 máquinas a vapor e um mestre francês, tinha um produção anual de 140 contos, equivalente a 110 mil chapéus de feltro, 40 mil sacos do mesmo e 2 mil de seda, ocupando um total de 188 pessoas¹²⁷.

Outras fábricas se poderiam referir na área do Porto, algumas das quais tiveram grande desenvolvimento posterior. Foi o caso da fábrica de curtumes, no Ouro, de António Alves Cálem, uma actividade muito ligada ao Brasil, já que de lá vinha grande parte da matéria-prima e que exigia grandes capitais, dados os longos prazos de pagamento nas vendas, chegando a atingir um ano nas províncias. Era esse o costume, por exemplo, na feira anual de Viseu, em que o couro vendido era logo revendido sem lucro ou até com prejuízo, mas como o comprador só tinha que o pagar na feira seguinte procurava o lucro no giro desse capital disponibilizado¹²⁸. Refira-se ainda a fundação da

¹²⁵ Idem, "Exposição Industrial de 1861", *C.P.*, nº 208, 12 de Setembro de 1861.

¹²⁶ Cf. "Visita de S.M. o Imperador do Brazil á chapelaria a vapor", *C.P.*, de 6 de Março de 1872.

¹²⁷ Comissão Central Directora do Inquérito Industrial, *Inquérito Industrial de 1881, Inquérito Directo - segunda parte, livro segundo*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1881, pp. 175-182.

¹²⁸ Cf. SÁ, Ribeiro de, ob. cit. (*C.P.*, nº 207).

Companhia de Fiação e Tecidos de Fafe, por um grupo de capitalistas liderado pelo "brasileiro" do Porto, José Ribeiro Vieira de Castro¹²⁹, que tomou e reformulou a velha Companhia Industrial de Fafe. Esta deslocação de capitais para fora da cidade não foi caso excepcional: neste caso tratava-se de uma acção de fomento em prol da terra natal, mas como assinala M. Filomena Mónica, também se encontram no Sul do País várias fábricas e/ou participações de ex-emigrantes do Norte, nomeadamente do Porto¹³⁰.

Os exemplos poderiam continuar, sobretudo, se descêssemos ao nível mais modesto das oficinas, pois, no meio artesanal, a estadia no Brasil era, em geral, mais curta e impunha a continuidade da vida profissional no retorno. Compreende-se, assim, um comentário como o inserto na Correspondência de Portugal :

*"Do abençoado Brazil tem-nos vindo ultimamente cabedal e alguns homens activos e empreendedores, que reservaram parte da vida para a virem empregar em utilidade sua e de seu paiz. D'antes vinha só dinheiro. Quem o trazia, ou vinha para as Caldas, ou passar o inverno no leito. Eram vidas exauridas pelo trabalho. Não tinham mais que dar. Hoje a rapidez e a facilidade das comunicações transformaram tudo. Vão-se buscar á America habitos e habilitações de trabalho, e que só a necessidade longe do ninho paterno sabe ensinar. Algumas casas importantes de Lisboa e Porto, assim como algumas das empresas modernas, são administradas por individuos que iniciaram a sua carreira no Brazil. "*¹³¹

Naturalmente só a multiplicação de estudos monográficos nos poderão permitir avançar para lá da dimensão casuística do investimento directo na indústria por parte dos "brasileiros". No entanto, não é fácil essa investigação, entre outros obstáculos, pela indefinição de papéis entre produtor e intermediário, por essa altura, existindo "fábricas" que eram sobretudo (e às vezes exclusivamente) centros de distribuição de produtos, não tendo quaisquer operários ou equipamentos em laboração e dependendo exclusivamente de produção artesanal e domiciliária, e, pelo contrário, vislumbram-se lojas de comércio que tinham ao fundo do quintal pequenas unidades produtivas. Assim, nos negociantes

¹²⁹ Embora natural de Fafe, J.R. Vieira de Castro é um dos muitos exemplos cujo tirocínio comercial se fez no Porto, numa casa de ferragens. Embarca em 1864 (passaporte 1560 de 9 de Setembro), com 21 anos, retornando por 1870 ao Porto, tornando-se accionista e empregado dos "carris de ferro", aonde chegou a Presidente. Note-se que esta companhia era completamente dominada por "brasileiros", pois para além de accionistas e administradores, empregava grande número de retornados menos endinheirados. Consta que para isto muito contribuía o facto de exigir seis meses de aprendizagem inicial não remunerada, facto que só estava ao alcance de filhos de família ou de indivíduos que possuíssem algum capital para se poderem sustentar durante esse período. Sobre Vieira de Castro, e, em geral, sobre o papel dos brasileiros numa vila de província, cf. o sugestivo livro de MONTEIRO, Miguel, *Fafe dos "brasileiros" (1860-1930) - Perspectiva histórica e patrimonial*, Fafe, ed. de autor, 1989.

¹³⁰ Ob.cit.

¹³¹ Cit. por CARVALHO, Augusto de, *O Brazil - Colonisação e Emigração*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1876, pp. 290-291.

"brasileiros" listados nos almanaques do Porto devemos ver essa confluência de funções, que vão desde o pequeno lojista de retalho ao comerciante de grosso trato, especializado em vinho e produtos coloniais, em ferragens e panos, trabalhando ao mesmo tempo em comissões e representações, incluindo os seguros e serviços bancários, suscitando e promovendo o tráfico de importação-exportação, descendo eventual e conjunturalmente à produção industrial organizada.

O negócio no sector da hotelaria também não deve ser esquecido, e se já referimos aqui o Grande Hotel do Porto, não poderemos esquecer uma unidade já dos inícios deste século e cheia de simbolismo, ponto de encontro de tertúlias culturais da baixa portuense: o café-botequim *A Brasileira*, aberto em 1903 por iniciativa de um ex-farmacêutico que em Minas Gerais se dedicou ao café - Adriano Teles, surgindo a ideia como uma forma de criar e propagandar uma marca própria, tendo por trás uma fábrica de torrefacção, pelo que, durante os primeiros 13 anos, o café à chávina foi ali servido gratuitamente¹³².

Por outro lado, o impacto deste investimento "brasileiro" não pode limitar-se à observação dos retornados, precisaria de estender-se às redes familiares, pois, frequentemente, é através de sucessores ou colaterais que a injeção directa de capital se verifica e, necessariamente, se consolidam os projectos lançados. Neste contexto, muitos estabelecimentos de negócio do Porto apesar de não terem na sua origem um "brasileiro" estão intimamente ligados ao capital da emigração, porque daí lhes adveio o capital para o investimento por processos de doação ou herança. Identificamos alguns estabelecimentos actuais, com êxito na praça comercial do Porto, que resultam de alterações de investimento relativamente aos projectos de "brasileiros": filhos e netos que venderam as quintas e casas de lavoura organizadas e construídas por ex-emigrantes, cuja rentabilidade se tornou diminuta e incompatível com as novas expectativas sócio-económicas, para fazer nascer e crescer estabelecimentos comerciais e na área de serviços.

Imobiliário urbano

Tal como os "brasileiros" que optaram por viver na ruralidade ou assumir as duas residências, também os do espaço urbano têm na casa um dos sinais mais evidentes da sua afirmação social. Particularmente notado foi o seu papel na construção de novas

¹³² BASTOS, Carlos, *Livro de Ouro do Comércio e Indústria do Porto*, Porto, 1943, pp. 21-24.

residências e nesse aspecto contribuíram fortemente para criar mercado de trabalho nos ofícios e indústrias ligados à construção civil, nomeadamente pela utilização de novos materiais (azulejo, ferro, telhas). A cidade tem a especificidade inerente à elevada densidade de construção, por isso, nas zonas mais antigas ou já fortemente urbanizadas, os brasileiros continuaram a prática de acrescentar "tiras" aos quarteirões com vários andares, aqui e ali subindo um pouco mais, requintando na decoração externa (revestimento, janelas, sacadas, clarabóias) e, naturalmente, no desenho dos compartimentos internos, merecendo atenção especial os estuques. Naturalmente que a disseminação residencial do "brasileiro" é uma realidade e aqueles que continuam a desenvolver uma actividade económica têm tendência a estabelecer a habitação junto do local de trabalho, de preferência a loja no rés-do-chão e a habitação nos andares superiores, como acontece, por exemplo, na rua das Flores, Picaria, Santa Catarina, Cedofeita, Almada, etc. Mas a projecção social do brasileiro, a que se vem juntar o verniz do título nobiliárquico, requer, na medida do possível, habitações mais distintas. Alguns terão oportunidade de aplicar os grossos cabedais na venda das casas religiosas que o liberalismo extinguiu. Um dos casos mais significativos é o do convento de S. Elói, com a frente para a praça de S. Pedro, fronteiro, portanto à antiga Câmara Municipal do Porto, arrematado (19.09.1837) pela quantia de 80000\$000 por Manuel Cardoso dos Santos Junior, súbdito brasileiro¹³³, marcando de tal modo a zona que ainda hoje o passeio adjacente é conhecido como o "passeio das Cardosas", em referência às mulheres da família (esposa e filhas). Os conventos, adquiridos pelos novos "barões" do liberalismo, tornaram-se um objecto predilecto dos negociantes do Porto¹³⁴, não só na cidade como na província, adquiridos para residência e até para instalações fabris, tendo os brasileiros integrado essa procura, e se muitos não vieram a tempo das arrematações dos anos 30, compraram-nos depois em segunda ou terceira mão, e alguns arranjam forma de o título nobiliárquico se conectar com a nova propriedade que lhe dá o lustro¹³⁵.

O caso do Palácio do Freixo, adquirido pelo industrial de sabão acima referido, Afonso Vellado, ou o da Quinta do Chantre, em Leça do Balio, pelo "brasileiro" de

¹³³ A.D.P., Fundo do Governo Civil, nº 126 - *Registo de alvarás de posse conferidos a diversos arrematantes de Bens Nacionais, 1836-1844* (nº54).

¹³⁴ Por exemplo, José Henrique Soares, da Associação Comercial do Porto, adquire, em 1835, dois - o de Santo André, em Ancede, e o de S. Gonçalo, em Amarante. Ao primeiro irá buscar o título concedido ao tempo do cabralismo - barão de Ancede. (A.D.P., *idem*, *ibidem*, nºs 72 e 93)

¹³⁵ Veja-se o caso do Conde de S. Bento, em Santo Tirso. Manuel José Ribeiro, de S. Miguel das Aves, partiu com 11 anos para o Pará, regressando em 1874 para S. Tirso, onde se torna o benfeitor local (escolas, asilo agrícola, hospital, disponibilização de terras para o jardim-público, ofertas à misericórdia). Em 1882 comprou a casa e a quinta do extinto mosteiro de S. Bento. Cf. PEREIRA, Maria Manuela Prior Caldas, *Conde de S. Bento, Nome Ilustre de Santo Tirso*, S. Tirso, Câmara Municipal, 1984. Do mesmo modo, Afonso Velado será Barão e Visconde do Freixo.

Bouças António Godinho da Silva¹³⁶, mostram que as construções residenciais dos nobres em decadência também não escaparam a esta fúria aquisitiva, revelando, metaforicamente, que a burguesia liberal dos negócios, em que os "brasileiros" se incluíam, empenhou os seus capitais para segurar as traves decadentes dos grupos sociais até aí dominantes, procurando manter o edifício erguido, aqui e ali pintado ou decorado de novo, mas mantendo a estrutura de base, num processo de substituição de protagonistas.

Mas as escassas disponibilidades destes edifícios e a avalanche de retorno de "brasileiros" endinheirados vão impor a construção de casas típicas, a que os arrabaldes da cidade antiga, ainda ruralizados e disponíveis para a urbanização, são o espaço apropriado. Aproveitam-se especialmente os lotes das zonas do Bonfim e próximas do cemitério do Prado do Repouso, para abrir novas ruas, num processo geral de urbanização que corresponde ao rápido crescimento da cidade e no qual se destacará o palacete do torna-viagem, numa exuberância que foi objecto privilegiado da literatura, cujo estereótipo mais conseguido talvez seja o de Júlio Dinis, quando nos apresenta o bairro oriental com *"enormes moles graníticas, a que chamam palacetes; o portal largo, as paredes de azulejo-azul, verde ou amarelo, liso ou de relevo; o telhado de beiral azul; as varandas azuis e douradas; os jardins, cuja planta se descreve com termos geométricos e se mede a compasso e escala, adornados de estatuetas de louça, representando as quatro estações; portões de ferro, com o nome do proprietário e a era da edificação também douradas; abunda a casa com janelas góticas e portas rectangulares, e a de janelas rectangulares e portas góticas, algumas com ameias, e o mirante chinês"* ¹³⁷. Quadro excessivo e reducionista para caracterizar a "casa do brasileiro", ainda que de belo efeito literário, na denúncia do novo-riquismo e da excentricidade própria dos deslocados. Ramalho Ortigão será muito mais comedido e rigoroso: *"casas novas forradas de azulejo, em grades de ferro pintadas de verde e de cor de ouro, em hortas ajardinadas, em capoeiras bem sortidas e em caramanchões nos ângulos das quintas"* ¹³⁸. Casas que vemos ainda hoje um pouco por toda a cidade, incluindo a zona de Cedofeita e da Boavista e até na Foz (logo no bairro ocidental, que Júlio Dinis atribuía aos ingleses) a maior parte já irremediavelmente condenadas, por falta de conservação e habitação, à espera do camartelo e do arranha-céus que ali, infalivelmente, se erguerá. A variedade de elementos por nós recolhidos, muitos deles

¹³⁶ Natural de Matosinhos (1807-1883), chegou ao Rio de Janeiro 1820, onde foi caixeiro e negociante (de 1838-1860), retirando então para Portugal.

¹³⁷ DINIS, Júlio, *Uma Família Inglesa*, Porto, Liv. Civilização, 1986, p. 41.

¹³⁸ ORTIGÃO, Ramalho, *As Farpas*, tomo I, Lisboa, Clássica Editora, 1986, p.137

ainda visíveis, mostra que é difícil falar de uma "casa do brasileiro", se abstrairmos de alguns elementos decorativos, nomeadamente a predominância das cores verde e amarelo e do frondoso jardim. Se um ou outro edifício nos surge mais exótico, a maioria eram indistintas, correspondendo aos gostos da época, entregues a construtores locais e, muitas vezes, construídas na ausência dos proprietários, sob a supervisão de um familiar ou amigo, com o dinheiro suficiente para permitir algum arrojo e inovação de materiais.

Não esqueçamos, de resto, que era vulgar "os brasileiros", tal como grande parte da burguesia, investirem na habitação para arrendamento e por isso foram clientes importantes de processos de urbanização, pois também aqui, quando era preciso capital, faziam-se subscrições no Brasil, assegurando o êxito das operações. Deste modo, é frequente encontrarmos nos testamentos dos "brasileiros" referências a várias casas em diversos lugares. Prédios na cidade, tal como as quintas no campo, eram sempre investimentos privilegiados, dada a sua rentabilidade e valorização. Quando faleceu, um conhecido "brasileiro" e benfeitor do Porto, Bruno Alves Nobre, tinha 4 prédios: na rua do Rosário, n.ºs 147-151 (sua habitação); na rua do Príncipe, n.ºs 422 a 432 (2 prédios); na rua do Cimo de Vila, n.ºs 109 a 113, este com 24 casas no fundo do quintal, ou seja, as chamadas "ilhas" para os mais carenciados¹³⁹. Também José Caetano de Carvalho, natural de Mesão Frio, que emigrou de 1846 a 1865, tendo sido farmacêutico no Recife e vindo fixar-se depois no Porto, tinha dois prédios na Praça de Carlos Alberto, 3 casas em Cedofeita e outra na rua do Príncipe. Tinha ainda 15 casas e 7 armazéns no Recife (Brasil). Em Mesão Frio, possuía as quintas de Vila Nova, Gafaria e Freixieiro¹⁴⁰. Mesmo ex-emigrantes economicamente mais modestos e radicados no campo, dedicados às suas casas de lavoura, não se descuravam na compra de casas, que, no caso de descendência, repartiam pelos diversos filhos¹⁴¹.

Assim, das linhas neo-clássicas do palacete do Visconde da Trindade, na praça Carlos Alberto (hoje sede dos Serviços Municipalizados) ao do barão de Nova Cintra, na rua do mesmo nome, já em Campanhã (hoje Centro de Saúde), vai uma grande diversidade de estilos e de imagens. Tomem-se, como exemplo, a diversidade de habitações deste último. Na praça da Batalha, duas moradias construídas em 1862, contíguas, n.ºs 10 a 13 e 14 a 16, servindo a primeira como sua residência. Tratava-se de uma edificação que se ajustava ao modelo das casas tradicionais no Porto, com três

¹³⁹ Cf. "Testamento de Bruno Alves Nobre", *C.P.*, de 14 de Julho de 1891.

¹⁴⁰ Além de outros bens de raiz e móveis, nomeadamente acções de companhias e de dívida pública. Cf. "Disposições testamentárias", *C.P.*, de 10 de Agosto de 1889.

¹⁴¹ Sirva de exemplo o caso de Domingos António de Oliveira, de Canidelo (Vila do Conde) que, além dos bens rurais, tem 1 casa na rua de Santa Catarina e duas na rua Formosa. *A.M.V.C., Livro de registo de testamentos*, n.º 3191, pp. 163-165.

andares e loja no rés-do-chão, a primeira com pátio interior, aonde se situava a cocheira e cavalaria, pelo que tinha duas portas para a rua, uma para a habitação, a outra para esse pátio interior, que contemplava também jardim e pomar. A segunda habitação, destinada a rendimento, não tinha cocheira, pelo que dispunha de uma só porta. Novidade, a canalização de chumbo, pronta para receber o gás de iluminação. Construiu uma outra habitação na rua de Entreparedes (nºs 1 a 5), com dois andares e águas furtadas e duas lojas no rés-do-chão. Ainda em 1863, arrematou mais uma casa na Batalha, nº 75, comprada à massa falida de uma firma, com um andar e também pátio interior. Em 1864, junto ao Estabelecimento Humanitário, compra duas moradas e terrenos, na rua do Heroísmo, para demolição e construção de 4 novas habitações (nºs 139, 141, 143, 145), praticamente idênticas, com um andar e mirante, dotadas de quintal e servidas por poços artesianos, com bomba de pressão a elevar a água aos andares, tendo estas casas sido igualmente arrendadas. Mais uma vez, são casas banais, embora de qualidade, mas integradas na linha seguida por esse tempo. Com o mesmo construtor destas casas, contrata o palácio que tencionaria habitar: com alguma imponência, o destaque vai para a escadaria que antecede a porta de entrada, para a sacada em ferro do 1º andar, para o mirante. Não lhe faltava o jardim frondoso, com repuxo, e, como nota excêntrica, dois coretos de ferro forjado a ladearem o portão de entrada. Por curiosidade, este palacete de "brasileiro", veio a ser arrematado, após a sua morte, pelo conhecido negociante de ascendência dinamarquesa João Henrique Andresen¹⁴².

Política

Podemos dizer que a burguesia oitocentista do Porto tem nos "brasileiros" e nos estrangeiros (predominantemente de origem inglesa, mas também alemã e dos Países Baixos) duas linhas de força importantes, que a Associação Comercial, como patamar de convivência e de projectos negociais, ajudou a mesclar com a tradicional burguesia do Porto e até com a nobreza antiga¹⁴³. Há um importante núcleo de negociantes das diversas origens que distribuem entre si a liderança dos diversos projectos, desde bancos a companhias por acções, desde os lugares na liderança associativa aos de representação política. Confrontamos, por exemplo, as listas da "governança" da cidade do Porto para a segunda metade do século passado e lá vamos encontrar grande parte dos nomes que já tínhamos encontrado na Associação Comercial, nos bancos ou companhias acima citados.

¹⁴² Seguimos os detalhes informativos fornecidos por MENDES, António Lopes, ob. cit., pp. 28-46.

¹⁴³ Vejam-se, por exemplo, os casamentos dos filhos dos Visconde do Freixo ou de Alves Machado. Cf. ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins (coord.), *Nobreza de Portugal*, Lisboa, ed. Enciclopédia, 1960.

Dos "brasileiros", lá estão o Visconde da Trindade (Presidente 1854-55) e Francisco Pinto Bessa (Presidente 1868-78), ou o Visconde de Pereira Machado e o Conde de Silva Monteiro, em sucessivas vereações¹⁴⁴.

Pela sua capacidade económica, disponibilidade e busca de prestígio, os "brasileiros" procuraram afanosamente lugares políticos a todos os níveis, quer nos órgãos locais, nos regionais (Junta Geral) ou parlamentares, tanto na Câmara dos Deputados como na Câmara dos Pares. Se a entrada do Conde de Ferreira, então ainda e apenas o negociante brasileiro Joaquim Ferreira dos Santos, na Câmara dos Pares, em 1842, por decisão de Costa Cabral, gerou uma grande indignação, com a nobreza velha e nova do liberalismo a recusar-se a patrocinar a ascensão de um "parvenu" sem credenciais de heroísmo militar¹⁴⁵, depois o "brasileiro" tornou-se uma personagem habitual, nas duas Câmaras. Para muitos, o lugar político correspondia ao coroar de uma carreira de duas ou três décadas de esforço e afastamento no comércio do Brasil, regressando-se com conhecimentos e capacidades acrescidas que a política reconhecia publicamente¹⁴⁶. A estreita ligação dos "brasileiros" ao cabralismo e, posteriormente, ao fontismo tornou-se um facto característico, comentado e satirizado na época. Mas houve "brasileiros" em todos os tempos e partidos¹⁴⁷! E quando não eram eleitos, frequentemente patrocinavam candidaturas de correlegionários e homens de mão, desempenhando a figura do "influyente" local ou cacique que a literatura tanto zurziu. Uma grande parte da imprensa local era financiada por estes "brasileiros", como meio de promoção. Esta influência era ainda maior nos concelhos rurais, dado aí o cargo político constituir sobretudo um encargo, sem grandes vantagens económicas directas para os homens da administração¹⁴⁸. Mas, neste contexto, não esqueçamos que ao nível político

¹⁴⁴ "Os "homens da governança" do município do Porto desde 1428 até 1949", *Boletim Cultural*, Porto, Câmara Municipal, 1949, vols. XII (pp. 278-340) e XIII (pp.200-209).

¹⁴⁵ Cf. ALVES, Jorge Fernandes, "Percursos de um brasileiro do Porto - O Conde de Ferreira", *Revista da Faculdade de Letras - História*, II série, vol. IX, Porto, 1992, pp. 199-213.

¹⁴⁶ Entre os inúmeros casos que poderíamos citar, refira-se o Conde de Alto Mearim, José João Martins de Pinho, natural de Matosinhos, ainda primo afastado dos irmãos Passos. Emigrou aos 14 anos para o Brasil, onde seguiu a carreira tradicional - caixeiro, gerente, até fundar o banco de Crédito Real e o Banco Construtor, este de sólida reputação. Veio fixar-se em Portugal, sendo eleito deputado por Santarém (1892-97) e nomeado Par do reino (1898). No que respeita ao título, sublinhe-se que foi feito barão no Brasil, por D. Pedro II (1880) e Conde em Portugal (1891).

¹⁴⁷ Sublinhe-se que havia "brasileiros" literalmente obrigados a intervir na política, tal o peso do assédio, que por vezes tomava a forma de violência. Veja-se, a este respeito, a "farpa" de Ramalho Ortigão, em que nos conta a sua viagem Porto-Lisboa na companhia de um ex-emigrante de Felgueiras, que, assediado pelas várias potências eleitorais locais, resistira aos convites, sofrendo desde logo uma grande hostilidade, a qual, por último, se transformou na invasão da sua propriedade por um bando de energúmenos, com a destruição de milhares de carvalhos e castanheiros que plantara. Cf. ORTIGÃO, Ramalho, *As Farpas (1876-1882)*, vol. XV, Lisboa, Clássica Editora, 1993, pp. 97-103.

¹⁴⁸ Por exemplo, um argumento para defender o desaparecimento do concelho de Paços de Ferreira na reforma administrativa que deveria entrar em vigor em 1 de Janeiro de 1868 era o de não haver, como

tiveram ainda maior ascensão os filhos dos emigrantes, nomeadamente "brasileiros" de nascimento, que, na altura conveniente, optaram pela nacionalidade portuguesa. A capacidade económica acrescida, acumulada pelos ascendentes, permitindo a prossecução de estudos que não estiveram ao alcance destes, bem como o facto de desfrutarem do prestígio social alcançado por aqueles, estão na base do seu percurso ascendente, tanto na vida pública como na vida privada. Dos inúmeros exemplos, citemos o conhecido caso de José Guilherme Pacheco, nascido, em 1823, no Rio de Janeiro, veio com seis meses para Portugal, voltando aos doze para o Brasil, a trabalhar na casa comercial do tio; regressa depois, para tirar o curso de direito em Coimbra (1859), e a sua influência na política era tal que lhe chamavam o "rei de Paredes", aonde se fixou; regenerador, foi deputado várias vezes, governador- civil de Angra, presidente da Câmara de Paredes, procurador e presidente da Junta Geral do Distrito¹⁴⁹. Naturalmente, o quadro poderia alargar-se a outros nomes e sentidos políticos, desde Júlio de Matos, o célebre psiquiatra que foi um ardente republicano, até ao caso especial de Bernardino Machado. O pai deste, futuro barão de Joane, partira do Porto no ano de 1840 para o comércio do Rio de Janeiro, e o filho, lá nascido, veio fazer os estudos secundários ao Porto, seguindo depois para a Universidade de Coimbra, onde subiu a lente, para fazer a seguir um longo percurso político. De deputado regenerador, foi ministro das Obras Públicas da monarquia, aderindo posteriormente à República (por 1903). Integrou o Governo Provisório em 1910, foi ministro e chefe de governo, embaixador no Rio de Janeiro e Presidente da República por duas vezes.

6.3.3 - Filantropia

Uma das imagens mais marcantes na biografia dos "brasileiros" é a sua tendência para a filantropia. Podemos afirmar que grande parte do equipamento de solidariedade social do século passado no Norte de Portugal foi activado, incentivado ou mesmo sustentado pelos ex-emigrantes, que, enquanto vivos e na hora da morte, mostravam uma

regra, homens disponíveis para os cargos públicos: *"O concelho de Paços de Ferreira tem sido, desde longa data, apontado para extinção, pela falta de vida local, e pela sua constante repugnância a satisfazer os mais simples deveres de administração; conservando sempre, não obstante a diversidade de situações em que se tem encontrado, a mesma indole refractaria a todas as prescrições legais e a todas as instâncias da autoridade superior, que jamais pôde conseguir trazelo a uma vida regular e normal."* In A.G.C.P, "Consulta do Governador Civil do Districto do Porto, sobre a mais conveniente circunscrição do districto do Douro creada pela carta de lei de 26 de Junho de 1867", *Livro de registo de correspondência expedida*, nº 950, p. 64.

¹⁴⁹ Cf. SILVA, Inocência Francisco, *Dicionário Bibliográfico Português*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1885.

atenção ao seu semelhante pouco compatível com a imagem de avareza que normalmente envolve o capitalista. Nos finais do século, Fialho de Almeida interrogava-se mesmo sobre o contraste de comportamentos entre os milionários que sempre estiveram em Portugal e estes comendadores de torna-viagem, que ele vê a regressarem "*ingénuos e nostálgicos aos seus campanários de origem*", fazendo doações vultosas a escolas, asilos, hospitais e igrejas¹⁵⁰. Não faltam a este respeito as insinuações de autores diversos sobre processos de penalização moral ou de "branqueamento", por via das riquezas acumuladas com poucos escrúpulos, nomeadamente através do tráfico negreiro. Para os anos 30 a 50, alguns benfeitores do Porto tiveram de facto algumas responsabilidades nesse tráfico, tendo alguns regressado no contexto das movimentações abolicionistas, como já sublinhamos. Depois, muito embora alguns capitalistas que regressaram mantivessem os seus escravos no Brasil¹⁵¹, aquele aspecto ou já não se vislumbra ou está muito atenuado, com a extinção do tráfico e o crescimento do movimento abolicionista.

Não podemos esquecer que, independentemente da motivação pessoal, havia um assédio muito grande a estes capitalistas, com solicitações permanentes para colaborarem e patrocinarem as mais diversas acções e instituições de solidariedade. Mas o que mais se destaca nesta inclinação para o bem-fazer dos "brasileiros" oitocentistas é a canalização para a sociedade civil de bens e capitais que antes eram absorvidos quase exclusivamente pelas obras e instituições religiosas. Enquanto a tradição do legado visava mais a piedade do que a caridade, isto é, as doações a instituições estavam geralmente vinculadas a obrigações religiosas que, muitas vezes, absorviam os respectivos rendimentos, alguns "brasileiros" contribuíram para inverter os termos deste processo, ajudando a operar o salto qualitativo.

Naturalmente que há mutações de mentalidade que ajudam a explicar esta inversão de comportamentos. Se não podemos esquecer a tradição muito portuguesa das misericórdias que os portugueses transportaram consigo através dos mares, a verdade é que o emigrante no Brasil do século passado vai defrontar-se com um ambiente muito cosmopolita, confrontando as suas visões do mundo com as de outros imigrantes, nomeadamente de origem nórdica e de religiões diferentes, mais sensíveis aos problemas urbanos e à marginalidade social que lhe são inerentes. Por outro lado, o emigrante vive a mudança de paisagem social, sofre na pele o fenómeno do desenraizamento em terra estranha, apercebe-se da fragilidade do apoio familiar na inserção individual em espaços

¹⁵⁰ ALMEIDA, Fialho, *Os Gatos*, 3º vol., Lisboa, Clássica Editora, 1947, p. 53.

¹⁵¹ Os que deixavam propriedades agrícolas ou comerciais entregues a procuradores utilizavam frequentemente os escravos como mão-de-obra, como era usual no Brasil escravocrata. Manuel Gonçalves de Azevedo, de Mindelo (Vila do conde) deixara nas duas casas do Rio de Janeiro, sete escravos calafates, que agora deixava forros. Cf. A.M.V.C., *Livro de Registo de Testamentos*, nº 3192, pp. 26vº- 28vº.

afastados. Sente, deste modo, o apelo da solidariedade social perante os fenómenos de contrerrâneos mal sucedidos e desenquadrados, sobretudo na época do engajamento, em que jovens, cujo sonho individual era o do comércio, se transformavam, com a travessia do oceano, em "escravos brancos", num destino que poderia ter sido o dele, "brasileiro de torna-viagem". Neste aspecto, será um inovador, ao suscitar o apoio civilista aos desprotegidos.

Não será, contudo, possível dissociar o lastro de piedade cristã do acto de filantropia, tal como não é possível expurgar este dos objectivos de reconhecimento pessoal e colectivo que muitos comportamentos imediatamente suscitam. Certos actos de benemerência são desenvolvidos directamente para atingir a comenda, para o que bastava ser mordomo de uma das muitas instituições de socorro em terras brasileiras e sustentar à sua custa durante um mês as despesas do respectivo pelouro.

Escolas

Um dos sentidos desta filantropia com maior alcance social é o que se verifica no campo da educação. Deve-se referir uma importante acção pedagógica, através da imprensa, tanto na defesa da alfabetização como meio de dignificar e valorizar o emigrante, como na sensibilização para as vantagens nacionais que adviriam de uma emigração qualificada. Mas o emigrante do Brasil, homem de acção e menos de palavras, passou aos actos e contribuiu generosamente para a implementação de escolas e/ou sua sustentação.

O gesto de maior alcance quantitativo nesta área vai, naturalmente, para o Conde de Ferreira, que, à hora da morte (ver biografia adiante) deixou um legado para a construção e mobília de 120 casas para escolas primárias de ambos os sexos em terras que fossem cabeças de concelho, todas segundo a mesma planta e com habitação para o professor, sendo, depois de terminadas, entregues às respectivas juntas de paróquia. O seu custo por unidade não devia exceder 1200\$000, orçando, portanto, o legado num total de 144 contos de réis, valor considerável se nos lembrarmos que, anualmente, o poder central dispunha de 200 contos e o local com 50 para o ensino primário¹⁵². Na

¹⁵² COSTA, D. António, *História da Instrução Popular em Portugal*, Porto, Ed. Educação nacional, 1935, p. 266. Como este autor sublinha, Domingos de Almeida Ribeiro foi o redactor do testamento e passou por ser o inspirador desta medida. Se bem que na altura fosse professor do Liceu Nacional, deve, porém, referir-se que Domingos de Almeida Ribeiro fora comerciante na cidade do Porto, nos anos quarenta, tendo ido à falência (1844) e sido ajudado, nessa conjuntura, pelo futuro Conde de Ferreira, tornado-se seu empregado, como guarda-livros. Pouco depois, parte para o Brasil, com procuração do Conde para aí administrar os seus negócios e cobrar dívidas em atraso, voltando a Portugal alguns anos mais tarde, para junto da família. Nesta medida, ele é também um "brasileiro" de retorno, tendo

altura do seu falecimento, em 1866, este e outros legados (como o do Hospital de Alienados) do velho Conde, conotado com o cabralismo e há muito afastado da ribalta pública, representaram um abanão para a opinião pública, sobretudo como exemplo de que a caridade também se podia exercer pela construção de escolas, e não apenas através de obras de piedade¹⁵³. Sabe-se como as escolas de antigamente, entre outras debilidades, tinham no edifício o maior "handicap", pois raramente possuíam casa própria, improvisando-se em casas alugadas, sem o mínimo de condições higiénicas e pedagógicas (móvel, espaço, arejamento, iluminação).

Na altura, o governo (através de Martens Ferrão), e de acordo com os testamentários, publicou legislação especial (lei de 27 de Junho de 1866), estabelecendo que para concorrer ao legado as câmaras municipais dispusessem de uma verba de 400\$000 réis para acrescentar à legada. A própria lei estipulava o plano de obras e de móvel, estabelecendo, deste modo, um modelo arquitectónico escolar que ainda hoje funciona em muitos casos e que se tornou modelar em Portugal, generalizando-se o modelo de construção para além do legado estipulado. Se a acção filantrópica que merece maior destaque do Conde de Ferreira é uma obra póstuma, houve situações em que a construção de escolas se desenvolveu ainda em vida, num processo dadivoso que culminava na nobilitação ou, pelo menos, na comenda: já citamos atrás o caso da Maia, com o Visconde de Barreiros, e outros poderiam ser referidos, por exemplo, o do Conde de S. Bento, em S. Tirso, ou o do Visconde de Santa Marinha, em Ferreiró (Vila do Conde).

Mais modestos, muitos serão os "brasileiros" ou seus familiares que, segundo a medida das suas posses, contribuem para a criação do parque escolar português. No distrito do Porto, se correremos as freguesias rurais, não é raro encontrarem-se ainda os edifícios destas velhas escolas, algumas ainda em funcionamento, outras adaptadas já a novas funções ou em estado de ruína. Algumas delas, tem no cimo a estatueta do fundador ou, mais simplesmente, o seu nome gravado em relevo numa placa (veja-se o caso do Muro ou de S. Paio de Guimarei, em S. Tirso). Outras, porém, são anónimas e só os documentos antigos guardam as referências a estas obras filantrópicas. Noutros casos, são "brasileiros" que se congregam para dinamizar a iniciativa, contribuindo do seu próprio bolso e apelando às suas relações no Brasil, como aconteceu, por exemplo em Avintes¹⁵⁴. Em Leça da Palmeira, é Maria Francisca dos Santos Araújo, irmã de José

experimentado as vivências da emigração.

¹⁵³ Idem, *ibidem*, pp. 195-201.

¹⁵⁴ Cf. "Propaganda da instrução", *C.P.* de 16 de Novembro de 1881. Cf. também "Escolas primarias nas freguesias de Avelãs da Ribeira", *C.P.*, de 17 de Julho de 1879.

Pinto de Sousa, que, subitamente enriquecida pela morte daquele no Brasil, manda construir um escola para o sexo feminino, mobilando-a e acrescentando uma gratificação para a professora oficial.¹⁵⁵

A exemplo de muitos emigrantes de retorno, construir uma escola é uma das últimas vontades de José da Silva Carneiro, de Fornelo (Vila do Conde), que exprime o desejo de *"contribuir quanto possa, nas forças da minha pequena fortuna para o desenvolvimento intelectual e moral do homem, e sendo para mim de fé que só há para isso um meio eficaz, que é a instrução, mas instrução bem entendida, que prepare o homem dignamente para preencher na sociedade o lugar que lhe pertence, ensinando-o a conhecer os seus deveres pelo uso da liberdade da sua consciencia e da sua razão"*. Nesse sentido deixava 50 acções do Banco Maranhão, no Brasil, para com o seu produto se construir uma casa em Fornelo, com capacidade para escola primária de dois sexos, no caso de, à hora do seu falecimento, ele próprio ainda a não ter construído, devendo o restante do legado ser aplicado em títulos de dívida pública, de modo a financiar o aprovisionamento da escola e o recrutamento dos professores¹⁵⁶.

Sublinhe-se, apenas, que esta inclinação para a construção de escolas ou para o apoio à educação das primeiras letras era alvo de alguma contestação social, embora houvesse espíritos mais "iluminados" que a defendiam e incentivavam, alguns dos quais se organizavam em sociedades promotoras da educação. No entanto, vejamos as queixas na imprensa de um emigrante que, com os seus contributos e a colecta que realizou junto de amigos, conseguiu reparar a igreja paroquial e construir a casa para a escola, mas defronta-se com o pároco local que usa e abusa *"da cadeira parochial para fazer a apoteose da ignorância"*, brandindo as estatísticas da criminalidade e declarando que o *"analphabetismo é um bem, e a instrução, pelo contrario um grandissimo mal"*. Nada tinha o emigrante a obstar contra as ditas opiniões, mas não podia aceitar que este *"apostolo da ignorancia"* tivesse sido nomeado *"delegado parochial - encarregado, portanto, de velar pela regularidade e bom serviço das escholas primarias da freguezia"*¹⁵⁷.

Este apoio à construção das escolas por parte da emigração do Brasil continuará a ser importante, mesmo no século XX, não só em Portugal, como no Brasil, no contexto do movimento associativo¹⁵⁸.

¹⁵⁵ COSTA, D. António, *No Minho*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1874, pp. 293-300.

¹⁵⁶ A.H.V.C., *Livro de registo de testamentos*, nº 3206, p. 12

¹⁵⁷ Cf. SANTOS, J.R. de Oliveira, "Ainda a emigração e a instrução primaria", C.P., de 8 de Janeiro de 1887.

¹⁵⁸ Cf. SIMÕES, Nuno, ob.cit., p.67-73.

Asilos e hospitais

Como já sublinhamos, as tendências gerais da benemerência em Portugal orientavam-se para outras formas de protecção ao semelhante, mais tradicionais, que passavam, sobretudo, pela leitura estrita das obras de misericórdia e se traduziam em esmolas para dar de comer e agasalhar aos mais necessitados. Não admira, assim, que asilos e hospitais fossem muito beneficiados, e de igual modo, as misericórdias, enquanto instituições de caridade que normalmente sustentavam aqueles estabelecimentos.

Já vimos atrás como o Colégio dos Órfãos, do Pe. Baltasar Guedes, tinha, já pelo século XVII, nas esmolas do Brasil e nas dos negociantes do Porto que para ali traficavam, uma das mais importantes fontes de receita. No século XIX, a Santa Casa da Misericórdia será um verdadeiro entreposto de redistribuição da filantropia dos "brasileiros", muitos ali delegando as suas fortunas, algumas vultuosíssimas, para a concretização de diversos legados. Muitas heranças tornavam-se, contudo, polémicas, pois vinham com obrigações específicas que impediam a Santa Casa de implementar políticas próprias e de sustentar eficazmente os estabelecimentos considerados mais importantes. Mas algumas dessas heranças tinham o mérito de impor novas vias nas práticas de caridade, como foi o caso do Conde de Ferreira e do seu legado para a construção do Hospital de Alienados, o qual veio a constituir uma autêntica escola nacional neste domínio da saúde, ali trabalhando alguns dos mais reputados especialistas¹⁵⁹.

Os legados de "brasileiros" à Misericórdia eram frequentes. Se alguns sofriam erosão, dados os obstáculos administrativos e/ou os processos judiciais que, por vezes se arrastavam ao longo de anos, outros nem sequer chegavam a ser liquidados, sobretudo se eram constituídos por bens mobiliários (acções, obrigações, títulos de dívida pública), permanecendo como fontes de rendimento. Por exemplo, em 1854, é a própria Misericórdia que decide comprar 20 contos de títulos de dívida pública do Brasil, na sequência de dinheiros lá recebidos¹⁶⁰. Pelo relatório de 1913, podemos constatar um importante volume de valores mobiliários no Brasil, orçamentado em 1038 contos¹⁶¹. Nos

¹⁵⁹ Recorde-se o caso de Júlio de Matos, especialista célebre, cujo nome viria a ser dado ao Hospital criado em Lisboa nesta área de saúde. Por curiosidade, refira-se que Júlio de Matos nasceu no Brasil, filho de um emigrante português.

¹⁶⁰ Cf. *Relatório que leu á Mesa da Santa Casa da Misericordia da Cidade do Porto o Conselheiro A.R.O. Lopes Branco, no fim do anno de 1854-1855*, Porto, 1855, pp. 39-44. Sublinhe-se que nesse ano, a S.C. recebeu um legado de 6 contos de réis de Domingos do Couto Alves, falecido no Rio de Janeiro.

¹⁶¹ Cf. "Mapa demonstrativo e distributivo dos capitais em papeis de credito, pertencentes ao fundo da Santa Casa da Misericordia e dos estabelecimentos por ela administrados" in *Relatório da Gerência da*

meados do século passado, numa ocasião em que a Santa Casa da Misericórdia do Porto estava em dificuldades de tesouraria e se faziam os preparativos para uma subscrição junto da colónia portuguesa no Brasil, recebeu ela uma boa notícia: o legado de João Teixeira Guimarães (1784-1857), natural da rua das Taipas, embarcado para o Rio de Janeiro aos 12 anos (partira a 2 de Agosto de 1896), e que agora deixava uma fortuna de 500 contos de réis à Santa Casa, instituição muito próxima da rua em que nascera e a quem solicitava uma sepultura e uma missa diária¹⁶². Mas os fundos ingleses, as apólices brasileiras, os prédios deveriam ser leiloados e convertidos em dinheiro, do qual se retirava aquele valor para aplicar em apólices de dívida pública brasileira, a doar à Santa Casa, que as não devia alienar mas tão só dispor do juro respectivo, para aplicar nas enfermarias do seu Hospital e nos seus estabelecimentos de caridade. Relativamente aos seus escravos concedia-lhes uma alforria sinuosa: livres à sua morte, deveriam servir como em cativeiro até cada um ganhar 200\$000 réis, quantia a reverter para as obras de caridade da Senhora da Candelária, e só então usufruiriam de plena liberdade. Depois de algumas lembranças a amigos, afilhados e 400\$000 para as obras da Senhora da Candelária, o remanescente, nomeadamente prédios e prazos no Porto, ficava para três sobrinhos de Portugal¹⁶³.

Ao longo do tempo, contam-se umas largas dezenas de benfeitores da Santa Casa que vieram do Brasil ou que lá faleceram. Em muitos casos, são pequenos legados ou remanescentes de herança que reverterem a favor da Misericórdia, deixando os testamentos entrever alguns pormenores da sua vida: são indivíduos normalmente solteiros ou viúvos, que viveram longo tempo no Brasil, desligando-se da família, e que à hora da morte escolhem uma instituição poderosa, com capacidade de sobrevivência que assegure, ao longo do tempo, os sufrágios pela suas almas. Noutros casos, trata-se de verbas com algum significado, atribuídas por "brasileiros" endinheirados, emergindo o legado da Misericórdia de uma constelação de distribuições que se repartem por instituições de Portugal e do Brasil, além de dádivas aos familiares. Veja-se, por exemplo, neste último tipo, o caso de um "brasileiro" muito conhecido, Manuel Pinto da Fonseca, referenciado como um importante "negreiro", deportado pelo governo brasileiro por infringir a

Santa Casa de Misericórdia do Porto, desde 1 de Janeiro de 1912 a 30 de Junho de 1913, Porto, 1913, mapa anexo à pág. 540. Este capital tinha sofrido um incremento assinalável em 1911-12, fruto da herança de Manuel José Rodrigues Semide, mais um "brasileiro", generoso benfeitor da Santa Casa, que legou a sua fortuna para a construção do sanatório a que foi dado o seu nome.

¹⁶² Cf. "Exequias na Igreja da Santa Casa da Misericórdia desta Cidade pela Alma do snr. João Teixeira Guimarães, falecido no Rio de Janeiro", *C.P.*, de 7 de Fevereiro de 1859. Cf. também *Relatório...* de 1858. Recorde-se que o orçamento anual da Santa Casa, pelos meados do século, rondava os 50 contos.

¹⁶³ A.S.C.M. P., *Livro de testamentos*, nº 30, p. 244

legislação de 1850 que proibia o tráfico de escravos¹⁶⁴. Natural de Moure (Felgueiras), estava em Lisboa, em 1854, já viúvo e sem filhos. Embora desejando ser sepultado do Alto de S. João (Lisboa), num túmulo edificado para o efeito, no caso de morrer na Europa, não se esqueceu do Porto. Dos seus haveres, constituídos por prédios no Brasil, e em Portugal por acções de bancos, companhias, fundos públicos e em giro de desconto, deixa:

a) em moeda portuguesa

- . o usufruto de 40 contos de réis em inscrições da Junta de Crédito Público a D. Josefina Nervil e filha, e pelo seu falecimento, para um estabelecimento de caridade, mais 4 contos em dinheiro;
- . mais 200 contos em inscrições da mesma Junta para um estabelecimento de caridade para crianças abandonadas, em Lisboa;
- . à Santa Casa da Misericórdia do Porto, 10 contos de réis;
- . aos Meninos Desamparados do Postigo do Sol, 1 conto;
- . ao Hospital de Lázaros e ao das Velhas da Cordoaria, 1500\$000;
- . à Associação Consoladora dos Aflitos, 1 conto;
- . ao Asilo da Infância Desvalida, 1 conto;
- . ao Asilo de Mendicidade, 1 conto;
- . ao Recolhimento das Velhas de N.S. das Dores, 500\$000;
- . ao Hospital da Trindade, 1500\$000;
- . ao Senhor Bom Jesus de Braga, 2 contos;
- . a cada chefe de família de Moure, 4\$800;
- . para o novo templo dessa freguesia, 8 contos.
- . para a Casa Pia de Lisboa, 10 contos;
- . ao Asilo de Mendicidade (Lisboa), 2 contos;
- . à Associação Consoladora dos Aflitos (Lisboa), 4 contos ;
- . a cada sobrinho cujos pais tenham falecido antes dele, 4 contos.

Em moeda brasileira:

- . à Ordem Terceira de S. F. de Paulo, no Rio de Janeiro, 10 contos:
- . à Irmandade do S. Sacramento, da freguesia de N.S^a da Caridade, no Rio, 4 contos;

¹⁶⁴ Cf. MORAES, Evaristo, *A Escravidão Africana no Brasil*, 2ª edição, Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1986, p. 53. O autor considera-o como um traficante "de maior vulto, por seus capitais e por seu correlato valimento social". O nome de Manuel Pinto da Fonseca surge na lista já referenciada atrás sobre traficantes de escravos, elaborada com base na correspondência da Polícia para o Ministério da Justiça do Brasil. A seu lado, surgem também os de seus irmãos António e Joaquim, que, no testamento, aparecem como segundos testamenteiros.

- . à Irmandade de N.S^a Mãe dos Homens, 2 contos;
- . a cada irmandade de que a sua falecida mulher fosse irmã, 500\$000;
- . a cada órfã do Colégio da Sociedade Amante da Instrução, que fosse ouvir a trigésima missa por alma de sua mulher, 500\$000;
- . a cada um dos afilhados da mulher, 500\$000;
- . aos inúmeros afilhados, verbas diversas entre 1 a 5 contos;
- . à Sociedade Amante da Instrução, do Rio, 4 contos.

O remanescente desta herança destinava-se a alguns dos irmãos do testador¹⁶⁵.

Geralmente os testamentos com dotações para a Santa Casa eram de pessoas de nível económico mais modesto e a distribuição estava muito mais circunscrita. Tome-se, como exemplo, o de António Soares da Silva (em 1877), natural de S. Martinho de Cinfães, cuja fortuna ele avaliava em 300 contos de réis (brasileiros), na qual entrava uma quota da firma F. Schmidt & C^a de 75 contos de capital inicial e mais 18 contos "*em terras e propriedades na freguesia donde sou natural, conforme a Escripura de doacção que me passou meu pai, assinando todos os seus filhos de tudo me pertencer por sua morte cuja Escripura foi passada por ter eu nesse ano fornecido a quantia de 3000\$000 fortes pouco mais ou menos para desempenhar sua casa e por eu ter fornecido mais igual quantia para compra de terras e propriedades, cujas foram efectuadas n'esse ano em nome de meu pai, ficando eu por essa Escripura obrigado a dar dote a minhas irmãs Maria, Miquelina, Anna a quantia de 2000\$000 fortes a cada uma, e Margarida 1500\$000, visto ela já ter recebido restante*". Na distribuição, iam 4 contos para a Sociedade Portuguesa de Beneficência; 2 contos para a Ordem Terceira da Penitência e igual montante para a Ordem de N.S^a do Monte do Carmo, todas no Brasil; 6 contos para a Santa Casa da Misericórdia do Porto; 10 contos para a freguesia natal, sendo 5 para obras, 2 para escolas publicas e 3 para distribuir pelos pobres; contemplava diversos amigos e afilhados, e a maioria da sua fortuna sobrava para a família em Portugal, mas 2 contos iam ainda para a Irmandade da Lapa, no Porto, aonde mandara fazer jazigo de família e para onde deveriam ser trasladadas os seus restos mortais¹⁶⁶.

Os testamentos de "brasileiros" benfeitores da Santa Casa da Misericórdia do Porto apresentam uma diversidade grande, fruto dos desejos individuais de pessoas e tempos diferentes. Para os meados do século, contudo, a estrutura distributiva é, em geral idêntica à acima discriminada, com variações nos quantitativos e nas instituições¹⁶⁷. Mas

¹⁶⁵ A.S.C.M.P., *Livro de testamentos*, nº 30, p. 178-180.

¹⁶⁶ A.S.C.M.P., *ibidem*, nº 37, p. 187-189

¹⁶⁷ Um testamento excepcional, pelo amplo leque distributivo, é o de António Godinho da Silva, de Matosinhos, em 1884, que, além das doações a amigos e familiares, distribui as suas apólices de dívida pública por 19 instituições do Brasil, por cerca três dezenas de Lisboa (Misericórdia, Casa Pia e Hospital

as linhas de força passam pela contemplação de institutos religiosos e de beneficência de Portugal e do Brasil, lembranças a amigos (caixeiros, sócios, colegas), familiares e afilhados, libertação dos escravos à hora da morte¹⁶⁸. Quase sempre presente, a aldeia natal, notificada com algumas verbas para melhoramentos locais.

Excepcionalmente surgem os legados que apontaram novas direcções sociais, como o do Conde de Ferreira que, para além, do remanescente da herança (avaliado em mais de 800 contos) para o Hospital de Alienados ainda patrocinou a medicina homeopática no hospital de Santo António. Avançamos pelo final do século passado, entramos mesmo no século XX e a corrente filantrópica dos "brasileiros" ainda está muito activa e com aspectos inovadores, quer contemplando parcialmente a Santa Casa, quer utilizando-a como elemento de redistribuição: a piedade vai perdendo espaço, crescendo os donativos para os pobres e distribuídos pelos jornais de grande circulação, os prémios escolares entregues a associações culturais ou educativas¹⁶⁹, a diversificação das doações pela cada vez mais numerosa obra associativa e assistencial, numa atenção aos novos problemas. Para além do caso já atrás referido de Rodrigues Semide, o testamento de António Monteiro dos Santos (falecido em 1924), natural de Azurara e entretanto residente na rua dos Bragas (Porto), é exemplar neste aspecto. Lembra-se, entre os numerosos legados, dos cegos (propondo a fusão dos dois estabelecimentos existentes - o Asilo de Cegos S. Manuel e a Escola de Cegos, num só Asilo-Escola, ao qual deixava 30 contos), dos tuberculosos (15 contos para o Sanatório Marítimo do Norte), das crianças (30 contos para um lactário), dos animais (Sociedades Protectoras, em Lisboa e Porto) e do problema da habitação - deixando 300 contos para a compra de terrenos em diversas freguesias da cidade, para edificar 10 bairros de casas térreas mas de boa construção (não excedendo cada 1800\$000). Depois de acabadas, essas casas seriam entregues à Santa Casa, a qual as alugaria a pessoas necessitadas por baixos alugueres, de

de S. José) e do Porto, com a ressalva de contemplar ainda todas as instituições legais do Porto que não tivessem sido referenciadas. Entre as contempladas, refira-se a "Caixa dos Brasileiros Pobres", com 6 inscrições de 1000\$000. A.S.C.M.P., *ibidem*, nº 40, pp. 180-196.

¹⁶⁸ Raramente a libertação dos escravos, para os testadores que ainda têm bens no Brasil, é um processo simples e linear: acontecendo por vezes que, à morte do testador, o escravo fique livre, na maioria dos casos, porém, tem de ir servir ainda determinadas pessoas afectas ao testador, outras vezes só lhe é concedido metade da verba considerada para a alforria, devendo o escravo arranjar quem lhe garanta o resto, etc. No caso de legado de bens, normalmente a casa, apenas lhe é entregue o usufruto, devendo, por sua morte, reverter para herdeiros especificados. Pratica-se bastante uma filantropia a conta-gotas, neste domínio.

¹⁶⁹ Veja-se o caso de Bruno Alves Nobre que lega 80 contos à Escola Médico-Cirúrgica do Porto, para com o respectivo rendimento dar doze pensões anuais a alunos vindos de asilos ou casas de caridade, dando preferência aos mais bem classificados. Deixou 4 contos para distribuir em legados de 40\$000 a cem professores de escolas primárias, encarregando dessa tarefa a Santa Casa da Misericórdia e a redacção de "O Comércio do Porto". E, naturalmente, deixou numerosos legados para ordens terceiras, asilos e recolhimentos, além do remanescente à S. C. da Misericórdia.

forma a cobrir apenas as despesas de manutenção e os conjuntos seriam designados por "Bairro dos Pobres - de António Monteiro dos Santos" ¹⁷⁰.

Esta filantropia urbana está longe de se esgotar através da Santa Casa da Misericórdia. Os "brasileiros" contribuem ou tomam mesmo a iniciativa de muitas outras instituições autónomas: se já citamos o exemplo do Barão de Nova Cintra, poderíamos referir também a criação ou renovação de novas misericórdias concelhias, de forma a criar os hospitais locais, quer dirigindo-as, quer concedendo-lhe fundos para a sua acção¹⁷¹. Além disso, surgem instituições muito localizadas, sobretudo em zonas operárias, onde as mulheres são solicitadas a trabalhar fora de casa e há tempos cíclicos de desemprego e miséria: no primeiro sentido, refira-se a acção do "brasileiro" João Vicente Martins como primeiro instituidor e presidente da Associação da Creche de S. Vicente de Paulo, no Porto (rua do Almada), oficializada a 21 de Novembro de 1852 e a primeira no País¹⁷², sendo, após o regresso daquele ao Rio de Janeiro, administrada pelo dr. António Ferreira Moutinho, médico, ex-emigrante no Brasil e depois banqueiro; no segundo sentido, cite-se como exemplo, como por exemplo a Associação de Beneficência e Caridade da freguesia de Cedofeita, para a qual contribuía diversos "brasileiros" da zona¹⁷³. Sem esquecermos a importante Associação Comercial de Beneficência, desenvolvida pela Associação Comercial do Porto e na qual os principais cargos eram tradicionalmente preenchidos por "brasileiros" afectos à casa, já aqui muito citados (Visconde de Pereira Machado, Barão de Nova Cintra, entre outros), com uma acção importante para os bairros ribeirinhos da cidade, por ocasião de cheias e de focos epidémicos. A preocupação com a educação da juventude é ainda um dado importante na província, de que o exemplo mais duradouro é a criação da Casa Pia de Paço de Sousa (Penafiel), por legado do ex-emigrante Francisco José Ferraz¹⁷⁴.

Nos meios rurais, a filantropia dos brasileiros não era tão vistosa como a daqueles "brasileiros" urbanos (embora muitos deles fossem de origem rural), mais endinheirados e que faziam dos actos de benemerência uma marca do seu estatuto social, dando assim

¹⁷⁰ A.S.C.M.P., *ibidem*, nº 70, pp. 241-245.

¹⁷¹ Refira-se, mais uma vez, o caso do Conde de S. Bento, em Santo Tirso, ao dar um legado para o hospital e asilo, depois confirmado e ampliado pelo seu sobrinho, herdeiro e sucessor na casa comercial do Pará, José Luís de Andrade.

¹⁷² Cf. "Creches de S. Vicente de Paulo", *C.P.*, de 12 de Abril de 1876. Entre os retratos dos benfeitores da Creche do Porto lá estava o do Conde de Ferreira.

¹⁷³ Por exemplo, Miguel Dantas Gonçalves Pereira, o Pe. Manuel Moreira da Gama e A.M. Vieira de Castro.

¹⁷⁴ Inicialmente entregue a uma comissão administrativa, instalar-se-á na quinta do antigo mosteiro local. Passou depois para a administração directa da Junta Geral do Distrito (decreto 6095 de 25 de Agosto de 1919). Nos anos quarenta é entregue à obra do Pe. Américo. Cf. *A Junta de Província do Douro Litoral em 1937*, Porto, 1937, p. 21.

um sinal à comunidade do seu poder económico. Embora haja comportamentos semelhantes, já apontados para algumas vilas do distrito, o mais usual, sobretudo para os que viviam nas aldeias, era a benemerência restringir-se a um número mais elevado de missas do que o habitual, a algumas esmolas para as confrarias de que era irmão e para a misericórdia local, e a esmolas em dinheiro ou cereal para os pobres da freguesia, lembrando-se, um ou outro, da roda dos expostos: a sua fortuna, sempre de menor dimensão, e quase sempre aplicada em terras não se adequava muito ao dispersar filantrópico acima descrito. Sobretudo se eram casados, com descendência, ou se viviam intimamente ligados à família de origem, a pais, irmãos ou sobrinhos, distribuindo a sua fortuna entre os familiares. Só os que protagonizavam estadias mais ou menos cíclicas na cidade, onde tinham às vezes diversas casas de habitação e aí tinham conhecimentos diversificados, se davam ao luxo de se lembrar da Santa Casa da Misericórdia do Porto ou de estabelecimentos de beneficência do Brasil, dos Lázaros ou outros asilos¹⁷⁵. De assinalar é o facto de muitos se lembrarem dos amigos e colegas que tinham no Brasil: *"deixo ao meu amigo e benfeitor o Senhor Joaquim da Silva Castro, de Pernambuco, pelos muitos serviços que me tem feito e interesses que me tem dado a quantia de cinco contos de réis em moeda brasileira"* ¹⁷⁶. Outros lembram-se do primeiro caixeiro ou do guarda-livros e fazem-lhe a surpresa de uma pequena herança. Interessante é o caso do Visconde de Santa Marinha, em Ferreiró (Vila do Conde), que, além da escola, adquiriu terreno para um largo que ofereceu à Junta de Paróquia, comprou o terreno para o cemitério e construiu 7 eiras que ofereceu a agricultores¹⁷⁷.

A importância dos actos filantrópicos à hora da morte não pode desvalorizar a prática da beneficência em vida. Esta predisposição para a filantropia dos retornados, não pode ser dissociada da prática associativa dos emigrantes portugueses no Brasil, onde desenvolveram uma obra assistencial notável, criando inúmeras instituições de socorros mútuos, sobretudo as designadas "sociedades de beneficência" e as "caixas de socorros", nas diversas cidades em que a sua presença atingia volumes significativos. Mas o princípio da ligação à terra natal funcionava, sobretudo, através de subscrições organizadas por comissões espontâneas, a propósito de cataclismos, necessidades prementes, ou custos de pequenos melhoramentos ligados à Igreja e ao seu culto,

¹⁷⁵ Veja-se o caso de João Baptista Lopes Gonçalves, de Vila do Conde, um dos mais exuberantes aqui encontrado, cujas ofertas se limitam às centenas de mil réis a um grande número de instituições do Porto, de Lisboa e do Brasil.

¹⁷⁶ A.V.C., *Livro de Registo de Testamentos*, nº 3189, pp. 121-123.

¹⁷⁷ De seu nome José da Fonseca Cruz, partiu aos 14 para o Brasil (1866), na companhia de um tio de Lisboa. Mais tarde passou a Angola, onde foi chefe do Posto de Administração de Moçamedes, regressando com 35 anos.

normalmente solicitadas por influentes locais, em particular os párocos. Foi assim que do Brasil vieram importantes verbas para os asilos de Portugal, no ano de 1862, a partir dum alvitre da condessa de Tomar que acompanhava o marido (Conde de Tomar, ou seja, Costa Cabral) como representante plenipotenciário, num movimento que envolveu a colónia portuguesa, não só do Rio de Janeiro como de todo o país, incluindo os próprios brasileiros: ofertas, leilões, recitais (nos quais colaboraram, por exemplo, Faustino Xavier de Novais¹⁷⁸ ou o pianista Artur Napoleão, então ali radicados), e que permitiu o envio de 10 mil libras para uma comissão distribuidora em Portugal, presidida pelo rei D. Fernando¹⁷⁹. Movimento idêntico se processou em 1877, em favor das vítimas das catastróficas inundações verificadas nesse ano e no anterior em Portugal, tendo o resultado final da subscrição atingido 190 contos no Brasil, contra 120 subscritos em Portugal¹⁸⁰.

6.4 - Biografias

A micro-história, tendo como suporte as biografias, tem ocupado uma parte substancial deste último capítulo, como forma de aceder às modalidades de inserção social no retorno. Valorizámos, então, o elemento processual das lógicas migratórias, depois de, numa outra perspectiva, termos esboçado as configurações estruturantes em que se inserem.

Recuperando toda a espécie de documentos referenciáveis a cada ex-emigrante (numa prática heurística que não tem fim), aproximamo-nos dos seus gestos e das suas vivências, do seu sentir, valorizando o campo das decisões pessoais e da interacção.

¹⁷⁸ Faustino Xavier de Novais, poeta e dinamizador de publicações literárias (O Bardo, 1852-54), amigo de Camilo, é um exemplo da transposição de intelectuais para o Brasil, aonde tudo fez, de resto, para a aproximação cultural luso-brasileira. Parte em 1858, dando como profissão para o passaporte "empregado no Banco Comercial". Em 1860, chegava a notícia da abertura do seu estabelecimento no Rio de Janeiro, rua Direita, nº 66, "*aonde se encontram todos os objectos que dizem respeito a um optimo e serio escriptorio*". Cf. "Brazil", C.P., de 1 de Junho de 1860. A casa terá pouco sucesso, aparecendo mais tarde como redactor dos relatórios da Câmara de Comércio, e a colaborar em diversas publicações, depois de ter falhado mais uma experiência com o "Futuro", aonde colaboraram escritores portugueses por sua solicitação, nomeadamente Camilo e Ana Plácido. Cf. GALVÃO, José, "Ainda a Figura e Obra de Faustino Xavier de Novais", *O Tripeiro*, Série Nova, Ano IX, nº 9, Setembro de 1990, pp. 277-282.

¹⁷⁹ O jornal *O Comércio do Porto* colaborou activamente nesta campanha, dando conta de todos os passos do movimento e publicando listas de subscritores, ao longo de 1862 e 1863. Cf., especialmente, o artigo "Subscrição no Brazil para os asylos", C.P., de 22 de Setembro de 1862.

¹⁸⁰ Cf. "Subscrição do Brazil para os inundados", C.P., de 24 de Novembro de 1881. Em 1877, perante as notícias de grande seca no Ceará, com múltiplas mortes à fome, entre elas muitos emigrantes, forma-se no Porto, quando era presidente da Associação Comercial o "brasileiro" Conde de Silva Monteiro, uma comissão a que este preside, que organiza subscrições e saraus, remetendo para o Brasil cerca de 21 contos brasileiros. Entre os diversos artigos a este respeito, cf. o relatório final, in "Socorros para o Ceará", C.P., de 16 de Dezembro de 1877.

Concedemos, assim, espaço ao emigrante enquanto sujeito histórico, procurando delinear a dimensão do vivido através da reconstituição dos seus percursos ou trajectórias individuais. O esforço de recolha produziu, no entanto, resultados variáveis: nuns casos, o esboço biográfico limita-se a uma pequena informação de identificação, noutros casos alarga-se a milhares de páginas de documentação variada, que implicam uma minuciosa e criteriosa selecção. Entre o pequeno e ocasional "flash" e a biografia mais estruturada, com uma soma de pormenores que permita atribuir um sentido biográfico, naturalmente a maioria da informação aponta para o primeiro caso. Claro que a multiplicação de trajectórias pormenorizadas permitiria alicerçar de forma mais profunda a investigação em que estamos empenhados. Mas o processo de recolha será sempre um combóio em andamento, muito longe do terminal, com sucessivas entradas de informação para as numerosas carruagens.

Se nas páginas anteriores utilizamos as informações biográficas em função da colocação de alguns problemas, vamos agora, ainda que sucintamente, delinear algumas trajectórias, de modo a percepcionarmos o fio de vida de alguns "brasileiros". Seleccionamos três biografias do painel prosopográfico de que dispomos, partindo do princípio de que representam situações diversificadas nos tipos sociais e nas conjunturas em que se situam.

6.4.1 - Conde de Ferreira

Brasileiro, barão, benemérito, Joaquim Ferreira dos Santos (1782-1866) cumpriu as etapas do imaginário popular da emigração, desenvolvendo uma trajectória de ascensão social que gerou admiração e perplexidade ao tempo. Mas o passado algo nebuloso, a volumosa riqueza e a adesão entusiástica ao cabralismo, que ajudou a implantar, foram uma contínua fonte de polémica, que vinha ao de cima sempre que Costa Cabral fazia despachar mais um título para lhe atribuir, facto que aconteceu por três vezes. Era, então, posto em causa o seu percurso anterior, com incidência no tráfico negreiro, na sua proverbial queda para o negócio que raramente o deixava a perder qualquer que fosse o contrato em que entrasse, e colocavam-se dúvidas sobre a proclamada adesão entusiástica à causa constitucional, com base no facto de, no retorno, ter desembarcado em Lisboa, durante o cerco do Porto¹⁸¹. À hora da morte, Joaquim Ferreira dos Santos, depois das lembranças aos amigos, deixou uma riqueza enorme para obras de caridade, com destaque para a criação de escolas e a criação do enorme hospital

¹⁸¹ Cf., por exemplo, o jornal "O Patriota" de 27 de Julho e 15 de Setembro de 1843.

de alienados que tem o seu nome. À crítica e ao sarcasmo na imprensa sucedeu a hagiografia. Assim, o Conde de Ferreira, um "brasileiro" dos tempos coloniais e dos primeiros anos do Império, transformou-se num caso paradigmático a vários níveis, cuja trajectória importa referenciar, ainda que muito brevemente¹⁸².

A condição familiar de partida de Joaquim Ferreira dos Santos é uma ilustração típica dos mecanismos de reprodução social no Noroeste português e dos seus dispositivos de distribuição ocupacional. Nascido a 4 de outubro de 1782, é o quinto filho de um casal de lavradores de Campanhã, então couto exterior à cidade. Se o filho mais velho assume o património da família, o segundo destinou-se a padre, função que também lhe estava reservada, mas da qual abdicou para seguir a carreira comercial. Caixeiro no Porto, em casa de familiares, parte com carta de recomendação para o Rio de Janeiro, por volta de 1800. Desde cedo ascendeu a negociante estabelecido, para o que contribuíam as consignações que o parente do Porto (Carneiro Geraldês) lhe enviava. Esta linha de comércio mantê-la-á sempre, distribuindo os produtos recebidos, procedendo às carregações de volta, num processo em que se cobravam mutuamente comissões que oscilavam entre os 4 a 6%. Acrescentará ainda outros correspondentes, especialmente em Lisboa. Para o Brasil, segue daqui vinho, sal, chapéus, utensílios de ferro e adornos; do Brasil envia açúcar, aguardente, couros e pequenas quantidades de café e arroz.

Joaquim tornou-se, assim, num elo mais dessa vasta rede comercial de predominância alimentar que unia Portugal ao Brasil. Mas não ficou por aí. Inserido numa economia de plantações, com ramificações e solicitações muito diversas, participará também do tráfico de escravos, transformando-se num elemento de rotação desses dois produtos que faziam o "grosso trato" de então, na costa brasileira: fornecer escravos aos senhores de engenho e receber as suas produções de açúcar. Isto implicou o seu direccionamento para África, activando os mecanismos da consignação neste sentido, estabelecendo aí a sua rede de correspondentes. Chitas, ferragens, aguardente, pólvora, espingardas e diversas miudezas são os produtos que envia; de lá recebe escravos. Entre

¹⁸² A frequência dos arquivos permitiu-nos encontrar e identificar um núcleo de livros comerciais do biografado, disseminados por entre outros que em nada se relacionavam, num depósito do Arquivo do Hospital Geral de S. António, graças à disponibilidade da respectiva bibliotecária, D. Maria José, a quem agradecemos. Tratava-se, no entanto, de um fundo residual, dadas as lacunas existentes e a percepção de que haveria muito mais, dadas as referências inscritas nos livros achados. De qualquer modo foi a ponta da meada que nos tem levado a constituir um "dossier" volumoso, desde os registos paroquiais, testamentos e documentação impressa, que nos permitirá esboçar uma biografia de maior fôlego, processo já em desenvolvimento. Neste sentido, não podemos deixar de agradecer também ao sr. José Ferreira dos Santos, sobrinho-trineto do Conde de Ferreira, as informações e papelada que nos disponibilizou para consulta. Numa primeira abordagem, cf. ALVES, Jorge Fernandes, "Percursos de um brasileiro do Porto - o Conde de Ferreira", *Revista da Faculdade de Letras - História*, II série, vol. IX, Porto, 1992, pp. 199-213.

1816-1828 transaccionou, pelo menos, 10714 escravos. Destes 5518 foram por consignação, tendo atingido a verba total de 876673\$662, e os restantes 4196 foram por sua conta e risco (alguns em sociedade), tendo atingido como produto bruto de venda 584886\$781. Para estabelecer este comércio ele próprio se dirigiu à costa de África, tendo desembarcado em Molembo e depois em Cabinda, na altura em que os navios ingleses estabeleciam fiscalização para reprimir o tráfico, pelo que a sua acção foi tomada como uma heroicidade entre os traficantes da época e valeu-lhe o hábito de Cristo doado por D. João VI. Depois de repetir a viagem por mais duas vezes, fixou-se em terra, mas fazia circular a sua embarcação e participava na carregação de outras. Do Rio negociava para uma vasta área, cumprindo as regras do comércio triangular: Portugal, Brasil, África. No Brasil tinha clientes espalhados por todo o Império, desde o Norte até S. Paulo, embora o seu comércio fosse mais intenso num raio de 50 léguas ao redor do Rio de Janeiro. Entra ainda como accionista de várias companhias de seguros, e transfere fundos para Inglaterra, através da casa Finnie, a qual lhe gere as aplicações em títulos de dívida pública estrangeira (França, Bélgica, Rússia, Espanha). As suas ligações comerciais e a tradicional insolvência de muitos senhores de engenho transformaram-no ainda em proprietário fundiário, em que algumas fazendas lhe davam prejuízo e procurava logo vendê-las, mas outras lhe asseguravam o acesso simbólico à terra, num verniz aristocrático. Por isso procurou conservar e construir casa numa delas - a Caxoeira, que, por 1844, tinha 185 escravos, com engenho, plantação de cana, arroz e mandioca. Casas de arrendamento em vários locais do Rio completavam o leque de investimentos.

Perfeitamente integrado económica e socialmente, bem relacionado na Corte, comendador de Cristo por decisão de D. Pedro, por uma doação de 12 contos para o exército liberal, vai retornar ao Reino em 1832, deixando a casa comercial entregue ao antigo caixeiro para liquidação de cobranças. Este retorno súbito vem na sequência de uma consignação de escravos, que entretanto se tornou momentaneamente ilegal, face ao tratado de 23.11.1826 entre o Brasil e a Inglaterra, o qual determinava a proibição do tráfico a partir de 13 de Março de 1830 (embora este tratado não tenha tido ratificação parlamentar posteriormente, ficando sem efeito). Apesar de se declarar inocente e afirmar ter recusado a remessa, teve problemas judiciais que lhe custaram 20 contos de réis e uma campanha de hostilidade em alguma imprensa afecta à causa abolicionista, que o levou a tomar ares na Europa, para descompressão, esperando pela acalmia.

Nunca mais voltará ao Brasil, apesar de anunciar a sua ida para breve aos amigos com quem se correspondia. Após a guerra civil, vai fixar-se no Porto (rua das Flores) e daqui anima um pequeno negócio. Mantém em funcionamento com o Brasil o seu brigue

"Activo", e participa activamente, como já referimos noutra local deste estudo, na organização e defesa dos interesses da comunidade comercial brasileira. Aqui vai comprar um grande número de pipas de vinho do Porto, nos anos 40, face à crise então vivida na exportação, onde aplicou cerca de 300 contos de réis, acto que lhe valeu elogios por ter contribuído para a diminuição dos problemas dos produtores, e críticas por ter comprado a baixo preço à espera de especular. Torna-se, então, em modesto exportador de vinho do Porto para Inglaterra, com pouco sucesso, pois a maioria deste e de outro vinho adquirido acabará por cedê-lo a negociantes tradicionais mais tarde. Participa ainda como um dos mais importantes accionistas na organização do Banco Comercial do Porto e disputa a respectiva presidência que perdeu por escassos votos.

Mas será a sua ligação à política que o catapultará para a nobilitação e para o estatuto de homem público. Com muitos dos comerciantes que integravam a Associação Comercial do Porto, participou activamente na revolta de 27 de Janeiro de 1842 que restaurou a Carta Constitucional, liderada por Costa Cabral a partir do Porto. Para o que desse e viesse, era o Presidente da Comissão do Tesouro, colaborando com a Junta Provisória, tendo como função arrecadar os fundos necessários à manutenção da tropa e outras despesas. A sua ligação a Costa Cabral é tal que chega a solicitar contribuições para uma subsídio pessoal àquele, já depois de garantido o êxito da revolta. Na fornada de Pares com que Costa Cabral vai introduzir na respectiva Câmara os seus apaniguados, lá estará Joaquim Ferreira dos Santos, ainda que para isso tivesse de correr na véspera da nomeação à Câmara Municipal do Porto a fazer a sua opção pela nacionalidade portuguesa. Facto este que lhe custou dissabores e achincalhamento nas Cortes, pouco interessada em patrocinar a ascensão dos cabralistas e para isso lançando mão de todos os pretextos¹⁸³. Depois é a corrida aos títulos, em sincronia com os momentos de afirmação cabralista: barão (7.10.1842), visconde (21.6.1843), conde (6.8.1850). Deixa, por altura dos primeiros títulos, os seus negócios, por alegada incompatibilidade.

É, assim, pela via política que integrará a "confederação agiótica" do cabralismo, como diziam os detractores, referindo-se ao grupo que celebrava todos os contratos com o governo da altura (J.M. Eugénio de Almeida, M.G.S. Romão, Carlos Morato Roma, Tomás Bessone e poucos mais). Entra com os seus capitais para as diversas iniciativas: Companhia Confiança Nacional, contrato do Tabaco, Sabão e Pólvora, Companhia dos Canais de Azambuja, Companhia das Obras Públicas, Companhia do Gás Lisbonense. Por isso, com as agitações populares de 1846-48, de feição anti-cabralista, apanha um grande susto, vivendo quase seis meses de reclusão na sua casa do Bonfim e ficando

¹⁸³ Cf. *Diário da Câmara dos Pares*, diversos nºs de Maio de 1842.

eternamente grato ao comandante da Guarda Municipal, comandante Mosqueira, a quem vai deixar um choruda lembrança no seu testamento. Apesar de ser titulado Conde em 1850, a sua actividade vai então diminuir, até porque já se encontrava envelhecido, mas, sobretudo, porque os tempos são outros. Não conseguirá sequer ler na Câmara o discurso que preparou contra a conversão da dívida pública interna por Fontes Pereira de Melo, com a consolidação do juro a 3%, o que considerava indigno face à subserviência para com os credores externos¹⁸⁴. Passará agora o seu tempo pacatamente, correndo diariamente à Bolsa, num hábito que o levava principalmente a conversar com os amigos e a não perder o ambiente negocial.

Quando falece a 24 de Março de 1866, com 84 anos, e se torna público o seu testamento, a figura do velho Conde torna-se, então, popular, sendo consagrado como benemérito nacional. Se antes não fora avaro para as confrarias, hospitais, creches, asilos, com pequenas quantias, agora surpreende a Nação e vinga-se das humilhações sofridas, evidenciando uma filantropia cujo nível económico nunca fora antes atingido. Com pequenas e grandes lembranças a parentes, inúmeros afilhados e amigos (não esquecendo o íntimo e compadre Costa Cabral, que recebeu uma vultuosa quantia - 30 contos, tal como sua filha - 60 contos), vai recordar-se de quase todas as instituições de caridade e de saúde do Porto e algumas do Brasil. Mas, sobretudo, *"convencido de que a instrução publica é um elemento essencial para o bem da sociedade, quero que meus testamenteiros mandem construir e mobilar cento e vinte casas para escolas primarias de ambos os sexos nas terras que forem cabeças de concelho, sendo todas por uma mesma planta, e com accomodação para vivenda do professor, não excedendo o custo de cada casa e mobilia a quantia de 1200\$000 reis; e prompta que esteja cada casa, será a mesma entregue á junta de parochia em que for construida; mas não mandarão construir mais de duas casas em cada cabeça do concelho, e preferirão aquellas terras que bem entenderem"* ¹⁸⁵. Nasciam assim as escolas "Conde de Ferreira" com uma arquitectura característica, muitas das quais ainda hoje funcionam. Com o remanescente da sua fortuna que terá oscilado no total à volta dos 1500 contos mandou ainda construir e dotar o Hospital de Alienados, a que depois foi dado também o seu nome, uma instituição modelar ao seu tempo.

¹⁸⁴ Ver a transcrição do discurso que existe encaixilhado na casa da família e transcrito por SILVA, Fernando J. Moreira, "Discurso que o par do reino Conde de Ferreira pretendia fazer na sessão da Câmara dos Pares de 1856, a qual não teve lugar, por circunstâncias que ocorreram", *O Tripeiro*, Série Nova, Ano VIII, nº 4, Abril, 1989, pp. 120-123.

¹⁸⁵ Segundo o seu testamento, transcrito in RIBEIRO, Domingos d' Almeida, *Noticia das Irregularidades da Execução do testamento do Benemerito Snr. Conde de Ferreira*, Porto, Typ. de A. J. da Silva Teixeira, 1884. Para mais pormenores sobre a forma como o estado se associou a este legado, ver o subcapítulo "6.3.3 - Filantropia - escolas", neste estudo, algumas páginas atrás.

Segundo o inventário judicial, os bens contabilizados para este efeito foram os seguintes:

- casa de residência no Bonfim, avaliada em 9,5 contos;
- 3 cavalos alazões e palha, 613\$000;
- Objectos de ouro e prata, em 2730\$545;
- Dinheiro e notas de Banco, 13767\$280;
- 113 acções do Banco Comercial de valor nominal de 200\$ cada;
- 5 acções do Banco União de valor nominal de 500\$ cada;
- 23 acções do Banco União de valor nominal de 100\$ cada;
- 20 acções da Caixa de Crédito e S.M. da A.I.P de valor nominal de 10\$ cada;
- 80 acções do Banco de Portugal de valor nominal de 500\$ cada;
- Fundos Espanhóis (na casa do correspondente, em Londres), no valor total de 258452\$;
- 1 acção do Teatro de S. João, de valor nominal 100\$;
- 2 declarações de dívida no valor de 30.350\$892;
- 84 letras no valor de 982 contos, a somar aos respectivos juros.

Uma fortuna imensa para a época, sendo impressionante o número de dívidas particulares que o inventário regista, muitas delas de conhecidos negociantes da cidade¹⁸⁶. A polémica com a cobrança da herança arrastou-se por largos anos, pois havia a cobrança judicial de algumas dívidas, a que se juntaram os problemas da gestão dos fundos existentes, da oportunidade de venda dos títulos e acções, transformando-se as posições diversas num autêntico folhetim que além de publicações sobre o caso, chegou a proporcionar "meetings" onde o caso foi debatido publicamente, dada a demora que se verificou na construção do Hospital, na altura considerado um estabelecimento fundamental para a Cidade.

6.4.2 - O comendador de Mantelões

O percurso migratório de Miguel Dantas Gonçalves Pereira (nascido em 1836-falecido em 1905) é paradigmático a vários níveis. Ele representa o provinciano que parte duma aldeia do Alto Minho para o Porto, cumpre a etapa do caixeirato e ruma depois ao Brasil. De caixeiro rapidamente sobe a sócio dum estabelecimento de comércio, sem esquecer os episódios de dificuldades iniciais por despedimento da primeira firma, facto

¹⁸⁶ A.D.P., Secção Judicial - S. João Novo, Processo nº 184.

que o obriga a vender cautelas pelas ruas. Enriquecido, retorna e fixa-se de novo no Porto, por 1870, participando da euforia económica que, por essa altura, se viveu ao redor da Associação Comercial. Dedicar-se, então, a empresas de transporte ferroviário e marítimo, com pouco sucesso. A política foi o passo seguinte, conjugando a vida autárquica com a parlamentar até ao resto da vida, o que o levou, a partir daí, a uma pendularidade residencial, entre Paredes de Coura e Lisboa. Estátua e nomes de rua lembram-lhe, ainda hoje, o nome na terra natal e concelhos vizinhos.

Natural de Formariz (Paredes de Coura), era um dos filhos de um boticário que frequentemente ocupava lugares administrativos, por indicação do "influente" local, ao serviço do cartismo primeiro, da regeneração depois. Após as primeiras letras, a decisão paterna e a rede familiar levaram-no a caixeirar no Porto, na casa da rua das Flores, nº 323, de um seu parente, Manuel Inácio Pereira da Silva, onde ingressa com 10 anos (a 2 de Abril de 1846). Aí fica quase cinco anos e, a 3 de Junho de 1851, encontram-no a tirar passaporte (nº 2386) no Governo Civil do Porto, partindo na barca "Amélia", com 14 anos e a ajuda de um tio comerciante ali estabelecido¹⁸⁷ que o terá recomendado e/ou financiado.

No Rio de Janeiro, após várias experiências, entra em 1858 para uma loja de miudezas e armarinho, da rua da Quitanda, de que era proprietário Casimiro Ferreira Coelho. Dois anos depois é sócio da firma, a qual passa a adoptar a razão "Coelho & Pereira" (16 de Fevereiro de 1860). Estabelecido, casa-se no mês seguinte, com uma brasileira que lhe traz dez contos de réis de dote e lhe dará a única filha. Dois anos depois (22 de Maio de 1862), o sócio retira-se, o que implica o fim legal da sociedade e a formação de outra, para substituição da razão social, continuando na mesma linha de negócio.

Vale a pena determo-nos neste acto de sociedade (de cuja cópia dispomos), para apreendermos o sentido mais profundo destes processos tão apregoados de passagem das casas comerciais de portugueses radicados no Brasil aos seus caixeiros. Assim, com o acto de dissolução da "Coelho & Pereira", Casimiro Coelho, segundo o balanço, tinha direito à quantia de 194 contos, fazendo um abatimento de 44, pelo que recebia apenas 150 contos¹⁸⁸. Esta verba seria paga em letras de 5 contos, a vencer uma no final de cada mês, a partir de Agosto de 1862. Na nova sociedade entravam, ao que tudo indica, outros caixeiros: Januário Bento Gonçalves Pereira¹⁸⁹, irmão de Miguel, e João Mendes Araújo.

¹⁸⁷ Trata-se de Severino José Gonçalves Pereira, comerciante matriculado, estabelecido na rua de Santa Catarina, nº 101.

¹⁸⁸ Arredondámos aqui os números das verbas, em réis no original (moeda brasileira)

¹⁸⁹ Que emigrara um ano antes de Miguel (passaporte obtido a 14.11.1850), com 16 anos.

Miguel entrava com 132 contos, representado pelos valores (mercadorias, títulos, dívidas) do balanço de 1861, já que a cessão da firma ficava a seu favor; seu irmão Januário entrava com 18 contos, e João Mendes apenas "*com a sua industria*". Na partilha dos interesses, depois de deduzido o capital, cabia ao Miguel 50% , e aos dois outros sócios 25%; mas a partir do terceiro ano de actividade, os lucros seriam repartidos igualmente pelos três. Miguel tinha direito a retirar anualmente até 6 contos, Januário 2 e João Mendes 1600\$000. A gerência, a caixa e a representação da firma cabiam exclusivamente ao Miguel. A duração da firma estava prevista apenas para quatro anos, findos os quais passaria para o sócio que propusesse a maior oferta. Surge-nos, deste modo, a sociedade, sobretudo, como forma de dar estabilidade e continuidade à firma, quer assegurando a mão-de-obra necessária pela comunhão de interesses, quer prevenindo a eventual retirada do sócio maioritário e a garantia dos seus interesses através da persistência do negócio como forma de permitir as retiradas de capital a que teria direito.

Alguns entre 1865 e 1870, por ocasião da guerra do Brasil com o Paraguai, Miguel Dantas tem a sua grande oportunidade, empregando 600 contos levantados na praça, em aplicações algo estranhas. Segundo as palavras de um biógrafo, que com ele conviveu, o negócio "*consistiu em fazer um sortimento de libras esterlinas e vendê-las depois aos paraguaios, que se debatiam com a falta de numerário; realizou esse negócio, auferindo lucros espantosos, que formaram a reserva basilar dos seus fartos cabedais.*"

190

Rico, começa as benemerências tradicionais: dádivas à Sociedade Portuguesa de Beneficência¹⁹¹ , à Caixa de Socorros D. Pedro V (1866), além de diversas irmandades, recebendo os diplomas de benemérito e preparando-se para a comenda de Cristo que vem a caminho (1869). Depois de uma viagem a diversos países da Europa (1865), e de ter enviuvado (1866), o novo comendador decide partir para Portugal, mantendo alguns investimentos que lhe rendiam cerca de 100\$000 diários.

Com 34 anos, fixa-se na rua de Cedofeita (nº 363), em palacete mandado construir por si, e integra-se no meio comercial e social. Pouco depois (em 1872), já o

¹⁹⁰ Cf. LEMOS, Júlio, *Biografia de Miguel Dantas Gonçalves Pereira*, Viana, 1949, p. 14. Aquilino Ribeiro, que conhecia a história da família por dentro, pois nela se inserira (casou com um neta), embora em diferido, diz-nos : "*Tempos andados era caixeiro de armarinho na rua da Quitanda; um lustro depois, sócio do patrão; dali em fora, sucessivamente, foi corretor de pedras finas; comerciante por atacado para o sertão; banqueiro. Em guerra com o Paraguai , o Brasil um dia careceu de lançar um empréstimo. Encarregaram Miguel Dantas da operação. Duma hora para a outra, ficou milionário*". Romance!? Cf. RIBEIRO, Aquilino, *A Casa Grande de Romarigães*, Lisboa, Bertrand, 1957, p. 430.

¹⁹¹ Assumiu todas as despesas das dietas dos doentes e comedorias do empregados do Hospital durante o mês de Janeiro de 1865.

encontramos como militante do partido regenerador, como director da Assembleia Portuense, clube social da Praça da Trindade, e logo a seguir ei-lo em plena vaga accionista, jogando e decidindo como director na companhia Progreso Marítimo do Porto e no Caminho de Ferro do Porto à Póvoa de Varzim. A primeira, guiada pelo entusiasmo de C. Kendall, foi uma jogada infeliz, dado o arrastar de prejuízos que provocou, numa sucessão de incapacidades e azares, até à liquidação com a venda dos vapores, processo que trouxe grandes prejuízos aos accionistas. A segunda, de que será director de 1874-78, constituiu um novidade por ser a primeira empresa privada portuguesa a abrir uma linha férrea por sua conta e risco, depois de comprada a respectiva concessão a Ellicot e Kessler, mas também não lhe trouxe grandes lucros. É por sua mão que Oliveira Martins ali vai dirigir as obras, com outros engenheiros espanhóis que cá se refugiaram da guerra carlista. Segundo um observador da construção, Miguel Dantas *"foi incansavel para fazer esta linha ferrea com toda a economia. Era elle mesmo que andava correndo todos os predios por onde a mesma estava traçada, justando o terreno com os proprietarios, sempre por um preço modico em comparação do que se tinha pago pelo governo por ocasião da construção da estrada do porto a Vila do Conde; e quando elles não queriam ceder promovia-lhes questão [...] e quase sempre ficava decidido a seu favor."*¹⁹²

Mas o final da década vai ser de mudança de rumo. A política, a que dedicava parte do seu tempo, tentando reorganizar o partido regenerador com outros "brasileiros" (Alves Machado, Silva Monteiro), trouxe-lhe derrotas locais. Se a isso somarmos o insucesso da "Progreso Marítimo" e os poucos resultados económicos da linha da Póvoa, mais o incêndio de um palacete que estava a construir em Gonçalo Cristóvão, temos de aceitar que são azares de mais para quem acaba de casar de novo (1876). Para este lance foi buscar a sua prima e filha do tio Severino, seu antigo protector na ida para o Brasil¹⁹³. É neste contexto que regressa à terra natal e vai aceitar a proposta para ser por ali candidato regenerador a deputado em 1878. Com raras intermitências, será o representante legislativo do círculo de Caminha e Cerveira até ao final do século. O Porto perde um brasileiro, que vende mesmo a sua casa de Cedofeita a um outro (em 1883), também já referenciado neste trabalho - o Visconde de Barreiros.

¹⁹² AZEVEDO, Pe. Joaquim Antunes, ob. cit., 2º caderno, p. 104.

¹⁹³ Quatro meses antes de casar pela segunda vez, fez testamento, revertendo quase tudo para a filha única Elzira, com lembranças a familiares e amigos de Portugal e Brasil. Atribuía-lhes, sobretudo, rendimentos de títulos de dívida pública portuguesa, não esquecendo pequenas esmolas aos mais diversos institutos de caridade. Sublinhe-se o facto de não dar alforria à escrava que detinha no Brasil, na sua casa do Catete, transmitindo-a à cunhada Bernardina que lá vivia. Por curiosidade, refira-se que, como testemunha do seu testamento, registado num cartório de Miragaia, figurava o seu colaborador e amigo Joaquim Pedro de Oliveira Martins.

A partir de agora, o seu tempo vai ser repartido entre Paredes de Coura e Lisboa¹⁹⁴, tanto mais que, a partir de 1882, vai ser o presidente da Câmara courense, cargo que exerce até 1895. Aí, no lugar da casa paterna aonde nascera (em Mantelães), constrói, finalmente, o seu palacete, arredondando a propriedade, adquirindo outros em volta, cercando-a com um pesado muro de cerca de dois metros. Ergue um enorme edifício, incluindo capela anexa, que pinta de ocre amarelo, cobrindo a frontaria de azulejo, pintando as numerosas e amplas janelas de verde e encimando-o com as tradicionais estátuas alegóricas das virtudes morais e um medalhão ogival, no centro, em pedra lavrada, com as iniciais do seu nome em alto relevo¹⁹⁵. Um pesado portão de ferro rendilhado antecipa a escadaria de entrada. À esquerda, jardim com repuxo, à direita bosque com árvores exóticas, a ocultar um enorme pombal acastelado. Mais além, numa imitação estrutural da "casa-grande" brasileira, vai construir o edifício da cocheira e habitação para o feitor. O resto do espaço dedica-o a fieiras de latadas para a produção de vinho verde, embora o local não o aconselhasse, dada a humidade existente. Mas era preciso encher os enormes tonéis que ocupavam a grande adega, abrindo de espanto a boca dos minúsculos lavradores da região, dando um sentido de produção organizada e virada para o mercado a uma cultura tradicional.

O industrialismo não estava esquecido. Cem metros em frente ao palacete, na outra margem do rio fronteiro que dá o tom paradisíaco à paisagem, estabelece uma fábrica de lacticínios, a qual começou a funcionar provisoriamente a 8 de Maio de 1891 e em instalações de raiz a 17 de Fevereiro de 1892. Fábrica de pequena dimensão, mas equipada com aparelhagem moderna, incluindo máquina a vapor, para cuja direcção técnica mandou vir um especialista francês. A breve trecho a actividade da fábrica estava *"consubstanciada com a vida doméstica e económica da população regional. O seu desaparecimento acarretaria penosas dificuldades ao movimento comercial e económico desta localidade, pois muitas famílias trazem pautada a sua administração pelas receitas que auferem da fábrica, com a venda do leite"* ¹⁹⁶. A manteiga de Mantelães foi colocada no mercado e tornou-se um produto apreciado no País.

¹⁹⁴ É por essa altura que casa a filha Elzira com um prometedor quadro do partido regenerador, Bernardino Machado, natural do Rio de Janeiro, filho de outro seu amigo, colega na praça comercial do Rio e correligionário, o Barão de Joane. Talvez por influência do genro, que depois aderiu à República, com sucesso, tenha Miguel Dantas recusado o título nobiliárquico com que o queriam enfeitar no tempo de D. Carlos.

¹⁹⁵ O palacete, que viria a servir de residência de férias de Bernardino Machado, e que, na fase final da sua vida, lhe serviu para o exílio interno que lhe foi imposto pelo Estado Novo, foi, no final dos anos 60, arrematado em praça por um "americano", ou seja, um outro "ex-emigrante". O alto-relevo do medalhão foi substituído por um mármore funéreo, com a identificação do novo proprietário, e o ocre amarelo deu lugar ao azul plástico.

¹⁹⁶ CUNHA, Narcizo Alves C., *No Alto Minho - Paredes de Coura*, 2ª edição, P. de Coura, 1979, p. 244-

Ainda em 1891, vai tomar uma iniciativa carregada de simbolismo, ao arrematar, em execução pública por dívidas, o solar de um aristocrata e cacique local em decadência - a quinta do Amparo, em Romarigães, um solar de origem seiscentista¹⁹⁷, desempenhando esse papel de substituição social de que falava Ricardo Jorge. Evidenciava, assim, por diversas formas, ao meio rural de origem as potencialidades de ascensão que a emigração lhe proporcionara.

Como político não se afirmará pelo brilhantismo das suas intervenções¹⁹⁸, reconhecendo-se, contudo, a sua natureza intrínseca de "influyente", arrancando teimosamente junto dos ministérios a dotação de verbas para os mais diversos melhoramentos dos concelhos do seu círculo (Caminha, Valença), e, em especial, para aquele que chefiava autarquicamente (Paredes de Coura). Neste sentido, no seu mandato municipal (que conservou em paralelo com o de deputado), fez de um espaço rural que estava a monte uma vila: comprou terrenos a particulares para arruamentos, urbanizou, construiu os edifícios públicos (paços do concelho¹⁹⁹, cadeia), organizou as feiras e o jardim, arborizou, construiu escolas primárias, promoveu a organização da Misericórdia e a construção do hospital. Em 1900 subiu a Par do Reino, tomando assento na respectiva Câmara. Em 1904 perdeu uma nova tentativa para conquistar a municipalidade courense, pela oposição conjugada de franquistas e progressistas, sintoma de uma nova geração política a levantar-se. Da apoplexia que então sentiu não terá recuperado inteiramente. No ano seguinte, em Lisboa, caiu fulminado por uma *angina pectoris* e foi repousar eternamente no seu jazigo de família com capela, o primeiro a ser construído no cemitério da terra, onde a pouco e pouco se reuniu com familiares e os seus mais fiéis amigos. As homenagens populares vieram depois da sua morte.

6.4.3 - O tio brasileiro

Poucas serão as pessoas do Noroeste português que não tenham um antepassado mais ou menos próximo com ligações ao Brasil, quer estas se tenham traduzido ou não em sucesso económico. A intensidade migratória foi tal que, rebuscando nas arcas genealógicas, sempre aparece alguém já esquecido. De vez em quando surge mesmo um

245 (edição original de 1909).

¹⁹⁷ Aquilino interpreta a compra como vingança pessoal, por, em criança, ter assistido a uma violência sobre seu pai (então administrador do concelho) e um criado, por parte do aristocrata (ob. cit., pp. 424-439). De qualquer modo, a casa coube em herança à esposa de Aquilino, que a recuperou e nela se inspirou para uma das suas melhores obras.

¹⁹⁸ Basta observar os diários legislativos. Veja-se ainda uma elucidativa "farpa" de Ramalho a seu respeito. Cf. ORTIGÃO, Ramalho, *As Farpas*, Tomo IV, Lisboa, Clássica Editora, 1989, p.155

¹⁹⁹ Segundo planta de Oliveira Martins, numa actividade pouco conhecida do escritor pelo grande público.

inesperado encontro com um ignoto primo brasileiro. José Régio deu forma literária à convivência fantasmática com o seu tio-avô "brasileiro", que não conheceu, mas cuja sombra tutelar paira ainda sobre *A Velha Casa*, que fora também do velho tio. Para a juventude curiosa que a habitava, este é um enigma: como conseguiu a riqueza? verdade que era da maçonaria e através dela se fez rico? era religioso e rigorista sob o ponto de vista moral? confirmava-se o sussurrado filho ilegítimo? Mistérios de romance que convém não desvendar²⁰⁰.

Para os nossos objectivos mais prosaicos²⁰¹, José Maria Pereira é um emigrante de Vila do Conde que retorna no final de uma vida comercial, para descansar e morrer junto dos familiares, sem objectivos de participação política visíveis, nem grande vontade para benemerências. Seria o outro tipo de brasileiro, já antes anunciado por Ramalho Ortigão, quando caricaturava o "brasileiro" tradicional, a quem a pátria explorava e de quem se ria, perante o novo exemplo do que, "*sem pedras e sem papagaios, posto que com fortuna*", não pagando e resignando a comenda, "*vai chegar - para se rir*"²⁰² ?

O caso do José, o seu ascendente sobre os familiares, os seus comportamentos para com os pais, o facto de os seus bens reverterem para a família, explica-se, em grande medida, pelo quadro familiar de origem. José era o filho varão, a quem por tradição cabia a protecção da casa na ausência dos pais. Derivava de uma família que era um caso raro de fecundidade: 14 filhos, dos quais 11 chegaram à idade adulta e morreram de idade avançada (ver Diagrama)²⁰³. Os dois filhos rapazes anteriores a José tinham morrido muito cedo: o João com o garrotilho aos 26 meses e um primeiro José, aos 21 meses, com "moléstia" desconhecida. À volta do novo José cirandavam 7 irmãs, umas mais velhas, outras mais novas do que ele. Os restantes 4 rapazes sobreviventes só apareceram a partir do 11º nascimento. Quando José embarca para o Brasil, em 1844, já as irmãs mais velhas estavam casadoiras, e o outro rapaz mais idoso tinha apenas 7 anos.

²⁰⁰ Cf. de RÉGIO, José, *A Velha Casa - II - As raízes do Futuro*, Porto, Editora Educação Nacional, 1947, pp. Idem, *Confissão de um Homem Religioso*, Porto, Brasília Editora, 1971, pp. 23-60. Sobre este aspecto, ver também PEREIRA, João Reis, "José Régio - Amar as flores e ser jardineiro foi também fado", *Vila do Conde - Boletim Cultural*, Nova série, nº 9, Vila do Conde, C. Municipal, 1990, pp. 7-14.

²⁰¹ Esta biografia tem por base documentação particular, constituída por uma agenda de lembranças para o ano de 1890, um livro de registo de operações financeiras entre 1883-1904 e alguns papéis avulsos, além da citada em rodapé. Ao dr. João Maria dos Reis Pereira, sobrinho-neto do biografado, que nos disponibilizou a documentação e ao sr. Monteiro dos Santos, pelas informações e mediação o nosso reconhecimento.

²⁰² Cf. ORTIGÃO, Ramalho, "Os comendadores e os cães de faiança", *As Farpas - XV, 1876-1882*, Lisboa, Clássica Editora, 1993, p. 203.

²⁰³ Confrontando este caso com o que se passava no domínio da fecundidade em Bougado, observamos que a proporção de famílias com 14 filhos era apenas de 3%. Aí, em 599 famílias apenas duas se encontravam nesta situação, entre os anos 1680-1829. Cf. ALVES, Jorge Fernandes, "Fecundidade Natural no Vale do Ave - O exemplo de Bougado (1680-1849)", *Revista da Faculdade de Letras - História*, II série, vol. VI, Porto, 1989, pp. 287-309.

Que outra atitude mais sensata para a época poderia o pai, alquilador e carpinteiro²⁰⁴, tomar, senão aquela que era comum fazer-se : enviar o filho para o Brasil, na esperança de ajuda posterior que lhe ajudasse a compensar as enormes despesas de 12 bocas para alimentar, fora as do casal ?

José terá sido "imposto" , como então se dizia, para o Brasil na esperança paterna de, com a sua eventual ajuda, evitar a dissolução da "velha casa". Já eram graves os problemas domésticos na altura? Ou foi apenas a visão do que viria a acontecer na realidade ? Não o sabemos. Em todo o caso, o pai terá preparado o filho a ler, escrever e, sobretudo, contar, já que o filho, além de escrever bem, fazia muitas contas e miudinhas, anotando de forma contabilística todas as despesas domésticas, pelo menos na fase do retorno, como nos mostram a sua agenda de 1891 e o seu livro de operações bancárias. Escrituração que terá desenvolvido provavelmente no Brasil. E aos 14 anos, ei-lo a tirar passaporte (09.11.1844) e a partir pela barra do Douro, rumo a Pernambuco. A estadia no Brasil suscita-nos interrogações sem resposta. Há uma vaga informação familiar a comércio de panos e fazendas, e quando, na década de 70 fizer viagens a Portugal, ao reembarcar dá como profissão a de "negociante": era, então, sócio comanditário da firma Manuel Pinto da Silva & C^a, situada na rua do Rosário, nº 110, do Rio de Janeiro, ligação que ainda manteve por algum tempo no seu retorno.

Nos anos 60 tornou-se imprescindível aos pais, segundo o testamento destes. Foi preciso dinheiro para arranjar o casal, e José enviou 400\$000 réis portugueses. Pagou-se a dívida contraída junto de um irmão do pai (279\$000) e para isso José enviou mais 418\$200, sendo o restante para pagar ainda uma outra dívida. Em face destes envios, os pais fazem-lhe doação da casa de 2 andares da rua Direita e da morada de 1 andar na calçada de S. Francisco (8.7.1864), pois as quantias enviadas constituíam o "*justo valor das referidas casas, e talvez para mais, e por isso nada tem a partilhar ou conferir dellas com os mais herdeiros*". Mas além disso, pedem-lhe ainda mais 100\$000 (238\$ francos) "*para remirmos nossas vexações*", tudo anotado, para que "*o nosso filho José não fique prejudicado em couza alguma em razão dos benefícios que nos está fazendo*". E desde 1861, que José cedera a favor das irmãs solteiras o aluguer das casas²⁰⁵.

²⁰⁴ A indicação das profissões do pai de José Maria Pereira, bem como informação sobre outros ascendentes, encontra-se em SANTOS, Monteiro dos, "Ascendentes de José Régio", *Vila do Conde - Boletim Cultural*, Nova série, nº 9, Vila do Conde, C. Municipal, 1990, pp. 47-65. Para o diagrama familiar, cruzamos a informação aí contida, com as anotações que José Maria Pereira tinha na sua agenda sobre o nascimento e baptizado de todos os irmãos, segundo ele próprio, transcritas de registos de seu pai. Daí o acréscimo de alguns detalhes em relação ao artigo citado, nomeadamente as datas de nascimento e os óbitos dos dois menores, bem como a recuperação do primeiro José. Julgamos, contudo, que há um lapso nestas indicações: o nascimento de Joaquina deveria ser em 1822 e não em 1821, pois esta data implicaria uma gestação de seis meses, incompatível, ao tempo, com a sobrevivência da criança.

²⁰⁵ A.M.V.C., *Livro de Registo de testamentos*, nº 3205, pp. 34-37.

Por 1870 aproveita as comodidades do vapor e, depois de 25 anos no Brasil e com 40 de idade, solteiro, vem a Portugal. Sabemo-lo porque em 1871 (10 de Julho) surge, de novo, a tirar passaporte, desta vez para o Rio de Janeiro, como já referimos, para onde se deverá ter mudado algures depois da estadia inicial em Pernambuco. Desta vez, parte naturalmente, por Lisboa, num dos paquetes internacionais. Ignoramos quando chegou exactamente, quanto tempo permaneceu. Mas, na febre do vapor, vamos encontrá-lo a partir ainda mais duas vezes, em 1874 (5 de Maio) e em 1879 (18 de Setembro). No mínimo, até 1879, quando termina o nosso controle de registos de passaportes, José fez a viagem do Brasil por 4 vezes, uma na década de 40 a inicial, e três agora na década de 70, já definitivamente instalado com a sua loja de comércio.

Quando retornou definitivamente ? A indicação de Março 1883 num livro de registo de contas com os bancos, pode dar-nos uma pista. É aí que ele regista os custos de uma procuração que envia para a casa Fonseca & Cunha, no Rio de Janeiro, firma que lhe assegura a compra e venda de acções, a cobrança de dividendos, as remessas para Portugal. De igual modo abre conta no Banco Aliança, do Porto.

José Maria Pereira não é um argentário igual aos dos meados do século. É um negociante modesto, que, ao longo de uma vida, conseguiu um "pé-de-meia" , investido-o em acções e obrigações. Assegurou deste modo a sua retirada, a sua reforma, que lhe tranquilizou economicamente os últimos anos, junto dos familiares, e, sobretudo, junto da irmã Libânia. Era ela que assumia a gestão do quotidiano doméstico, estabelecia a ligação com os familiares mais recentes, e nela confiava para o tratamento dos últimos dias. Viviam nas casas da família, sem espaventos, onde apenas se faziam de vez em quando obras de manutenção e pequenos melhoramentos, tendo José adquirido apenas mais uma casa próxima das suas, talvez por má vizinhança, já que utilizou um intermediário para a comprar como se fosse para si, a quem pagou uma comissão, obrigando-se por isso também ao pagamento de duas sisas. Foi o prédio da calçada de S. Francisco, n.ºs 18-20, que lhe custou 300\$000 réis, além de mais quase 100\$000 para registos e impostos, incluindo a gratificação de 13\$500 ao João Santa Catarina (João Pereira da Silva, de nome real) pela intermediação referida. Comprou ainda nesse ano de 1890 outra casa na rua Bento de Freitas, n.ºs 58-60, para a qual retirou 1200\$000 da sua conta bancária no Banco Aliança.

Além destas propriedades em Vila do Conde, qual era então a fortuna deste "brasileiro" ? Em 1889, segundo o seu próprio balanço, o seu capital distribuía-se do seguinte modo:

a) no Brasil (em moeda fraca)

28 apólices do empréstimo público de 1868.....28000\$000

200 "debentures" da Estrada de Ferro Sorocabuna.....	15337\$500
50 "debentures" da Estrada de ferro Leopoldina.....	9400\$000
40 "debentures" do Engenho Central da Pureza.....	7421\$100
Entrada para 100 acções do Banco de Crédito	
Real de S. Paulo	8000\$000
Saldo da c/c na casa Fonseca & Cunha.....	8368\$440
Total	76527\$040

b) Em Portugal (moeda forte)

Inscrições.....	20600\$000
C/c no Banco Aliança do Porto.....	21.841\$295
C/c na Caixa Económica de Vila do Conde.....	500\$000
Total.....	23284\$295

c) Capital como sócio comanditário na firma Pinto da Silva & C^a,
no Rio de Janeiro (em moeda brasileira)..... 33000\$000²⁰⁶

No total, 109527\$040 em moeda brasileira, que, pelo câmbio da época, correspondia a cerca de 1/3 em moeda portuguesa, mais os cerca de 23 contos portugueses. A conjuntura do final do século, marcada pela forte queda do câmbio brasileiro sobre Londres, não aconselha a transferir o capital brasileiro para Portugal, senão o mínimo para a salvaguarda de qualquer situação imprevista. O lançamento do imposto sobre os rendimentos de capitais em Portugal será outro elemento pouco incentivador. De resto, seria uma irracionalidade fazer essa transferência, pois poucos anos antes ela produziria mais do dobro, havendo que esperar melhores dias. Como tantos outros "brasileiros" José Maria Pereira reserva os seus capitais no Brasil, gerindo-os à distância, de acordo com a firma procuradora (a Fonseca & Cunha, e, a partir de 1891, o Banco Brasileiro Português), vendendo alguns títulos, comprando outros, aplicando o seu rendimento em novos valores mobiliários, além do que retira mensalmente para Portugal. Entre os novos valores que passam pela sua conta, encontram-se acções e/ou obrigações das Companhias Geral das Estradas de Ferro do Brasil (que agregou as da C^a Leopoldina, com beneficiação na permuta), da Santo António de Pádua, da Grão-Pará, da Petropolitana, da Estradas de Ferro de Macahé, da

²⁰⁶ A sua comparticipação na casa comercial terá sido liquidada em 1892, pois em Setembro desse ano surge um depósito no Banco Brasileiro Português de 19422\$000 por ordem de Pinto da Silva & C^a, com referência a uma troca de cartas.

Caminhos de Ferro de S. Cristóvão, da C^a de Carros Patersal Moreaux, do Banco Industrial Mercantil, do Banco da República do Brasil. Nomes que representam, sobretudo, circulação de capital, mais do que acréscimos significativos, por imposição de resgates, reembolsos ou jogos de oportunidade ao sabor do mercado. De vez em quando, algum dissabor: são as acções da C^a Central da Pureza que, em 1896, ficam sem valor, ou as do Banco Nacional Brasileiro que, em 1898, por via dum desfalque passam a valer cerca de 1/3, por decisão da Assembleia Geral respectiva²⁰⁷. Em Portugal, os títulos adquiridos são quase todos da dívida pública, havendo ainda a referência a 100 obrigações da Companhia Predial Portuguesa (em 1893) e 20 acções da Companhia dos Tabacos.

Com este capital, que quotidiano económico se oferece a um "brasileiro" de fim de século? Se tomarmos como exemplo, o ano de 1890, para o qual possuímos a sua agenda minuciosamente anotada, podemos conhecê-lo com alguma minúcia. Assim, José Maria Pereira deu ordens para que do Brasil lhe enviassem uma mensalidade regular de 200\$000 réis fracos, o que ao longo do ano se traduzia numa verba oscilando em torno dos 80\$000 réis portugueses. Esta verba foi reforçada por algumas letras esporádicas que rondaram no total os 1400\$000. Dispunha ainda do pequeno rendimento de dois alugueres de casa e dos juros de uma dívida de 1300\$000 que emprestara a um dos irmãos (o António). As suas despesas apresentam a seguinte distribuição ao longo do ano:

Janeiro.....	36\$930
Fevereiro.....	52\$890
Março.....	99\$480
Abril.....	95\$780
Maió.....	65\$030
Junho.....	374\$550
Julho.....	58\$510
Agosto.....	67\$430
Setembro.....	261\$825
Outubro.....	132\$915
Novembro...	116\$000
Dezembro....	544\$205
Total.....	1905\$545 ²⁰⁸

²⁰⁷ A agenda prolonga-se para além de 1895, ano da morte de José Maria Pereira, sendo a fortuna então herdada pela irmã Libânia.

²⁰⁸ O biografado não incluiu aqui as despesas com a aquisição das duas casas acima referenciadas.

Por aqui se pode ver que o "tio brasileiro" era uma pessoa com alguma frugalidade, pois nos meses normais quase não ultrapassava a despesa de 60\$000 mensais, ou seja, 2\$000 por dia. Pouco? Muito? Como termo de comparação, recordemos que os ordenados dos "artistas oficiais" no final do século, em Vila do Conde, rondavam os 500 réis diários, pelo que o ex-emigrante, filho de um carpinteiro e alquilador, tinha agora à sua disposição, numa situação de retirada do activo, a possibilidade de consumir o quádruplo do que teria na hipótese de seguir a profissão do pai, sem direito a retirada, pois em Portugal a sua capacidade de poupança seria quase nula. Além disso, podia dar-se ao luxo de gastar mais do que isso, quando entendesse, e tal aconteceu com frequência. Vejamos alguns dos motivos que estão por detrás destes picos consumistas, e que justificavam uma parcela própria nas contas, pois a maioria estão normalmente sob a referência geral de "despesas miúdas". Motivos que nos permitem entrever alguns aspectos mais precisos do quotidiano.

Assim, em Março, há um salto nas verbas derivado da retirada de 45\$000 para *"despesas que for fazendo a estudar o meu sobrinho Manuel, filho de meu irmão Manuel Fernandes Pereira e que entreguei a meu irmão António Maria Pereira para ir dando como for sendo preciso"*. Em Abril faz obras na "casa grande" e passa duas semanas num hotel do Porto. Em Junho a enorme despesa de quase 375 mil réis deve-se a reparações na nova casa da Calçada, recém adquirida, e à sua estadia de um quinzena nas Pedras Salgadas, gastando nesta a verba de 55\$390. Em Setembro tem a primeira entrega de dinheiro para a capela funerária que mandou construir no cemitério de S. Francisco, orçamentada em 375\$000, e, nos finais do mês (a 17), o nosso já íntimo "brasileiro" realiza o seu percurso turístico: compra os inevitáveis charutos, parte para o Porto, dá ainda um salto de carro a Vairão, e depois segue para o Luso, Figueira, Caldas da Rainha, Alcobaça e de novo o Porto e Vila do Conde, aonde chega a 2 de Outubro. Mas a 27 tinha falecido a sua irmã Joana. As despesas de Outubro, muito elevadas, devem-se, sobretudo, a ter ficado com o espólio da irmã (algum dinheiro, jóias e roupas), assumindo as despesas do funeral e médico e distribuindo o remanescente, avaliado em dinheiro, pelos irmãos. Além disso vai a Braga no dia 4 com o seu irmão Manuel, levar o sobrinho do mesmo nome, ao seminário, dando-lhe pessoalmente 12\$120 e pagando em livros e outras despesas 23\$640. Voltará lá no dia 8, agora na companhia do irmão António, por causa do mesmo sobrinho *"que quiz sahir do Seminário como sahiu "*. Roupas de inverno (terno, colete, sobretudo) e nova estadia num hotel do Porto estão por detrás dos gastos de Novembro. E a verba mais elevada, a de Dezembro, não poderia deixar de estar

relacionada com o Natal. Pelo dia 23 dá uma libra a diversas irmãs e sobrinhos como consoada, \$100 às crianças da família, 1\$000 às criadas, \$500 a mulheres identificadas apenas pelo nome, mas que parecem exteriores à família e para a irmã Libânia 30\$000. Além disso tem despesas com a nova casa da rua Bento de Freitas, ajustando as contas com seu irmão António que lhe tratava das obras e da papelada.

De pequenos gestos, ligados à família, se tece o quotidiano do "brasileiro", de alguma forma tutelando patriarcalmente o grupo mais próximo, tendo na irmã Libânia, solteira, a fada do lar e no irmão António o secretário e encarregado, que lhe trata dos assuntos e lhe faz os contactos. De certo modo, o retorno proporcionou-lhe o ascendente sobre a casa da família: retoma, à entrada da velhice, o lugar que lhe pertenceria por tradição, ainda que para isso se tenha visto obrigado a emigrar e a amealhar o suficiente para evitar a sua pulverização. Por isso, quando António, viúvo e pai de dois filhos, cedendo aos impulsos interiores, decide partir para um segundo casamento, contra a opinião do irmão, está a assumir procedimentos de auto-exclusão. Sabe que o espera o ostracismo, porque o retorno desenrola-se também num mundo de tensões, em que as expectativas de (re)ocupar lugares de direcção, por cuja responsabilização se viveram sacrifícios, se confrontam com gestos de auto-afirmação dos que ficaram. Mas afrontar o patriarcalismo do tio brasileiro custou caro, como o mostra o seu testamento (f. 12 de Junho de 1895). Por ele concede, no Brasil, em moeda fraca, algumas lembranças aos afilhados (500\$ cada) e ao sobrinho Moisés (4500\$), que provavelmente emigrara sob sua protecção. Em Portugal deixa lembranças diferenciadas a alguns irmãos e sobrinhos (eclipsando, por exemplo, o Manuel que desistira do seminário, tal como o irmão António) e deixa todo o remanescente à irmã Libânia. E não se esquece de sublinhar que no mausoléu por ele mandado construir não podem ser sepultados senão "*parentes meus, de sangue e nunca parentes por afinidade*", numa evidente alusão à sua cunhada recente²⁰⁹.

Mas o dinheiro do tio brasileiro terá efeitos duradouros, derramando-se familiarmente através da mediação da tia Libânia, pois como lembra Régio, "*graças a ela, meus pais não souberam o que são dificuldades financeiras durante a mocidade ou uma boa parte da vida*". Basta conhecer os percursos profissionais e intelectuais da família "regiana" para perceber que os efeitos da "*dinheirama*" do Brasil não se podem medir apenas no curto prazo da geração que a acumulou²¹⁰.

*

²⁰⁹ A.M.V.C., *Livro de Registo de Testamentos*, nº 3225, testamento nº 21.

²¹⁰ Régio, José, *Confissão dum Homem Religioso*, Porto, Brasília Editora, 1971, p. 31.

Resumindo: entre a "saudade" e o ressentimento, o retorno da emigração do Brasil terá sido bastante importante, diminuindo o impacto do efeito da emigração, embora sem compensar os anos de "vazio" demográfico que a respectiva ausência provocou. Se há uma imagem oficiosa baseada na ideia de que o português abandona a pátria e se dissemina pelo mundo, adaptando-se à diversidade de culturas, com elas convivendo pacificamente, também a contra-imagem do retorno a contrabalança, podendo dizer-se que, pelos escassos dados existentes, se equilibram mutuamente em termos quantitativos. Tanto mais verdade quanto é certo que as estatísticas de partida dissimulam um importante peso da reemigração que a partir dos finais da década de 70 do século passado assumiu percentagens consideráveis com a generalização do vapor e o embaratecimento e menor duração das viagens.

A ideia do "brasileiro" quarentão que volta não endinheirado mas com algum "pé de meia" que lhe permite estabelecer-se de forma independente através de um pequeno comércio, oficina ou exploração agrícola é a mais correcta, segundo os indicadores sociais apurados. Efectivamente os que retornam em força não se demoram muitos anos, tudo indicando que foram ao Brasil para resolverem problemas pontuais ou não se integraram de forma satisfatória, facto que os leva ao retorno na primeira oportunidade. Os muito afortunados são efectivamente poucos, e esses deverão passar bastantes décadas no Brasil de forma a acumularem a sua fortuna. De qualquer forma, o pequeno "pé-de-meia" para além de contribuir para a construção ou adaptação da casa, aplicado em valores mobiliários garante pequenas rendas que dão ao "brasileiro" uma capacidade económica líquida acima da grande maioria da população, o que explica uma elevação de estatuto social de que o mercado nupcial se torna um bom indicador, principalmente numa região em que os lucros líquidos da faina agrícola são escassos, quando existem, e se exigem permanentes injeções de capital exterior para manter as unidades agrícolas. Por isso não só o retorno com algum capital, tal como as remessas enviadas como mesadas, colocação de capitais na dívida pública e compra de acções, aquisição de bens para o retorno futuro ou para doações, se tornam decisivas, não só a nível local como nacional, sendo um elemento indispensável ao equilíbrio da nossa balança de pagamentos com o exterior, embora com o aspecto negativo de ajudarem a constituir uma economia de subsídio.

Se o papel do "brasileiro" retornado na sociedade de que partiu é essencialmente conservador ou de jubilação, procurando viver de forma independente ou, no melhor dos casos, numa situação de retirado da vida activa, não podemos esquecer os fluxos de numerosos negociantes que do lado de cá se instalaram nas cidades e investiram em

companhias e bancos, alguns em fábricas e oficinas, contribuindo para a dinâmica económica. Se muitos dos projectos económicos em que investiram não se tornaram rentáveis nem sempre os podemos responsabilizar, pois, na sua maioria, faziam o papel de investidores, sendo os projectos liderados por negociantes e homens públicos que nunca foram ao Brasil e que dos "brasileiros" procuravam apenas captar as suas poupanças e transformá-los em instrumentos apelativos do capital da emigração através da sua rede de conhecimentos. Por isso os sucessivos insucessos, com a falência de numerosas empresas começou a retrain o investimento na esfera da economia activa por parte dos "brasileiros", preferindo o investimento de rendimento certo em apólices de dívida pública portuguesa e estrangeira, mais compatível com situações de retirada como era o caso da maioria, fenómeno que a quebra inexorável do câmbio brasileiro sobre Londres na década final de oitocentos veio agravar.

Este aspecto conjugado com outros factores (impostos de capital do lado de cá, desincentivo às transferências do lado de lá) levou a que o capital da emigração tivesse tendência a aplicar-se mais do lado brasileiro, valendo a Portugal a intensificação da emigração de homens casados, num desmembramento da célula conjugal que garantia o envio das remessas indispensáveis. De qualquer forma no Porto e seus arredores tornou-se sempre muito visível a acção dos brasileiros, quer nas zonas rurais, quer na cidade, através das suas casas agrícolas ou palacetes da cidade, investindo na agricultura, nos processos de urbanização e mantendo um importante núcleo comercial que era o responsável pela ligação ao Brasil neste aspecto, assegurando que o respectivo comércio fosse ainda um importante elemento das nossas trocas externas, embora longe das verificadas no contexto colonial.

A penetração na esfera individual mostra-nos o "brasileiro" como um homem preocupado com a terra de origem, defendendo alguns valores burgueses, como o da disseminação da escolarização e dos equipamentos sociais de apoio à doença, velhice e invalidez, raramente resistindo, contudo, à viscosidade nobiliárquica, através da compra de comendas e títulos, um dos poucos incentivos à entrada de capitais que o Estado oitocentista soube produzir para com a emigração.

7- CONCLUSÕES

A emigração em cadeia, como notoriamente o era a que, do Noroeste português, passou ao Brasil no século passado, raramente emerge do nada. Para lá dos factores de atracção/repulsão que convergem numa dada conjuntura a desencadear o fluxo migratório, surge sempre um pano de fundo histórico nas relações entre os dois pólos, uma teia de relações que se configura num determinado "modelo de informação", sobre o qual se tomam as decisões pessoais/familiares e se estruturam as representações e comportamentos colectivos. Matriz histórico-social que aponta caminhos, marca destinos pessoais e geográficos.

No que se refere à emigração do Noroeste para o Brasil, a representação mais persistente nos meados do século passado é da expansão capilar através das redes familiares e de vizinhança, que se pode delinear na seguinte transcrição:

"A razão da maior emigração da gente do Minho encontra-se facilmente no grande numero de negociantes e lojistas d'essa Província, que hoje se acham estabelecidos no Rio de Janeiro, e n'outros portos, os quaes pelas suas relações de parentesco, vizinhança e amizade atrahem muitos mancebos aquella corte, onde são quasi exclusivamente empregados como caixeiros em lojas e armazens" ¹.

Enquanto processo generalizado de interpretação do real, esta imagem sobre a emigração é naturalmente reducionista mas nem por isso menos eficaz. Sabe-se que não se trabalha sobre o real tal qual ele é, mas tal como nos surge representado. Enquadrada por familiares e amigos a "arrumação" dos jovens, o sucesso passa a ser interpretado como produto das qualidades individuais de trabalho e perseverança, branqueando o efeito de exclusão no contexto familiar e social de partida e, mais tarde, dos processos de proletarianização. Cristaliza-se, assim, o mito da mobilidade social ascendente, através da transferência de uma massa de rurais directamente para o sector terciário, teoricamente facilitador da acumulação de riqueza individual. Imagem com tons de realidade que o tempo vai diluindo cada vez mais. O tempo e a dinâmica histórica, no seu permanente

¹ "Emigração", in *Revista Universal Lisbonense*, 1843, 3º tomo, p. 231. Neste artigo, a emigração minhota surge como contraponto à açoriana, sobre a qual o articulista afirmava: *"A gente dos Açores pela maior parte é empregada na agricultura, concorrendo também para isso a sua inaptidão para outros misteres, o não saber ler nem escrever a mor parte dos que alli aportam"*.

processo de reestruturação geográfica e produtiva da economia-mundo e consequente periferização de determinados circuitos económicos².

De espaço privilegiado (monopolizado) do comércio português, o Brasil, após 1810, vai ser rapidamente aspirado na expansão geográfica do sistema capitalista, surgindo, inevitavelmente, uma reordenação dos espaços, dos protagonistas e das modalidades de acção, de que os portugueses vão sair desfavorecidos. Processo rápido, mas não repentino, permitindo sobreposições, persistências e recuperações. Ao lado da imigração no Brasil atraída como factor de recurso e de equilíbrio para o mercado de trabalho rural e industrial, perduram quadros tradicionais, nos quais se move o caixeiro/negociante português, ora incomodado pela ameaça permanente da "nacionalização" do comércio e por isso recorrendo unicamente a portugueses de origem, em quem confia e que melhor controla, ora partindo decisivamente para a plena integração na economia do desenvolvimento, investindo (em capital e/ou trabalho), à medida das suas possibilidades, na área industrial e financeira, num esquema de adesão total à sociedade de adopção. Se as manifestações étnicas persistem durante o século e, ciclicamente, irrompem manifestações de cunho nativista e anti-portuguesas, com laivos de anti-colonialismo, elas surgem, quase sempre, como aproveitamento político de incidentes locais, pois, no essencial, a transformação da sociedade orienta-se para a cristalização do processo de estratificação social, na sua eterna configuração de pirâmide, submergindo o vasto "puzzle" de etnias e nacionalidades presentes no Brasil dos finais do século passado. Facto que não impede, ao nível do vivido, o papel de "bode expiatório" para o português no Brasil, personificador de males sociais, na linha do que Pedro Calmon definiu como o "*contraste entre a transacção lusófila do alto e a trepidante lusofobia das ruas*"³.

Mas para que a corrente migratória se efectue, com as suas características de fluxo permanente, torna-se indispensável a disponibilização de um importante potencial demográfico, bem como a sua aceitação enquanto mecanismo de distribuição profissional na estrutura económica-social do espaço de partida. Sendo a emigração tradicional um processo de colocação massiva de jovens em espaços geograficamente muito afastados da família é indispensável que surja como um expediente eficiente, pacífico e consensual aos olhos da maioria da população. Compreender a emigração implica esta leitura do senso comum face ao fenómeno, que se traduz num processo de normalização/naturalização, face à leitura patológica que visões mais eruditas e próximas

² Cf. WALLERSTEIN, Immanuel, *Le Capitalisme Historique*, Paris, Ed. La Découverte, 1985., pp. 34-40.

³ CALMON, Pedro, ob.cit., p. 12.

do poder central dela apresentam, em que o emigrante surge conotado com transeunte e este com delinquente ou marginal⁴.

Para aprofundar este quadro, apostou-se desde o início numa investigação histórica localizada, que permitisse jogar ao nível da micro-análise, mas articulando o qualitativo e o quantitativo, privilegiando, na medida do possível o viver e o sentir dos agentes históricos, sem descurar uma visão mais alargada e colectiva, perceptível na diversidade de indicadores estatísticos de nível regional. Ao longo da análise procurou-se, pois, manter o difícil equilíbrio entre os diversos tipos de evidência histórica, com o propósito de evitar que a informação massificada (como a resultante dos registos de passaportes) sobrepujasse a que não apresenta potencialidades estatísticas, mas que não é por isso menos interessante e até surge frequentemente como mais subtil. Certos, desde o início, do carácter aproximativo de todos os resultados, tanto mais que nos debruçamos sobre um dos domínios mais fugidios ao observador no estudo da realidade social.

Nesta linha de questionamento, centrou-se a análise sobre o espaço residencial de onde saíu um dos mais importantes contingentes migratórios - o distrito do Porto, e ensaiaram-se, ao longo dos vários capítulos, respostas para os problemas colocados inicialmente como focos da investigação. No seu conjunto, as interrogações levantadas orientaram-se numa perspectiva de identificar a especificidade da respectiva corrente migratória, privilegiando-se a perspectiva da observação da continuidade para melhor detectar a emergência de novos modelos migratórios. Para isso, procurou-se qualificar o enraizamento migratório no tecido social e económico, na sua profundidade histórica, articulando-o com o quadro normativo e a observação das configurações anuais do fluxo, não esquecendo o retorno e as modalidades de reinserção. Quadro conceptual que reconhecemos largamente influenciado por investigadores já "clássicos" desta problemática, nomeadamente V. Magalhães Godinho, Joel Serrão e Miriam Halpern Pereira.

Assim, a ligação entre o Porto, enquanto centro polarizador do Noroeste português, e o Brasil logo ressaltou na sua natureza quase umbilical, em que a corrente humana e comercial emerge como o traço mais relevante, criando a longa e duradoura teia de relações que assegurou a sua persistência durante largos anos. Naturalmente que esta é a visão do lado de cá, para quem o oceano se tornou um "charco" fácil de atravessar, e a ligação do Porto ao Brasil será, em grande medida, a ligação aos portuenses e nortenhos que lá residem. É por isso que a manutenção tradicional do comércio nas mãos dos nortenhos, seja do grosso trato nos tempos coloniais e

⁴ Cf. DARROCH, A. Gordon, "Migrants in the Nineteenth Century: Fugitives or Families in Motion? ", *Journal of Family History*, 1981, vol. 6, nº 3, pp. 257-277

imediatamente após, seja do cada vez mais pequeno comércio a retalho, assume um papel relevante. Controlando uma fatia do mercado de trabalho, que era também uma parcela significativa do mercado no seu sentido mais amplo, os homens do Noroeste português, à medida que se sentirem acossados, seja pela turbulência de rua, seja pelas ameaças políticas de "nacionalização" do comércio, tenderão a fechar-se, num instinto de defesa. A chamada dos caixeiros da terra para o coadjuvarem e lhe passarem mais tarde o negócio, assegurando as suas rendas, é um sinal dessa defesa e de um processo espontâneo de auto-segurança por parte da comunidade comercial portuguesa, que resistia às pressões para recorrer à mão-de-obra brasileira. Naturalmente que pode ainda assumir objectivos de exploração individual na contratação de jovens ingénuos e desconhecidos do meio, desprotegidos e tendo no patrão a sua principal "recomendação". Mas o Brasil do século passado era uma promessa grande demais, sendo visto como uma das grandes e novas potências para o nosso século, não cabia ao Porto abraçá-lo e por isso, apesar dos esforços e das esperanças sempre activadas, a ligação passou a centrar-se cada vez mais na gente e menos em negócio, havendo da parte do Brasil políticas de imigração e instruções precisas sobre o tipo de "mão-de-obra" desejada para colmatar as lacunas do seu mercado de trabalho, as quais não estavam, naturalmente, viradas para o sector comercial.

Cidade marítima, mas impotente para resolver rapidamente os seus problemas portuários, dado o envolvimento em pequenos interesses; incapaz, também por isso, de organizar uma marinha mercante de acordo com os novos padrões que lhe propulsionasse o renovar da dinâmica económica; não conseguindo encontrar alternativas eficazes ao tráfico brasileiro, que sempre acreditou recuperar ao seu nível, o Porto e o seu "hinterland" deixar-se-ão arrastar velozmente para a configuração típica de uma "economia de subsídio", sempre à espera da alta do câmbio brasileiro para a cotação das "remessas" que a cadeia ininterrupta de pessoas assegurava.

Na dimensão histórica destas relações se construiu o modelo de informação dominante sobre o gizar da emigração: padronizaram-se tempos individuais e modalidades de enquadramento, ajustou-se a estratégia de partida ao ciclo de vida familiar e a emigração, na sua versão selectiva, é integrada no processo de distribuição familiar que a racionalidade camponesa desenvolvia face às limitações do minifúndio, ou ao seu espectro que a casa de lavoura pretendia exorcizar. Inscrevendo-se como um "habitus" no espaço social, o modelo emigratório alastra a todos os grupos, mas nem todos têm condições para operacionalizar a "arrumação" tradicional, nem os nichos de mercado de trabalho em mãos portuguesas no Brasil absorvem o êxodo cada vez maior que flui do Norte de Portugal. As estratégias de reprodução social passarão a dar lugar

cada vez maior às estratégias de sobrevivência, até pelas mutações estruturais que se verificam do lado português, nomeadamente no mercado da terra, que proletarizam e fragilizam vastas camadas do campesinato, o qual vai recorrer às novas "facilidades" para emigrar, acontecendo o mesmo em relação a outros sectores profissionais, por via da inovação técnica, como por exemplo, com os pescadores e certos domínios do artesanato. A facilitação deste êxodo crescente é, então, marcado pelas já referidas políticas de atracção do Brasil, que deseja a "massa trabalhadora" para as plantações e obras públicas, as quais se vão reflectir na baixa sensível dos custos de deslocação e instalação, baixa às vezes aparente, pelo pagamento em diferido, como aconteceu nos contratos de locação.

A emigração, como vemos, não decorre exclusivamente no interior de um jogo familiar. Virada, por definição, para o exterior, a emigração defronta-se, nomeadamente, com essa entidade nova e ainda pouco interiorizada no século passado que se denomina a *Nação*, para além da ligação com a comunidade internacional. Mas ao nível da *Nação*, os candidatos à emigração viram substituir-se à proibição pura e simples de partida, típica do Antigo Regime, um emaranhado de leis aonde se consagrava o direito aos cidadãos de livremente escolherem o seu domicílio, mas que emperrava logo nas saídas para o estrangeiro. As limitações, que os direitos da *Nação* justificavam, tinham um leque tão amplo, dirigiam-se tão directamente aos padrões mais típicos (os jovens em idade militar) que não restavam dúvidas sobre os objectivos restritivos que pretendia alcançar. Prevaleceu frequentemente a ineficácia legislativa, através do esquecimento ou contorno das normas, embora com custos humanos agravados, já que a produção de clandestinos (sejam os indocumentados ou os "colonos" dissimulados) só favorece os empregadores, neste casos estrangeiros e com o respectivo sistema judicial a seu favor. Mas o labirinto burocrático vai redimensionar de algum modo a natureza do fluxo migratório. Contratação de locação de serviços, alegada exigência no cumprimento do serviço militar e combate à clandestinidade foram os três focos de atenção sobre os quais se estruturou toda a legislação repressiva da emigração, dando corpo a uma mentalidade de tipo populacionista, com claros objectivos de deter o caudal (às vezes tentando desviá-lo para as colónias de África), e que se confronta com uma consciência difusa de tipo malthusiano na população em geral.

Apesar das suas limitações, nomeadamente pela existência da clandestinidade, os registos de passaporte permitiram avaliar as configurações de conjunto desta corrente emigratória na sua componente legal e, sobretudo, quantificar uma série de indicadores (volume, sexo, idade, analfabetismo, ocupação, naturalidade, destino) para períodos muito mais recuados cronologicamente do que a estatística oficial permite, fornecendo

uma base quantitativa com razoável grau de solidez para sustentar a especulação científica.

Assim, no complexo jogo dos factores de atracção e repulsão, nos quais se intercalam as limitações burocráticas, a emigração do distrito do Porto apresenta ao longo do século um fluxo que oscila entre os 2 e os 4 milhares de saídas, as quais, pontualmente, podem elevar-se ao dobro, como aconteceu nos intervalos anuais de 1853-1856 e 1890-1896. Em termos relativos, estes volumes traduzem-se por taxas brutas de emigração que oscilam entre os 4 e os 8‰, que naqueles picos, sobe aos 10 a 14‰ (média móvel), verificando-se, portanto, de vez em quando uma clara ultrapassagem do saldo fisiológico (veja-se o máximo pontual de 20‰ de TBE em 1855). Mas não podemos esquecer que o Porto funciona neste aspecto como uma plataforma giratória que recebe e fornece população: centripetando massas rurais do exterior do distrito, pelo dinamismo urbano e por necessidades de mão-de-obra no sentido de recompor o mercado de trabalho alterado pela emigração permanente, o Porto difunde junto dessa população de origem exterior o seu modelo de informação, grande parte da qual toma, por sua vez, o caminho do Brasil. Assim, ao lado da emigração directa dos naturais, há uma emigração por etapas, em que a fase urbana contribui para a recolha de informação e aforro necessários à partida. A participação de elementos do exterior do distrito chega a atingir números superiores aos 50% da corrente migratória até ao ano de 1857, atenuando-se depois quer por razões burocráticas, quer pela procura declarada de rurais no seu "habitat" por parte dos agentes de emigração ao serviço do Brasil, que davam assim cumprimento a indicações claras sobre o tipo de pessoal a contratar.

Esta corrente migratória do Porto para o Brasil corresponde a uma padrão tradicional, no que concerne à repartição por sexos. Os homens são sempre largamente maioritários, com a participação das mulheres a crescer gradualmente, a qual se ficava pelos 5-10% do fluxo no início do período em estudo, mas que no final do século já atinge valores próximos dos 20%, facto que se relaciona com o incremento da emigração familiar, quer no envolvimento dos cônjuges, quer no de crianças. Neste campo importa sublinhar o peso crescente dos homens casados na corrente emigratória, o qual nos finais da década de 70 já ultrapassa a percentagem de solteiros, aspecto da maior relevância

na medida em que assegura um refluxo monetário persistente, que se tornou um dos elementos chave da balança de pagamentos nacional. Para isso muito contribuiu o facto de a emigração familiar nunca ter ultrapassado a quota dos 25 % em relação ao número de partidas de casados, assegurando-se, deste modo, a cissiparidade temporária da célula conjugal pelos dois países. Esta evolução no perfil do emigrante tem a sua tradução etária, em que o jovem cede lugar ao adulto, até pela guerra que a legislação

fazia àquele, em face do recrutamento militar. Mas, durante o século passado, o jovem nunca abandona a corrente migratória, ainda que para isso tenha de antecipar a partida, facto muito evidente no baixar da idade modal que, nos meados do século, oscila entre os 14-18 anos e depois se fixa nos 13, apesar da idade média mostrar uma elevação permanente que vai dos 18 anos na década de 30 para os 32 anos do final do século⁵.

Estes aspectos indiciam a sobreposição de modelos, com a emigração tradicional dirigida para o comércio e ofícios a ceder lugar à emigração de rurais, que partiam sem outra preparação ao nível do saber fazer. Este facto torna-se mais visível ainda na análise ocupacional, sendo clara a ultrapassagem da componente artesanal do fluxo emigratório pela componente rural, numa autêntica inversão de proporções, mas mantendo a componente comercial o seu peso específico em todo o período. Já no campo do saber ler e escrever, com base apenas na capacidade de assinatura, se verifica uma estabilidade ao longo do tempo, embora os dados só se refiram ao período posterior a 1860, isto é, quando a emigração de naturais do distrito era mais elevada: neste contexto, os analfabetos rondavam os 40%, facto que se concilia com os números apresentados pelas estatísticas oficiais dos fins do século XIX e inícios do XX para o distrito do Porto, apesar da elevada percentagem nacional que rondava os 60-70% de analfabetismo na emigração. Aspectos que se ajustam à conhecida estagnação do parque e sistema educativos, com dificuldades para fazer diminuir o número de analfabetos, mas que mostram também a preocupação social de ensinar as primeiras letras ao futuro emigrante, pois o analfabetismo na população geral do distrito era bem mais elevado, sem esquecermos a tendência para a alfabetização constituir em si mesma um incentivo à emigração.

Refira-se ainda a perda do mercado de transporte da emigração por parte dos agentes económicos da cidade do Porto, pois a partir da década de 70, o fluxo transporta-se quase todo para Lisboa, pela via férrea, daí partindo para o Brasil nas carreiras transatlânticas estrangeiras, aspecto que agravou as transferências nacionais de numerário para o exterior e de que só se virá a recuperar com a lenta e tardia construção do porto artificial de Leixões no final do século. Com destinos regionais diversificados (Baía, Maranhão, Pernambuco) nas décadas de 30 e 40 do século passado, embora bastante densa no Rio de Janeiro, esta corrente emigratória acentuará ainda mais a concentração

⁵ Sublinhe-se que os padrões etários dos apresentados ao longo deste trabalho coincidem, nas suas linhas gerais, com os fornecidos por investigações recentes levadas a cabo no Brasil, o que evidencia o facto de a emigração clandestina não alterar substancialmente o figurino geral da emigração portuguesa. Com base nos livros de registos da Hospedaria de Imigrantes do Estado de S. Paulo, cf. BAENINGER, Rosana, in ROWLAND, Robert (coord), *Contexts of Long - Distance Migration: Portugal and Brazil*, Florença, European University Institute, policopiado, 1990, s/p. Cf. ainda KLEIN, Herbert, ob. cit.

nesta Província e, e, especial na cidade, a partir dos anos 50, com aspectos negativos à medida que a iniciativa económica se vai transferindo para outros Estados do Brasil. Só nos finais do século a zona de Manaus (na Amazónia) e S. Paulo emergem como alternativas de destino a esta emigração, mas ainda timidamente, apesar do já adiantado estado de desenvolvimento da região industrial paulista, imposto pela dinâmica do café.

No campo do retorno, foi possível, ao longo da investigação, matizar o quadro tradicional, levando-nos a aceitar, com base em informações oficiosas e processos indirectos, a sua grande importância, pois não terá andado longe dos 30 a 50%, conforme as épocas e destinos, apesar de ser um fenómeno geralmente minimizado. Neste contexto, avaliou-se ainda a importância crescente dos fenómenos de reemigração, que a partir dos anos 70, com a banalização das viagens pelo vapor, se transforma num dado importante, a baralhar estatísticas e projectos quantitativistas de análise: encontrou-se um nível de 7% para as saídas repetidas, no período entre 1836-1879, mas deve acentuar-se o facto de esta ser uma prática que incide sobremaneira nesta última década, indiciando o seu crescimento para os tempos posteriores, como o conhecimento biográfico nos evidencia, com diversos casos a confirmarem este fenómeno. Então, para um número crescente de indivíduos, a emigração transatlântica assume uma configuração de pendularidade alargada, embora com bastante irregularidade, ao sabor de crises locais e de projectos individuais de pequenos investimentos, a que a oscilação cambial dos finais do século também não é estranha. Retorna-se do Brasil com pequenos capitais e após curtas estadias, e volta-se, de novo, ao Brasil, quando o capital se esgotou ou não se reproduziu segundo as expectativas em causa, quando o câmbio baixou de tal modo que sorveu as rendas provenientes do outro lado, ou ainda face à necessidade inesperada de novas injecções de capital em unidades agrícolas ou outros estabelecimentos.

Na dispersão geográfica dos retornos verificou-se a sua maior fixação no litoral, na cidade e à sua volta, sobretudo por parte dos mais endinheirados, reconhecendo-se o papel dinâmico de muitos "brasileiros" após o seu retorno. Da casa de lavoura, ampliada e rejuvenescida, à fábrica urbana e, sobretudo, às companhias financeiras, não faltaram exemplos de participação do capital da emigração, em muitos casos determinante para a animação económica de certos sectores. Reconheceu-se, muito embora, que as grandes iniciativas das companhias por acções se desenvolveram dentro de um contexto accionista, movido por um pequeno grupo de nomes, numa tendência oligárquica com alguma renovação, que procura mobilizar o capital de outros e que se multiplica em cargos de direcção nas mais diversas firmas. Este processo dá-se em íntima aliança entre os "leaders" da burguesia local e os capitalistas retornados do Brasil. Não admira, por isso, que os "brasileiros" que tinham de gerir pecúlios relativamente pequenos, os quais

lhes garantiam a velhice descansada e a dos seus familiares mas não se compadeciam com aventuras, preferissem não arriscar em empresas ousadas, garantindo antes os juros seguros da dívida pública. Neste campo, os aspectos de conservação prevaleceram sempre sobre os da inovação, imagem que caracteriza o emigrante em geral, já que, à partida, procura a ascensão no quadro social de que é originário e não a sua transformação.

Dada a diversidade dos ciclos emigratórios e do nível de capitalização, a inserção social no retorno também apresenta situações variadas, desde a retoma profissional do ofício ou da instalação da casa de lavoura à projecção negocial e política. Muitos dos emigrantes que voltavam tinham partido cedo e ao fim de 20 anos de trabalho conseguiam retornar com um capital razoável que lhes permitia reentrar "por cima" na sociedade de partida, ainda relativamente jovens, na casa dos 35-40 anos, procedendo a casamentos que revelavam, só por si, uma certa mobilidade social ascendente. Mesmo as pequenas poupanças que a grande maioria trazia e que se resumiam a algumas centenas de mil réis ganhavam, face ao baixo nível de vida, uma importância decisiva como impulso para os pequenos estabelecimentos pessoais. Outros "brasileiros", sobretudo com origem no comércio, retardavam o retorno e depois vinham viver apenas a sua fase jubilatória, descansando, fazendo curas de água para as maleitas da velhice, praticando a filantropia e esperando o reconhecimento público. Neste aspecto a comenda e o título nobiliárquico eram símbolos desejados, de resto comuns à burguesia acomodada e envergonhada que então imperava no Portugal oitocentista.

O estudo de alguns percursos biográficos de "brasileiros" permitiu traçar os contornos de diversas modalidades de reinserção, relacionando-as com a condição de partida, com o desenvolvimento da fixação no Brasil, com a causalidade subjacente ao retorno para diversos períodos históricos, mostrando a influência das redes familiares e da conjuntura na sua formação e nos seus comportamentos. Para alguns casos, essa verificação biográfica foi mesmo feita ao nível do pormenor, descendo-se inclusivamente ao acompanhamento quotidiano. Mas a inexorável queda do câmbio brasileiro, a partir da década de 90, acaba com o "brasileiro" tradicional que se transforma com o decorrer do tempo e cada vez mais apenas num ex-emigrante.

*

Resumindo, podemos dizer que o nosso projecto de investigação comportou um processo de reconhecimento da corrente migratória oitocentista com origem no distrito

do Porto. Em torno desse processo de reconhecimento, delineou-se o quadro histórico das relações regionais com o Brasil e desceu-se ao mundo da economia doméstica de modo a detectar o caminho da emigração nas estratégias familiares. Confrontou-se o jogo dos interesses individuais no quadro normativo geral. Definiram-se as configurações estatísticas mais relevantes do fluxo migratório, utilizando balizas cronológicas mais recuadas do que habitualmente, para o que se procedeu ao tratamento da volumosa informação contida nos registos de passaportes. Sondou-se o mundo do retorno, mediante a utilização de informação estatística limitada e usando como recurso qualitativo a biografia.

8 - FONTES E BIBLIOGRAFIA

8.1 - Fontes Manuscritas

Arquivo do Governo Civil do Porto:

Livro de registo de alvarás concedidos e outros diplomas, 1835-1901, n.ºs 9-31.

Livro de registo de correspondência expedida - administradores do concelho - 3ª repartição, 1834-1900, n.ºs 656-669.

Livro de registo de circulares expedidas, 1835-1865, n.ºs 779-791.

Livro de registo de confidenciais, 3ª repartição, 1867-1928, n.ºs 803-804.

Livro de registo de correspondência recebida - Ministério do Reino, 1833-1859, n.ºs 881-901.

Livro de registo de correspondência expedida - Ministério do Reino, 1860-1899, n.ºs 946-954.

Livro de registo de correspondência expedida - várias entidades, 3ª repartição, 1834-1895, n.ºs 1032-1895

Livro de registo de editais emitidos pelo Governo Civil, 1838-1859, n.ºs 1775-1777.

Livro de registo de passaportes de emigrantes, 1834-1879, 1889 e 1899, n.ºs 3242-3315, 3313-3315, 3361-3363.

Livro de registo de passaportes para África, 1896-1907, n.ºs 3519-3520.

Livro de registo de vistos em passaporte, 1847-1865, n.ºs 3663-3669.

Livro de referendas e passaportes concedidos a estrangeiros, 1836-1887, n.ºs 3737-3745

Livro de registo de títulos de residência a estrangeiros, 1855-1915, n.ºs 3772-3806.

Livro de registo de títulos de residência permanente, 1873-1916, n.ºs 3843-3852.

Livro de recenseamento militar, 1875, n.ºs 4168, 4198, 4227, 4255, 4281, 4304, 4329, 4355, 4377, 4400, 4419, 4442, 4475, 4486, 4510, 4533, 4551, 4577.

Maços e pastas contendo correspondência recebida, 1834-1899, n.ºs M559-M787.

Maços com processos de passaportes, 1867, n.º M1624.

Arquivo Municipal de Vila do Conde

Pasta com processos de inventários orfanológicos, 1731-1830, n.ºs 2822-2831.

Livro de registo de termos de responsabilidade e fiança, 1866-1879, n.ºs 3115-3121.

Livro de registos de testamentos, 1834-1899, n.ºs 3180-3235.

Arquivo Municipal de S. Tirso

Livro de registo de testamentos, 1833-1866, n.ºs 2556-2666.

Arquivo Histórico Municipal do Porto

Listas de ordenanças, códices n.ºs 4380-4471.

Arquivo Distrital do Porto

Secção notarial

Cartório da Maia - *Livros de notas* - 2ª série, nºs 112-117; 4ª série, nºs 38 a 250; 7ª série, nºs 1 a 99.

Cartório de S. Tirso - *Livros de notas* - Série Guimarães, nºs 157-182.

Fundo do Governo Civil

Maços com processos de passaportes(não catalogados).

Registo de alvarás de posse conferidos a diversos arrematantes de Bens Nacionais, 1836-

- 1844, nº 126.

Fundo da Direcção de Finanças do distrito do Porto.

Décimas de Juros (S. Tirso, Maia, Póvoa de Varzim e Marco de Canavezes) .

Arquivo da Associação Comercial do Porto

Livro de actas da Assembleia Geral, 1834-1899.

Livro de actas da Direcção, 1834-1899.

Livro copiador de correspondência expedida, 1834-1899.

Correspondência recebida avulsa, 1834-1899 .

Arquivo da Associação Industrial Portuense

Livro de Actas, 1852-1861.

Arquivo da Santa Casa da Misericórdia do Porto

Pastas de Testamentos, nºs 29-100.

Arquivo do Hospital Geral de S. António

Livros de contas e correspondência (de Joaquim Ferreira dos Santos).

Biblioteca Municipal de Paredes de Coura

Fundo com papéis particulares de Miguel Dantas.

Arquivo Paroquial de Bougado

Rol de confessados e comungados, 1743-1783, 1863,1895.

Livro de contas de confrarias, 1680-1887.

Arquivo Paroquial de Miragaia

Livro de contas de Pedro Gomes Simões, 1750-1773.

Documentação particular

Por deferência de várias pessoas, tivemos acesso a cartas, papéis avulsos, livros de anotações de diversos emigrantes, bem como à fotocópia do manuscrito de Pe. Joaquim Antunes de Azevedo sobre as Terras da Maia. De igual tivemos acesso a róis de confessados de algumas paróquias por amabilidade de alguns párocos.

8.2 - Fontes Impressas

a) Almanques, estatística, relatórios.

Almanach Portuense para ...1862-1876, Porto, Typographia Lusitana.

Almanak Commercial Judicial e Administrativo do Porto e seu Districto para o anno de 1854-1855, Porto, Typ. de J. L. de Sousa, 1854.

Annaes de Estatística, Estatística Bancaria (1858-1892), Lisboa, Imprensa Nacional, 1894.

Anuário Estatístico, para os anos de 1885, 1892-1904.

Censo da População do Reino de Portugal no 1º de Dezembro de 1890, vol.I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1896.

Comissão Parlamentar para o estudo da Emigração Portuguesa - Documentos apresentados á Cammara dos Snrs. Deputados, Lisboa, Imprensa Nacional, 1893.

Directorio da Antiga, Mui Nobre, Sempre Leal, e Invicta Cidade do Porto e Vila Nova de Gaia para o anno de 1838, Porto, Typographia Commercial Portuense, 1838.

Documentos Apresentados ás cortes na sessão Legislativa de 1874 pelo Ministro e Secretário d'Estado dos Negocios Estrangeiros - Emigração Portuguesa, Lisboa, Imprensa Nacional, 1874.

Emigração Portuguesa, 1901-1910, Lisboa Imprensa Nacional.

Estatística de Portugal, População, Censo no 1º de Janeiro de 1864, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868.

Estatística de Portugal, População, Censo no 1º de Janeiro de 1878, Lisboa, Imprensa Nacional, 1886.

Ministério dos Negócios da Fazenda, Contribuições Directas - estatística especial, 1877-1905, Lisboa, Imprensa Nacional, 1905.

Movimento da População, Estado Civil - Emigração, 1888-1899 Lisboa, Imprensa Nacional.

Primeiro Inquérito Parlamentar sobre a Emigração Portuguesa pela Comissão da Câmara dos Senhores Deputados, Lisboa, Imprensa Nacional, 1873.

Relatório da Gerência da Santa Casa de Misericórdia do Porto desde 1855-1913 (com pequenas variações anuais no título).

Relatório dos Trabalhos da Associação Commercial do Porto no anno de... 1834-1899 (ligeiras variações nos títulos).

Relatórios apresentados á Junta Geral do Districto do Porto pelo Governador Civil, 1855-1862; 1872-1879.

Relatórios sobre o Estado da Administração Publica nos Districtos Administrativos do

Continente do Reino e Ilhas Adjacentes para 1856 -1865.

b) Legislação

Codigo Administrativo - Nova Edição Oficial - Annotado, Lisboa, Imprensa Nacional, 1865.

Codigo Administrativo Portuguez de 18 de Março de 1842, anotado, Lisboa, Imprensa Nacional, 1854.

Codigo Civil Portuguez approved por Carta de Lei de 1 de Julho de 1867, anotado, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1907.

Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa, 1603-1700, compilada e annotada por J.J. Andrade e Silva, Lisboa, Imprensa F.X.Sousa, 1856.

Collecção das Leys, Decretos e Alvarás... 1754-1792, Lisboa, Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, MDCCXCIII.

Collecção de Decretos e Regulamentos mandados publicar por Sua Magestade Imperial o Regente do Reino desde que assumiu a Regência até á sua entrada em Lisboa, Lisboa, Imprensa Nacional, 1834.

Collecção de Leis e de Decretos e outras Providências Regulamentares, Lisboa, Imprensa Nacional, 1836.

Collecção de Leis e de Decretos e outras Providências Regulamentares, Lisboa, Imprensa Nacional, 1839.

Collecção de Leis e Outros Documentos Officiaes, Lisboa, Imprensa Nacional, 1839-1841.

Collecção Official da Legislação Portuguesa, 1842-1907.

Ordenações e Leys do Reyno de Portugal, Lisboa, MDCCXLVII.

c) Imprensa

A América, 1868-1870.

A Correspondência de Portugal, 1862-1875.

Commercio e Industria, 1880-1889.

Diário da Câmara dos Dignos Pares, 1842-1899 (com lacunas, compensadas no D.G. e imprensa diária)

Diário da Câmara dos Senhores Deputados, 1838-1899 (com lacunas, compensadas no D.G. e imprensa diária).

Diário do Governo / Diário de Lisboa, 1834-1899.

O Commercio do Porto, 1856-1899.

O Commercio, 1854-1855.

O Periódico dos Pobres no Porto, 1834-1858.

Revista Universal Lisbonense, 1841-1852.

Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa, 1875-1913.

Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto, 1938-1988.

8.3 - Bibliografia

- A Junta de Província do Douro Litoral em 1937*, Porto, 1937.
- ABREU, J. A. Peres, *Emigração e Colónias*, Lisboa, Typ. Lisbonense, 1873.
- AGUIAR, Armando de, *Portugueses no Brasil*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1945.
- AKERMAN, Sune, "Long Distance Migration in Scandinavia, 1500-1900", comunicação ao XVII Congresso Internacional das Ciências Históricas, Madrid, 1990.
- ALARCÃO, Alberto de, e MORAIS, Joaquim José Pais, *A População de Portugal*, Lisboa, Centro de Estudos Demográficos-I.N.E., caderno nº 2, 1976.
- ALARCÃO, Alberto de, *Mobilidade Geográfica da População de Portugal (Continente e Ilhas Adjacentes) - Migrações Internas, 1921-1960*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1969.
- ALBORNOZ, Nicolas Sanchez (ed.), *Espanoles Hacia America - la Emigracion en Masa, 1880-1930*, Madrid, Alianza, 1988.
- ALEGRIA, Maria Fernanda, "A Organização Portuária Portuguesa e a sua Evolução de 1848 a 1910", *Revista de História Económica e Social*, nº 15, 1985, pp. 1-29.
- ALEGRIA, Maria Fernanda, "Política Ferroviária do Fontismo - aspectos da construção e do financiamento da rede", *Revista de História Económica e Social*, nº 23, 1968, pp. 43-63.
- ALEXANDRE, Valentim, *Origens do Colonialismo Moderno*, Lisboa, Sá da Costa, 1979.
- ALEXANDRE, Valentim, *Os Sentidos do Império - Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português*, Lisboa, U.N.L., dissertação de doutoramento, 1988.
- ALEXANDRE, Valentim, "Portugal e a abolição do tráfico de escravos (1834-1851)", *Análise Social*, nº 111, 1991, pp. 293-333.
- ALEXANDRE, Valentim, "Resposta à Segunda Nota Crítica: Lains no país das Adivinhas", *Penélope- Fazer e Desfazer a História*, nº 5, 1991, pp. 165-178.
- ALEXANDRE, Valentim, "Um Momento Crucial do Subdesenvolvimento Português: Efeitos Económicos da Perda do Império Brasileiro", *Ler História*, nº 7, 1986, pp. 3-45.
- ALEXANDRE, Valentim, "Um Passo em Frente e Dois à Rectaguarda: Resposta à Nota Crítica de Pedro Lains", *Penélope - Fazer e Desfazer a História*, nº 3, 1989, pp. 103-110.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, "A Paróquia e o seu território", *Cadernos do Noroeste - Ciências Sociais*, Abril de 1986, Braga, Universidade do Minho, pp. 113-131.
- ALMEIDA, Carlos C., "Movimentos migratórios, espaços socioculturais e processos de aculturação", *Análise Social*, 1975, nºs 42-43, pp. 203-212.
- ALMEIDA, Carlos C., "Sobre a problemática da emigração portuguesa: notas para um projecto de investigação interdisciplinar", *Análise Social*, nº 40, 1974, 778-788.
- ALMEIDA, Carlos, e BARRETO, António, *Capitalismo e Emigração em Portugal*, Lisboa, Prelo, 1976.
- ALMEIDA, Fialho de, *Os Gatos*, 6 vols., Lisboa, Clássica Editora, 1949.

- ALMEIDA, Henrique, *O Marçano e o Caixeiro do Século XIX. Uma Obra.*, Porto, 1959.
- ALPALHÃO, João António, e ROSA, Victor M. Pereira, *Da Emigração à Aculturação, Portugal Insular e Continental no Quebeque*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1983.
- ALVES, Jorge Fernandes, "Emigração Portuguesa: o exemplo do Porto nos meados do século XIX", *Revista de História*, vol. IX, Centro de História da Universidade do Porto, Porto, 1989, pp. 267-289.
- ALVES, Jorge Fernandes, "Fecundidade Natural no Vale do Ave - O exemplo de Bougado (1680-1849)", *Revista da Faculdade de Letras - História*, II série, vol. VI, Porto, 1989, pp. 287-309.
- ALVES, Jorge Fernandes, "Percursos de um brasileiro do Porto - O Conde de Ferreira", *Revista da Faculdade de Letras - História*, II série, vol. IX, Porto, 1992, pp. 199-213.
- ALVES, Jorge Fernandes, "A Pesca e os Pescadores do Litoral Portuense em 1868", *Revista da Faculdade de Letras-História*, II Série, Vol. VIII, Porto, 1991, pp. 151-184.
- ALVES, Jorge Fernandes, "Operários para França e Inglaterra (1914-1918) - Experiências da emigração portuguesa intra-europeia", *Revista da Faculdade de Letras - História*, II Série, vol. V, Porto, 1988, pp. 317-333.
- ALVES, Jorge Fernandes, *Uma Comunidade Rural do Vale do Ave - S.Tiago de Bougado, 1680-1849 (estudo demográfico)*, Porto, Faculdade de Letras, dissertação de mestrado, 1986.
- ALVES, Jorge Fernandes, "Lógicas Migratórias no Porto Oitocentista", in PEREIRA, Miriam Halpern, e outros (eds.), *Emigração/imigração em Portugal*, Lisboa, Fragmentos, 1993, pp. 78-97.
- ALVES, Jorge Fernandes, "Rodrigues de Freitas: entre a "Janeirinha e o "31 de Janeiro", in *Estudos de História Contemporânea Portuguesa - Homenagem ao Prof. Victor de Sá*, Lisboa, Livros Horizonte, 1991, pp. 377-390.
- ALVES, Jorge Fernandes, FERREIRA, M. Fernanda V. e MONTEIRO, M. do Rosário C., "Imigração galega na cidade do Porto (2ª metade do século XIX)", *Revista da Faculdade de Letras - História*, II série, vol. IX, Porto, 1992, pp. 215-236.
- AMORIM, Manuel, "Os Bonitos de Amorim - Primeiro capítulo da história de uma família benemerita", *Póvoa de Varzim - Boletim Cultural*, vol. XII, nº1, 1973, pp. 5-23.
- AMORIM, Manuel, "Um emigrante de Beiriz fundador da cidade de Iconha (Brasil)", *Póvoa de Varzim - Boletim Cultural*, vol. VI, nº 2, 1967, pp. 133-163.
- AMORIM, Maria Norberta, "Emigração em Três Paróquias do Sul do Pico (do século XVIII a 1930) - Abordagem micro-analítica", in PEREIRA, Miriam Halpern, e outros (eds.), *Emigração/imigração em Portugal*, Lisboa, Fragmentos, 1993, pp. 249-277.
- AMORIM, Maria Norberta, *Guimarães, 1580-1819 - estudo demográfico*, Lisboa, INIC, 1987.
- AMORIM, Maria Norberta, "Emigração - uma variável demográfica influente", *Ler História*, nº 22, 1991, pp. 3-14.
- ANDERSON, Michael, *Elementos para a História da Família Ocidental, 1500-1914*, Lisboa, Querco, 1984.
- ANDRADE, Anselmo de, *A Terra*, Lisboa, Manuel Gomes Editor, 1908.
- ANDRADE, Anselmo de, *Evolução da Moeda*, Coimbra, Coimbra Editora, 1923.
- ANDRADE, Anselmo de, *Portugal Económico*, Lisboa, Manuel Gomes Editor, 1902.
- ANTUNES, M. L. Marinho, "Migração portuguesa, mobilidade social e identidade cultural ", *Análise Social*, nº 65, 1981, pp. 17-28.

- ANTUNES, Maria da Graça Marques, Benefícios e Custos da Emigração -Introdução ao seu Estudo", *Estudos Sociais e Corporativos*, nº 17, 1966, pp. 82-109.
- ANÓNIMO, *Memória sobre as medidas sanitárias executadas em 1856 contra o commercio marítimo do Porto a pretexto da Febre Amarela*, Porto, Typ. de A. da Silva Santos, 1857.
- ANÓNIMO, "Os "homens da governança" do município do Porto desde 1428 até 1949", *Boletim Cultural*, Porto, Câmara Municipal, 1949, vols. XII (pp. 278-340) e XIII (pp. 200-209).
- ANÓNIMO, "Um aspecto da freguesia d'Arcos", in *Comercio de Vila do Conde*, nº 85, 5 de Julho de 1908.
- ARANGO, Joaquim, "Las Leys de las Migraciones de E. G. Ravenstein cien anos despues", *Revista Espanola de Investigaciones Sociológicas*, Madrid, vol.32, 1985, pp. 7-36.
- ARROTEIA, Jorge Carvalho, *A Evolução Demográfica Portuguesa*, Lisboa, ICLP, 1984.
- ARROTEIA, Jorge Carvalho, "Aspectos demográficos e sociais da população portuguesa no período 1864-1981: uma análise regional", *Estudos Demográficos*, nº 30, Lisboa, I.N.E., 1991, pp. 31-39.
- ARROTEIA, Jorge Carvalho, "Aspects Regionaux de l'Émigration Portugaise vers le Brésil aux XIXe Siècle", separata de *Portugal, Brésil, France - Histoire et Culture*, Actes du Colloque, Paris, 1987, F. C. Gulbenkian, 1987.
- ARROTEIA, Jorge Carvalho, *Emigração Portuguesa - suas origens e distribuição*, Lisboa, ICLP, 1983.
- ARROTEIA, Jorge Carvalho, *Os Ílhavos e Murtoseiros na Emigração Portuguesa*, Aveiro, Governo Civil, 1984.
- ARROTEIA, Jorge Carvalho, *Portugal: Perfil Geográfico e Social*, Lisboa, Livros Horizonte, 1985.
- ARROTEIA, Jorge, e ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz, *Bibliografia da Emigração Portuguesa*, Lisboa, Instituto Português de Ensino à Distância, 1984.
- ARRUDA, José Jobson de A., *O Brasil no Comércio Colonial*, S. Paulo, Ática, 1980.
- Associação Comercial do Porto, *A Associação Comercial do Porto e a Barra do Douro - breves apontamentos históricos*, Porto, 1945.
- Associação Comercial do Porto, *Relatório da Comissão Encarregada d'Indagar as Necessidades do Commercio do Porto com as alterações feitas pela Assembleia Geral da Associação Commercial*, Porto, Typographia Commercial, 1854.
- Associação Comercial do Porto, *Resposta à Portaria de 29 de Novembro de 1865 da Direcção da Associação Commercial do Porto*, Porto, 1865.
- ASSUMPÇÃO, Vera, *A História Exemplar de uma Família Cafeicultora de Origem Portuguesa*, Porto, S.E.E., 1985.
- AZAMBUJA, Bernardo Augusto Nascentes de, *Relatório sobre as Províncias ao Sul da Bahia apresentado ao Ministério da Agricultura, Commercio e Obras Públicas em 28 de Dezembro de 1872*, Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1874.
- AZEVEDO, J. Lúcio de, *Épocas de Portugal Económico*, Lisboa, Clássica Editora, 4ª edição, 1988.
- BACCI, M. Livì (ed.), *The Demographic and Social Pattern of Emigration from the Southern European Countries*, Florença, Università de Firenze, 1972.
- BACCI, Massimo Livì (coord.), *Modelos Regionales de la Transición Demográfica en España y Portugal*, Alicante, Inst. de Cultura Juan Gil-Albert, 1991.
- BACCI, Massimo Livì, *A Century of Portuguese Fertility*, Princeton University Press,

- 1971.
- BACCI, Massimo Livi, *La Transformazione Demografica delle Società Europee*, Torino, Loescher Editore, 1980.
- BACELLAR, Carlos de Almeida Prado, "A colonização Portuguesa em S. Paulo às Vésperas da Independência", in ROWLAND, Robert (coord.), *Contexts of Long-Distance Migration : Portugal and Brazil*", Florença, European University Institute, 1990.
- BAGANHA, Maria Ioannis Benis, "Migration and Urbanization in Portugal at the Turn of the 19th Century", Comunicação à Conferência Internacional "European Cities and Their Peoples", Amesterdão, 4-7 de Setembro de 1992.
- BAGANHA, Maria Ioannis Benis, *Portuguese Emigration to the United States, 1820-1930*, New York & London, Garland Publishing Inc., 1990.
- BAGANHA, Maria Ioannis Benis, "Social Marginalization, Government Policies and Emigrants' Remittances. Portugal, 1870-1930", Estudos e Ensaio de Homenagem ao Prof. Vitorino Magalhães Godinho, Lisboa, 1980, pp. 431-449.
- BAGANHA, Maria Ioannis Benis, "Uma imagem desfocada: a emigração portuguesa e as fontes portuguesas sobre emigração", *Emigracion Española Y Portuguesa A America*, Alicante, Instituto de Cultura Juan Gil-Albert, 1991, pp. 161-175 (publicado in *Análise Social*, nºs 112-113, 1991, pp. 723-739).
- BAILYN, Bernard, *Voyagers to the West - A passage in the Peopling of America on the eve of the Revolution*, Nova York, Vintage Books, 1988.
- BALÀN, Jorge, *Why People Move - Comparative perspectives on the dynamics of internal migration*, Paris, Unesco, 1981.
- BALBI, Adrien, *Essai Statistique sur Le Royaume de Portugal et d'Algarve, Comparé aux Autres États de l'Europe*, 2 vols., Paris, Rey et Gravier, 1822.
- BARBOSA, José, *As relações luso-brasileiras*, Lisboa, 1909.
- BARREIRO, Baudilio, *La Jurisdiccion de Xallas en el siglo XVIII - Población, Sociedad y Economia*, 2ª ed., Santiago de Compostela, Secretariado de Publicaciones de la Universidad, 1977.
- BARROS, João de, *Presença do Brasil*, Lisboa, ed. Dois Mundos, s/d.
- BARROS, José Joaquim Soares de, "Memoria sobre as cauças da differente população de Portugal em diversos tempos da Monarquia", in *Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa para o Adiantamento da Agricultura, das Artes e da Industria em Portugal e suas Conquistas*, tomo I, Lisboa, MDCCLXXXIX.
- BASTO, A. de Magalhães, *Porto e Brasil - Figuras e Factos da História Luso Brasileira*, Porto, ed. Progredior, 1946.
- BASTOS, Carlos, *Associação Comercial do Porto - resumo histórico da sua actividade até ao ano das comemorações centenárias*, Porto, 1942.
- BASTOS, Carlos, *Livro de Ouro do Comércio e Indústria do Porto*, Porto, 1943.
- BENIS, Maria Ioannis, "A Emigração de 1856 a 1875 vista de Viana do Castelo", *Revista de História Económica e Social*, nº 3, 1979, pp. 85-100.
- BENIS, Maria Ioannis, "Uma contra-imagem do "Brasileiro", *Revista de História Económica e Social*, nº 7, 1981, pp. 129-137.
- BERTAUX, Daniel, *Destinos Pessoais e Estrutura de Classe*, Lisboa, Moraes Editores, 1978.
- BETHELL, Leslie, *Brazil - Empire and Republic, 1822-1930*, Cambridge University Press, 1989.
- BIRNBAUM, Pierre e LECA, Jean (eds.), *Sur l'individualisme*, Paris, Presses de la Fon-

- dation Nationale des Sciences Politiques, 1986.
- BOHNING, W.R., *Studies in International Labour Migration*, Londres, Macmillan, 1984.
- BONIFÁCIO, Maria de Fátima, *Seis Estudos Sobre o Liberalismo Português*, Lisboa, Estampa, 1991.
- BOXER, C. R., *A Mulher na Expansão Ultramarina Ibérica, 1415-1815 - alguns factos, ideias e personalidades*, Lisboa, Livros Horizonte, 1977.
- BOXER, C. R., *O Império Colonial Português*, Lisboa, Edições 70, 1969.
- BOXER, C. R., *Relações Raciais no Império Colonial Português, 1415-1825*, Porto, Afrontamento, 1988.
- BRANDÃO, M. de Fátima, *Land, Inheritance and Family in Northwestern Portugal : the case of Mosteiro in the Nineteenth Century*, Universidade de East Anglia, dissertação de doutoramento, 1988.
- BRANDÃO, M. de Fátima, "O bom emigrante à casa torna?", in PEREIRA, Miriam Halpern, e outros (eds.), *Emigração/imigração em Portugal*, Lisboa, Fragmentos, 1993, pp. 163-183.
- BRANDÃO, M. de Fátima, "Práticas de herança no Concelho de Vieira do Minho (1870-1930)", in *Les Campagnes Portugaises de 1870 a 1930: image et réalité*. Paris, F.C. Gulbenkian/ Centre Culturel Portugais, 1985.
- BRAUDEL, Fernand, *História e Ciências Sociais*, Lisboa, Presença, 1982.
- BRETTEL, Caroline B., "Emigration and Household Structure in a Portuguese Parish, 1850-1920, *Journal of Family History*, vol.13, nº 1, pp. 33-57.
- BRETTEL, Caroline B., *Homens que Partem, Mulheres que Esperam - consequências da emigração numa freguesia minhota*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1991.
- BRITO, Raquel Soeiro, *Agricultores e Pescadores Portugueses na Cidade do Rio de Janeiro (estudo comparativo)*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1960.
- BRUNO, O Brasil Mental, Porto, Liv. Chardron, 1899.
- BRUYNE, Paul de, HERMAN, Jacques, SCHOUTHEETE, Marc, *Dinâmica de Pesquisa em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Francisco Alves Editora, 1991.
- BURKE, Peter, *Sociologia e História*, Porto, Afrontamento, 1980.
- BUTEL, Paul, *Les Négociants Bordelais, l'Europe et les Iles au XVIIIe siècle*, Paris, Aubier, 1974.
- CABRAL, A. M. Pires, *A Emigração na Literatura Portuguesa: uma colectânea de textos*, Porto, Secretaria de Estado da Emigração - Centro de Estudos, 1985.
- CABRAL, Francisco, *Naufrágios e Acidentes Marítimos na Costa Portuguesa (1823-1986)*, Matosinhos, Stella Maris de Leixões, 1987.
- CABRAL, João de Pina e outros, "A Casa do noroeste - um encontro pluridisciplinar", *Análise Social*, nº 95, 1987, pp. 151-163.
- CABRAL, João de Pina, "As mulheres, a maternidade e a posse da terra no alto Minho", *Análise Social*, nº 80, pp. 97-112.
- CABRAL, João de Pina, *Filhos de Adão, Filhos de Eva - a visão do mundo camponesa no Alto Minho*, Lisboa, Pub. Dom Quixote, 1989.
- CABRAL, João de Pina, *Os contextos da antropologia*, Lisboa, Difel, 1991.
- CABRAL, Manuel Villaverde, *Materiais para a História da Questão Agrária em Portugal - Séc. XIX e XX*, Porto, Editorial Inova, 1974.
- CABRAL, Manuel Villaverde, *O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal no Século XIX*, Lisboa, A Regra do Jogo, 3ª edição, 1981.

- CABRAL, Manuel Villaverde, *Portugal na Alvorada do Século XX*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1979.
- CACHERO, Luis Alfonso Martinez, *La Emigracion Asturiana A America*, Salinas, Aualga Ediciones, 1976.
- CALMON, Pedro, *História Social do Brasil*, 4 tomos, 3ª edição, São Paulo, Companhia Editora Nacional, s/d.
- Câmara de Comércio e Indústria do Rio de Janeiro, *Inquérito para a expansão do Comércio Português no Brasil*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1916.
- CAMINHA, Pero Vaz, *Carta a el-rei dom Manuel sobre o achamento do Brasil*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1974 (introdução, actualização de texto e notas de M. Viegas Guerreiro, leitura paleográfica de Eduardo Nunes).
- CAMPOS, Alzira, *Familia Portuguesa e Família Brasileira - paradigma europeu no mundo colonial*, Porto, S.E.E, 1985.
- CAMPOS, Ezequiel de, *A Conservação da Riqueza Nacional*, Porto, Cª Portuguesa Editora, 1913.
- CAMPOS, Ezequiel de, *Lázaro - subsídios para a política portuguesa*, 2 tomos, E.I.G. do Porto, 1928.
- CAMPOS, Ezequiel de, *Para a Ressurreição de Lázaro*, Porto, E.I.G. do Porto, 1931.
- CAMPOS, Ezequiel de, *Pregação no deserto*, Porto, Lello & Irmão, 1948.
- CAPELA, José V., "Viana na Segunda Metade do Século XVIII - em torno de um processo de decadência e subalternização comercial", *Boletim da Terra de Valdevez*, nº 6, Arcos de Valdevez, 1983, pp. 113-149.
- CAPELA, José, *A Burguesia Mercantil do Porto e as Colónias (1834-1900)*, Porto, Afrontamento, 1974.
- CAPELA, José, *As Burguesias Portuguesas e a Abolição do Tráfico da Escravatura*, Porto, Afrontamento, 1979.
- CAPELA, José, *Escravatura - conceitos, a empresa de saque*, Porto, Afrontamento, 1978.
- CAPORALE, Charles, "Custos e Lucros das Migrações Internacionais", *Análise Social*, nº 11, 1965, pp. 295-312.
- CARDELÚS, Jordi, e PASCUAL, Angels, *Movimientos Migratorios e Organizacion Social*, Barcelona, ed. Península, 1979.
- CARDELÚS, Jordi, OROVAL, Josep M., e PASCUAL, Angels, "Organizacion Social y Movimientos Migratorios", in PEREZ, Jose Cazorla, *Emigracion y Retorno: una perspectiva europeia*, Madrid, Instituto Español de Emigracion, 1981, p. 31-51.
- CARQUEJA, Bento, *O Brasil Amado - Notas e Impressões*, Porto, 1928.
- CARQUEJA, Bento, *O Futuro de Portugal*, Porto, Lello & Irmão, 1920.
- CARQUEJA, Bento, *O Povo Portuguez - aspectos sociaes e economicos*, Porto, Livraria Chardron, 1916.
- CARREIRA, António, *As Companhias Pombalinas de Grão-Pará e Maranhão e Pernambuco e Paraíba*, Lisboa, Presença, 1983.
- CARREIRA, António, *Migrações nas Ilhas de Cabo Verde*, Cabo Verde, Instituto Cabo-Verdeano do Livro, 1983.
- CARRILHO, Maria José: "Aspectos demográficos e sociais da população portuguesa no período 1864-1981: evolução global do continente português", *Estudos Demográficos*, nº 30, Lisboa, I.N.E., 1991, pp. 11-29.
- CARVALHO, Augusto de, *O Brasil - Colonização e Emigração*, 2ª edição, Porto, 1876.

- CARVALHO, Marcus J. M., "O antilusitanismo e a questão social em Pernambuco", in PEREIRA, Miriam H., e outros (eds.), *Emigração/imigração em Portugal*, Lisboa, Fragmentos, 1993, pp. 145-162.
- CARVALHO, Rómulo de, *História do Ensino em Portugal desde a Fundação da Nacionalidade até ao fim do Regime de Salazar-Caetano*, Lisboa, F. C. Gulbenkian, 1986.
- CASTAN, Yves, "Arbitraire du droit de tester et révolte des fils en Languedoc au XVIIIe siècle", in *Le Modèle Familial Européen - Normes, Déviances, Contrôle du Pouvoir*, Actes des séminaires organisés par l'École Française de Rome et l'Université de Roma, Palais Farnaise, 1986, pp. 164-174.
- CASTELLS, Manuel, "As novas fronteiras da metodologia sociológica", *Análise Social*, n°s 35-36, 1972, pp. 493-525.
- CASTILLO, José Castillo, *La Emigración Española en la Encrucijada*, Madrid, C.I. Sociológicas, 1981.
- CASTRO, Abílio de, "Commendador Francisco António de Lima", *Commercio e Industria*, vol. 2, n°72, s/p.
- CERVO, Luiz Amado, *O Parlamento Brasileiro e as Relações Exteriores (1826-1889)*, Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1981.
- CÉSAR, Guilhermino, *O "Brasileiro" na Ficção Portuguesa*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 1969.
- CHACON, F. (coord.), *Familia y Sociedad en el Mediterraneo Occidental, siglos XV-XIX*, Murcia, Universidad, 1987.
- CHAUNU, Pierre, *A Civilização da Europa Clássica*, Vol. I, Lisboa, Estampa, 1987.
- CHAUNU, Pierre, *Histoire Quantitative, Histoire Sérielle*, Paris, A. Colin, 1978, pp. 171-202.
- CHAUNU, Pierre, *Histoire Science Sociale - La durée, l'espace et l'homme á l'époque moderne*, Paris, SEDES, 1974.
- CHEPULIS, Rita L., "Return Migration: an analytical framework", in KUBAT, Daniel (ed.), *The Politics of Return - International Return Migration in Europe*, New York/Roma, Center for Migration Studies, 1984, pp. 239-245.
- CHEVALIER, Louis, *Classes Laborieuses et Classes Dangereuses à Paris pendant la première moitié du XIXe. siècle*, Paris, L. Général Française, 1978.
- CLARK, Colin, *Crescimento da População e Utilização da Terra*, Porto, Liv. Civilização, 1971.
- Comissão Central Directora do Inquérito Industrial, *Inquerito Industrial de 1881 - Inquerito Directo - Segunda Parte - Visita às Fábricas - Livro Segundo*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1881.
- Comissão Internacional para a História das Assembleias de Estado e dos Parlamentos, *Constituições Portuguesas*, Lisboa, Assembleia da República, 1992.
- Comissão Permanente de Defeza da Marinha Mercante Portuguesa, *Representação dirigida às Camaras dos Dignos Pares e dos Senhores Deputados da Nação*, Porto, 1896.
- Comissão Permanente de Defeza da Marinha Mercante Portuguesa, *Representações Dirigidas aos Poderes Públicos sobre a Situação da Marinha Mercante nacional e sua Reconstituição*, Porto, 1898.
- CÓNIM, Custódio N. P. S., "Emigrantes Portugueses: o regresso", *Revista do Centro de Estudos Demográficos*, n° 26, 1983/4, pp. 73-126.
- CÓNIM, Custódio N. P. S., *Portugal e a sua População (II)*, Lisboa, Alfa, 1990.

- CÓNIM, Custódio N. P. S., "Migrações Internas em Portugal - 1981", *Revista do Centro de Estudos Demográficos*, nº 27, 1985, pp. 7-43.
- CORDEIRO, Albano, "Uma Inserção social auto-controlada: o exemplo da comunidade portuguesa em França", *Cadernos de Ciências Sociais*, nº 7, pp. 129-132.
- CORTESÃO, Jaime, *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*, 2 vols., Lisboa, Livros Horizonte, Lisboa, 1984.
- CORTESÃO, Jaime, *Introdução à História das Bandeiras*, 2 vols., Lisboa, Livros Horizonte, s/d.
- COSTA, Afonso, *Estudos de Economia nacional, I- O Problema da Emigração*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1911.
- COSTA, Agostinho Rebello da, *Descrição Topografica e Historica da Cidade do Porto*, Porto, Oficina Antonio Alvarez Ribeiro, 1788.
- COSTA, António Firmino da, "Alfama: Entreposto de Mobilidade Social", *Cadernos de Ciências Sociais*, nº 2, 1984, pp. 3-35.
- COSTA, António Luís Pinto da, "A Emigração Portuguesa (1871-1930) - Emigração Geral e Emigração Colonial", *História*, nº 138, 1991, pp. 56-75.
- COSTA, D. António, *História da Instrução Popular em Portugal*, Porto, Ed. Educação Nacional, 1935.
- COSTA, D. António, *No Minho*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1874.
- COSTA, Fernando Dores, "Prazos, sucessão e poder paternal no Minho: a livre nomeação contra a transmissão igualitária (contribuição para o seu estudo)", *Revista de História Económica e Social*, nº 26, 1989, pp. 85-118.
- COURGEAU, Daniel, *Analyse Quantitative des Migrations Humaines*, Paris, Masson, 1980.
- CROZIER, Michel, e FRIEDBERG, Erhard, *L'Acteur et le Système*, Paris, Seuil, 1977.
- CRUZ, António, *Geografia e Economia da Província do Minho nos Fins do Século XVIII*, Porto, Centro de Estudos Humanísticos, 1970.
- CRUZ, António, "Introdução ao Estudo da Regeneração", *Studium Generale*, vol.XII, Porto, 1968-69, pp. 1-57.
- CRUZ, Ferreira da, "Industriais", *Commercio e Industria*, vol.1,1884, s/p.
- CRUZ, Maria Antonieta, "Agruras dos Emigrantes Portugueses no Brasil - contribuição para o estudo da emigração portuguesa na segunda metade do século XIX", *Revista de História*, volume VII, Porto, Centro de História da Universidade do Porto, 1986-1987.
- CRUZ, Maria Antonieta, "Do Porto para o Brasil: a outra face da emigração oitocentista à luz da Imprensa Portuense", *Revista de História*, vol. XI, Porto, 1991, pp. 185-192.
- CUNHA, Narcizo C. Alves da, *No Alto Minho - Paredes de Coura*, 2ª edição, P. de Coura, 1979 (edição original de 1909).
- DARROCH, A. Gordon, "Migrants in the Nineteenth Century: Fugitives or Families in Motion? ", *Journal of Family History*, 1981, vol. 6, nº 3, pp. 257-277.
- DIAS, Antonio, *Notas sobre o Elemento Portuguez no Recife*, Recife, Tip. Propagandist, 1940.
- DIAS, Eduardo Mayone, *Açorianos na Califórnia*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1982.
- DIAS, Jorge, "Algumas considerações acerca da estrutura social do povo português", *Ensaios Etnológicos*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1961.
- DINIS, Júlio, *Uma Família Inglesa - cenas da vida do Porto*, Porto, Livraria Civilização, s/d.

- DIOGO, Helena I. B. e outros, "Documentos para o Estudo da Nobreza Oitocentista - Barões e viscondes no Reinado de D. Maria II", *Ler História*, nº 10, 1987, pp. 139-158.
- Documentos para a História das Cortes Gerais da Nação Portuguesa*, Tomo I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1883.
- DONZELOT, Jacques, *La Police des Familles*, Paris, Les Éditions de Minuit, 1977.
- DOWBOR, Ladislau, *A Formação do Capitalismo Dependente no Brasil*, Lisboa, Prelo, 1977.
- DUARTE, I. Sousa, *O Tributo de Sangue - Manual do Processo de Recrutamento Segundo a Legislação em vigor*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1876.
- DUARTE, Margarida Maria P.S., *A População de Santa Marinha - Mobilidade Geográfica e Estrutura Sócio-Profissional*, Porto, Faculdade de Letras, Dissertação de Mestrado, 1990.
- DUCHAC, René, *La Sociologie des Migrations aux États Unis*, Paris, Mouton, 1974.
- DUMON, W.A., "Family and Migration", *Internacional Migration*, vol. XXVII, nº 2, 1989, pp. 251-270.
- DURÃES, Margarida, "A casa rural minhota: papel e significado no contexto hereditário - séculos XVIII e XIX", *Cadernos do Noroeste*, Braga, 1987, vol. 1, nº 1, pp. 81-93.
- DURÃES, Margarida, "Herdeiros e não herdeiros; nupcialidade e celibato no contexto da propriedade enfiteuta", *Revista de História Económica e Social*, nº 21, 1987, pp. 47-56.
- EGGERICKX, Thierry e POULAIN, Michel, "Le contexte et les consequences demographiques de l'émigration des brabançons vers les Etats-Unis au milieu du XIXe siècle", *Annales de Démographie Historique*, 1987, pp. 313-336.
- ELIAS, Norbert, *Introdução à Sociologia*, Lisboa, Edições 70, 1980.
- ERICKSON, Charlotte J., "Emigration from the British Isles to the U.S.A in 1841. Part II. Who were the English Emigrants?", *Population Studies*, vol.44, nº 1, 1990, pp. 21-40.
- ERICKSON, Charlotte J., "Emigration from the British Isles to the U.S.A. in 1831, *Population Studies*, vol. 35, nº 2, pp. 175-197.
- Estatutos do Montepio da Associação dos Pescadores, Artistas e Agricultores da Povoação de Varzim*, Porto, Typ. do Diario Mercantil, 1864.
- EVANGELISTA, João, *Um Século de População Portuguesa*, Lisboa, I.N.E, 1971.
- FEIJÓ, Rui e outros (orgs.), *A Morte no Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Quercus, 1985.
- FEIJÓ, Rui, *Liberalismo e Transformação Social*, Lisboa, Fragmentos, 1992.
- FERREIRA, Eduardo de Sousa (org.), *A Emigração Portuguesa e o seu Contexto Europeu*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1977.
- FERREIRA, J. A. Pinto, "A Economia do Vinho e o Crescimento do Porto, nos séculos XVII ao XIX", in ACADEMIA PORTUGUESA DE HISTÓRIA, *O vinho na História Portuguesa, séculos XIII-XIX- ciclo de conferências*, Porto, Fundação Engº António de Almeida, 1983, pp. 241-315.
- FINDLEY, Sally E., "An interactive contextual model of migration in Ilocos Norte, The Philippines", *Demography*, 24, Maio 1987, pp. 163-190.
- FORTUNA, Carlos, *O Fio da Meada - O Algodão de Moçambique, Portugal e a Economia-Mundo (1860-1960)*, Porto, Ed. Afrontamento, 1993.
- FOUCAULT, Michel, *Histoire de la Sexualité, 1 - La Volonté de Savoir*, Paris, Ed. Gallimard, 1976.
- FOUCHE, Nicole, "Les passeports délivrés à Bordeaux pour les Etats-Unis de 1816 à

- 1889", in *L'emigration française. Etude de cas. Algerie-Canada- Etats Unis*, Paris, Sorbonne, 1985.
- FREIRE, Gilberto, *Ordem e Progresso*, Lisboa, Livros do Brasil, s/d.
- FREIRE, Gilberto, *Brasis, Brasil, Brasília*, Lisboa, Ed. Livros do Brasil, s/d.
- FREIRE, Gilberto, *Casa Grande e Senzala*, Lisboa, Livros do Brasil, s/d.
- FREIRE, Gilberto, *Sobrados e Mucambos*, 1º volume, 1ª edição, Rio de Janeiro, José Olímpio Editora, 1985.
- FREIRE, Gilberto, *Um Brasileiro em Terras Portuguesas*, Lisboa, Livros do Brasil, s/d.
- FREITAS (Junior), J.J. Rodrigues de, *Crise Monetaria e Política de 1876 - Causas e Remedios*, Porto, Livraria Moré, 1878.
- FREITAS (Junior), J.J. Rodrigues de, *Notice sur le Portugal*, Paris, Imp. Paul Dupont, 1867.
- FREITAS, Rodrigues de, e MOUTINHO, Joaquim Ferreira, *O Cambio do Brazil - coleção de artigos publicados no Commercio do Porto*, Porto, Typographia do Commercio do Porto, 1886.
- GALVÃO, José, "Ainda a Figura e Obra de Faustino Xavier de Novais", *O Tripeiro*, Série Nova, Ano IX, nº 9, Setembro de 1990, pp. 277-282.
- GARCIA, Jose Manuel Perez, *Um modelo de sociedad rural de Antiguo Régimen en la Galicia Costera*, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago, 1979.
- GARCIA, Julio Hernández, *La Emigración de las Islas Canarias en el Siglo XIX*, 1981, Las Palmas, Cabido Insular de Gran Canaria, 1981.
- GARMENDIA, José A., *La Emigracion Española en la Encrucijada - Marco General de la Emigracion de Retorno*, Madrid, Centro de Investigaciones Sociologicas, Madrid, 1981.
- GARNIER, J. Beaujeu, *Trois Milliards d'hommes - traité de démo-géographie*, Paris, Hachette, 1965.
- GEORGE, Pierre, *As Migrações Internacionais*, Lisboa, Pub. Dom Quixote, 1977.
- GILLAUME, Pierre, *Individus, familles, nations - Essais d'histoire demographique XIXe - XXe Siècles*, Paris, S.E.E.S, 1985.
- GLASS, D.V. e EVERSELEY, D.E.C (eds.), *Population in History - Essays in Historical Demography*, Surrey, 1969.
- GODINHO, Vitorino Magalhães, " Para uma política de emigração", in *As Ciências Humanas: Ensino Superior e Investigação Científica em Portugal. Algumas achegas preliminares*, Lisboa, Sociedade Portuguesa de Ciências Humanas e Sociais, 1982, pp. 87-96.
- GODINHO, Vitorino Magalhães, *Ensaio - II*, 2ª ed., Lisboa, Sá da Costa, 1978.
- GODINHO, Vitorino Magalhães, *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, 2ª edição, Lisboa, Arcádia, 1975.
- GODINHO, Vitorino Magalhães, *Introdução à História Económica*, Lisboa, Livros Horizonte, s/d.
- GODINHO, Vitorino Magalhães, "L'emigration Portugaise (XVe-XXe siècles)-une constante structurale et les réponses aux changements du monde", *Revista de História Económica e Social*, nº 1, 1978, pp. 5-32.
- GODINHO, Vitorino Magalhães, "Portugal, as frotas do açúcar e do ouro (1670-1770)", in *Ensaio*, Vol. II, Lisboa, Sá da Costa, 2ª ed., 1978, pp. 423-448.
- GODINHO, Vitorino Magalhães, *Prix et Monnaies au Portugal*, Paris, Ed. Jean Touzout, 1955.
- GOLDEY, Patrícia, "Emigrantes e camponeses: uma análise da literatura sociológica",

- Análise Social*, nº 71, 1982, pp. 533-553.
- GOLDEY, Patrícia, "Migração e relações de produção: a terra e o trabalho numa aldeia do Minho, 1876-1976", *Análise Social*, nºs 77-79, 1983, pp. 995-1021.
- GOLDEY, Patrícia, "Migration, Cooperation and Development: an examination of a pilot project in Portugal", in KUBAT, Daniel (ed.), *The Politics of Return - International Return Migration in Europe*, New York/ Roma, Center for Migration Studies, 1984, pp. 45-53.
- GOLDSCHIEDER, Calvin, "Migration and Social Structure: Analytic Issues and Comparative Perspectives in Developing Nations", *Sociological Forum*, 2(1987), 674-696.
- GOMES, Fátima Maria Oliveira, e OSÓRIO, Maria Conceição Azeredo Pinto, "A Irmandade do Bom Jesus de Bouças e Seus Reflexos na Vila de Matosinhos", *Boletim do Arquivo Distrital do Porto*, II Vol., Porto, 1985, pp. 113-186.
- GONÇALVES, Albertino, "O Presente Ausente - O emigrante na sociedade de origem", *Cadernos do Noroeste*, vol.1/1, Braga, 1987, pp. 7-30.
- GONÇALVES, Albertino, "O Presente Ausente II - Vias e desvios na inteligência da emigração e da sociedade portuguesa", *Cadernos do Noroeste*, vol. II 2/3, 1989, pp. 125-153.
- GONÇALVES, Flávio, "Os pescadores poveiros em Angola e Moçambique", *Póvoa de Varzim - Boletim Cultural*, vol.VI, nº 2, 1967, pp. 285-322.
- GONZÁLEZ, M^a Concepción Santiso, "Emigración vasca entre 1840 y 1870. Pautas de análisis acerca del éxito Vasco en América: cadenas familiares, primeras letras y otras consideraciones", *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, XI, 1, 1991, pp. 83-85.
- GONZÁLEZ-ROTHVOSS, Mariano, *Las Relaciones Luso-Españolas en el Siglo XIX sobre Migraciones*, Porto, Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, 1962.
- GRADA, C.O., "A Note on Nineteenth-Century Irish Emigration Statistics", *Population Studies*, vol. 29, nº 1, 1975, pp. 143-150.
- GRAHAM, Richard, *Britain and the Modernization in Brazil, 1850-1914*, Cambridge, University Press, 1968.
- GRAHAM, Richard, *Escravidão, Reforma e Imperialismo*, S. Paulo, Editora Perspectiva, 1979.
- GREEN, Nancy L., "L' Histoire Comparative et le champ des études Migratoires", *Annales ESC*, 1990, nº 6, pp. 1335-1350.
- GRIBAUDI, Maurizio, e BLUM, Alain, "Des catégories aux liens individuels: l'analyse statistique de l'espace social", *Annales ESC*, 1990, nº 6, pp. 1365-1402.
- GRIBAUDI, Maurizio, "Stratégies migratoires et mobilité relative entre village et ville", in LE BRAS, Hervé (apres.), *Population*, Paris, Hachette, 1985, pp. 387-411.
- GRIGG, D. B., *Population Growth and Agrarian Change*, Cambridge University Press, 1980.
- GUEDES, Pe. Baltasar, *Breve Relação dos Meninos Orfãos de N^a S^a da Graça, sito fora da Porta do Olival desta Cidade do Porto, em a qual se contém tudo o que na fundação dele sucedeu*, Porto, Ed. da Câmara Municipal, 1951 (com introdução de A. de Magalhães Basto).
- GUIMARÃES, Avelino da Silva, *A Crise Agrícola no Minho*, Porto, Typ. A.J. da Silva Teixeira, 1890.
- GUTIERREZ ROLDAN, Hector G., "La inmigración española, italiana y portuguesa. Chile, 1860-1930", in *I Congreso Hispano Luso Italiá de Demografía Histórica*,

Barcelona, 22-25 Abril 1987.

- HENRY, Louis, *Técnicas de Análise em Demografia Histórica*, Lisboa, Gradiva, 1988.
- HERCULANO, Alexandre, *Opúsculos - II*, Lisboa, Presença, 1983 (organização, introdução e notas de Jorge Custódio e José Manuel Garcia).
- HIGGS, David (ed.), *Portuguese Migration in Global Perspective*, Toronto, The multicultural History Society of Ontario, 1990.
- HIGGS, David, "Migração portuguesa no Século XVIII: Problemas e fontes na leitura cultural de um êxodo popular", *Revista da SBPH*, nº 5, São Paulo, 1989/90, pp. 32-38.
- HUCK, Hermes Marcelo, "A influência do imigrante no processo político brasileiro: o movimento operário sindical", in ROSOLI, Gianfausto (org.), *Emigrazioni Europee e Popolo Brasiliano*, Roma/S. Paulo, Centro Studi Emigrazione, 1987, pp. 136-142.
- Inquérito sobre o Estado da Industria da Tecelagem na Cidade do Porto e Situação dos Respectivos Operários, ordenado por decreto de 13 de Dezembro de 1888*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1889.
- ISENBURG, Teresa, "Nois não tem direito de terras, tudo é para a gente da Oropa": l'immagine del Brasile nell'Italia di fine secolo", in ROSOLI, Gianfausto (org.), *Emigrazioni Europee e Popolo Brasiliano*, Roma/S. Paulo, Centro Studi Emigrazione, 1987, pp. 206-225.
- ITURRA, Raul, "Casamento, Ritual e Lucro: a produção dos produtores numa aldeia portuguesa (1862-1893)", *Ler História*, nº 5, 1985, pp. 59-81.
- ITURRA, Raul, "Estratégias na Organização Doméstica da Produção na Galiza Rural", *Ler História*, nº 1, Lisboa, 1983, pp. 81-109.
- JACKSON, J.A. (ed.), *Migration*, Cambridge University Press, 1969.
- JACKSON, John A., *Migrações*, Lisboa, Escher, 1991.
- JAHN, Adalberto, *As Colónias de S. Leopoldo na Província Brasileira do Rio Grande do Sul e Reflexões Gerais sobre a Imigração Espontânea e Colonização no Brazil*, Leipzig, 1871.
- JANSEN, Clifford J., "Migration: a Sociological Problem", in JANSEN, Clifford J., *Readings in the Sociology of Migration*, New York, Pergamon Press, 1966.
- JANSEN, Clifford J., *Readings in the Sociology of Migration*, New York, Pergamon Press, 1966.
- JORGE, Ricardo, *Brasil! Brasil!*, Lisboa, Empresa Literária Fluminense, 1930.
- JORGE, Ricardo, *Demographia e Hygiene da Cidade do Porto, I - Clima, População, Mortalidade*, Porto, Câmara do Porto, 1899.
- JUSTINO, David, *A Formação do Espaço Económico Nacional, Portugal, 1810-1913*, 2 volumes, Lisboa, Vega, 1989.
- JÚNIOR, Caio Prado, *Evolução Política do Brasil e Outros Estudos*, São Paulo, Brasiliense, 1963.
- JÚNIOR, Caio Prado, *Historia Economica Del Brasil*, Buenos Aires, Editorial Futuro, 1960.
- KELLERHALS, Jean e outros, *Microsociologie da la Famille*, Paris, P.U.F., 1984.
- KENDALL, Henrique Carlos de Meirelles, *Exposição apresentada a S.Exc^a o Snr. Cons. João de Sousa Calvet de Magalhães relativamente às obras de adaptação do Porto de Leixões ao serviço comercial e suas ligações com as linhas férreas do Estado*, Porto, Typographia Progresso, 1908.
- KEYFITZ, Nathan, "Migration as a Means of Population Control", *Population Studies*, vol. 25, nº 1, 1971, pp. 63-72.

- KING, Russel e outros, "Return Migration and the Development of the Italian Mezzogiorno", in KUBAT, Daniel (ed.), *The Politics of Return - International Return Migration in Europe*, New York/ Roma, Center for Migration Studies, 1984, pp. 79-87.
- KLEIN, Herbert S., "The Social And Economic Integration of Portuguese Immigrants in Brazil in the Late Nineteenth and Twentieth Centuries", comunicação ao "Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração - séculos XIX e XX", Lisboa, 11-12 de Novembro de 1992.
- KRISHNAN P. e ODYNAK, D., "A Generalization of Petersen's Typology of Migration", *International Migration*, vol. XXV, nº 4, 1987, pp. 385-397.
- KUBAT, Daniel (ed.), *The Politics of Return - International Return Migration in Europe*, New York/ Roma, Center for Migration Studies, 1984.
- LAINS, Pedro, "Foi a Perda do Império Brasileiro um Momento Crucial do Desenvolvimento Português?" *Penélope - Fazer e Desfazer a História*, nº 3, 1989, pp. 92-102.
- LAINS, Pedro, "Foi a Perda do Império Brasileiro um Momento Crucial do Sub-desenvolvimento Português? - II", *Penélope - Fazer e Desfazer a História*, nº 5, 1991, pp. 151-163.
- LANG, James, *Portuguese Brazil - The King's Plantation*, Nova Iorque, Academic Press, 1979.
- LARANJO, José Frederico, *Theoria Geral da Emigração e sua aplicação a Portugal*, Coimbra, Imprensa Literária, 1878.
- LE BRAS, Hervé (ed.), *Population*, Paris, Hachette, 1985.
- LEE, E. S., "A theory of migration", *Demography*, 3(1), 1966, p. 47-57.
- LEE, Ronald Demos e outros, *Population Patterns in the Past*, Nova York, Academic Press, 1977.
- LEEDS, Anthony, "Agricultura, política nacional, subdesenvolvimento e migração em três regiões de Portugal", *Análise Social*, nºs 77-78-79, 1983, pp. 1023-1043.
- LEEDS, Elizabeth, "Industrialização e emigração em Portugal: sintomas inevitáveis de uma doença estrutural", *Análise Social*, nºs 77-78-79, 1983, pp. 1045-1081.
- LEITE, Joaquim Costa, "Emigração Portuguesa: a lei e os números (1855-1914)", *Análise Social*, nº 97, 1987, pp. 463-480.
- LEITE, Joaquim Costa, "O transporte de emigrantes: da vela ao vapor na rota do Brasil, 1851-1914", *Análise Social*, nº 112-113, 1991, pp. 741-752.
- LEITE, Joaquim Costa, *Portugal and Emigration, 1855-1914*, Ph. D. Dissertation, Columbia University, 1993.
- LE MOS, Júlio de, *Biografia de Miguel Dantas Gonçalves Pereira*, Viana, 1949.
- LÉON, Pierre (dir.), *História Económica e Social do Mundo*, 6 vols, Lisboa, Sá da Costa Editora, 1983.
- LEVI, Giovanni, *Le pouvoir au village - histoire d'un exorciste dans le Piémont du XVIIe siècle*, Paris, ed. Gallimard, 1985.
- LEVI, Giovanni, "Les usages de la biographie", *Annales ESC*, nº 6, 1989, pp. 1325-1336.
- LEVI, Giovanni, "Carrières d'artisans et marché du travail à Turin (XVIII-XIX siècles)", *Annales ESC*, 1990, nº 6, pp. 1351-1364.
- LIMA, Adolfo, *Emigração - seu regimen - passaportes*, Famalicão, Tip. Minerva, 1929.
- LIMA, J. A. Pires de, *A Emigração portuguesa em França - aspectos políticos e jurídicos*, Lisboa, Editorial Estampa, 1974.

- LIMA, Oliveira, D. *João VI no Brasil: 1808-1821*, 2 vols., Rio de Janeiro, Typ. do Jornal do Comercio, 1908.
- LOPES, Edmundo Correia Lopes, *Brasil - Terra e Gente*, Porto, Ed. Educação Nacional, 1944.
- LOPES, Maria Fernão Couceiro da Costa Couto, "Estrangeiros no Porto", *Revista do Centro de Estudos Demográficos*, nº 6, Lisboa, 1949, pp. 13-34.
- LOPES, Sérgio, "Os Imigrantes Portugueses e as Profissões de Construção Civil em França", *Cadernos de Ciências Sociais*, nº 7, 1988, pp. 137-141.
- LOUREIRO, José Carlos, "A casa do Brasileiro", *Os Portugueses e o Mundo - Conferência Internacional (1985)*, vol. VI, Fundação Engº António de Almeida, 1989, pp. 33-36.
- MACEDO, Gaspar Fernando, *Portugal-Brasil, notas de viagem*, Famalicão, Tip. Minerva, 1912.
- MACEDO, Jorge Borges de, *A Situação Económica no Tempo de Pombal - alguns aspectos*, 2ª edição, Lisboa, Moraes, 1982.
- MACEDO, Jorge Borges de, *Problemas de História da Indústria Portuguesa no Século XVIII*, Lisboa, Querco, 2ª edição, 1983.
- MACFARLANE, Alan, *Reconstructing Historical Communities*, Cambridge University Press, 1977.
- MACHADO, Baptista, "Francisco Ferreira da Costa Guimarães", *Commercio e Industria*, 1º Vol., nº 19, 1881, s/p.
- MAGALHÃES, António Pereira de, *O Proteccionista e os Livre-cambistas - compilação de vários opúsculos*, Porto, Typographia Industrial, 1871.
- MALPIQUE, Cruz, "Francisco Gomes de Amorim - Notas para um estudo", *Póvoa de Varzim - Boletim Cultural*, vol. IV, nº 2, 1965, pp. 245-260.
- MALPIQUE, Cruz, "Francisco Gomes de Amorim. Notas para um estudo", *Póvoa de Varzim - Boletim Cultural*, vol. VI, nº 2, 1967, pp. 263-281.
- MARQUES, Abílio A.S., *Interesses da Colónia Portuguesa na Província de S. Paulo*, S. Paulo, 1881.
- MARQUES, Fernando Pereira, *Exército e Sociedade em Portugal no declínio do Antigo Regime e advento do Liberalismo*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1981.
- MARQUES, Helder, FERNANDES, José A., MARTINS, Luís Paulo, *Porto - percursos nos espaços e memórias*, Porto, Afrontamento, 1991.
- MARRECA, Oliveira, *Obra Económica*, 2 vol, Lisboa, I.P.E.D., 1983 (recolha e apres. de Cecília Barreira).
- MARTENS FERRÃO, "Relatório prévio ao Regulamento do Serviço dos Expostos", *Diário de Lisboa*, nº 2, de 03.01.1868.
- MARTINS, Luís Paulo Saldanha, "Banhistas de Mar no Século XIX - um olhar sobre uma época", *Revista da Faculdade de Letras - Geografia*, I série, vol. V, Porto, 1989, pp. 45-59.
- MARTINS, Oliveira, *Dispersos*, Tomo II, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1924 (org. de António Sérgio).
- MARTINS, Oliveira, *Estudos de Economia e Finanças*, Lisboa, Guimarães Editores, 1956.
- MARTINS, Oliveira, *História de Portugal*, 2 vols. Lisboa, Ed. Europa-América, s/d.
- MARTINS, Oliveira, *O Brasil e as Colónias Portuguesas*, Lisboa, Guimarães & Cª Editores, 7ª edição, 1978.

- MARTINS, Oliveira, *O Repórter*, Lisboa, Guimarães Editores, 1957. *A Província*, 3 vols., Lisboa, Guimarães Editores, 1957.
- MARTINS, Oliveira, *A Circulação Fiduciária*, Lisboa, A.M. Pereira, 1923.
- MARTINS, Oliveira, *Fomento Rural e Emigração*, Lisboa, Guimarães & C^a Editores, 1956.
- MARTINS, Oliveira, *Portugal e o Socialismo*, Lisboa, 1873.
- MATA, Maria Eugénia, *Câmbios e Política Cambial na Economia Portuguesa, 1891-1931*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora (Cadernos da R.H.E.S., nº 8), 1987.
- MATHIAS, Peter, "A formação de uma economia mundial (1500-1914)", *Ler História*, 11, 1987, pp. 77-93.
- MATOS, M. Izilda Santos de, "Estratégias de Sobrevivência - A imigração portuguesa e o mundo do trabalho, S. Paulo, 1890-1930", in PEREIRA, Miriam Halpern, e outros (eds.), *Emigração/imigração em Portugal*, Lisboa, Fragmentos, 1993, pp. 218-227.
- MATTOS, Joaquim Duarte de, *Exposição do Estellionato aos Cofres do Brasil*, Porto, Typographia Central, 1875.
- MATTOS, José Rodrigues de, *Interesses Portugueses - Segunda parte - Refutação dos artigos sobre emigração do conselheiro Mendes Leal no periódico lisbonense "A America"*, Rio de Janeiro, Typographia Perseverança, 1869.
- MAURO, Frédéric (coord.), "O Império Luso-Brasileiro, 1620-1750", in SERRÃO, Joel e MARQUES, A.H. de Oliveira, *Nova História da Expansão Portuguesa*, Vol. VII, Lisboa, Editorial Estampa, 1991.
- MAURO, Frédéric, "Comércio com o Brasil", in SERRÃO, Joel (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, II volume, Porto, Liv. Figueirinhas, 1981, pp. 108-113.
- MAURO, Frédéric, *O Brasil no Tempo de D. Pedro II*, S. Paulo, Círculo do Livro, 1991.
- MAURO, Frédéric, "Porto et le Brésil (1500-1800)", *Revista de História*, vol. II, Porto, 1979, pp. 337-350.
- MEDEIROS, Fernando, "Grupos domésticos e habitat rural no Norte de Portugal - o contributo da escola de Le Play, 1908-34", *Análise Social*, nº 95, pp. 97-116.
- MENDELS, Franklin Frits, *Industrialization and Population Pressure in 18th Century Flanders*, University of Wisconsin, Ph.D., 1970.
- MENDES, António Lopes, *Colégio do Barão de Nova Cintra*, Porto, Santa Casa da Misericórdia, policopiado, 1988.
- MENDES, Isabel Maria Ribeiro, e CORREIA, José Manuel, "Os Emigrantes Portugueses no século XX", *História*, nº 134, 1990, pp. 38-41.
- MENDES, José Amado, "O contributo da biografia para o estudo das elites locais: alguns exemplos", *Análise Social*, nºs 116-117, 1992, pp. 357-365.
- MENDRAS, Henri, *La Fin des Paysans*, Paris, Babel, 1992.
- MENDRAS, Henri, *Sociedades Camponesas*, Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- Ministério dos Negócios Estrangeiros, *Relatório do Cônsul de Portugal no Rio de Janeiro*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1898.
- Ministério do Interior - Polícia de Vigilância e Defesa do Estado, *Relatório (1932-1938)*, Lisboa, Bertrand (Irmãos) Lda, 1939.
- MIRANDA, Inocencio Antonio de, *O Cidadão Lusitano, Breve Compendio em que se demonstrão os Fructos da Constituição e os deveres do Cidadão Constitucional para com Deos, para com o Rei, para com a Patria, e para com todos os seus concidadãos*, Lisboa, Impressão da V^a Neves e Filhos, 1822.
- MIRANDA, Sacuntala de, "Emigração e Fluxos de Capital, 1870-1914", in PEREIRA, Miriam Halpern, e outros (eds.), *Emigração/imigração em Portugal*, Lisboa, Frag-

- mentos, 1993, pp. 47-62.
- MOLES, Abraham A., *Les sciences de l'imprécis*, Paris, Seuil, 1990.
- MONBEIG, Pierre, *Le Brésil*, Paris, P.U.F., 1954.
- MONTEIRO, José Leite, *Estudos de Pathologia Social*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1864.
- MONTEIRO, Miguel, *Fafe dos "brasileiros" (1860-1930) - Perspectiva histórica e patrimonial*, Fafe, ed. de autor, 1989.
- MONTEIRO, Paulo, *Terra que já foi Terra*, Lisboa, Edições Salamandra, 1985.
- MONTEIRO, Tania Penido, *Portugueses na Bahia na segunda metade do século XIX - Emigração e Comércio*, Porto, Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas - Centro de Estudos, 1985.
- MORAES, Evaristo de, *A Escravidão Africana no Brasil*, 2ª edição, Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1986.
- MORAIS, Joaquim José Pais de, *O Desequilíbrio Demográfico Português*, Centro de Estudos Demográficos- I.N.E., caderno nº 3, 1976.
- MOREDA, Vicente Pérez, e REHER, David-Sven, *Demografia Historica en España*, Madrid, Ed. El Arquero, 1988.
- MOSER, Eduardo, *Memoria sobre as vantagens, materiaes, financeiras e economicas do projectado Ante-Porto do Douro*, Porto, Typographia do Commercio do Porto, 1880.
- MURALHA, Pedro, *Portugal no Brasil - a colonização portuguesa*, Lisboa, Tip. Luso-Gráfica, 1927.
- MURTEIRA, Mário, "Emigração e Política de Emprego em Portugal", *Análise Social*, nº 11, 1965, pp. 258-294.
- MÓNICA, Maria Filomena, *A Formação da Classe Operária Portuguesa*, Lisboa, F. C. Gulbenkian, 1982.
- MÓNICA, Maria Filomena, *Artesãos e Operários*, Lisboa, I.C.S., 1986.
- MÓNICA, Maria Filomena, "Capitalistas e Industriais (1870-1914)", *Análise Social*, vol. XXIII(99), 1987-5º.
- NADAL, Jordi, *La Población Española*, Barcelona, Ariel, 1984.
- NARAIN, V., "Forms of Migration and Measurements in Social Demography", *International Migrations*, vol. XXV, nº 2, 1987, pp. 179-193.
- NAZARETH, J. Manuel, "Dinâmica da População Portuguesa", *Análise Social*, nº 56, 1978, pp. 729-800.
- NAZARETH, J. Manuel, *O Envelhecimento da População Portuguesa*, Lisboa, Presença, 1979.
- NAZARETH, J. Manuel, *Princípios e Métodos de Análise Demográfica*, Lisboa, Editorial Presença, 1988.
- NAZARETH, J. Manuel, "Os efeitos da emigração na estrutura de idades da população portuguesa", *Análise Social*, nº 46, 1976, pp. 315 -362.
- NAZARETH, J. Manuel, *Princípios e Métodos de Análise Demográfica*, Lisboa, Presença, 1988.
- NETO, Félix, *A Migração Portuguesa Vivida e Representada - Contribuição para o Estudo dos Projectos Migratórios*, Porto, Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas - Centro de Estudos, 1986.
- NETO, Félix, "Migração Portuguesa", *Cadernos de Ciências Sociais*, nº 5, 1987, pp. 3-33.
- NETO, Félix, *Psicologia da Migração Portuguesa*, Lisboa, Universidade Aberta, 1993.

- NEVES, João Alves das, *História Breve da Imprensa de Língua Portuguesa no Mundo*, Lisboa, D.G.C.S., 1989.
- NEVES, João Alves das, "Jornais e jornalistas Portugueses no Brasil", *História*, nº 98, 1986, pp. 27-40.
- NORONHA, Eduardo, *José do Telhado em África*, 4ª edição, Porto, Ed. Domingos Barreira, 1984.
- NORONHA, Eduardo, *José do Telhado*, 4ª edição, Porto, Ed. Domingos Barreira, s/d.
- NOVAIS, Fernando, *Estrutura e Dinâmica do Sistema Colonial*, Lisboa, Livros Horizonte, s/d.
- NUNES, A. Sedas, "Portugal, sociedade dualista em evolução", *Análise Social*, nº 7-8, 1964, pp. 407-462.
- NUNES, João Arriscado, e GONÇALVES, Albertino Ribeiro, "Casa, Comunidade e Espaço Institucional", *Cadernos do Noroeste*, Braga, 1986, 100-112.
- NUNES, João Arriscado, "O declínio da fecundidade em Portugal - um balanço crítico da investigação recente", in BACCI, Massimo Livi (coord.), *Modelos Regionales de la Transición Demográfica en España y Portugal*, Alicante, Inst. de Cultura Juan Gil-Albert, 1991.
- NÓVOA, António, *Le Temps des Professeurs*, 2 vols., Lisboa, INIC, 1987.
- O Engajamento na Cidade do Porto ou Os Traficantes de Escravos Brancos*, tragédia em 1 acto, Porto, Typ. de Francisco Pereira de Azevedo, 1857.
- O Imperio do Brazil na Exposição Universal de 1876 em Philadelphia*, Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1875.
- O'NEILL, Brian Juan, *Proprietários, Lavradores e Jornaleiros - Desigualdade Social numa Aldeia Transmontana, 1870-1978*, Lisboa, Pub. Dom Quixote, 1984.
- OLIVEIRA, Aurélio de, "A Renda Agrícola em Portugal durante o Antigo Regime", *Revista de História Económica e Social*, nº 6, 1980, pp. 1-56.
- OLIVEIRA, Faria, "A tutela do emigrante", in ROSOLI, Gianfausto (org.), *Emigrazioni Europee e Popolo Brasiliano*, Roma/S. Paulo, Centro Studi Emigrazione, 1987, p. 77-96.
- OLIVEIRA, Luiz Firmino d', *Industria Algodoeira, 1887-1903*, Porto, Typ. Empresa Guedes, 1904.
- OLIVEIRA, P. de, "Portugal e Brazil", *Revista Occidental*, Lisboa, 1875, p. 743-749.
- OLIVEIRA, Álvaro Aurélio do Céu, *Visconde de Barreiros - estudo biográfico*, Maia, Cª Municipal, col. Temas Maiatos - 8, 1984.
- ORTIGÃO, Ramalho, *As Farpas*, 15 volumes, Lisboa, Clássica Editora, 1986-93.
- PARDO, A. Meijide, "La Emigración Gallega Intrapeninsular", *Estudios de Historia Social de España*, Tomo IV, 2º, Madrid, 1960, pp. 463-605.
- PATARRA, Neide Lopes, "Migrações na Transição Demográfica: o caso de S. Paulo, 1900-1980", ROSOLI, Gianfausto (org.), *Emigrazioni Europee e Popolo Brasiliano*, Roma/S. Paulo, Centro Studi Emigrazione, 1987, pp. 293-306.
- PAUL, Clotilde, *Associação Portuguesa da Baixada Santista*, Porto, S.E.E., 1986.
- PEDREIRINHO, José Manuel, "Arquivos de Arquitectura: as casas dos emigrantes "brasileiros", *História*, nº 98, 1986, pp. 96-100.
- PEIXOTO, Jorge, "Novos elementos bibliográficos da obra de Francisco Gomes de Amorim", *Póvoa de Varzim - Boletim Cultural*, vol. XII, nº 1, 1973, pp. 73-139.
- PENNEF, Jean, *La méthode biographique. De l'école de Chicago à l'histoire orale*, Paris, A. Colin, 1990.

- PEREIRA, Firmino, "Conde de Silva Monteiro", *Commercio e Industria*, vol.3, nº 64, Porto, 1886.
- PEREIRA, Gaspar Martins e ALVES, Jorge Fernandes, "Comportamentos Nupciais na Terra da Maia em Fins do Antigo Regime", *Cadernos de Ciências Sociais*, nºs 8/9, 1990, pp. 31-44.
- PEREIRA, Gaspar Martins, "Aprender a Arte - Sobre o Aprendizado nas Fábricas e Oficinas Segundo um Inquérito de 1866", in *Estudos de História Contemporânea Portuguesa - Homenagem ao Professor Victor de Sá*, Lisboa, Livros Horizonte, 1991, pp. 329-357.
- PEREIRA, Gaspar Martins, *Estruturas familiares na Cidade do Porto em meados do século XIX - a freguesia de Cedofeita*, Porto, 1986.
- PEREIRA, João Reis, "José Régio - Amar as flores e ser jardineiro foi também fado", *Vila do Conde - Boletim Cultural*, Nova série, nº 9, Vila do Conde, C. Municipal, 1990.
- PEREIRA, Maria Manuela Prior Caldas, *Conde de S. Bento, Nome Ilustre de Santo Tirso*, S. Tirso, Câmara Municipal, 1984.
- PEREIRA, Miriam Halpern, *A Política Portuguesa de Emigração, 1850-1930*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1981.
- PEREIRA, Miriam Halpern, "Algumas observações complementares sobre a política de emigração portuguesa", *Análise Social*, nºs 108-109, 1990, pp. 735-739.
- PEREIRA, Miriam Halpern, "Artesãos, operários e o liberalismo - dos privilégios corporativos para o direito ao trabalho (1820-1840)", *Ler História*, nº 14, pp. 41-86.
- PEREIRA, Miriam Halpern, "Demografia e desenvolvimento em Portugal na segunda metade do século XIX", *Análise Social*, nºs 25-26, pp. 85-117.
- PEREIRA, Miriam Halpern, *Livre Câmbio e Desenvolvimento Económico*, 2ª edição, Lisboa, Sá da Costa Editora, 1983.
- PEREIRA, Miriam Halpern, *Portugal no Século XX - Revolução, Finanças, Dependência Externa*, Lisboa, Sá da Costa, 1979.
- PEREIRA, Miriam Halpern, e outros (eds.), *Emigração/imigração em Portugal*, Lisboa, Fragmentos, 1993.
- PEREZ, Jose Cazorla, *Emigracion y Retorno : una perspectiva europea*, Madrid, Instituto Español de Emigracion, 1981.
- PEREZ, Vicente Gozalves (coord.), *Los Procesos de Urbanizacion: siglos XIX Y XX*, Alicante, Instituto de Cultura Juan-Gil Albert, 1991.
- PESCATELLO, Ann Marie, *Both Ends of Journey: an historical study of migration and change in Brazil and Portugal, 1889-1914*, Los Angeles, Universidade da Califórnia, dissertação de doutoramento, 1970.
- PETERSEN, W., "A general Typology of Migration", in JANSEN, Clifford J., *Readings in the Sociology of Migration*, New York, Pergamon Press, 1966.
- PIMENTEL, Antonio de Serpa, *Relatorio - Proposta de Lei e Documentos apresentados na Cmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa em sessão de 9 de Janeiro de 1877, pelo Conselheiro d' Estado, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Fazenda*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1877.
- PINA, Mariano, *Portugal e Brasil*, Lisboa, ed. José Bastos, 1896.
- PINTO, Almeida, "Commendador Joaquim Pereira Fula", *Commercio e Industria*, vol. 2, nº 78, Porto, 1887, s/p.
- PINTO, Orlando da Rocha, *Cronologia da Construção do Brasil*, Lisboa, Livros Horizonte, 1987.

- PITIÉ, Jean, *L'Exode Rural*, Paris, P.U.F., col. Que sais-je?, 1979.
- POINARD, Michel, "Emigrantes Portugueses: o Regresso", *Análise Social*, nº 75, 1983, pp. 29-56.
- POINARD, Michel, "Emigrantes Retornados de França: a Reinserção na Sociedade Portuguesa", *Análise Social*, nº 76, 1983, 261-296.
- POLANYI, Karl, *A Grande Transformação*, Rio de Janeiro, Campus, 1980.
- POOLEY, Colin G., e WHYTE, Ian D., *Migrants, Emigrants and Immigrants*, Londres, Routledge, 1991.
- PORTELA, Irene, e OLIVEIRA, M. Ermelinda, *Migrantes Portugueses no Brasil: o paradoxo do retorno*, Porto, S.E.E., 1987.
- POUSSOU, Jean-Pierre "Les Mouvements Migratoires en France et a Partir de la France de la Fin du XVe. Siècle au Début du XIXe. Siècle: approches pour une synthese", *Annales de Démographie Historique*, Paris, 1970.
- POUSSOU, Jean-Pierre "Reflexions sur l'apport démographique des études consacrés aux migrations anciennes", in *Migrations Intérieures - méthodes d'observation et d'analyse*, Actes du IV Colloque National de Démographie du C.N.R.S., Paris, CNRS, 1975, pp. 137-156.
- POUSSOU, Jean-Pierre, "Introduction à l'étude des migrations anciennes" in MARCÍLIO, Maria Luiza e CHARBONNEAU, Hubert, *Démographie Historique*, Paris, P.U.F., 1970, pp. 153-188.
- Problèmes et méthodes de la biographie*. Actes du Colloque. Sorbone 3-4 Mai 1985, Paris, Pub. de la Sorbonne, 1985.
- QUEIRÓS, Eça de, *A Emigração como Força Civilizadora*, Lisboa, Perspectivas & Realidades, 1979.
- RAMOS, Carlos Vieira, *Legislação Portuguesa sobre Emigração e Passaportes*, Lisboa, 1913.
- RAMOS, Luís A. de Oliveira, *Da Ilustração ao Liberalismo*, Porto, Lello e Irmão Eds., 1979.
- RAMOS, Luís A. de Oliveira, *Diários das Visitas Pastorais no Pará de D. Frei Caetano Brandão*, Lisboa, INIC, 1991.
- RAMOS, Luís A. de Oliveira, *Sob o Signo das Luzes*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1988.
- RAMOS, Rui, "Culturas de alfabetização e culturas do analfabetismo em Portugal: uma introdução à História da Alfabetização no Portugal contemporâneo", *Análise Social*, nº 103-104, 1988, pp. 1067-1145.
- RAPOSO, Paulo, *Corpos, Arados e Romarias - Entre a Fé e a Razão em Vila Ruiva*, Lisboa, Escher, 1991.
- RAU, Virginia, "O Movimento da Barra do Douro durante o Século XVIII: uma Interpretação", *Boletim Cultural*, vol. XXI, fascs. 1-2, Porto, Câmara Municipal, 1958, pp. 5-27.
- RÉGIO, José, *A Velha Casa - II - As raízes do Futuro*, Porto, Editora Educação Nacional, 1947.
- RÉGIO, José, *Confissão de um Homem Religioso*, Porto, Brasília Editora, 1971.
- REGO FILHO, José Pereira, *O Brazil e os Estados Unidos na Questão da Imigração*, Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1884.
- REGO, Diogo Pinho dos Santos, *Os "Brasileiros" de Camilo*, V. N. de Famalicão, Centro Gráfico, 1961.
- REHER, David-Sven, *Familia, Población y Sociedad en la Provincia de Cuenca, 1700-*

- 1970, Madrid, C.I. Sociologicas, 1988.
- REINHARD, Marcel, e outros, *Histoire Générale de la Population Mondiale*, Paris, Montchrestien, 1968.
- REIS, António (coord.), *Portugal Contemporâneo*, 6 vols. Lisboa, Alfa, 1992.
- REIS, Elizabeth, "Identifying Spatial Patterns of Migration from Population Censuses: Portugal, 1864-1878", *Comunicação ao Colóquio sobre População*, Recife, Outubro de 1988.
- Relatorio da epidemia de cholera-morbus em Portugal nos annos de 1855 e 1856*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1858.
- Relatório do Consul de Portugal no Rio de Janeiro - nº 9, 1895* Lisboa, Imprensa Nacional, 1898.
- REYNERI, Emilio, "Emigracion y area emissora: el caso de Sicilia", in PEREZ, Jose Cazorla, *Emigracion y Retorno: una perspectiva europea*, Madrid, Instituto Español de Emigracion, 1981, pp. 67-94.
- RIBEIRO, Aquilino, *A Casa Grande de Romarigães*, Lisboa, Bertrand, 1957.
- RIBEIRO, Augusto, "Conselheiro Carlos Ferreira dos Santos Silva", *Commercio e Industria*, vol. 3, Porto, 1885.
- RIBEIRO, Augusto, "Henrique da Costa Correia Leite", *Commercio e Industria*, 1º Vol., nº 17, 1881, s/p.
- RIBEIRO, Domingos d'Almeida, *Noticia das Irregularidades da Execução do testamento do Benemerito Snr. Conde de Ferreira*, Porto, Typ. de A. J. da Silva Teixeira, 1884.
- RIBEIRO, Jorge Martins, *A Comunidade Britânica do Porto durante as Invasões Francesas*, Porto, Fundação Engº António de Almeida, 1990.
- RIBEIRO, Maria de Lurdes R. de Aguiar, *As relações comerciais entre Portugal e Brasil segundo as "Balanças de comércio", 1801-1821*, Lisboa, 1972.
- RIBEIRO, Orlando, *Aspectos e Problemas da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1962.
- RIBEIRO, Orlando, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, Lisboa, Sá da Costa Editora, 1986.
- RICHMOND, A.H., "Explaining Return Migration", in KUBAT, Daniel (ed.), *The Politics of Return - International Return Migration in Europe*, New York/ Roma, Center for Migration Studies, 1984, pp. 269-275.
- RICHMOND, A.H., "Return Migration from Canada to Britain", *Population Studies*, pp. 263-271.
- RODRIGUES, Adriano Duarte, "La pratique symbolique des travailleurs immigrés", *Revista de História Económica e Social*, nº 4, 1979 pp. 41-51.
- RODRIGUES, Henrique Fernandes, *A emigração do Alto Minho, 1835-1860 - a miragem do Brasil*, Porto, Faculdade de Letras, dissertação de mestrado, 1991.
- RODRIGUES, Henrique Fernandes, "Emigração Galega para o Brasil Através de Viana do Castelo (138-1860): Análise à Alfabetização e ao Perfil Sócio-profissional", in ROEL, Antonio Eiras (ed.), *Aportaciones al estudio de la Emigración gallega. Un Enfoque Comarcal*, Santiago de Compostela, Xunta de Galicia, 1992, pp. 177-183.
- RODRIGUES, Henrique Fernandes, "Emigração, conjunturas políticas e económicas", in PEREIRA, Miriam Halpern, e outros (eds.), *Emigração/imigração em Portugal*, Lisboa, Fragmentos, 1993, pp. 63-77.
- RODRIGUEZ, Lorenzo Cachon, *Movilidad social o trayectorias de clase?*, Madrid, C. I. Sociologicas, 1989.

- RODRIGUEZ, Manuel Montalvo, "Imperialismo y Emigracion", in PEREZ, Jose Cazorla, *Emigracion y Retorno : una perspectiva europea*, Madrid, Instituto Español de Emigracion, 1981, pp. 53-63.
- ROEL, Antonio Eiras (ed.), *Aportaciones al estudio de la Emigración gallega. Un Enfoque Comarcal*, Santiago de Compostela, Xunta de Galicia, 1992.
- ROEL, Antonio Eiras (ed.), *Emigracion Española y Portuguesa A America* (Actas del II Congreso de la Asociación de Demografia Histórica, Alicante, Abril de 1990), Alicante, Instituto de Cultura Juan Gil Albert, 1991.
- ROEL, Antonio Eiras (ed.), *La Emigración Española a Ultramar, 1492-1914*, Madrid, Ed. Tabapress, 1991.
- ROSENTAL, Paul-André, "Maintien/rupture: un nouveau couple pour l'analyse des migrations", *Annales ESC*, 1990, nº 6, pp. 1403-1431.
- ROSOLI, Gianfausto (org.), *Emigrazioni Europee e Popolo Brasiliano*, Roma/S. Paulo, Centro Studi Emigrazione, 1987.
- ROSOLI, Gianfausto, e DEVOTO, Fernando J., *L'Italia nella società Argentina - Contributi sull'emigrazione italiana in Argentina*, Roma, Centro Studi Emigrazione, Roma, 1990.
- ROWLAND, Robert (coord.), *Contexts of Long- Distance Migration: Portugal and Brazil*, Florença, European University Institute, 1990.
- ROWLAND, Robert, "Emigración, estructura y región en Portugal (siglos XVI-XIX)", in ROEL, Antonio Eiras, *Emigracion Española y Portuguesa A America* (Actas del II Congreso de la Asociación de Demografia Histórica, Alicante, Abril de 1990), Alicante, Instituto de Cultura Juan Gil Albert, 1991, pp. 137-146.
- SÁ, Victor de, *Época Contemporânea Portuguesa I - Onde o Portugal Velho Acaba*, Lisboa, Livros Horizonte, 1981.
- SALGADO, Francisco Ribeiro, *Interesses Económicos Luso-Brasileiros*, Lisboa, 1927.
- SAMODÃES, Conde de, *Breve Esboço Historico do Palacio de Crystal Portuense*, Porto, Typographia Central, 1890.
- SAMPAIO, Alberto, *Estudos Económicos e Históricos - As Póvoas Marítimas*, Lisboa, Vega, 1979.
- SAMPAIO, Alberto, *Estudos Económicos e Históricos - As vilas do Norte de Portugal*, Lisboa, Vega, 1979.
- SANTOS, Cândido dos, *A População do Porto de 1700 a 1820 - contribuição para o estudo da demografia urbana*, Porto, 1979.
- SANTOS, Cândido dos, "Para a História do Comércio Português - movimento de saída de barcos pela barra do Douro de 1861 a 1705 e de 1777 a 1801", *Boletim da Câmara Municipal do Porto*, 2ª série, vol. 2, 1984, pp. 123-227.
- SANTOS, Eugénio dos, "O Brasil Pombalino na Perspectiva Iluminada de um Estrangeirado", *Revista da Faculdade de Letras - História*, vol. VIII, Porto, 1991, pp. 75-105.
- SANTOS, Eugénio dos, "Índios e missionários no Brasil Quinhentista - do confronto à cooperação", *Revista da Faculdade de Letras - História*, vol. IX, Porto, 1992, 107-118.
- SANTOS, José Coelho dos, *O Palácio de Cristal e a Arquitectura do Ferro no Porto em meados do século XIX*, Porto, Fundação Engº António de Almeida, 1988.
- SANTOS, Manuel J. Pinto, "Subsídios para o estudo da Emigração Açoriana para o Brasil (1836-1842)", *Revista da SBPH*, nº 3, São Paulo, 1986/87, pp. 48-73.

- SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos, *Intelectuais Portugueses na Primeira Metade de Oitocentos*, Lisboa, Presença, 1985.
- SANTOS, Maria José Moutinho, "Criminalidade e comportamentos marginais no Porto em meados do séc. XIX - apontamentos para um estudo", *Revista de História*, vol. XI, Porto, 1991, pp.173-184.
- SANTOS, Monteiro dos, "Ascendentes de José Régio", *Vila do Conde - Boletim Cultural*, Nova série, nº 9, Vila do Conde, C. Municipal, 1990, pp. 47-65.
- SARACENO, Chiara, *Sociologia da Família*, Lisboa, Estampa, 1992.
- SARACENO, Elena, "Return Migration in Friuli - Venezia Giulia", in KUBAT, Daniel (ed.), *The Politics of Return - International Return Migration in Europe*, New York/Roma, Center for Migration Studies, 1984, pp. 67-71.
- SARAIVA, Arnaldo, *O Modernismo Brasileiro e o Modernismo português - subsídios para o seu estudo e para a história das suas relações*, Porto, 1986.
- SEGALEN, Martine, *Nuptialité et Alliance - le choix du conjoint dans une commune de l'Eure*, Paris, G.P. Maisonneuve et Larose, 1972.
- SEIXAS, António José, *A Questão Colonial Portuguesa em Presença das Condições de Existência da Metrópole*, Lisboa, Typographia Universal, 1881.
- SELLERS, Charles, *Oporto, Old and New*, Londres, Herbert E. Harper, 1899.
- SERPA, António de, "Apontamentos sobre estatística", in *A America*, Vol. I, Lisboa, 1868.
- SERRA, Eduardo, "O operário emigrante português na sociedade industrial capitalista", *Análise Social*, nº 41, vol. XI, 1975, 1º, pp. 67-102.
- SERRA-SANTANA, Ema, "Return of Portuguese: economic goals or retention of one's identity", in KUBAT, Daniel (ed.), *The Politics of Return - International Return Migration in Europe*, New York/ Roma, Center for Migration Studies, 1984, pp. 55-56.
- SERRADOR, Ana e outros "Emigração e comunidade rural", *A Ideia*, nº 26-27, pp. 29-60.
- SERRÃO, Joel (dir.) *Dicionário de História de Portugal*, 6 vols., Porto, Liv. Figueirinhas, 1981.
- SERRÃO, Joel e outros, *Testemunhos sobre a emigração portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1976.
- SERRÃO, Joel, *A Emigração Portuguesa*, 2ª edição, Lisboa, Livros Horizonte, 1977.
- SERRÃO, Joel, "A emigração portuguesa para o Brasil na segunda metade do século XIX (esboço de problematização)", in *Temas oitocentistas -I*, Lisboa, Livros Horizonte, 161-186.
- SERRÃO, Joel, "Conspecto Histórico da Emigração Portuguesa", *Análise Social*, nº 32, vol. VIII, 1970, pp. 597-617.
- SERRÃO, Joel, *Fontes de Demografia Portuguesa, 1800-1862*, Lisboa, Livros Horizonte, 1973.
- SERRÃO, Joel, "Notas sobre emigração e mudança social no Portugal Contemporâneo", *Análise Social*, nºs 87-89, pp. 995-1004.
- SILVA, Fernando Emygdio da, *Emigração Portuguesa*, Coimbra, França & Arménio, 1917.
- SILVA, Fernando J. Moreira, "Discurso que o par do reino Conde de Ferreira pretendia fazer na sessão da Câmara dos Pares de 1856, a qual não teve lugar, por circunstâncias que ocorreram", *O Tripeiro*, Série Nova, Ano VIII, nº 4, Abril, 1989, pp. 120-123.

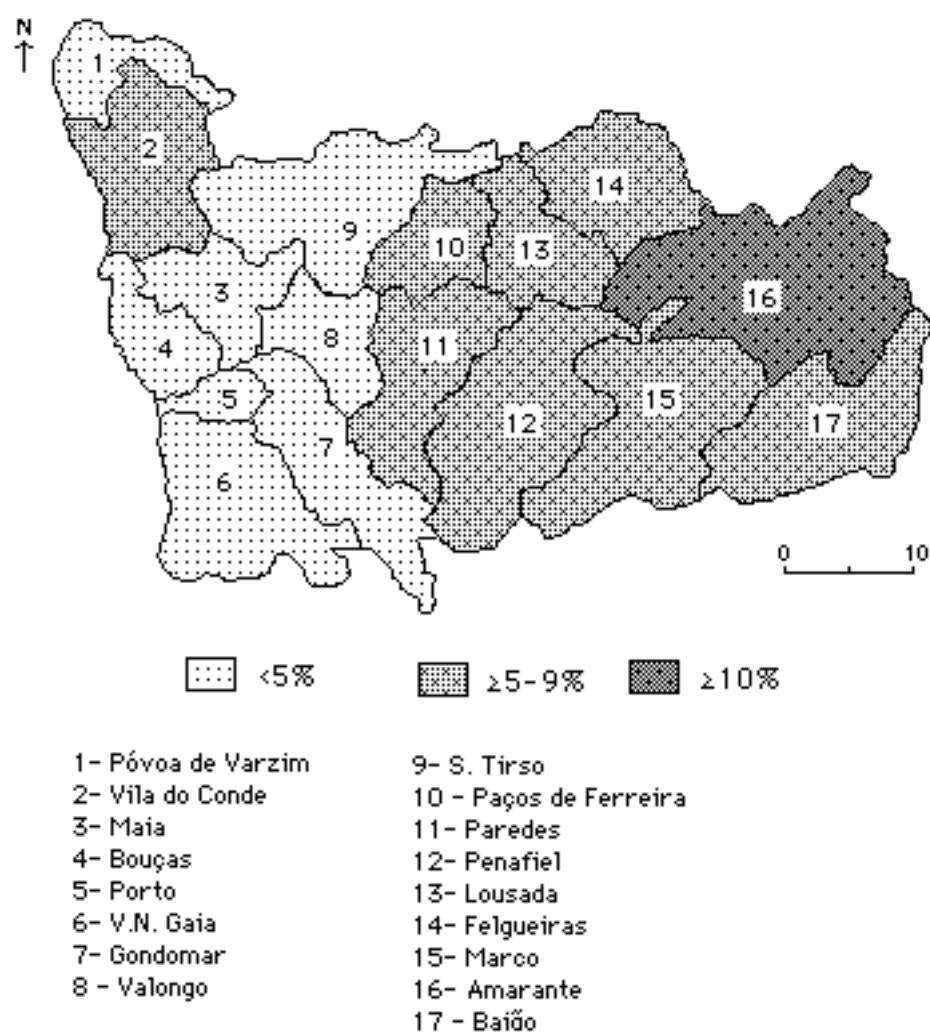
- SILVA, Francisco Pinto, *Uma Associação de Classe: a União dos Empregados de Comércio do Porto*, comunicação apresentada ao Congresso "O Porto na Época Contemporânea", Ateneu Comercial do Porto, Outubro de 1989.
- SILVA, Francisco Ribeiro da, *Absolutismo Esclarecido e Intervenção Popular - os motins do Porto de 1857*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1988.
- SILVA, Francisco Ribeiro da, "Linhas de Força da Legislação Ultramarina Portuguesa no Séc. XVII (1640-1699)", *Revista de Ciências Históricas*, vol. VI, 1991, pp. 187-210.
- SILVA, Francisco Ribeiro da, *O Porto e o seu Termo (1580-1640) - Os Homens, as Instituições e o Poder*, 2 vols., Porto, Câmara Municipal, 1988.
- SILVA, Francisco Ribeiro da, *A Alfabetização no Antigo Regime - o caso do Porto e da sua região (1580-1650)*, Porto, Faculdade de Letras, prova complementar de doutoramento, 1985.
- SILVA, Inocencio Francisco da, *Dicionário Bibliográfico Português*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1885.
- SILVA, Joaquim Palminha da, "O papel do emigrante português no desenvolvimento do Brasil", *História*, nº 134, 1990, pp. 4-36.
- SILVA, Joaquim Palminha, *Comunidades portuguesas e sua Imprensa*, Porto, S.E.E., 1987.
- SILVA, Manuela e outros, *Retorno, Emigração e Desenvolvimento Regional em Portugal*, Lisboa, I.E.D., 1984.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord.), *O Império Luso-Brasileiro, 1750-1822*, Lisboa, Estampa, 1986.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da, *Documentos para a História da Imigração Portuguesa no Brasil, 1850-1938*, Rio de Janeiro, Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras, 1992.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da, e outros, *História do Brasil*, Porto, Universidade Portucalense, 1991.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da, "Família e Integração do Imigrante Português na Sociedade Brasileira", in PEREIRA, Miriam Halpern, e outros (eds.), *Emigração/imigração em Portugal*, Lisboa, Fragmentos, 1993., pp. 206-217.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da, *Filantropia e Imigração - A Caixa de Socorros D. Pedro V*, Rio de Janeiro, 1990.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da, *Guia de História do Brasil Colonial*, Porto, Universidade Portucalense, 1992.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da, *Movimento Constitucional e Separatismo no Brasil*, Lisboa, Livros Horizonte, 1988.
- SILVA, Rosa Fernanda Moreira da, "Contrastes e Mutações na Paisagem Agrária das Planícies e Colinas Minhotas", *Studium Generale*, nº 5, Porto, Centro de Estudos Humanísticos, pp. 9-117.
- SILVA, Álvaro Ferreira da, "Família e trabalho doméstico no "hinterland" de Lisboa (1763-1810)", *Análise Social*, nº 97, 1987, pp. 531-562.
- SIMÕES, Nuno, *O Brasil e a Emigração portuguesa (notas para um estudo)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1934.
- SOUSA, António Gomes de, "José do Telhado - Notícia bibliográfica", *Penafiel - Boletim Cultural*, 2ª série, nº 1, 1979, Ed. da C. Municipal, pp. 97-101.
- SOUSA, Fernando de, *A Cor do Dinheiro*, Porto, Casa Tait, 1989.
- SOUSA, Fernando de, *A População Portuguesa nos Inícios do Século XIX*, Porto, disser-

- tação de doutoramento, 1979.
- SOUSA, Fernando de, "A salamancada e a crise bancária do Porto", *NVMMUS*, 2ª série, vol.I, Porto, 1978.
- SOUSA, Fernando de, *O Clero a Norte do Douro em Finais de Setecentos*, Porto, Faculdade de Letras, tese complementar de doutoramento, 1979.
- SOUSA, João Cardoso de Menezes, *Theses sobre Colonização do Brazil - relatório apresentado ao Ministério da Agricultura, Commercio e Obras Publicas*, Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1875.
- SOUZA, J. Fernando de, *Douro e Leixões - a questão dos portos comerciais*, Porto, Junta Autónoma das Obras da Cidade do Porto, 1912.
- SOYSAL, Yasemin Nuhoglu, e STRANG, David, "Construction of the first mass education systems in the nineteenth-century Europe", *Sociology of Education*, 1989, vol. 62, pp. 277-288.
- SPINDEL, Cheywa R., *Homens e Máquinas na Transição de uma Economia Cafeeira*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980, pp. 31-87.
- STRAUSS-KAHN, Dominique, *Économie de la Famille et Accumulation Patrimoniale*, Paris, ed. Cujas, 1977.
- TAPINOS, Georges, *Éléments de Démographie*, Paris, Armand Colin, 1985.
- TAPINOS, Georges, *L' Économie des Migrations Internationales*, Paris, Armand Colin/PFNSP, 1974.
- TASSELO, Graziano, e FANERO, Luigi, *Chiesa E Mobilità Umana - Documenti della Santa Sede dal 1883 al 1983*, Roma, Centro Studi Emigrazione, 1985.
- TCHAYANOV, A.V., " Teoria dos sistemas económicos não capitalistas (1924)" (com apresentação de M. Villaverde Cabral), *Análise Social*, nº 46, 1976, pp. 477-502.
- TELLES, Bazílio, *Carestia da Vida nos Campos - Cartas a um Lavrador*, Porto, Livraria Chardron, 1904.
- TELLES, Bazílio, *Estudos Históricos e Económicos*, Porto, Liv. Chardron, 1901.
- TELLES, Bazílio, *Introdução ao Problema do Trabalho Nacional*, Porto, Liv. Chardron, 1902.
- TELLES, Moreira, *Emigração Portuguesa para o Brazil*, Lisboa, Liv. Ventura Abrantes, 1913.
- TELLES, Moreira, *O Brazil e a Emigração*, Lisboa, Liv. Ventura Abrantes, 1913.
- THOMAS, B. (ed.), *Economics of International Migration*, London, Macmillan, 1958.
- THOMAS, Brinley, " Migration and International Investment", in THOMAS, B. (ed.), *Economics of International Migration*, London, Macmillan, 1958, pp. 3 -16.
- TORRES, José Pereira, *O Homem Minhoto (das origens à diáspora) - História da casa do Minho no Rio de Janeiro*, Porto, S.E.E., 1987.
- TRENTO, Angelo, "Argentina e Brasile come paesi di immigrazione nella publicistica italiana (1860-1920)", in ROSOLI, Gianfausto, e DEVOTO, Fernando J., *L'Italia nella società Argentina - Contributi sull'emigrazione italiana in Argentina*, Roma, Centro Studi Emigrazione, Roma, 1990.
- TRENTO, Angelo, *Do Outro Lado do Atlântico - Um século de emigração italiana no Brasil*, S. Paulo, Nobel, 1988.
- TRINDADE, M. Beatriz Rocha, *Immigrés Portugais*, Lisboa, ISCSPU, 1973.
- TRINDADE, M. Beatriz Rocha, "Remigratório: migração e retorno", *História*, nº 98, 1986, pp. 4-15.
- TRINDADE, M. Beatriz Rocha, "Refluxos Culturais da Emigração Portuguesa para o

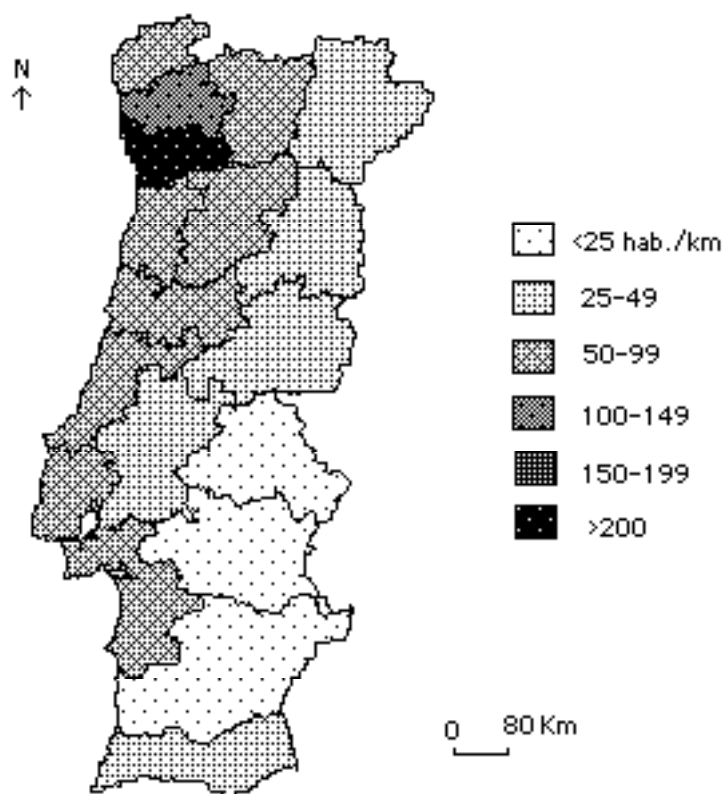
- Brasil", *Análise Social*, nº 90, 1986, pp. 139-156.
- TRINDADE, M. Beatriz Rocha, "Comunidades Migrantes em Situação Dipolar: análise de três casos de emigração especializada para os E.U.A, para o Brasil e para França", *Análise Social*, nº 48, 1976, pp. 983-997.
- TRINDADE, Maria Beatriz (org.), *Estudos sobre a Emigração Portuguesa*, Lisboa, Sá da Costa, Cadernos da RHES 1-2, 1981.
- VAN DE WAALE, Francine, "Migration and Fertility in Ticino", *Population Studies*, vol. nº 29, nº 3, 1975, pp. 447-462.
- VARETA, Bernardino, *A Acção Municipal nas Questões das Subsistências*, Typ. Empresa Guedes, Porto, 1910.
- VARETA, Bernardino, *A Marinha Mercante e a Economia Nacional*, Porto, 1903.
- VARETA, Bernardino, *A Questão dos Mercados do Porto*, Porto, 1907.
- VASCONCELOS, Luís Mendes, "Diálogos do Sítio de Lisboa", in SÉRGIO, António (org.), *Antologia dos Economistas Portugueses (século XVII)*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1974.
- VEYNE, Paul, *Como se escreve a História*, Lisboa, Edições 70, 1971.
- VICTOROFF, David, "A psicologia social", in GAZENEUVE, Jean, e VICTOROFF, David (dir.), *Dicionário de Sociologia*, Lisboa, Verbo, 1982, p. 183-202.
- VIEIRA, Nelson H., *Brasil e Portugal - a imagem recíproca*, Lisboa, ICALP, 1991.
- VOGEL, Charles, *Le Portugal et Ses Colonies*, Paris, Guillaumin et C^a, 1860.
- VV.AA., *Homenagem a Ricardo Severo. Centenário do seu Nascimento, 1869-1969*, S. Paulo, 1969.
- VV.AA., *Primeiro Congresso do Intercâmbio Comercial com as Colónias - teses e conclusões*, Porto, 1^a Exposição Colonial Portuguesa, 1934.
- WALL, Karin, "Residência e Sucessão na Família Camponesa", *Sociologia- Problemas e Práticas*, nº 5, pp. 39-60.
- WALLERSTEIN, Immanuel, *Le Capitalisme Historique*, Paris, Ed. La Découverte, 1985., pp. 34-40.
- WALLERSTEIN, Immanuel, "World-Systems Analysis", in GIDDENS, A. e TURNER, J (orgs.), *Social Theory Today*, Cambridge, Polity Press, 1987, pp. 309-324.
- WALLERSTEIN, Immanuel, *The Modern World-System - capitalist agriculture and the origins of the european worl-economy in the sixteenth century*, New York, Academic Press, 1974.
- WEBER, Eugen, *Peasants into Frenchmen - The modernization of Rural France, 1870-1914*, Londres, Chatto & Windus, 1979.
- WESTEPHALEN, Cecília Maria, e BALHANA, Altiya Pilatti, *Política e Legislação Imigratórias Brasileiras e a Imigração Portuguesa*, in PEREIRA, Miriam Halpern, e outros (eds.), *Emigração/imigração em Portugal*, Lisboa, Fragmentos, 1993, pp. 17-27.
- WOODS, Robert, e REES, Philip, *Population Structures and Models - developments in spatial demography*, Londres, Allen & Unwin, 1986.
- WRIGLEY, E.A., Gentes, *Ciudades Y Riqueza - La transformacion de la sociedad tradicional*, Barcelona, Crítica, 1992.
- ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins (coord.), *Nobreza de Portugal*, Lisboa, ed. Enciclopédia, 1960.
- ZWEIG, Stefan, *Brasil, País de Futuro*, Porto, Livraria Civilização, 1941.

**Mapa I - Localização das companhias de ordenanças
citadas no texto**

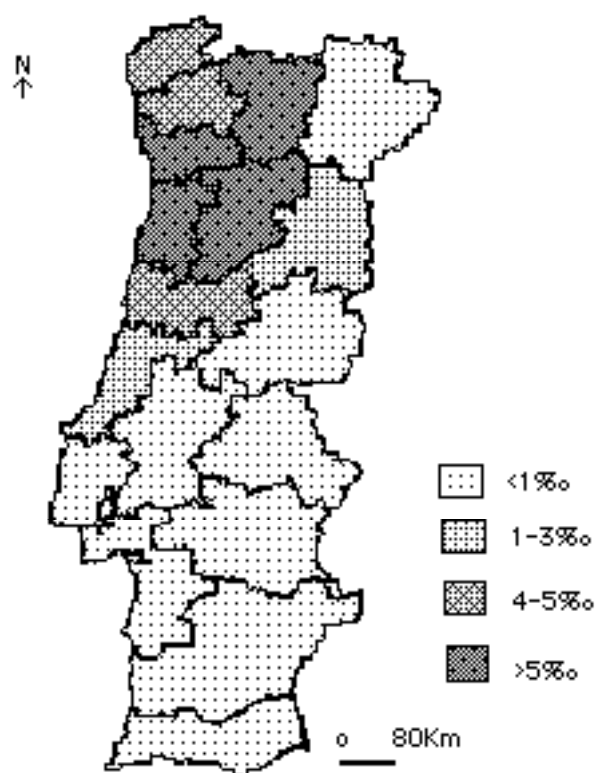


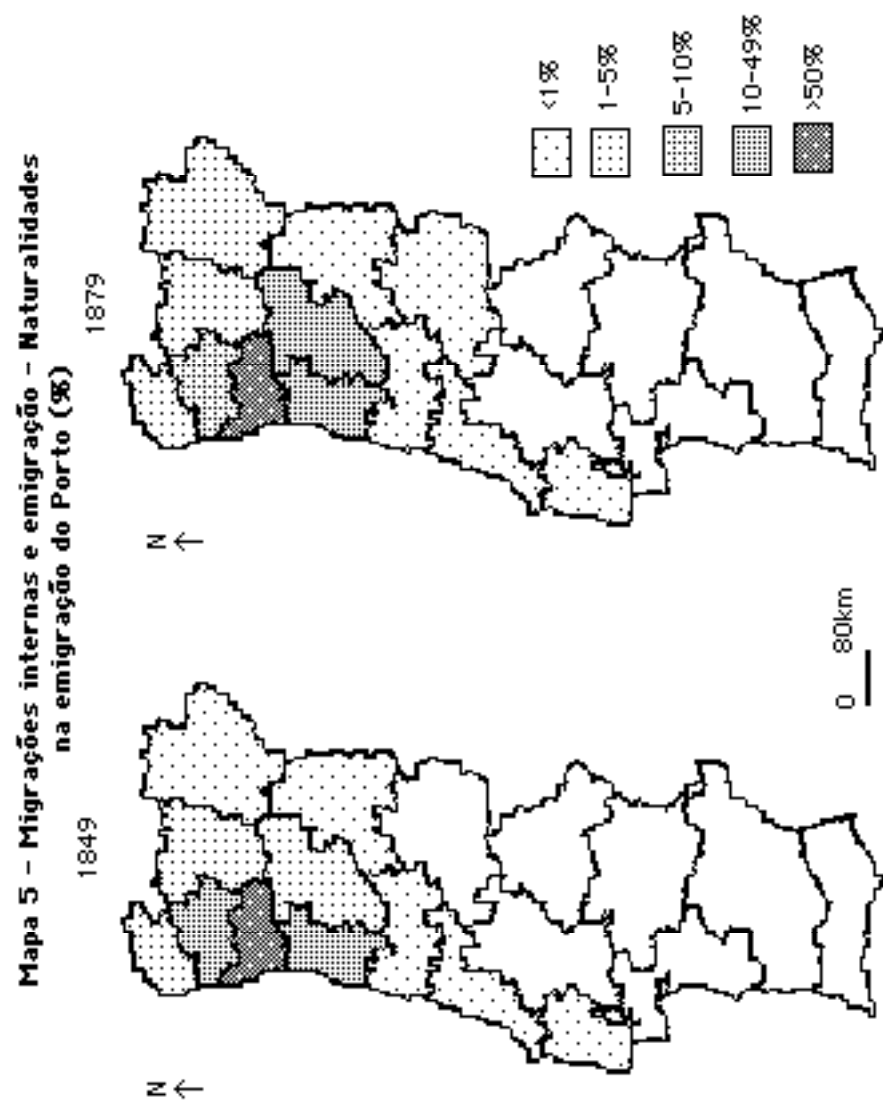
Mapa 2 - Mendicidade no distrito do Porto - 1856**% de mendigos na população**

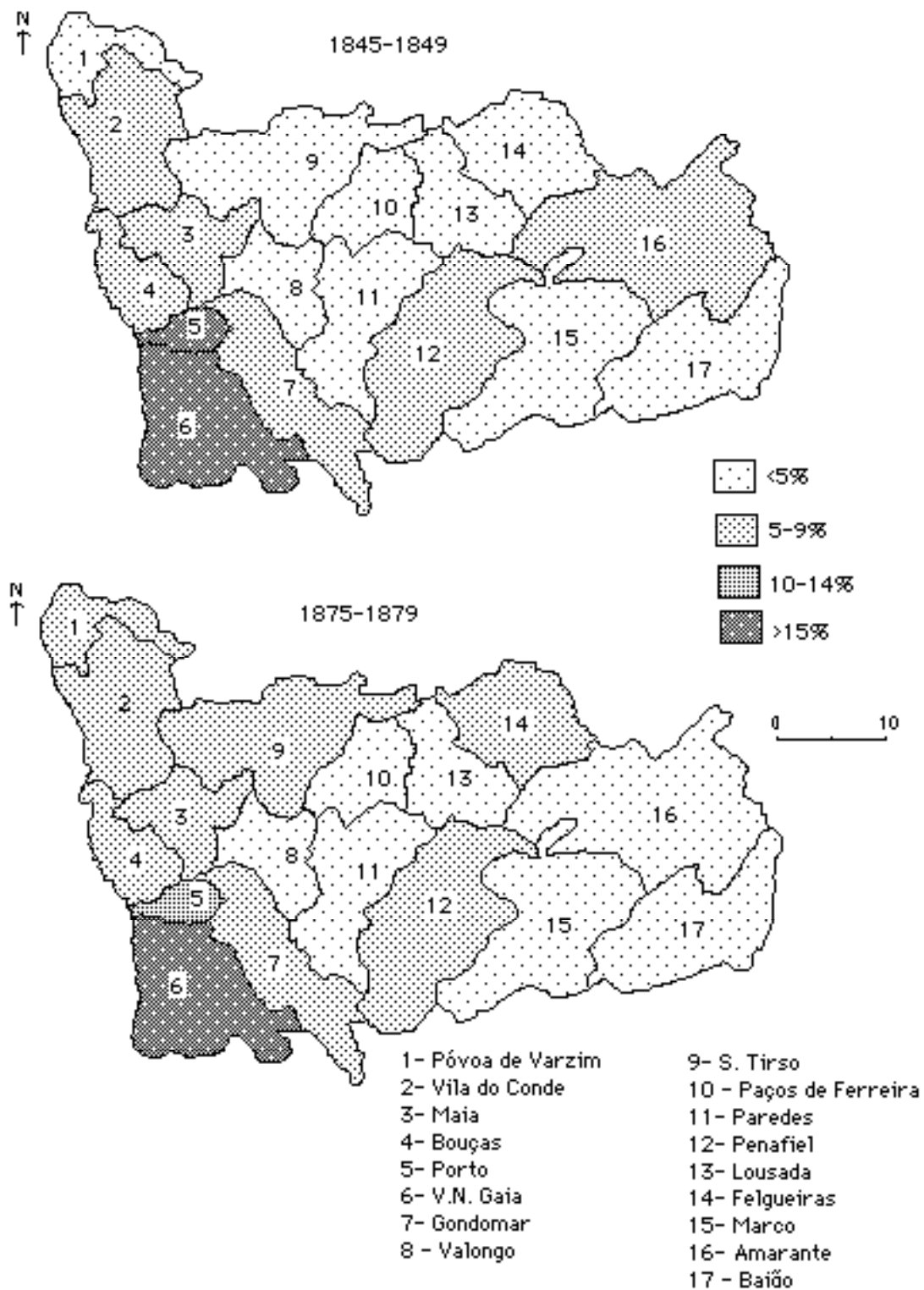
Mapa III - Portugal Continental
- Densidade populacional, 1878



Mapa 4 - Portugal continental
Taxas de emigração por distritos - 1889





Mapa 6 - Emigração dos "naturais" do distrito do Porto**Peso relativo de cada concelho (%)**

Mapa 7 - Taxas de emigração no distrito do Porto**1878**

(Obs. Incluídos apenas os naturais do distrito)

